

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Administração
Doutorado em Administração

Ana Márcia Batista Almeida Pereira

**DINÂMICA FORMAL-INFORMAL EM LAVANDERIAS DE JEANS E SUAS
IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

João Pessoa/PB
2018



Ana Márcia Batista Almeida Pereira

**DINÂMICA FORMAL-INFORMAL EM LAVANDERIAS DE JEANS E SUAS
IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

Tese apresentada como requisito obrigatório para obtenção do grau de doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, Linha de Pesquisa Gestão Estratégica, Trabalho e Sociedade, ênfase Estado, Trabalho e Sociedade.

Área de concentração: Administração e Sociedade

Orientadora: Prof^a Dra. Márcia da Silva Costa
Co-Orientador: Prof. Dr. Diogo Henrique Helal

João Pessoa/PB
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P436d Pereira, Ana Márcia Batista Almeida.

Dinâmica formal-informal em lavanderias de jeans e suas
implicações nas relações de trabalho / Ana Márcia
Batista Almeida Pereira. - João Pessoa, 2018.

330 f. : il.

Orientação: Márcia da Silva Costa.

Coorientação: Diogo Henrique Helal.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCSA.

1. Administração. 2. Relações de trabalho - Lavanderias
de jeans. 3. Informalidade multidimensional. I. Costa,
Márcia da Silva. II. Helal, Diogo Henrique. III. Título.

UFPB/BC

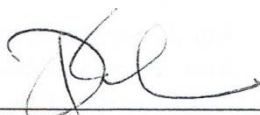
Ana Márcia Batista Almeida Pereira

**DINÂMICA FORMAL-INFORMAL EM LAVANDERIAS DE JEANS E SUAS
IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES DE TRABALHO**

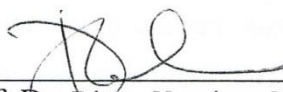
Tese apresentada como requisito para obtenção do título de doutora em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba.
Área de Concentração: Administração e Sociedade.

Tese aprovada em: 04/04/2017

Banca examinadora:



Profª. Dra. Marcia da Silva Costa
Orientadora - PPGA/UFPB



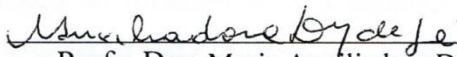
Prof. Dr. Diogo Henrique Helal
Coorientador - PPGA/UFPB



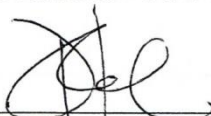
Profª. Dra. Ana Lucia de Araújo Lima Coelho
Membro Interno – PPGA/UFPB



Prof. Dr. Roberto Vêras de Oliveira
Membro Interno – PPGS/UFPB



Profª. Dra. Maria Auxiliadora Diniz de Sá
Membro Externo - FBV-Faculdade Boa Viagem



Prof. Dr. Eduardo Paes Barreto Davel
Membro Externo- NPGA /UFBA

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese ao meu pai, Alfredo, e a minha mãe, Maria Luzia, espíritos de luz que me encheram de amor, cuidados e me ensinaram, a “duras penas”, a ser cautelosa com as armadilhas da centralidade do trabalho na vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus o dom da vida e a oportunidade de aprender na caminhada.

Agradeço imensamente aos trabalhadores das lavanderias que, em meio ao trabalho “puxado” dispuseram de algum tempo para dizer dos seus dramas laborais. Igualmente, aos proprietários que nos receberam nas fábricas e compartilharam suas vidas. Aos agentes públicos e privados que disponibilizaram informações valiosíssimas para a pesquisa. Muito obrigada!!!

Apesar da caminhada ter sido árdua, alguns anjos bons sempre estiveram ao meu lado, me dando força para seguir e concluir esta etapa da minha vida profissional. Gratidão e amor aos meus familiares: Ana, Nalu e Ró. À Cai e Clarinha. Jô, Cris, Jura e Berg. À sogra Sônia e ao sogro Djalma, presentes de Deus na minha vida.

Ao meu companheiro e amado Eugenio, que muito me ajudou nas conversas sociológicas intermináveis, instigantes e instabilizadoras sobre trabalho no Agreste. Mas, sobretudo, pelo afeto, acolhimento, paciência, carinho e tudo o de mais belo.

À Melissinha, anjo de quatro patas que esteve comigo nas madrugadas de estudo.

Esta tese é um trabalho de muitos, mesmo escrito a duas mãos. Muitas vozes ecoam e perpassam o texto. A voz dos mestres que tive a alegria de encontrar pelo caminho e que muito me ensinaram. Especialmente, a Professora Márcia Costa, que me orientou e sempre esteve aberta a escutar as minhas dúvidas e leu cuidadosamente as versões parciais da tese. Agradeço imensamente ao Professor Diogo Helal, docente querido do PPGA/UFPB, pela co-orientação, direcionamento da tese, indicação das leituras (sempre importantes!!), sua simplicidade e apoio constantes.

Agradeço aos professores que participaram do momento da qualificação e me ajudaram com as suas observações e sugestões - Prof. Anielson Barbosa e Prof^a Deise Ferraz. Aos Professores Eduardo Davel, Roberto Vêras de Oliveira, Maria Auxiliadora Sá e Ana Lúcia Coelho que gentilmente aceitaram compor a banca de defesa.

Sou grata ao grupo de pesquisa TDEPP/UFCG por ter me ajudado intelectualmente nos primeiros contatos com o tema do trabalho no Agreste e pela convivência fraterna, positiva e amorosa. Especialmente, ao Prof. Roberto Vêras, líder do grupo, por ter

acompanhado toda essa caminhada, antes mesmo do ingresso no doutorado, e me ajudado em vários momentos da construção do trabalho.

À Universidade Federal de Pernambuco pela oportunidade de liberação das atividades docentes durante parte do doutorado e aos colegas de trabalho que sempre me energizaram e apoiaram nessa empreitada. Myrna, Cláudia, Antonio, Adriana, Denise, Márcio, Beth, muito obrigada!

Aos amigos, eternos companheiros de jornada, que me ajudaram sempre a lembrar que a vida é maior do que o doutorado. Chris, Ceiza, Silvana, Milka, Vinícius, o meu carinho.

Agradeço aos trabalhadores da secretaria do PPGA/UFPB pela atenção dispensada e aos colegas de doutoramento pela presença positiva na caminhada, especialmente os colegas da Turma 1 e os companheiros “transgressores” da linha de pesquisa Trabalho e Sociedade.

Aos alunos que passaram pelas turmas que ensinei e aos que virão, pela esperança de uma juventude transformadora para um mundo com justiça social e fraternidade.

E assim o dia corria...o som intenso da máquina de costura dizia o ritmo do trabalho e da vida. Uma vida acelerada pelo ritmo do pedal, acionado pelos pés, por vezes cansados de andar pra vender o que produziu, ver o apurado pra continuar tocando a vida.

(Uma homenagem aos meus sogros, Sônia e Djalma. Poema escrito após observá-los na rotina de trabalho no fabrico)

RESUMO

Esta tese tem como objeto de estudo as relações de trabalho em lavanderias de *jeans* do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano no momento em que a informalidade local é tensionada por ações de “modernização” que têm na sua base a crescente integração das atividades produtivas, comerciais e de serviços locais aos mercados capitalistas. O nosso argumento de tese é que as lavanderias se inserem de um modo particular na cadeia produtiva de confecção do *jeans* ao engendrar relações de trabalho que conectam a informalidade - constitutiva da experiência histórica do *Polo* e com caráter estruturante - aos processos de modernização e flexibilização recentes nos níveis local e nacional/global. De forma a evidenciarmos este duplo movimento, estamos entendendo a *informalidade como noção multidimensional*. Neste ponto, reside a contribuição teórico-conceitual da tese que integra dialeticamente as dimensões jurídico-institucional (vínculo de trabalho, registro do negócio), sócio-econômica (relação de assalariamento, organização do processo produtivo, gestão do trabalho), sócio-cultural (vínculos sociais entre os sujeitos, naturalização, pessoalização e paternalismo) e contextual (relação entre fatores locais, globais, regionais, nacionais). Neste sentido, procuramos nos distanciar dos dualismos moderno-tradicional, formal-informal, assim como do entendimento do informal subordinado e funcional ao processo de acumulação de capital. A nossa abordagem teórico-metodológica, em diálogo com as formulações de Marx (1982, 2011, 2013) e Marx e Engels (2007) buscou, nos limites dessa pesquisa, enfatizar as relações dialéticas entre teoria e empiria, assim como as articulações tensas e contraditórias entre estruturas sociais de natureza mais objetiva e a dimensão subjetiva e ativa dos sujeitos. Para tanto, optamos por um estudo de natureza qualitativa com produção do material empírico por meio de observação direta, fontes documentais e entrevistas semi-estruturadas junto a donos de lavanderias, trabalhadores e agentes coletivos situados nos municípios de Caruaru e Toritama no Agreste Pernambucano que tiveram o objetivo de (1) Caracterizar as reconfigurações sócio-produtivas das lavanderias de *jeans*; (2) Analisar a dinâmica formal-informal tendo como referência a reconfiguração das lavanderias e (3) Analisar as implicações da dinâmica formal-informal nas relações de trabalho. Os achados do campo em diálogo com o argumento de tese indicaram que a informalidade é constitutiva da experiência sócio-produtiva do Agreste Pernambucano e vem conformando as relações de trabalho nas lavanderias de *jeans* pesquisadas numa tensão entre o tradicional e o moderno. Nisto, vem combinando controle, disciplina e intensificação do trabalho no chão da fábrica, à permanência dos vínculos de proximidade entre patrão e empregado atravessados pelos laços de confiança construídos no tempo. No entanto, as evidências dos traços do paternalismo na relação capital-trabalho vêm naturalizando as dinâmicas de exploração do trabalho, que combinadas com o contato mais intenso dos proprietários com os mercados mais capitalizados, juntos apontam para as estratégias de acumulação flexível de capital em curso. A nossa formulação da informalidade como noção multidimensional evitou que escorregássemos em chaves dicotômicas na leitura da informalidade na região, nem tampouco assumíssemos os pressupostos modernos divulgados pelos agentes estratégicos que vêm atuando no Polo e no segmento de lavanderias.

Palavras-chaves:

informalidade multidimensional; relações de trabalho; dinâmicas de exploração do trabalho

ABSTRACT

This thesis aims to study the labor relations in jeans' laundries of the clothing pole from the "Agreste Pernambucano" at a time when the local informality is stressed by actions of "modernization" that are based on the growing integration of productive, commercial and local services to capitalist markets. Our thesis is that laundries are inserted in a particular way in the productive chain of making jeans by engendering work relations that connect informality - constitutive of the historical experience of the Pole with a structural character - to the processes of recent modernization and flexibilization at local and national / global levels. In order to show this double movement, we are understanding informality as a multidimensional notion. In this point, there is the theoretical-conceptual contribution of the thesis that integrates dialectically the juridical-institutional (work link, business register), socio-economic (salaried relationship, organization of the productive process, work management), socio-cultural (Social bonds between the subjects, naturalization, personalization and paternalism) and contextual (relation between local, global, regional and national factors). In this sense, we seek to distance ourselves from the modern-traditional, formal-informal dualisms, as well as the informal subordinate and functional understanding of the process of capital accumulation. Our theoretical-methodological approach, in dialogue with the formulations of Marx (1982, 2011, 2013) and Marx and Engels (2007) sought, within the limits of this research, to emphasize the dialectical relations between theory and empiricism, as well as the tensions and contradictions between social structures of a more objective nature and the subjective and active dimension of the subjects. For that, we chose a qualitative approach with the production of empirical material through direct observation, documentary sources and semi-structured interviews with laundry owners, workers and collective agents located in the municipalities of Caruaru and Toritama in Agreste Pernambucano that had the objective of: (1) To characterize the socio-productive reconfigurations of the jeans laundries; (2) To analyze the formal-informal dynamics with reference to the reconfiguration of laundries and (3) To analyze the implications of formal-informal dynamics in labor relations. The findings of the field in dialogue with the argument of thesis indicated that the informality is constitutive of the socio-productive experience of Agreste Pernambucano and has been conforming the labor relations in the jeans laundries searched in a tension between the traditional and the modern. In this, it has been combining control, discipline and intensification of work on the factory floor, the permanence of the bonds of proximity between employer and employee crossed by the ties of trust built in time. However, evidence of paternalistic traits in the capital-labor relationship has naturalized the dynamics of labor exploitation, which combined with the more intense contact of the owners with the more capitalized markets, together point to the strategies of flexible accumulation of capital in progress. Our formulation of informality as a multidimensional notion prevented us from slipping into dichotomous keys in the reading of informality in the region, nor did we assume the modern assumptions divulged by the strategic agents who have been working in the Pole and in the laundry segment.

Keywords: Multidimensional informality; work relationships; Dynamics of labor exploitation

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Informalidade multidimensional	92
Figura 02	Cadeia têxtil e de confecção	94
Figura 03	Foto do esgoto industrial das lavanderias	110
Figura 04	Linha do tempo das ações de modernização	123
Figura 05	Níveis de análise do material empírico	124
Figura 06	Cadeia produtiva do <i>jeans</i> no Polo de Confecções de Pernambuco	126
Figura 07	<i>Continuum</i> das configurações organizacionais/produtivas lavanderia-confecção	132
Figura 08	Organização do trabalho – Etapas do processo produtivo do <i>jeans</i> no Polo de Confecções de Pernambuco	138
Figura 09	Etapas do processo produtivo do Perfil Empresarial Integrado I	141
Figura 10	Foto do setor de <i>design</i>	143
Figura 11	Fotos dos instrumentos e máquinas no setor de <i>modelagem</i>	146
Figura 12	Fotos das atividades do setor de corte	148
Figura 13	Fotos máquinas de costura e bordado	149
Figura 14	Foto da máquina a <i>laser</i>	151
Figura 15	Foto de produtos químicos no setor de lavanderia	152
Figura 16	Processo produtivo de fluxo específico (A)	157
Figura 17	Foto visão geral da lavanderia	165
Figura 18	Setor de recepção	165
Figura 19	Fotos do setor de produção úmida/setor de lavanderia	166
Figura 20	Diferenciados manuais e diferenciados com máquina <i>laser</i>	167
Figura 21	Fotos de efeito manual com uso de resina.....	168
Figura 22	Processo de aplicação do efeito <i>used</i>	169
Figura 23	Processo produtivo de fluxo específico (B)	173
Figura 24	Máquinas do diferenciado	176
Figura 25	Visão do setor de corte	182
Figura 26	Foto de “ <i>engenhocas</i> ” no setor de lavanderia.....	184
Figura 27	Foto da máquina de ozônio	185
Figura 28	Foto da sala de atendimento ao cliente	186
Figura 29	Foto do espaço anexo à fábrica	187
Figura 30	Etapas do processo produtivo do Perfil Informal Parcial	190
Figura 31	Foto do espaço físico da lavanderia	191
Figura 32	Fotos da lavanderia “clandestina”.....	194

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Fase exploratória da pesquisa (1)	39
Quadro 02	Fase de coleta de dados (2)	41
Quadro 03	Síntese das etapas da pesquisa de campo	42
Quadro 04	Síntese comparativa dos perfis da estrutura das Unidades Produtivas pesquisas	196
Quadro 05	Valores aproximados das Máquinas, Equipamentos e Ferramentas empregadas no funcionamento da Lavanderia	197

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Evolução da população economicamente ativa (PEA), segundo condição de ocupação e desemprego – Brasil (1940-1980)	55
Tabela 02	Evolução da população economicamente ativa (PEA), segundo condição de ocupação e desemprego – Brasil (1996-2001)	83
Tabela 03	Evolução da população economicamente ativa (PEA), segundo condição de ocupação e desemprego – Brasil (2002-2009)	84
Tabela 04	Condição de Ocupação no Trabalho (Formal e Informal) no Polo de Confecções de Pernambuco - Dados de 2000-2010	245

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIC	Associação Comercial e Empresarial de Caruaru
ACIT	Associação Comercial Industrial de Toritama
ALC	Associação de Lavanderias de Caruaru
ADDIPER	Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
APL	Arranjo Produtivo Local
ASCAP	Associação Empresarial de Santa Cruz do Capibaribe
BFZ	Entidade alemã conhecida no Brasil como Centro de Formação Profissional das Associações Empresariais da Baviera
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina
CERAPE	Cooperativa de Energia, Comunicação e Desenvolvimento do Agreste Pernambucano
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ETE	Estação de Tratamento de Efluentes
FIESP	Federação da Indústria de São Paulo
FIEPE	Federação da Indústria de Pernambuco
GEOR	Gestão Estratégica Orientada para Resultados
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBAMA	Instituto Nacional do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDORT	Instituto de Organização Racional do Trabalho
ITEP-OS	Instituto Tecnológico de Pernambuco - Organização Social
MP-PE	Ministério Público do Estado de Pernambuco
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	Norma Regulamentadora
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Administração
PREALC	Programa Regional de Emprego para a América Latina e o Caribe
RH	Recursos Humanos
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SINDIVEST	Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
TDEPP	Grupo de Pesquisa “Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas”

SUMÁRIO

Capítulo 1.	Introdução	13
1.1	Objetivos	22
1.1.1	Objetivo Geral	23
1.1.2	Objetivos Específicos	23
1.2	Justificativa	23
1.3	Organização dos Capítulos da Tese	29
 Capítulo 2.	 Procedimentos Metodológicos	 31
2.1	Delineamento da Pesquisa	36
 Capítulo 3.	 Capitalismo no Brasil e o Debate da Informalidade nas Relações de Trabalho	 46
3.1	O Processo histórico de Industrialização e Formação do Mercado de Trabalho Brasileiro - de 1930 a 1970	46
3.1.1	Interpretações Gerais sobre o Subdesenvolvimento/Desenvolvimento e a Pobreza na América Latina e no Brasil	56
3.1.2	Os Estudos Pioneiros sobre Informalidade e o Debate da “Velha Informalidade”	66
3.2	Flexibilização Organizacional e as Mutações do Trabalho nos Anos Recentes ..	75
3.2.1	O Debate aberto pela <i>Nova Informalidade</i> : Continuidades e Rupturas	86
 Capítulo 4.	 Caracterização do Contexto	 93
4.1	A Cadeia Produtiva de Jeans e o surgimento das Lavanderias de Beneficiamento no Agreste Pernambucano	93
4.2	As Lavanderias de <i>Jeans</i> na “Modernização” recente do Polo de Confeções e as “velhas” questões sobre a Informalidade	103
Análise e Discussão		
Capítulo 5.	Re-configuração Sócio-produtiva em Lavanderias de Jeans.....	124
5.1	Perfil Empresarial Integrado I	139
5.2	Perfil Empresarial Integrado II	154
5.3	Perfil Empresarial Parcial	162
5.4	Perfil Empresarial Híbrido	171
5.5	Perfil Informal Integrado	179
5.6	Perfil Informal Parcial	188
5.7	Perfil “Clandestino”	193
 Capítulo 6.	 Dinâmica Formal-Informal na re-configuração das lavanderias	 199
6.1	Dinâmica Formal-Informal nos Perfis Empresariais	199
6.2	Dinâmica Formal-Informal no Perfil Empresarial Híbrido	225
6.3	Dinâmica Formal-Informal nos Perfis Informais	230
 Capítulo 7.	 Implicações da Dinâmica Formal-Informal nas Relações de Trabalho	 245

7.1	Relações de Trabalho nos Perfis Empresariais.....	246
7.2	Relações de Trabalho no Perfil Empresarial Híbrido	265
7.3	Relações de Trabalho nos Perfis Informais	273
Capítulo 8.	Contribuição Teórico-Conceitual da Tese: A informalidade como noção multidimensional.....	287
Capítulo 9.	Considerações Finais	302
Referências		308
APÊNDICE A -	Fase Exploratória – Roteiro de entrevista não estruturada.....	319
APÊNDICE B -	Fases da Observação	320
APÊNDICE C -	Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada - Gestores	321
APÊNDICE D -	Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada - Trabalhadores	322
APÊNDICE E -	Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada - Agentes	323
APÊNDICE F -	Definições para Índigo e Denim	324
ANEXO A -	Classificação dos Estabelecimentos, segundo o porte	325
ANEXO B -	Algumas exigências do TAC (MP-PE, 2012)	326

CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objeto de estudo as relações de trabalho nas lavanderias de *jeans* do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano¹, no momento em que a informalidade constitutiva da experiência histórica do *Polo* é tensionada por ações de “modernização” que têm na sua base a crescente integração das atividades produtivas, comerciais e de serviços locais aos mercados capitalistas. A modernização, no sentido aqui empregado, engloba a interação com as cadeias produtivas², a intervenção de agências de fomento ao empreendedorismo, incluindo uma maior presença do Estado nos três níveis e por meio de formas diversas (fiscalização, infraestrutura, institucionalização, regulação). Uma crescente integração com os mercados capitalistas ocorre em um momento em que, em escala global e com fortes impactos no país e na cadeia produtiva têxtil-confeções, avançam os processos de flexibilização da produção e das relações de trabalho, que têm resultado em mudanças nos sentidos da informalidade e nas formas e condições de trabalho. O nosso objeto, pois, se relaciona ao debate mais geral sobre a noção de *informalidade*, uma “velha” questão constitutiva do processo de formação do mercado de trabalho brasileiro e que vem se reproduzindo e se reatualizando, seja nos centros mais dinâmicos, seja em diversos espaços regionais e locais, tais como os do Nordeste.

Em sua origem, a discussão sobre *informalidade* esteve relacionada ao problema do desenvolvimento capitalista nos países periféricos - com seus símbolos de modernização via industrialização -, aqueles situados à “margem” das sociedades salariais tidas como modelo e que se consolidaram na Europa a partir da década de 1950. A noção de *informalidade*, inicialmente, caracterizava as formas e relações de trabalho “atípicas” que destoavam do padrão europeu, cuja referência era o *pacto fordista*. Esta visão inicial, eurocêntrica, orientou os estudos empíricos pioneiros, realizados na década de 1970, na África, que consideravam, por um lado, o *setor informal* como sinônimo de atraso e, por outro, como dinâmico e de alta produtividade. Não houve consenso entre os pesquisadores, mas, de forma geral, o *setor*

¹O Polo de Confeções está localizado na mesorregião do Agreste Pernambucano no Nordeste brasileiro e tem como municípios centrais Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru e outros que recentemente vêm se

² A cadeia produtiva pode ser definida como uma seqüência de empresas ou setores econômicos unidos por relações significativas de compra e venda. Dividem o trabalho entre si, cada um realizando uma etapa do processo de transformação e transferência dos insumos. A noção de cadeia é usualmente empregada na indústria de transformação, em que é clara a noção de ligações para frente e para trás no processo produtivo (DIEESE, 2005, p. 13). No nosso estudo, consideraremos que as etapas sucessivas do processo produtivo podem ser realizadas por diversos agentes, inclusive de natureza informal (unidades produtivas informais, autônomos, trabalhadores por conta própria). O termo supõe a divisão do trabalho e as relações interorganizacionais.

informal aparece como sinônimo de atraso, contrastando com o setor moderno, industrial, eurocentrado (OIT, 1972). Esta chave dualista - a desconexão entre o moderno e o atrasado; o formal e o informal -, sustentada pelos teóricos da modernização, é questionada e o *setor informal* passa a ser explicado pela segmentação do mercado de trabalho no capitalismo periférico e dependente que, ao se modernizar não atingia todo o tecido produtivo (BARBOSA, 2011).

No Brasil, o processo de industrialização foi iniciado no segmento tradicional, intensivo em uso de força de trabalho (*e.g* fábricas de produtos têxteis e de alimentos) e, mais tarde, consolidado com a indústria de ponta, dinâmica, intensiva em capital e tecnologia (*e.g* indústria química e automobilística). Em comparação à *sociedade salarial*, nos termos de Castel (2010), no país, esse processo de industrialização assumiu características singulares, uma delas foi a incapacidade de proporcionar a criação maciça de postos de trabalho formais e, portanto, de inserir trabalhadores como assalariados³ no mercado de trabalho. Este fato representou a exclusão de grande parte de trabalhadores, ora tratados na literatura como excedente estrutural de mão de obra, ora como “massa marginal”, compondo o embrião do chamado *setor informal da economia*, que nasce vinculado aqueles que lutam pela sobrevivência, ao inventarem formas alternativas de auferir renda, uma vez que estão desprotegidos dos direitos trabalhistas, desamparados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na leitura de Theodoro (2004, p.115), “o assalariamento não se generalizou, e muitas vezes nem mesmo se constituiu na forma dominante de relação de trabalho”.

Neste ponto, destaca-se o papel do Estado e suas relações com o setor privado na regulação do mercado de trabalho dito moderno, impondo uma normatividade para regular a relação patrão-trabalhador em empresas tipicamente capitalistas e reiterando a segmentação (fixação de um salário mínimo, reconhecimento dos sindicatos, delimitação das jornadas, entre outros). O Estado também passava a intervir na economia, de forma planejada, por meio dos pesados investimentos em infraestrutura, isenções fiscais, criação de empresas estatais que passaram a atuar na indústria de bens de produção. Numa palavra, foram criadas as condições básicas para a acumulação capitalista no Brasil (OLIVEIRA, 2008). De outra parte, se os efeitos econômicos dessa intervenção política do Estado na economia possibilitaram acelerado crescimento, sob a égide do *desenvolvimentismo* entre 1950-1970, os seus impactos sociais foram desastrosos: reproduziram a desigualdade e acentuaram a exclusão e a

³ O conceito nos remete ao assalariamento que se refere a um conjunto de normas que regulam as relações de trabalho, que incluem os direitos sociais.

concentração de renda. Esta experiência foi denominada por Lipietz (1989) como a de um *fordismo periférico*, que associou produção de mercadorias em larga escala, mecanização e acumulação intensiva a não incorporação dos ganhos de produtividade aos salários dos trabalhadores, gerando consumo parcial dos bens duráveis pelas famílias, desigualdades multifacetadas de renda (de gênero, raça, região) e a inserção subordinada do país nos circuitos mundiais da produção. A outra face deste processo foi a geração de acentuadas diferenças espaciais (rural e urbano) e regionais, estas últimas próprias das assimetrias entre o Centro-Sul⁴ e o Nordeste, sendo o primeiro, expoente da concentração das indústrias de ponta e o segundo, com suas marcas históricas, que, naquele momento, apresentava baixa atividade econômica, o grande fornecedor de abundante oferta de força de trabalho para o Centro-Sul dinâmico⁵.

No que tange à *informalidade*, algumas características delimitadoras foram encontradas nas primeiras pesquisas empíricas realizadas no setor urbano do Nordeste e Sudeste, tais como: renda instável dos trabalhadores (rendas flutuantes); condições de trabalho não reguladas, sem registro da carteira de trabalho e sem pagamento da previdência; trabalho casual, incerto, muitas vezes, temporário e sazonal; presença de trabalhadores não qualificados, baixa produtividade da mão de obra; ocupação majoritária da população pobre urbana. As atividades são realizadas em pequenas unidades produtivas, de baixa capitalização, sem sede própria (trabalho a domicílio), com gestão improvisada do negócio, e nos serviços autônomos de baixa qualificação (CAVALCANTI, 1974, 1987; MACHADO DA SILVA, 1971). Apesar das características que distinguem as atividades e condições de trabalho, bem como o perfil dos trabalhadores do *setor informal*, as mesmas pesquisas também apontaram a simultaneidade de ocupações em ambos setores, com intercambiamento de trabalhadores.

Mais adiante, outras abordagens se voltaram para compreender as relações, as conexões entre o moderno e o atrasado. O *setor informal/atrasado* subordinado à dinâmica de acumulação de capital, preenchendo os espaços não ocupados pela produção capitalista

⁴Centro-Sul, segundo o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, (GTDN), criado por ocasião da SUDENE, sob a liderança de Celso Furtado, compreende os estados litorâneos do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul e os mediterrâneos: Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

⁵ A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada em 1959, com o propósito de articular esforços de planejamento estatal e execução de políticas industriais, com uso de recursos públicos, tanto para financiamento direto, quanto para isenções fiscais ao setor privado. A proposta era dotar a região de infraestrutura econômica e articulá-la numa base nacional através do incentivo à industrialização local. Apesar dos avanços na ordem econômica, com a criação de Polos Industriais, tais esforços resultaram em notáveis desigualdades internas na região, seja em aspectos econômicos, com ilhas de desenvolvimento não irradiado, seja na persistência das desigualdades sociais, que não foram enfrentadas (ARAUJO, 2000). Tornada mais complexa, a base industrial do Nordeste, resultante dessa intervenção estatal, agora passou a combinar indústrias de tipo tradicional e indústrias dinâmicas, mas, também, enfrenta os dramas dos baixos indicadores educacionais, baixa renda e forte presença de trabalho precário e informal.

moderna (CACCIAMALI, 1982) e funcional àquela dinâmica na medida em que este setor, arcaico, atrasado, serve como fonte de acumulação primitiva de capital (OLIVEIRA, 2008). Sob este pano de fundo teórico, as *atividades informais* cresciam e se desenvolviam articuladas com as atividades formais e reguladas, sem tendência à extinção, como pensavam os teóricos da dualidade (ou estruturalistas). Nesta perspectiva, é possível compreender o *setor informal*, a *atividade informal*, o *setor não estruturado* englobando “os trabalhadores imersos no trabalho autônomo, em atividades de pequena escala, organizados em microunidades de produção de bens ou de serviços, assim como assalariados não declarados e aqueles sem remuneração” (THEODORO, 2004, p. 91).

Na passagem dos anos 1980 aos 1990, fenômenos de ordem socioeconômica e política tornaram o cenário mais complexo e desafiaram o debate sobre a informalidade. As mudanças estruturais na economia nacional, em particular a abertura comercial, de cunho neoliberal, protagonizada pelo Governo Collor, atingiram o setor produtivo e romperam com a política de substituição de importações. Este período foi marcado pela baixa atividade econômica e, quanto ao trabalho, representou uma inflexão frente às décadas anteriores, aumentando o desemprego, que se torna estrutural, aquele provocado pelas novas tecnologias, e a informalidade. A indústria nacional, notadamente, a intensiva em capital, viu-se desafiada a reestruturar-se diante da competitividade internacional e as de tipo mais tradicional enfrentaram fusões, fechamentos, demissões e falências, sobretudo, com a entrada de produtos importados no país.

Do ponto de vista da produção, estas transformações buscaram introduzir mudanças na base técnica: novas tecnologias de base microeletrônicas que afetaram a organização da produção e do trabalho fabris. Novas práticas de gestão do trabalho, com forte apelo ideológico à filosofia e às técnicas de administração japonesas, tais como: qualidade total, *just in time*, *kanban*, *downsizing*, entre outras, que introduziram formas mais subjetivas de controle do trabalho com vistas ao aumento da produtividade e moldaram comportamentos para os trabalhadores ideologicamente mais voltados aos valores e interesses das empresas. Nesse novo contexto, predominam conceitos como o de flexibilidade organizacional, que demandam a flexibilização dos regimes e do quantitativo do emprego e vêm acompanhados de estratégias de enxugamento e de externalização de custos, tais como a subcontratação e terceirização. Esta última promoveu a redistribuição espacial das empresas e do emprego,

processo que provocou o deslocamento de algumas plantas industriais para a região Nordeste, fortemente influenciado pela chamada guerra fiscal⁶.

De forma mais ampla, representou o “espírito” de uma época que se ampliou tratando-se de uma dinâmica de vertente inovadora para e afim com a incorporação de um padrão de produção, em moldes flexíveis, de forma a ensejar a fase de acumulação denominada *flexível* (HARVEY, 2010). Dentre as consequências para os trabalhadores destacamos o não assalariamento, o rebaixamento salarial, a proliferação do trabalho desprotegido, o aumento da instabilidade nas ocupações, que representam um quadro de perda de direitos e precarização do trabalho. Este é um “modelo” desregulador das relações de trabalho, mediante a contratação sem a interferência do Estado, baseada em contratos coletivos livremente negociados (ANTUNES, 2004; SANTANA, 2005)⁷.

Um conjunto de estudos sobre informalidade (CACCIAMALI, 2000; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011b) buscou, a partir das mudanças relatadas na dinâmica do trabalho, identificar que algo havia mudado na “*velha informalidade*”, que passava a compor o núcleo capitalista e não se colocava mais como residual, mas se constituía como uma “*nova informalidade*”, uma nova dinâmica de acumulação e regulação do capital que estabelecia novas relações e imbricamentos entre a formalidade e a informalidade, pois trazia para o núcleo da acumulação flexível formas pretéritas que se atualizavam.

A reestruturação produtiva, como expressão da flexibilização, teve, no país, um caráter específico e, ao mesmo tempo, heterogêneo. A especificidade decorreu do fato de não termos vivenciado um regime de regulação fordista, nos termos referidos anteriormente, com políticas públicas de bem estar, sendo que a industrialização, o assalariamento e a proteção social se estabeleceram de forma tardia, parcial e precária, respectivamente (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a). Quanto à heterogeneidade, essas características particularizantes engendraram segmentações nas condições de vida e trabalho da sociedade, a exemplo das distinções entre Sulistas e Nortistas; moderno e atrasado; trabalhadores qualificados e não qualificados; trabalhadores formais e informais (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a; 2015) e

⁶Este foi o caso do Polo Têxtil e de Confecções em Fortaleza-Ceará, onde indústrias de confecção se instalaram operando em grandes plantas industriais que imprimiram um padrão empresarial de produção mais próximo do núcleo capitalista dinâmico, inclusive reincorporando práticas de terceirização e subcontratação (KELLER, 2010).

⁷Neste período, o quadro institucional também foi favorável: mudança no papel do Estado (postura neoliberal) e na legislação trabalhista (flexibilização dos contratos na CLT) que tendem a desregulamentar os direitos do trabalho.

traduziram-se em diferenciações internas, ou seja, conformações regionais específicas na implementação da flexibilização da produção no país e os seus desdobramentos no âmbito do mercado de trabalho.

Não obstante a pertinência de alguns aportes teóricos, o foco de análise aqui se volta para buscar captar as formas de conexão do trabalho informal com a dinâmica propriamente capitalista, considerando dois aspectos sobre a origem do *Polo*: o primeiro, diz respeito à herança da atividade agrícola, na região, que influenciou na conformação da informalidade como meio de vida e forma de subsistência das camadas populares (THEODORO, 2004; CAVALCANTI, 1987, BURNETT, 2013); o segundo aspecto foi a ausência de investimentos estatais (a experiência do *Polo* passou ao largo das ações da SUDENE) e/ou instalação de indústrias âncoras - grande porte, capitalistas -, como ocorridos nos Polos de Confeção de Fortaleza-Ceará e Cianorte, no Paraná, respectivamente, atestando a não tradição industrial no *Polo*. Além desses elementos, podemos afirmar que a informalidade se relaciona ao padrão histórico de relações de trabalho estabelecido no processo de industrialização do país (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a; COSTA, 2005), fortemente marcado pela combinação entre indústrias tradicionais (e.g. confecção) e as de capital intensivo.

Outro ângulo da informalidade que possibilita problematizá-la no *Polo* e nas lavanderias de *jeans* é a sua naturalização⁸. Distante da perspectiva de associar o trabalho informal ao atraso, de conotação negativa⁹ (OIT, 1972), a informalidade na região é aceita socialmente como algo positivo, ultrapassando as fronteiras da atividade produtiva e é constitutiva das relações sociais. Estudos sociológicos realizados, no *Polo*, por Silva (2009), Pereira Neto (2013), Vêras de Oliveira (2011a, 2013), entre outros, enfatizaram os laços pessoais, as relações de parentesco, a confiança como elementos mediadores dos contatos entre fornecedores, empresários, trabalhadores, vendedores nas atividades produtivas e comerciais. Nos termos de Hart (1973) e Portes (2013), pode-se dizer que a atividade econômica está enraizada socialmente, por meio de um emaranhado de redes sociais permeadas por laços de solidariedade, compondo um tipo diferente de racionalidade, contrária ao comportamento legal e previsível, destoando do padrão moderno, racional, impessoal. De outro lado, Portes (2013) nos alerta que o informal não pode prescindir das redes sociais e de parentesco à medida que se aproxima do padrão moderno, capitalista.

⁸Naturalização: é um processo no qual os sujeitos sociais internalizam a representação ideológica de determinadas práticas (que são por constituição uma produção social) a ponto de não serem capazes de se darem conta das origens e da própria consequência dessas práticas em suas experiências de trabalho.

⁹Este é um discurso difuso acionado por algumas abordagens liberais, a exemplo do pensamento de De Soto, como sonegadora de impostos, associada à concorrência desleal, à clandestinidade, ilegalidade.

No contexto do Polo de Confeções de Pernambuco, a informalidade é um fenômeno próprio, que guarda elementos de reprodução de uma dinâmica mais geral (moderna, capitalista) e características singulares. A informalidade, até então entendida nos limites de parâmetros jurídico-institucionais (vínculo de trabalho e registro do negócio) e sócio-econômicos (relação de assalariamento), que se associam às abordagens dualistas (segmentação entre o formal e o informal), derivadas dos marcos da OIT, e às estrutural-funcionalistas (abordagens de cunho marxista que entendem o informal como funcional à dinâmica de acumulação de capital) não tem sido capaz de explicar a complexidade das dinâmicas das relações de trabalho em contextos marcados, cada vez mais, pela heterogeneidade das situações de trabalho. Para ultrapassarmos a compreensão teórica da informalidade dentro destes limites, dos quais nos distanciamos, por entendê-la como uma dinâmica social em movimento, estamos considerando-a como noção multidimensional (jurídico-institucional, sócio-econômica, sócio-cultural, contextual) permeada por disputas e tensões.

A *informalidade multidimensional* pretende articular dialeticamente as dimensões jurídico-institucional (relativa aos vínculos de trabalho e registro do negócio), sócio-econômica (relativa à relação de assalariamento, à organização do processo produtivo, à gestão do trabalho), a sócio-cultural (referente aos vínculos entre os sujeitos - naturalização, pessoalização e paternalismo) e a contextual (relação entre os fatores local-global, regional-nacional). A articulação dialética significa que, na análise, as dimensões são consideradas no movimento de continuidade (convergência) e ruptura (tensões, conflitos).

A nossa abordagem, portanto, distante da dicotomia formal-informal e das abordagens estrutural-funcionalistas se apoia no debate brasileiro da *nova informalidade*, que considera os nexos entre a formalidade e a informalidade e chama a atenção para o esmaecimento das fronteiras entre o formal e o informal no núcleo da dinâmica capitalista (e também nas franjas do capitalismo) em que práticas e atividades aparentemente pretéritas re-surgem com novas faces, re-significadas e re-editadas. Segundo Vêras de Oliveira (2011b, 2013), Cacciamali (2000) é uma combinação dialética de formas pré-capitalistas (acumulação primitiva) - extensas jornadas de trabalho, mais-valor absoluto - com formas modernas, tipicamente capitalistas caracterizadas por incremento tecnológico, intensificação do trabalho, mais-valor relativo. Também nos apoiamos na concepção de informalidade desenvolvida por Hart (1973) e Portes (2013) ao destacarem o informal enraizado socialmente e as lógicas que estão subjacentes às atividades informais, que diferem do padrão moderno, racional.

Em Pernambuco, particularmente no Agreste do estado, o aglomerado produtivo e comercial de confecções, denominado atualmente *Polo de Confecções*, apresenta uma trajetória específica no que tange à informalidade das relações de trabalho, se particularizando frente à dinâmica nacional em dois momentos: 1) nas décadas de 1950-1960, ao se constituir numa região sem tradição industrial, a partir da iniciativa de comerciantes locais, que buscavam formas de sobrevivência em torno das feiras de confecção, originalmente conhecidas como *Feiras da Sulanca*, nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru, que se formam como espaço de comercialização das roupas produzidas localmente. A região, então, surgiu como um complexo, articulando a produção, a comercialização e os serviços ligados à confecção. Despontou, assim, como produtora de confecções, em pequenas unidades domiciliares, familiares, chamadas *fabricos* e *faccões*¹⁰, caracterizadas por baixa capitalização, tecnologia adaptada, com predomínio do trabalho informal, exercido em condições precárias, e do improvisado na organização da produção¹¹ (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013; SEBRAE, 2013). Estas características contrastavam com a difusão de práticas racionalizadas de organização do trabalho; noutros termos, contrastavam com a assimilação de um *fordismo periférico*, e com a tendência à formalização do trabalho e do negócio, que ocorria no núcleo dinâmico da economia, no período do milagre econômico até os anos 1980; 2) um segundo momento de particularização das relações de trabalho e de estruturação da economia na região frente à dinâmica nacional foi o final dos anos 1990, quando teve início um movimento de articulação de agentes externos e internos¹² em prol da introdução do conceito de moda e *design* e que requeria o aperfeiçoamento das técnicas de gestão, da organização do processo produtivo, melhoria da qualidade e inovação, em confronto com os padrões tradicionais, informais, improvisados e intuitivos que sempre marcaram a região (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013). Em geral, estas ações significam um processo de “modernização” mais ampla, que tem subjacente a crescente integração da produção, comércio e serviços aos mercados capitalistas, não apenas pela via da interação com agências de fomento ao empreendedorismo, mas também da maior interação com a cadeia produtiva

¹⁰O *fabricos* e as *faccões* são unidades produtivas de caráter informal e domiciliar. Os *fabricos* são unidades que se confundem com a residência dos proprietários onde há a posse potencial ou efetiva dos meios de produção para fabricação da peça de confecção, assumindo-se os riscos do negócio. As *faccões* são espaços constituídos nas residências, onde se realiza (m) fase(s) ou tarefa (s) especializada (s) da confecção, em que os proprietários não se responsabilizam pela venda da peça, nem assumem os riscos do mercado (PEREIRA NETO, 2013).

¹¹A informalidade na região é presente nas atividades econômicas, ligadas direta ou indiretamente à produção e ao comércio de confecções, tais como as realizadas pelos *toyoteiros*, que transportam pessoas e mercadorias em *toyotas* improvisadas; pelos *feirantes*, na produção e venda de roupas, utensílios domésticos, alimentos etc.

¹²Sindicato das Indústrias de Vestuário do Estado de Pernambuco (SINDIVEST), Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP), Ministério Público, Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH).

(fornecedores e clientes do circuito nacional) que se aliam a maior presença do Estado nos níveis municipal, estadual e federal¹³.

Estas ações têm incidido no *Polo* como um todo e no segmento composto por 163 (cento e sessenta e três) lavanderias industriais de *jeans*¹⁴, em intervenções voltadas para a regulação do impacto ambiental da atividade e para a modernização da gestão, repercutindo na organização do processo produtivo. Aí está a inclusão de novas tecnologias¹⁵, combinadas com ações de segurança do trabalho, bem como o tensionamento, por parte desses agentes, na direção da formalização dos vínculos de trabalho. Este processo, ainda em curso, e em descompasso temporal em relação ao que tinha ocorrido na experiência do núcleo dinâmico do Centro Sul, vem demandando um conjunto de iniciativas, até então não observadas nesse segmento. Daí resultam, como veremos mais adiante, contradições e disputas entre os agentes envolvidos, relativas ao padrão organizacional dos empreendimentos, seja no aprofundamento da heterogeneidade interna (com notável estratificação inter-lavanderias), seja nas relações entre lavanderias e fábricas-fabricos do *jeans*, e sobretudo, quanto ao velho padrão de trabalho precário e informal dominante, que vem sendo reelaborado, mas ainda sem contornos definidos, na experiência das lavanderias.

Oliveira (2008) afirma que no processo de industrialização do país, os serviços industriais (*e.g* empresa de montagem de peças para a indústria automobilística, entre outras) foram funcionais ao capital na medida em que estavam subordinados à indústria e contribuíam para a externalização dos custos de produção. Considerando que as lavanderias de *jeans*, no polo de confecções atuam como fábricas na cadeia produtiva de confecção e também como prestadoras de serviços para as fábricas, fabricos e facções de *jeans*, nos interessa compreender as conexões do complexo de produção da peça jeans com a dinâmica capitalista, principalmente, quanto aos seus impactos na formalização do negócio e do trabalho nas lavanderias.

Em relação à formalização nas lavanderias, esta parece vir a reboque da reorganização produtiva e da regulação do segmento, expressas na inclusão de maquinário de alta tecnologia (*e.g* máquinas a *laser* para efeitos diferenciados) e nas parcerias com as indústrias químicas para a diversificação dos lavados, o que têm ampliado o contato do segmento com

¹³ Esta integração será detalhada no capítulo 4.

¹⁴ No processo de confecção do *jeans*, são realizadas as etapas de lavagem, amaciagem, tingimento e descoloração das peças nas lavanderias de beneficiamento (SILVA; GOMES, 2011; NORONHA; TURCHI, 2007). As lavanderias estão localizadas nos municípios de Toritama, Caruaru, Riacho das Almas, Surubim, Vertentes e Santa Cruz do Capibaribe, com mais da metade delas situadas em Caruaru e Toritama.

¹⁵ Em entrevistas preliminares na região, identificamos que as lavanderias pioneiras operavam com aparato tecnológico básico, tais como: máquinas de lavar (lavadoras), centrífuga e secadora, prestando serviços de lavagens simples para desgumar a amaciar a peça.

forneecedores da região Sudeste, dentre estes, alguns já se instalando no *Polo*, que ajudam a trazer para o local a incorporação do conceito de moda do circuito nacional e internacional. A peça com valor agregado é comercializada fora da região e, em alguns casos, fora do país. Neste raciocínio, é possível afirmar que as mudanças recentes nas lavanderias de *jeans* se vinculam diretamente ao processo de acumulação de capital e se interligam à cadeia produtiva de confecção internacional, mas não é somente isto, pois ao que parece a informalidade se complexifica com a introdução de ações em prol da modernização/regularização do segmento gerando implicações nas dinâmicas das relações de trabalho. Evidências como estas suscitam inquietações no âmbito da pesquisa acadêmica.

Nesse contexto, a busca por incorporar padrões de organização do trabalho atinentes à indústria moderna capitalista tem sido capaz de definir claramente relações de assalariamento e de estabelecer as diferenças entre “capitalistas” e trabalhadores? Ali, naquele espaço, em se tratando de um setor que, por sua natureza técnica, é mais estruturado e capitalizado, sob que formas tensas e contraditórias se manifesta a dinâmica formal-informal e quais as suas implicações nas relações de trabalho? Em meio à diversidade, é possível falarmos num padrão de relações de trabalho?

Diante das questões outrora apresentadas, o nosso argumento de tese é que as lavanderias se inserem de um modo particular na cadeia produtiva de confecção do *jeans* ao engendrar relações de trabalho que conectam a informalidade - constitutiva da experiência histórica do *Polo* e com caráter estruturante - ao processo de modernização e flexibilização recentes nos níveis local e nacional/global. De forma a evidenciarmos este duplo movimento, estamos entendendo a informalidade como noção multidimensional.

Nesta tese, após refletirmos sobre as diversas inquietações já explicitadas e constataremos que, desde o final dos anos 1990, um processo de “modernização” vem incidindo diretamente junto às lavanderias de *jeans* e a informalidade se mantém com caráter estruturante, porém não nos mesmos termos, chegamos à questão central que guiará o estudo:

Em que medida a persistência da informalidade nas relações de trabalho em lavanderias de *jeans* do Polo de Confecções de Pernambuco, vem se conectando ao padrão de acumulação flexível?

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Estudar a configuração das relações de trabalho em lavanderias de *jeans* do Agreste Pernambucano, considerando a persistência da informalidade e suas possíveis conexões com o padrão de acumulação flexível, a ser observada a partir da noção de informalidade multidimensional.

1.1.2 Objetivos específicos

- Caracterizar as reconfigurações sócio-produtivas das lavanderias de *jeans* decorrentes das iniciativas de modernização/regularização do segmento.
- Analisar a dinâmica formal-informal tendo como referência a reconfiguração das lavanderias;
- Analisar as implicações da dinâmica formal-informal nas relações de trabalho em cada uma das configurações.

1.2 JUSTIFICATIVA

Nas publicações referidas ao Polo de Confecções observamos que a discussão sobre a informalidade não adentrou profundamente nas lavanderias, particularmente, no momento da flexibilização organizacional. Este fato nos impacta diretamente, em virtude da nossa formação no campo das ciências administrativas e, ao mesmo tempo, nos coloca um desafio de compreender a realidade do trabalho nas lavanderias de *jeans*, a partir de chaves interpretativas mais críticas, contrastando com o *mainstream* da área. Nessa direção, um diálogo mais franco junto às Ciências Sociais faz-se necessário; especialmente, com as análises da Sociologia do Trabalho, que particularizam a experiência brasileira frente ao capitalismo nos países centrais, nos anos recentes, principalmente aquelas referidas à problemática da *nova informalidade*.

No que concerne a nossa perspectiva teórica, esta perpassa diretamente “uma maneira de ver” o Polo de Confecções, que recebe influência e compõe os estudos realizados pelo grupo de pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP/UFCG), no bojo do projeto guarda chuva: “a Informalidade no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano: Práticas e Sentidos em Disputa”, coordenado pelo Professor Roberto Vêras de Oliveira e cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em

2010, compondo um esforço coletivo de pesquisa com vistas a diagnosticar amplamente o trabalho na região, principalmente nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama. O Grupo, desde então, tem se constituído como referência nacional mais expressiva na aglutinação de estudos que analisam o trabalho no *Polo*.

Além das teses e dissertações produzidas, os membros do Grupo têm feito um esforço de elaborar reflexões que circulam em eventos acadêmicos, publicações conjuntas com outras instituições (Cf. Universidade Federal da Paraíba, Fundação Joaquim Nabuco, Universidade Estadual da Paraíba, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Unicamp, dentre outras), tendo participado e contribuído com essa rede de pesquisadores sobre o tema do trabalho. Atualmente, estão em andamento estudos de mestrados e doutorandos, articulados à pesquisa sobre informalidade no *Polo*¹⁶.

A contribuição que este estudo pretende realizar, incorporando-se ao material já produzido, diz respeito a duas frentes: a primeira possibilita a inclusão das lavanderias no debate sobre a informalidade no *Polo*, considerando a gestão e o trabalho naquele ambiente de pesquisa; a segunda explora outras dimensões da informalidade, no contexto da “modernização” do segmento, que possam compor o debate teórico sobre o tema, principalmente no âmbito do conhecimento em Administração. Este último aspecto constitui-se na inovação conceitual da proposta - a informalidade como noção multidimensional.

Juntamente com os trabalhos citados, vasto material bibliográfico (e.g. teses, dissertações, artigos) foi elaborado e dialoga com os estudos anteriores tendo o *Polo* como ambiente de investigação, nas áreas de Sociologia, Administração, Geografia, Economia, Engenharia Civil, entre outras. A partir da diferenciação da produção entre os municípios que compõem o *Polo*, entramos em contato com a confecção de *jeans*, no município de Toritama, momento em que estabelecemos relação direta com o ambiente da nossa pesquisa, que são as lavanderias de beneficiamento do *jeans*.

Estas unidades produtivas são incluídas nos estudos de Heleno (2013), Andrade (2008), Matos (2008), conectadas à produção do *jeans* no município citado. As menções às lavanderias chamam a atenção para os danos ambientais causados pelos rejeitos do processo

¹⁶ No acervo do grupo constam publicações, distribuídas em coletâneas organizadas, livros autorais, artigos em periódicos e anais de eventos. Salientamos as reflexões elaboradas por Vêras de Oliveira (2011a, 2011b, 2013), que aprofundam, respectivamente, o debate sobre a informalidade do trabalho e apresentam uma visão panorâmica do aglomerado produtivo e comercial denominado atualmente de *Polo*. Neste texto, o autor recupera os estudos realizados sobre o *Polo*, internos e externos ao TDEPP, propondo questões para uma interpretação sociológica da região (os resultados do artigo foram explicitados no decorrer da “formulação do problema”). Os estudos do grupo, assim como outros trabalhos sobre o *Polo* compõem especialmente o capítulo 4, na seção dedicada à reconstituição histórica da região.

produtivo e os projetos implementados pelo SEBRAE/ITEP para adequar o segmento à legislação ambiental, caracterizando as associações empresariais. Outras pesquisas também se voltam para as lavanderias, tais como teses, dissertações e artigos nas áreas de desenvolvimento e meio ambiente, engenharia civil, administração, economia (SILVA FILHO, 2013; TUTILLO, 2012; LIMA, 2006; SANTOS, 2006) enfatizando a temática do meio ambiente/gestão ambiental. Identificamos pesquisas que direcionam o olhar para outros temas, tais como: arranjos institucionais/empreendedorismo (CABRAL, 2007), competências/aprendizagem organizacional (PAULO, 2011), moda e desenvolvimento local (ALVES, 2009). Diante deste levantamento identificamos a insuficiência de estudos que abordem as relações de trabalho nas lavanderias com a ênfase que pretendemos destacar. O *trabalho* nas lavanderias e a problemática que o acompanha foram invisibilizados na proposição das ações pelos agentes internos e externos ao *Polo*, que deliberaram uma agenda para as lavanderias enfatizando o meio ambiente e abordando transversalmente as questões do trabalho.

No que concerne ao nosso objeto de estudo, esta tese se insere no campo das Ciências Administrativas, numa tentativa de se aproximar dos estudos mais críticos, que não adotam as abordagens relacionadas ao campo do *management* (afeito à visão gerencialista) e se conectam particularmente às Ciências Sociais e Humanas. Quanto a esses estudos já realizados nas áreas de Estudos Organizacionais e Gestão de Pessoas/Relações de Trabalho e que tomam o debate da gestão do trabalho/relações de trabalho/trabalho informal como objeto, realizamos buscas no *Spell* - ScientificPeriodicals Eletronic Library - sistema de indexação que concentra a produção científica nas áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, desde 2008, e em periódicos nacionais, que incluem na política editorial o aceite de artigos para além do *mainstream*, situação, por exemplo, praticada pela Revista Organização & Sociedade (O&S).

A partir da incursão realizada detectamos pesquisas nos temas “trabalho informal”; “relações de trabalho”, que orbitam em torno de um grupo específico de pesquisadores doutores que transitaram nas suas formações pela interdisciplinaridade, principalmente nas Ciências Sociais, Sociologia, Economia, Psicologia e Ciência Política escrevendo em zonas de fronteira do conhecimento e em publicações dentro dessas áreas. Percebemos que esses estudos nas Ciências Administrativas citam como referência principal os pesquisadores da Sociologia do Trabalho brasileira, que produziram, entre o final dos anos 1990 e início do século XXI, volumoso material (*e.g* teses, dissertações, artigos) sobre a reestruturação produtiva e os impactos desta nas formas e relações de trabalho.

No conjunto da revisão, percebemos que o tema da reestruturação produtiva é recorrente e os artigos abordam as transformações nas relações de trabalho após os anos 1990, chamando a atenção para a flexibilização dos contratos de trabalho. Nessa direção, Azevedo e Tonelli (2014) realizam estudo junto a trabalhadores qualificados em capitais do Sudeste (Rio de Janeiro e São Paulo) e identificam uma variedade de contratos de trabalho que difere do padrão da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e que, portanto, não está regulado, o que fragiliza os trabalhadores nos seus direitos. Oltramari e Piccinini (2006) realizam estudo de caso comparando as ações de flexibilização adotadas por duas fábricas de confecções nos segmentos *jeanswear* e *lingerie* e os efeitos sobre as relações de trabalho e os sentidos do trabalho. As conclusões do estudo apontam para a intensificação do trabalho, aumento da competitividade e produtividade, o incremento tecnológico na área operacional e o esvaziamento do sentido do trabalho.

Em 2005, Piccinini, et al. publicam ensaio teórico que traz reflexões sobre o trabalho no Brasil e argumentam que a flexibilidade do trabalho torna tênue a fronteira entre o trabalho formal e o informal, sendo este definido pelo critério legal da carteira assinada e da inserção na seguridade social. Em 2006 e 2007, este grupo de pesquisadores escreve textos com a mesma chave analítica da flexibilização do trabalho voltando a análise para o setor têxtil-confecção (PICCININI et al., 2006) e para as redes de empresas (PICCININI et al., 2007). No primeiro texto, a atenção se volta para a análise das estratégias empresariais de inovação tecnológica e de flexibilização da força de trabalho, frente à crise do setor nos anos 1990. Na pesquisa do ano seguinte, os autores concluem que tem havido precarização das condições de trabalho e vida dos trabalhadores que estão nas empresas de pequeno porte, na ponta da cadeia produtiva.

Em período próximo, Faria e Kremer (2004) desenvolveram ensaio relacionando as categorias reestruturação produtiva e precarização do trabalho, a partir da análise das dimensões: desemprego, vínculos empregatícios, preço da força de trabalho e qualidade dos postos de trabalho. Os autores destacam que o desemprego tornou-se estrutural no regime de acumulação flexível, momento em que se deterioram os vínculos de trabalho e se amplia o excedente de força de trabalho, incorporando cada vez mais o trabalho informal, que vai se tornando central.

O trabalho informal e as relações de trabalho também recebem atenção nos ensaios teóricos da autoria de Costa (2005, 2010), em que a autora reconstitui historicamente o padrão de relações de trabalho no Brasil, destacando que o trabalho informal esteve presente na lógica de acumulação do capital no país. Nos anos mais recentes com a flexibilização dos

mercados de trabalho, o movimento sindical se enfraqueceu e tem havido perdas de direitos por parte dos trabalhadores.

Costa (2005, 2010), diferentemente da ênfase dos outros estudos, coloca os trabalhadores como protagonistas no enfrentamento das condições de trabalho que os afetam, não deixando dúvidas que existem tensões e disputas na relação capital-trabalho e que o neoliberalismo precisa se reafirmar para se manter, não sendo uma condição inexorável. As pesquisas sobre a flexibilização do trabalho elencadas anteriormente focalizam no diagnóstico e na descrição das situações de flexibilização frente ao grande capital, funcionando como critério operacional para definir os trabalhadores informais.

Outro aspecto que identificamos nas pesquisas nas Ciências Administrativas é que a informalidade foi compreendida sob critérios jurídico-institucionais e sócio-econômicos. Por isto, buscamos nos apoiar também em estudos de outras áreas, sobretudo da Sociologia do Trabalho, para elaborarmos a nossa contribuição teórico-conceitual que é a *informalidade multidimensional*.

A nossa contribuição teórico-conceitual também se pauta na constatação de que, após 40 anos de debate sobre a informalidade (vide Capítulo 3), a concepção se mantém polissêmica e com usos variados, gerando ambiguidades e diversas formas de nomeação (em disputa). Esta evidência, por si só, já justifica a importância de novos estudos sobre essa problemática, no sentido de lançar luz sobre o debate teórico, como bem nos alertou Vêras de Oliveira (2011b).

Ao percebemos que esta é uma noção que vem se transformando e metamorfoseando, ao longo do tempo, na tentativa de expressar as profundas transformações na dinâmica das relações de trabalho, a nossa intenção é de engajamento nesta longa tradição de pesquisa, de forma que a noção de *informalidade multidimensional* contribua para fortalecer o debate sobre esse tema e possibilite a compreensão de situações concretas de trabalho, no contexto mais amplo, mas que não se subordinem às grandes narrativas relativas às experiências sócio-produtivas dos centros dinâmicos, localizados fora ou dentro do Brasil. A concepção de informalidade que trazemos busca dialogar com as situações marginais de trabalho, em contextos periféricos, como os do Nordeste brasileiro, sem limitar a informalidade à operacionalização de variáveis sobre o mercado de trabalho, de forma que possamos entender o processo recente de imbricação, de conexão entre o formal e o informal, a partir de uma perspectiva que integra múltiplas dimensões. Theodoro (2004, p. 115) nos ajuda neste argumento:

informalidade e formalidade coabitam, criando e recriando formas diversificadas de organização produtiva e de relações de trabalho – é tarefa que ultrapassa os limites do espectro usual das chamadas ciências econômicas, **em prol de um enfoque mais abrangente** e – por que não? – multidisciplinar (THEODORO, 2004, p. 115. Grifo nosso).

Em se tratando de tese na área das Ciências Administrativas, consideramos de grande relevância, a oportunidade que esta pesquisa enseja de evidenciar as disputas e tensões na relação capital-trabalho, distanciando-se dos estudos (muitos deles situados na área de Gestão de Pessoas), que forjam o consenso e reduzem as profundas assimetrias nessa relação. Muitas pesquisas (Cf. nas áreas de estratégia, finanças, logística, operações, dentre outras) ainda carregam a herança do surgimento da Ciência Administrativa, cuja origem remete aos interesses exclusivos da gestão empresarial, constituindo-se para organizar o trabalho como força produtiva para o capital (MARSDEN; TOWNLEY, 2007). Isto significa a mobilização de recursos ideais, materiais e institucionais para legitimar certos conhecimentos e os projetos políticos que dele derivam (CLEGG, HARDY; NORD, 2007).

Dar visibilidade às formas e condições de trabalho nas lavanderias, identificadas a partir de um protocolo metódico (científico) contribui para subsidiar a tomada de decisão dos gestores públicos imbuídos de planejar e acompanhar a implementação de políticas públicas voltadas para o trabalho decente. Esta se configura como implicação prática da concepção de *informalidade multidimensional* que estamos evidenciando compondo a aplicabilidade da tese, nos termos destacados por Corley e Gioia (2011). Outros pontos que dialogam com estes autores, no tocante à originalidade do estudo, referem-se à (1) possibilidade de novas conexões entre os conceitos, o que se evidencia no nosso esforço de analisar dialeticamente um conjunto de dimensões, antes vistas isoladamente e de forma dicotômica. Este exercício de olhar um objeto já tratado por outras pesquisas sob uma nova perspectiva -a multidimensional - propicia um (2) redirecionamento crítico de visões existentes, ponto também em destaque para atestar a originalidade desta pesquisa.

Há também de se destacar que muitas pesquisas sobre o tema têm assumido um caráter predominantemente quantitativo, ao passo que o presente estudo assume o desafio de integrar múltiplas dimensões e atrelá-las a um estudo de natureza qualitativa que combina técnicas variadas de produção do material empírico. Acreditamos que, sem esta devida cautela teórico-metodológica, não conseguiríamos fazer a leitura do nosso objeto no contexto onde está situado - o Agreste Pernambucano - e com as peculiaridades da sua origem.

1.3 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS DA TESE

Esta tese está organizada em nove capítulos, que foram ordenados de modo a dar visibilidade ao objeto, que são as relações de trabalho nas lavanderias de *jeans* do Agreste Pernambucano.

Uma primeira parte está composta pelos capítulos de Introdução, Procedimentos Metodológicos e Debate Teórico. No primeiro deles, procuramos deixar claro de que se trata a tese, chamando a atenção para a problemática da informalidade no Polo de Confeccões do Agreste e posicionando as lavanderias de *jeans* neste debate. Também nos dedicamos a deixar claro o argumento de tese, que busca conectar a informalidade com caráter estruturante às mudanças recentes de “modernização” das lavanderias e o movimento de flexibilização no contexto nacional-global.

No Capítulo de Procedimentos Metodológicos, discorremos, num primeiro momento sobre a nossa escolha teórico-metodológica baseada nos estudos de Marx (1982, 2011, 2013) e da nossa intenção em fazer um esforço de relacionar dialeticamente empiria-teoria. Neste mesmo capítulo, apresentamos o detalhamento da pesquisa de campo para a nossa investigação de natureza qualitativa (período de realização, sujeitos pesquisados, técnicas de produção do material empírico, a análise), além do uso dos critérios de validade e confiabilidade da tese.

O Debate Teórico, tratado no Capítulo 3, apresenta um panorama histórico e atual sobre a formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil, chamando a atenção para a problemática da informalidade nas relações de trabalho também em perspectiva histórica e atual. Ao final do capítulo, na seção 3.3, apresentamos a nossa formulação, que é a noção de informalidade multidimensional.

Uma segunda parte da tese se dedica aos capítulos de análise do material empírico, que são os de número 5, 6 e 7, sendo que o Capítulo 4 se destinou a caracterizar a experiência sócio-produtiva do Polo de Confeccões do Agreste Pernambucano, situando as Lavanderias de Beneficiamento do Jeans nesse contexto, alertando para as iniciativas de modernização/regularização do segmento no conjunto do *Polo* e a persistência da informalidade. No capítulo 5, caracterizamos as reconfigurações sócio-produtivas das lavanderias com base em sete perfis, derivados das observações de campo. O foco deste capítulo é a organização do processo produtivo. No Capítulo 6, o foco da análise se volta para a dinâmica formal-informal nas unidades produtivas pesquisadas, considerando este processo de

reconfiguração do segmento. No Capítulo 7, a análise está centrada nas relações de trabalho, especificamente na sua redefinição a partir da dinâmica formal-informal explicitada no capítulo anterior.

No Capítulo 8, buscamos recuperar o argumento de tese a partir da discussão dos resultados apresentada nos capítulos 5, 6 e 7.

O Capítulo 9 é o das considerações finais em que procuramos recuperar o caminho geral do nosso raciocínio, os principais achados da pesquisa e, por último, desdobramentos da pesquisa para futuros estudos.

CAPÍTULO 2.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta tese inserida no campo das Ciências Administrativas se aproxima dos *Estudos Organizacionais Críticos*, especialmente no exame que tais estudos têm feito sobre os limites das consagradas abordagens gerencialistas, conforme já anunciamos no capítulo anterior. Congregando aportes diferenciados, alguns autores têm se esforçado em classificar ou alinhar seus estudos, seja às noções do chamado Pós-estruturalismo Francês, seja às referências teóricas e metodológicas da tradição marxista e/ou da teoria crítica da Escola de Frankfurt (PAES DE PAULA, 2008; FARIA, 2009). No entanto, como sabemos, tais formulações originadas no campo filosófico e nas ciências sociais, longe de serem consensuais, em seus termos, fundamentos e orientações, apresentam-se, enquanto construtos sociais circunscritos a situações históricas, como um *campo de forças* no qual diferentes posicionamentos disputam legitimidade e reconhecimento acadêmico. Falar de sistemas classificatórios é sempre ter em mente relações de poder, que hierarquizam, clamam por nomeações, simplificam e desclassificam (BOURDIEU, 1983).

Assim, para uns, a relação entre construções teóricas e a dimensão empírica da realidade, no que concerne à execução de uma pesquisa, se dá sob a chave da aplicação de conceitos a determinados casos ancorada na noção de verificação (teste-confirmação), usada para estabelecer, por correspondência, a verdade de proposições cuja validade ainda não tenha sido confirmada (HIMES, 1986). Para outros, a consequência lógica e prática daquela noção, levada às últimas consequências, seria o primado do teórico sobre o empírico, ou seja, uma postura que, embasada em conceitos e raciocínios *a priori* lança-se no estabelecimento, por dedução, de determinadas afirmações sobre situações observadas no mundo. Em outros termos, aqui teríamos um procedimento autoconfirmador que se relaciona com a realidade social conformando-a até atingir à autossuficiência da construção teórica. Numa palavra, fatos como consequências da teoria.

Esse não foi o caminho que trilhamos aqui. A construção de nossa abordagem teórico-metodológica, em diálogo com as formulações de Marx (1982, 2011, 2013), Marx e Engels (2007), buscou, nos limites dessa pesquisa, enfatizar as relações dialéticas entre teoria e empiria e entre outras dimensões, como veremos. Por um lado, nos afastamos de posições que concebem o marxismo como um corpo doutrinário, como uma verdade autossuficiente, internamente consistente e inteiramente concluído num conjunto particular de textos. Não se trata de um exercício de exegese e filiação, mas de uma reelaboração mais livre, presente nos supostos de nossa revisão, na escolha de determinadas fontes, na construção do objeto e sua problemática. Está, enfim, no emprego que fazemos desse referencial, como instrumento de auxílio na leitura do material empírico produzido em campo.

Por outro, afirmamos que a tarefa da pesquisa inserida numa tradição crítica inspirada na obra de Marx não é se tornar “uma gigantesca estação experimental na qual as teorias de manufatura estrangeira possam ser aplicadas, testadas e confirmadas” (THOMPSON, 1981, p.57-58). Seu objetivo é antes, reconstituir, explicar e compreender seu objeto, considerando que a relação entre teoria e empiria não pode ser compreendida em quaisquer termos que suponham ser um deles função (inferência, revelação, abstração, atribuição ou “ilustração”) do outro. O conhecimento, assim produzido, se mostra provisório, sujeito a modificações, seletivo e limitado (THOMPSON, 1981).

Tal exercício crítico, que incorpora contribuições conceituais, ao mesmo tempo em que estabelece o exame de suas insuficiências, tem provocado inúmeras controvérsias e já foi tratado em farta literatura, e o consideramos útil no desenho de nosso fio analítico. O próprio Marx tratou essa questão de forma ambivalente com ênfases diferentes que variam ao longo de sua obra. Suas pistas metodológicas¹⁷ foram desenhadas no debate crítico que travou com o idealismo hegeliano (situado como as bases de seu próprio método), bem como com seus correlatos, no âmbito da teoria econômica e política, justamente no questionamento das generalidades abstratas, tomadas como conceitos ou ideias naturalizadas, sem fundamento material e histórico das condições sociais (BHASKAR, 2001). Isso o levou, a um realismo ontológico com certa ênfase na dimensão objetiva no sentido de demarcar sua posição contrária ao apriorismo (teoricismo), deslocando, assim, a validade de todos os procedimentos puramente especulativos e subjetivos, que afirmam o primado das ideias sobre o mundo prático. Nesse registro, deve-se demonstrar, em cada situação empírica particular:

a conexão entre a estrutura social e política e a produção [...] A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real [...] Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam [...] parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos [...] Esse modo de considerar as coisas parte de pressupostos reais e não os abandona em nenhum instante. Seus pressupostos são os homens, não em qualquer isolamento [...] mas em seu processo de desenvolvimento real, empiricamente observável, sob determinadas condições (MARX; ENGELS, 2007, p. 93-94).

Tais pressupostos, assinalados acima, ancorados nas condições materiais da vida, nas relações sociais de produção, ou seja, na centralidade da mediação do trabalho situado em determinado contexto, configuram a *abordagem histórico-dialética*. Nessa abordagem – uma

¹⁷ Segundo estudiosos de Marx, as explicações metodológicas estão espalhadas no conjunto das suas obras, em pequenas notas. Marx não escreveu um texto especificamente sobre método, pois o entendia articulado com a teoria e a investigação (PAULO NETTO, 2011).

inversão do método empregado, tanto na economia política clássica inglesa, como na filosofia idealista alemã – “a investigação tem de se apropriar da matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexo interno” (MARX, 2013, p.90-91). Seu ponto de partida são os fenômenos aparentes, mistificado, uma representação caótica do todo, observada empiricamente em determinadas condições, a ser submetida à análise cuidadosa. Nesse ponto chegaríamos “a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado às determinações mais simples” (MARX, 2011, p. 54). Só concluindo adequadamente essa tarefa, é que se passaria a reconstrução do fenômeno, na forma de um “concreto pensado”, a apreensão do fluxo do movimento. Teríamos não aquela representação caótica que serviu de ponto de partida, mas uma rica totalidade, uma “síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, 2011, p. 54). A exposição do movimento real, “agora refletido idealmente” só aparentemente poderia sugerir uma construção *a priori*, já que “o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado” (MARX, 2013, p. 90-91).

Nota-se que não se tratam de categorias isoladas, generalizantes e abstratas, expressão de leis eternas e independentes da história (tão ao gosto da ideologia liberal) da qual se deduz o concreto (casos particulares), mas sim da demonstração das contradições internas, de seus elementos de continuidade e transformação (rupturas) antagonicamente articulados, geradas precisamente num processo histórico estruturado num sistema de relações. Da distinção epistemológica entre formas fenomênicas (aparências) e seu movimento, suas estruturas, mecanismos e relações¹⁸, a noção de dialética amplia-se, sendo apresentada, tanto como um princípio ontológico que governa a totalidade da realidade, como um designativo relacional do movimento da própria história (BHASKAR, 2001). No entanto, Marx (1982), ao avançar em seus estudos econômicos, parece abrir uma controvérsia sobre as relações existentes entre condicionamento e determinação, fenômeno essencial ou recurso analítico, também presentes na articulação das noções de estrutura e processo, entre os lugares da economia e da política. Isso foi explicitado por Marx numa conhecida passagem, ao afirmar que sua investigação sobre a sociedade capitalista tinha desembocado no seguinte resultado:

O fio condutor aos meus estudos pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de

¹⁸ “Toda ciência seria supérflua se as aparências externas e as essências das coisas coincidissem diretamente” (MARX, 1986, p. 271).

consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social que determina a sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes [...] Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção [...] e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito e o conduzem até o fim [...] é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção [...] Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno. As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos (MARX, 1982, p. 25-26).

Dessa passagem foram produzidas interpretações que buscaram enfatizar a existência de um esquema simplificado, seja em termos de uma filosofia teleológica baseada numa história unilinear – a partir de uma sucessão de modos de produção –, seja, pelo princípio de determinação “automática”, uma relação “mecânica”, da base material econômica, sobre a superestrutura, reduzida a epifenômeno - um produto accidental e acessório. Ambas, teleologia unilinear e economicismo produziram, em nosso entendimento, um efeito teórico-político de apagamento das potencialidades heurísticas da *abordagem crítica e dialética*¹⁹, ao considerar determinadas situações sociais já como funcionais à dinâmica de acumulação, estabelecidas e sem mobilidade, compondo, tão somente, uma pesada estrutura de reprodução. Esse efeito também pode ser visto ao minimizar o lugar da luta política, tornando secundários a dimensão subjetiva e o papel dos sujeitos sociais constituídos em classes.

Assim, evitamos esse realce procurando abandonar a primazia do econômico nos concentrando na simultaneidade, na interpenetração mútua de relações produtivas particulares que compõem o processo histórico, aqui entendido como algo que está sempre em fluxo, em conflito, disputado por relações de forças sociais. Nesse ponto, o próprio Marx parece insistir nas possibilidades de ação e transformação ao dizer que “os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem

¹⁹ “Ouvimos dizer com frequência que Marx tinha um ‘método’, que esse método se situa em algum ponto na região da razão dialética, e que isso constitui a *essência* do marxismo. É, portanto, estranho que, apesar de muitas alusões e várias declarações de intenção, Marx nunca tenha escrito essa essência. Ele deixou muitos cadernos de notas. Foi no mínimo um trabalhador intelectual consciente e responsável. Se tivesse achado a chave do universo, teria reservado um ou dois dias para anotar isso. Podemos concluir, portanto, que não foi escrito porque *não podia ser escrito*. Porque não se tratava de um método, mas de uma prática, e uma prática aprendida praticando-se. De modo que, nesse sentido, a dialética nunca pode ser registrada, nem aprendida de cor. Ela só pode ser assimilada pelo aprendizado crítico dentro da própria prática” (THOMPSON, 1981, p. 129).

escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2012).

Para tanto, é necessário destacar na análise exatamente os nexos que a ordem econômica guarda com a dimensão política e cultural da sociedade ou, dito de outro modo, as articulações tensas e contraditórias estabelecidas entre estruturas sociais de natureza mais objetiva (materiais, referidas a base econômica) e a propagação e reelaboração de práticas e ideias, precisas ou difusas, notadamente no que se refere aos sentidos políticos e ideológicos, contemplando, assim, a dimensão subjetiva e ativa dos sujeitos (HARVEY, 2010).

Isso nos coloca a tarefa, desde já, de fixar duas proposições básicas. Se as referências à abordagem de Marx nos são úteis, ainda assim, elas são insuficientes, pois tratam de outro tempo e espaço. Houve muitas transformações na ordem capitalista ao longo do século XX, ao mesmo tempo, suas formas de expressão em processos históricos de formação do espaço nacional e local (nosso ponto de observação privilegiado que traduz contraditoriamente essa dinâmica) só podem ser entendidas por um exercício analítico de muitas mediações²⁰ (ANTUNES, 2004; HARVEY, 2010). Acrescente-se a isso que, não obstante as mudanças significativas e paradigmáticas que se abateram sobre o mundo do trabalho em função das transformações no capitalismo mundial nos últimos sessenta anos, alguns elementos invariantes e essenciais, referidos reciprocamente entre si, ainda estão presentes na atual dinâmica social: (1) propriedade privada dos meios de produção e a consequente existência da desigualdade, de interesses conflitantes e luta de classes; (2) lógica econômica baseada na acumulação de capital cujo fundamento ancora-se, de um lado, em arranjos ideológicos de controle (que buscam convencimento, adesão, legitimação, cooptação subjetiva), e de outro, na exploração direta e indireta, do trabalho de amplos segmentos sociais, não importando os custos e as consequências (ANTUNES, 2004; HARVEY, 2010). Trata-se, pois, de situarmos *processos* (diacronia) e *estruturas* (sincronia), ou seja, de dedicarmos atenção, tanto ao desenvolvimento histórico do objeto, a análise de sua mudança através do tempo, como da análise de sua existência em um tempo determinado, numa “visão congelada” em certo momento, um isolamento sistemático de certas atividades selecionadas em relação ao todo (THOMPSON, 1981). Nessa medida, reconhecemos, de fato, os condicionamentos gerais da

²⁰ Abordaremos a formação histórica e transformações atuais do capitalismo no Brasil, com ênfase no debate sobre a informalidade, para tratar das mediações, das suas particularidades no Nordeste e Agreste Pernambucano. A experiência sócio-produtiva denominada recentemente de *Polo*, como veremos nos próximos capítulos, se conecta à dinâmica capitalista mais geral, porém não se subordina a esta. A sua origem, conforme apontamos no capítulo introdutório, localiza-se nos interstícios, para usar a expressão de Cacciari (1982), ou seja, nos espaços não propriamente ocupados por aquela dinâmica, protagonizada por mulheres e homens em luta pela sobrevivência.

sociedade moderna capitalista, a força impositiva de sua lógica, tendentes a tolher a capacidade de ação e luta, tendentes a ampla conversão das relações sociais a sua racionalidade econômica, mas sempre sob alerta, já que, ainda assim, isso não é tudo. Mesmo que limitado, há sempre espaços alternativos, brechas, fissuras, lugares não ocupados, há sempre outras racionalidades em disputa e práticas resistentes. Daí a necessidade de se considerar as especificidades, as singularidades locais de dadas configurações e situações sociais, exatamente no que elas guardam de elementos reprodutores, mas também diferenciadores.

Foi com base nessa abordagem metodológica e nos supostos a ela associados, que tratamos nosso objeto - as relações de trabalho em lavanderias de *jeans* situadas no Polo de Confeções do Agreste Pernambucano. Concernente ao argumento apresentado, optamos por uma estratégia de pesquisa de natureza qualitativa, cujo percurso foi sendo construído em sucessivas aproximações, por procedimentos e delineamentos que serão explicitados na sequência.

2.1. DELINEAMENTO DA PESQUISA

Para o alcance dos objetivos desta pesquisa, delineamos um estudo de natureza qualitativa, definidos pela: (a) coleta do material empírico em contato direto e intenso com o campo; (b) combinação das técnicas de observação e entrevista em profundidade²¹ tomados como fontes primárias de informação e também a análise de documentos institucionais²²; e (c) pela atenção dedicada às experiências dos sujeitos considerando como significativos os relatos, as percepções e os pontos de vista por eles próprios produzidos (MERRIAM, 2009; FLICK, 2009; STAKE, 2011). Buscamos, sempre que possível, oferecer uma descrição detalhada dos aspectos, ambientes e processos que compõem nosso objeto de estudo. Desse ponto de vista a pesquisa assumiu uma tarefa descritiva, mas não só. Também buscamos, nos limites que enfrentamos, elucidar os sentidos mais profundos, singulares e particulares, bem como, identificar as razões de ordem mais geral que concorrem na conformação de nosso problema de pesquisa. Nesses termos, acreditamos que a pesquisa em seu esforço de

²¹ As chamadas “*entrevista em profundidade*” agrupam todas as formas de entrevistas semiestruturadas e não estruturadas, ou seja, todas aquelas em que há estratégias intersubjetivas, derivadas da liberdade dos entrevistados falarem em seus próprios termos sobre questões levantadas, de dizerem, a partir de suas perspectivas como eles interpretam suas experiências (PIOVANI, 2007).

²² A produção do material empírico ocorreu também com registro de fotografias e gravação de vídeos, mas que foram acionados de forma complementar às entrevistas, à observação e às fontes documentais.

articulação, poderia ser nomeada, quanto aos seus fins, como explicativa-interpretativa (POUPART *et al.*, 2008).

Para apreensão das “relações de trabalho em lavanderias de *jeans*”, realizamos contato direto, não ininterrupto, com o campo, durante 2 (anos), aproximadamente. A “coleta”, melhor dizendo, a produção do material empírico, ocorreu nesse período e em etapas, seguindo níveis paulatinos de aprofundamento. Da mesma forma, procuramos organizar a seção dos resultados, que se inicia numa camada densamente descritiva e, na sequência, direciona-se para a análise.

De início, buscamos aprofundar a nossa familiaridade²³ com o campo empírico de forma a construir o objeto de pesquisa. Segundo Poupert *et al* (2008), o objeto é, ao mesmo tempo, um ponto de partida e um ponto de chegada na pesquisa qualitativa e se constrói, progressivamente, na relação entre o campo empírico e a revisão bibliográfica. Neste processo foram fundamentais a aproximação que fizemos junto às sessões de estudo, debates e contato com pesquisas (dissertações e teses) promovidas no âmbito do Grupo de Pesquisa Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas (TDEPP/UFCG), que deram o suporte teórico-metodológico para encontrarmos o nosso caminho de construção do objeto da tese. Igualmente importantes foram as leituras realizadas por ocasião das disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/UFPB) especialmente aquelas da ênfase “Estado, Trabalho e Sociedade”²⁴.

A fase inicial da pesquisa de campo se deu com um período exploratório compreendido entre os meses de agosto de 2012 e julho de 2014. Em agosto de 2012, em conjunto com o coordenador do TDEPP, realizamos incursão no *Polo de Confecções* para obter informações sobre o surgimento das lavanderias e traçar um panorama inicial e geral do segmento na região. Apoiados nesta finalidade, escolhemos intencionalmente 4 (quatro) sujeitos, a saber: um gerente de produção e três proprietários de lavanderias nas cidades de Caruaru e Toritama, que possuíam longa trajetória no ramo local, sendo que um deles havia sido o pioneiro. Junto a eles tivemos acesso ao setor de produção das lavanderias, onde

²³ Já havia familiaridade com a região em função da atuação como docente na cidade de Caruaru que propiciou algumas visitas técnicas a lavanderias com o foco na análise das ações de sustentabilidade ecológica.

²⁴ No conjunto das disciplinas destacamos algumas que foram fundamentais e contribuíram diretamente para a construção do nosso objeto: “Estado, Mercado e Terceiro Setor”, “Relações de Trabalho”, e “Tópicos Especiais em Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho” porque possibilitaram o contato com um conjunto de textos que nos alertaram para as especificidades do Brasil, particularmente os elementos históricos de constituição do capitalismo no país. Além das disciplinas gerais: “Tópicos Especiais em Administração e Sociedade” e “Metodologia Qualitativa”. Outra igualmente disciplina fundamental, que cursamos, foi “Trabalho, Ação Coletiva e Políticas Públicas” vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG, em virtude da recuperação da Sociologia do Trabalho no Brasil (sua origem, institucionalização, principais temas e autores).

procedemos à técnica de observação direta (FLICK, 2009). As observações nos permitiram o contato inicial e mais sistemático com o conjunto de atividades daqueles empreendimentos, o número de trabalhadores, indicações das condições e estrutura do ambiente de trabalho, bem como, perceber a execução de tarefas exatamente no momento em que eram realizadas. Optamos pela observação sistemática seguindo um roteiro prévio, porém fazendo um uso flexível e aberto, de modo a incorporar novos elementos em conformidade com as interações de campo (vide Apêndice B). Essas observações compuseram o caderno de campo, acionado posteriormente como fonte de análise. Em combinação à técnica de observação, recorremos, visando à “triangulação” das fontes, a entrevista não estruturada aplicada junto aqueles sujeitos (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999). Gravados os áudios, totalizando aproximadamente 3 horas, essas entrevistas possibilitaram a identificação de aspectos gerais e específicos sobre a história, o desenvolvimento e entraves do funcionamento das lavanderias no *Polo*.

Em julho de 2014, após contato mais intenso com leituras dos temas da tese, retornamos ao campo para compreender a organização da produção e do trabalho nas lavanderias, o porte do negócio e a ação de agentes externos junto ao segmento. Entrevistamos 04 (quatro) sujeitos, sendo o primeiro deles, um dos coordenadores do ITEP, escolhido intencionalmente por ter participado dos projetos de modernização voltados às lavanderias²⁵. A partir dele, tivemos acesso aos demais (estratégia bola de neve) e aplicamos roteiro não estruturado, que iniciava solicitando ao entrevistado que relatasse sua trajetória pessoal e profissional, de forma a deixá-lo à vontade e obter o *rapport* na interação. No decorrer, perguntas foram introduzidas direcionadas aos objetivos. Gravamos áudio com tempo total de aproximadamente 6 horas. Nesta oportunidade, observações diretas também ocorreram em 2 (duas) lavanderias, com registro de fotografias em uma delas, abrangendo os espaços, as etapas do processo produtivo e condições de trabalho. A seguir, o Quadro 01 resume as entrevistas na fase exploratória:

Quadro 01 - Fase exploratória da pesquisa (1)		
PERÍODO	SUJEITOS*	LOCAL
	Gestor 01 - Gerente de Produção	Lavanderia (Toritama)

²⁵ De forma geral, todos os sujeitos foram escolhidos de forma intencional, pela possibilidade de relatar pontos de interesse da pesquisa, e por acesso (indicação de nossos colegas de pesquisa e dos próprios trabalhadores e gestores das lavanderias).

AGOSTO/2012	Gestor 02 - Proprietário	Lavanderia (Toritama)
	Gestor 03 - Proprietário	Lavanderia (Toritama)
	Gestor 04 - Proprietário	Lavanderia (Caruaru)
JULHO/2014	Agente 01 - Coordenador	Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP)
	Gestor 05 - Proprietário	Lavanderia (Caruaru)
	Gestor 06 - Proprietário	Confecção e Lavanderia (Caruaru)
	Trabalhador 01 – Aux. administrativo	Lavanderia (Caruaru)

* Com o intuito de manter o anonimato nos depoimentos dos entrevistados todos os nomes foram substituídos por pseudônimos, assim como as lavanderias foram identificadas com os nomes genéricos “Lavanderia” ou “Confecção e Lavanderia”

Fonte – Autoria própria, 2016.

Após a incursão em campo da fase exploratória, ocorreram 02 (duas) visitas técnicas a lavanderias do *Polo de Confecções*, no escopo de ação do TDEPP, sob o acompanhamento do coordenador e a presença de outros pesquisadores seniores. A primeira delas, em dezembro de 2014, contemplou uma lavanderia situada na cidade de Toritama. Na ocasião, fomos recebidos pelo gerente de produção que percorreu as dependências da fábrica esclarecendo dúvidas sobre a organização da produção e do trabalho. Obtivemos liberação da empresa para a gravação de vídeos e registros de fotos, ambos retratando o processo produtivo. Usamos a técnica de observação direta, seguida de notas em caderno de campo, sob auxílio de roteiro similar ao da fase exploratória. Em setembro de 2015, a segunda visita técnica foi feita junto à lavanderia com funcionamento integrado à confecção localizada em Caruaru. Com a mesma finalidade que a visita anterior, aplicamos procedimentos semelhantes e gravamos vídeos e fotografamos a fábrica. Nesta oportunidade, registramos em áudio entrevistas não estruturadas com a gerente de recursos humanos e com alguns trabalhadores dos setores de *design*, modelagem, bordado e lavanderia. Aqui tivemos o intuito de obter informações sobre o processo de trabalho. O tempo total de gravação do áudio foi de 2 horas.

A fase exploratória e as visitas técnicas com a presença dos pesquisadores seniores foram imprescindíveis e subsidiaram as fases subsequentes da pesquisa. A análise preliminar do material empírico permitiu identificar 7 (sete) configurações na relação confecção-lavanderia (vide Capítulo 4), que juntamente com a revisão bibliográfica, orientaram a elaboração dos objetivos específicos da tese.

Após a identificação das configurações produtivas no segmento e do ajuste no planejamento da pesquisa, desenhamos a última fase do campo que se concretizou em março de 2016, caracterizada como uma fase de “coleta” mais sistemática do material empírico, tanto por seu caráter focalizado nos elementos centrais, só a essa altura definidos, como pelo olhar seletivo, que buscou a complementação de pontos até então não explorados suficientemente nas fases anteriores (FLICK, 2009). Neste retorno ao *Polo*, já havíamos

definido que o escopo da pesquisa estaria circunscrito às cidades de Caruaru e Toritama, tanto por abrigarem maior concentração de lavanderias de *jeans*, quanto pela facilidade de acesso aos entrevistados em virtude dos contatos firmados nas fases anteriores do estudo. Definimos os sujeitos intencionalmente - proprietários e trabalhadores de lavanderias; agentes públicos e privados, que atuam junto ao segmento - e iniciamos os agendamentos, que sofreram adaptações no decorrer do processo em função das disponibilidades. Em consequência disto, a estratégia bola de neve foi acionada para chegarmos aos sujeitos requeridos.

Nesta fase da pesquisa, a modalidade de entrevista escolhida foi a semiestruturada, que comportou roteiro com algumas perguntas pré-definidas, havendo espaço para a inclusão de novas questões no decorrer do diálogo, possibilitando a abertura de perspectivas para a pesquisa baseada nos relatos dos sujeitos (vide Apêndices C e D). Entrevistamos 15 (quinze) sujeitos e foram construídos roteiros diferenciados para cada grupo (gestores, trabalhadores e agentes). Houve gravação do áudio com duração média de uma hora em cada entrevista. Aqui seguimos o critério de *saturação*, aquele ponto no qual o pesquisador percebe que, do material produzido em campo, elementos centrais começam a se repetir, não surgindo elementos novos, desconhecidos acerca do interesse da pesquisa (PIOVANI, 2007). Vê-se no Quadro 02 uma síntese das entrevistas realizadas no mês de março de 2016, entrevistas essas que foram transcritas na íntegra. Posteriormente, o conjunto desses textos foi analisado seguindo os procedimentos propostos por Finkel, Parra e Baer (2008):

- Iniciamos com a leitura do conjunto das transcrições buscando a identificação de padrões (regularidades) e singularidades dos enunciados de cada depoimento, localizando a posição social de cada entrevistado;
- No segundo momento passou-se a identificação dos principais temas que aparecem nos depoimentos dos entrevistados (derivados das perguntas do roteiro e das questões que surgiram na dinâmica da própria entrevista). Aqui nos lançamos na problematização do material a partir dos pressupostos da abordagem analítica, relacionando os depoimentos aos processos e contextos mais amplos. Os enunciados foram notados, mas também os significados implícitos, latentes, silenciados. O Quadro 02 resume as entrevistas nessa fase.

Quadro 02- Fase de coleta de dados (2)

SUJEITOS	LOCAL

Agente 01 – Coordenador	Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP)
Agente 02 - Representante	Empresa de produto químico (Caruaru)
Agente 03 - Representante	Empresa de produto químico (Caruaru)
Agente 04 - Representante	Associação de lavanderias de Caruaru (ALC)
Agente 05 – Técnico	SEBRAE
Agente 06 - Servidor público	Gerência Regional do Trabalho
Gestor 07 – Proprietário	Confecção e Lavanderia
Gestor 08 – Proprietário	Confecção e Lavanderia
Gestor 09 – Proprietário	Lavanderia
Trabalhador 02 – Aux. Administrativo	Confecção e Lavanderia
Trabalhador 03 – Lavador	Lavanderia
Trabalhador 04 - Conferente	Lavanderia
Trabalhadora 05 – Operadora da Estação de Tratamento de Efluentes	Lavanderia
Trabalhador 06 – Esponjador	Lavanderia
Trabalhadora 07 - Téc. Desenvolvimento	Lavanderia
Trabalhador 08 - Pistolador	Confecção e Lavanderia

Fonte – Autoria própria, 2016.

Para efeito de análise, consideramos o conjunto de transcrições realizadas ao longo da pesquisa, mesmo aqueles referidos às entrevistas não estruturadas (fase exploratória) visto que durante aquelas conversas iniciais pontos significativos vieram à tona. As *entrevistas em profundidade* buscaram recuperar o ponto de vista de sujeitos de diferentes posições sociais relacionado à nossa problemática, mas, sobretudo, cumpriu uma tarefa, que julgamos pertinente: em meio a um silenciamento e apagamento da questão social, dar voz aqueles diretamente envolvidos com o trabalho precário, enraizado na informalidade constitutiva daquela região, sempre na preocupação de uma escuta atenta de modo a apreender as percepções e dilemas enfrentados por eles, tanto em sua luta pela sobrevivência (donde sobressalta o aspecto da exploração socioeconômica e dominação política), quanto das reações silenciosas (resistências) nos locais de trabalho, na mobilidade social e melhoria das suas condições de vida. Ao lado do material textual produzido a partir das entrevistas não estruturadas e semiestruturadas, também contamos, ainda nessa fase, descrita no Apêndice B, com as anotações produzidas no caderno de campo, oriundo das observações diretas realizadas. Outra fonte de informação foram os documentos, reunidos em relatórios institucionais do ITEP e SEBRAE; *folders* dos projetos do SEBRAE voltados às lavanderias; Termo de Ajuste de Conduta emitido pelo Ministério Público e *homepages* de órgãos públicos e privados, a exemplo da Junta Comercial do Estado de Pernambuco (JUCEPE) e associações de lavanderias de Caruaru e Toritama. A síntese das etapas da pesquisa de campo se encontra no Quadro 03 na sequência.

Quadro 03 - Síntese das etapas da pesquisa de campo

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ETAPA	SUJEITOS CRITÉRIO DE SELEÇÃO	INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DO MATERIAL EMPÍRICO
① Caracterizar as reconfigurações sócio-produtivas das lavanderias	① Tipologia das lavanderias	• Dez proprietários de lavanderias • Sete trabalhadores de lavanderias • Seleção dos entrevistados: acesso e estratégia bola de neve	• Observação direta em lavanderias • Entrevista não estruturada (Fase exploratória) • Entrevistas semi-estruturadas • Fontes documentais
② Analisar a dinâmica formal-informal em cada uma das reconfigurações	② Análise da dinâmica formal-informal		• Observação direta em lavanderias • Entrevista não estruturada (Fase exploratória) • Entrevistas semi-estruturadas
③ Analisar as implicações da dinâmica formal-informal nas relações de trabalho	③ Análise das relações de trabalho	• Sete trabalhadores de lavanderias • Sete trabalhadores de lavanderias • Um servidor da Gerência Regional do Trabalho (MTE) • Seleção dos entrevistados: acesso e estratégia bola de neve	• Entrevista não estruturada (Fase exploratória) • Entrevistas semi-estruturadas

Fonte – Autoria própria, 2016.

A análise do conjunto do material empírico (entrevistas, documentos, notas de observação) reunido seguiu como “um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNADJER, 1999, p. 170). Foi um caminho complexo, não-linear, que procurou identificar temas e relações, num processo de “sintonia fina”. A estas especificidades da análise qualitativa incorporamos a perspectiva dialética, trazendo à tona as tensões, as contradições, os conflitos na análise das relações de trabalho em lavanderias de *jeans*.

Durante a realização da pesquisa nos deparamos com algumas questões discutidas no campo das ciências administrativas relativas aos critérios de cientificidade de estudos realizados em seu domínio. Tentando enfrentar pontos polêmicos que cercam as pesquisas qualitativas, no que pese o comprometimento de sua validade no dizer dos cânones herdados das ciências naturais, as ciências sociais aplicadas, em sua prática quase generalizada, têm advogado a inclusão de procedimentos que possam garantir e conferir *validade* e

confiabilidade à pesquisa. Configurando ponto pacífico em pesquisas de corte quantitativo, essas noções, carregadas de sentido, têm se expandindo para contemplar também as pesquisas centradas em metodologias qualitativas, juntamente com recomendações que possibilitam qualidade e legitimidade (PAIVA JÚNIOR, LEÃO, MELLO, 2011).

Assim, as estratégias de *validade interna* ou *credibilidade* que utilizamos consideraram as recomendações de Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999), Merriam (2009), Creswell (2013), pelo menos em três pontos: ao contemplarem o contato direto e frequente, durante períodos variados, da pesquisadora junto aos sujeitos, práticas e experiências em campo; na atenção dada à existência de casos negativos, ou seja, na análise de situações e posições divergentes/destoantes (singulares) frente aos “padrões” constatados; a combinação no uso de técnicas e fontes (orais e documentais), uma “triangulação”, que se fez por meio de observação não participante, entrevistas não estruturadas e semi estruturadas, incorporação de informações oriundas de documentos institucionais. Não obstante o pressuposto (de que os “dados” autoevidentes devem ser validados) subjacente à ideia de triangulação, a complementação no uso de fontes nos pareceu muito produtiva na medida em que possibilitou maior profundidade, complementação de informações e, ao mesmo tempo, amplitude ao considerar pontos de vista divergentes na consecução do estudo (PIOVANI, 2007; MAY, 2004).

Outro aspecto foi a *validade externa* que poderá ser observada na descrição do estudo para que leitores/pesquisadores decidam sobre a *transferibilidade*, ou seja, analisem se os resultados podem ser aplicados a novos contextos. Em relação a este aspecto fazemos a seguinte ponderação para reforçar o nosso posicionamento no debate: o conhecimento científico entendido como provisório e parcial retrata uma visão específica - a partir da lente da pesquisadora - do objeto situado em dado momento histórico. Os resultados apresentados podem iluminar leituras/interpretações de outros contextos (*e.g* ao analisarmos as relações de trabalho nas lavanderias de *jeans* podemos conectá-las à dinâmica capitalista mais geral), mas não nos propomos à generalização.

Quanto à *confiabilidade* ou *consistência* do estudo, esta se explica pela obtenção dos mesmos achados, caso a pesquisa seja replicada. Merriam (2009) aponta esse ponto como problemático nas pesquisas em ciências sociais, em virtude do dinamismo na vida social e no comportamento dos sujeitos. Para a autora, o aspecto mais relevante concernente à confiabilidade é que os resultados estejam consistentes com o material empírico produzido.

Aliado às ações de confiabilidade e validade do estudo, buscamos seguir algumas orientações da *ética na pesquisa qualitativa* (FLICK, 2009). Desta forma, as entrevistas

contaram com agendamento prévio, momento em que foi explicitada a sua finalidade e obtido o consentimento dos sujeitos para participarem da pesquisa. Na ocasião, salientamos a sua natureza acadêmica e a garantia do anonimato de informações que pudessem identificar os sujeitos e/ou as lavanderias. Quanto aos relatos, procuramos ser fidedignos aos termos e ideias empregados, no procedimento de transcrição, bem como a sua contextualização e localização no corpo do texto que compõe nossa análise, sempre atentando para a posição social de quem fala. Assim, tentamos deixar claro o conteúdo e as percepções dos sujeitos entrevistados, os diferenciando de nossa interpretação realizada com base nesses materiais.

Por fim, um último ponto é necessário destacar. Algumas dificuldades marcaram nosso trabalho de campo. Tratamos de um tema delicado: a prática de atividades sociais que ocorrem em ambientes laborais de acesso privado, muitas vezes à margem da regulação do poder público, com muitos negócios funcionando de modo ilegal. Seja pelo não recolhimento de impostos, pelo descumprimento da legislação trabalhista, com emprego de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, seja por apresentarem ambientes insalubres, perigosos à saúde, sem proteção ambiental e do trabalho; em alguns casos, pela confluência desses fatores. Apesar de ser uma prática mais ou menos disseminada na região, de certa forma, como trataremos mais adiante, impregnada, tornada naturalizada nas práticas sociais, o acesso a tais ambientes não se faz de um modo totalmente livre. Claro que contamos com o apoio e colaboração de muitos, sem os quais não teria sido possível a execução da pesquisa nos termos em que foi desenhada. Mas, o fato é que tratar dos temas inerentes a nossa investigação, em muitas situações mostrou-se desafiador, demandando ajustes e flexibilidade no planejamento e execução de nosso cronograma ou mesmo redimensionamentos referentes ao acesso a determinados locais que tínhamos imaginado. Ser confundida como fiscal do trabalho, como fiscal da receita estadual, como alguém que traria algum risco ao proprietário do negócio ou vista pelo próprio trabalhador como alguém que traria problemas e uma possível demissão, tornou-se uma possibilidade real, que a todo momento tentamos driblar.

Assim, parte das limitações desse estudo remete à produção, “coleta” do material empírico, seja na dificuldade encontrada para agendarmos parte das entrevistas, seja no comportamento reservado de alguns sujeitos no momento da interação face a face. Procuramos minimizar tais questões partindo de uma aproximação junto a eles, que se deu na maioria dos casos, mediada por certos códigos implícitos, por redes de contatos pessoais e profissionais. Isso possibilitou uma maior disponibilidade na marcação da conversa e abertura durante o diálogo.

Nas entrevistas mais recentes (março/2016) percebemos um certo “medo” por parte de alguns trabalhadores em discorrer abertamente sobre as condições e relações de trabalho vivenciadas por eles. Durante as entrevistas, ficaram evidentes os relatos de demissões que têm afetado trabalhadores das lavanderias nos últimos cinco meses. O Polo de Confeccões, no momento da pesquisa, atravessava os efeitos mais amplos advindos da conjuntura de crise econômica que assolava o país, com inúmeros relatos, em conversas com informantes, sobre o quanto as vendas estavam fracas, a produção nos fabricos, em geral, desaceleradas, com forte impacto nas lavanderias de *jeans*. Este também pode ter sido um fator de inibição no decorrer da entrevista, aliado ao conteúdo de algumas perguntas que versavam sobre questões do cotidiano do trabalho.

CAPÍTULO 3.

CAPITALISMO NO BRASIL E O DEBATE DA INFORMALIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Neste capítulo buscamos entrar no debate teórico e bibliográfico de forma a recuperar, num primeiro momento: (1) o processo histórico de formação do capitalismo no Brasil e o seu desenvolvimento nos anos recentes, procurando diferenciar as experiências de industrialização e do mercado de trabalho no Centro-Sul e Nordeste, com destaque para as implicações da abertura comercial dos anos 1990 para a cadeia têxtil-confecção; na sequência, (2) apresentar o debate/as interpretações sobre a formação do capitalismo brasileiro chamando a atenção para as particularidades do nosso processo frente à experiência dos países centrais e, com maior ênfase, (3) recuperar os debates sobre a “velha informalidade” - os estudos seminais na década de 1970 no mundo e no país - e a “nova informalidade” - os estudos a partir do final dos anos 1980 impactados pelo desmonte do estado de bem estar social na Europa e do mercado de trabalho brasileiro após os anos 1990 e pós- 2010. Ao final do capítulo, na seção 3.3, destacaremos a contribuição teórico-conceitual da tese, que é a informalidade como noção multidimensional, considerando as contribuições do debate teórico-bibliográfico, assim como suas brechas.

Este debate possibilitará a conexão com o argumento de nossa tese, além do suporte à articulação teoria-empíria desdobrada a partir do Capítulo 5.

3.1 O PROCESSO HISTÓRICO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO - DE 1930 A 1970

No Brasil, a história social do trabalho se cruza com a história econômica, em tempos e espaços diferentes, cujos paralelos se notam, seja em relação à formação de nossos espaços regionais, seja no que se refere às dinâmicas externas, das quais o país sempre esteve, dado seus laços coloniais, atrelado. Aqui os primeiros registros da implantação de fábricas modernas, nos moldes da Revolução Industrial Inglesa, remonta às décadas de 1840 e 1860. Ainda que tardiamente, representaram, é verdade, já um salto em relação à manufatura açucareira nordestina (centrada na grande propriedade rural, no uso do trabalho compulsório e voltada para exportação), na direção dos caminhos que consolidariam uma nova estrutura econômica (com um mercado interno de consumo e um mercado de trabalho livre nacional) e, conseqüentemente uma nova estrutura de classe (pela constituição de uma burguesia nacional e de um operariado urbano).

Aquele primeiro núcleo fabril era composto, inicialmente, por fábricas têxteis (fios e tecidos) e de alimentos voltadas à subsistência da população²⁶. A tímida concentração fabril manteve-se durante os anos 1920, ainda sob o predomínio do ciclo econômico do café. A indústria alimentícia representava 40% da produção nacional; a têxtil, 28%, seguida da indústria de vestuário e química, cada qual representando 8%. No entanto, apesar do aparecimento da indústria, até o início dos anos 1930, a produção agrícola era central no país. No entanto, a década de 1930 desponta como marco histórico na tentativa de modernização de nossas velhas estruturas econômicas e sociais desencadeada pelo intenso processo de industrialização. Marca o fim de um ciclo econômico e o início de outro, erguido sobre as bases materiais da hegemonia agrário-exportadora das atividades do café, que entra em colapso. Herda o saldo da progressiva substituição do trabalho compulsório (dos escravos) pelo trabalho livre e assalariado de imigrantes europeus e asiáticos, e dos recursos acumulados que foram usados na alavancagem do processo de industrialização que se seguiu (BARBOSA, 2008). Nesta passagem, vale salientar, o grande impulso industrial ocasionou o crescimento das cidades e a criação de um mercado interno, bem como, o desenho de diferenciações e disparidades regionais, que se acentuariam, décadas mais tarde. Furtado (2007) chama a atenção para o início conjunto do processo de industrialização nas regiões do país, com destaque para o Nordeste, que abrigou as primeiras indústrias têxteis, no final do século XIX, e que, em 1910, possuía número de operários semelhantes aos de São Paulo²⁷.

O processo vigoroso de industrialização que transcorre nos anos 1930 acontece sob a égide do Governo Vargas, momento em que o Estado precisava dar respostas à crise da economia cafeeira, ocasionada pela queda no valor das exportações, em virtude do *crash* da bolsa de valores de Nova York em 1929. “Crescimento, modernização e urbanização” eram o *slogan* da época em que as instituições se direcionavam para a solução de problemas nacionais, particularmente aqueles relacionados com o desenvolvimento industrial brasileiro (BIELSCHOWSKY, 1998). Neste processo, o Estado Novo (de cunho nacionalista e autoritário) desempenha importante papel de intervenção econômica, impondo barreiras ao avanço do capital estrangeiro em setores estratégicos e de interesse nacional via substituição de importações (CARDOSO; FALETTTO, 1970). Esta postura protecionista de desvalorização

²⁶ Registra-se o ano de 1869 como marco inicial do uso do vapor, na província de São Paulo, no ramo têxtil; uso tardio se comparado às duas primeiras fases da Revolução Industrial (mecanização e utilização do vapor) que já se encontravam concluídas na Inglaterra.

²⁷ Este quadro se modificou na década seguinte e apontava 29,1% de operários industriais situados em São Paulo. Nas décadas de 1940 e 1950, São Paulo participava com 34,9% e 38,6%, respectivamente, no número de operários, enquanto o Nordeste apresentava 17,7% e 17% da mão de obra em 1940 e 1950 respectivamente. Se considerarmos a participação em força motriz instalada (motores secundários), o Nordeste participava com 12,9% no cenário nacional (FURTADO, 2007).

das taxas de câmbio e elevação dos preços dos produtos importados propiciou os investimentos necessários ao desenvolvimento de nosso parque industrial. Indústrias estatais de bens de produção (siderurgia, petroquímica e metalurgia) foram criadas, já que foram consideradas estratégicas na redução da dependência externa e no processo de crescimento interno. Esta indústria emergente, mais intensiva em capital e tecnologia, dividia espaço com os setores produtivos tradicionais - têxtil e alimentício -, caracterizados por uso intensivo da força de trabalho e defasagem tecnológica. Até aqui a explicação da gênese da industrialização substitutiva de importações, tão cara a certas versões da história econômica brasileira, funda-se numa necessidade do consumo e não numa necessidade da produção, da acumulação, da estrutura de classes. Na verdade, “a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação, e não às do consumo”. Concretamente o processo se deu em função da “redefinição das relações trabalho-capital, à enorme ampliação do *exército industrial de reserva*, ao aumento da taxa de exploração, às velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçaram a acumulação” (OLIVEIRA, 2008, p. 50).

O ponto que destacamos é que diversos agentes sociais “atuaram deliberadamente em busca de ampliação e consolidação de estruturas de dominação capazes de propiciar crescimento” (OLIVEIRA, 2008, p. 75). Um desses agentes principais, neste período, foi o Estado alçado à posição de estabelecer as bases institucionais para a expansão do desenvolvimento das forças produtivas. No período de 1930 a 1945, a produção agrícola restringe-se e a indústria cresce; superando a primeira, uma década depois, em 9,6%. Neste quadro positivo do crescimento industrial foi preciso estabelecer a função da agricultura na engrenagem do capital, pois esta não se constituía mais como núcleo central do sistema e se articulava com a dinâmica capitalista, de modo a favorecer o processo de acumulação (OLIVEIRA, 2008). A oferta da força de trabalho para a indústria foi favorecida pelas migrações internas de grande contingente do ambiente rural para as cidades, e entre as regiões (Nordeste para o Sudeste) bem como, pela chagada de migrantes europeus e asiáticos. Contribuíram para a reprodução do capital, dando forma aqui a um exército industrial de reserva, ou, em outros termos, criando as condições da formação de mercado de trabalho no país, já regido pelas relações de assalariamento (BARBOSA, 2008).

Os contornos próprios das relações de produção capitalistas foram se desenhando nas fábricas, na medida em que inovações na organização da produção e do trabalho se incorporaram. Também foi necessário em paralelo, todo um investimento na produção de ideias, na constituição de uma nova mentalidade mais afim às práticas típicas de uma

economia de mercado. Os desafios foram enormes, tanto por parte de um “empresariado nascente” (muito envolto a uma cultura tradicional do coronelismo, pessoalidade, patriarcalismo) de assimilar um novo comportamento, como do lado do convencimento e adequação dos trabalhadores (muitos dos quais de origem rural) ao controle e à disciplina fabril. Atuaram nesse processo, tanto o Estado, por meio de seus aparatos regulatórios e opressores (assegurando contratos, títulos de propriedade e criando a legislação trabalhista), como outros agentes modernizantes, que acabaram por representar os interesses empresariais, especialmente os do segmento industrial que despontava.

Neste sentido, em nossa leitura, merece destaque a criação em 1931, na cidade de São Paulo, do IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho -, instituição educativa e sem fins lucrativos, concebida por um grupo de empresários²⁸ e ideólogos com o objetivo de disseminar a organização científica do trabalho, como forma de enfrentar a crise mundial de 1929. O IDORT nascia alinhado com os interesses da burguesia industrial em formação, difundindo técnicas gerenciais de racionalização do trabalho, com vistas ao aumento da produtividade e à redução de custos, sendo o grande divulgador e difusor das ideias da *Taylor Society* no Brasil - instituição pioneira na divulgação da organização científica/racional do trabalho (IDORT, 2015). De outra parte, em 1942, o Governo Vargas sanciona o Decreto-lei nº 4.048 que criou o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial -, protótipo do que viria a ser o atual Sistema S, um conjunto de organizações paraestatais, mantidas com recurso público e geridas de forma privada. Particularmente o SENAI paulatinamente se estrutura como uma rede de escolas espalhadas pelo território nacional, inclusive em regiões sem tradição industrial, com o propósito de qualificar profissionalmente os trabalhadores para as empresas do setor industrial que se localizavam, principalmente, no eixo Centro-Sul do país (PEREIRA NETO, 2013).

Este cenário das décadas de 1930 e 1940, favorável do ponto de vista produtivo, gerou profundas fraturas sociais, duradouras polarizações entre classes e segmentos de classes sociais. De um lado, as velhas oligarquias ligadas a uma economia rural decadente e em vias de alteração. Seu espectro político é atravessado pelas posições mais tradicionais, avesso às mudanças. De outro, as classes antagônicas do espaço urbano: a burguesia nacional, associada à indústria nascente, e os trabalhadores fabris, que se inseriam no mercado com assalariamento parcial, jornadas de trabalho prolongadas, ritmo intensivo e superexploração.

²⁸ Um dos empresários foi Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) que divulgou a organização racional do trabalho por meio da publicação de livros, funcionando, na época, como espécie de guru empresarial divulgando tecnologias gerenciais inovadoras.

Sob condições aviltantes, desenhavam-se tensões e conflitos, ora explosivos ou velados, ora reprimidos no mercado de trabalho que desde seu nascedouro se estruturou com base no controle político (COSTA, 2005).

Como registra a história do movimento operário brasileiro, as situações predatórias de trabalho, de intensa exploração, formaram o substrato, as condições materiais para a mobilização. Aqueles trabalhadores “se reuniam em torno das primeiras associações operárias, como as sociedades de socorro e auxílio mútuo, e, posteriormente, os sindicatos, organizados por categorias profissionais (de alfaiates, padeiros, gráficos, metalúrgicos, ferroviários, portuários etc.)” (ANTUNES, 2016). Experimentaram reivindicações nos anos 1910, no ambiente das fábricas, e greves em 1917 e 1918. Essas manifestações tiveram influência do anarco-sindicalismo, movimento vivenciado na Itália e trazido pelos imigrantes, que aqui assumiram os postos operários das indústrias, principalmente nas de São Paulo (HARDMAN; LEONARDI, 1991). Apesar das conquistas rarefeitas, do ponto de vista das melhorias efetivas das condições de trabalho, os ganhos políticos foram sentidos na construção das bases do próprio movimento, bem como, fundamentais para a formação dos partidos políticos ligados à luta operária (*e.g* Partido Comunista do Brasil, criado em 1922) e posterior conquista de direitos (GOMES, 2002)²⁹.

Tornava-se claro, pois, que esse ambiente de tensão entre trabalhadores e empresários, nas indústrias do Centro-Sul, mas que já se espraiava pelo campo, com conflitos no Nordeste, representava sérios obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo nacional e, donde a necessidade de ser regulada e reprimida institucionalmente pelo Estado por meio de dispositivos ideológicos de convencimento social. Em primeiro de maio de 1943, o Governo Vargas implanta a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), promulgada pelo Decreto-Lei nº 5.452, regulando as regras para os contratos individuais e coletivos de trabalho (BRASIL, 2013). A CLT sistematizou e reuniu a legislação existente no campo do direito do trabalho, avançando na definição da jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, férias anuais remuneradas, carteira de trabalho profissional, aposentadoria, dentre outros. Alvo ainda hoje de controvérsias, a legislação social voltada ao trabalho fixou as relações de força predominantes naquele período, para uns sendo um avanço diante das condições predatórias da força de trabalho, garantindo-lhe um patamar mínimo de reprodução, para outros representou retrocesso no campo político, principalmente na postura centralizadora e tutelar

²⁹ “Quando a chamada Revolução de 1930 abriu caminho para algumas conquistas políticas (logo interrompidas) e para uma efetiva formulação e implementação de uma legislação social, uma luta sistemática já vinha sendo travada pelos direitos do trabalho no Brasil” (GOMES, 2002, p. 22).

do Estado frente aos sindicatos, reprimindo a ação mobilizadora, deslocando a noção republicana de direito para a esfera dos privilégios e das concessões do Estado Populista (GOMES, 2002).

Outro aspecto a ser realçado é que as leis alcançaram apenas os trabalhadores urbanos, excluindo a grande massa de trabalhadores rurais dos direitos trabalhistas. A formação de um proletariado rural com baixos custos de reprodução da força de trabalho compôs o preço da oferta da força de trabalho urbana, também naqueles termos, servindo de base para o valor real do salário mínimo - criado via decreto de lei nº 399 -, que já se originava rebaixado tendo como parâmetro o “salário de subsistência” e não os ganhos de produtividade (OLIVEIRA, 2008). O estabelecimento de uma base salarial no país, com a fixação do salário mínimo, foi decisivo no processo de acumulação capitalista no país, tendo como parâmetro tão somente os custos de reprodução da força de trabalho, ou seja, as necessidades alimentares para “um padrão de trabalhador que devia enfrentar um certo tipo de produção, com um certo tipo de uso da força mecânica e comprometimento psíquico” (OLIVEIRA, 2008, p. 37-38). A quantidade de força de trabalho que o trabalhador poderia vender e os custos de sua reprodução (sobrevivência) são usados no cálculo do salário e não há o repasse dos ganhos de produtividade da economia/empresa. Deste modo, a legislação trabalhista encarrega-se de equalizar a média dos salários, rebaixando o preço da força de trabalho ao igualá-los pela base. A regulamentação do salário mínimo, como parâmetro geral, excluía a possibilidade de sua definição pela via política, da negociação coletiva autônoma entre capital e trabalho. Vê-se o quanto a regulamentação da relação entre o capital e o trabalho se configurou como uma das ações institucionais estratégicas voltadas à mudança na estrutura produtiva do país, favorecendo o empresariado nacional e a acumulação do capital. Nisso esteve longe de se constituir como ampla rede de proteção dos trabalhadores limitado pelo regime autoritário e centralizador (COSTA, 2005).

Do outro lado, e não menos importante, um grande contingente esteve à margem do assalariamento tipicamente capitalista, à margem da regulação, desprovido de carteira assinada e da proteção social, compondo formas variadas de inserção no mercado de trabalho; os chamados trabalhadores informais, que constituíam, também, o exército industrial de reserva do regime de acumulação que se desenvolvia. Essa estruturação de um mercado de trabalho heterogêneo, tendo submetido trabalhadores, já em seu nascedouro, a condições muito precárias e vulneráveis, tornou-se uma das marcas do processo tardio de industrialização brasileiro.

Na segunda metade da década de 1950, os “cinquenta anos em cinco” do Governo Juscelino Kubitschek imprimiram um plano de metas, que o Estado Desenvolvimentista adotou para a realização de obras públicas e aceleração do crescimento econômico e aumento do Produto Interno Bruto, com o incremento na participação da indústria de capital estrangeiro (OLIVEIRA, 2008). Foi o caso das indústrias de bens duráveis, do complexo automotivo, que receberam incentivos do governo para aqui se instalarem. Amplificava-se o papel condutor do Estado, através das ações de planejamento e de execução de políticas nas áreas estratégicas de infraestrutura, tais como rodovias e telecomunicações. Neste projeto participaram ativamente tecnocratas e economistas ligados a CEPAL e a nova composição de segmentos empresariais (organizados em torno da Federação das Indústrias de São Paulo, FIESP, e da Confederação Nacional das Indústrias, CNI), no esforço de captar os investimentos.

Desse período em diante, cada vez mais, se torna visível no interior das unidades fabris de maior porte, práticas relativas à organização do trabalho baseadas (1) no controle dos tempos e movimentos, por meio do cronômetro e da produção em série; (2) na separação entre elaboração-comando (centralizada na gerência) e a execução do processo de trabalho, efetivada pelo operariado no chão de fábrica; e o (3) consequente parcelamento e fragmentação das funções (ANTUNES, 2016; DRUCK, 1999). Além disso, como sabemos, por meio da linha de montagem, a produção foi elevada e tornou-se mais homogênea, aumentando a produtividade. Sua contra face, foi à imposição da “superexploração do trabalho, que combinava, de forma intensificada, a extração absoluta e relativa do trabalho excedente, oferecendo altos níveis de mais valor para o capital” (ANTUNES, 2016).

As desigualdades e assimetrias não eram apenas de classe. Revestia-se em desigualdades de renda. Reproduziam-se pela concentração de riqueza e já deixava suas marcas no espaço. A produção industrial se concentrava na região Sudeste e o Nordeste mantinha-se focado no setor primário exportador, que, no período, estava em crise e não impulsionava mais o desenvolvimento da região (ANDRADE, 1970; ARAÚJO, 2000). A maior parte da população sofria com os problemas das secas, e as soluções de intervenção na região, até então, eram paliativas. Ainda no Governo Kubitschek, em meio, a ascensão das Ligas Camponesas, que pressionavam pela resolução do problema da reforma agrária, foi criada, em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o propósito de mobilizar recursos públicos, tanto para financiamento direto, quanto para isenções fiscais ao setor privado. O alvo das ações estava voltado para as empresas capazes de promover a modernização, indústrias voltadas a dotar a região de infraestrutura econômica

(transportes, energia elétrica, principalmente) e minimizar as desigualdades sociais. O resultado foi o incremento da indústria e dos serviços, na década seguinte, superando o percentual nacional e inserindo o Nordeste no conjunto do desenvolvimento nacional. Sua base industrial, resultante da intervenção estatal, e dos fluxos de capital (nacional-internacional) tornou a estrutura econômica mais complexa, que passou a combinar indústrias de tipo tradicional e indústrias dinâmicas. Criaram-se Polos Industriais e Agroindustriais, muitos na forma de enclaves, sem irradiação de sua dinâmica com as atividades locais, além da maior parte dos investimentos, concentrarem-se na região litorânea. Tais esforços resultaram em notáveis desigualdades internas na região, seja em aspectos econômicos, com ilhas de desenvolvimento não irradiado, seja na persistência das desigualdades sociais, que não foram enfrentadas (ARAÚJO, 2000), dos quais os dramas dos baixos indicadores educacionais, baixa renda e forte presença de trabalho precário e informal.

Uma questão que se colocava sobre a industrialização do Nordeste, região marcada pelo setor tradicional de produção (*e.g* indústria alimentícia, têxtil e calçadista), com força de trabalho intensiva, oriunda do campo, e que também se irradiava para as indústrias no eixo Centro-Sul, era como ajustar o trabalhador rural ao regime fabril. Esta problemática do processo de industrialização na sociedade brasileira é discutida nos estudos de Lopes³⁰ (1971), no final dos anos 1950, ao analisar a passagem do tradicionalismo para o modernismo, ou seja, a mudança de uma organização social tradicional, com valores e hábitos relacionados ao campo; para uma outra, moderna, referida à vida urbana. O olhar de Lopes (1971) se direciona para o trabalho e o momento do ajustamento³¹ do trabalhador rural à indústria, que aconteceu mediante ações da gestão de recursos humanos, voltadas ao treinamento e desenvolvimento de pessoal tendo como referência a organização *taylorizada* da produção e do trabalho.

Outro aspecto importante na criação de uma cultura fabril referiu-se ao fluxo migratório que se estabeleceu no país: trabalhadores indo do Nordeste para São Paulo; paulistas do “interior” se dirigindo para a “capital”; imigrantes que chegaram ao país para ocupar cargos qualificados nas indústrias paulistas. Estes traziam a experiência do trabalho operário e dos movimentos anarquistas, que foram o embrião dos partidos de esquerda e do movimento operário no país (GOMES, 2002). É importante destacar que a conversão do

³⁰ Juarez Brandão Lopes inaugura uma discussão sobre a problemática do trabalho no Brasil. A Sociologia do Trabalho surge, a partir de então, enquanto campo, abordando temas, tais como: urbanização, industrialização, condições de trabalho, construção das identidades dos trabalhadores.

³¹ O termo ajustamento citado por Lopes (1971) diz respeito a como os trabalhadores se ajustam aos termos da empresa; à desarticulação de aspectos da lógica tradicional para outros de cunho moderno (moderno no sentido da organização burocrática e taylorizada).

trabalhador rural em operário não foi plena e aconteceu pelas vias de forte tensão entre elementos tradicionais, tais como laços próximos, pessoalidade e um sentido de liberdade³²; e o que a vida operária exigia: controle, submissão, disciplina.

Para além dos aspectos relacionados às tensões na adaptação dos trabalhadores à dinâmica fabril, as condições de trabalho da época favoreceram o crescimento do movimento sindical - já fortalecido pelo aumento do número de trabalhadores sindicalizados a partir dos anos 1950 - que acionou as greves e o acesso à Justiça do Trabalho como recursos para aplicação dos direitos do trabalho (GOMES, 2002). Esta realidade perdurou até os anos 1964, momento em que o movimento sindical foi violentamente reprimido e lideranças foram cassadas. O Estado autoritário instalado centralizava as decisões e legislava sobre o trabalho. O interior das fábricas foi o espaço em que as lideranças, silenciosamente, mantinham a classe operária articulada.

Nas décadas seguintes, o governo militar deu continuidade às políticas desenvolvimentistas, agora por meio da concessão de incentivos fiscais para entrada e instalação de empresas multinacionais em território nacional. Os investimentos, ao custo do aumento vertiginoso da dívida externa, possibilitaram a ampliação da infraestrutura do país, e também a diversificação do parque nacional com indústrias de bens de produção (siderúrgicas, metalúrgicas, petroquímicas), de bens intermediários (máquinas e equipamentos) e bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, químico farmacêutico, dentre outros). Nos anos 1970, o crescimento econômico foi vertiginoso e a dinamização do mercado interno levaram os economistas a denominarem o período de “milagre econômico”. No entanto, seus impactos e custos sociais foram grandes. Deteriorou-se o salário real e aumentou vertiginosamente a concentração de renda. Dados apontam que aproximadamente 70% do crescimento real da economia brasileira, durante a década de 1970, foi apropriado pelos 5% mais ricos da população (OLIVEIRA, 2008, p.97). Esse modelo de industrialização da periferia, que Lipietz (1989) chamou de *fordismo periférico* mostrou-se, com efeito, incapaz de inserir-se no “círculo virtuoso” de uma redistribuição dos ganhos de produtividade junto às classes trabalhadoras alcançados com a ampliação da escala de produção, na medida em que significou uma “adoção parcial, uma caricatura frequentemente ilusória do modelo central de produção e consumo”. Sem a adoção das correspondentes relações sociais que embasaram a experiência europeia, com práticas de superexploração da

³² Nas entrevistas realizadas por Lopes (1971), o trabalhador das fabricas, principalmente aquele sem formação qualificada, tinha a intenção de “juntar um dinheirinho” e voltar para sua terra (no duplo sentido: terra natal e trabalhar na terra) ou montar negócio próprio.

força de trabalho, com uma política de baixos salários, o padrão de acumulação brasileiro, até aquela altura, truncava o consumo de massa. Assim, a fisionomia desse *fordismo-taylorismo*³³ específico se mostrava baseada no assalariamento parcial, que acabou por produzir dois polos de desenvolvimento, um mais dinâmico (integrado à economia mundial) e outro, vinculado ao primeiro de forma subalterna, inserindo os trabalhadores sob bases precárias (DRUCK, 1999). Podemos notar isso nos dados apresentados na Tabela 01 onde se vê, ainda que de forma aproximada, um retrato comparativo entre emprego, desemprego e informalidade entre os anos de 1940 e 1980. Apesar da tendência de assalariamento que tivemos ao longo do processo de industrialização, nosso mercado de trabalho manteve um contingente significativo de trabalhadores inseridos na informalidade.

Tabela 01 - Evolução da população economicamente ativa (PEA), segundo condição de ocupação e desemprego – Brasil (1940-1980)

Itens	1940	1980	Variação absoluta anual (em milhares)	Variação relativa anual (em %)
População total	41.165.300	119.002.300	1.945,9	2,69
PEA	15.751.000	43.235.700	687,1	2,56
PEA (%)	100,0	100,0	-	-
Empregador	2,3	3,1	24,4	3,32
Conta própria	29,8	22,1	121,5	1,79
Sem remuneração	19,6	9,2	22,3	0,63
Assalariado	42,0	62,8	513,4	3,59
Com registro	12,1	49,2	484,2	6,22
Sem registro	29,9	13,6	29,3	0,56
Desempregado	6,3	2,8	5,5	0,5
Taxa de subutilização ¹	55,7	34,1	149,3	1,13

Fonte: IBGE-Censo. Elaborado por Pochmann (2008). Nota: 1 Conta própria, sem remuneração, desempregado.

O parque industrial nacional se constituiu na conexão entre as indústrias intensivas em tecnologia, anteriormente citadas, e as tradicionais, com pouca ou defasada tecnologia e força de trabalho abundante aliada à oferta de serviços ligados à produção. Do ponto de vista da acumulação capitalista, Oliveira (2008) analisa que o setor terciário contribuiu para a atividade industrial, pois os serviços foram funcionais ao capital na medida em que o desenvolvimento da indústria implicou em redistribuição dos custos de produção “para fora”

³³ Outro esforço público no sentido de incorporar técnicas de gestão modernizantes foi a criação, em 1967, pela SUDENE, do Núcleo de Assistência Empresarial (NAE), na região Nordeste, com o intuito de prestar consultoria gerencial a pequenas empresas. O NAE nos estados foi o embrião do CEBRAE - Centro Brasileiro de Apoio Gerencial à Pequena Empresa -, criado em 1972, e congregando associações de empresários que levavam suas demandas junto ao governo. Em 1990, o CEBRAE origina o SEBRAE, entidade privada, sem fins lucrativos e de utilidade pública voltada à criação e ao desenvolvimento de micro e pequenos negócios (LIMA, 2011).

das fábricas, as chamadas economias externas. A eclosão dos serviços, à base de muito baixo poder de capitalização e trabalho intensivo (eixo de expansão do trabalho informal), ligados ao setor pessoal e, principalmente, à produção (distribuição, manutenção, entre outros) foi a condição para o desenvolvimento do país e a sua inserção numa lógica propriamente capitalista. Nas décadas de 1960-1970 um conjunto de interpretações começou a ser elaborado para analisar o subdesenvolvimento na periferia do capitalismo, enfatizando a exclusão de parte de população. Passemos agora, a alguns pontos desse debate.

3.1.1 Interpretações Gerais sobre o Subdesenvolvimento/Desenvolvimento e a Pobreza na América Latina e no Brasil

Nas décadas de 1960-1970 teve início um debate mais amplo sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento na América Latina, mobilizando sociólogos e economistas, que analisaram a relação centro-periferia no processo de acumulação de capital. As interpretações foram precursoras da discussão sobre informalidade, assim como aconteceram concomitantes e influenciaram as primeiras elaborações sobre o tema apoiadas em estudos empíricos, os quais detalharemos mais à frente. Nesta seção buscaremos extrair as ideias dos autores sobre as particularidades do capitalismo que se desenvolveu na região, conectando-as às interpretações sobre o Brasil, que procuram realçar a singularidade dos processos sociais e econômicos frente ao padrão hegemônico internacional.

Os autores que recuperamos procuraram entender a periferia do capitalismo com suas próprias lentes e as conexões com os países centrais. Nesta direção, Fernandes (1981), Cardoso e Falletto (1970), Oliveira (2008) chamam a atenção para a fragilidade de análises que buscam replicar modelos dos chamados países “centrais ou desenvolvidos”. Antes chamam a atenção para as especificidades dos processos sociais, econômicos e políticos que se coadunaram na experiência do capitalismo brasileiro ao reproduzir dada lógica de mercado, e ao mesmo tempo, nesse processo se diferenciar.

No sentido de buscar as especificidades de situações histórico-sociais-culturais, Fernandes (1981) elaborou uma análise de nosso capitalismo subdesenvolvido e dependente. Certas características são intransferíveis de uma ordem capitalista à outra, ainda que tenhamos que reconhecer a metamorfose dos dados laços de dependência que articulam uma e outra com o mercado mundial. No que concerne às condições essenciais para a existência, o funcionamento e o crescimento, a ordem econômica aqui instalada, pode-se dizer como capitalista. Sob esse aspecto, a empresa colonial foi capaz de transferir normas, instituições e

valores sociais do liberalismo nascente, mas não os modos de agir, nem os modos de ser que orientam o comportamento. Como afirma Fernandes (1981), talvez por isso, algumas formulações teóricas tenham apelado para traçar um esquema que reduz a ordem econômica brasileira a uma “réplica em miniatura do modelo original” inserida num “estágio inevitável, mas transitório, da evolução normal do capitalismo”. Mas, a dinâmica mais geral de acumulação “não se espalhou como as águas de um rio que transborda. Ao saltar suas fronteiras, ela se corrompeu, se transformou e por vezes se enriqueceu, convertendo-se numa variante do que deveria ser, à luz dos modelos originais” (FERNANDES, 1981, p. 27). O ponto central aqui se refere às mudanças pelas quais passou nosso regime social de produção, duplamente polarizado, destituído de autossuficiência e possuidor, no máximo, de uma autonomia limitada. Nesse sentido,

o empreendimento colonial português não acarretava, nem podia acarretar, a transplantação [daquelas] formas sociais em elaboração [que floresceram sobre os escombros da sociedade medieval], com suas tendências históricas características. Ao contrário, a própria “colonização” pressupunha, em terras brasileiras [...] a revitalização do regime estamental, graças a simbiose entre grande plantação, trabalho escravo e expropriação colonial [...] [Com] a formação de um Estado nacional independente desenrolou-se sem que se processassem alterações anteriores ou concomitantes na organização da economia e da sociedade (...) os laços coloniais apenas mudaram de caráter e sofreram uma transferência: deixaram de ser jurídico-políticos, para se secularizarem e se tornarem puramente econômicos (FERNANDES, 1981, p. 22)

Com isso, observe, a economia brasileira só ganhou significado capitalista interno após a ruptura formal com o antigo sistema colonial e, ainda assim, preservando (conforme as regiões do país que se considerem) velhas estruturas sociais que interferiam na organização, e desempenhavam funções extra-capitalistas, dos quais o exemplo mais evidente foi a manutenção do poder econômico, social e político dos grandes proprietários rurais, mesmo após o desaparecimento da escravidão e a universalização do trabalho livre. Em diálogo com as formulações de Marx, Fernandes (1981) nos mostra que os processos sociais, que se sucederam, ligados à modernização via industrialização não foram suficientemente robustos para consagrar uma verdadeira revolução burguesa no país interessada em seu desenvolvimento autônomo, voltado aos interesses nacionais, o que engendraria a eliminação de estruturas econômicas e sociais arcaicas. Estas foram preservadas e combinadas com tendências a uma reordenação das trocas operadas no comércio internacional entre os países centrais e os da periferia. O resultado mais dramático foi o aprofundamento dos contrastes sociais, internamente, e a manutenção da dependência externa frente ao capitalismo avançado. Segundo o autor, trata-se de um capitalismo débil e controlado de fora. O segundo aspecto,

que nos leva a um ajuste dos pressupostos marxianos, na leitura da formação social brasileira, se refere à teoria da mercantilização do trabalho. No Brasil, o processo lento e restrito de assalariamento se constituiu com a existência de formas capitalistas combinadas com modalidades extra-capitalistas de mercantilização do trabalho. À estrutura capitalista débil associou-se a economia de subsistência. Esse fato nos traz implicações teóricas que se relacionam à formação e composição de um exército industrial de reserva. Aqui essa reserva, esse estoque de trabalho disponível à exploração se constituiu se diferenciando, face ao contexto dos países centrais, de modo a compor um processo de acumulação que associou³⁴ a reprodução expandida com a acumulação primitiva. Isto significa que parte do excedente gerado produziu-se sob formas não especificamente capitalistas.

O debate com o pensamento de Marx também orienta a análise do subdesenvolvimento pelos teóricos da dependência, que retomam o conceito de imperialismo de Lênin e atualizam-no ao contexto da América Latina, de modo a compreender as relações de dependência das economias subdesenvolvidas frente às centrais, ou seja, o modo como se inseriam na dinâmica do capitalismo mundial como produto da expansão das economias hegemônicas. A ideia de dependência contrapõe-se às teses da modernização, cujas interpretações dualistas do atraso latino-americano polarizam as diferenças entre o setor moderno, desenvolvido e outro pré-capitalista, subdesenvolvido. O debate teórico e ideológico foi profundamente impactado pelas formulações de matriz keynesiana (*estruturalismo econômico* que se opunham às teses ortodoxas e liberais) e as propostas de políticas de planejamento e de incentivo ao desenvolvimento traçadas pela Cepal³⁵. Diagnosticando os principais problemas das economias latino-americanas, os estudos dessa agência chegaram a conclusão que a deterioração dos termos de troca no comércio internacional, em benefício dos países industrializados, aliado à forte concentração de renda legada da estrutura agroexportadora colonial resultavam numa situação que impedia a diversificação produtiva (já que não havia poupança - ou acumulação - suficiente) e, como consequência, bloqueava a ampliação do mercado interno (já que o nível de assalariamento e a renda do trabalho se mantinham baixos pelo “desperdício” de força de trabalho, ou seja,

³⁴ Este argumento da combinação, simbiose entre o arcaico e o novo vai ser recuperado no pensamento de Francisco de Oliveira mais adiante e vai permear o debate da funcionalidade do setor informal aos interesses da moderna acumulação capitalista.

³⁵ A Cepal surge como uma das comissões regionais das Nações Unidas, em 1948, com o intuito de coordenar ações voltadas ao desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe (o Caribe foi incorporado ao escopo da Cepal em 1984). Para tanto, funcionou como uma escola de pensamento e de planejamento de intervenções estatais, tendo o protagonismo do economista argentino Raul Prebisch, nos anos 1949-1950, que defendia a industrialização, em curso nos países latino americanos, como sinal da incorporação do progresso técnico, até então circunscrito aos países centrais industrializados.

maiores excedentes de população sem emprego) (CEPAL, 2015). Celso Furtado, um dos formuladores desse diagnóstico, acentuou a necessidade da intervenção estatal de modo a promover a modernização das estruturas econômicas, pelo modelo de industrialização substitutivo de importações, de modo a alavancar a formação de mercado interno, possibilitando, assim, uma mudança nas relações com os países centrais. Isso implicava de certa forma, aceitar os termos de uma razão dualista traduzida em dicotomias do tipo tradicional *versus* moderno, central *versus* periférico, para por em evidência que o subdesenvolvimento era um fenômeno, não de um mero atraso (solucionado com uma evolução em etapas), sobretudo articulado com a própria expansão do capitalismo (BIELSCHOWSKY, 1996). Como produto histórico, na visão de Furtado, essa relação tão assimétrica poderia ser enfrentada solucionando pelo planejamento de área estratégica e pelo incentivo ao aumento da capacidade produtiva interna que atuaria na correção dos desequilíbrios observados nas ordens social, política e econômica.

Acionando uma leitura sociológica dos processos econômicos, Cardoso e Faletto (1970) elaboram uma importante interpretação crítica do fracasso do projeto desenvolvimentista nos anos 1950-1970, no Brasil, que fora, como dissemos, influenciado pela Cepal. O problema das políticas industriais e econômicas que se sucederam localizava-se em seu substrato teórico que acabou por ignorar os fatores internos relativos às relações de força, à composição de classes, numa palavra, os mecanismos políticos que condicionaram as especificidades das estruturas de acumulação locais. Vista pelo ângulo das relações externas, transformou-se a questão do desenvolvimento numa oposição entre nações, passando despercebidas as oposições internas entre classes (OLIVEIRA, 2008). Com isso, Cardoso e Faletto (1970) trazem à tona os mecanismos de funcionamento dos sistemas econômicos e políticos, bem como as suas conexões no âmbito interno e externo dos países, ou seja, associando dependência às relações de poder entre as classes sociais dos países dependentes, internamente, e das classes sociais dominantes destes com as classes sociais dominantes externas, entendendo-as como processos históricos. Os autores propõem mesclar os condicionantes internos e externos, eliminando a exclusividade das variáveis exógenas no processo de desenvolvimento. Diferentemente do grupo cepalino, os teóricos da dependência propõem uma integração dos países dependentes ao capitalismo internacional – um desenvolvimento dependente – via associação entre capital nacional privado, capital internacional e o Estado, uma espécie de “industrialização associada” que com a internacionalização do capital e a instalação de multinacionais na região, favoreceria o mercado interno mediante reorganização produtiva, reduzindo a dependência externa e

possibilitando o investimento em bens de capital. Os autores apontavam que “o fortalecimento e a modernização do Estado pareciam os instrumentos necessários para alcançar uma política de desenvolvimento efetiva e eficaz” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 11).

Em uma sociedade capitalista subdesenvolvida como o Brasil, as rápidas transformações que se verificam na produção social estão altamente associadas com transformações nas relações de produção (...) assim como a expansão das relações de produção de molde tipicamente capitalistas podem melhor ser viabilizadas pelas transformações que se verificam naqueles setores de produção ainda não de todo caracterizáveis como sendo de molde tipicamente capitalista. Não se trata, contudo, de duas realidades independentes operando conjuntamente. Uma não independe da outra na determinação de sua existência. Ambas estão determinadas num só processo, que é o processo de acumulação de capital (PRANDI, 1978, p.155).

As relações entre as classes sociais estiveram ausentes nas análises do capitalismo dependente feitas por Frank (1967)³⁶, que enfatizaram as relações de dominação nas trocas entre os países argumentando que os centros desenvolvidos criavam satélites subordinados à sua órbita e o estreitamento dos laços (relações) centro-satélites reproduzia a satelização dos países pela metrópole estrangeira, aprofundando o subdesenvolvimento. O autor defendeu que a maior satelização pela metrópole capitalista estrangeira reduz as chances de um desenvolvimento autônomo e cita o caso brasileiro como exemplo de desenvolvimento satélite dependente, na medida em que a industrialização no eixo Centro-Sul não resulta no declínio do subdesenvolvimento, mantendo as relações de dependência, aliadas a uma reprodução interna da dependência que converte em satélites internos outras localidades (*i.e* Nordeste), criando uma hierarquização regional. Este aspecto do pensamento de Frank (1967) encontra ressonância também nas abordagens de Fernandes (1981) e Oliveira (2008), ao pontuarem as disparidades regionais, e no pensamento de Furtado (2007), ao destacar que o entendimento do subdesenvolvimento brasileiro implica em considerar, necessariamente, as relações (desiguais) entre o Centro-Sul e o Nordeste.

No entanto, apesar de esclarecedora, a abordagem de Frank (1967) resvala no dualismo que tanto quer se distanciar, acentuando o entendimento das polarizações entre o mundo desenvolvido e o arcaico e da dicotomia entre a extração e a apropriação do excedente pelos países centrais, mediante a estratégia de saque e pilhagem nas colônias. Na sua análise,

³⁶ Ruy Mauro Marini também participa do debate sobre a dependência na América Latina e busca compreender a formação socioeconômica da América Latina como uma integração subordinada às economias desenvolvidas. Coloca-se contrário à negação da relação entre as classes na apropriação do excedente, ao fundamentar a análise da dependência na superexploração da força de trabalho (mais-valor absoluto). Contudo, em geral, compartilha com as ideias de Gunder Frank. Ambos concordam que o subdesenvolvimento é condicionado por forças externas e as suas causas estão na relação de troca. Neste sentido, o mais-valor é produzido na periferia e apropriado no centro (DORE, 2001). Ruy Mauro Marini aponta a via revolucionária como alternativa para a ruptura com a dependência e o capitalismo.

a relação entre as classes e os seus antagonismos não aparecem, bem como a exploração da classe trabalhadora para a extração de mais-valor.

Em paralelo aos teóricos da dependência elaborou-se a teoria da marginalidade³⁷ voltada ao entendimento dos processos de exclusão e não integração de aglomerações populacionais na América Latina. Apesar dos diversos enfoques sobre a tese da marginalidade, o debate circulava em torno da questão: como se explica a contradição entre o crescimento econômico e os bolsões de pobreza ao redor das cidades? O suposto subjacente era que a urbanização, nos países latino-americanos, ocorreu em dissonância com transformações econômicas, que não incorporaram a crescente oferta de trabalhadores oriundos do campo, o que gerou um excedente de força de trabalho não absorvido pela indústria nascente na região (MACHADO DA SILVA, 2002). Nesta direção, estudos teóricos e empíricos foram realizados, nas décadas seguintes, buscando caracterizar a marginalidade urbana.

Dentre os diferentes enfoques que compõem a discussão sobre a marginalidade, interessa-nos mais de perto aqueles que buscaram entender a natureza e o papel desempenhado pelo excedente de mão de obra, por vezes ocupado, por vezes dispensado do processo de produção. Esse fato trouxe à tona dúvidas se esse fenômeno estava relacionado à dinâmica capitalista, sendo funcional (relação de dominação-subordinação) ou se o mesmo seria disfuncional à acumulação de capital. A vertente, de influência marxista que passou a dialogar com pontos da teoria da dependência, estabeleceu a importância de se considerar a marginalidade imersa nas relações sociais da produção capitalista, cumprindo dessa forma, papel indireto à dinâmica do capital. Ademais, a acumulação de capital retroalimenta o aumento da população excedente na medida em que os avanços em tecnologia não significam aumento na oferta de empregos, ampliando a massa de excluídos.

Os trabalhadores não absorvidos, tidos como marginais, são analisados por Kowarick (1975), em seu conhecido estudo, enfatizando os desempregados nas áreas urbanas brasileiras e as suas inserções no trabalho informal. O autor afirma que este grupo de desempregados é funcional ao capital, ao contribuir para reduzir o valor do trabalho, corroborando com o argumento de que o capitalismo cria o seu próprio excedente de trabalhadores. Nestes termos, Kowarick (1975) se distancia da tese da massa marginal (NUN, 1969; QUIJANO, 2014) e se

³⁷ Segundo Campos (1971), o debate sobre marginalidade surge na década de 1940 para caracterizar a precariedade das moradias urbanas periféricas às margens das cidades na América Latina - as vilas e favelas. O conceito se amplia e passa a incorporar a população pobre, que se encontrava em situação de privação econômica e sem participação social nas cidades, além da população rural em semelhante condição. Segundo o autor há diversos enfoques, a saber: ecológico, cultural, socioeconômico, estrutural.

aproxima do debate em vigor na América Latina, na época, que trazia à tona questões relativas ao capitalismo dependente na região (CARDOSO; FALETTTO, 1970).

Neste período, diversos intérpretes, de diferentes matizes, recuperaram os conceitos de “superpopulação relativa” e “exército industrial de reserva” das obras de Marx (2011, 2013) para analisar a forma de integração (ou não) da população excedente na estrutura da produção capitalista na América Latina. Os debates sobre a marginalidade, de perspectiva histórico-estrutural³⁸, ganham corpo com os estudos de Jose Nun, na Argentina, e Aníbal Quijano no Peru. Jose Nun elabora a tese da massa marginal, num diálogo com o pensamento de Marx, especialmente na obra *O Capital*, na passagem em que o conceito de superpopulação relativa é associado ao de exército industrial de reserva no exame de como a superpopulação relativa é gerada no modo de produção capitalista e a sua funcionalidade no processo de acumulação de capital. Esta explicação de Marx, situada na referência histórica do capitalismo industrial na fase competitiva trouxe como consequência, segundo Nun (1969, 2000), um processo de homogeneização das categorias mercado de trabalho e força de trabalho, impedindo de observar que a superpopulação relativa poderia produzir efeitos não funcionais ao capital. Por outro lado, Nun (1969) se apoia na obra *Grundrisse* quando Marx define superpopulação como a parcela da população que não consegue se integrar aos meios para sua reprodução, sendo os meios de emprego e não de sobrevivência que vinculam o trabalhador à categoria de superpopulação, ou seja, são as condições de produção dominantes que decidem o caráter e os efeitos da superpopulação que, nesta situação, tem uma dimensão geral.

Nun (2000, p. 46) desenvolve a categoria de *massa marginal* para “tematizar os efeitos não-funcionais da superpopulação relativa (os quais, de acordo com as circunstâncias podem ser *afuncionais* ou *disfuncionais*) [...]”. E tal como a categoria do exército industrial de reserva, ela remete às relações entre a população excedente e o sistema que a origina”. O autor, então, aponta a existência de uma parte afuncional ou disfuncional do excedente da população para a acumulação capitalista constituída por empregados em atividades de baixo rendimento, desempregados e inempregáveis. Este grupo heterogêneo também se associava aos mendigos e desocupados, desnecessários à produção capitalista e ao processo de acumulação de capital (NUN, 1969). A “massa marginal” não era alusiva a uma população temporária, mas sim a um contingente não absorvido pelo setor hegemônico da economia, e que não se constituía

³⁸ Trata-se de duas correntes do pensamento latino-americano que retratavam as condições socioeconômicas e culturais dos países periféricos no Pós-Segunda Guerra: a sociocultural-funcionalista e a histórico-estrutural. “A primeira privilegiava a integração social como expressão da dualidade da estrutura social (marginal/integrado); a segunda analisava a marginalidade sob o prisma das relações sociais de produção, dada a inserção marginal dos trabalhadores no processo produtivo, evidenciada pela emergência do desemprego e da subocupação” (ALVES, ESCOREL, 2012, p. 102).

como exército industrial de reserva. Quijano (2014) parte das ideias de Jose Nun e afirma que a marginalidade na América Latina se manifesta em ocupações de baixa produtividade com uso de recursos residuais de produção, rendimentos instáveis, chamadas pelo autor de “polo marginal”. Podemos considerar que existe certo ceticismo na abordagem sobre a “massa marginal” e o “polo marginal” na medida em que a existência da população marginal aponta para as limitações do capitalismo dependente - o crescimento das forças produtivas não se converte maciçamente em novos empregos (no mercado de trabalho formal)³⁹.

No modo de produção capitalista, a superpopulação e o exército industrial de reserva se equivalem, como alertou Marx (2013), e, portanto, cumprem um papel central de valorização do capital, na medida em que o capitalismo cria o seu próprio excedente com a dupla função de pressionar o rebaixamento dos salários dos trabalhadores (cujo efeito é sentido tanto pelos empregados, como pelos que estão à procura de emprego) e compor reserva disponível de força de trabalho. Este argumento é defendido por Cardoso (1971a) ao contestar a tese da massa marginal, afirmando que Nun (1969) formulou o seu argumento sem analisar profundamente a obra de maturidade de Marx - *O Capital* -, onde ele explica a lei geral da acumulação capitalista e condiciona o crescimento da população ao avanço da acumulação. Deste modo, a superpopulação ou exército de reserva é composta por trabalhadores (desempregados, ex-desempregados ou *paupers*⁴⁰), que formam a classe operária, excluindo o restante da população que não está empregada pelo capital. Cardoso (1971a) ainda complementa:

Marx não só estava fazendo uma análise de um modo particular de produção que criava um tipo de superpopulação relativa à acumulação de capital, como via as relações entre acumulação e superpopulação de um ângulo dialético, isto é, como contradição, e não se preocupava com as funções da superpopulação, senão deste mesmo ângulo. **Não categorizava o exército de reserva conforme a funcionalidade da superpopulação, mas segundo as contradições entre a acumulação e a miséria** (CARDOSO, 1971a, p. 120. Grifo nosso).

A relação entre a exclusão e a acumulação de capital também está presente na linha de argumentação traçada por Paoli (1974), que conecta marginalidade e capitalismo dependente ao combinar capital e força de trabalho excedente. Em sua pesquisa teórico-empírica realizada no Brasil, Maria Célia apresenta a marginalidade como sendo um dos efeitos excludentes da

³⁹ Vale salientar que o processo de acumulação de capital não pode prescindir do trabalho social, que se converte em valor e retroalimenta o sistema, gerando novo capital.

⁴⁰ Cardoso (1971b, p. 120) recupera Marx, em *O capital*, e afirma que o pauperismo engloba “pessoas capacitadas para o trabalho e que não estão trabalhando; órfãos e filhos de pobres candidatos ao exército industrial de reserva, que se alistam ao exército ativo em época de expansão; degradados e incapazes para o trabalho”.

expansão do sistema capitalista na periferia. A mão de obra marginal é um produto da diferenciação interna da força de trabalho de que o sistema dispõe, e que, portanto não é excluída nem “sobrante”, na medida em que representa baixo custo de sua reprodução como força de trabalho⁴¹. Tudo isso conjugado representaria uma transferência de renda para os setores e grupos sociais situados na parte superior da escala social (PAOLI, 1974). Em outros termos, podemos afirmar que a dinâmica de expansão do capital determina os volumes de população necessários à acumulação, inclusive o exército industrial de reserva. Desta forma,

a população para o capital não é imediatamente população (entendida esta no sentido de um conjunto de indivíduos da mesma espécie), mas uma potência desta: de fato, força de trabalho não é população, mas a capacidade de trabalho de uma população [...]. A própria força de trabalho foi transformada numa mercadoria cujas flutuações, taxas de crescimento, mortalidade, fertilidade, estruturas etárias e movimentos migratórios são funções do nível e da taxa de acumulação e do seu ciclo (OLIVEIRA, 1976, p. 16).

Em síntese, percebemos que a lógica de expansão do capital é excludente. As populações marginais e a força de trabalho excluída do regime de trabalho formal não são específicas do capitalismo dependente, como uma característica regional e própria, a ser sanada com a industrialização e a conversão dos trabalhadores em assalariados, mas se aprofundam na periferia, principalmente em virtude da divisão internacional do trabalho.

No caso brasileiro, a combinação constante entre a forma típica reprodução expandida de capital (materializada pelas formas contratuais de assalariamento e extração de mais valor reinvestido no âmbito da produção) e diversas modalidades concernentes à acumulação primitiva (com tudo que lhe acompanha, com práticas e relações tradicionais, também chamadas de pré-capitalistas) constituíram as bases, sem as quais, a acumulação de capital não teria sido possível. Nas palavras de Oliveira (2008), ocorreu uma simbiose, uma organicidade, uma unidade de contrários que conectou relações arcaicas e novas no processo de desenvolvimento do país, “introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (OLIVEIRA, 2008, p. 60). Neste sentido, o setor moderno usufrui das formas arcaicas das relações de trabalho no campo. Este foi o modo de compatibilizar a acumulação global, de forma a liberar força de trabalho para a acumulação urbano-industrial e manter este potencial amparado em relações tradicionais. Neste sentido, a agricultura foi central no modelo de acumulação do país ao fornecer o contingente de trabalhadores para a

⁴¹ “Compartilhava-se a ideia de que o modelo extraído do trabalho industrial assalariado tendia a se universalizar como forma de produção de riqueza e, ao mesmo tempo, como meio de reprodução social [...] o que é o mesmo que dizer que as formas não-mercantis de trabalho e consumo eram vistas como remanescentes de outros períodos históricos e explicadas, segundo a perspectiva adotada, como consequências do *subdesenvolvimento*, da *dependência* ou do *capitalismo periférico*” (MACHADO DA SILVA, 2003, p. 148).

indústria e possibilitar o barateamento dos salários, principalmente ao reduzir os custos de alimentação, uma vez que a criação de um proletariado rural, inserido em formas arcaicas de relações de trabalho, contribuía para rebaixar os custos de reprodução da força de trabalho urbana e manter elevado o exército industrial de reserva; além de fornecer as divisas de importação dos bens de capital. O subdesenvolvimento brasileiro, visto assim, é uma condição necessária à expansão do capitalismo, ou seja, é funcional ao sistema e atua como reserva de acumulação primitiva do sistema global.

Logo, é insuficiente pensar a estrutura econômica numa perspectiva dual, como disseram os teóricos da modernização, com a presença de “um setor de subsistência ou informal, caracterizado pela baixa densidade de capital, pelo precário nível técnico de produção e pela baixa produtividade, convivendo com um setor moderno, de avançado padrão tecnológico, economicamente mais capitalizado e dinâmico.” (COSTA, 2010, p. 173).

De outra parte, os teóricos da marginalidade questionaram essa visão dicotômica e de desarticulação entre os setores moderno e atrasado, mas abriram outras dificuldades explicativas sobre os fenômenos atrelados ao subdesenvolvimento, seja enfatizando a não integração de amplos estratos sociais (dos quais se destacam contingentes de trabalhadores, que do ponto de vista econômico seriam afuncionais ou disfuncionais à dinâmica de acumulação), sejam abrindo certas concessões, e percebendo a importância crescente de vários segmentos que ganhavam evidência, mas que estando fora das relações clássicas de assalariamento, fora dos vínculos formais, cumpriam algum tipo de integração subordinada (atrelando-se, mesmo que indiretamente, pela produção de excedente à lógica de acumulação de capital). Neste caso, a lógica de exploração e dominação nas relações de produção se torna mais fluida, seus contornos se borram, nas mais variadas formas de trabalho. Aqui se abre uma porta para a especificidade das situações empíricas, que em nossa leitura, foi fechada pelos termos que balizaram esse debate. Antes de reduzir as formas tradicionais, pré-capitalistas, informais, ou o que seja classificado como distinto das manifestações tipicamente modernas (capitalistas), que são, como veremos, mais adiante, tão múltiplas a um processo estritamente econômico, preferimos abandonar a chave funcional-disfuncional. A tendência de invocar o processo de acumulação como categoria totalizante, como vimos nas referências que recuperamos, deu o tom do debate clássico. Aqui couberam generalizações teóricas sobre os impactos das estruturas econômicas modernizadoras (*leituras estruturais*) e ênfases em conjuntos de experiências sociais subsumidos à lógica de acumulação de capital (*leituras funcionais*, já que balizadas pelo que foi posto a serviço de, cumprindo um papel). Nesse sentido, trouxeram todos os perigos do economicismo que tanto se buscou advertir,

dissolvendo os atores sociais, destituindo a política, obscurecendo as relações de força nas configurações das classes. Não obstante, a forte tendência de articulação subalterna das formas tradicionais à dinâmica capitalista que, como vimos, é um fato que marcou nosso processo histórico de industrialização e formação do mercado de trabalho, pelo menos até a década de setenta do século passado. Pensamos, como sugere Vêras de Oliveira (2015), que se trata de mirar a questão da funcionalização como um processo social aberto às lutas e disputas (realçando o seu caráter político) e com gradações e alcances diversos em função do tempo e do espaço. Tomar os processos de funcionalização posto à cabo pela dinâmica de acumulação como processos sociais, mais do que estritamente eventos econômicos. Parte dessa compreensão advém do debate que foi estabelecido sobre um conjunto de pesquisas sobre a “velha informalidade” no contexto brasileiro. A seguir, situaremos alguns elementos que contribuíram para clarificar o fenômeno da informalidade no nível nacional e regional, chamando a atenção para as particularidades na região Nordeste.

3.1.2 Os Estudos pioneiros sobre Informalidade e o debate da “Velha Informalidade”

Estabelecida em paralelo às teorizações que se fizeram sobre a natureza e os significados do capitalismo dependente brasileiro, a questão da informalidade remonta às teorias econômicas sobre o “setor tradicional”, que predominaram na década de 1950. Muitos economistas afirmavam que este setor, composto por um significativo excedente de mão de obra nos países subdesenvolvidos, incluindo pequenos comerciantes, pequenos proprietários e trabalhadores ocasionais por conta própria, seria gradualmente absorvido pelo setor moderno da atividade econômica, à medida que essas economias crescessem (OIT, 2014). Mas, os efeitos da expansão do capitalismo na periferia visualizavam-se, na década de 1970, na incapacidade do capitalismo dependente em absorver um contingente de mão de obra excedente em seu processo de industrialização, gerando consequências negativas, do ponto de vista social, como o desemprego, o subemprego, e a inserção alternativa, não regulada, de milhares de trabalhadores no mercado de trabalho. A discussão sobre informalidade não tem sido consensual. Podemos dizer que as diversas abordagens têm se diferenciado em três aspectos: (1) nos modelos interpretativos utilizados; (2) nas formas de mensuração desdobradas nas evidências empíricas; e (3) nas políticas públicas de enfrentamento da informalidade.

A noção de informalidade e as expressões correlatas à atividade informal, *setor informal*, *trabalho informal*, *economia informal* ganhou notoriedade no debate acadêmico

internacional enfrentando as insuficiências conceituais das teorias da modernização, que se apoiavam no dualismo moderno-atrasado, substituindo-o pelo dualismo formal-informal, com o intuito de compreender a informalidade como uma atividade dinâmica com características específicas.

Nos anos 1960-70, as primeiras pesquisas de campo (HART, 1973; OIT, 1972) eclodiram e os seus resultados deram suporte aos estudos posteriores, sob variadas lentes teóricas, que resultaram em diferentes interpretações sobre o fenômeno. No entanto, na primeira década de estudos, havia aspectos que balizavam o diálogo entre os autores, entre os quais a associação do *setor informal* ao atraso no processo de industrialização naqueles países; ou seja, o lugar central da industrialização na composição da oferta de emprego e geração de renda para a população; as conexões do trabalho informal com o processo de desenvolvimento do capitalismo naqueles países; a diversidade/heterogeneidade das atividades informais. Uma questão geral perpassava o debate: a informalidade seria um setor independente, com uma dinâmica própria ou estaria relacionado com o setor formal e moderno?

O parâmetro para designar o informal como sinônimo de atraso, compreendido como distorção advinda do processo de industrialização inconcluso na periferia do capitalismo, era o regime de regulação do trabalho nas sociedades salariais europeias, que vivenciaram o pacto fordista, cujos parâmetros na relação capital-trabalho eram o assalariamento e os contratos de trabalho formalizados (CASTEL, 2010). Esta associação com os países centrais gerou repercussões e vários estudos, especialmente, aqueles coordenados por instituições como a Organização Internacional do Trabalho, e o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe, que se engajavam na proposição de ações para integrar, incorporar os trabalhadores informais ao mercado de trabalho formal, bem como regular o *setor informal*. Esta visão enxergava a informalidade como negativa, algo a ser eliminado.

Os primeiros estudos empíricos sobre o *setor informal* têm suas raízes na pesquisa realizada, no final dos anos 1960, pelo antropólogo Keith Hart, em Gana-África, num contexto de migração da população para as áreas urbanas, criação de excedente da força de trabalho, desemprego e subemprego nos países subdesenvolvidos. Hart (1973) é pioneiro no uso da noção de *setor informal* para descrever um conjunto de atividades dinâmicas e heterogêneas, transformadas em oportunidades de renda e de inserção no mercado de trabalho, que incorporavam operações marginais à modalidade formal, mas também outras ligadas a grandes empresas, ambas referidas às dificuldades de participação dos trabalhadores em relações assalariadas nas áreas urbanas (BARBOSA, 2011). Hart (1973) utiliza o termo

self-employment (auto-emprego) para caracterizar o *setor informal*, cujas atividades produtivas são marcadas por um tipo de racionalidade que se conecta as redes de relações pessoais, de confiança e parentesco, que se constituem em barreiras de entrada no mercado de trabalho informal.

Hart (1973) identificou a presença de duplicações de ocupações (*setores formal e informal*), fluidez na inserção e heterogeneidade de atividades. Apesar da condição e existência precárias dos trabalhadores do *setor informal*, os estudos do antropólogo não associaram a *informalidade* à pobreza (neste aspecto, distancia-se do debate da marginalidade), visto que esta também atingia parcelas significativas dos assalariados formais. Sua pesquisa identificou alta rentabilidade nas atividades informais e grande potencial para gerar emprego⁴² (HART, 1973).

Algumas características foram encontradas nas pesquisas de Keith Hart sobre o setor informal e que destoaram de estudos posteriores: as atividades informais não têm baixa produtividade; a pobreza não é exclusiva dos trabalhadores informais; os trabalhadores podem auferir altos rendimentos; existem barreiras de entrada, por meio de uma racionalidade baseada nas relações pessoais; fluidez dos trabalhadores entre o mercado formal e o informal. Dentre as características comuns com estudos posteriores, destaca-se o fato dos trabalhadores não estarem submetidos a relações de assalariamento.

A noção divulgada por Hart (1973) foi reforçada pela publicação do estudo realizado, em 1972, pelos técnicos e especialistas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o desemprego de tipo estrutural em países subdesenvolvidos e, particularmente, sobre as características do trabalho no Quênia-África. O relatório possibilitou a divulgação da noção *setor informal*, que adquiriu estatuto de conceito teórico após os estudos da OIT, e se vinculava às formas de inserção da população pobre no enfrentamento do desemprego e às atividades de baixo rendimento, o que retroalimentava o nível de pobreza (BARBOSA, 2011). O Relatório da OIT extrapolou a dimensão do vínculo de trabalho, da ocupação e atividade

42 A partir dessa característica apontada por Hart surgiram três abordagens que aqui merecem destaque: **“Abordagem Legalista** (popularizada por Hernando de Soto e outros) considerava que o setor informal era integrado por microempresários que tentavam evitar os custos e as obrigações do registro formal. As regulações onerosas e complicadas e os custos podiam asfixiar as empresas privadas, levando-as a abandonar o setor estruturado. De Soto e outros defenderam que os direitos de propriedade seriam um meio para converter o capital informal em capital real; **Abordagem Estruturalista** (proposta, entre outros, por Alejandro Portes), ao contrário das outras escolas de pensamento, defendia a tese de que o setor informal era uma característica do desenvolvimento capitalista. Considerava que o setor informal estava subordinado ao formal, sendo até explorado por este, para reduzir os custos e aumentar a competitividade das grandes empresas; **Abordagem Ilegalista**, estreitamente ligada ao neoliberalismo e à economia neoclássica, via a informalidade como uma forma de os empresários evitarem o pagamento de impostos e a regulação do mercado de trabalho, logo, como uma opção (OIT, 2014).

econômica para descrever o *setor informal* e o compreendeu como uma “*maneira de fazer as coisas*”, caracterizada por: ausência de barreiras à entrada (diferindo dos estudos de Keith Hart); dependência de recursos locais; propriedade de caráter familiar; pequena escala de operações, força de trabalho intensiva e tecnologia adaptada; qualificações adquiridas fora do sistema escolar; e atuação em mercados competitivos e desregulados (OIT, 1972). Por contraste, o *setor formal* é a negação dessas características, o que torna a relação formal-informal dicotômica e o informal como algo a ser superado, não obstante seja considerado um importante segmento da economia do país. A interpretação da OIT se aproxima da perspectiva dualista, associando o informal ao atraso e à tradição, desvinculado do setor moderno e formalizado. O relatório emitido pela instituição teve o objetivo de orientar a proposição de políticas de Estado modernizantes para os países subdesenvolvidos, dentre as quais o combate ao desemprego e a geração de postos de trabalho no mercado formal.

Na década seguinte, a noção de *setor informal* foi disseminada por órgãos vinculados à OIT, e passou a ser definida pela presença de categorias bastante heterogêneas, como trabalhadores por conta própria (exceto os técnicos e profissionais liberais), familiares não remunerados, empregados e empregadores em estabelecimentos com até cinco trabalhadores; serviço doméstico. Das investigações voltadas ao contexto da África, no final da década de 1970, a OIT se lança no Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC), concentrando esforços na elaboração de um plano político de apoio às atividades informais que constituíssem possibilidade de inserção da população urbana de baixa renda na região (TOKMANN, 1978; 2001). A proposta de ação visava à incorporação do *setor informal* ao processo de modernização naqueles países, a partir da compreensão de que o *setor informal* resultava da busca de empregos pela força de trabalho excedente, como forma de sobrevivência, devido a sua não absorção, por escassez da demanda, por desajustes ou inadequação (qualitativa, disciplinar), pelos setores modernos. Diferentemente da abordagem original da OIT, a equipe do PREALC explica a existência do *setor informal* pela segmentação do mercado de trabalho, não como distorção, mas enquanto característica do capitalismo periférico, que ao se modernizar não atinge todo o tecido produtivo (BARBOSA, 2011). Esta abordagem abandona a chave dualista *setor informal-setor formal* e segue na direção de compreender as relações entre os setores. Além disso, seus estudos apontaram para algumas características predominantes naquelas atividades: (1) baixa dotação de capital; (2) reduzida relação capital-trabalho; (3) atuação em atividades com reduzidas ou nulas barreiras de entrada em termos de qualificação, destreza, capital e organização; (4) unidades produtivas de tipo familiar, com participação direta do proprietário; (5) escala de produção pequena

(tanto em volume, quanto em venda e número de trabalhadores); (6) ampla presença de atividades unipessoais; (7) uso de capital obsoleto ou simples com débil divisão do trabalho; (8) inserção em mercados competitivos ou não-regulados, com precário acesso aos mecanismos de apoio do Estado; (9) baixa produtividade; e (10) reduzida capacidade de acumulação (LOPES, 2008).

No contexto brasileiro, a manifestação em situações concretas do fenômeno da informalidade não é recente, na medida em que se vincula ao padrão de relações de trabalho constituído no país, marcado pela exclusão e desproteção social de parte dos trabalhadores. Como vimos anteriormente, em nossa formação social e econômica, um amplo segmento de trabalhadores esteve à margem ou se integrou subalternamente e de modo precário ao mercado de trabalho. Nos anos 1930, período da formação do mercado de trabalho, predominava um regime liberal que assegurava poucos ou nenhum direito à classe trabalhadora. Mais tarde, na década de 40, quando é instituído um ordenamento regulatório para o trabalho no país, um grande contingente da força de trabalho, excluído das ocupações reguladas, buscava meios de sobrevivência nos centros urbanos, em atividades fora da relação capital-trabalho padrão definida pela CLT. Esse cenário não mudaria muito no momento em que o processo de industrialização se consolidava (COSTA, 2005). Como argumentou Theodoro (2004):

O nascimento do mercado de trabalho ou, em outros termos, a ascensão do trabalho livre como base da economia, foi acompanhado pela **entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas**. Este processo vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, será denominado o ‘setor informal’ no Brasil (THEODORO, 2004, p. 95. Grifo nosso).

O chamado *setor informal*, então, origina-se associado à economia de subsistência, a atividades temporárias, a ocupações nos setores menos dinâmicos da economia (MACHADO DA SILVA, 1971; THEODORO, 2004). O que significa que o trabalho informal não surge propriamente inserido no núcleo da economia hegemônica, capitalista, e sim nas brechas não ocupadas por esta (CACCIAMALI, 1982). Esta característica destoa dos achados de Hart (1973) para quem o *setor informal* engloba atividades com dinamismo próprio, nem sempre de baixa produtividade e com grande potencial para gerar empregos, podendo ser marginal à economia dominante ou integrado às empresas capitalistas. Desta forma, o contingente de trabalhadores do *setor informal* poderia estar situado no “meio-termo” entre uma massa amorfa de excluídos (NUN, 1969) e a composição do exército industrial de reserva (CARDOSO, 1970).

Os primeiros estudos empíricos no país sobre o *setor informal* realçaram a pobreza, retratando o setor urbano em São Paulo (MACHADO DA SILVA, 1971) e em capitais nordestinas (CAVALCANTI, 1974, 1987). O pioneiro, encabeçado por Machado da Silva (1971), teve como objeto as condições de trabalho no setor urbano de serviços, em São Paulo, fora do ambiente fabril. Na ocasião, o autor faz a crítica aos modelos generalizantes, que não se apoiam em evidências empíricas, e inaugura a discussão dentro da Sociologia do Trabalho brasileira, concentrando sua atenção na pobreza urbana, nas regiões periféricas, apontando para a existência de um segmento de trabalhadores em setores menos dinâmicos da economia, associados à estagnação, ao atraso, à baixa produtividade e que estão imersos na informalidade (BARBOSA, 2011). Sua pesquisa, ao centrar-se em situações concretas, alargou a discussão - até então muito circunscrita ou referida à indústria - sobre a situação dos trabalhadores não formalizados, para pensar numa massa de trabalhadores que não se constituía em exército industrial de reserva; ocupava outros espaços urbanos e não estava nos arredores da fábrica. Neste sentido, a sua pesquisa se inseriu no debate sobre a marginalidade na América Latina e destacou a existência de uma massa de trabalhadores desfavorecidos, não participantes do exército industrial de reserva.

Para Machado da Silva (1971), mesmo o mercado de trabalho formalizado, regido por empregos regulares com carteira de trabalho assinada, símbolo “típico” da inserção protegida e de garantias previdenciárias, apresentaria situações heterogêneas, sob condições precárias, e no limiar entre o formalizado e o não formalizado. A linha tênue que separaria ambas as condições se apagaria por completo, nas situações em que trabalhadores se encontrassem à margem do aparato jurídico-institucional, submetidos a relações de trabalho difusas, não propriamente modernas. Nesta compreensão, o *setor informal* se diferencia como atividade de pequeno porte, meio de sobrevivência para o trabalhador, não se enquadrando como atividade moderna, estruturada e voltada para o lucro. Este argumento encontra ressonância nos estudos de Cavalcanti (1987), que chama a atenção para as “zonas fronteiriças”, de caracterização nebulosa dos *setores formal e do informal*, mesmo com as diferenças entre ambos, principalmente nas regras modernas de estruturação aplicadas ao setor formal, tais como “registros jurídicos, contabilidade, administração, hierarquia, relações de trabalho definidas, previdência social” (CAVALCANTI, 1987, p. 67).

Aí estariam atividades acionadas por diferentes racionalidades e baseadas em redes de contato que se estendem além da execução concreta da tarefa: trabalhadores por conta própria (autoemprego); biscateiros (trabalho eventual apontado como típico do mercado de trabalho não formalizado) e os que desempenham os serviços domésticos. Para Machado da Silva

(1971), os mercados de trabalho, tanto o formal, como o informal, são altamente institucionalizados. Num, os laços pessoais existem apenas para se obter o emprego, estando o preço do trabalho definido por critérios mais “abstratos” ou impessoais; noutro, a “personificação” da atividade econômica se faz fundamental, já que a multiplicação de laços de clientela aparece como uma forma de minimizar os riscos, garantindo uma venda mínima de força de trabalho (BARBOSA, 2011).

As investigações de Cavalcanti (1974, 1987) realçam a importância do *setor informal* para a economia nos países latino-americanos e do restante do terceiro mundo ao conectá-lo à pobreza urbana e à busca de meios de sobrevivência pelas camadas populares. Em termos marxianos⁴³, esta característica se apresenta em sociedades que não atingiram o estágio da modernidade e de relações de trabalho tipicamente capitalistas, onde há clareza na diferença entre os proprietários dos meios de produção e do capital (classe capitalista) e os que vendem sua força de trabalho (classe trabalhadora). Tanto em termos jurídico-institucionais (ausência de contrato formal) quanto econômicos e social (relação assalariada não regulada, ausência de proteção social), o *setor informal* é visto como não moderno e, portanto, pré-capitalista, arcaico, atrasado, a ser superado com a industrialização (OIT, 1972).

Aprofundando uma das categorias compreendidas no estudo de Machado da Silva (1971), o *trabalhador por conta própria* foi o objeto das reflexões de Reginaldo Prandi. Sua pesquisa recorre a dados estatísticos (1971-1977 de Salvador-BA e São Paulo-SP) determinando precisamente elementos como renda, ocupação e mobilidade social. Propõe recolocar o debate sobre estratificação à luz da perspectiva teórica histórico-estrutural, contribuindo para crítica à tese dualista da marginalidade urbana. Trata-se do trabalhador autônomo ou auto-empregado, o trabalhador que não tem qualquer vínculo empregatício, nem como empregado, nem como empregador, excluindo-se aí os trabalhadores assalariados sem registro em carteira. De modo geral aqui está uma gama heterogênea de atividades, que vão desde vendedores ambulantes, pequenos produtores, até prestadores de serviço que (1) dependem quase que exclusivamente do dispêndio da força de trabalho própria – a que se alia, muitas vezes, o uso da força de trabalho de membros da família; (2) de baixa ou quase nula

⁴³ Abordagens que têm como base teórica Marx (2013) para compreender o *setor formal* como tipicamente capitalista, caracterizado pela relação capital-trabalho, com clara distinção entre o capitalista e o trabalhador, numa relação assalariada que auferir um rendimento rebaixado ao trabalhador, de forma que o tempo de trabalho não pago seja apropriado pelo capitalista e transformado em lucro. Neste caso, três aspectos importantes estão presentes naquela relação: a subordinação do trabalhador ao capitalista; a exploração da força de trabalho para extração de mais-valor e o assalariamento. A ausência ou presença destes pontos irá orientar as interpretações sobre (1) a relação entre o *setor formal* (moderno) e o *setor informal* (arcaico, tradicional); (2) se o *setor informal* está subordinado ao *setor formal* (capitalista) e, por consequência, está subsumido à dinâmica capitalista, contribuindo também para a acumulação de capital. Cf. Prandi (1978) e Cacciamali (1982).

capitalização; (3) que dispõe de baixo nível de qualificação; e que vivem em condições materiais precárias. Segundo Prandi (1978), esses trabalhadores figuram no conjunto das categorias residuais, fadadas ao desaparecimento, mas que sobreviveram e se enredaram nas brechas do modo de produção capitalista (PRANDI, 1978, p. 29). Enquanto categoria, o trabalhador por conta própria:

está situado fora da oposição trabalho assalariado/capital. Mas, este “estar fora” significa simplesmente uma existência dependente das condições em que aquela oposição se realiza. Nem vende ao capitalista sua força de trabalho, nem dispõe de capital para se transformar (no momento dado) em comprador da força de trabalho alheia. É seu próprio patrão e seu próprio empregado. Mas, depende da ordem burguesa, pois é nesta ordem que sua existência está enclausurada, como num espelho a refletir a memória do passado [...]. Isso não significa que seja, simplesmente, um peso morto para a sociedade [...] O trabalho autônomo, no nível formal e aparente, nem está subordinado ao capitalista nem às classes assalariadas, mas tem sua exploração determinada no todo dinâmico do modo capitalista de produção (PRANDI, 1978, p. 30-31).

Segundo Prandi (1978), é necessário situar esta parcela de trabalhadores no quadro mais geral da acumulação capitalista. Isso se dá por meio de um duplo movimento. No nível econômico, na medida em que o capital se alimenta do excedente produzido pela informalidade, exatamente naquelas atividades de produção de bens e serviços (nas quais o trabalho autônomo se reproduz) que são de baixo rendimento para o capital. E no nível ideológico pelas narrativas de autonomia e ascensão social que dissolvem, por naturalização, o conflito possível das classes sociais.

O trabalho autônomo representa ao mesmo tempo um elemento essencial na formação da sociedade urbana pré-industrial e do modelo ideologicamente sustentado – que subsiste até os dias de hoje – do sucesso econômico-social. É o trabalhador independente o empreendedor virtual que se transformará idealmente no futuro empresário ou que logrará ocupar algum lugar de destaque no seio da pequena burguesia urbana, afirmando-se, com ele, a ideologia do esforço próprio e a virtude do trabalho (PRANDI, 1978, p. 61).

De outro lado, avançava a crítica a algumas formulações pioneiras da OIT, notadamente a partir de estudos que buscaram entender a produção em unidades de pequeno porte onde as relações capital-trabalho estavam borradas. Análises como a de Souza (1980) contribuíram para fixar a ideia de interdependência entre os setores formal e informal e a subordinação das formas não tipicamente capitalistas (setor informal) à dinâmica de acumulação. A *pequena produção urbana* ocuparia exatamente os espaços não preenchidos pelos movimentos de expansão e contração da economia. Sua composição heterogênea envolve pequenas empresas onde o trabalho assalariado permanente não existe (assalariamento) ou, quando existe, o proprietário dos meios de produção não está totalmente

desvinculado das tarefas diretamente produtivas. Para Souza (1980) haveria, pelo menos, três situações a serem consideradas: (1) *formas de organizações mercantis simples sem assalariamento permanente*. Este grupo inclui as “empresas familiares” (compostas por pequenas “empresas” ou trabalhadores autônomos – excluídos os profissionais liberais, concentrados fundamentalmente no pequeno comércio, na pequena indústria - padarias, confecções, serralharias. - nas oficinas mecânicas, dentre outros); (2) *trabalhadores por conta própria subordinados*: são autônomos, mas prestam serviço a uma única empresa ou capital, como, por exemplo, costureiras que trabalham no domicílio para determinada fábrica ou vendedores ambulantes de produtos de uma determinada empresa - caso dos sorveteiros; (3) *pequenos vendedores de serviços*: o grupo formado por autônomos, que não dispõem de bons equipamentos, não possuem reserva de mercado e não estão submetidos a um só capital é composto pelos biscateiros, vendedores ambulantes, engraxates (SOUZA, 1980; LOPES, 2008).

Outro estudo de referência, consagrado como uma *abordagem intersticial e subordinada do setor informal*, foi realizado por Cacciamali (1982). Assim como Machado da Silva (1971), Cacciamali elege o espaço fora da fábrica para realizar a pesquisa. Assim como Souza (1980) aprofunda as teses do PREALC, adicionando-lhe um referencial crítico marxista. Seu olhar se direciona para o *setor informal* de pequena produção, comercialização e serviços urbanos, mais precisamente para o seu núcleo típico, o *trabalhador por conta própria*⁴⁴. Esse setor longe de ser um resíduo do passado, compõe parte fundamental da dinâmica capitalista de acumulação. Constituem-se por um conjunto de atividades que se encontra em relação assimétrica, hierarquizada e subordinada às formas de organização da produção capitalista (formal), na medida em que se situam nos interstícios, ou seja, nos “espaços ainda não ocupados, abandonados, criados e recriados pela produção capitalista” (CACCIAMALI, 1982, p. 32). Isso se dá em função do movimento incessante de ampliação e crescimento, mas também de criação de ramos de produção, isto é, da divisão social do trabalho. Daí se visualiza a contínua diferenciação de atividades produtivas - e dentro delas - de formas de organizar o trabalho. Nos anos 1990, a incorporação de “novos” elementos de gestão do trabalho, que intencionam tornar mais fluidas as relações de trabalho, porém aumentando o controle sobre o trabalhador, tornam o cenário ainda mais complexo para

⁴⁴ Segundo Cacciamali (1982, p. 8), os trabalhadores por conta própria são “produtores que, de posse dos meios de produção, se valem do trabalho familiar, ou de alguns ajudantes, para dar fim às suas atividades. Em outras palavras, nesse setor, as formas de organização da produção *não se baseiam na força de trabalho assalariada*”.

analisarmos a informalidade que sai dos *interstícios* do sistema capitalista e se posiciona no centro do processo de acumulação.

3.2 FLEXIBILIZAÇÃO ORGANIZACIONAL E AS MUTAÇÕES DO TRABALHO NOS ANOS RECENTES

Entre as décadas de 1970 e 1980 no Brasil já se fazem sentir mudanças importantes que se anunciavam no cenário econômico mundial, trazidas pelos primeiros sinais da crise do fordismo nos países centrais. Combinando-se com o esgotamento de nosso modelo desenvolvimentista de industrialização substitutiva de importações, o funcionamento de nosso parque industrial formado pelas indústrias de ponta capitaneadas por empresas multinacionais, bem como pelas industriais tradicionais nacionais, já sentiam a desaceleração da economia. Uma reestruturação tornava-se necessária. Alta da inflação, o acirramento da concorrência internacional, aliados ao quadro de instabilidade política do regime autoritário, fizeram estourar ondas de resistência e contestação popular⁴⁵ no sentido da reabertura democrática do país. O desemprego aumentava, não só no Brasil, como no mundo, revestido de sua feição não mais conjuntural, de curto período, mas estrutural. Com ele viu-se proliferar as formas alternativas de inserção no trabalho já dando indícios de uma nova era de deterioração das condições de vida para a classe trabalhadora (POCHMANN, 2008). A reorganização empresarial em escala global se iniciava como uma tentativa de enfrentar a perda de competitividade da economia dos países centrais no mercado internacional.

Parte do problema passou a ser enfrentado pela reestruturação da grande planta fabril rigidamente hierarquizada e verticalizada que começa a se articular com outros arranjos interempresariais, mais horizontalizados. Na outra ponta, olhando para dentro do processo produtivo, quedas da produtividade do trabalho foram identificadas, um problema econômico por excelência para o capitalismo, com sua necessidade constante de crescimento atrelada a extração de mais-valor da força de trabalho (DRUCK, 1999; SANTANA, 2005). Nas fábricas, as lutas diuturnas estavam sendo travadas pela melhoria das condições de trabalho, sejam as

45 Referimo-nos ao “acentuado ciclo de greves, desencadeado pelos operários da indústria (especialmente os metalúrgicos), funcionários públicos e diversos outros segmentos. Ocorreram greves gerais por categoria, greves com ocupação de fábricas, incontáveis greves por empresas e greves gerais nacionais. Assistiu-se ainda a uma expressiva expansão do sindicalismo de assalariados médios e do setor de serviços, como bancários, professores, funcionários públicos etc. Também se organizaram e se fortaleceram sindicatos e centrais sindicais. Foi o caso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 1983 e inspirada, em sua origem, em um sindicalismo de classe, autônomo e independente do Estado. Seu surgimento resultou da confluência entre o novo sindicalismo, nascido no interior da estrutura sindical, e o movimento das oposições sindicais, que atuava fora da estrutura oficial e combatia seu sentido subordinado, atrelado e verticalizado” (ANTUNES, 2016).

de resistência individualizadas e cotidianas do absenteísmo, rotatividade, defeitos na fabricação e descontinuidade no ritmo da produção, sejam, em paralelo, as realizadas de forma coletiva e organizadas, vista na pressão dos sindicatos pela manutenção e melhora dos salários. Do ponto de vista dos trabalhadores, o embate tinha como alvo: a gestão taylorista/fordista que suprimia as suas qualificações, impondo-lhes um controle acirrado na execução de trabalho parcelizado, rotinizado, repetitivo e fragmentado, começa a se redesenhar (ANTUNES, 2004).

Além desse componente político central, elencavam-se outros, de ordem mais objetiva e material. Esse esgotamento do fordismo foi tratado por Harvey (2010) como uma crise dos arranjos políticos, institucionais e sociais, responsáveis por acomodar a crônica incapacidade do capitalismo de regular as condições essenciais de sua própria reprodução. No fundo trata-se, pois, de uma crise de *sobreacumulação* ou *superacumulação*, em que excedentes de capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva ociosa) e excedentes de força de trabalho (grande desemprego), tornam-se incapazes de realizar-se lucrativamente⁴⁶. As saídas encontradas puseram em movimento um conjunto de mudanças, que foram se articulando, de modo a gravitar em torno da predominância do sistema financeiro sobre o capital produtivo. Com grande significado prático e teórico, esse conjunto de mudanças tem envolvido a base tecnológica e organizacional do processo produtivo (aí incluindo as novas técnicas de gestão do trabalho), bem como, àquelas referidas as dimensões políticas, sociais e econômicas (HARVEY, 2010). O processo de produção vem se transformando de uma economia de escala, em uma economia de escopo, a produção em massa de bens homogêneos padronizados e em grande estoque, passando cada vez mais a dar lugar à produção em pequenos lotes com variados tipos de produtos personalizados. A realização do trabalho mecanizado, parcelizado (especializado) por tarefa única, que antes estampava a degradação do próprio trabalho, tem-se alterado pela difusão do trabalho de múltiplas tarefas, acompanhado pelo novo léxico da desregulamentação dos direitos sociais (agora atacados por sua excessiva rigidez), pelo desmonte do Estado de Bem Estar. Nessa linha, sem dúvida, o braço armado desse movimento tem sido as práticas neoliberais, com suas ondas de

⁴⁶ Para os gestores do capital a questão, que se coloca é de “como conter, absorver ou administrar essa tendência de maneira que não ameacem a ordem social capitalista (...) [Uma dessas estratégias que tem sido historicamente empregada é] a *desvalorização* de mercadorias, de capacidade produtiva, do valor do dinheiro, (...) em termos simples, desvalorização significa a “baixa” ou “cancelamento” do valor dos bens de capital (particularmente instalações e equipamentos), a liquidação de estoques excedentes de bens (ou sua destruição pura e simples) (...) erosão inflacionária do poder do dinheiro, ao lado de inúmeras inadimplências em obrigações de empréstimo. A força de trabalho também pode ser desvalorizada e até destruída (taxas crescentes de exploração, queda da renda real, desemprego, mais mortes no trabalho, piora da saúde e menor expectativa de vida etc.)” (HARVEY, 2010, p.170).

privatização e encolhimento das políticas sociais. Estas características engendram um novo *regime de acumulação*⁴⁷, chamado por Harvey (2010, p. 184) de *acumulação flexível*: “uma combinação particular, quem sabe, nova de elementos primordialmente antigos no âmbito da lógica geral da acumulação do capital”. Esta etapa do capitalismo se caracteriza pela “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” se contrapondo à rigidez do fordismo (HARVEY, 2010, p. 140).

Por conta de forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e busca de ampliação das margens de lucro, o mercado de trabalho, em geral, vem sofrendo uma radical reestruturação, cujos pontos centrais residem no desemprego massivo, no rebaixamento dos valores reais dos salários, na redução do emprego regular e protegido pela legislação trabalhista, na emergência de vínculos e contratos mais flexíveis, mais precários, com trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Com isso, inúmeros estudos empíricos têm constatado a alteração da composição da classe trabalhadora, agora com clivagens cruzadas⁴⁸, tanto pela diminuição do número de empregos industriais e aumento no setor de serviços, como pelas velhas e novas formas de inserção no trabalho, compondo, o que Antunes (2004) tem chamado de *nova morfologia do trabalho*. As consequências políticas para a luta de classes têm sido o crescente enfraquecimento do movimento sindical (e de sua capacidade organizativa e de representação), bem como uma dificuldade adicional de se pensar uma identidade de classe centrada no trabalho diante de tamanha fragmentação.

Particularmente, no Brasil, essas tendências gerais favoreceram do ponto de vista empresarial, a busca por alternativas ao então prevalecente *fordismo periférico* que possibilitassem o incremento da produtividade, aprimoramento do controle do trabalho e maior competitividade nos mercados. Os sistemas rígidos de produção e contratação tornaram-se obstáculos à continuidade da acumulação de capital pela via da extração de mais-valor relativo. Outras formas predatórias entraram em cena. Essas ganharam seus primeiros contornos, em paralelo ao processo de liberalização e desregulamentação da economia operada sobremaneira nos anos 1990. Iniciada uma década antes, a reestruturação produtiva no país envolveu mudanças nas relações interempresariais (*e.g* fusões, *joint venture* e, de

47 Um *regime de acumulação* foi o conceito empregado, por autores como Michel Aglietta, Robert Boyer, Benjamin Coriat, para caracterizar o *fordismo* como um mecanismo social criado para estabilizar por um certo período a instabilidade e crises cíclicas inerentes ao sistema capitalista. Pressupõe, de um lado, um padrão de organização da atividade produtiva (incluindo uma relação salarial) adequado ao padrão de consumo, isto é, um nível de atividade econômica compatível com a demanda efetiva. De outro, pressupõe um *modo de regulação*, aqui entendido como um conjunto de normas, leis e valores, materializados na intervenção estatal, capazes de mediar os conflitos sociais ocasionados pela dinâmica econômica (LIPIETZ, 1989).

48 Clivagens entre “os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, incluídos e excluídos etc.” (ANTUNES, 2016).

outro lado, a externalização, horizontalização da produção); importação de novos métodos na organização da produção e do trabalho (*e.g just in time*⁴⁹, *kanban*, Círculos de Controle da Qualidade, trabalho em equipe e multitarefa) e inovações na gestão do trabalho, tais como a gestão “participativa” e outras modalidades de envolvimento do trabalhador (KREIN, 2007). Estas mudanças tiveram como elemento central a flexibilidade, implementada internamente, impondo aos trabalhadores a polivalência, combinando agilidade e flexibilidade conectada às flutuações da demanda; e, externamente, por meio da subcontratação ou terceirização (CASTEL, 2010). Também foram comuns a difusão do *downsizing* como uma ferramenta que se propôs amplificar a eficiência de custos através da eliminação da burocracia corporativa desnecessária. Concretamente, o enxugamento empresarial significou mais demissões, num contexto caracterizado pelo clima de instabilidade que desestruturava o mercado de trabalho, incluindo-se aí os impactos subjetivos no trabalhador que ainda estava inserido (pelo medo do desemprego, internalização da ideia da necessária mudança comportamental de modo a se manter empregável) (DRUCK, 1999).

A esses efeitos se somaram outros. A subcontratação e a terceirização⁵⁰ tornaram-se práticas comuns de descentralização da atividade produtiva, de externalização de custos, e foram aclamadas pelos segmentos organizados do empresariado nacional, bem como estandardizados em manuais de consultoria, como símbolos da modernização das relações de trabalho. Desde então, têm sido amplamente difundidas na indústria e no setor de serviços. Do ponto de vista da empresa contratante e da estratégia empresarial, essa estratégia aumenta a eficiência, permitindo que a empresa focalize sua atenção nas atividades prioritárias, ligadas diretamente ao negócio (PINHEIRO, 1999, DRUCK, 1999). Os seus custos sociais, como contraface do processo, no entanto, são minimizados e invisibilizados. Mas, para os que estão presos ao mundo das necessidades, os sentidos são outros: *mais trabalho*, com a intensificação da jornada e do controle, rebaixamento dos salários e insegurança no vínculo (DAL ROSSO, 2011; LEITE, 2011).

⁴⁹ Nova lógica de organização da produção, concebido por Taiichi Ohno, concernente ao princípio da fábrica enxuta com estoques mínimos. Método que inverte o fluxo de produção, de modo que os componentes exigidos, no tempo certo, e na quantidade exatamente necessária, cheguem à linha de montagem (ALVES, 2013).

⁵⁰ Do ponto de vista conceitual ambos se caracterizam pela flexibilização. A terceirização consiste em transferir a atividades-meio da organização para terceiros. Já a subcontratação se refere ao fornecimento de serviços ligados diretamente ao processo de produção (PINHEIRO, 1999). Em estudo recente, feito a partir de dados da RAIS/CAGED-MTE, do DIEESE (2015) constatou-se um número alarmante. Analisando empresas brasileiras do comércio e serviços, do ramo metalúrgico, setor bancário, portuário, na indústria de petróleo e química foram totalizados 12,7 milhões de trabalhadores assalariados que estão submetidos a vínculos terceirizados. Esses trabalhadores recebem menores salários, permanecem menos tempo no emprego e estão submetidos a maiores riscos de acidente de trabalho.

Os impactos desse processo se amplificam, sobremaneira, durante o Governo FHC, com a implantação sistemática, que assistimos, das políticas neoliberais de abertura econômica e privatização de empresas estatais de setores estratégicos ao desenvolvimento (bancos, e empresas do setor de energia, ferrovia, telecomunicações). O terreno foi preparado antes, e medidas foram tomadas que viabilizaram a transferência escandalosa de recursos públicos para a iniciativa privada. Dentre essas se citam a institucionalização via legislação (Lei nº 8.031-1990 que instituiu o Programa Nacional de Desestatização)⁵¹, e os pesados investimentos feitos nas estatais antes de sua privatização na ordem de 28,5 bilhões de reais. Dados do governo, até 1998, informavam que, no conjunto, as privatizações de empresas estatais, tanto dos governos estaduais, quanto federal, somaram 85,2 bilhões de reais (dinheiro arrecadado e dívidas transferidas), dos quais 14,8 bilhões em valores a receber a prazo (BIONDI, 2003). O outro ponto atacado voltou-se para a reforma da legislação trabalhista tipificada como excessivamente rígida e inadequada, por sua pesada carga tributária, aos investimentos produtivos e geração de empregos. Nessa linha tivemos uma série de medidas que visaram flexibilizar a CLT e que ganharam contornos de legalidade, tais como, o contrato por tempo de determinado, banco de horas, participação nos lucros e resultados⁵² (AZEVEDO; TONELLI, 2014).

De outra parte, atuando no convencimento público, de modo a sustentar ideologicamente os fundamentos neoliberais da desregulamentação, analistas propagaram a ideia dos excessivos encargos sociais arcados pelas empresas como fonte do desemprego e do trabalho sem carteira assinada, estando o Brasil na contramão das experiências modelares dos países mais avançados (PASTORE, 1994). Balizando um contradiscurso, estudos têm mostrado o quanto essas medidas de flexibilização vêm se traduzido num amplo processo de precarização das condições de trabalho, no sentido de uma piora substantiva, que vem se sustentando no engodo da ampliação dos postos de trabalho. Diante dos riscos de perdas ainda mais acentuadas a CLT enquanto reguladora do mercado de trabalho constitui elemento

⁵¹ Cujo teor pode ser entendido desde o primeiro inciso do artigo primeiro, onde se lê o propósito de reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades indevidamente exploradas pelo setor público (Lei Federal nº 8.031-1990).

⁵² Segundo os estudos de Azevedo e Tonelli (2014, p. 204): “**Contrato por tempo determinado:** deve ser utilizado para execução de serviços específicos ou para realização de atividades suscetíveis a uma previsão aproximada (era previsto na CLT no artigo 443 e foi regulamentado pela Lei nº 9.601/98 e pelo Decreto nº 2.490/98); **Banco de horas:** estabelece que, para cada hora extra, o funcionário tem direito a 1 (uma) hora de folga. A jornada de trabalho é reduzida ou aumentada de forma compensatória, e, nesse caso, as horas extras não são remuneradas separadamente (essa forma de compensação foi ratificada com o Decreto nº 2.490/98 que regulamenta a criação do “banco de horas”). **Participação nos lucros e resultados (PLR):** deve ser objeto de negociação entre a empresa e seus empregados mediante comissão por eles escolhida”.

estruturante, que funciona como “parâmetro central que impede que as relações de trabalho no país resvalen na pura mercantilização da força de trabalho” (COSTA, 2003, p. 03).

Com o afrouxamento da regulação estatal das relações capital-trabalho no país abriu-se o precedente necessário para o aprofundamento das consequências deletérias para os trabalhadores advindas dos novos sistemas de gestão da força de trabalho (já explicitados) e os seus desdobramentos na direção do maior controle sobre os trabalhadores. Dentro da fábrica, no setor mais dinâmico da economia (automobilístico), a gestão introduziu as máquinas informatizadas e automatizadas, que se encarregaram de converter o trabalho vivo em trabalho morto, lançando milhares de operários na condição de desemprego. Estes, engrossando as fileiras do exército industrial de reserva, ou passando a ganhar a vida em trabalhos informais, pressionam os que, de alguma forma, ainda mantém os seus postos de trabalho, pós-reestruturação. Como não pode dispensar o trabalho vivo, fonte de geração de valor, sua utilização deve ser aumentada, pelo aumento da produtividade do trabalho, o que equivale a dizer, pela extração de mais-valor intensificada em tempo cada vez mais reduzido (ANTUNES, 2004). Ao mais-valor relativo, que cresce com o aumento da inovação tecnológica, associa-se a exigência de maior esforço e desempenho por parte dos trabalhadores, traduzidos na intensificação do trabalho.

A intensificação do trabalho, segundo Dal Rosso (2011, 2013) compreende uma tripla acepção: relaciona-se à duração (alongamento da jornada de trabalho), intensidade (ritmo e velocidade) e à produtividade do trabalho. Este último aspecto tem sido mais perverso no modelo flexível, quando comparado com o taylorismo-fordismo, dado o acúmulo de tarefas (um trabalhador para várias máquinas diferentes), da cobrança por polivalência/multitarefa/flexibilidade, aliado a um melhor desempenho. Em outras palavras, a intensificação do trabalho pode ser expressa por “produzir mais mercadorias com os mesmos recursos” (trabalhadores, equipamentos, tempo de trabalho), ou seja, produzir mais-valor com as mesmas condições de trabalho e duração da jornada. Em suma:

Para acrescentar novo valor algumas condições precisam existir para que o trabalho produza, de alguma forma, mais do que aquilo que é necessário para o pagamento do trabalhador e para que seja possível produzir e acrescentar novos valores ou mais valores às mercadorias, sinteticamente: que as jornadas realizadas sejam mais longas do que o necessário para sustentar o trabalhador; que a intensidade e a produtividade do trabalho sejam elevadas garantindo-se, assim, que o trabalhador seja remunerado normalmente e, além disso, produza um *plus* (DAL ROSSO, 2011, p. 143).

Deste modo, aumenta-se a parcela do trabalho não pago ao trabalhador e retornamos aos tempos de extração do mais-valor absoluto que se combina ao mais-valor relativo com a

incorporação de maior esforço físico atrelado à operação do maquinário automatizado. Este é mais um componente da engrenagem capitalista que aumenta a exploração sobre o trabalho.

Nos anos 1990, a desmobilização dos sindicatos no país e das comissões no interior das fábricas fragilizou a classe trabalhadora que já se encontrava fragmentada com vínculos diversos de trabalho. No entanto, reações acontecem contra o agravamento das condições de trabalho, a disciplina e o controle acirrado. Resistências explícitas, por meio de greves e paralisações do coletivo de trabalhadores e/ou implícitas, silenciosas, espontâneas, por vezes, individual no cotidiano da fábrica. Podemos nos referir a microrresistências, a exemplo das estratégias de sabotagem, boicote, “operação tartaruga”, absenteísmo (LEITE, 1994; DRUCK, 1999; DAL ROSSO, 2011).

De modo geral, os estudos⁵³ apontam que houve dificuldades na implantação do *paradigma da produção flexível* no setor produtivo brasileiro, cuja organização fabril não abandonou por completo o *modelo taylorista-fordista* com estruturas industriais verticalizadas e uma cultura gerencial autoritária (destoante da proposta de gestão participativa). O que se apresentou foi a convivência de práticas antigas de gestão do trabalho com o “novo” (DRUCK, 1999). Velhas e novas práticas se diferenciaram, por região, e pelos diferentes segmentos industriais, bem como, em suas respectivas cadeias produtivas, tanto no que se refere à gestão do trabalho, quanto às condições de trabalho. Este “modelo híbrido” de “modernização” se configurou principalmente nas indústrias tradicionais, intensivas em força de trabalho, a exemplo da indústria de confecção.

A indústria de confecção de roupas, um dos elos da cadeia têxtil-confecção, foi diretamente impactada pela abertura da economia dos anos 1990. Até aquele momento, encontrava-se um parque industrial defasado tecnologicamente, com altos custos de produção, e com dificuldades de enfrentar a concorrência externa no mercado internacional com os produtos oriundos, principalmente, dos países asiáticos. A política cambial que equiparou a moeda nacional (real) com o dólar promoveu uma avalanche de importações de produtos eletrônicos, mas também, de calçados, tecidos e confecções, para o mercado interno. Com a ausência de políticas protecionistas para a indústria nacional, esse setor da economia enfrentou sérias dificuldades. O encolhimento foi certo, com estratégias de gestão postas em

⁵³ Os anos 1990 foram uma época fértil de produção de inúmeros estudos desenvolvidos por sociólogos, engenheiros, economistas que analisaram as consequências da reestruturação produtiva para as relações de trabalho nos segmentos industriais intensivos em capital no país. Destaca-se o livro organizado por Castro (1995) “A Máquina e o Equilibrista”, uma coletânea de textos nesse sentido. Além disso, também destacamos a criação em 1989 da ABET (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho) que vem realizando congressos acadêmicos regulares e com a publicação da *Revista Brazilian Journal of Labour Studies*. (<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/index>).

prática com o intuito de enfrentar aquele novo ambiente de ameaças. Demissões e muitas falências foram observadas. Tentando modernizar-se, no período de 1995 a 1997⁵⁴, investimentos em renovação de maquinário (*e.g.* máquinas de costura) foram feitas pelo empresariado, ampliando a participação do segmento de confecções no mercado interno, frente à concorrência estrangeira. Ainda assim, estudos indicam que a baixa modernização tecnológica ainda é apontada como empecilho a maior competitividade, juntamente com a pulverização da produção em unidades produtivas de pequeno e médio portes com elevada informalidade (GORINI, 2000; COSTA, ROCHA, 2009). As repercussões nas relações de trabalho neste tipo de indústria tradicional - intensiva em força de trabalho e ícone do trabalho a domicílio, subcontratado desde o seu nascedouro⁵⁵ - foram se tornando mais complexas, dado o extensivo uso do trabalho a domicílio e o aprofundamento das condições de trabalho precárias e ritmo intensivo, sobretudo com uso da mão de obra feminina (LEITE, 2011). No núcleo dinâmico da economia - o eixo Centro-Sul, chamado polo moderno, capitalista, de industrialização intensiva em capital e tecnologia, apoiada nos setores automobilístico, químico e petroquímico - ocorre diminuição do emprego formal, seja pelo aumento da taxa de desemprego, seja pela ampliação do trabalho sem carteira assinada. Proliferam-se, nos anos 1990, as formas instáveis de contratação e a expansão da terceirização e subcontratação (LEITE, 2011).

De forma geral, as práticas flexibilizadoras, associadas às políticas neoliberais, aprofundaram a desestruturação do mercado de trabalho, culminando com o aumento significativo do desemprego, e dos dramas sociais que lhes acompanham: a reprodução das desigualdades. Apesar de não ter sido observada de maneira homogênea pelo país (tendo sido mais acentuada nas zonas urbanas de maior densidade industrial que possuíam maior presença da regulação social), os anos 1990 trouxeram a tendência de desassalariamento como sua marca. De cada dez novos trabalhadores que ingressaram no mercado de trabalho ao longo da década, somente seis encontraram alguma ocupação. Desse universo, apenas quatro obtiveram emprego com carteira assinada. A queda totalizada na década foi de mais de 1 milhão de empregos formais (POCHMANN, 2010). Parte dessa radiografia pode ser vista na Tabela 02:

⁵⁴ Neste mesmo período, indústrias têxteis se instalam no Nordeste atraídas pela guerra fiscal e em busca de barateamento da força de trabalho. Tem-se o exemplo da indústria têxtil Vicunha no Ceará.

⁵⁵ O uso da subcontratação na indústria de confecção brasileira acompanha o perfil deste tipo de indústria e das indústrias têxteis no mundo, desde os primórdios da Revolução Industrial, conforme descreveu Marx (2013).

Tabela 02 - Evolução da população economicamente ativa (PEA), segundo condição de ocupação e desemprego – Brasil (1996-2001)

Itens	1996	1998	2001
PEA (em milhões)	69.583	73.284	80.401
Empregador	2,4	2,8	3,2
Trabalhadores Formais (protegidos) ¹	25,3	25,6	28,8
Grau de Informalidade ²	56,7	56,9	55,7
Conta própria	15,2	16,0	16,9
Empregado sem Carteira	15,7	16,0	18,4
Trabalhador sem remuneração	5,6	5,4	4,8
Taxa Desemprego	7,6	9,7	10,0

(1) Compreende os trabalhadores de carteira assinada, os trabalhadores domésticos, os militares e os servidores públicos estatutários. (2) O Grau de informalidade é a razão entre os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, mais os trabalhadores por conta própria, mais os não remunerados com até 15 horas de trabalho semanal, sobre o total dos ocupados. Fonte: PNAD-IBGE (1996-2009) elaborado em Nota Técnica do Ipea por Barbosa (2012).

No entanto, como apontam estudiosos do tema, ao longo dos anos 2000, com o Governo Lula, esse cenário sofreu alterações, na direção de uma reversão de várias tendências negativas da década passada (BALTAR et al., 2010). Concorreram para isso, sem dúvida, um conjunto de fatores. Fundamental foram os relacionados à mudança do ambiente político, das relações de forças, que foram articuladas, contraditoriamente, em torno dos interesses das classes conservadoras ligadas à dinâmica do capital, e a dos interesses popular-democráticos. O resultado foi uma nova agenda pública pautada por demandas históricas dos movimentos sociais e do movimento sindical, posta frente a frente, ao novo ciclo de aceleração dos circuitos de valorização do capital, erguendo, assim, um projeto alternativo de desenvolvimento em resposta à crise e esgotamento produzido pelo neoliberalismo (ALVES, 2013). Nessa linha, a dinâmica econômica encaminhou-se, por medidas tomadas pelo governo, que mantiveram, de certa forma, os pilares macroeconômicos do período anterior, visando acalmar (alimentar) os mercados financeiros (especialmente no que se refere ao controle da inflação, à manutenção das taxas de juros e ao pagamento da dívida pública). Sua marca assentou-se numa maior capacidade de intervenção do Estado em setores que contribuíram para os índices de crescimento econômico, bem como, atuação por meio de políticas sociais redistributivistas (de transferência de renda e inclusão) focadas nos segmentos mais vulneráveis, ou seja, junto às camadas mais pobres. O mercado interno foi aquecido e o consumo de massa estimulado pelo acesso ao crédito bancário. Tivemos recorde na balança comercial, com as exportações, fato favorecido, é verdade, pela conjuntura internacional (de 2003 a 2007). A produção de automóveis (veículos leves, ônibus e caminhões), por exemplo, com incentivos do governo federal, aumentou extraordinariamente

(saltando de 1,7 milhão de automóveis, em 2003, para 3,4 milhões em 2011) (ALVES, 2013). Indústrias intensivas em mão de obra também cresceram no período. Foi o caso da indústria têxtil e de confecções⁵⁶, que em 2010, era representada por 30 mil empresas formais, de distintos portes, espalhadas pelo território nacional, que empregavam mais de 1,7 milhão de trabalhadores diretamente e geram, juntas, um faturamento anual de 60 bilhões de dólares (ABIT-CNI, 2012).

Tudo isso trouxe a melhora de uma série de indicadores laborais no Brasil nos últimos anos do Governo Lula. Entre 2004 e 2008, como mostra a Tabela 03, houve crescimento, sobretudo do emprego protegido (formal), com redução do grau de informalidade, além da redução do desemprego no mercado de trabalho. Outro indicador importante foi a recomposição do poder de compra, pela política adotada de aumento real do valor do salário mínimo, acumulado de 70% entre 2003 e 2012 (ALVES, 2013).

Tabela 03 - Evolução da população economicamente ativa (PEA), segundo condição de ocupação e desemprego – Brasil (2002-2009)

Itens	2002	2004	2006	2009
PEA (em milhões)	83.080	86.986	90.550	95.381
Empregador	3,3	3,4	3,9	3,9
Trabalhadores Formais (protegidos) ¹	29,7	32,6	35,5	40,7
Grau de Informalidade ²	55,8	54,1	52,0	48,4
Conta própria	17,5	18,0	18,3	18,5
Empregado sem Carteira	19,1	19,9	20,3	20,2
Trabalhador sem remuneração	4,9	4,5	4,0	3,2
Taxa Desemprego	9,9	9,7	9,2	9,1

(1) Compreende os trabalhadores de carteira assinada, os trabalhadores domésticos, os militares e os servidores públicos estatutários.
(2) O Grau de informalidade é a razão entre os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, mais os trabalhadores por conta própria, mais os não remunerados com até 15 horas de trabalho semanal, sobre o total dos ocupados. Fonte: PNAD-IBGE (1996-2009) elaborado em Nota Técnica do Ipea por Barbosa (2012).

Também se ressalta a transferência de renda para trabalhadores com faixa salarial até dois salários mínimos mensais, através do reforço dos programas de seguro-desemprego (que passou de 5,8 bilhões, em 2002, para 13,8 bilhões de reais, em 2008) e abono salarial (de 1,3 bilhão, em 2002, para 7,2 bilhões, em 2008) (POCHMANN, 2010). Todavia, a partir de 2011, o Brasil passa a sentir os efeitos de grave crise internacional, gatilhada pelo sistema

⁵⁶ Dimensões dessa indústria: “é a quinta maior indústria têxtil do mundo e a quarta maior em confecção; o segundo maior produtor de denim e o terceiro na produção de malhas. Autossuficiente na produção de algodão, e com grandes investimentos na produção de fibras químicas, o Brasil produz 9,8 bilhões de peças confeccionadas ao ano (dessas, cerca de 6,5 bilhões em peças de vestuário), sendo referência mundial em *beachwear*, *jeanswear* e *homewear*. Outros segmentos também vêm ganhando mercado internacional, como a moda feminina, masculina e infantil, além do *fitness* e moda íntima. Entre 2010 e 2011, foram investidos cerca de US\$ 5 bilhões pelas indústrias do setor” (ABIT-CNI, 2012, p.13).

financeiro, iniciando o esgotamento do seu ciclo de consumo e a economia passou a apresentar taxas declinantes (KREIN; SANTOS; NUNES, 2012). Algumas medidas foram tomadas, a partir de 2012, no sentido de concretizar uma agenda de retomada do investimento, especialmente com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com parceiras público-privadas em obras de infraestrutura, construção naval e energia. Com modestos resultados no sentido de estancar a crise econômica, e passando por problemas de governabilidade junto ao Congresso Nacional, as medidas desenvolvimentistas do governo foram perdendo sustentação política diante da ofensiva dos interesses do capital financeiro. Como resultado, o crescimento médio caiu para menos da metade do período entre 2004 e 2008, pondo em alerta, na sequência, a dinâmica do mercado de trabalho (KREIN; SANTOS; NUNES, 2012).

Apesar dos avanços alcançados com a redução histórica do desemprego e o aumento da formalização do mercado de trabalho denotando uma inflexão quanto ao projeto neoliberal de desestruturação e precarização, é importante reforçar as contradições daquele processo, dada a incapacidade de barrar medidas de flexibilização que avançaram no período recente, a alta rotatividade da força de trabalho, bem como a persistência de inúmeros contingente inseridos na informalidade⁵⁷, uma das marcas do mundo social do trabalho no Brasil (KREIN; SANTOS; NUNES, 2012; ALVES, 2013).

De outro lado, como veremos mais a frente, ao tratarmos das relações de trabalho nas Lavanderias de Jeans do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, a complexidade herdada pelos traços históricos que vem se modificando por processos e estruturas, como a que apontamos, nos coloca o desafio de entender situações mais precisas e concretas que estão, como disse Azaïs (2012), numa zona cinzenta, ao referir-se as dificuldades de distinção, das fronteiras que separam o assalariado do autônomo; o formal do informal. Estas zonas nebulosas, de indefinição estão alinhadas de alguma forma (direta ou indiretamente) com a acumulação flexível e alteram o sentido conceitual, e os termos que estiveram presentes nos debates preliminares sobre o tema da informalidade.

⁵⁷ Mais recentemente a OIT vem reconhecendo que “não obstante o crescimento econômico ser um elemento essencial para reduzir a informalidade, evidências sugerem que não existe uma relação automática entre ambos. Na verdade, podem existir casos em que a informalidade persista, mesmo que se verifique um crescimento econômico acentuado” (OIT, 2014, p. 61).

3.2.1 O Debate aberto pela *Nova Informalidade*: Continuidades e Rupturas

Nos últimos quarenta anos a informalidade tem sido objeto de numerosos estudos e debates políticos. A compreensão de suas dimensões, de sua natureza, causas e efeitos se modificaram significativamente desde a origem da terminologia inicial de “setor informal”. As teorias que consideravam a informalidade um fenômeno temporário com tendência para desaparecer ao longo do processo de desenvolvimento econômico deram lugar a interpretações diferentes em função de sua persistência (reprodução) e, mesmo, crescimento nos países periféricos e até mesmo nos países centrais (OIT, 2014). Em 2002, a OIT estimou que do total de emprego gerado na América Latina e Caribe, 51% era informal. Dados mais recentes, de 2012, mostram que a informalidade é ainda maior, 60% nas MPEs (micro e pequenas empresas). As micro e pequenas empresas foram estimadas, naquele ano, em 59 milhões de unidades produtivas, das quais 48 milhões correspondem aos por conta própria e, cerca de 7 milhões em empresas com até cinco trabalhadores⁵⁸ (OIT, 2015). Aqui se deve notar que existe uma diferença entre a formalização de uma empresa e a formalização das relações de trabalho, observando que o trabalho informal também está presente num grande número de MPEs que estão registradas e são consideradas formais.

Mas, os chamados *empregos informais*⁵⁹ afetam desproporcionalmente certas categorias de trabalhadores. Em particular, é mais comum entre mulheres - representa 49,7% do emprego feminino e 44,5% do emprego masculino. Da mesma forma, os jovens são mais propensos a estar no emprego informal do que os adultos - 55,7% do total do emprego dos jovens são informais e 44,9% dos empregos de adultos. Além disso, a informalidade é mais frequente entre indivíduos com formação escolar básica - 64,4% dos trabalhadores com educação primária ou sem estudos estão no emprego informal, - assim como entre os mais pobres - 72,5% dos trabalhadores na base da pirâmide de renda têm empregos informais na região. O emprego informal também é particularmente disseminado no setor de construção

⁵⁸ Como sabemos, as MPEs representam 95% das empresas brasileiras e geram cerca de 16,6 milhões de empregos formais, contribuindo com 20% do PIB do país (OIT, 2015).

⁵⁹ Atualmente a OIT entende por *emprego informal* “o número total de empregos informais, independentemente de se situarem em empresas do setor formal, empresas do setor informal ou no domicílio, durante um determinado período de referência” (OIT, 2014, p. 49). Compreendem (1) os empregadores que trabalham diretamente, e que utilizam trabalho de outras pessoas, na produção de bens ou serviços; (2) os trabalhadores por conta própria que não empregam outros trabalhadores (autoemprego, independentes); (3) trabalhadores em empregos informais, sem contratos (mesmo ocorrendo em empresas legalmente constituídas) que na prática, estão descobertos pela proteção social, não recolhem impostos sobre rendimento e que, pela ausência de registro, não tem garantidos os direitos trabalhistas (férias remuneradas, licença remunerada por doença, indenização por demissão, etc.) estabelecido em âmbito nacional. Nesses grupos está incluída a maioria dos trabalhadores ocasionais e sazonais (OIT, 2014).

civil (68,6%), nos setores de comércio, restaurantes e hotéis (55,7%) e nos setores de transportes, armazenagem e comunicação (49,7%) (OIT, 2015).

Nota-se que a informalidade é um fenômeno multidimensional e complexo. Embora reconhecendo a resiliência e o dinamismo dos trabalhadores e empresários que atuam nesse universo a OIT reiterou a necessidade de abordar as suas diversas vulnerabilidades e déficit de trabalho decente⁶⁰ relacionados à informalidade. Para tentar apreender sua dinâmica através de operacionalização estatística (instrumento importante para políticas públicas), em 2002, a Conferência Internacional do Trabalho, e depois, em 2003, a Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho (CIET), abriu uma nova via no debate sobre a informalidade, ampliando o conceito de *setor* para *economia informal*. Desde então, entende-se por esse conceito “todas as atividades econômicas realizadas por trabalhadores ou por unidades econômicas que – na legislação ou na prática – não estão ou estão apenas insuficientemente abrangidas pelos mecanismos formais” (OIT, 2014, p.46). Com esse conceito espera-se melhor traduzir

não só o fenômeno das empresas não registradas nem reconhecidas, mas também dos trabalhadores que se encontram em circunstâncias precárias, tanto na economia formal como na informal. A nova expressão ilustra melhor a informalidade quer em função da unidade de produção quer das características do posto de trabalho ou do trabalhador (OIT, 2014, p. 26).

Antes, uma década, desse alargamento conceitual da OIT, os estudos de Castells e Portes (1989) voltavam-se para a compreensão da nova realidade social e econômica caracterizada pela interdependência global desencadeada pelo processo de reestruturação produtiva capitalista. Aí se percebeu a *economia informal* se intercambiando ao longo do tempo com o processo de reorganização econômica e flexibilidade do trabalho. Com isso já apontavam para uma movimentação das fronteiras demarcadoras do informal no processo de descentralização da produção e da distribuição baseado em redes de atividades subcontratadas. Longe de ser um apêndice marginal, esse fenômeno está vinculado sistematicamente com a formalidade compondo o funcionamento habitual do capitalismo.

De acordo com Portes (2013) a noção de *economia informal* constitui um exemplo único da forma em que as forças sociais afetam a organização das transações econômicas.

⁶⁰ Atualmente a OIT estruturou suas linhas de ação em torno dos princípios básicos do *trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade*. Considerando que todo planejamento e ação econômica devem ter um fim social, e que o trabalho não é uma mercadoria, todos os seres humanos tem o direito de perseguir o seu bem estar material em condições de liberdade e dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidades. Para isso supõe o avanço simultâneo e integrado de ações em quatro áreas estratégicas: a promoção dos direitos no trabalho, o incentivo à criação de mais e melhores empregos para homens e mulheres, a ampliação da proteção social e o fortalecimento do diálogo entre governos, empregadores e trabalhadores na busca de soluções para os problemas do mundo do trabalho (OIT, 2009).

Nela se incluem todas as atividades geradoras de renda relacionadas à produção de bens e serviços socialmente aceitos como lícitos, mas que descumprem normas administrativas, códigos tributários, leis trabalhistas e previdenciárias. Trata-se de um conjunto de atividades que transgridem ou evitam a regulamentação do Estado em contextos sociais onde atividades semelhantes estão reguladas⁶¹. Inseridas no processo histórico e situadas em determinados espaços, essas atividades podem ter por objeto, em primeiro lugar, a estratégia de sobrevivência de um indivíduo e de sua família (trabalho para o autoconsumo das classes populares) através da produção direta com fins de subsistência ou de mera venda de bens e serviços no mercado (economia de sobrevivência ou subsistência); podem estar orientadas ao aumento da flexibilidade na gestão de modo a reduzir os custos laborais das empresas do setor formal mediante a contratação e subcontratação de empresas/negócios informais (economia de exploração dependente); podem ainda estar organizadas em pequenas empresas para acumular capital mediante a mobilização de seus laços de solidariedade, o aumento da flexibilidade e a diminuição de custos (economia de crescimento) (PORTES, 2013). Nesses dois últimos casos nota-se o paradoxo da economia informal: quanto mais se aproxima do modelo de mercado, mais depende dos vínculos sociais para funcionar eficazmente. De outro lado, o efeito produzido por tal processo de informalização é a redução substancial dos custos trabalhistas, e tem sido uma tendência observada, que se conecta às grandes cadeias produtivas globais, através de formas disfarçadas de assalariamento, das estratégias precarizadoras do capital. Isso tem se manifestado pela extensa proliferação de contratos temporários e subcontratações, provenientes de processos de terceirização e que atingem os trabalhadores formais e qualificados. Tal tendência, comum nos países subdesenvolvidos, também atinge e vem crescendo nos países centrais com economias fortemente institucionalizadas (PORTES, 2013).

No Brasil, diversos autores, por vias argumentativas diferentes, também vêm reconhecendo que (1) as transformações ocorridas no interior da informalidade (nos seus

⁶¹ “O debate mais polêmico sobre os fatores que impulsionam a informalidade está relacionado com o quadro regulamentar. Os proponentes da desregulação argumentam que o elevado custo de cumprimento da regulação se traduz em *rigidez do mercado de trabalho* e numa *opção voluntária pela informalidade*. Segundo esta teoria, a regulação incide negativamente na criação de emprego formal e leva ao crescimento do trabalho subterrâneo. Contudo, um exame da bibliografia não fornece dados empíricos que confirmem os argumentos propostos pelos promotores da *desregulação sistemática*” (OIT, 2014, p. 29). A causalidade implícita entre o aumento da informalidade e a “rigidez” dos mercados de trabalho também não foi confirmada em estudos realizados no Brasil e na Argentina. O que foi demonstrado evidenciou exatamente o oposto. Pacotes integrados de políticas de regulação podem reduzir a informalidade e levar ao crescimento do emprego formal. Não obstante a desregulação sistemática ter demonstrado não ser uma resposta política adequada, existem aspectos das regulações, como o registro de empresas, que devem ser claramente racionalizados, simplificados e tornados eficazes em função dos custos para incentivar a formalização (OIT, 2014).

processos de geração, dinâmica e articulação) obrigam-nos a repensar a heterogeneidade do setor; e que (2) a expansão de formas de produção subordinada não persegue tão somente a redução de custos salariais como no passado, mas sim também o aumento da flexibilidade laboral. Tudo isso vem demandando reelaborações conceituais (LOPES, 2008).

A capacidade explicativa da noção de *informalidade* vem à baila e é questionada pelos estudos de Machado da Silva (2003), que mostrando suas limitações como categoria operacional (captada pelos estudos quantitativos que adotam o critério da carteira assinada e previdência social para especificar os trabalhadores informais), e elegendo o conceito de empregabilidade/empreendedorismo como mais adequado para a atualidade, pois faz jus à ideologia do individualismo, da iniciativa própria, criatividade no mercado de trabalho em contraponto ao vínculo estável, duradouro, fordista. Druck (2011) segue na direção de Machado da Silva (2003) no questionamento da noção de informalidade e prefere associá-la a processos mais amplos como a *flexibilização* (dos processos de trabalho, do mercado de trabalho, das leis trabalhistas e dos sindicatos) e *precarização social do trabalho* (como processo que se relaciona à realidade dos países periféricos, onde a precariedade do trabalho se alinha às baixas condições de vida) para explicar a heterogeneidade dos vínculos de trabalho decorrentes da mundialização do capital.

Para Cacciamali (2000; 2001) reafirmando os argumentos anteriormente colocados por sua *abordagem intersticial e subordinada*, não é mais possível conceber os setores formal e informal como separados e desconectados, na medida em que essa nova dinâmica subordina o setor informal ao processo de acumulação capitalista. “Os denominados setores formais e informais do mercado de trabalho expressam-se como um *continuum* de relações existentes nesse mercado e não como dois setores dicotômicos ou duais” (CACCIAMALI, 2001, p. 16). A categoria analítica *processo de informalidade* permite a apreensão das mudanças estruturais - na produção, no mercado de trabalho e institucionais - decorrentes das modificações do regime de acumulação nos diferentes níveis (mundial, regional, nacional), as respostas institucionais, bem como aquelas fornecidas pelos atores sociais a esse quadro de mudanças (CACCIAMALI, 2001).

Com o intuito de apreender as diferentes formas de participação na produção e das condições concretas do uso da força de trabalho, bem como as relações de subordinação (do setor informal ao processo de acumulação) que são engendradas e suas especificidades nacionais e locais (aí considerando que atores podem adotar lógicas da sobrevivência ou lógicas da busca do lucro) consideram-se dois processos associados. De um lado, o *processo de informalidade*, refere-se a uma ruptura com a relação assalariada padrão (movimento de

reorganização do trabalho assalariado, dado pelo enorme crescimento de formas de emprego assalariado sem carteira). Aqui se captam relações de trabalho assalariado expressas pelas novas modalidades de contrato (tempo parcial, temporário, sazonal, por tempo determinado, eventual, entre outros), ou sem contrato registrado ou ainda de assalariamento disfarçado. De outro, o *processo de informalidade*, refere-se às diferentes formas de auto emprego, em que se consideram os espaços econômicos, organização da produção, dimensão e natureza das atividades associadas aos pequenos produtores, que organizam seu processo de produção com base no próprio trabalho, de seus familiares ou ajudantes. Aqui se encontra o trabalho por conta própria, um tipo de informalidade que, embora possua longa história, já se encontra transformado (CACCIAMALI, 2000; 2001).

Seguindo a linha aberta por Cacciamali, autores como Araújo (2011) vêm empregando a noção de *nova informalidade*⁶² para entender determinadas mudanças na composição social do mundo do trabalho no Brasil desde os anos 1990. Para a autora, a noção de nova informalidade permite:

identificar as transformações nas atividades identificadas como tradicionais e típicas do “setor informal” (como o trabalho autônomo, do vendedor ambulante, por exemplo) e as conexões entre as pequenas ou micro empresas, o assalariado desprotegido e outros tipos de relações de trabalho com a dinâmica de acumulação de capital na sua atualidade. Acumulação que se dá por espoliação⁶³ [...] baseada no trabalho precário e desprotegido em larga escala. A terceirização constitui um componente central desse modo de acumulação que se dá sob hegemonia neoliberal [...] Ela se apresenta como um componente imprescindível [...] da busca por maior produtividade, redução de custos e maiores lucros. Dessa maneira, constituem-se novos e velhos cenários de formas de trabalho precárias, lastreados no uso intensivo da força de trabalho e na incorporação de segmentos antes deixados à parte desses processos (ARAÚJO, 2011, p. 179).

O principal avanço da noção de *nova informalidade*, como a entendemos aqui, reside exatamente no reconhecimento de que estamos diante de fenômenos novos, em que antigas ou tradicionais formas de trabalho em atividades de produção, comércio e serviços, são hoje recriadas e resignificadas, reeditadas, por meio de uma nova relação cada vez mais imbricada com a economia formal.

⁶² A noção de *nova informalidade* ou *novo informal* surge com os trabalhos de Juan Pablo Pérez-Sainz e descrevem um conjunto de transformações relacionadas à desregulamentação dos mercados de trabalho e flexibilização das relações de trabalho, que levam a uma crescente informalização do emprego, fazendo com que a distinção formal/informal perca, progressivamente, pertinência (ARAÚJO, 2011; PÉREZ-SAINZ, 1995).

⁶³ Este argumento inspira-se no pensamento de Harvey (2005), quando este se refere à *acumulação por espoliação*. A noção surge de uma constatação: o sistema econômico é instável, com tendência a crises, cuja origem está na sobreacumulação. Segundo o autor, a solução encontrada para absorção lucrativa de excedentes de capital e de trabalho, pela dinâmica capitalista, tem sido a combinação entre reprodução expandida (a forma tipicamente moderna agora sob a égide do capital financeiro) e acumulação por espoliação que passa a atualizar constantemente formas pretéritas (“força, a fraude, a opressão, a pilhagem” todas aquelas descritas por Marx que compõe a acumulação primitiva).

Se antes, quanto mais avançava a formalização mais discrepava o formal e o informal, o protegido do não protegido, o organizado do não organizado; agora, quanto mais avança a informalização mais o padrão formal aproxima-se do informal, tornando mais tênues suas fronteiras. Longe de significar processos inexoráveis, não são senão resultados do conflito social e político (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a, p. 18).

Essa nova relação formal-informal entendida como um processo (informalização) vem abarcando os modos de inserção laboral não registrada-legalizada (os trabalhadores assalariados sem registro em carteira de trabalho), seja referindo-se à lógica de funcionamento da atividade não tipicamente capitalista (trabalhadores não assalariados, os por conta própria, autônomos). Isso nos leva para longe de um tratamento dual ou dicotômico, na medida em que entendemos que, ali residem todas as tensões e contradições de uma dialética que entrecruza as estratégias de sobrevivência e as lógicas de exploração-acumulação. Sua marca central tem sido o entrelaçamento cada vez mais forte, entre um e outro, o esmaecimento das fronteiras definidoras, um hibridismo de formas dessa relação formal-informal. Posto dessa maneira - com o intuito de apreender a direção desse processo - na linha das reflexões de Vêras de Oliveira (2011b), consideramos que, atualmente, a informalidade passou, embora sob formas diversas e envolvendo várias situações de trabalho, do centro à periferia, a compor o núcleo da dinâmica de acumulação flexível de capital.

Com isso, admitimos que mesmo a noção de informalidade sendo vista como ambígua, polissêmica, restrita, exclusivamente operacional, comporta múltiplas dimensões e fatores de ordem econômica, jurídico-institucional, sócio-cultural, que têm sido analisados de forma separada e fragmentada, quando se evidencia um fator em detrimento de outros(s). Nesta tese, buscamos participar do debate teórico compreendendo a necessidade de qualificar a informalidade a partir de uma *noção multidimensional*, que articula simultaneamente as dimensões jurídico-institucional, sócio-econômica, sócio-cultural e contextual, como veremos na Figura 01, a seguir:

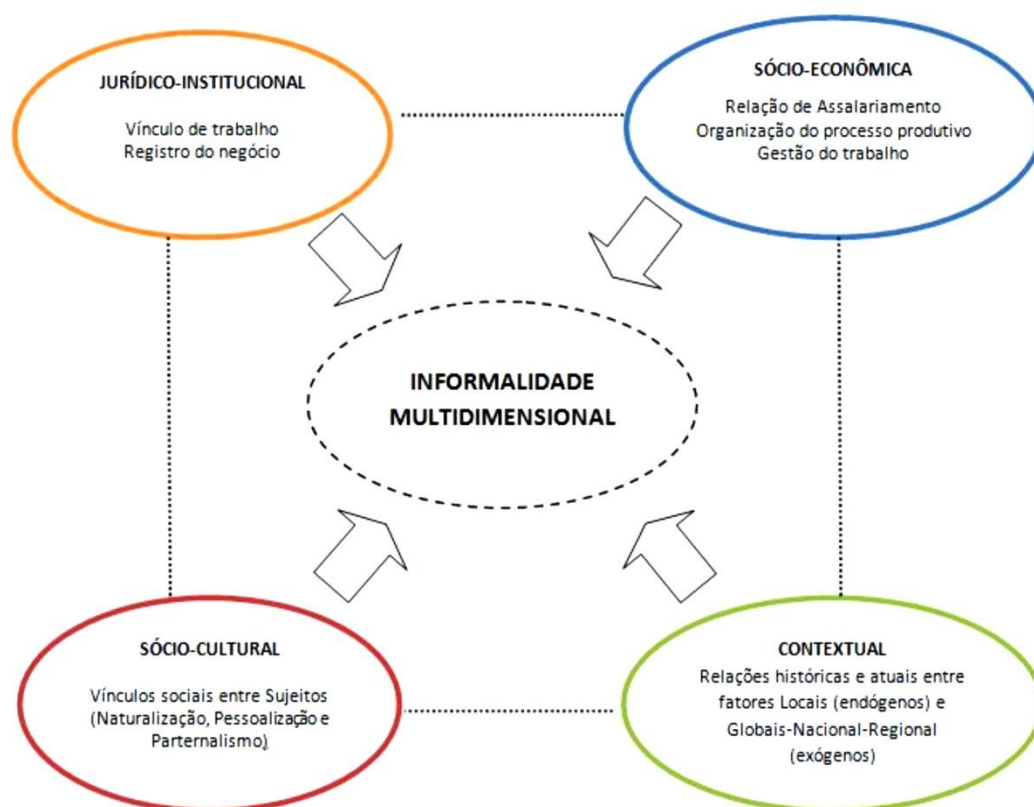


Figura 01 - Informalidade Multidimensional

Fonte: Autoria própria, 2017

A *informalidade multidimensional* integra dialeticamente as dimensões citadas de modo a não escorregarmos na armadilha da dicotomia na análise. Desta forma, é considerado o imbricamento entre o formal e o informal em cada uma das dimensões, que indica continuidade e ruptura antagonicamente articulada. Este é um aspecto metodológico importante que compõe a nossa contribuição teórico-conceitual e viabiliza a análise dos elementos centrais que giram em torno das relações de trabalho nas lavanderias do Polo de Confecções de Pernambuco, elementos esses, que de outra maneira não poderiam ser realçados.

A referida noção será desenvolvida nos próximos capítulos, em conexão com a pesquisa de campo, assim como a retomaremos no Capítulo 8 em conjunto com o argumento de tese.

CAPÍTULO 4.

CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO

Neste capítulo, apresentaremos ao leitor o contexto histórico no qual o nosso objeto foi se formando e está situado, que é o das lavanderias de beneficiamento no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano. Para tanto, na seção 4.1, apresentaremos as características principais das lavanderias na cadeia produtiva do *jeans*, chamando a atenção para o seu surgimento no Polo de Confecções, combinadamente à confecção de roupas na localidade. Na seção 4.2, enfatizaremos as ações de “modernização” recentes no Polo de Confecções, destacando a inserção das lavanderias de *jeans* neste processo.

4.1 A CADEIA PRODUTIVA DE JEANS E O SURGIMENTO DAS LAVANDERIAS DE BENEFICIAMENTO NO AGRESTE PERNAMBUCANO

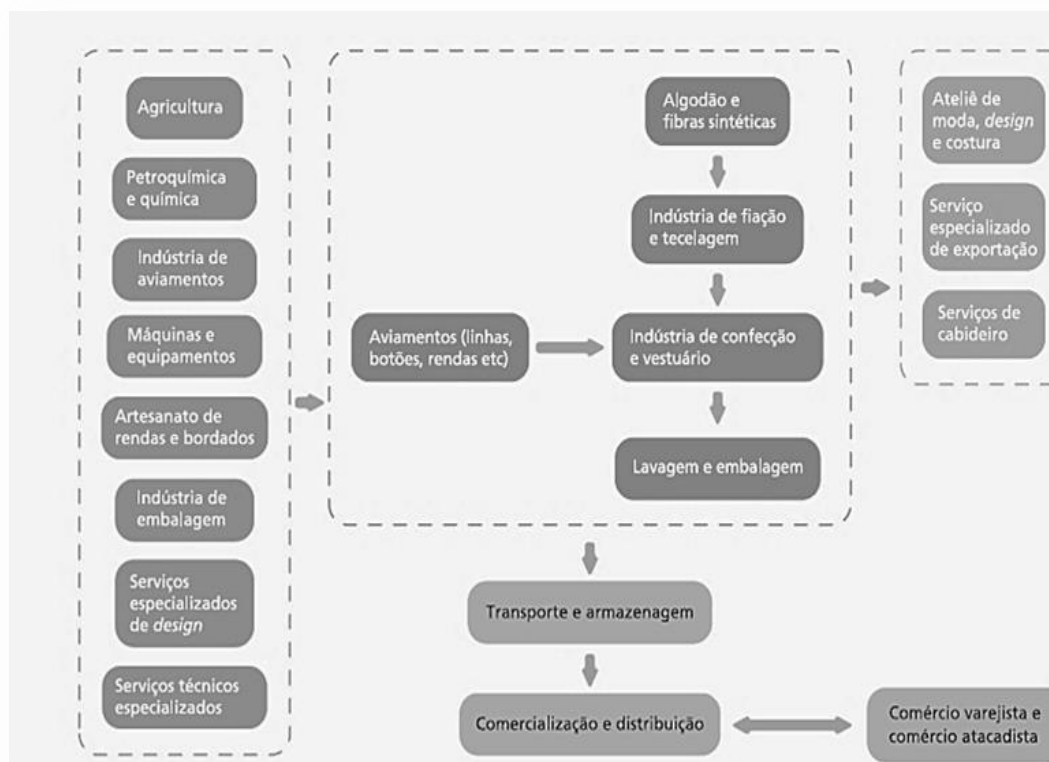
Quando pensamos inicialmente numa lavanderia, quase de imediato vem a imagem de um estabelecimento que presta serviços de remoção de sujeira em artigos de vestuário, serviços esses encontrados nas principais cidades do país. Esse tipo de lavanderia atende ao público em geral, sendo classificada como de tipo domiciliar⁶⁴. Não são exatamente essas as lavanderias encontradas quando andamos pelas ruas das cidades de Caruaru e Toritama, no Agreste de Pernambuco, e sim as lavanderias de beneficiamento ou “lavanderias de *jeans*” ou “lavanderias industriais” (industrial porque não é a doméstica e também a lavagem acontece em escala industrial) - estas últimas como denominações nativas.

As lavanderias de beneficiamento compõem a cadeia têxtil e de confecção e no Cadastro Nacional de Atividade Econômica (CNAE-IBGE) estão dentro da seção “indústrias de transformação”⁶⁵, realizando a atividade de “alveijamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário”. No caso específico das lavanderias de beneficiamento, estas se encarregam do “alveijamento e tingimento de peças do vestuário”, constituindo uma das atividades do elo de acabamento da cadeia têxtil e de confecção, desdobrado a partir do segmento de confecção de roupas. A Figura 02, a seguir, ilustra o posicionamento da lavanderia na cadeia produtiva:

⁶⁴ Segundo o guia da Associação Nacional de Empresas de Lavanderia - ANEL - existem as lavanderias com a finalidade de retirar a sujeira de roupas, sendo as domiciliares e as industriais - voltados ao setor de hospitalidade (e.g. hotéis, hospitais, restaurantes); e as de beneficiamento de *jeans*.

⁶⁵ Esta informação também se confirmou no cadastro das lavanderias pesquisadas em consulta online à Junta Comercial do Estado de Pernambuco (JUCEPE).

Figura 02 - Cadeia Têxtil e de Confecção



Fonte: SEBRAE, 2008, p. 12

Na cadeia principal, ao centro, visualizamos a indústria de confecção e vestuário que fabrica diversos produtos, tais como peças do vestuário, artigos de malharias, roupas profissionais, produtos de cama, mesa e banho e de decoração de ambientes. O segmento de lavanderias está situado na cadeia principal conectado à confecção de roupas em tecido denim que se popularizou como sinônimo de *jeans* (ver Apêndice F).

Estudos apontam que o Brasil está entre os cinco maiores produtores de denim, ao lado da China, Turquia e Índia. A produção têxtil tem se concentrado em um pequeno número de empresas, de grande porte e intensivas em capital desde a abertura comercial⁶⁶. O

⁶⁶ As indústrias têxteis brasileiras surgem no final do século XIX e o pioneirismo é atribuído à Santista Têxtil, no ano de 1846. Destacam-se também a Cedro, fundada em 1872, a Santanense, em 1895, bem como a Vicunha, a Canatiba e, mais recentemente, a Santana Textiles, criada em 1950. A fabricação de *denim* no Brasil iniciou-se, na década de 1960, pela Santista Têxtil. Após sua fusão com a empresa espanhola Taxex Corporation, associada ao grupo Camargo Correia, a *holding* tornou-se um das maiores líderes mundiais do *denim*, com produção anual na faixa de 160 milhões de metros do tecido. As outras indústrias têxteis citadas, com plantas industriais instaladas nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Ceará e Rio Grande do Norte, participam do mercado com a produção anual de 60 milhões de metros lineares de *denim* (Santanense); 84 milhões de metros lineares (Santana Textiles). A Canatiba possui capacidade de produção anual de 108 milhões de metros lineares. A Vicunha se destaca respondendo por 40% da produção nacional de *denim* (consulta feita aos sites institucionais das empresas).

segmento de confecção de *jeans* tem se beneficiado do acesso à matéria prima e se apresenta promissor para o incremento das exportações brasileiras em função do seu valor agregado (GORINI, 2000; COSTA, ROCHA, 2009). Nesta mesma direção, pesquisa veiculada pelo Jornal Valor Econômico, destaca que o Brasil produziu 349,8 milhões de peças *jeans*, em 2012, representando um crescimento de 27% em relação ao ano de 2008, o que garante a posição de segundo produtor de *jeans* do mundo, movimentando mais de 8 bilhões por ano no país (ABIT, 2012). A produção se concentra majoritariamente no Sudeste, mas engloba também os estados do Paraná, Pernambuco e Ceará, contando com 6,2 mil empresas produtoras, empregando 319,5 mil trabalhadores.

O crescimento do segmento de *jeanswear*, como foi dito, implica em agregação de valor à peça e, neste sentido, as técnicas de lavagem para beneficiamento da peça tornam-se primordiais. No Brasil, as *Lavanderias de Beneficiamento de Jeans* surgiram na segunda metade da década de 1970, na época, usando técnicas simples de clareamento e amaciamento do denim (VERÍSSIMO, 1988; SOARES; NEDER, 2010). Iniciava-se, a partir das demandas do mercado de confecções de roupas, cada vez mais orientadas pela incorporação das tendências de moda, a rápida proliferação de lavanderias voltadas ao segmento específico, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e também na cidade de Toritama, em Pernambuco. Com isso, mudava-se uma tendência, até então consolidada, de um *jeans* que chegava ao consumidor final sem lavagem, enrijecido e desconfortável, para a aceitação da maciez ao toque e efeitos de *design* que alavancaram o consumo (CORDEIRO; HOFFMANN, 2012). Adaptando as modelagens internacionais de calças compridas à silhueta do corpo, bem como incorporando a fabricação de outras peças do vestuário ao tecido denim, surgiu o conhecido *stone washed* de envelhecimento do *blue-jeans*, bem como os efeitos manuais rasgados, estonados, lixados, os chamados “diferenciados”.

Na composição da indústria nacional brasileira, estima-se que existam 9.500 (nove mil e quinhentas) lavanderias, aproximadamente, sendo 7.400 (sete mil e quatrocentos) domésticas e 2.100 (duas mil) industriais, empregando cerca de 58.000 (cinquenta e oito mil) trabalhadores no país. Desse montante, 6.000 (seis mil) localizam-se no estado de São Paulo, sendo 70% (setenta por cento) na capital. Estima-se que o faturamento total do setor, no Brasil, em 2014, tenha atingido a cifra de R\$6.743.000.000,00 (SINDILAV, 2015).

Estudos apontaram a presença de lavanderias de beneficiamento na composição dos Polos de Confecções de Jaraguá (Goiás), Cianorte/Maringá (PR), Brás/Bom Retiro-São Paulo (SP), Divinópolis-MG, Colatina (ES) associadamente à produção do *jeans*. Em Divinópolis, a confecção de peças *jeans* responde por 26,2% do total da produção e a lavagem do *jeans* é

feita em lavanderias, a maioria terceirizada (PEDROSA, 2005). O Polo de Cianorte/Maringá especializou-se em produção de *jeans* e roupas femininas (“modinha”). Estudos apontam que existem 13 lavanderias em Umuarama/Cianorte empregando 131 trabalhadores com carteira assinada e em Maringá/Sarandi, 21 unidades empregando 258 trabalhadores com carteira assinada (IPARDES, 2006). Na mesma região, confirma-se a presença maciça de “facções masculinas” responsáveis pelos efeitos diferenciados (lixado, puído, esponjado⁶⁷) funcionando em pequenas unidades, a maioria, em fundos de quintais (LIMA, 2009). O Polo de Jaraguá também se especializou em *jeans* e foram identificadas 31 lavanderias formais em funcionamento onde trabalhavam 376 homens (força de trabalho quase 100% masculina) com carteira de trabalho assinada (VILASBOAS, 2015).

No Agreste Pernambucano, estima-se que existam quase 200 lavanderias de beneficiamento, que surgiram combinadas à confecção de *jeans* em geral (macacão, cigarrete, short, blusão), cabendo o pioneirismo ao município de Toritama. No entanto, a história relata que entre 1930 e 1970, a atividade produtiva dominante era a manufatura de calçados, mas que entrou em crise devido à concorrência das grandes indústrias do Sudeste e aos custos elevados com matéria prima (LIMA; SOARES, 2002; LIRA, 2011). A migração para a confecção em *jeans* não foi casual. Esteve relacionada a adaptações do maquinário usado na fabricação de calçados, mas também, e principalmente, pela proximidade geográfica com o município vizinho de Santa Cruz, que a partir de 1940-1950 começou a fabricar roupas de Sulanca, vindo a compor o que se denominou recentemente de Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.

No conjunto do *Polo*, o pioneirismo da atividade de confecção, originalmente caracterizada por peças de *sulanca*, se deve ao município de Santa Cruz do Capibaribe, nos anos 1940-1950, resultante da busca por alternativas de subsistência pelos moradores da localidade. As primeiras peças fabricadas por costureiras locais foram colchas, camisas e roupa infantil cuja matéria prima eram retalhos oriundos de fábricas têxteis de Recife, trazidos por comerciantes que se dirigiram à capital para a venda de alguns produtos agrestinos, tais como: galinhas, queijo e carvão vegetal (GOMES, 2002; SILVA, 2009, VÉRAS DE OLIVEIRA; BRAGA, 2014).

A partir de 1960, as fábricas da capital começaram a cobrar pelos retalhos e, a partir de então, estabeleceu-se forte rota comercial de retalhos entre as fábricas de confecções do Brás, em São Paulo e a cidade de Santa Cruz (GOMES, 2002; BURNETT, 2013). Neste contexto,

⁶⁷ Estes efeitos serão explicados no decorrer do Capítulo 5.

imprescindível era a figura do “retalheiro”, que comprava os retalhos das indústrias de confecção, juntava-os e os vendia para clientes variados (e.g. costureiras, sacoleiras, empresas), dentre os quais destacamos os confeccionistas e os atacadistas de tecidos do agreste pernambucano. Na recuperação histórica de Gomes (2002) e Silva (2009), ficou evidenciado que esse grupo de “intermediários” era migrante pernambucano e boa parte oriundo de Santa Cruz e circunvizinhança.

Na década de 1970, as peças passaram a ser comercializadas na *Feira da Sulanca*, criada em Santa Cruz do Capibaribe. Segundo pesquisa de campo realizada por Silva (2009), a *Sulanca* se desenvolveu por meio de membros familiares que ficaram no Nordeste, em meio ao auge da migração para o Sudeste, e “conseguiram reinventar suas estratégias de sobrevivência, encontrando na produção de roupas uma possibilidade de conciliar tal atividade com a agricultura de subsistência” (SILVA, 2009, p. 29).

Em 1980, os tecidos foram enviados para o *Polo* com maior constância (GOMES, 2002) em caminhões, e o crescimento da atividade de confecção inverteu o fluxo migratório possibilitando o retorno de familiares para o trabalho na confecção e na revenda do tecido, abrindo lojas em Santa Cruz com essa finalidade a partir dos contatos feitos em São Paulo. Esta facilidade de acesso à matéria prima também foi incrementada pela fixação de representantes de tecelagens do Sudeste na região.

A produção das peças acontecia em *fabricos* montados, inicialmente, dentro das casas, passando ao fundo do quintal em garagem improvisada, sem muita estrutura (SILVA, 2009). Na organização da produção e do trabalho predominava o núcleo familiar, que utilizava formas variadas de gestão elaboradas e aplicadas intuitivamente com base na experiência cotidiana, que se aliavam à baixa capitalização e à tecnologia adaptada (SÁ, 2015).

A confecção produzida na região se distribuía entre *roupa casual* (masculina e feminina), *brim* (*jeans*, bermudas, saias, shorts e camisas), *malharia* (camisetas, tops, blusas, vestidos), moda infantil e *lingerie* com alguma especialização entre os municípios de Santa Cruz (roupas de malha), Caruaru (roupas em geral) e Toritama, que já despontava com a confecção de peças em *jeans*.

O protagonismo da confecção de roupas *jeans* no município foi desencadeado pelo declínio da produção de calçados no início da década de 1980. O maquinário usado para a produção dos calçados de couro semi artesanais e com acabamento simples foi adaptado para a produção das peças em *jeans* (ANDRADE, 2008; MATOS, 2008; HELENO, 2013). No caso específico da matéria prima necessária à confecção do *jeans*, pedaços de denim (retalhos) eram comprados, assim como o tecido plano, junto a revendedores que começaram

a se instalar na cidade de Santa Cruz e também diretamente dos fabricantes brasileiros. Um pouco da transição da produção de calçado para o *jeans* foi relatada por um dos entrevistados:

Agora, o que é interessante é essa simbiose que teve entre o calçado e a confecção, que entrou no meio do caminho. Não há mais um ser humano vivo aqui na cidade fazendo um chinelo. [...] Ninguém quer mais fazer calçado [...].

E aí eu lembro que o Seu Josué que era dono da tenda (de calçados) que a gente trabalhava, ele trouxe uns tecidos. E a gente meio que migrou, todo mundo. Usava-se a sistemática do calçado, se cortava com aquelas facas, as mesmas bancadas de corte. Fizemos algumas adaptações porque o calçado era mais rústico, mais grosso. Aí, eram outros tipos de agulha, outros tipos de linha. Mas, seguia uma lógica muito parecida com a da confecção (Gestor 02, entrevista em 29.08.12).

Notamos que o elemento da adaptação do maquinário foi fundamental para a migração da produção de calçado para a de confecção, viabilizando o início da atividade a custos mais baixos. Este é um forte componente da informalidade que penetra no segmento de lavanderia, como veremos mais adiante.

No mesmo período, nos idos de 1980, surgiram as primeiras lavanderias na região do Agreste Pernambucano, situadas primeiramente no município de Toritama, de onde se espalharam para outras localidades do *Polo*, a exemplo de Caruaru, nas diversas conexões e nos fluxos da produção do *jeans*. A partir dos relatos de empreendedores locais que foram pioneiros na implantação de lavanderias, o surgimento dessas unidades produtivas decorreu de dois motivos: (1) a veiculação na mídia de massa da calça *jeans* desgastada, “lavada a pedra” (*stone washed*) em propagandas, na vestimenta de personagens das novelas, em artistas das bandas de *rock*, influenciando o comportamento do consumidor que não aceitava mais a peça crua, sem lavagem, e ainda exigia efeitos diferenciados; (2) oportunidade de negócio, como prestadora de serviços para os fabricos e facções de *jeans*. Na época, os produtores locais encaminhavam as peças para lavagem em Recife⁶⁸, gerando custos com transporte e submissão à impontualidade na devolução das peças. A lavanderia local se tornou atraente em virtude da redução de custos, aliada a maior rapidez no serviço de lavagem, que atendia ao cliente na necessidade de “botar o *jeans* pra vender na feira”.

Na primeira motivação, percebe-se que o surgimento das lavanderias remete a um fator exógeno ao *Polo*, que o conecta ao circuito da moda, a uma dinâmica nacional de

⁶⁸ Na pesquisa de campo, um dos entrevistados informou que na época também usava máquinas de lavar disponíveis na Cooperativa de Energia, Comunicação e Desenvolvimento do Agreste Pernambucano (CERAPE), em Caruaru. Atribuímos o pioneirismo do negócio de lavanderia à Toritama em virtude do início do segmento ter sido conduzido por comerciantes ou fabricantes que estavam relacionados direta ou indiretamente à confecção de roupas *jeans*.

produção e comercialização do *jeans* (que já acontecia, por exemplo, no Brás e Bom Retiro-SP) e internacional, dominada pelos estilistas, que orientavam as tendências a serem traduzidas para as grifes com peças exclusivas e consumidas pela Classe A. Esta relação lavanderia-beneficiamento-moda é disseminada por alguns estudos sobre o segmento *jeanswear* e de lavanderia (CORDEIRO; HOFFMANN, 2012) e vem dominando o linguajar de alguns empreendedores locais, notadamente aqueles mais afeitos aos projetos de modernização em curso e que têm vinculado o serviço das lavanderias ao circuito da moda. Por outro lado, o surgimento da lavanderia diz respeito a uma ordem mais material, objetiva e econômica que consegue adesão do produtor de *jeans* pela redução de custos e necessidade de sobrevivência no ramo. Entre as duas justificativas se encontra a posição das lavanderias pesquisadas dentro do *Polo*, que se traduz num mosaico com diferenciações internas quanto ao porte do empreendimento, o aporte de capital, o uso de maquinário que as conectam à dinâmica local e nacional simultaneamente, com pontos de aproximação e distanciamento, como veremos adiante.

Se houve conexão entre Santa Cruz e o Brás na origem das atividades de fabricação de roupas no *Polo* pelas trocas estabelecidas entre o fornecimento de insumos (tecidos e linhas) e a venda de mercadorias acabadas, a origem das lavanderias no Agreste Pernambucano também remete às trocas de experiências de negócios entre as regiões, o que evidencia que o surgimento das lavanderias no *Polo* acontece paralelamente à instalação destas unidades em São Paulo. Este aspecto pode ser visto mais precisamente no relato de um dos pioneiros na região que rememora a sua trajetória de comerciante, passando pelo fornecimento de *denim* para os fabricantes locais de *jeans* até a ideia de “montar” a lavanderia.

Eu era supermercado, bodega. Nos anos 80 aí eu botei na ideia de trazer o jeans que era um tecido muito grosso chamava UESTOP. Um panão grosso danado, era de uma fábrica que chamava Alpargatas. Eu comecei a trazer uns quilos de UESTOP e botei alguém que fabricasse, cortasse. Vendia, mas eu nunca mesmo fabriquei [...]

Conversando em São Paulo e lá estava com muita lavanderia desde os anos 70. Aí quando foi nos anos 80, em 85, eu botei a ideia de montar uma lavanderia em Toritama. Aí fui, telefonei pra o Rio de Janeiro, tinha uma fábrica chamada Sintec, e entrei em contato com eles e eles mandaram um representante de Recife vir aqui e a gente fechou e eu coloquei uma lavanderia. Comprei dois secadores, duas centrífugas e uma mesa de passar ferro⁶⁹. Aí coloquei uma lavanderia que diminuiu muito o trabalho do povo de ir pra Recife e voltar. Quando saiu a história que eu estava colocando a lavanderia todo mundo já procurou. O preço compensava porque tinha o custo da viagem e o tempo que perdia. Com poucos dias tínhamos a primeira

⁶⁹ No funcionamento de uma lavanderia os equipamentos básicos são máquina de lavar, centrífuga e secador, cujas funções serão explicadas no próximo capítulo. O entrevistado não citou a máquina de lavar, também imprescindível para o funcionamento da lavanderia. Deduzimos que a máquina de lavar pode ter sido confeccionada por mecânico local - prática que observamos em campo e relatada por outros sujeitos.

lavanderia de Toritama. Era a Lavanderia Jussara. Eu comprei as máquinas, montei elas e instalei no ano de 85. No dia 13 de junho de 85 (Gestor 03, entrevista em 29.08.12).

A partir do relato do entrevistado, observa-se que as primeiras lavanderias tinham máquinas e equipamentos industriais básicos para o seu funcionamento: máquina de lavar (lavadora), secadora, centrífuga e mesa para passar ferro e em quantidade reduzida, o que gerava um volume pequeno de roupas lavadas, com processos simples de lavagem, tais como desengomagem e amaciamento. Em outras entrevistas este maquinário em quantidade também diminuta foi citado por proprietários de lavanderias diversas. Na época, as máquinas eram compradas diretamente das fábricas no Rio de Janeiro e São Paulo ou por meio de representantes de vendas em Pernambuco (este foi o caso da empresa Cavalcante). Vale salientar que esse maquinário é comum em lavanderias de *jeans*, sendo a antiguidade, o estado de conservação e a capacidade das máquinas (20 kg, 50 kg, 100 kg, 300 kg, 400 kg de roupas) os aspectos diferenciadores. A energia para operar as máquinas era gerada com uso de aquecedores ou caldeiras adaptadas e a água usada na lavagem retirava-se de barreiros na região ou comprava em carros pipa. No início da atividade das lavanderias, os rejeitos do processo produtivo eram descartados diretamente em rede pluvial ou nos Rios Ipojuca (Caruaru) e Capibaribe (Toritama) causando impacto ambiental sem precedentes. Em relação ao quantitativo de trabalhadores, as lavanderias iniciais contavam com um lavador (opera as máquinas) e um auxiliar de lavanderia (coloca e retira as roupas das máquinas) que se revezavam, além de um ou dois passadores (passam ferro na roupa lavada) todos com vínculo informal. O setor de recepção da roupa, conferência e expedição ficavam a cargo de membros da família do proprietário.

Santos (2006) apresenta algumas características gerais do funcionamento desse tipo de unidade produtiva, até meados dos anos 1990, na região do Polo de Confecções: (1) administração de tipo familiar e sistema de controle bastante informal; (2) crescimento sem qualquer tipo de planejamento ou preocupação com implantação de normas de segurança no ambiente de trabalho; (3) força de trabalho com baixa qualificação; (4) máquinas obsoletas e de baixa tecnologia; (5) elevado consumo de água (principal insumo desse segmento) por quilo de roupa lavada; (6) ausência de estações de tratamento de efluentes. Com base nestas características e no material empírico que produzimos em campo, podemos compreender a organização da produção e do trabalho nas lavanderias iniciais como informal devido ao pequeno porte do negócio; uso de tecnologia adaptada; improvisado na gestão, permeada por redes sociais e de parentesco; força de trabalho desprotegida, sem garantias legais; ausência

de cadastro do negócio como pessoa jurídica. Na região do *Polo*, percebemos que esta atividade de caráter informal possuía dinamismo próprio se constituindo em estratégia de aferição de renda para a população com baixa escolaridade. Este perfil das atividades informais se assemelha aos achados de outras pesquisas empíricas, como aquelas desenvolvidas por Hart (1973) em Gana-África e Cacciamali (1982) em São Paulo.

Diante do que apresentamos até o momento, podemos perceber que a experiência socioprodutiva relatada surge sem amparo ou protecionismo estatal passando ao largo das políticas da Sudene da época e da “guerra fiscal”, conforme apontado por diversos pesquisadores (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a, 2013; LIMA, 2013; PEREIRA NETO, 2013; ZANATTA, 2014). Esta situação se diferenciou da trajetória de outro estado nordestino, o Ceará, que se beneficiou dos planos de intervenção “desenvolvimentistas” da Sudene e dos incentivos fiscais do governo estadual. Especificamente, o Polo Têxtil e de Confecções de Fortaleza teve impulso nos anos 1970 com os incentivos fiscais recebidos para a implantação de novas unidades produtivas nos segmentos de metalurgia, confecção, produtos de embalagens, dentre outros, e modernização das fábricas existentes nos segmentos tradicionais - têxtil e de alimentos (PEREIRA JÚNIOR, 2015). No Ceará, desde então, a indústria têxtil e de confecção vem se concentrando na Região Metropolitana de Fortaleza, outro aspecto que torna a experiência em Pernambuco singular, pois os municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe distam da capital em 136 km, 167 km e 180 km, respectivamente, localizados entre a Zona da Mata e o Sertão Semiárido. O fato de estar situada numa região árida, seca e sem tradição industrial a diferencia também de outro Polo de Confecções, o que se localiza em Cianorte-Maringá, no Paraná, que teve a atividade de confecção impulsionada pela instalação da Cheina Indústria de Confecção de Roupas, em 1977, que chegou a empregar mais de 1.000 (mil) trabalhadores até o período da abertura comercial nos anos 1990 (LIMA, 2009).

Tendo se estabelecido nos interstícios não ocupados pela dinâmica capitalista, nos termos de Cacciamali (1982), a trajetória da produção e comercialização da Sulanca vem se imbricando com aquela dinâmica sob múltiplas formas e sob diversos espaços e agentes (VÉRAS DE OLIVEIRA 2011a, 2013), fenômeno que tem sido observado mais fortemente desde o final dos anos 1990. O dinamismo econômico do “Território da Sulanca” provocou iniciativas, algumas isoladas e outras articuladas, promovidas por agentes coletivos, públicos e privados, internos e externos à dinâmica local, que compuseram um conjunto de ações que reverberaram nas unidades produtivas informais, mas, sobretudo, nas formalizadas. Tratou-se de um amplo processo de “modernização”, que se iniciou naquele momento, mas ainda em

curso na região, porém com menor dinamismo, após o final dos anos 2015, como mostraremos, e que se atrelou, inicialmente, à transformação discursiva para Polo de Confeções do Agreste Pernambucano. Na base desse processo esteve um movimento crescente de integração das atividades (produtivas, comerciais e de serviços) aos mercados capitalistas por três vias: (1) a primeira, se deu na interação com as cadeias produtivas nos contatos mais intensos com fornecedores e clientes nos mercados nacional e internacional; (2) a segunda, por intervenção de agentes internos e externos de fomento ao “empreendedorismo” sob a forma de inovação dos produtos, profissionalização da gestão e qualificação dos trabalhadores; (3) a terceira, não menos importante, derivada da presença do Estado nos três níveis (Federal, Estadual e Municipal) e por formas diversas (fiscalização, infraestrutura, institucionalização, regulação), contrastando com a ausência da esfera pública no processo de origem do aglomerado produtivo, comercial e de serviços.

De forma específica, queremos nos referir ao processo de “modernização”, que tem atravessado o aglomerado, nos últimos 20 anos, e tornado as atividades de produção e comercialização mais pujantes e as de serviços cada vez mais associadas a essas, como as de *design* de moda, consultorias na área de gestão, feiras e eventos de moda, cursos de qualificação profissional (ANDRADE, 2008). Na produção, podemos nos referir à compra de insumos, tais como: tecidos, aviamentos, máquinas, equipamentos e conhecimento técnico especializado, junto a fornecedores com alcance regional, nacional e internacional. Acompanhando esta tendência, os produtos têm sido comercializados também em outros mercados, com vistas a agregar valor e melhorar a qualidade. Deste modo, surge uma diferenciação entre as confecções para pronta entrega, produzidas em larga escala, informalmente e vendidas nas Feiras de Sulanca locais; e as peças sob encomenda, muitas delas confeccionadas sob orientação de *designers*, que desenvolvem as coleções em diálogo mais próximo com o circuito da moda nacional e internacional. Neste caso, os canais de distribuição utilizam representantes comerciais localizados em todo o país. Na prestação de serviços industriais, as lavanderias de beneficiamento do *jeans* têm se incorporado à cadeia produtiva imbuídas de agregar valor à peça confeccionada. Dito de outra forma, o processo que está em curso introduz um conjunto de ações pautadas numa lógica empresarial, até aquele momento restrito às empresas formais do segmento, tensionando a informalidade constitutiva da experiência histórica do *Polo*, na medida em que a conecta às inovações tecnológicas e organizacionais em curso em âmbito nacional-global (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013; PEREIRA NETO, 2013).

4.2 AS LAVANDERIAS DE JEANS NA “MODERNIZAÇÃO” RECENTE DO POLO DE CONFECÇÕES E AS “VELHAS” QUESTÕES SOBRE A INFORMALIDADE

Nesta seção, procuraremos recuperar o processo de “modernização” por que tem passado o aglomerado, nos últimos 20 anos, chamando a atenção para as ações conectadas diretamente ao espaço socioprodutivo das lavanderias de *jeans*.

O processo de “modernização” citado, com base no ponto de vista dos estudos anteriores e com os quais concordamos, deslanchou após a instalação do escritório do Sindivest, nos anos 1997, na cidade de Caruaru, tendo sido catalisador de iniciativas diversas, nem sempre em conjunto, protagonizadas pelos agentes coletivos internos e externos ao aglomerado. A chegada do Sindivest na região recebeu apoio de outras instituições do Sistema S, como o Sebrae Pernambuco, que já contava com uma unidade no local, e o recém-instalado Núcleo Regional da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), o primeiro fora da capital, constituindo-se como núcleo avançado para prestar serviços de capacitação empresarial, a exemplo de cursos, palestras, reuniões, informações tecnológicas de forma que o empresariado local, das pequenas e médias empresas, tivesse contato com outros mercados (PEREIRA NETO, 2013). O Sindivest, na condição de sindicato patronal, visitou empresas formais visando à prospecção de novos filiados para participarem de cursos, eventos, missões empresariais (*e.g* feiras e visitas a outros polos de confecção). Para esta iniciativa foi central o convênio firmado com a entidade alemã BFZ (Centros de Formação Profissional das Associações Empresariais da Baviera), centro de consultoria técnica que disponibilizou recursos financeiros, técnicos e suporte de infraestrutura à entidade patronal (PEREIRA NETO, 2013; LIMA, 2013). Em 1998, ocorreu a primeira missão empresarial internacional, que usou recursos do convênio Sindivest-BFZ para custeio da alimentação, do transporte terrestre e da hospedagem de empresários de Recife e Caruaru, que visitaram a maior feira de moda da Alemanha e participaram de *workshop* numa escola técnica alemã de confecções. O objetivo da missão foi propiciar “*uma grande oportunidade para o empresário daqui viajar, conhecer outras realidades [...]. A intenção era divulgar e difundir esse conhecimento. Minha função no Sindivest não era só filiar as empresas formais ao sindicato, mas organizar cursos, eventos*” (Informação verbal)⁷⁰.

As missões empresariais foram organizadas em conjunto com o SEBRAE-Caruaru, que se incumbiu de converter as práticas encontradas no segmento de confecção nacional e

⁷⁰ Entrevista concedida pelo Coordenador local do Sindivest ao pesquisador Eugenio Pereira Neto, em 2010.

internacional em consultoria especializada voltada às unidades produtivas locais e formais, com vistas à profissionalização da gestão e melhoria na qualidade dos produtos para comercialização em âmbito nacional, chegando ao internacional. Esta postura do SEBRAE estava orientada por uma reinvenção da instituição, a nível nacional, no início de 2000, que passou a atuar com base na Gestão Estratégica Orientada para Resultados (GEOR), transformando os seus escritórios em unidades de negócios regionais e o atendimento de balcão em captação de projetos de interesse dos empresários e para os empresários. Sobre esta mudança na atuação do SEBRAE, Lima (2013) nos esclarece:

Ao invés das “ações de prateleira”, atendendo demandas “espontâneas”, apresenta-se em cena propondo ações coletivas e mais: o projeto e as ações da instituição devem ser elaborados a partir dos empresários e para os empresários. Trata-se agora do SEBRAE da GEOR, das unidades de negócios regionais, dos públicos-alvo e objetivos sistemáticos e da “governança local” (LIMA, 2013, p. 418).

Este novo modo de atuar do SEBRAE considerava as vocações regionais por meio do desenvolvimento de projetos voltados a setores específicos; neste aspecto, a instituição se encontrava especialmente impactada pelas interações com a REDESIST (Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais)⁷¹, que disseminava a noção de Arranjo Produtivo Local. Este ponto foi central no Projeto denominado “Sulanca Extra”, elaborado pelo Sindinvest e executado pela unidade de negócios do SEBRAE-Caruaru, para atender à demanda de capacitação dos confeccionistas de Santa Cruz por volta dos anos 2001-

⁷¹ “Grupo de trabalho que atua desde 1997 e congrega instituições estatais e paraestatais (a exemplo de universidades públicas e privadas, representações sindicais empresariais e o próprio SEBRAE) visando desenvolver estudos, projetos, seminários e agendas políticas centrados sobre as dinâmicas dos chamados ‘Arranjos Produtivos Locais’ (LIMA, 2013, p. 404). O termo APL está relacionado à ação de agentes econômicos, políticos e sociais que buscam aperfeiçoamento do processo produtivo e da capacitação para a inovação e a gestão (LASTRES, CASSIOLATO, 2003). Estes agentes podem ser organismos estatais, universidades, centros tecnológicos, sindicatos, cooperativas, associações. A governança (a maneira como coordenam as atividades) é exercida por uma grande empresa, um conjunto delas, grupo de empresários ou técnicos paraestatais (CABRAL, 2009). Em outras palavras, APL significa que existem, no local, aglomerações de empresas vinculadas a uma mesma especialidade produtiva que se articulam, interagem e cooperam entre si e com outros atores locais (SEBRAE, 2003). Observamos, no contato com os estudos sobre a localidade e no acesso às entrevistas com gestores envolvidos diretamente com a confecção, que o termo APL parece *natural* na região, sendo explicitado como sinônimo do *Polo*; as duas palavras quase se confundem. Porém, destacamos que essa simbiose não é geral e o seu uso se aplica, sobretudo, ao grupo de agentes, sejam públicos ou privados, que se engajam e se conectam mais fortemente com a modernização local. Esta discussão também encontra ressonância no campo científico. Estudos diversos (indicados no Capítulo 1 sobre Gestão Ambiental) se referem ao *Polo* como APL e tomam esta definição como ponto de partida e, portanto, pressuposto, sem a devida ponderação. O conceito de Arranjo Produtivo Local supõe uma **cooperação** na dinâmica interna do *Polo* que é frágil na região, conforme os achados da pesquisa de Andrade (2008) e também como mencionado por Lira (2011). Nas entrevistas que fizemos junto a agentes públicos foi relatado o isolamento entre os municípios de Santa Cruz do Capibaribe, Caruaru e Toritama e até uma certa disputa. Neste trabalho, ao nos referirmos ao *Polo* estaremos compreendendo-o como “aglomerado produtivo, comercial e de serviços”, destacando a especialização produtiva da região, direcionada para a confecção de roupas e a presença de diversos agentes que se concentram em torno da atividade.

2002 e que se ampliou para os municípios de Caruaru e Toritama, transformando-se em “Projeto de Desenvolvimento do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano” atrelado à noção de APL. Este foi o início da reviravolta que buscou transformar discursivamente o “Território da Sulanca” em “Polo de Confeções”; o sulanqueiro em “empresário” ou “empreendedor” de forma a desconstruir a imagem da confecção local associada a peças de Sulanca, de baixa qualidade, vendida para as camadas populares e a preços baixos (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011a, 2013; LIMA, 2013; PEREIRA NETO, 2013; VÉRAS DE OLIVEIRA; BRAGA, 2014). Com este propósito, investiu-se em “campanhas publicitárias e atuação junto à imprensa local no sentido de projetar uma nova imagem mais adequada à profissionalização do setor de confeções” (PEREIRA NETO, 2013, p. 202).

O “Projeto de Desenvolvimento do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano” foi executado com base em pactos de governança, que incluíram a formação de um comitê gestor congregando consultores, gestores, empresários, representações empresariais, prefeituras e agências financeiras (LIMA, 2013, p. 408). Dentre estes, proprietários das lavanderias de *jeans* da região. Dentro do Sistema S, o SEBRAE assumiu o protagonismo e outros agentes coletivos também encabeçaram ações entre os anos 2001 e 2010 com vistas a dar materialidade ao discurso da “modernização”.

Uma questão central para a incorporação da “modernização” estava diretamente relacionada à produção das roupas, mas também à comercialização, que até então ocupava, prioritariamente, os espaços das feiras de sulanca em Caruaru, Santa Cruz e Toritama. No início dos anos 2000, houve uma reconfiguração da comercialização com a introdução dos centros comerciais, que favoreceram a adequação a um novo padrão nas relações de compra e venda, mais afeito à moderna gestão (*Cf.* conhecimento sobre fluxo de caixa; introdução de outros meios de pagamento, como cartões de crédito; *layout* racionalizado das lojas; uso de técnicas de vitrinismo; venda de mercadorias com marca própria) e que não se uniformizou, gerando diferenciações entre as lojas mais estruturadas e os boxes, que dividiam o espaço nos centros comerciais. O primeiro deles, inaugurado em 2001, foi o Parque das Feiras, em Toritama, construído por iniciativa de empresários locais, com apoio do poder público municipal, do Sindinvest e Sebrae. Esse modelo de centro comercial composto por lojas, boxes, estacionamento, praças de alimentação, mix de serviços (e.g. casa lotérica, caixas eletrônicos) também se instalou em Caruaru, com o Polo Comercial, em 2004, e Santa Cruz, com o Moda Center no ano de 2006 (LIMA, 2013; PEREIRA NETO, 2013; VÉRAS DE OLIVEIRA; BRAGA, 2014). Para entendermos a magnitude desses espaços, o maior deles, que é o Moda Center, foi construído ocupando uma área coberta de 120 mil metros quadrados,

abrigando 9.624 boxes, 707 lojas, com 06 praças de alimentação e estacionamento para 3.000 veículos.

Não obstante a instalação do Polo Comercial, a Feira da Sulanca, em Caruaru, mantinha-se como espaço importante de comercialização de roupas produzidas no município e entorno. Semanalmente, essa feira se misturava com a feira tradicional da cidade, localizada no Parque 18 de Maio no centro da cidade. Em Toritama, a Feira da Sulanca também se manteve funcionando, semanalmente, ao lado do Parque das Feiras e os “bancos de feiras” precisaram ter cadastro na prefeitura e os donos assumirem taxas para serviços de limpeza do local. Em Santa Cruz, o processo foi diferente e a comercialização das roupas na feira, localizada no centro da cidade, foi transferida para os boxes e as lojas que ocuparam o Moda Center. Nos três centros comerciais, principalmente naqueles situados em Toritama e Santa Cruz percebemos uma maior diferenciação entre as lojas e os boxes, tanto nas instalações físicas, quanto nos produtos vendidos, uma vez que, nas primeiras, as roupas têm um maior valor agregado (com acabamento diferenciado, incorporam, em certa medida, o conceito de moda; algumas com marca própria, com preço mais elevado) e, no segundo, as roupas seguem o padrão da sulanca, porém com algumas melhorias (incorporam a moda, porém pela via da cópia e difundem as chamadas marcas “genéricas”). Embora houvesse esforços de padronização dos espaços, cujos locatários e proprietários estiveram submetidos à regulação pública, mais recentemente, surgiram, ao lado da Feira da Sulanca, em Toritama, e nas imediações do Moda Center, as chamadas Feiras da Invasão, com exposição das roupas em bancos de feira sem regulação pública e cadastro na Prefeitura, funcionando em condições precárias de higiene e segurança. Esta é uma das evidências, dentre muitas, que indica como os esforços de modernização alteram e complexificam as relações entre o formal e o informal na região⁷² (VÉRAS DE OLIVEIRA; BRAGA, 2014).

Outro espaço de destaque para a comercialização e o intercâmbio de experiências de negócios frutificou da parceria entre o Sebrae-Caruaru e a Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (ACIC)⁷³, influenciados pela *expertise* do Sebrae, em outros polos de

⁷² Este ponto será explorado mais à frente no texto.

⁷³ Em 1920, a ACIC foi fundada como Associação Comercial de Caruaru (ACC), associação patronal e empresarial do ramo de comércio constituída para atender aos interesses deste grupo. Em 2000, introduziu metodologia de trabalho que se apoiou na formação de câmaras setoriais congregando associados dos ramos de comércio, serviços e indústria. Desde então, vem buscando organizar os diversos segmentos para o aumento da capacidade competitiva. Sintonizada com a concepção de APL, estimulou a criação de outras associações patronais na região, tais como a Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP) e a Associação Comercial e Industrial de Toritama (ACIT) (ANDRADE, 2008; PEREIRA NETO, 2013). Atualmente, congrega três câmaras setoriais ligadas à confecção, quais sejam: Componentes Têxteis, Arranjo Produtivo da Moda, Centro Moda 18 de maio (ACIC, 2010).

confeção, e pelo aprendizado da diretoria da ACIC no contato com projeto de comercialização de roupas durante visita ao Polo de Confeção de Santa Catarina nas cidades de Brusque e Jaraguá do Sul. Esta missão empresarial contou com a participação do Secretário de Desenvolvimento Econômico de Caruaru da época. Em março de 2006, aconteceu a primeira edição da Rodada de Negócios da Moda Pernambucana⁷⁴, que teve como objetivo inicial “valorizar a imagem das peças produzidas na região, atrair compradores de outros estados, promover a profissionalização das empresas parceiras e facilitar a comercialização das mercadorias” (ACIC, 2010, p. 171). Na região, o público-alvo das rodadas de negócios eram os gestores das unidades produtivas formais, cujas empresas cumpriram critérios relativos à produção, produtividade e gestão, que as colocavam no patamar de empresas consolidadas (LIMA, 2013).

O evento ainda ocorre na região, duas vezes por ano com lançamento da moda primavera/verão e outono/inverno (ACIC, 2010). A ACIC se mantém como instituição realizadora do evento, em conjunto com as demais associações do segmento de confecção local (*e.g.* ASCAP, ACIT, dentre outras), tendo o Sebrae à frente da organização e do aporte de recursos. A Rodada de Negócios se articula às outras ações promovidas pela ACIC de apoio ao desenvolvimento de uma cultura empresarial, não somente nas missões e visitas a outros polos de confecções, mas também na oferta de cursos de capacitação, oficinas, palestras, treinamentos de curta duração e consultorias, que disseminam novos comportamentos e reforçam outros na direção da implantação de tecnologias gerenciais que se encaixam, preferencialmente, nos negócios formalizados (ANDRADE, 2008; LIMA, 2013; PEREIRA NETO, 2013). Esta postura assumida pela ACIC se coaduna à do SEBRAE, do SINDIVEST, da FIEPE, não por acaso são parceiros naquele projeto, compondo um todo, não homogêneo, mas que congrega discursos e práticas modernizantes.

O poder público municipal se integrou às várias edições da Rodada de Negócios, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Caruaru, e o Estado foi representado pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD Diper) e a Empresa de Turismo de Pernambuco (Empetur). O governo estadual, até então com ações isoladas voltadas ao desenvolvimento da região, incorporou o Agreste na agenda das prioridades, com atuação combinada envolvendo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a de Ciência e Tecnologia (SECTEC). As iniciativas seguiram na direção da ampliação da formação técnica

⁷⁴ A Rodada de Negócios faz parte do portfólio de ações do Sebrae na perspectiva da Gestão Estratégica Orientada para Resultados (GEOR), conforme comentamos anteriormente.

e da qualificação no segmento de confecções e afins, além da execução das obras de infraestrutura.⁷⁵

Em 2009, o Estado divulgou o Programa de Produção e Difusão de Inovações para a Competitividade de Arranjos Produtivos Locais (PRO-APL) de Pernambuco, contendo detalhamento específico sobre o Plano de Melhoria da Competitividade (PMC) do Polo de Confecções. O Plano contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na ordem de US\$2.606,07 e parceria da FIEPE e do SEBRAE-PE, dentre outros. O Programa é parte das políticas públicas do Governo de Pernambuco voltadas ao desenvolvimento local. Segundo informações da Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTEC-PE), que responde pela coordenação geral do Programa, esta iniciativa direcionada ao *Polo* foi desencadeada pela queda de 32,67% no setor de confecções, artigos do vestuário e acessórios, apontados por estudo da FIEPE no ano de 2008. A presença dos produtos chineses no circuito de comercialização começou a apresentar uma ameaça, que se aliava à fragilidade dos negócios, 80% de natureza informal. A estratégia de ação do PRO-APL focou na formatação de um novo modelo de negócio que congregava especialização e integração. Especialização no sentido de abarcar um pequeno grupo de empresas-piloto, as quais passariam a reposicionar os produtos da região nos mercados local, regional, nacional e inseri-lo no internacional. Esta mudança previa também reorientações em toda a cadeia produtiva, principalmente aquelas envolvendo os contatos com fornecedores do Centro-Sul e a introdução do produto em mercados mais competitivos. Outras empresas poderiam se integrar paulatinamente, pois o Programa, segundo os seus idealizadores, funcionaria como ponto de irradiação das diversas informações sobre tendências de moda, novos mercados consumidores, além de oportunizar cursos de qualificação para os trabalhadores⁷⁶ (SECTEC-PE, 2009).

⁷⁵ Ampliação da rede dos Centros de Vocação Tecnológica (CVT) no segmento de confecções; implementação da Rede Tecnológica de Pernambuco iniciando com o ramo da moda; apoio aos eventos de negócios do Agreste e duplicação das vias rodoviárias de acesso ao polo do Agreste (DIEESE, 2010). Neste último aspecto, pudemos verificar “*in loco*” a duplicação quase total da BR104, ligando Caruaru a Toritama e a Santa Cruz, e a instalação de placas de sinalização indicando o nome “*Polo de Confecções do Agreste*” nessa via.

⁷⁶ Os cursos de qualificação foram coordenados pelo SENAI de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe e direcionados à “costureira na própria fábrica, unidades móveis, cortador e mecânicos de máquinas” (SECTEC-PE, 2009).

O ITEP⁷⁷ foi contratado para assumir a execução operacional, administrativa e financeira do Programa, coordenando as atividades na unidade denominada Centro Tecnológico da Moda (CT-Moda). O SEBRAE atuou como co-executor do programa e mobilizador das lideranças locais para a composição do Comitê Gestor, composto por empresários, representantes das associações empresariais, instituições públicas e privadas na implementação do PMC, cujo foco foi o desenvolvimento local por meio da competitividade e sustentabilidade. As ações se concentravam em vários eixos, mas o foco abarcava a inovação tecnológica e organizacional; as capacitações e assessorias empresariais; o aumento no número de certificações técnicas e ambientais; aumento do número de programas de qualidade e produção mais limpa. Especificamente para o segmento das lavanderias e de outros prestadores de serviços (*e.g.* estamparia e bordado), o plano de ação do Programa disponibilizou US\$80.000 para a realização de consultorias de aprimoramento e atualização tecnológica e de processos (SECTEC-PE, 2009).

O PRO-APL contribuiu para dar sinergia, sob a coordenação do Estado, a um conjunto de projetos que foram se formando ao longo do tempo cujo público de interesse eram as lavanderias de *jeans*. Os projetos que vinham ocorrendo na região, coordenados pelo ITEP e em parceria com o SEBRAE, desde 2003, tinham como ênfase a competitividade e a sustentabilidade ambiental do segmento. Dentre os quais, o Projeto “Desenvolvimento e Ajuste Tecnológico no Processo Industrial das Lavanderias do APL de Confecções do Agreste” (Aprolav), desenvolvido no período 2003-2006, Projeto Lavar sem sujar (2007-2008), Projeto Consciência Limpa (2009-2010) e o Projeto Lavanderias Industriais do Agreste, nos anos 2011 a 2012 (ITEP, 2015b), que detalharemos logo adiante.

Este foco dos projetos não foi pensado ao acaso. Estava articulado diretamente à busca por soluções para as questões ambientais que os proprietários das lavanderias enfrentavam, desde o início dos anos 2000, e que ocasionou a interdição e o fechamento de várias unidades produtivas da região pelo Ministério Público (MP), após denúncias de contaminação da rede pluvial com os rejeitos do processo produtivo da lavagem do *jeans*. Estes efluentes industriais, alguns despejados diretamente no Rio Capibaribe e também na via pública, contêm resíduos de produtos químicos utilizados nas lavagens gerando coloração azul escuro à água (ALMEIDA, 2013). Noronha e Turchi (2007), ao realizarem pesquisa de campo, no

⁷⁷ ITEP: Sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como organização social pelo Decreto estadual nº 26.025 de 14 de outubro de 2003. No mesmo ano foi instalado o CT-Moda, em Caruaru, que, desde o início se direcionou para a inovação (*i.e.* serviços tecnológicos para o segmento de lavanderias de *jeans*) e o empreendedorismo (*i.e.* incubação de empresas para o setor de confecções e afins). Em 2009, o ITEP foi designado como Unidade Gestora do PRO-APL com Contrato de Gestão com o Estado de Pernambuco.

município de Toritama, também relatam esta situação, que podemos conferir na Figura 03 abaixo.

A poluição causada pelas atividades das sessenta lavanderias existentes era visível na sua coloração azul escuro, proveniente dos detritos líquidos e sólidos despejados no rio sem nenhum tipo de tratamento. Além da poluição causada pelos resíduos lançados ao rio, a população do município estava exposta à fumaça dos fornos que alimentavam as caldeiras das lavanderias e aos riscos de explosões. O forte odor emanado e as explosões de caldeiras situadas próximas a residências deram origem a uma série de reclamações junto à promotoria local (NORONHA; TURCHI, 2007, p. 269).

Figura 03 – Foto do esgoto industrial das lavanderias



Fonte: CPRH, 2005, p. 29

Entre 2001 e 2003, algumas reuniões foram realizadas com a participação dos proprietários das lavanderias e coordenadas pelo MP e a CPRH, ao tempo em que iniciaram as primeiras vistorias e autuações das unidades produtivas por irregularidades. Em Toritama, do conjunto das lavanderias, uma delas já havia sido alvo de projeto que implantou sistema-piloto de tratamento de efluentes e reuso da água, nos anos 2000-2001, antecedendo a intervenção dos órgãos de regularização no município. Este feito, pioneiro na região, que atravessava o problema da poluição dos mananciais pelas lavanderias, combinadamente à seca constante, resultou da ação do Sindinvest, especificamente do convênio firmado com a alemã BFZ e a parceria do SEBRAE. O projeto envolveu a captação de “empresários” para execução de projeto voltado ao desenvolvimento local pela via da gestão ambiental. Esta temática atendia diretamente aos interesses dos proprietários das lavanderias, visto ser um segmento sensível ao risco da escassez de água - importante insumo do processo produtivo. O Sindinvest-BFZ procurou o segmento com vistas a desenvolver aquele projeto piloto, apelando para as vantagens econômicas da implantação de redução dos custos operacionais (PEREIRA NETO, 2013). O coordenador do Sindinvest, à época, explica como se deu a parceria:

O BFZ, por meio do convênio com o Sindinvest, decidiu desenvolver um projeto-piloto, na cidade de Toritama na área de lavanderias para tratamento de efluentes. A ideia era trazer um projeto [que] não exigia nenhuma contrapartida por parte dos empresários locais, eles não pagariam nada, era um projeto gratuito que financiava os recursos como horas-técnicas de engenheiros, equipamentos, instalações, essas coisas, tudo pelo BFZ [...] Fui para Toritama, já conhecia o setor, visitei na época 20 lavanderias, fizemos até reuniões na Câmara de Vereadores, convidando o pessoal das lavanderias, mas infelizmente por uma questão de cultura, e como não era tão difundida a questão do tratamento de efluentes, não se teve uma sensibilização. Mas acertamos com uma lavanderia, que era, e ainda é, a maior empresa nessa área [...]. Aliás, a minha proposta nos contatos que tive, quando estive lá com os empresários das lavanderias, foi mostrar as vantagens, principalmente pelo lado econômico, eu procurei fortalecer mais a questão econômica do que a questão ambiental, que ficava como pano de fundo, até porque como você sabe, Toritama é uma terra seca, não tem água, e com o projeto eles iriam conseguir aproveitar 70% da água utilizada, então veja a economia que eles iam ter, enquanto empresários (Informação verbal)⁷⁸

O entrevistado, mesmo na condição de representante do sindicato patronal e usando argumento mais afeito ao universo empresarial, o do cálculo econômico, racional, não conseguiu a adesão desejada. Este fato é indicativo das tensões e dos conflitos entre um padrão mais local e informal do negócio e a proposta trazida pelo agente modernizador.

A instalação da estação de tratamento de efluentes gerou vasta repercussão local e publicidade nos níveis regional e nacional, transformando-se em Caso de Sucesso do SEBRAE. Ao mesmo tempo, chamou a atenção do poder público para os danos ambientais causados pela atividade produtiva das lavanderias. Em 2003, o MP acionou a CPRH para coordenar um estudo de forma a subsidiar ações de controle ambiental voltadas ao segmento. O diagnóstico técnico teve como população-alvo 56 lavanderias e apresentou os seguintes resultados: 93% das unidades são de pequeno porte (até 1.000 m²), juntas processam o total de 1.247.900 peças/mês (a menor, 800 peças e a maior, 95.000); 67% sem alvará de funcionamento, 100% sem licenciamento ambiental, 70% dos efluentes industriais e sanitários descartados em rede pluvial, 67% do abastecimento de água proveniente de carros pipa, 85% das unidades sem controle da poluição atmosférica, 69% usando lenha como combustível para as caldeiras e 29 % retalhos não utilizáveis de tecido. Quanto aos resíduos, a pesquisa identificou 50% de embalagens vazias contaminadas com produtos químicos, sendo 24% produtos ácidos, descartados no lixão municipal ou lixão particular; 23% de cinzas da caldeira com o descarte de quase 60% no lixão municipal. Após a pesquisa, 20 lavanderias foram autuadas e 15 interditadas (CPRH, 2005).

⁷⁸ Entrevista concedida pelo Coordenador local do Sindinvest ao pesquisador Eugenio Pereira Neto, em 2010.

O Ministério Público, pautado no parecer da CPRH, pactuou com os proprietários de 50 lavanderias o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), que se trata de um acordo celebrado entre o MP e o gerador do dano ambiental visando à mitigação do dano ambiental. O TAC foi elaborado contendo quatro pilares: lançamento de efluentes, poluição atmosférica, gerenciamento de resíduos sólidos e esgotamentos sanitários (Cf. Resolução CONAMA nº 357/2005). Cada proprietário assumiu o compromisso de instalar equipamentos para tratamento de efluentes num prazo de 8 a 12 meses. O poder público, até então ausente do *Polo*, comprometeu-se a “construir a infraestrutura de saneamento básico, particularmente a rede de esgoto para canalizar os efluentes tratados das lavanderias e de outras empresas” (NORONHA; TURCHI, 2007, p. 270). Além dos padrões de eficiência, algumas exigências foram feitas: todas as unidades produtivas tinham que ser formalizadas (legalização do negócio com a constituição de empresa) e as Normas Regulamentadoras (NR) sobre instalações elétricas e caldeiras seguidas (ALMEIDA, 2013). Como se vê, a presença do Estado nos níveis Federal, Estadual e Municipal e as ações de fiscalização, infraestrutura, institucionalização e regulação voltadas ao segmento de lavanderias de *jeans*, trouxe implicações para a organização do trabalho e também conexões com o padrão moderno, capitalista tensionando o padrão informal predominante.

O TAC assinado, em 2003, em Toritama, foi descumprido e, em 2005, um Termo Aditivo foi assinado com prazo de 30 dias para ajuste da questão ambiental com foco na implantação das estações de tratamento de efluentes (CPRH, 2005). Durante o período de quase 10 anos o MP firmou aditivos no sentido da regularização das lavanderias. Os proprietários das unidades se mobilizaram e nos contatos com o SEBRAE, que já acumulava experiência com a prática do associativismo nos seus projetos, sugeriu a constituição de associações no sentido de fortalecer o segmento e buscar soluções conjuntas (ALMEIDA, 2013). Em 2005, criou-se a Associação do Comércio e da Indústria de Toritama (ACIT⁷⁹) congregando os segmentos que compõem a cadeia produtiva do *jeans* - fornecedores (e.g. aviamentos, tecidos, etiquetas), confeccionistas, proprietários de lavanderias e outros prestadores de serviços (e.g. serviços de análise da qualidade dos efluentes das lavanderias). Um dos membros da diretoria da ACIT relata como foi o início da associação:

⁷⁹ A ACIT tem como ações prioritárias “o apoio à participação dos agentes em missões empresariais, nas visitas às industriais de confecções em São Paulo e em outras regiões, envolvendo as rodas de negócios da moda pernambucana, nas feiras e eventos do ramo de confecções que ocorrem no País, a busca pelo desenvolvimento da visão empresarial através da promoção de cursos de capacitação, de treinamento de curta duração e consultorias” (ANDRADE, 2008, p. 125).

A iniciativa dessa associação foi em 2005, através do senhor Edílson Tavares. Foi devido ao caso das lavanderias quando o Ministério Público veio fazer aquela fiscalização. [...] As lavanderias foram fechadas e foi proposto um TAC - Termo de Ajustamento de Conduta, para as lavanderias, onde elas só funcionariam depois que tivessem com as suas estações de tratamento prontas. Não era nem começando a instalar, era pronta mesmo! [...]. E ela surgiu no momento da dor, porque todo mundo sofreu porque foi interditado, foi fechado, não tinha o que fazer! [...].⁸⁰

Em situação semelhante se encontravam os proprietários das lavanderias de Caruaru, cuja fiscalização da CPRH teve início em 2005-2006. Nesse município, porém, havia um agravante na poluição causada pelas lavanderias: quase 50% das 120 unidades, na época, estavam situadas no bairro residencial do Salgado. Com vistas ao enfrentamento coletivo do problema e busca de soluções práticas, um grupo de proprietários de lavanderias, em parceria com o SEBRAE criou a Associação de Lavanderias de Caruaru (ALC) em 2008. Um dos diretores relatou o ocorrido em entrevista:

A associação surgiu por conta da necessidade de precisarmos nos juntar para conversarmos devido à situação que estava acontecendo com as lavanderias, pela questão da cobrança por parte da promotoria, Ministério Público [...] Nós achávamos que não tinha essa obrigatoriedade de tratar a água já que nós estávamos jogando no esgoto. Só que não é bem assim. Na verdade, está poluindo [...]. Muitas pessoas não quiseram se adequar e a fiscalização foi fazendo com que elas fechassem [...] Caruaru tem na faixa de 75, hoje 80 e já teve muito mais. Chegou a quase 120, 150 lavanderias [...] (Gestor 04, entrevista em 29.08.12).

No depoimento acima observamos que a ALC, enquanto entidade empresarial representante dos interesses dos proprietários das lavanderias foi criada como fórum de discussão que viabilizasse algum tipo de negociação, até então ausente, segundo nosso entrevistado, entre os interesses do segmento de lavanderia e as determinações legais advindas das ações da promotoria. Neste sentido, ao que parecem, as associações teriam o importante papel de dar voz aos proprietários, coletivamente, de atuar como espaço de negociação e resistência, mesmo limitada, diante dos instrumentos de comando e controle exercidos pelo Estado. No entanto, é importante frisar, que as resistências significavam negociar os termos do cumprimento, no sentido de considerar o tamanho da unidade produtiva e o aporte de capital para implantar as mudanças. Mas, o segmento, como um todo, seguiu no sentido da regularização da atividade, com o suporte dos agentes modernizantes, principalmente apoiados nos projetos que estavam em curso.

Para percebermos esta conexão entre os projetos do ITEP/SEBRAE e os discursos e as práticas direcionadas à modernização-regularização do segmento, voltemos ao ano de 2003. Em sincronia com a intervenção do MP e da CPRH, na região, nesse ano, o primeiro projeto

⁸⁰ Relato concedido à pesquisadora Tabira Andrade em 14 de setembro de 2011.

criado foi o “Desenvolvimento e Ajuste Tecnológico no Processo Industrial das Lavanderias do APL de Confeção do Agreste” (Aprolav), executado no período de 24 meses, e que se desdobrou na criação da lavanderia piloto com estação experimental de tratamento de efluentes no CT-Moda e, no mesmo local, do curso técnico de Gestão de Lavanderia Industrial de Beneficiamento Têxtil (ITEP, 2016). A implantação da lavanderia derivou de um convênio firmado entre o ITEP, a Financiadora de estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência e Tecnologia, e o SEBRAE, totalizando 442 mil reais, e tinha como objetivo primordial servir de laboratório de prática para o curso técnico, porém, mais do que isto, desenvolver novos processos de lavagem (ITEP, 2016). Na lavanderia piloto, os diversos processos de lavagem foram testados e se chegou a mais de 20 tipos executados na região, entre os mais simples até os tingimentos com uso de corantes sulfurosos. O Projeto também visou ao desenvolvimento de inovação, com o estímulo ao incremento tecnológico. Neste sentido, a lavanderia experimental servia de estímulo, pois funcionava com sistema de automação nas máquinas, sendo a única deste modelo na região⁸¹. Outra ênfase do Projeto foi no diagnóstico dos efluentes líquidos e resíduos sólidos gerados nos processos de lavagem, a partir de dados coletados diretamente nas lavanderias⁸². Esta direção do ITEP se articulava aos cursos, palestras e capacitação gerencial envolvendo os donos das lavanderias com a finalidade de implantar um sistema de Gestão Ambiental nessas unidades produtivas (ITEP, 2016).

Na sequência, o ITEP seguiu com o Projeto “Consciência Limpa: Lavanderias Ambientalmente Responsáveis” que se concentrou nas atividades de capacitação e consultoria gerencial, com ênfase na implantação de tecnologia nos processos, que convergissem para a certificação ambiental. O objetivo estava voltado para:

criar uma postura ambiental diferenciada nas lavanderias participantes, fortalecendo o conceito de lavagem ambientalmente responsável, favorecendo o transbordamento destes conceitos às indústrias e demais empresas da cadeia, estimulando o crescimento do número de peças lavadas e melhorando a performance empresarial dos participantes do projeto (ITEP, 2016).

⁸¹ A não existência de lavanderias automatizadas na região se apresenta como contraste em relação às lavanderias no Sul do país, a maioria com sistema de automação, assim como fora do Brasil onde o processo de lavagem é completamente automatizado, como é o caso de Portugal. Na lavanderia experimental, uma lavadora com capacidade para 30 quilos foi automatizada por uma empresa de Santa Catarina, a Multitherm, podendo ser operada *online* em todo o processo de lavagem (ITEP, 2016). Além deste fornecedor, o ITEP fez parceria também com fornecedores de produtos químicos. A intenção dos coordenadores do projeto foi montar uma “lavanderia modelo” com a finalidade de disseminar boas práticas de lavagem para as unidades produtivas locais (Agente 01, 2014).

⁸² Os resultados dos diagnósticos de efluentes foram semelhantes aos identificados pelo estudo da CPRH, em 2005, que detalhamos anteriormente.

Este projeto foi o embrião para o que se constituiu, logo em seguida, intitulado “Lavanderias Industriais do Agreste”, que visava à certificação de lavanderias ambientalmente corretas com o Selo Verde, atribuído pelo cumprimento de alguns critérios definidos por um comitê técnico constituído por diversos agentes e instituições (informação verbal)⁸³. A contratação da certificadora estava prevista por intermédio do SEBRAE, via Sebraetec. As associações de representação patronal das lavanderias nos municípios de Caruaru, Toritama e Riacho das Almas participavam do Comitê Gestor do projeto juntamente com o SEBRAE e ITEP. Segundo um dos coordenadores do SEBRAE, em entrevista a Lima (2013), “o diferencial do projeto deveria ser o ‘vender mais’, trazendo o olhar mais de mercado ao produto, ao *jeans*. O ‘Consciência Limpa’ esteve focado na questão ambiental (do reuso da água e como isso seria vantajoso em termos de diminuição de custos para a empresa) e no associativismo (‘fortalecendo’ e ‘criando’ associações empresariais)”.

O interessante é que a ideia do Selo Verde nasceu da sala de aula do Curso Técnico em Gestão de Lavanderias, como destacado por um dos coordenadores do ITEP:

O selo verde é uma das ações que foram sugeridas pelo ITEP numa consultoria às empresas de lavanderia. Com a implementação das ETE's e depois com os Termos de Ajustamento de Conduta, então foi identificado que precisava. Isso nasceu na sala de aula com o curso técnico quando foi feita a apresentação final dos trabalhos de conclusão de curso, então, muitas ideias surgiram. Uma das ideias foi criar um selo, um selo verde para as empresas. Pegou-se essa ideia dos alunos e se estruturou em algumas reuniões com alguns outros setores- as associações, o próprio Ministério Público, a Prefeitura, então foi identificado que seria interessante criar um selo que identificasse a nossa roupa que saia daqui do Polo de Confecções [...]. Aí surgiu a ideia do Selo Verde, que era um selo que viria agregado junto a peça, dizendo que aquela empresa, que confeccionou aquela peça, ela é politicamente correta, em relação à segurança do trabalhador e ao meio ambiente, entendeu? No meio ambiente, no sentido de trabalhar o seu reuso da água (Agente 01, entrevista em 12.07.14).

...
O Selo Verde é uma certificação que a empresa recebe, se ela está enquadrada em todos os parâmetros que os órgãos fiscalizadores exigem. Desde a gestão de resíduos sólidos até a gestão de melhoria da qualidade de vida do funcionário [...]. Você chegaria numa empresa em que o funcionário não estava usando nenhum tipo de EPI, nenhum, sem uniforme em áreas insalubres. Manuseando produtos químicos e totalmente errados, totalmente errados. Mas, aí veio a fiscalização, a ergonomia. Não existia nenhuma preocupação com a questão ergonômica do funcionário. Trabalhar em pé e passando ferro o dia inteiro. Tudo isso. Tudo que engloba esse

⁸³ Informação obtida durante participação da autora em reunião de lançamento do Selo Verde, em dezembro de 2011. As instituições participantes do projeto nas esferas públicas municipal, estadual e federal foram as Prefeituras Municipais, a CPRH, o Ministério Público de Pernambuco, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IBAMA) e a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), assim como o SEBRAE, ITEP, SINDIVEST, FIEPE, SENAI. Os critérios definidos pelo comitê técnico podem ser resumidos em: “(1) ter e manter todas as documentações e licenças obrigatórias atualizadas; (2) tratar e reutilizar os efluentes e atender aos parâmetros mínimos de lançamento estabelecidos pela CPRH; (3) fazer o controle das emissões de gases e material particulado; (4) fazer o gerenciamento de todos os seus resíduos sólidos; (5) implementar programas de redução na geração de resíduos sólidos; (6) manter o plano de segurança e saúde ocupacional”

universo da segurança do trabalho, do trabalhador (Agente 01, entrevista em 12.07.14).

Em dezembro de 2011, alguns meses após o lançamento do projeto “Selo Verde”, que contou com a participação da CPRH e MP, um inquérito civil foi instaurado com assinatura de TAC publicado em 13 de setembro de 2012 (Vide ANEXO B). A promotoria determinou a instalação das lavanderias no Distrito Industrial de Caruaru, num prazo de 3 anos, considerando a persistência dos danos ambientais, a dificuldade de fiscalização, o risco de explosão das caldeiras e o sistema de tratamento de efluentes com uso intermitente por parte das lavanderias. A promotoria adicionou aos documentos exigidos para o funcionamento das lavanderias, o certificado do curso de operador de caldeira, a análise de efluentes, a análise da emissão de gases, o acondicionamento e destinação correta do lodo⁸⁴. O ITEP, durante certo período ofertou o curso de operador de caldeira, assim como o serviço de análise de efluentes, no laboratório do CT-Moda, mas atualmente está a cargo da ALC intermediar o contato com os prestadores dos serviços especializados para os associados.

As ações mais recentes voltadas à modernização do Polo de Confecções, como um todo, datam também de 2012. No mês de agosto daquele ano, imbuídos de fomentar o desenvolvimento da região, as instituições envolvidas no *Polo* (e.g ACIT, ASCAP, ACIC, SEBRAE, ITEP, SINDIVEST, dentre outras) e com a participação direta do governo do Estado, elaboram um planejamento estratégico que culmina com a criação de uma OS com contrato no valor de R\$ 6,16 milhões. O Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e de Confecções em Pernambuco (NTCPE) surge como organização social privada, sem fins lucrativos. O seu objetivo é “impulsionar um ambiente de negócio sustentável para a Cadeia Têxtil e de Confecções de Pernambuco, promovendo a inovação, cooperação e o intercâmbio de informações entre o poder público, empresas, academia e entidades de fomento e apoio” (NTCPE, 2016). Para tanto, patrocina eventos, como a Rodada de Negócios e desenvolve projetos, um deles o Marco da Moda Pernambucana e o outro, Inteligência Mercadológica, que oferece consultoria especializada na melhora do desempenho para ampliação do mercado, além de lançar editais de incubação.

⁸⁴ No processo produtivo da lavagem, surgem “os poluentes hídricos provenientes principalmente da etapa de tingimento das peças de jeans. Dentre eles merecem destaque os corantes, surfactantes, metais e aditivos que contribuem para uma coloração acentuada do efluente, elevados níveis de DBO, DQO e teores de metais pesados. Algumas lavanderias já vêm tratando seus efluentes por tratamento físico-químico para não poluir os rios, pois em meados de 2000, os rios eram conhecidos pela população por “Rio azul”. Esse processo apresenta uma boa redução da matéria carbonácea, mas tem como desvantagem a alta produção do lodo. Esse lodo apresenta um alto teor de corante adsorvido, impossibilitando de ser utilizado e seu único destino é aterro sanitário ou incineração” (SANTOS et al., 2012, p. 12375).

Pode-se notar que a linha de atuação do NTCPE está centralizada na inovação e competitividade, convergindo com as metas do Pro-APL⁸⁵. No início de 2015, a coordenação do Pro-APL realizou reunião com o Comitê Gestor local do Programa no CT-Moda em Caruaru para informar sobre o andamento dos projetos e planejar as próximas ações, dentre as quais foi destacada a “ampliação e reestruturação do Laboratório de Efluentes para atendimento a 100 lavanderias do *Polo*, assim como atender às necessidades de capacitação e transferência de tecnologia do CT Moda” (ITEP, 2015b). Das ações em andamento podemos destacar a continuidade de dois cursos técnicos de nível médio, o de Química e Modelagem do Vestuário que, em dezembro de 2014, estavam com 95 alunos matriculados, segundo o Relatório Anual das Atividades da entidade publicado em fevereiro de 2015.

Ainda nessa linha das ações do Estado, desde 1º de janeiro de 2016, o Governo do Estado de Pernambuco sancionou a Lei nº 15.663/2015, que estabelece a isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as lavanderias de *jeans* localizadas nos municípios de Caruaru, Toritama, Riacho das Almas, Surubim, Vertentes e Santa Cruz do Capibaribe. A lei de isenção está circunscrita às trocas comerciais e de serviços efetuadas na região. Tal iniciativa do governo, conforme declarações da secretaria da fazenda estadual, visou à geração de emprego e incentivo a maior competitividade na região. No nosso modo de ver, o efeito esperado de tal medida, talvez esteja na direção de diminuir a carga tributária contribuindo para a manutenção das unidades produtivas instaladas no local. De outra parte, servindo de atrativo para a instalação de novos empreendimentos na região, vinculados ao segmento (SEFAZ-PE, 2015).

Neste mesmo ano, mais 13 lavanderias localizadas em Caruaru assinaram aditivo ao TAC de 2012, publicado pelo MP-PE no dia 6 de janeiro. Dentre as obrigações citadas estavam a continuidade em não lançar os efluentes líquidos industriais sem o devido tratamento, a manutenção do sistema de tratamento físico-químico dos resíduos sólidos e a apresentação mensal de documentos⁸⁶.

Em geral, o que podemos observar, após balanço das principais ações adotadas pelos agentes coletivos, nos últimos 15 anos, é que se mantem os esforços para que os

⁸⁵ O Pro-APL recebe uma atualização em 2013, com prazo de execução de 48 meses, com recursos de US\$16,7 milhões do BID. Destes, US\$ 1,7 milhões serão aportados pelo Estado, US\$ 3 milhões, SEBRAE, e pelo sistema FIEPE, US\$ 2 milhões (SECTEC, 2013).

⁸⁶ Documentos: “cópias das notas fiscais de aquisição dos produtos químicos utilizados no sistema de tratamento de efluentes ao longo de todo o período, especificando os nomes comerciais e as composições químicas dos produtos; cópias das notas fiscais de aquisição de lenha e/ou derivados de madeira e/ou subprodutos florestais e cópias dos relatórios de análises mensais de automonitoramento de efluentes líquidos industriais, elaborado por laboratório competente, entre outros documentos” (MP-PE, 2015).

“empresários” locais adotem padrões modernos de gerenciamento do negócio, que mirem na competitividade (melhoria do produto, inovação tecnológica, novos mercados, melhoria na lucratividade etc.) e reduzam a informalidade (do negócio, do trabalho), que é histórica na região. No enfrentamento de uma condição originária de improviso na gestão, o pacote de serviços ofertado, principalmente pelo Sebrae e Itep, é de assimilação de novas formas de fazer, de nova postura (a de empresário) que implique diretamente em atualizações na maneira de produzir, agora sob moldes empresariais. É inegável que a notoriedade do *Polo*, ocorreu atrelada “à emergência de diversos agentes coletivos que passaram a atuar, tanto no sentido da criação de vínculos institucionais que denotassem a constituição de um Arranjo Produtivo Local, como em vista da resolução de problemas inerentes aos negócios locais”⁸⁷ (PEREIRA NETO, 2013, p. 237). Contudo, este processo não foi isento de contradições e tensões, como advertimos anteriormente.

Um primeiro ponto que merece ponderação é a formação das associações como entidades de representação patronal dos proprietários das lavanderias em Toritama e Caruaru. Nas entrevistas e com base em outras pesquisas, pudemos perceber a adesão parcial por parte desse grupo, de modo que se constituem, ao que parece, como força de mobilização coletiva fragmentada. Na ACIT, do universo de 56 lavanderias, em meados de 2007, somente 26 estavam associadas (ANDRADE, 2008). Além disto, o proprietário que participa da associação precisa imediatamente se formalizar e atender aos requisitos da legislação ambiental. E ainda é presente a chamada lavanderia *clandestina*, sem registro no CNPJ e operando nos “fundos de quintal”. Um dos entrevistados comenta sobre a adesão restrita dos proprietários à associação e chama a atenção para os custos decorrentes do funcionamento da Estação de Tratamento de Efluentes:

Nem todo mundo participa. Mais ou menos 50% porque muitos até hoje, depois de tanto tempo, ainda não querem se formalizar e quem está dentro da associação ele tem, quase que por obrigação, de cumprir e formalizar para que os outros possam cumprir [...] Nós percebemos o seguinte: se é para fazer, têm que fazer todos porque senão fica uma coisa desleal. Os custos ficam muito altos para uns e para outros, não. Muitas vezes a gente cobra até fiscalização e antigamente achava que era uma coisa ruim, mas é necessário porque nós temos os custos no tratamento da água, temos que manter as pessoas lá dentro do tratamento tratando as águas, temos custo

⁸⁷ Tais como, “(1) problemas de ordem financeira (necessidade de capital de giro e dificuldade de acesso a crédito bancário), e (2) problemas de ordem administrativa-gestão (quase inexistência de organização contábil e desconhecimento de técnicas gerenciais que se reflete na falta de informação mais precisa sobre mercado e concorrência)” (PEREIRA NETO, 2013, p. 295).

em avaliarmos a água normalmente, energia e produtos químicos. O custo é relativamente alto: na minha lavanderia mesmo, hoje eu tenho o custo mais ou menos de três mil, quatro mil reais (Gestor 04, entrevista em 29.08.12).

O Gestor chama a atenção para uma espécie de pacto implícito, entre os participantes da associação, de cumprimento às exigências legais, que significa formalizar o negócio, porém, mais do que isto, assumir os altos custos derivados da obrigação de tratar os efluentes. Nem todos se formalizam; nem todos cumprem as determinações. Neste sentido, importa fazermos uma ponderação: a aplicação da legislação ambiental é universal e, portanto, atinge os “grandes” empreendimentos, que tem aporte de capital suficiente para arcar com “três mil, quatro mil reais” e trabalhadores qualificados nos seus quadros para viabilizar as soluções que responderão aos termos de ajustamento de conduta. Do outro lado, estão os “pequenos”, que sobrevivem com os custos anotados “na ponta do lápis” e outros donos de lavanderia totalmente imersos na ilegalidade. Em outras palavras: os significados e impactos dessas medidas de regularização que têm produzido custos para a manutenção do negócio seriam os mesmos para um negócio de grande porte? Acreditamos que não. As lavanderias que compõem a experiência sócio produtiva que estamos retratando, parecem estar situadas, na sua maioria, no segundo caso (os “pequenos”), porém tem-se ampliado a segmentação nesse setor produtivo, como veremos no próximo capítulo.

Neste sentido, a associação de lavanderias com a qual tivemos contato, tem sido um espaço coletivo de resistência, em que os proprietários protestam, reivindicam melhores condições para o cumprimento da lei. O relacionamento com a promotoria local é tenso e permeado por conflitos, mas a “*associação tem sido respeitada pela promotoria*” (Agente 04, entrevista em 31.03.16). Um dos episódios para ilustrar esta declaração ocorreu em 2014, quando do cumprimento do TAC assinado em 2012:

Quando a promotoria queria que o Termo fosse cumprido de qualquer jeito, nós fizemos movimento, fomos na Câmara dos Vereadores, em frente à Prefeitura, fizemos manifestações. [...] A promotoria queria que eles saíssem do local onde estão de qualquer jeito e logo. Mas, aí a advogada (da associação) entra para dizer que não é assim, que eles precisam de prazo [...] A advogada foi com a gente e a gente conseguiu um maior prazo. Porque a associação tem força, sem a associação fica mais difícil (Agente 04, entrevista em 31.03.16).

Além de maior prazo, segundo nossos informantes, o percentual exigido para o reuso da água oriunda das ETE's também foi reduzido, a renovação da Licença de Operação foi expandida para 2 anos, ao invés de 1 ano, assim como foram dadas alternativas aos proprietários, que não apenas a de transferirem a unidade produtiva para o Distrito Industrial: “*tem uns que já estão no Distrito e tem uns que assinaram o TAC para ficar onde estão, mas*

precisam pagar o preço. Outros assinaram para ir para uma zona rural. Outros assinaram para encerrar. O investimento é de 2 milhões para ir pro Distrito” (Agente 04). Como podemos observar, é um jogo conflituoso de forças em que a promotoria “aperta” o rigor, mas, ao mesmo tempo, negocia e faz concessões.

A associação também tem auxiliado na oferta de diversos serviços especializados aos 45 associados na direção da regularização e modernização do segmento. Na primeira situação, o papel da entidade tem sido o de orientar os donos do negócio sobre o cumprimento do TAC. Desta forma, reunir o maior quantitativo de associados em torno dos serviços contratados visando ao barateamento dos custos, no ganho por escala. Isto inclusive pesou, segundo a equipe da associação, na decisão de alguns proprietários se associarem, mesmo com participação eventual ou ausentes das reuniões da ALC. Um exemplo é a contratação de empresa para recolhimento do lodo que vai para o Aterro de Igarassu, na Região Metropolitana de Recife:

Como coletar o lodo? A gente pega e orienta. Temos uma empresa para coletar o lodo que precisa ir para o aterro sanitário. Nós reunimos o grupo, por exemplo: 5 lavanderias. Fazemos contato com a Lockar, a empresa vem, pega o lodo deles e leva para ficar mais barato. R\$115,00 uma tonelada de lodo para eles transportarem (normalmente, cada lavanderia gera 5 toneladas). O transporte do lodo é R\$1.900,00 que é rateado entre eles [...] Muitos entraram (na associação) por causa do desconto porque tem essa de fazer o grupo. Quando ligam para lá eles perguntam: “você é da associação?” (Agente 04, entrevista em 31.03.16).

A associação vem entrando em contato com os serviços especializados de engenheiros, técnicos de segurança do trabalho, clínicas médicas, laboratórios de análise de efluentes para cumprirem os requisitos de ofertar cursos e treinamentos para operadores de caldeiras, redigir laudos da emissão de gases (chaminés das caldeiras); realizar exames de medição da função pulmonar para os trabalhadores (setor do diferenciado). A associação mantém contrato com assessoria jurídica que age especificamente na relação promotoria-associação, mas também em reclamações trabalhistas, na organização da documentação para a fiscalização, podendo atender ao associado individualmente a depender da situação. Estes são apenas exemplos de um conjunto heterogêneo de prestadores de serviços especializados e com qualificação certificada, alguns deles na modalidade “Pessoa Jurídica” ou organizados em pequenos negócios, que surge associado à modernização do segmento, neste caso, mais influenciado pela via da regularização. Este achado da pesquisa se acopla a uma tendência de inserção dos serviços relacionados à confecção, conforme estudos anteriores, que vem dominando o conjunto do *Polo* desde o início dos anos 2000 (ANDRADE, 2008; VÉRAS DE OLIVEIRA,

2011a, 2013; HELENO, 2013). No nosso estudo, a tendência se espalha para o conjunto da cadeia produtiva de confecção do *jeans*.

Observamos que na base do contato com os prestadores de serviços existe a declarada intenção de barateamento dos serviços, a negociação face a face por menores preços. Isto indica, ao que parece, que os custos estão na “ponta do lápis”, como dissemos há pouco; porém, de certa forma, evidencia também uma maneira adaptada de se adequar às exigências legais, e que se conecta, se imbrica a um *modo de fazer informal*, que dá margem ao preço variável, negociado, como aquele que se faz no espaço da feira, na linha do estudo sobre os feirantes desenvolvido por Sá (2011). A associação, por sua vez, atua numa espécie de “gerenciamento de contratos com prestadores de serviços”, num claro exemplo de transferência de responsabilidade do dono da lavanderia para fora do negócio, pois em empresas modernas, capitalistas essas atribuições seriam da alçada de engenheiros, administradores, contadores, médicos e técnicos em segurança do trabalho devidamente contratados. A subcontratação dos serviços barateia, neste caso, os custos se aproximando das práticas de flexibilidade do trabalho em contextos atuais. Mas, podemos afirmar que se tratam de medidas flexibilizadoras e afins com uma dinâmica mais capitalista num segmento pulverizado e fragmentado com unidades produtivas de porte, volume de capital e tecnologia variados, onde predominam “os pequenos”? No nosso argumento, estamos diante de uma forma particular de informalidade que conecta o padrão informal da região (o da feira, tradicional) ao novo informal (flexível, moderno, capitalista) no momento em que o segmento é tensionado pelas medidas de modernização/regularização. Numa palavra, se quiséssemos denominar esta situação, apontaríamos que se trata da reprodução da informalidade histórica do local, mas, em outros termos.

Ainda do ponto de vista dos contatos com os elos da cadeia produtiva, a associação aproxima fornecedores, principalmente de máquinas e equipamentos do eixo Centro-Sul, e de produtos químicos, dos proprietários das lavanderias, chegando a convidar os representantes destes segmentos para as reuniões da entidade. Nestas ocasiões, geram-se oportunidades de aquisição de máquinas e equipamentos a menores preços. O conhecimento dos fornecedores acontece nas missões empresariais para as feiras de moda, mas principalmente para as de máquinas e equipamentos para lavanderias (*e.g* Febratex). O grande parceiro da associação nas viagens para os outros estados, principalmente Santa Catarina (Blumenau) e Ceará (Fortaleza) é o Sebrae. Com base nos recursos do Sebraetec, cursos e treinamentos são subsidiados, além da contratação de palestrantes em seminários promovidos pela associação. No rol dos cursos, o de operador de caldeira também recebe o apoio financeiro do Sebrae para

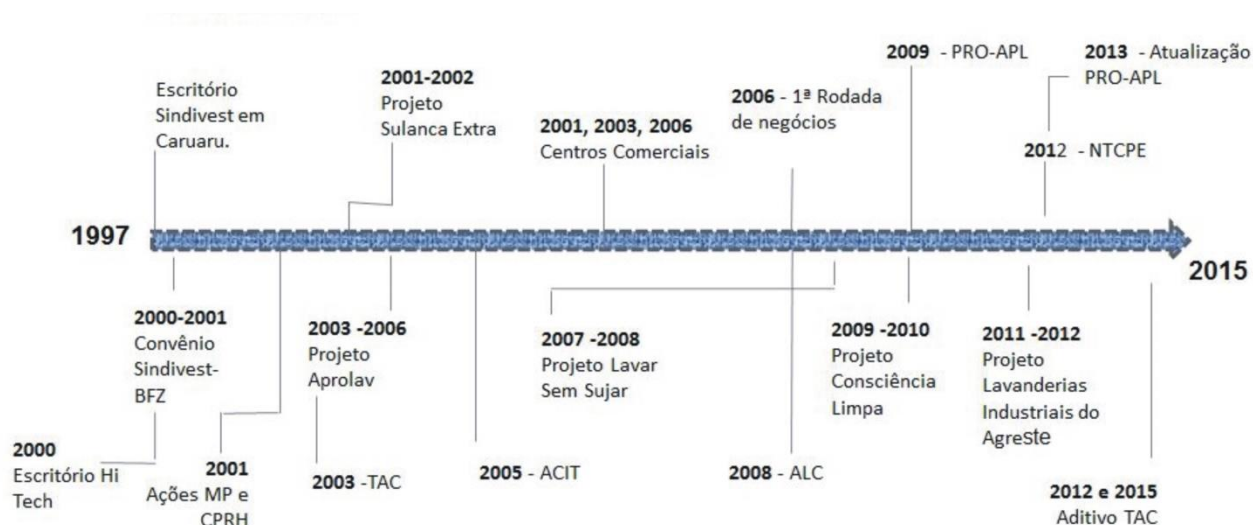
pagamento do instrutor. Nas missões empresariais, o apoio se restringe ao traslado. Nessas viagens, o número máximo de participantes tem chegado a 30 associados (Agente 04).

Ademais, mesmo com a existência das associações que ajudam a aglutinar as ações do Sebrae e Itep, no cotidiano da relação proprietário-agente existem tensões e não adesões por parte dos proprietários aos projetos, bem como conflitos de interesse entre as partes. Um destes exemplos foi a descontinuidade do Curso Técnico em Gestão de Lavanderias coordenado pelo Itep. Os motivos para o fechamento do curso foram variados, mas um deles referiu-se diretamente à dificuldade do estudante estagiar nas lavanderias locais.

Alguns proprietários entenderam o propósito de tal finalidade educativa, mas, em outras, eles trataram o estudante como trabalhador operacional durante o estágio, subvertendo o objetivo do programa que era oportunizar ao estagiário o conhecimento de todo o funcionamento da lavanderia para poder gerenciá-la. Segundo o nosso entrevistado, este problema era paradoxal, na medida em que houve uma adesão maciça (discursiva) dos proprietários ao curso técnico. Neste sentido, os donos das lavanderias foram vistos como reativos quanto à iminência de uma mudança na fábrica provocada pela introdução da figura do gerente - posto de trabalho ocupado pelos donos do negócio (Agente 01, entrevista em 29.03.16)

Em geral, a intervenção das duas entidades junto ao segmento vem sendo recepcionada de forma tensa pelos donos das lavanderias, e tem havido uma descontinuidade das ações desde o final de 2015, justificada por restrições orçamentárias, conforme apontado pelos próprios agentes coletivos (Agente 01, Agente 05). De qualquer modo, podemos afirmar que as ações de “modernização” incidiram no conjunto das unidades produtivas do Polo e muitas estiveram direcionadas para o segmento de lavanderias industriais. A seguir, a Figura 04 expressa a linha do tempo deste processo onde as ações de modernização, no âmbito geral (do Polo), estão citadas na parte superior da linha do tempo e, na parte superior, as que incidiram diretamente nas lavanderias de *jeans*.

Figura 04 - Linha do tempo das ações de modernização



Fonte - Autoria própria, 2016

Mesmo com as ações de “modernização”, o que sabemos de antemão, é que a informalidade se mantém com caráter estruturante, ao longo do tempo. Especificamente, a informalidade referente aos vínculos jurídico-institucionais ainda persiste nas relações de trabalho para o conjunto das atividades produtivas do *Polo*, e que vem caminhando paralelamente à disseminação dos discursos e práticas modernizantes nos últimos 15 anos. No entanto, como veremos, a informalidade na sua dimensão jurídico-institucional não tem sido suficiente para captar as nuances da informalidade nas lavanderias, sobretudo no contexto recente, em que o Polo vem estabelecendo contatos cada vez mais próximos com a dinâmica capitalista.

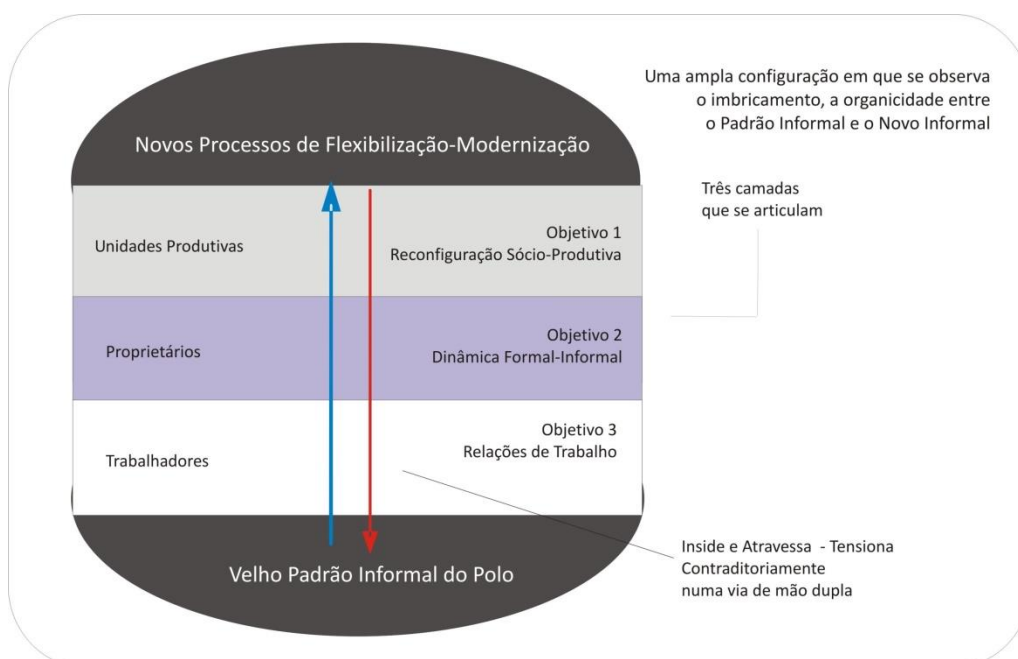
ANÁLISE E DISCUSSÃO - CAPÍTULO 5

RE-CONFIGURAÇÃO SÓCIO-PRODUTIVA EM LAVANDERIAS DE JEANS

Neste capítulo e nos subsequentes, seguiremos com a discussão dos achados do material empírico considerando três níveis ou camadas de análise e aprofundamento, sendo: o primeiro, o nível da organização do processo produtivo nas unidades produtivas; o segundo, o nível da dinâmica formal-informal na reconfiguração das lavanderias; e o terceiro, enfatizará as relações de trabalho, trazendo à tona as vozes dos trabalhadores, suas percepções sobre suas condições de trabalho, bem como, a intervenção de agentes de regulação das relações de trabalho nas lavanderias de *jeans*. Os níveis de análise que propusemos se articulam aos objetivos específicos da tese e derivam destes, pois iniciaremos este capítulo com a descrição do campo (características das fábricas-lavanderias) e iremos, paulatinamente, incorporando os sujeitos (trabalhadores, proprietários e agentes), de modo a aprofundar a análise e conectar os objetivos específicos entre si.

Em todos os níveis, buscaremos enfatizar que as ações de modernização esmiuçadas no capítulo anterior têm pontos de contato com o cenário global onde avançam os processos de flexibilização da produção e das relações de trabalho. Ambos, tensionam a informalidade local e produzem-na com novos sentidos. A síntese do caminho analítico está indicado na Figura 05:

Figura 05 - Níveis de análise do material empírico

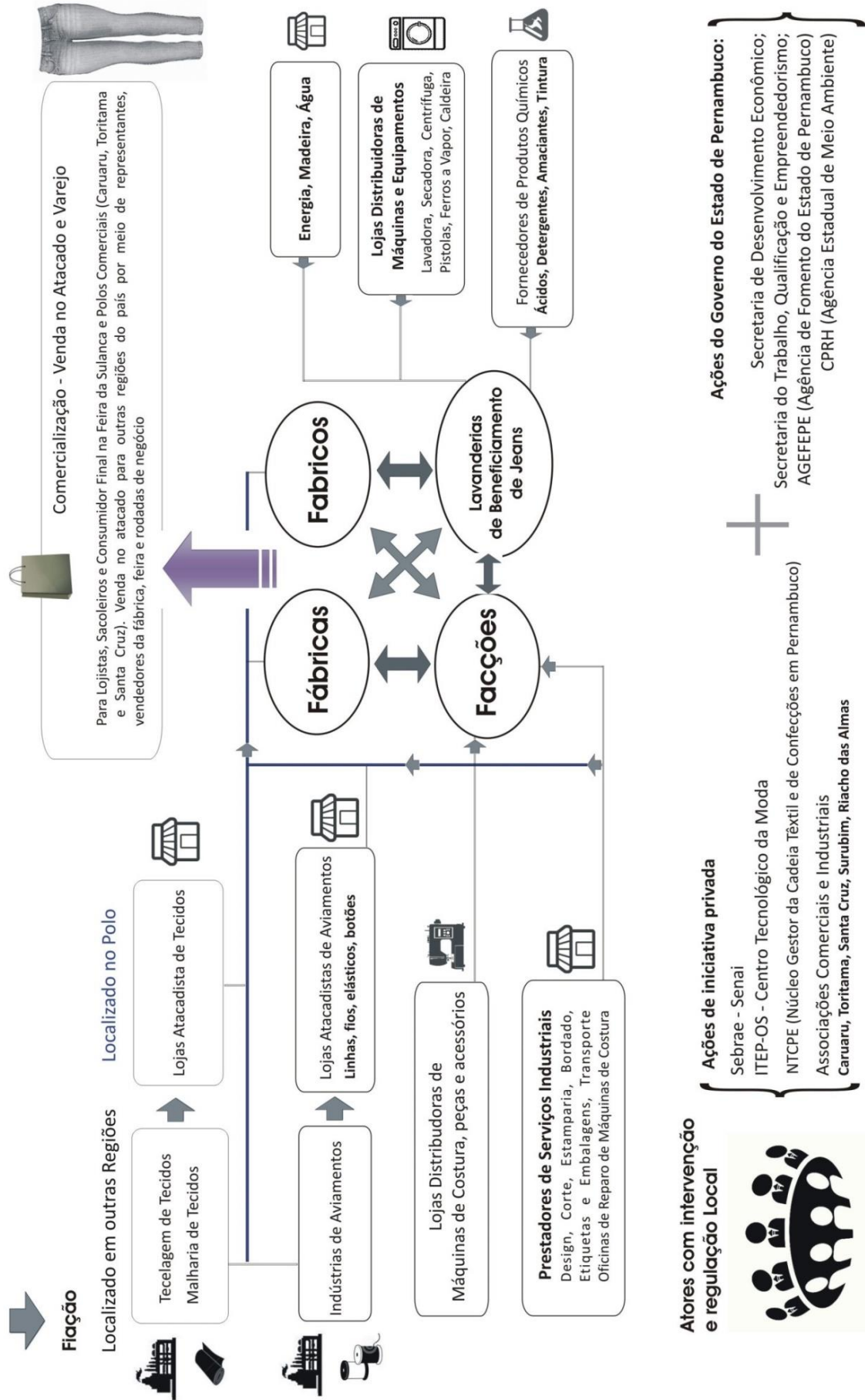


Fonte – Autoria própria, 2016.

Nesta primeira etapa, intencionamos caracterizar as re-configurações sócio-produtivas das lavanderias de *jeans* decorrentes das iniciativas de modernização/regularização do segmento. Para tanto, procuraremos recuperar as conexões das lavanderias com a cadeia produtiva do Polo e os vínculos e as diferenciações no complexo de confecção da peça *jeans*.

De início, importa recuperarmos a conexão entre os processos de confecção e lavagem da peça *jeans* que se inserem na cadeia produtiva de confecção do *jeans*. Nessa relação, a lavanderia tem um duplo funcionamento, conforme a sua localização: (1) funciona como fábrica podendo se localizar anexa à fábrica ou fabrico de confecção, dentro da unidade fabril, compondo a mesma unidade organizacional e produtiva. Nesta situação, a posse dos meios de produção é restrita a um único proprietário ou grupo familiar, e (2) é uma prestadora de serviços para fábricas, fabricos ou facções de confecções ao se localizar “fora”, como autônoma. Uma questão relativa ao foco da atividade é que as lavanderias podem ser classificadas como “lavando para dentro” e/ou “lavando para fora”. No primeiro caso, localizam-se anexas às fábricas e lavam peças de marca própria, ou seja, “para dentro” e também para clientes externos diversos, ocasião em que atua como prestadora de serviços. As lavanderias de segundo tipo são as prestadoras de serviço por excelência, que funcionam autônomas e lavam peças somente “para fora”. Em ambas situações, a peça confeccionada e “crua” é a matéria-prima para a lavanderia, que introduzirá processos físicos e químicos de beneficiamento no *jeans* ou tingimento do PT (brim “Pronto para Tingir”). Então, as lavanderias se relacionam internamente ou externamente com os fabricos e/ou fábricas de *jeans* - razão da sua existência dentro do complexo produtivo do *Polo*. Neste caso, operando como prestador de serviço para as fábricas, fabricos e facções. Para além deste relacionamento mais interno ao processo produtivo, as lavanderias mantêm contato com os fornecedores de máquinas, equipamentos e produtos químicos compondo, de forma articulada à confecção, a cadeia produtiva do *jeans* do Polo, sintetizados na Figura 06:

Figura 06. Cadeia Produtiva do Jeans no Polo de Confeções de Pernambuco



Dentre os insumos das lavanderias de *jeans*, há que se destacar os produtos químicos. Contatos com indústrias químicas e uso dos produtos nos processos de lavagem agregam valor à peça, conectando esta mercadoria ao circuito da moda nacional e internacional. Esta conexão da lavanderia com essas empresas é antiga e se vincula diretamente ao propósito do negócio dentro da cadeia produtiva do *jeans*. Os processos de lavagem se tornam viáveis tecnicamente com o uso de produtos químicos específicos, desde os lavados mais simples, como um amaciado, até os efeitos que dão envelhecimento ao denim ou brim. No *Polo*, particularmente, desde os anos 2000, filiais ou escritórios de representação de empresas de renome nacional, vêm se instalando na região, cujos produtos químicos se diferenciam de alguns fabricantes locais. Dentre os fornecedores de produtos químicos que tem maior interação com as lavanderias locais estão a Hi Tech Química, a Texpal Química, a Maxlav, a PQT Indústria e Comércio de Produtos Químicos, a Trilimp, segundo nossos informantes (Agente 01, Agente 04).

Uma das empresas citadas atua no mercado nacional desde meados da década de 1990 e mantém escritório em Caruaru há 12 anos de modo a atender às lavanderias da região, com o serviço de venda dos produtos químicos e demonstração das receitas das lavagens em peças piloto. O uso do produto químico está diretamente ligado ao conceito de inovação e moda. É na aplicação do produto químico sobre a peça durante lavagens sucessivas que se consegue reproduzir as tendências da moda, que tem focado no envelhecimento natural da peça, ou seja, no efeito *vintage*. Um dos nossos entrevistados detalha: “o conceito é de envelhecimento natural, é como se você pegasse uma calça nova com efeito de desgaste de uma peça já usada. Então qual é o papel da lavanderia? É justamente fazer esses processos de beneficiamento do tecido para que você tenha esse visual final” (Agente 03, entrevista em 30.03.16). A empresa possui um catálogo com as lavagens e respectivos produtos químicos, que vão desde produtos numa linha mais convencional para produzir lavados simples, como o “amaciado”, desde mais elaborados, derivados do conceito *vintage*.

As receitas de lavagens são testadas e difundidas pelos representantes nas lavanderias com vistas a agregar valor à peça. No entanto, o tipo de lavagem está diretamente ligado ao cliente da confecção e aos canais de comercialização. Lavados simples são mais baratos para o confeccionista (variam de R\$0,50 a R\$1,0 a peça) e geram peças beneficiadas com menor valor agregado, que serão comercializadas em feiras, mercados populares a preços também populares. Na outra ponta da cadeia estão as lojas, magazines que vão comercializar roupas *jeans* de marca própria que passaram por processo de lavagem para agregar valor à peça. Em ambos os processos, a lavanderia compra o insumo da indústria química, porém a preços

variados, conforme o tipo de lavado aplicado. Lavados mais sofisticados implicam em maior desembolso com produtos químicos. No caso das lavanderias, na composição dos custos de produção, o produto químico pode chegar a 20% dos custos totais. Em adição a isto há de se comprar os produtos químicos para tratar os resíduos da lavagem. Estes correspondem a, mais ou menos, 30% dos custos de produção, principalmente nas lavanderias autônomas.

Juntamente com as nossas observações em campo, tivemos acesso à pesquisa realizada por Silva Filho (2013) envolvendo 62 lavanderias, em Caruaru, onde se constatou que 42% funcionavam anexas às confecções e 58% prestavam serviços como lavanderias autônomas. No nosso estudo, optamos por problematizar a composição confecção-lavanderia, em virtude das diferenciações nos empreendimentos do *Polo*, que são de natureza familiar e vivenciam diversas situações que envolvem autonomia ou compartilhamento da pessoa jurídica, da gestão, do processo produtivo. Desta forma, as lavanderias pesquisadas têm funcionamento interno de fábrica e simultaneamente prestam serviços no complexo de confecção da peça *jeans*. No imbricamento entre os dois processos (confecção e lavagem), realizados em unidades produtivas separadas ou não, foram identificadas 7 (sete) configurações elaboradas a partir das observações e entrevistas no campo, considerando a existência ou não de alguns critérios de forma combinada: a) processo de lavagem realizado no mesmo espaço fabril que a confecção; b) porte da unidade produtiva; c) externalização de etapas do processo produtivo com uso de subcontratação; d) ênfase na prestação de serviços; e) informalidade do negócio (sem cadastro no CNPJ) e das relações de trabalho; f) “postura” assumida pelos gestores das unidades produtivas - se estavam mais afeitos ao padrão informal dominante e/ou buscavam adotar ações de modernização aos moldes empresariais. A descrição das configurações se encontra na sequência.

① Perfil Empresarial Integrado⁸⁸ I: a característica definidora é que o processo de lavagem acontece em conjunto com todas as fases do processo produtivo e dentro da empresa. Pode haver externalização de atividades com a subcontratação em alguma etapa do processo produtivo (*e.g* etapa do bordado à mão e acabamento - embalagem). A empresa se relaciona com outros fabricantes de peças *jeans* prestando serviços para estes, a exemplo da lavagem. A empresa confecciona para clientes externos, além da marca própria. Em relação à etapa da lavagem acontece o mesmo: a empresa “lava para

⁸⁸ Integrado significa que os processos de confecção e lavagem são executados numa mesma unidade produtiva.

dentro” e “lava para fora”, ou seja, oferece serviço terceirizado e lava para confecção própria.

O processo produtivo de confecção da peça *jeans* se desenvolve em planta industrial única, organizada nas atividades de design/criação, modelagem, pilotagem, costura, bordado, lavanderia, acabamento e expedição. Quanto às peças, a empresa confecciona a marca própria⁸⁹, cujo setor de criação compõe-se por *designers* internos e vende, em todo o país, por meio de representantes. Em alguns casos, também comercializam fora do país. A empresa presta serviço de lavanderia para clientes externos, porém o maior volume de peças lavadas corresponde as que são confeccionadas na própria fábrica. Ou seja, o percentual mais expressivo é de lavagem para dentro. No perfil apresentado, trata-se de indústria de médio porte⁹⁰ (120 trabalhadores).

② Perfil Empresarial Integrado II: o processo de lavagem acontece em conjunto com todas as fases do processo produtivo, dentro da empresa, e alguma parte do processo produtivo é terceirizado, e/ou feito fora da organização, via contratos temporários e por projeto.

O processo produtivo de confecção da peça *jeans* acontece em unidade produtiva organizada nos setores de modelagem, pilotagem, costura, lavanderia, acabamento e expedição. A etapa de bordado é realizada por terceiros e subcontratados. A criação das peças é desenvolvida pelo dono do negócio, a partir de contatos com estilistas do eixo Centro-Sul e participação em feiras de moda. Neste tipo de configuração, a peça confeccionada é de marca própria; no entanto, o maior número produzido é para as marcas de terceiros, via contratos, alguns de exclusividade⁹¹. As peças lavadas são confeccionadas internamente, sendo o maior volume da lavagem continua sendo “para dentro” considerando o contrato de terceirização junto ao fabricante de confecções. Nesta situação, a fábrica visitada estabelece vínculos com o processo de flexibilização recente.

⁸⁹ Neste tipo de empreendimento, a denominação marca própria está associada à inscrição junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), que é responsável pelo registro de marcas e patentes, que garante a exclusividade sobre o nome de um serviço, produto e o logotipo que o identifique (INPI, 2016).

⁹⁰ O parâmetro usado para classificar o “porte” foi o Anuário do Trabalho (DIEESE/SEBRAE, 2015, p. 17), com base no número de trabalhadores, diferenciando-os para a indústria e o setor de serviços. Detalhamos a classificação no Anexo A.

⁹¹ Na unidade produtiva visitada, o dono do negócio possuía contrato de exclusividade para produzir as peças em *jeans* para uma loja de departamento de renome nacional.

③ **Perfil Empresarial Parcial**⁹²: a *lavagem das peças* acontece em unidade produtiva separada da confecção. Ambas fazem parte do mesmo grupo empresarial, porém como pessoas jurídicas diferentes. A atividade de *design*/criação é feita pelo dono do negócio, que aprendeu durante troca de experiências em feiras de negócios, contatos com indústrias químicas de renome nacional que orientaram as diferentes receitas das lavagens. O processo produtivo na lavanderia se organiza nos setores de recepção/atendimento, beneficiamento (lavanderia - parte molhada e diferenciado - parte de efeitos manuais), passadoria, embalagem, expedição. Os trabalhadores têm vínculo formal e alguns são contratados por tempo determinado em função da sazonalidade.

Nesta situação, a relação confecção-lavanderia é mais complexa, pois a lavanderia funciona como prestadora de serviços, localizada fora da fábrica de confecção, numa relação de terceirização dentro do grupo empresarial, atendendo à confecção própria, mas também prestando serviço para clientes externos. Mesmo nesta configuração, o maior volume de peças lavadas é para a marca própria, chegando a 80-90% do total.

④ **Perfil Empresarial Híbrido**⁹³: a lavanderia funciona como prestadora de serviços *por excelência* em unidade produtiva autônoma. O negócio é formal e os trabalhadores têm vínculos formais. A estrutura física pode apresentar *layout* de fábrica ou conter adaptações no espaço em virtude do crescimento paulatino do negócio. A tecnologia usada mescla equipamentos comprados em feiras de negócios com máquinas fabricadas artesanalmente na região. A atividade de *design*/criação é feita por trabalhador com formação profissional na área (curso técnico de nível médio em Design de Moda) ou por trabalhadores treinados para a função, mediados pelos contatos com indústrias químicas que orientam as diferentes receitas das lavagens. No entanto, as lavagens “básicas” predominam e a maioria dos clientes da lavanderia vende as peças de *jeans* nas Feiras de Sulanca da região.

⁹² O termo parcial significa que a confecção e a lavanderia funcionam em unidades fabris diferentes, ou seja, não estão integradas.

⁹³ O termo híbrido indica que este tipo de lavanderia possui características do perfil mais empresarial (contato mais intenso com agentes modernizantes; aquisição de máquinas, equipamentos e produtos químicos de fornecedores do circuito nacional; empresa formal empregando trabalhadores com carteira assinada) e forte presença de laços sociais, de parentesco com clientes, trabalhadores, confeccionistas e donos de lavanderia influenciando no negócio.

Nesta situação, a relação confecção-lavanderia se estabelece na prestação de serviços, com quem mantém, muitas vezes, relações de parentesco ou de cooperação. O número de trabalhadores chega a 50, sendo a que emprega o maior número de trabalhadores, assim como apresenta o maior volume de peças lavadas. Estas são as diferenças em relação aos perfis anteriores, com um elemento que é a forte presença dos laços pessoais e familiares na relação com os clientes e trabalhadores.

⑤ **Perfil Informal Integrado:** a etapa de lavagem das peças acontece na mesma unidade produtiva da confecção e integra-se a esta. A estrutura física da empresa é ampla, com o *layout* semelhante a uma fábrica. Há subcontratação de trabalho informal em algumas etapas do processo produtivo, a exemplo da modelagem e dos diferenciados para lavagem. Há uso disseminado de tecnologia adaptada, principalmente no setor de lavanderia, mas com presença de equipamentos adquiridos em fornecedores do Centro-Sul. As peças confeccionadas dentro da fábrica não se constituem marca própria, mas se tratam de confecções “genéricas”⁹⁴, cuja comercialização se direciona para as *feiras de sulanca* da região cuja venda é direcionada para atacadistas da região e de outros *Polos*, a exemplo do Brás, sacoleiro(a)s e consumidor final. A maior parte das lavagens é “para fora”, para clientes externos. A unidade produtiva é formal com uso de trabalho formal e informal no interior da unidade produtiva.

⑥ **Perfil Informal Parcial:** a etapa de lavagem das peças acontece em unidade produtiva diferente do processo de confecção, porém existe uma vinculação familiar entre as duas unidades, sendo que a confecção se trata de fabrico com volume de peças de até 2 mil/mês. O gerenciamento da lavanderia e do fabrico é feito por membros da família, que compartilham experiências, mas a gestão é independente. A lavanderia funciona em estrutura improvisada, que foi aumentando paulatinamente, como se fosse um conjunto de “puxadinhos”. Há uso disseminado de tecnologia adaptada, principalmente no setor de lavanderia (máquinas de lavar feitas por mecânicos locais),

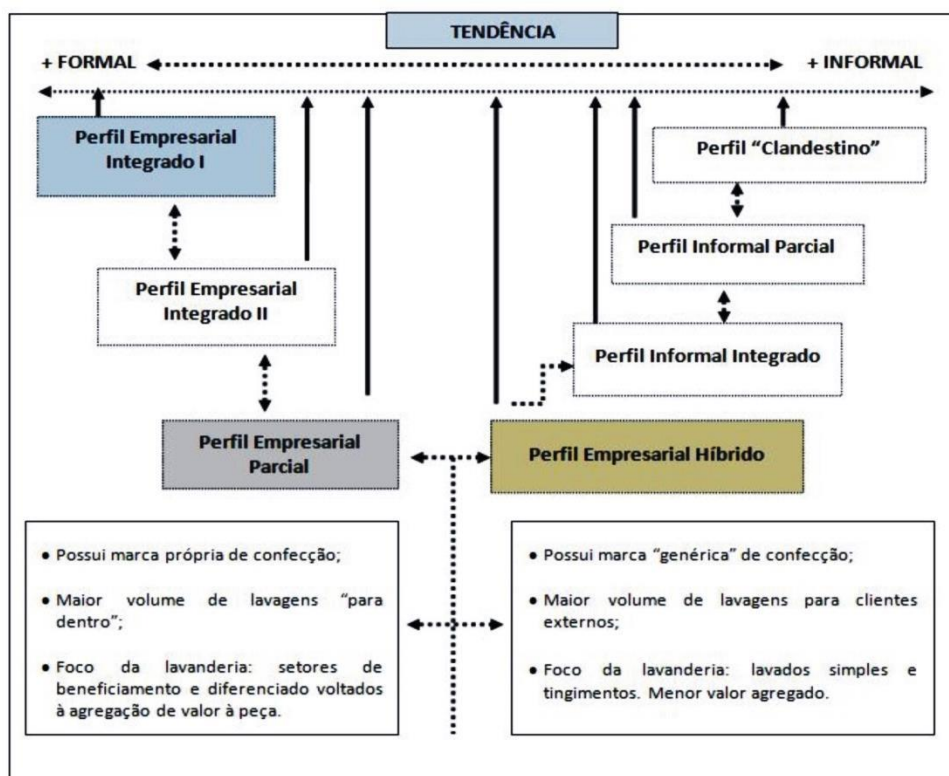
⁹⁴ Confecção “genérica” se refere a qualquer peça com etiqueta “genérica” - nome fantasia do fabricante, composição do tecido, indicação do tamanho. Neste caso, o fabricante cumpre parcialmente o requisito legal (Cf. Resolução Conmetro 02/2008 que discorre sobre o regulamento técnico de etiquetagem dos produtos têxteis, tornando obrigatória a indicação da numeração, do nome do fabricante/nome da marca, da composição do tecido, e das orientações de conservação da peça na etiqueta). A etiqueta representa a imagem da empresa no mercado e serve para fixar a marca que, muitas vezes, também é gravada nas embalagens. Esta é a maneira informal de “fazer moda”, porém não se produz modelos exclusivos, e sim cópias bem acabadas.

sem incorporação de tecnologia. Existem trabalhadores sem vínculos formais em ambas unidades produtivas.

⑦ **Perfil “Clandestino”**: O serviço de lavanderia é contratado separadamente e desvinculado da confecção, O negócio é de caráter informal, de pequeno porte com uso de trabalhadores sem vínculo formal. A unidade produtiva apresenta estrutura física precária, sem *layout* fabril. Os trabalhadores não usam uniforme e estão submetidos a condições de maior insalubridade.

A partir das incursões em campo e da leitura de estudos sobre as lavanderias do *Polo*, notamos que havia um *continuum*, que caminhava de um perfil mais industrial/empresarial para um informal, na relação confecção-lavanderia, com diferenciações internas. A Figura 07, a seguir, ilustra a relação descrita acima.

Figura 07: *Continuum* das configurações organizacionais/produativas lavanderia-confecção



Fonte: Autoria própria, 2016.

Salientamos que dentro das configurações, o perfil não é estático e, em virtude da informalidade ser constitutiva da experiência histórica do *Polo*, os perfis mais empresariais caracterizados, em geral, pela organização racional da produção e do trabalho apresentam situações que os conectam ao modo de organizar do perfil informal. Sendo este um movimento de interação dos perfis entre si.

Quando adentramos numa lavanderia, o ambiente fabril não é dos mais agradáveis. As temperaturas se elevam com o vapor que alimenta as máquinas, e a maioria delas exala um forte cheiro de amaciante (o mesmo que encontramos nas calças *jeans* à venda nas lojas) que, mesmo predominando nas etapas finais da lavagem, como veremos, se mistura, à água fétida dos rejeitos do processo produtivo que, mesmo direcionada para as estações de tratamento, circulam por meio de canos em todo o chão da fábrica. O barulho das máquinas em funcionamento contribui para tornar o ambiente ainda mais insalubre. O arranjo físico é variado e ficamos, a princípio, perdidos com a multiplicidade de máquinas e equipamentos e os trabalhadores que se distribuem na operação do maquinário.

A organização do processo produtivo nas lavanderias de *jeans*⁹⁵ observadas guarda pontos em comum com o que ocorre em geral nesse segmento, singularizando-se pela persistência da força de trabalho com vínculos informais e submetidas a condições precárias na região. Tanto nas lavanderias que funcionam em unidades separadas quanto nas integradas às confecções encontramos uma série de tarefas, postos de trabalho, procedimentos e operações pré-estabelecidos em máquinas e equipamentos que podem variar e se complexificar conforme os tipos de beneficiamentos e efeitos aplicados nas peças.

Atualmente, nas *lavanderias industriais de beneficiamento do jeans* ocorre parte importante da incorporação dos conceitos de moda e a consequente agregação de valor ao preço final do produto⁹⁶. Isto se dá através de vários efeitos de “lavagens” e os diversos beneficiamentos de modo a se obter coloração, encolhimento, maciez ao toque e envelhecimento (desgastes) das peças de roupas confeccionadas (SOARES; NEDER, 2010). Nisso, empregam-se métodos que combinam tempo-temperatura e desgastes físicos e/ou químicos, tais como: a imersão das peças em alvejantes, enzimas, pigmentos, corantes e outros produtos químicos que reduzem a coloração; o atrito com pedras especiais, como as de

⁹⁵ Apesar de não adentrarem propriamente na organização do trabalho e seus significados, estudos realizados na região de Toritama e Caruaru, como os de Santos (2006), Paulo (2011), Tuttillo (2012), Silva Filho (2013), ao tratarem da gestão e dos impactos ambientais provocados pelas lavanderias oferecem elementos para a descrição do processo produtivo, que se associam ao material empírico da nossa pesquisa.

⁹⁶ É importante frisar que nas lavanderias do *Polo*, a incorporação do conceito de moda nas peças não é geral e está vinculado diretamente à peça confeccionada, conforme os tipos de configurações elencados anteriormente. Nesta perspectiva, os perfis empresariais estão mais afinados com a concepção de moda e com a denominação *jeanswear*.

argila expandida, colocadas nas máquinas industriais de lavagem; ou ainda os diferenciados, chamados de efeitos “artesanais”, com uso intensivo de trabalho manual (e em escala) na aplicação de resinas, jateamento com areia ou permanganato; lixamentos, esmerilhados tendo como resultado os efeitos “bigode”, “puído”, “amassado” (SILVA FILHO, 2013).

De início, é importante apresentarmos as etapas do processo de beneficiamento da peça *jeans*, considerando a configuração predominante em Caruaru e Toritama, que é a lavanderia autônoma, ou seja, a prestadora de serviço por excelência. A primeira fase se inicia com a chegada à lavanderia das peças confeccionadas vindas do setor de costura de fábricas, fabricos e/ou facções, ou seja, de terceiros que contratam os serviços de lavagem situados na região, materializando, assim, parte das inter-relações sócio-produtivas⁹⁷ do próprio Polo de Confecções. Após esse momento, a organização do processo produtivo se desenvolve na seguinte sequência:

- (1) Setor de *recepção/atendimento*: as peças confeccionadas (calças, shorts, bermudas, saias etc.), fora da lavanderia, são trazidas pelos clientes, que, em geral, especificam o tipo de serviço a ser efetuado, ou seja, o tipo de beneficiamento para a peça. No entanto, existem situações em que o cliente solicita ao *setor de desenvolvimento*, que elabore testes de lavagens em peças piloto e submetam a sua aprovação. Caso as peças adentrem à lavanderia com a definição prévia do tipo de beneficiamento, serão pesadas/contadas e identificadas com etiquetas, contendo a OS (ordem de serviço) com uma via entregue ao cliente (fabricante) e outra afixada no lote de roupas que segue o fluxo para os outros setores da fábrica⁹⁸. Amontoadas, passam a compor o estoque seco (SILVA FILHO, 2013). Geralmente um ou dois trabalhadores desempenham essas tarefas, atrás de um balcão, com computador e impressora. Neste local, também ficam afixadas, na parede, as licenças de funcionamento do negócio, as licenças ambientais emitidas pela CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente), licença do corpo de bombeiros, licença da polícia federal (uso do permanganato).

⁹⁷ Essas inter-relações mencionadas se referem ao conjunto de agentes antigos e novos, que passaram a atuar no sentido da modernização e regulação no *Polo*, e mais precisamente do segmento das Lavanderias, conforme detalhamos na seção anterior.

⁹⁸ Esse simples instrumento de organização e padronização dos procedimentos, afins às técnicas de organização racional da produção, nem sempre tem sido adotado, especialmente nas lavanderias de menor porte, e ainda fortemente relacionadas aos padrões informais, conforme veremos adiante.

- (2) Do setor de *recepção e estoque seco* e, uma vez feitos os testes químicos de cores e gramatura do tecido de peças pilotos considerando os tipos de “lavados e diferenciados”, a serem realizados nas peças, as mercadorias, em lotes, são colocadas em carrinhos e podem seguir um fluxo para o setor de *produção úmida*/setor de *lavanderia* ou setor de *diferenciado*, conforme o tipo de lavagem especificada na etiqueta:
- (3) (2a) Setor de *produção úmida* (molhada) ou setor de *lavanderia*: local onde se localizam as seguintes máquinas industriais⁹⁹: lavadoras, secadoras e centrífugas (de diferentes capacidades que variam entre 15 e 350 Kg) operadas por lavadores e auxiliares de lavanderia. Os lavadores se ocupam em alimentar as máquinas de lavar (lavadoras) com as dosagens dos produtos químicos para cada tipo de lavagem e controlar o tempo da máquina para cada operação. Os auxiliares de lavanderia apoiam os lavadores com o trabalho mais pesado, tais como: retirar as peças sem lavagem dos carrinhos e colocar nas lavadoras, transportar as peças molhadas de uma máquina para a outra durante os sucessivos processos de lavagem.

Neste setor, as peças são submetidas a diversas lavagens sucessivas e enxagues com produtos químicos, com temperaturas elevadas, entre 60 e 80°C, a partir de quatro operações básicas, a saber: *desengomagem*, *redução*, *alveijamento* e *amaciamento* realizadas em lavadoras (SILVA FILHO, 2013). A *desengomagem* procura retirar a goma do tecido, que está presente na peça crua. A *redução* retira o excesso de produto químico de outras lavagens. No *alveijamento* é introduzido o cloro na lavadora para o branqueamento do *jeans*. O *amaciamento* resulta no toque macio da peça e leve perfume, sendo a última fase da lavagem. Também pode ser realizada a *estonagem* (o conhecido efeito *stone washed* - lavagem que utiliza pedra e/ou enzimas para desbotamento mais intenso nas costuras, cós e bolsos) ou o *delavê* (rápido processo de tingimento e alveijamento com cloro obtendo-se um tecido de

⁹⁹ Foge ao escopo desta pesquisa um maior detalhamento técnico das máquinas e equipamentos que compõem uma lavanderia de beneficiamento. Apesar de visualmente semelhante a um observador leigo, existem variações entre máquinas lavadoras e secadoras a vapor, centrífugas, no que se refere a sua capacidade de carga de processamento, medida em quilograma. Há máquinas lavadoras horizontais e frontais (usadas na lavagem e tingimento); máquina lavadora extratora para lavagem e centrifugação; centrífuga fixa basculante e centrífuga tripé. Não obstante a variedade apresentada, fixaremos nosso olhar, no momento da descrição do processo produtivo, nas lavadoras, secadores, centrífugas, entendendo-as como máquinas básicas para o funcionamento de uma lavanderia.

tonalidade azul clara). Outro efeito é o *vintage*, relacionado com o conceito de envelhecimento da peça.

Ainda dentro da produção úmida as peças são retiradas das lavadoras pelos auxiliares de lavanderia, e colocadas nas centrífugas para extração da umidade da peça via processo mecânico de torção. Por fim, é usada a secadora, para a secagem total das peças. No setor de *produção úmida* ou de *lavanderia*, os produtos químicos têm importância central no processo e, nas empresas, existe um almoxarifado para armazenamento, seleção e preparação dos produtos químicos.

Em paralelo com o setor de *produção úmida*, o fluxo do processo também pode seguir para: (2b) o *setor de beneficiamento manual de desgastes localizados ou efeitos diferenciados*. Nesse setor são executados os efeitos *used* (no qual trabalhadores aplicam com esponjas ou pistolas, um jateamento a base de areia ou com permanganato), *amassado* (obtido pelo uso de pinos e prensa térmica, em partes como bolsos e barra da calça), *bigode* (efeito que simula o desgaste do tempo com linhas horizontais na parte da frente da peça - muito usado em calças), *puído* (desfiado realizado por esmeril nas partes do bolso e barras), bem como, o efeito *lixado* (no qual os trabalhadores auxiliados por pranchas e pernas mecânicas infláveis verticais e horizontais lixam manualmente partes localizadas das peças) (SOARES; NEDER, 2010). Dos efeitos mencionados, algumas lavanderias têm adotado o trabalho manual para produzir o efeito bigode, mas têm se proliferado na região a aquisição de máquinas a *laser* para esse fim, principalmente nas unidades produtivas que compõem o chamado Perfil Empresarial.

O processo de beneficiamento se completa nos *setores de passadoria, embalagem e expedição*. Na passadoria se encontra o maior número de trabalhadores ocupados na operação manual de passar, desamassar cada uma das milhares de peças que circulam diariamente na lavanderia. Para isto, contam com prensas e ferros a vapor. No setor de expedição, após conferência da OS, que acompanhou o processo de beneficiamento, as peças são amontoadas e separadas para o apanhe dos clientes.

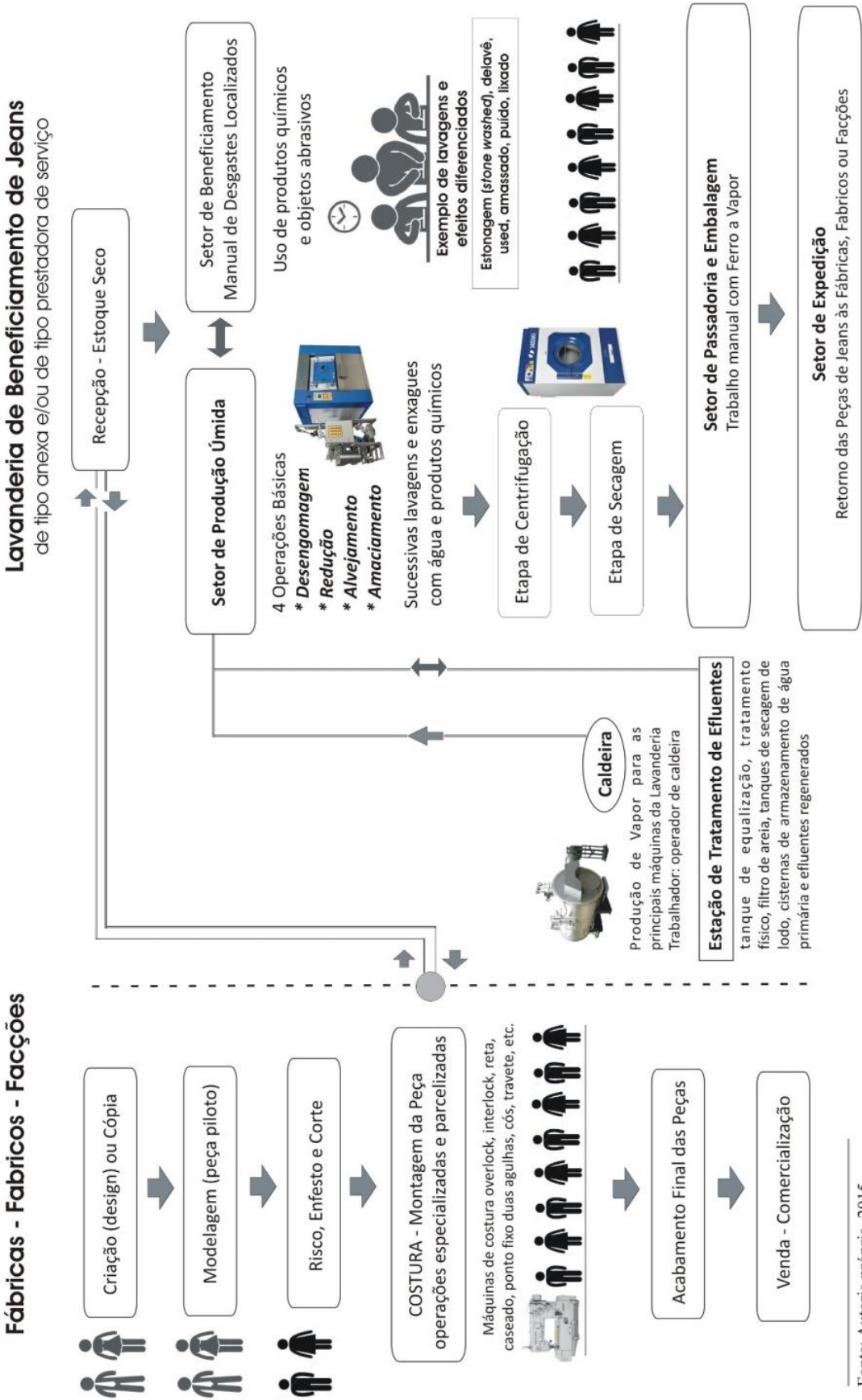
Por tal desenho das etapas de produção, percebe-se que existe, em geral, e apesar das variações, um espaço, um ambiente de trabalho para o funcionamento de uma lavanderia que compreende além dos setores acima descritos, *local da caldeira* (equipamento para geração de vapor para as máquinas); e *estação de tratamento de efluentes* (composta por tanque de equalização, tratamento físico, filtro de areia, tanques de secagem de lodo, cisternas de armazenamento de água primária e efluentes regenerados) (SILVA FILHO, 2013). Também foi possível observar, nas lavanderias mais estruturadas, áreas como salas, escritórios,

refeitórios, almoxarifados de produtos químicos, estoques de lenha, laboratórios de desenvolvimento de peças piloto para os testes dos tipos de lavagens e diferenciados.

A Figura 08, a seguir, sintetiza as etapas do processo produtivo em lavanderias de *jeans* no Polo de Confecções, considerando as conexões com os fabricos, fábricas e facções de peças *jeans*, conforme descrevemos anteriormente.

Na sequência, nas características dos perfis procuraremos evidenciar as tensões e contradições da informalidade histórica do *Polo* com as ações recentes de modernização procurando chamar a atenção para: (1) as conexões com a cadeia produtiva do *jeans* no *Polo*, (2) as mudanças trazidas para o negócio decorrentes das ações do Estado e agentes; (3) os modos de inserção das lavanderias e as diferenciações dentro do complexo de confecção da peça *jeans*.

Figura 08. Organização do Trabalho - Etapas do Processo Produtivo do Jeans no Polo de Confeções de Pernambuco



Fonte: Autoria própria, 2015.

5.1. PERFIL EMPRESARIAL INTEGRADO I

A unidade produtiva pesquisada teve início, na casa do proprietário, organizada por ele e a esposa. Era uma pequena confecção de *jeans*, sem firma legalizada, gestão improvisada, com dois trabalhadores¹⁰⁰, no bairro do Salgado¹⁰¹. Não havia uma lavanderia propriamente, visto que tingimentos eram aplicados manualmente nas peças, de caráter mais artesanal. Depois, as peças passavam pela máquina de lavar e secadora. À medida que os pedidos dos clientes foram crescendo, surgiu a necessidade de expandir o negócio. Para tanto, adquiriu-se um galpão que integrou, de forma mais estruturada, a confecção e a lavanderia. Segundo relato de uma das gerentes, o motivo para a inclusão da lavanderia foi porque “*a lavanderia é uma produção totalmente diferente, tem risco à saúde. Ele precisou montar uma lavanderia*”. Deste modo, a organização do espaço da lavanderia saiu do improviso e ficou integrada à confecção, mas em local específico. Neste momento, já em 1986, a firma foi registrada e criou-se uma marca própria para a confecção do *jeans*.

A unidade produtiva visitada constitui-se, então, como firma individual, registrada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco (JUCEPE), com capital declarado de 200 (duzentos) mil reais. O objeto social da empresa é a confecção de peças do vestuário, lavanderia e comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, conforme descrição no Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). O negócio compreende uma fábrica e 06 (seis) lojas, com registros diferentes no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Atualmente, o quadro de pessoal é composto por 120 trabalhadores, que exercem suas atividades nos setores administrativos e operacionais.

A fábrica ocupa, atualmente, uma área de 1.678 m², produz moda jovem - 60% masculina, 40% feminina - compreendendo *jeanswear* (calças, *shorts*, camisas, jaquetas, bermudas, saias, macacões, coletes) e peças em outros tecidos, tais como: malha (regatas), brim (short, calças), *cropped - top*, camisetas justas, acima ou abaixo do umbigo. No mercado há 28 anos, a empresa tem a intenção de “oferecer peças com estilo próprio e de qualidade com informação de moda” (informação verbal)¹⁰² e, para isto, produz quatro coleções por ano, buscando incorporar às peças o conceito de moda. Esta missão foi se aperfeiçoando no decorrer do tempo, visto que antes era um empreendimento de pequeno porte. A produção mensal é de 35 (trinta e cinco) mil peças em planta industrial verticalizada, cujos

¹⁰⁰ Os dois ainda continuam na empresa, sendo os mais antigos. A trabalhadora é gerente de produção da parte de costura e o trabalhador, o encarregado da lavanderia.

¹⁰¹ Bairro residencial que tem a maior concentração de lavanderias de Caruaru.

¹⁰² Declaração do proprietário em entrevista veiculada em portal de moda jeans em 2014.

investimentos têm sido mais expressivos nos setores de lavanderia - em equipamentos modernos e produtos químicos - e acabamento, visando à melhoria do negócio. Nota-se que a empresa adota uma estratégia de mercadoria fabricada por encomenda e por projeto, aplicando preços maiores na venda, ao invés da produção em massa com ganhos de escala. No entanto, como forma de enfrentamento da sazonalidade, a empresa também produz peças básicas (calças, shorts) que entram na linha de produção em escala e compõem o mix dos produtos. Estas peças são produzidas concomitante aos pedidos dos clientes.

A fábrica produz peças em *jeans* de marca própria, mas também observamos que algumas são confeccionadas sob encomenda. Nestas peças são colocadas as etiquetas com as marcas dos clientes. Uma negociação que envolve baixos custos para o fabricante e o cliente, se comparado com o preço das peças de marca própria. Não foi possível identificar o percentual de peças que recebem etiquetas de terceiros, bem como as repercussões dessa “transação comercial” no valor pago ao trabalhador e nas condições de trabalho em que aquelas peças são produzidas.

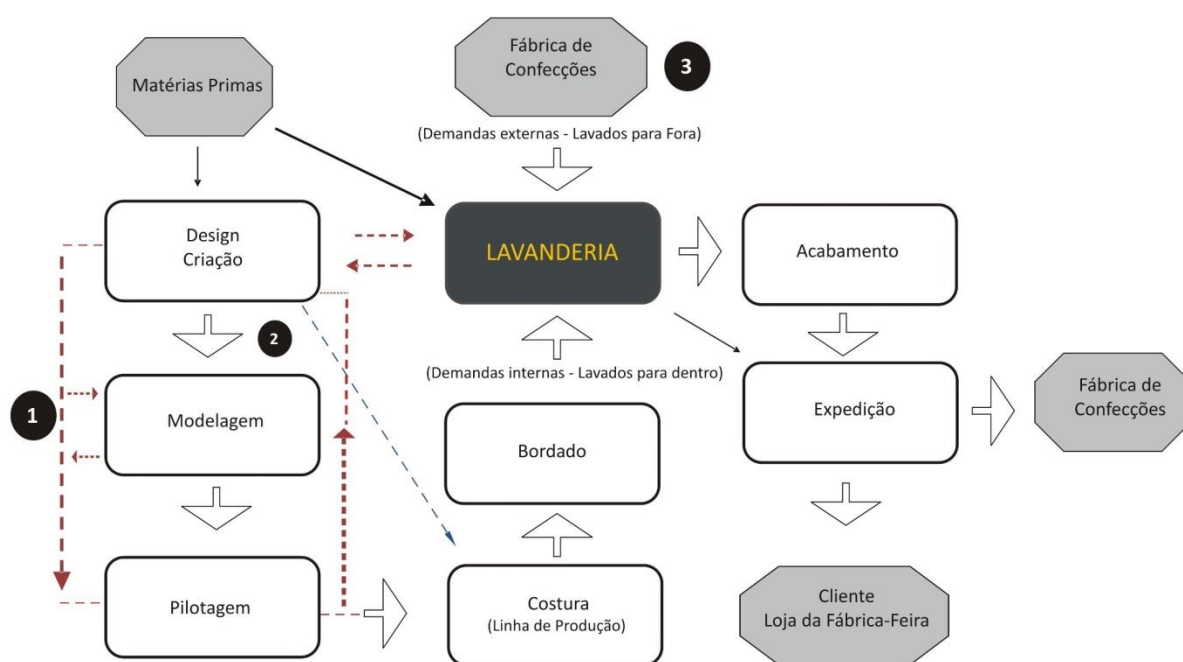
A comercialização dos produtos se realiza em lojas próprias e por meio de representantes. Na primeira situação, encontram-se 05 (seis) unidades situadas no Agreste Pernambucano, sendo 03 (três) em Caruaru, 01(uma) delas no Polo Comercial; 01 (uma) no Moda Center, em Santa Cruz do Capibaribe; 01 (uma) em Toritama. Os 16 representantes espalham-se pelo país, nos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba/Rio Grande do Norte, Piauí, Alagoas, Sergipe, Bahia e Mato Grosso para venda a atacadistas que comercializam multimarcas. A empresa há 02 (dois) anos se inseriu no mercado internacional e vende suas mercadorias para os Estados Unidos e Canadá. Outra forma de divulgação da marca é a participação em eventos, a exemplo da “Rodada de Negócios da Moda Pernambucana, que acontece em Toritama duas vezes ao ano, participamos do Caruaru Fashion Day e do antigo *Rio-à-Porter*, atual Salão Bossa Nova, além de desenvolvermos catálogos com nossos produtos”¹⁰³. A empresa também divulga suas coleções em *homepage* própria e em página no *facebook*. Diferentemente de outras fábricas e fabricos de confecções de pequeno porte que mantêm a comercialização das suas mercadorias nas feiras da sulanca e também ocupam pequenos boxes nos três polos comerciais da região, a referida empresa adota modalidade de comercialização mais afeita à lógica do mercado capitalista com lojas padronizadas e venda no mercado nacional e internacional. A participação nas rodadas de negócios também

¹⁰³ Idem nota de rodapé anterior.

confirma a sua posição de “empresa estruturada” dentro dos empreendimentos de confecções do Agreste Pernambucano.

Esta configuração nos ajuda a clarificar o modo de inserção da lavanderia no *Polo*, integrada a um mesmo espaço fabril, na medida em que a lavanderia funciona internamente como fábrica e se articula à produção do *jeans* de marca própria, lavando as peças “para dentro”. Efetua também lavagens das peças confeccionadas internamente para terceiros. Na relação com as confecções externas, também se mantém com vínculos e atua como prestadora de serviços. Nesta situação, a lavanderia pode ser enquadrada como fábrica e prestadora de serviços simultaneamente. Neste perfil, o processo produtivo é constituído das seguintes etapas, especificados na Figura 09 abaixo:

Figura 09 - Etapas do processo produtivo do Perfil Empresarial Integrado I



Fonte: Autoria própria, 2016.

De início, a fábrica de confecção contrata fornecedores para o recebimento das diversas matérias primas necessárias ao processo produtivo, conforme detalhamos na Figura 07 no início deste capítulo. Esses fornecedores, de modo geral, são externos ao *Polo*; alguns, inclusive, abriram escritórios de representação no local, e outros mantêm as vendas concentradas nas suas sedes, localizadas majoritariamente no eixo Centro-Sul. No decorrer

das etapas do processo produtivo analisaremos as conexões da empresa com os principais fornecedores.

As etapas do processo produtivo seguem dois fluxos: o fluxo 1 acontece quando as peças pilotos são desenvolvidas e testadas para a produção dos mostruários. Esta situação é comum no início das coleções¹⁰⁴, momento em que novas peças pilotos são elaboradas. Nesta fase, as peças percorrem os setores de *design/criação*, *modelagem*, *pilotagem*, *design/criação* e *lavanderia*. No final, retornam ao setor de *design/criação*, momento em que as peças são testadas e possíveis falhas são identificadas e encaminhadas para ajustes nos respectivos setores e, desta forma, torna-se um ciclo que culmina com a aprovação definitiva das peças pilotos pela diretoria. Neste momento, o fluxo 2 é acionado e o setor de *design e criação* reinicia o processo, encaminhando as peças aprovadas para as etapas de costura e subsequentes com a finalidade de compor o mostruário.

Retomando o fluxo 1, identificamos, na incursão em campo, que o processo produtivo se inicia no setor de *design e criação*, espaço físico medindo, aproximadamente, 10 m², com mesas, computadores, armários, um quadro em formato retangular detalhando o cronograma das coleções - sequência das fases e os respectivos quadros - e uma “arara” (suporte de cabides) com as peças pilotos penduradas. No ambiente, também encontramos aviamentos e pedaços de tecidos, conforme Figura 10 a seguir.

Para a confecção da peça *jeans*, a matéria-prima *denim* é comprada nos estados de São Paulo, Fortaleza, Minas Gerais e Santa Catarina, particularmente das indústrias têxteis Vicunha, Cedro, Santana Têxtil, com as quais a empresa mantém ampla conexão.

¹⁰⁴ A quantidade de peças para compor uma coleção varia, mas, em média, uma coleção é composta por 70 peças na fábrica pesquisada.

Figura 10 - Foto do Setor de *design*



Fonte - Material empírico, 2015.

Legenda - Na foto, é possível identificar as peças pilotos penduradas e amostras de tecidos logo abaixo da “arara”.

Nesse setor, onde trabalham 02 (duas) *designers* e 01 (uma) estilista, inicialmente, são pesquisadas as tendências de moda em nível mundial e nacional acessando portais específicos na rede *internet*¹⁰⁵, e participando das feiras de moda¹⁰⁶. A tendência de moda vem de fora e as *designers* não fazem a tradução para a região, no sentido de criar um produto com o estilo local, mais nordestino, ou mesmo adaptá-lo à região. A justificativa é que “o cliente não vai aceitar. Ele (o cliente) se projeta muito no que está lá fora. O que vem de fora é muito mais atraente. Ele diria, por exemplo: não é isso que está usando na novela”. Desta forma, a ideia pode também ser extraída da novela, de um comercial e se fazem adaptações, traduções para o público-alvo da empresa, conforme afirmou a *designer* ao ser indagada sobre o assunto da cópia de modelos de roupas, que é generalizada no *Polo*¹⁰⁷: “você vê a ideia e vê formas diferentes de aplicá-la pra não ficar exatamente da mesma forma. Você vê um recorte e vê uma forma de traduzir a tendência. É uma tradução”.

¹⁰⁵ Um dos portais citados foi o da *Worth Global Style Network* (WGSN), líder mundial que presta serviços de assessoria sobre análise de tendências, pesquisa em serviço de moda e estilo para as mais importantes marcas do mundo. A partir destas pesquisas é possível antever a tendência de moda com antecedência de 2 a 4 anos, definindo as cores, os estilos para as estações seguintes. Fundada, em 1997, em Londres, a sua equipe é composta por 350 especialistas de tendências em 16 escritórios em todo o mundo (WGSN, 2016). Atualmente, a sede mundial é em Nova York e as sedes regionais em Londres, Hong Kong e São Paulo, com atendimento na Europa, Oriente Médio, Ásia, América do Norte, América Latina.

¹⁰⁶ Uma das feiras citadas foi a *Première Vision* que acontece em vários países e, no Brasil, em São Paulo duas vezes por ano. A visita à feira tem a finalidade de pesquisar tecido. O tecido novo ajuda a introduzir inovação com novas cores para as peças.

¹⁰⁷ Na relação cópia-design, os cursos de qualificação do SENAI que se voltam para a formação de técnicos em *design* de moda não têm sido capazes de solucionar a questão da cópia, algo generalizado no *Polo* (PEREIRA NETO, 2013). Este assunto da cópia será retomado no próximo capítulo, seção 6.1.

Pelos relatos obtidos, observamos que o conceito de moda que se incorpora à peça se apoia em duas frentes: uma delas se aproxima mais da adaptação de tendências nacionais e internacionais, não se tratando da aplicação direta da tendência, nem tampouco da agregação de elementos da cultura local ou regional no estilo do produto. Trata-se de uma tradução. Em outra frente, os modelos são concebidos se inspirando naqueles veiculados na mídia de massa e consumidos pelo grande público. Nestes termos, podemos indagar em que medida as peças fabricadas se inserem no circuito da moda, no nível nacional ou internacional, e se os contatos com as feiras internacionais e *sites* especializados se convertem na concepção de peças personalizadas e exclusivas. Mesmo para um público disposto a pagar um valor mais elevado, parece-nos que se trata de uma cópia melhorada das peças, tendo como base as feiras internacionais, os *sites* especializados, mas também as novelas. Sob esta ótica, a inserção da mercadoria no circuito se modernizou parcialmente, mas ainda não propriamente conectado ao circuito superior da produção capitalista, nos termos de Santos (2004), de contato com grandes magazines e comercializada em feiras internacionais. Nesta situação, percebemos a conexão entre elementos culturais e econômicos no processo produtivo, indicativo de que a atividade econômica está inserida no tecido social, como nos alertaram Hart (1973) e Portes (2013) nos seus estudos.

Na sequência, é feita a análise dos lançamentos frente ao perfil do público alvo da empresa para decidir quanto à incorporação ou não da tendência às coleções, que são 04 (quatro) durante o ano¹⁰⁸. A empresa não realiza uma pesquisa de mercado sistematizada direcionada ao público alvo; é feito algo de maneira informal que se baseia na quantidade de peças vendidas/modelo nas lojas da empresa, nas vendas diretas aos lojistas feitas pelos representantes e alguns *feedbacks* avulsos recebidos de clientes, vendedores e representantes.

Depois desta fase é que se inicia, propriamente, a criação da coleção, que compreende as tarefas de desenhar os croquis - desenhos técnicos (executados pela estilista com o apoio do *software Audaces*¹⁰⁹, voltado ao segmento de confecção, nas etapas de criação e modelagem.)

¹⁰⁸ Outro aspecto que é considerado no momento de elaborar a coleção é o histórico de vendas nas lojas e por intermédio dos representantes. Os *feedbacks* vindos das lojas, dos representantes e do setor comercial contribuem para o diagnóstico do que está ou não “ao gosto do cliente”. As mercadorias que retornam para a fábrica também são indícios de que é necessário investir em novos modelos.

¹⁰⁹ A Audaces foi criada em 1992, no país, com o intuito de fornecer automação e informática industrial para diversos segmentos, notadamente o de confecções, para quem desenvolveu o *software Audaces Vestuário* (1996) e o Audaces Idea, dentre outros produtos. O Audaces Vestuário é direcionado para a atividade de modelagem e possibilita o aproveitamento máximo dos tecidos. Por meio de um programa, os encaixes das partes das peças são feitos, buscando as melhores disposições para maximizar o uso do tecido, evitar desperdício da matéria-prima, e aumentar agilidade no processo. O *software* é vendido na região do Polo e o fornecedor dá treinamento aos trabalhadores nas fábricas locais de confecção. O mesmo acontece com o Audaces Idea, que auxilia na fase da criação com a especificação dos modelos e a elaboração das fichas técnicas das peças. A concepção dos

- e criar o bordado, o aviamento, a decoração das peças - rebite, botão, etiqueta, bordado Esta fase é executada por um *designer*. A empresa, atualmente, compra os botões de indústrias brasileiras, localizadas na região Sul, sem interação com as fábricas locais. Ainda neste setor é feito o *design* de lavanderia, atividade que compreende o desenvolvimento da ficha técnica de lavanderia (definição da lavagem: especificações sobre os traçados na superfície do *jeans*, a tonalidade de lavagem), que orientará os lavadores na operação das máquinas-teste (piloto) no setor de lavanderia. A *designer* faz o trabalho de desenvolvimento (criação das lavagens) das peças que compõem as coleções para o setor de *lavanderia*. Mesmo com a formação universitária, este aprendizado de lavanderia aconteceu na prática: “você vai pegando o *feeling*”. A *designer* tem o conhecimento do que é a tendência de moda para passar para o trabalhador do setor de lavanderia. “*Eu vou até a lavanderia e digo: eu queria isso aqui, eu pensei isso [...] Eu entro com o conceito (de moda) pra passar pra ele, a tendência, mas chegar lá e fazer dentro da máquina [...]. Quem vai executar é ele. São os meninos que têm a técnica*”. As *designers* fazem também viagens para lavanderias em São Paulo para intercâmbio de informações sobre as lavagens. Mas, não há um treinamento específico e sistematizado voltado às receitas de lavagens, exceto os contatos frequentes com as empresas de produtos químicos, as quais mantêm representantes na região que divulgam novas receitas e também orientam os trabalhadores do setor de lavanderia sobre o modo de usar de forma eficiente aqueles produtos.

Depois que os rascunhos/os croquis são feitos, o *setor de modelagem* dá sequência ao processo. Em uma sala de aproximadamente 10 m², uma modelista recebe o croqui do setor de *design* com as especificações¹¹⁰ da peça piloto e lança numa base computadorizada com uso do *software Audaces*. Inicia a modelagem, fazendo o encaixe e o risco do corte de cada parte da peça piloto no computador. Dessas bases são adaptados os modelos, o que pode significar incluir um recorte, um bolso redondo. O molde é feito e impresso no *plotter*¹¹¹, que fica localizado no mesmo ambiente. As Fotos 02, 03, 04, da Figura 11, retratam este processo:

produtos Audaces está atrelada ao sistema Computer-aided design (CAD)/ Computer-aided manufacturing (CAM) e ao conceito de produção enxuta, flexível, com o mínimo de desperdício e aumento dos ganhos de produtividade. Desde 2010, a Audaces vem expandindo suas unidades dentro do Brasil, além da implantação de novas unidades em outros países da América do Sul, como a Argentina, Colômbia e o Peru (AUDACES, 2016).

¹¹⁰ As especificações incluem as medidas da peça, além do tipo de tecido e da lavagem para cálculo do encolhimento do tecido.

¹¹¹ Destina-se a imprimir desenhos em grandes proporções. Neste caso, o *plotter* faz a impressão dos moldes, em tamanho real, destacando os riscos, para posterior etapa de corte da peça.

Figura 11 - Fotos dos Instrumentos e Máquinas no setor de *modelagem*

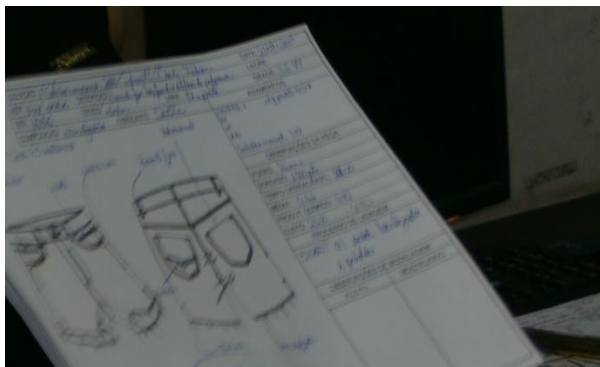


Foto 01

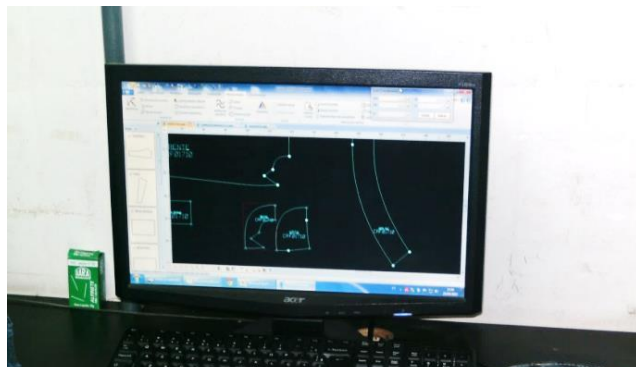


Foto 02

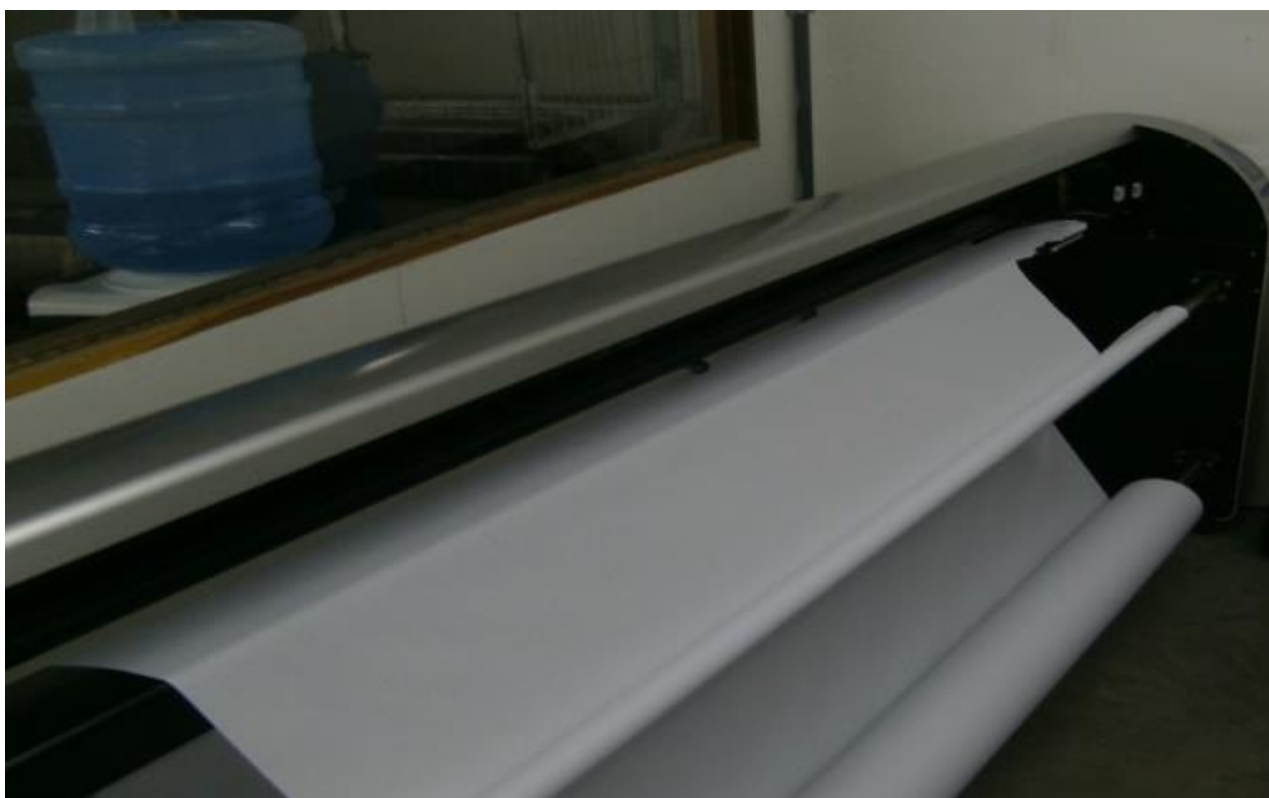


Foto 03

Fonte - Material empírico, 2015.

Legenda - na Foto 01, visualizamos o desenho do croqui encaminhado ao setor de modelagem. A Foto 02 representa o desenho dos moldes na tela do computador, com uso do *software Audaces*. Na Foto 03, o plotter de impressão, que está integrado ao Audaces, reproduzirá os moldes vistos na tela.

Após isto, uma peça é cortada pela modelista e segue o fluxo da produção podendo percorrer dois caminhos:

1. **Fluxo 1:** se for peça piloto, a peça é encaminhada para o setor de pilotagem para confecção da peça piloto completa e depois segue para o setor de lavanderia onde passará em torno de 2 (dois) dias submetida a testes sucessivos de lavagens até definir a ficha técnica de lavagem com as especificações.
 2. **Fluxo 2:** caso não seja peça piloto, as peças entram na linha de produção, seguindo para o setor de confecção (corte e costura) e posteriormente para a lavanderia e demais setores de acabamento. As peças podem ser de marca própria, podendo ser básicas ou compor as coleções; ou de marcas de terceiros, produzindo para atacadistas de confecções ou redes de lojas varejistas.
- Em ambos fluxos, as peças percorrem os setores de corte-costura e lavanderia.

No **Fluxo 1**, a peça retorna para o setor de *design/criação* (já completou uma semana desde que o croqui saiu do setor de *design*), onde será feita a customização, ou seja, introduzidos os aviamentos e realizada a prova da peça piloto nos “manequins”, que são as trabalhadoras do setor. Após conferência das medidas, se estiver tudo em conformidade, a peça piloto segue com a ficha de acompanhamento de custo para aprovação da diretoria da empresa. Se for aprovada, inicia-se a produção da coleção. Em algumas situações, a peça piloto sofre ajustes em função dos custos elevados de produção ou necessidade de maior customização. Pedidos de clientes para customização das peças chegam a 30-40% do total de peças cortadas. Ambas as situações, vêm como demandas da diretoria. A estilista ilustra: “*por isto nós fazemos a peça piloto para ver se no final ela vai ficar muito cara, se vai poder vender, se vai atender ao nosso cliente. O nosso cliente tem um valor agregado que ele só pode comprar por tanto e dentro da realidade também da diretoria*”

A coleção aprovada retorna para o setor de modelagem que vai liberar o mostruário para os representantes (vendas externas). Cortam-se 16 peças de manequim 42 (masculino) e 38 (feminino), que são encaminhadas para a pilotista e, posteriormente, para a lavanderia. A modelista nos explica a sequência: “*quando o mostruário é colocado na produção eu guardo o formulário que contém os detalhes: se a coleção é de verão ou inverno, por exemplo. Quando é emitida a ordem de corte a peça já segue com a referência, contendo siglas que indicam a lavagem*”.

Depois que o mostruário está pronto e é entregue aos representantes para a venda, a ordem de corte é emitida pelo setor de *design*, com base nos pedidos dos clientes e na reposição dos estoques das lojas. Nesta situação, o **Fluxo 2** é acionado.

O molde impresso, em tamanho “real”, é colocado em cima de uma mesa para que seja cortado o tecido. Antes deste processo o tecido é infestado, ou seja, um trabalhador alinha, manualmente, as diversas camadas sobrepostas do tecido. Após esta etapa, coloca a impressão do molde sobre o tecido e, com a ajuda de uma máquina manual, o corte das partes das peças é feito¹¹². Os trabalhadores do *setor de corte* vão distribuir as peças para o *setor de costura*.

A Figura 12 com fotos das atividades de corte, a seguir, ilustra a sequência desse processo:

Figura 12 - Fotos das Atividades do setor de corte



Foto 01



Foto 02



Foto 03



Foto 04

Fonte - Material empírico, 2015.

Legenda - na foto 1, visualizamos o molde impresso sobre as camadas sobrepostas do tecido. Nas fotos 2 e 3, a máquina de corte, cuja operação manual está em destaque. Na foto 4, podemos visualizar os cortes de partes da peça.

¹¹² Não há uso de máquina a laser para o corte. Quando indagamos sobre o investimento neste tipo de maquinário, a entrevistada nos relatou que existe a necessidade de adquirir maquinário novo, porém a crise afetou a produção com queda de 20%, o que tem retardado esses investimentos. Uma máquina a laser para corte nova custa em torno de 35 mil reais.

No setor de costura, as máquinas estão dispostas num salão amplo onde o *layout* das máquinas acompanha a sequência do processo produtivo. Há intensa divisão do trabalho entre as 50 costureiras que operam máquinas com funções especializadas nas diversas etapas da costura. São máquinas de duas agulhas, máquinas de três agulhas - overlocks, interlocks, retas, pregar bolso, máquina para passar o bolso, máquinas de riatas, máquina de braço. Mais ao fim, as máquinas para o travette, o caseado, e a máquina de bordado¹¹³. Quanto ao bordado, a criação é feita pela *designer*, com apoio do *software* Audaces, seguindo para o setor de bordado em um *pen drive*. A costureira responsável pelo serviço abre na tela, em *software* específico, o desenho, ajusta e aciona a máquina de bordado para fixar o desenho na peça.

Segundo a gerente de recursos humanos da empresa: “*cada trabalhador fica responsável por colocar uma parte da peça. E só faz aquela parte. Exemplo: trabalhador que prega bolso; trabalhador que prega riata*” (Gerente de Recursos Humanos, entrevista em out/2015). A exceção cabe à trabalhadora do Setor de pilotagem, a pilotista, que é uma costureira polivalente - receberá os cortes da peça e fará a costura completa da peça piloto, seguindo o modelo contido na ficha de costura. A Figura 13 mostra uma foto de uma máquina de costura e uma foto da máquina de bordado.

Figura 13 - Fotos máquinas de costura e bordado



Foto 01 - Máquina de Costura



Foto 02 - Máquina de bordado

Fonte - Material empírico, 2015.

¹¹³ Máquinas compradas na região e/ou em São Paulo. Uma dos fornecedores citados foi a Makital, empresa pernambucana, localizada em Santa Cruz do Capibaribe, sendo a maior distribuidora de máquinas de costura industriais e de bordado do Norte-Nordeste.

Notamos que a empresa produz em escala, mas também em pequenos lotes, alguns sob encomenda, usa tecnologia da informação e o sistema CAD/CAM para otimizar a produção, reduzir os desperdícios e aumentar a produtividade, aproximando-se da organização do chão de fábrica trazida no período da reestruturação produtiva para o país, derivada do modelo da empresa japonesa Toyota (ANTUNES, 2004; DRUCK, 1999). Nota-se que o CAD/CAM está sendo empregado na parte inicial do processo produtivo que depende de trabalho qualificado. Não se trata neste caso da automação ou robotização do sistema produtivo. Como já salientamos, a acumulação flexível de capital ensejada pelo toyotismo apresentou tensões ao encontrar, no Brasil, um parque industrial heterogêneo com indústrias tradicionais e outras dinâmicas, intensivas em tecnologia e capital. A cadeia Têxtil-Confeccção nacional foi impactada pelas transformações pós-anos 1990 e o segmento têxtil colocou o país no rol dos principais produtores de fibras naturais. Por sua vez, a organização da produção no segmento de confecção, marcada por maquinário obsoleto e trabalhadores com baixa qualificação certificada se modernizou combinando o novo e o arcaico, imbricando o moderno e o tradicional. A empresa em estudo apresenta a organização da produção marcada por essa tensão entre características que a aproximam da produção flexível e enxuta associada à divisão do trabalho e a relação homem-máquina própria do *taylorismo*.

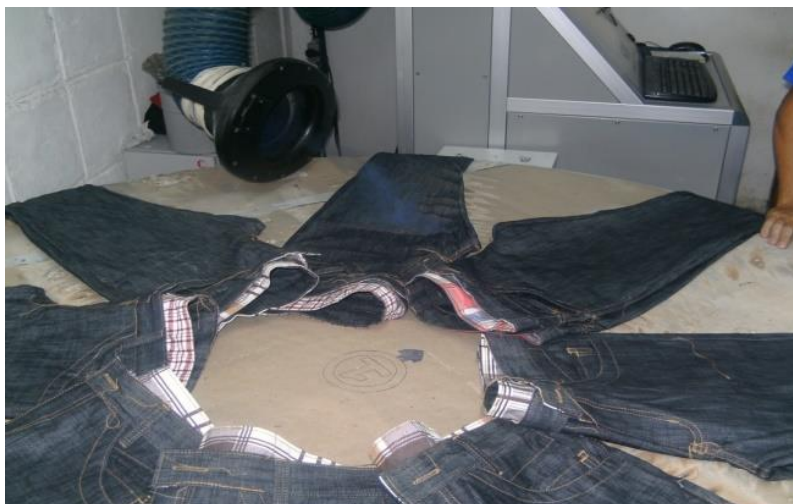
Seguindo os Fluxos 1 ou 2, todas as peças confeccionadas em *jeans*, *brim* ou *PT* (tecido Pronto para Tingir) são encaminhadas à lavanderia, que recebe também peças oriundas de clientes externos. A lavanderia integra-se à unidade fabril e as lavagens são direcionadas para a confecção própria e também para terceiros, sendo o volume maior para as peças de marca própria. Na lavanderia, as peças também seguem dois fluxos, relacionados com a sua origem, se interna, se externa, o que traz implicações para o tipo de lavagem requerida.

De origem interna, as peças que chegam para o processo de lavagem podem se subdividir em: (1) peças piloto para as coleções; (2) peças para compor o mostruário das coleções; (3) peças confeccionadas para terceiros. De origem externa, a fábrica recebe para lavagem peças de roupas oriundas de fábricas, fabricantes e facções de confecções da região.

O processo de lavagem das peças piloto para as coleções é acompanhado pelas *designers* que desenvolvem o *design* de lavanderia, ou seja, o efeito a ser aplicado na peça, a tonalidade da lavagem, conforme adaptações baseadas na tendência de moda. A primeira fase deste processo envolve aplicar efeitos na superfície da peça crua. Na empresa em observação, essa rotina é feita por operadores com uso de máquinas a *laser* com efeito tridimensional. Orientados pela *designer*, os operadores acionam a máquina com base em programação computadorizada. A produção pode alcançar 2.000 peças por dia (efeitos simples), com

trabalhadores ocupados em três turnos (24h). Os efeitos a *laser* são aplicados em mais de 70% das peças de roupas que circulam na fábrica, sejam as confeccionadas para terceiros e a de confecção própria.

Figura 14 - Foto da Máquina a laser



Fonte - Material empírico, 2015.

Legenda - Na foto observamos um trabalhador operando a máquina a *laser* para imprimir em 8 calças *jeans* o efeito diferenciado bigode, que foi desenhado em *software* específico.

No segmento de lavanderia, trata-se de uma inovação não totalmente incorporada às unidades produtivas locais. Os proprietários adquiriram a máquina mediante intercâmbio de conhecimento em feiras nacionais de equipamentos para o segmento têxtil-confecção e visitas a lavanderias no estado de São Paulo. Em relação ao maquinário na linha de produção da confecção, que está em uso há mais de 20 anos, observa-se que a inovação tecnológica foi direcionada para os setores que lidam diretamente com a agregação de valor ao produto, tais como: o *design*, com a adoção do Software Audaces, e a lavanderia, com a máquina a *laser*. A indústria de confecções, em especial, teve como característica basilar o fato de ser intensiva em trabalho e de baixa capitalização e tecnologia, cujo parque industrial brasileiro, até meados dos anos 1990, contava com máquinas de costura adquiridas na década de 1950 (GORINI, 2000; COSTA, ROCHA, 2009). Na fábrica em estudo encontramos similaridades com o segmento de confecção em âmbito nacional.

Após os efeitos tridimensionais na máquina a *laser*, as peças piloto são colocadas em carrinhos pelos auxiliares de lavanderia e adentram o setor de lavanderia propriamente dito para os testes de lavagem em máquinas de pequeno porte (máquinas de lavar menores que

comportam 10, 15 kg de roupas). Neste momento, como se trata de peça piloto, a *designer* interage diretamente com o encarregado de lavanderia e o lavador sobre os efeitos planejados para a peça. Os testes são iniciados, após colocação dos produtos químicos específicos em compartimento da máquina para esta finalidade. A fábrica dispõe de almoxarifado de produtos químicos onde se encontra um auxiliar que “despacha” os produtos químicos nas dosagens requeridas pelos lavadores e/ou auxiliares de lavanderia. Apesar de termos observado certo controle na manipulação e liberação dos produtos químicos, no setor de lavanderia, os vasilhames de acondicionamento estavam dispostos “livremente” em mesa improvisada, sem organização no chão de fábrica, comprometendo o isolamento do produto químico tóxico. A Figura 15, a seguir, ilustra a situação relatada:

Figura 15 - Foto de Produtos químicos no setor de lavanderia



Fonte - Material empírico, 2015.

Legenda: a foto acima oferece uma visão geral do setor de lavanderia, com destaque para 03 máquinas de lavar (na cor verde) à esquerda e, ao centro da foto, produtos químicos dispostos sobre a mesa.

Após testes sucessivos, na parte molhada, padroniza-se a receita de lavagem para cada peça piloto. As 70 peças da coleção permanecem na lavanderia, em média, durante duas semanas para a execução do *design* de lavanderia. De acordo com a experiência no desenvolvimento de lavados, por parte dos trabalhadores do setor, este tempo de “testes” pode ser reduzido. A empresa visitada mantém fornecedores de produtos químicos de qualidade sofisticada (*e.g* Produtos da Hi Tech), que emitem formulários padronizados com as receitas

de lavagens, ou seja, os modos de fazer os efeitos nas peças, com as instruções específicas sobre o tipo de produto a ser aplicado e as quantidades necessárias.

Como dissemos anteriormente, ao beneficiamento das peças piloto por meio das lavagens sucessivas, muitas vezes, associam-se efeitos manuais, os chamados diferenciados. 12 trabalhadores se dividem na operação manual com uso de lixas e pinos nos diversos desgastes e também aplicação de resinas e produtos químicos com auxílio de esponjas ou pistolas. Mesmo nos referindo, neste momento, ao percurso que a peça piloto (de origem interna; compõe as coleções) segue nos setores de produção úmida (lavanderia) e diferenciado, as lavagens sucessivas e a aplicação dos efeitos manuais se voltam para as peças cruas confeccionadas para terceiros e também as que vêm das fábricas, fabricos e facções para a lavanderia e o diferenciado. No momento em que observamos a unidade produtiva em questão, identificamos alguns trabalhadores aplicando efeitos manuais nas peças, a exemplo de lixados, pistolas com permanganato. De modo geral, baseado nos relatos da gestora que nos acompanhou na visita e nas observações diretas, pudemos verificar que as lavagens mais utilizadas são *used* (envelhecimento), bigodes tridimensionais e também amaciados.

Após estas etapas, os auxiliares de lavanderia retiram as peças das máquinas de lavar e colocam-nas na centrífuga durante 10 minutos, em média. Após esta operação, seguem para os secadores para a retirada total da umidade das peças. Arrumadas em carrinhos, as peças secas são direcionadas para o setor de passadoria onde 04 passadores, posicionados lado a lado, trabalham em ritmo intenso para desamassar uma calça *jeans* em 25 segundos com apoio do ferro industrial a vapor sobre uma base/mesa em formato retangular.

Ao fim da última fase, as peças piloto seguem para o setor de *design*, com as respectivas descrições sobre os tipos de lavagens, os efeitos diferenciados e os custos e despesas correspondentes às fases do beneficiamento da peça (*e.g.* produtos químicos, energia, água e força de trabalho).

Chegando ao *design*, são realizadas as provas das peças e acrescenta-se o acabamento final (miçangas, pedras, botões), caso se aplique. Em seguida, são encaminhadas para a diretoria, que aprovará os custos totais para a liberação do mostruário da coleção. Nesta situação, a lavanderia recebe as peças cruas, confeccionadas na própria fábrica e sem os acabamentos finais, acompanhadas da “ficha de lavagem” onde consta a especificação das lavagens e dos efeitos manuais requeridos, conforme detalhamos há pouco. Todas as peças (mostruário das coleções; fabricação interna para terceiros; peças vindas de terceiros); percorrem os setores de produção úmida e efeito diferenciado com etiqueta especificando o tipo de beneficiamento. Depois, centrífugas, secadores e ferros a vapor são acionados por

lavadores, auxiliares de lavanderia e passadores, respectivamente, para a conclusão da fase de beneficiamento da peça *jeans*. Vale destacar que a eficiência do processo produtivo depende da caldeira para gerar vapor direcionado ao funcionamento dos secadores e ferros. Na fábrica pesquisada, junto ao setor de lavanderia, num espaço separado, com alguma ventilação e contato com a área externa do galpão, está localizado o operador de caldeira, que manipula a caldeira, um dos equipamentos imprescindíveis para o funcionamento de uma lavanderia. A caldeira é movida a lenha de algaroba, madeira certificada e permitida pelo IBAMA, que se amontoa na área externa próxima à caldeira. A unidade produtiva se encontra instalada no Distrito Industrial de Caruaru, conforme determinação do MP-PE em 2012. A unidade foi construída em terreno cedido pela Prefeitura de Caruaru.

Um operador concentra as suas atividades na estação de tratamento de efluentes, que se localiza em terreno anexo à fábrica cujo projeto foi desenvolvido pelo ITEP, por ocasião dos Projetos Lavar sem Sujar e Selo Verde. Os resíduos da estação de tratamento de efluentes são recolhidos semanalmente na participação que a empresa estabelece com a ALC. Parte dos retalhos de *jeans* são doados para projeto desenvolvido pelo SEBRAE junto à associação de artesãos no Alto do Moura.

No final do processo produtivo, 10 trabalhadores ocupam o espaço do acabamento fazendo as embalagens das mercadorias, após recebimento das peças vindas das facções que “tiram o pêlo”. A externalização dos processos em pequenas facções acompanha a origem do *Polo* e também se faz presente na unidade em questão¹¹⁴. Dois conferentes imprimem as etiquetas com os códigos das mercadorias e guardam no depósito com a identificação dos clientes para posterior expedição.

5.2. PERFIL EMPRESARIAL INTEGRADO II

“Eu comecei muito novo, com 9 anos de idade, vendendo passarinho na feira. Arrumava alguma coisa pra ganhar dinheiro e ajudar em casa. Mamãe sempre dizia: esse aí vai ser comerciante” (Gestor 06, entrevista em 13.07.14).

¹¹⁴ No processo histórico que deu origem ao *Polo*, pudemos perceber que a atividade de confecção (corte-costura) já nasce parcelada nas relações sócio-produtivas entre os fabricos e as facções. Os confeccionistas, em geral, visando ao aumento da produção e barateamento do valor da força de trabalho faziam “contratos” (acertos informais) com costureiras da zona rural entregando-lhes, muitas vezes, os insumos (e.g tecidos) e o maquinário (i.e máquina de costura) para uma produção “x” de calças *jeans* (Gestor 02, entrevista em 29.08.12).

A unidade produtiva em estudo está atravessada pela trajetória laboral do proprietário que atua no segmento de confecção desde os anos 1980.

Durante a entrevista, nos foi relatado que o envolvimento com a atividade se deu de forma paulatina e com muito aperto financeiro. De vendedor comissionado de confecção passou a fabricar calção de brim. Comprava o brim e os aviamentos, cortava as peças e subcontratava facções de costura, seguindo uma prática da região. Depois, saía vendendo a mercadoria. Em 1986, com a ajuda de um amigo, recebeu aporte de capital para abrir uma pequena fábrica de confecção, com maquinário inicial constituído por cinco máquinas de costura e produção voltada à camisa social. A empresa, mesmo legalmente constituída, vivenciava a informalidade na organização dos seus processos, com presença do núcleo familiar na gestão do negócio e na execução do trabalho, assim como do improvisado na gestão do trabalho com a presença de trabalhadores informais.

O negócio prosperou e a produção de camisa social chegou a atingir mil peças por dia com a força de trabalho de 60 costureiras. O plantel de máquinas já não era o mesmo. O seu relato segue nesta direção: *“comecei com camisa de botão, botei meu irmão pra trabalhar comigo. Trabalhava dia e noite. Cheguei a fazer mil camisas por dia com 60 costureiras. Vendia pra feira da Sulanca”* (Gestor 06). Após mais de 5 anos atuando com a camisaria, teve perdas financeiras importantes, em meio à crise econômica que assolou o país na década de 1990. Direcionou o negócio para a produção de roupa *jeans*, influenciado pela experiência com o brim. Abandonou a estrutura física anterior e recomeçou “quase do zero” fabricando em fundo de quintal, usando o espaço do próprio domicílio e a força de trabalho sem registro formal em carteira. A produção se concentrava em roupa masculina com destaque para bermudas *jeans*. Nos anos 1994, a firma anterior foi cancelada e o novo negócio seguiu, mantendo-se na informalidade.

Em 1999, o negócio tomou novos rumos e a unidade produtiva passou a funcionar em outro endereço, não mais em domicílio, mas em instalação fabril, legalizada, que foi se ampliando desde então. Até aquele momento, a lavagem das peças era encaminhada para lavanderia local, onde se faziam lavados simples, sem o conceito do beneficiamento do *jeans*. Segundo o entrevistado, *“não existiam lavanderias profissionalizadas. Mandavam fazer um tambor com os mecânicos locais, mas não tinham máquinas de lavar profissionais”*. Percebendo que havia espaço para outras lavanderias, decidiu investir no segmento e integrou a lavanderia à confecção do *jeans*. O foco da lavanderia era a confecção própria, mas principalmente a prestação de serviços para terceiros. Em virtude do aporte de capital ser maior para “montar” uma lavanderia, buscou recursos no Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que até hoje mantém uma linha de crédito denominada Finame, destinada ao financiamento de longo prazo para aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional.

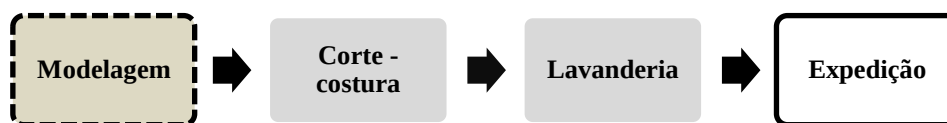
A “nova” fábrica foi crescendo, produzindo 1.000 calções por dia e a lavanderia contava com 37 trabalhadores com vínculos formais e informais. O Proprietário começou a focalizar o negócio na construção da marca própria de *jeans*, inclusive com o registro junto ao INPI. Mas, como as peças fabricadas eram produzidas para venda direta a atacadistas e a consumidores, no modelo de pronta-entrega e não por encomenda ou coleção, como detalhamos no Perfil Empresarial Integrado I, começou a haver o problema da falta de comprador. Em busca de alternativas para sanar a equação super produção-redução de compradores, no final dos anos 2000, o Proprietário firmou contrato de exclusividade com empresa de renome nacional do varejo de confecções e reduziu a produção de confecção da marca própria, drasticamente, uma vez que não vinha conseguindo imprimir um ritmo nessa produção. Durante a entrevista, foi-nos relatada a intenção de fabricar também peças de marca própria; algo em torno de 10 mil unidades mensalmente.

O contrato assinado com a varejista insere a empresa no complexo da cadeia produtiva de confecção na condição de terceirizada da atividade fim. Esta tem sido uma estratégia usada em larga escala para externalizar etapas do processo de confecção, que é mais intensivo em mão de obra. Segundo Castells e Portes (1989), cadeias empresariais globais têm se utilizado desta produção em moldes flexíveis com a intenção deliberada de redução de custos. Neste sentido, a empresa contratante vai em busca de regiões onde haja o barateamento de custos, notadamente da mão de obra. A terceirizada-contratada faz a confecção de toda a peça e coloca a marca do cliente-contratante fornecida por este. Um exemplo desta prática é o que vem acontecendo no segmento de calçados (*e.g* Nike) com a subcontratação de trabalhadores informais para a produção descentralizada.

O que observamos em campo é que as roupas confeccionadas para a contratante passam a ser o “carro chefe” da fábrica, ocupando as máquinas e os equipamentos nas diversas fases da confecção da peça e também na etapa de beneficiamento do *jeans*. Os pedidos variam de 7.000 a 8.000 peças para cada um dos variados modelos direcionadas à moda *jeans* feminina e masculina. Um total de 22.000 peças produzidas por mês, com expectativa de ampliação para 40.000 unidades. As etapas do processo produtivo¹¹⁵ seguem fluxo específico, conforme a Figura 16:

¹¹⁵ Durante a visita a esta fábrica não foi permitido o uso de máquina fotográfica. Neste caso, buscaremos descrever o processo produtivo com alguns detalhes de forma a introduzir o (a) leitor(a) no ambiente em estudo.

Figura 16 - Processo produtivo de fluxo específico



Fonte – Autoria própria, 2016.

Primeiramente, os rolos de denim comprados diretamente da Santista Têxtil se amontoam próximos ao setor de corte. De posse da modelagem definida previamente pela contratante, um trabalhador faz o corte no tecido com auxílio de máquina específica (semelhante à Foto 02 da Figura 12, na seção anterior). Daí, as partes das peças seguem para a linha de produção da costura, que ocupa amplo salão, no primeiro andar do prédio da fábrica, com 60 máquinas de costura diversificadas (*i.e* overlock, interlock, reta, casadeira, galoneira, travete etc.), cuja disposição operador-máquina acompanha a sequência do processo produtivo na fase da confecção.

Durante a visita, observamos que o maquinário, mesmo composto por algumas máquinas de costura antigas, apresenta bom estado de conservação, em função da manutenção minuciosa que é coordenada pelo proprietário periodicamente com o auxílio de mecânico local que presta serviço desta natureza. Uma novidade no processo produtivo foi a incorporação da máquina eletrônica de pregar bolso traseiro, cuja operação deu mais agilidade à confecção das calças tendo em vista os prazos e a qualidade do produto exigidos pelo varejista.

Na operação das máquinas, 50 costureiras devidamente uniformizadas e algumas com uso de protetores auriculares executam as montagens das peças, o caseado, as bainhas, enquanto 3 auxiliares se dividem no salão para transportar as peças de uma máquina para outra, pegar linha ou qualquer outra atividade de auxílio às costureiras de forma que elas mantenham o ritmo de trabalho e a produtividade.

O processo produtivo segue dois fluxos, o de número 1 está voltado para as peças da contratante (contrato de exclusividade) e o segundo, para as confecções de marca própria. As peças de terceiros têm sido o carro-chefe da produção e as peças de marca própria são confeccionadas em pequenos lotes, quase que num processo experimental, de testes de lavados e colocação de acabamentos específicos (botões, rebites, miçangas, dentre outros).

Neste sentido, o fluxo produtivo que detalharemos priorizará a confecção de marca própria, seguindo as nossas observações em campo.

As peças saem da produção (confecção) e seguem para a lavanderia, que está organizada em amplo galpão, onde 20 trabalhadores ocupam os postos de trabalho nas atividades de lavagem e efeitos diferenciados das peças. O maquinário básico da lavanderia é reduzido, pois no momento da visita a prestação de serviços de lavagem para terceiros estava paralisada em função da reforma porque passava o setor de lavanderia, mas também em função do controle acirrado da produção e da qualidade dos lavados pela contratante, impedindo qualquer rotina paralela que pudesse dispersar a produção.

Na nossa observação, identificamos 2 máquinas de 15 kg para testes nas peças piloto, 3 lavadoras, sendo uma delas de 200 kg, 2 secadores e 1 centrífuga. Em espaço ao lado também localizamos o setor de diferenciado, que explicaremos mais à frente. A passadoria, etapa final do acabamento da peça está localizada próxima ao salão da costura, onde 6 passadores executam o serviço e, na sequência, 2 conferentes checam a quantidade de roupa, conforme ordem de serviço vinda da contratante. Neste setor, colocam-se as etiquetas e as roupas são ensacadas para expedição.

Para as peças de lançamento da contratante, as máquinas de lavar piloto são acionadas pelos dois lavadores para os testes da peça piloto, anteriores ao início da lavagem em grande escala. Quanto às peças de marca própria, os pilotos também são feitos nas duas máquinas de teste. O encarregado da lavanderia acompanha todo o processo e detém o conhecimento do processo de lavagem (dosagem de produto químico e receita para cada tipo de lavado).

Diferentemente da unidade produtiva da seção 5.1, a empresa não possui nos seus quadros designers e estilistas para a criação das peças e elaboração do *design* de lavanderia. O proprietário optou por contratar informalmente estilista de moda e técnicos em lavados e diferenciados, todos vindos de São Paulo. As receitas dos lavados também são incorporados ao processo produtivo a partir do conhecimento adquirido nos testes com a peça piloto para a contratante.

Dentro do leque de beneficiamentos no *jeans*, os tipos mais demandados são o amaciado (lavagem simples com uso de desengordurante para retirar a goma da peça para posterior aplicação de produto para dar maciez ao toque) e o *used*, em que 4 esponjadores fazem o serviço de aplicação de permanganato em partes específicas da peça para, na sequência, serem processadas em máquina de lavar dando a aparência de *jeans* desbotado.

Das peças lavadas, 90% são *jeans* e se destinam ao *used* e 10% em tecido brim, seguem para o amaciado¹¹⁶. Na fase final de lavanderia, as peças passam por centrífugas e secadores, concluindo na passadoria. Após isto, as peças seguem para o setor de acabamento para colocação dos botões e fixação das etiquetas (estas vêm da contratante) e, por fim, o setor de expedição onde as peças serão embaladas (as embalagens também vêm da contratante) - estas últimas etapas seguem o fluxo rotineiro em todas as unidades produtivas pesquisadas. Caso se trate de confecção própria, nesta fase do processo, a peça é encaminhada para as facções de acabamento manual, para colocação dos botões, rebites, miçangas etc.

Esta prática da subcontratação também foi encontrada na unidade produtiva de Perfil Empresarial Integrado I e integra o complexo de produção no Polo, o que inclui a confecção do *jeans*, conectando essas unidades às demais da região, compondo um arranjo interorganizacional. Este tipo de arranjo também é comum a outros polos de confecção brasileiros, como os de Cianorte e Jaraguá por meio da subcontratação de facções para a costura da peça, e a fase do aprontamento, e subcontratação de facções masculinas para a atividade do diferenciado (LIMA, 2009; VILLASBOAS, 2015).

No momento em que realizamos a pesquisa, a fábrica estava passando por reforma significativa e a nova área ocupada totalizaria 3.200 metros quadrados, após a conclusão da obra. A ampliação foi viabilizada pela aquisição de um primeiro terreno, ao lado da unidade original, e depois mais dois na lateral, comprados paulatinamente, sendo esta uma prática comum na região e nas unidades produtivas localizadas na zona urbana de Caruaru. A reforma estava completamente direcionada à lavanderia, com ajustes nos postos de trabalho, bem como instalação de máquinas e equipamentos. Tratava-se de ações de adequação para o cumprimento do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental acordado e assinado entre o Ministério Público e o representante da empresa (MP-PE, 2012), que impunha a regularização do negócio no âmbito ambiental, que combinou o cumprimento de cláusulas exigidas legalmente com algumas adaptações por parte do proprietário com a intenção de aumentar a eficiência do processo produtivo. A reforma seguia na direção de implantar:

- (1) O depósito de produto químico para guarda, dosagem e liberação dos produtos químicos para os lavadores, com a mesma utilidade do que vimos na seção 5.1;

¹¹⁶ Na ocasião da pesquisa, a unidade produtiva não funcionava como prestadora de serviços de lavagem, mas o proprietário tinha a intenção de abrir a lavagem “para fora”.

- (2) A Estação de Tratamento de Efluentes com funcionamento automático. A ETE já existente estava passando por uma reforma para viabilizar o aproveitamento da descarga da caldeira que seguia para a rede fluvial, até então:

como a pressão da descarga da caldeira é grande, decidi colocar o cano com a descarga da caldeira dentro do tanque de equalização, pois a cada 1 minuto, mais ou menos, passa 3 ou 4 segundos soltando a descarga com a pressão. Ela vai ser usada para limpar o fundo do tanque. A bomba puxa, sobe para o floculador, que é onde sobe o produto químico junto com a água suja. Aí vem para o decantador. Continua rodando. No que continua rodando, o lodo vai assentando e a água limpa vai ficando em cima. O produto químico separa o lodo da água. A água limpa desce por um tubo e passa por um filtro de areia e sai bem alva (Gestor 06).

Durante a observação direta em campo e a explicação do proprietário sobre a assinatura do TAC, percebemos o exercício da criatividade e da invenção na organização do processo produtivo, sendo esta uma prática habitual nas unidades produtivas do *Polo*, que as remetem às estratégias de sobrevivência no início do negócio, principalmente em decorrência da baixa capitalização ou orientados pelo cálculo econômico racional.

Na estação de tratamento primário tem havido um reaproveitamento de 50% da água, mas a expectativa é de ampliação dessa margem. Num período de 6 meses à frente, com a instalação da estação de efluentes secundária, será removido todo o produto químico da água e reaproveitado 100% da água no processo produtivo. E o lodo que fica no adensador vai para o leito de secagem e a cada 15 dias um carro da empresa Lockar recolhe o material e leva para incineração. Como vimos no Capítulo 4, este serviço de recolhimento do lodo é prestado pela Associação de Lavanderias de Caruaru (ALC) que reúne as diversas lavanderias para que a coleta do lodo seja feita em uma única viagem visando ao barateamento dos custos para os associados.

Na reforma da fábrica, também houve mudanças no setor de diferenciado, onde se faz o *used*. Quatro cabines foram construídas para a execução do trabalho por 8 pistoladores (dois em cada cabine). No fundo de cada cabine, na parte superior, um tanque liberará cortina de água com produto neutralizador do permanganato. Assim que o trabalhador acionar a pistola e o jato entrar em contato com a cortina d'água, o produto químico já estará neutralizado. E ao fundo, dois exaustores sugarão as partículas de permanganato que estiverem suspensas no ar. Uma das cabines já se encontra em teste com 1 trabalhador usando a pistola. O investimento foi de 44 mil reais nas 8 pistolas mais o equipamento acoplado que regula a pressão e o raio do jato. Nestas situações, um mecânico já habitual ajuda na manutenção das máquinas e equipamentos, além das adaptações necessárias.

Outra novidade no setor de lavanderia é a aquisição de máquina a *laser* para fazer os bigodes em substituição ao trabalho manual com uso de lixas. Além de maior eficiência, a máquina a *laser* contribui também para a redução do consumo de água, que é o principal insumo dentro da lavanderia.

São soluções, invenções, adaptações técnicas voltadas para a busca de alternativas a entraves, problemas, descontinuidades no processo produtivo. Produção que não pode cessar, sob pena de fortes penalidades aplicadas pela empresa contratante, visto que o contrato é rigoroso na qualidade e quantidade do produto, assim como no cumprimento dos prazos de entrega, impondo a manutenção do fluxo intenso de produção, sem gargalos ou interrupções.

Neste sentido, o proprietário nos mostrou um almoxarifado de peças de reposição para todas as máquinas e equipamentos da fábrica. Almoxarifado que se iniciou depois de uma situação de embaraço na entrega de pedido com a quebra de uma das máquinas. Este “estoque caríssimo”, nas palavras dele, mas necessário, não o conecta aos fornecedores locais. As peças são compradas em São Paulo.

Para as peças de marca própria, outro insumo são os botões, usados na fase de acabamento. Os botões também eram comprados diretamente da fábrica, mas a quantidade mínima exigida pelo fornecedor para a compra (2.000 botões) e a pequena variedade no produto impôs limitações ao Proprietário, que passou a comprar botões chineses em lojas varejistas, no bairro do Bom Retiro (São Paulo), atendendo nos quesitos variedade e preços baixos. Em média, são compradas 200 unidades de cada tipo de botão.

Outras conexões com os fornecedores nacionais residem na aquisição da matéria-prima *denim*, comprada diretamente da fábrica têxtil Santista. Desde o início do negócio, no final dos anos 1980, sempre optou por comprar diretamente da fábrica. As vantagens apontadas pelo entrevistado foram o preço, a facilidade de pagamento, por meio de crédito, e a variedade dos tecidos. Esta condição de compra foi bastante facilitada em função de ter constituído a empresa formal, permitindo o trânsito junto ao atacadista de tecido. Este é um ponto de diferenciação para outras fábricas ou mesmo fabricos e facções da região, que usam do crédito pessoal e da camaradagem para negociarem a compra dos insumos junto a atacadistas de tecidos e/ou representantes das grandes tecelagens, que foram se instalando, na região, principalmente em Santa Cruz do Capibaribe.

5.3. PERFIL EMPRESARIAL PARCIAL

“A lavanderia é quase que um outro negócio dentro da confecção. Resolvemos separar a lavanderia da confecção” (Gestor 02, entrevista em 29.08.12)

As lavanderias do Perfil Empresarial Parcial se caracterizam por possuir vínculos produtivos diretos com a fábrica de confecção, ou seja, relações interempresariais e societárias, que compõem os negócios de um mesmo grupo familiar. Encontramos esposas e maridos; irmãos, pais e filhos dividindo a responsabilidade jurídica, a gestão do negócio e o trabalho. Nas nossas observações diretas, identificamos algumas lavanderias deste perfil, que já funcionaram anexas à confecção, numa mesma planta fabril, como as que caracterizamos, nas seções anteriores, e separaram a etapa da lavagem posteriormente. Este movimento de integrar e separar o serviço foi relatado pelo Gestor 02, que abriu sua lavanderia em 1989:

Quando a gente colocou a lavanderia foi pra atender a nossa produção, não era pra terceiros não, mas a lavanderia tem esse contexto: você põe a lavanderia e tem que ser maior que a sua necessidade. Aí a gente abriu pra outras pessoas. Apareceram clientes rapidamente e perdura até os dias de hoje porque a gente tem a confecção, temos a confecção, que é cliente da lavanderia, a gente trata como cliente. O meu irmão toma conta da confecção e eu tomo conta da lavanderia, mas a gente é tratado como cliente mesmo e tem os outros. Nós temos 25 clientes na lavanderia.

Chegou um momento que a confecção e a lavanderia juntas a gente viu que não era interessante. As coisas se complicavam, se misturavam. Aí fizemos um outro endereço pra confecção. Ficaram duas empresas. A confecção se deslocou e a lavanderia ficou. A gente achou que aqui era mais interessante pra lavanderia. Não tinha nenhuma residência aqui. E a confecção foi lá pra aquela parte da avenida. A gente colocou a confecção mais perto do cliente (Gestor 02, entrevista em 29.08.12).

No exemplo apresentado, percebemos que existe a externalização do serviço, ou seja, a terceirização para o confeccionista, mesmo sendo “de casa”. Outros proprietários já montaram a lavanderia com funcionamento em unidade fabril separada. Essas situações observadas nos parecem próximas do processo de flexibilização recente - subcontratação e terceirização - adotado pelas empresas, após os anos 1990, e destacado por vasto material bibliográfico (Cf. DRUCK, 1999, 2011; LEITE, 2011, ANTUNES, 2004; SANTANA, 2005). No entanto, no nosso modo de ver, estas evidências precisam ser “testadas” ao longo do diálogo com o material empírico, de modo a confrontá-las com o processo histórico de formação da região imerso na informalidade, que desafia o padrão moderno, racional, capitalista.

Neste Perfil Empresarial Parcial, pesquisamos uma lavanderia independente que foi incorporada ao negócio de confecção em 2011. A fábrica de confecção já existia desde 2006, criada por iniciativa de empresário local e da esposa, constituindo-se como pessoa jurídica no mesmo ano e situada em Toritama. A confecção produz moda feminina e masculina em *jeans* (calças, bermudas, shorts, camisas, saias), fabricando em torno de 100 mil peças por mês. Na empresa, estilistas trabalham na criação do conceito de moda para as coleções. A estrutura de vendas diretas (atacado e varejo) comporta uma loja da fábrica em Toritama, próxima ao Parque das Feiras, uma loja em Santa Cruz e uma outra mais recente em Recife. A fábrica emprega 100 trabalhadores diretos nas áreas de produção e nas lojas, além de subcontratar fábricas na etapa de produção. Esta é mais uma evidência da “informalidade do formal”, que na região persiste, como já apontado por algumas pesquisas citadas anteriormente (SEBRAE, 2013; VÉRAS DE OLIVEIRA, BRAGA, 2014; ZANATTA, 2014). Vamos adentrar na lavanderia para analisarmos como a informalidade do Polo se espraia para a cadeia produtiva.

Acompanhando as relações sócio produtivas entre os municípios de Santa Cruz, Toritama e Caruaru, a lavanderia foi aberta em Caruaru. Desde então, passou a usar amplo galpão onde funcionou lavanderia em regime de cooperativa durante quase 10 anos. Por meio de contrato de arrendamento¹¹⁷, as instalações físicas e 50% do maquinário foram totalmente aproveitados. Outras máquinas, a exemplo da máquina a *laser*, foram compradas, trazendo inovação tecnológica ao processo produtivo. A decisão em concentrar as lavagens das peças de roupas das coleções em lavanderia própria decorreu de problemas enfrentados junto às 6 lavanderias terceirizadas¹¹⁸. A descentralização ocasionava qualidade “péssima” da lavagem, atraso na devolução das peças, dentre outros motivos, que o entrevistado nos revela:

Tem essa roupa aqui com pressa, na lavanderia não vão me entregar. Atrasava. Aqui tem a qualidade que eu quero, ninguém copia, eu tenho o controle, saem as roupas que eu quero e no prazo que eu quero. Como o volume estava grande lá, alto, eu disse (ao sócio): vamos reduzir o volume de roupa, vamos agregar valor, vamos trabalhar menos e lucrar mais e ter menos dor de cabeça. Aí foi caindo o volume de roupa e foi aumentando a qualidade e foi agregando valor. Hoje (2014) lava cerca de 60 mil peças/mês. 60 mil peças só dele, com valor agregado (Gestor 05, entrevista em 13.07.14).

Nota-se que o tema da cópia da peça vem à tona e vai se aprofundando. No caso específico do *jeans*, a cópia remete diretamente ao beneficiamento da peça, que acontece

¹¹⁷ Contrato de arrendamento com aluguel de 30 mil reais.

¹¹⁸ Notamos, após as várias entrevistas realizadas, que é comum as fábricas, fabricos e fábricas de *jeans* descentralizarem a lavagem das peças, distribuindo-as para várias lavanderias, de forma a garantir a devolução da roupa no tempo necessário para seguir para a venda, reduzindo os riscos da não entrega; assim como, negociar menores preços principalmente para os lavados mais simples.

dentro das lavanderias. Em geral, os fabricantes de confecções levam peças prontas de outros confeccionistas para as lavanderias e dizem: “eu quero uma peça igual a esta”. Nestas situações, quando a lavanderia não possui, nos seus quadros, trabalhadores com qualificação certificada que criam o *design* de lavanderia e dominam as técnicas de beneficiamento da peça, a relação com o cliente que traz o modelo da peça e solicita a cópia funciona como uma espécie de treinamento informal do trabalhador, em que ele vai aprendendo na prática, no método da tentativa e erro, resultando num “saber fazer”.

Na unidade produtiva, 80 a 90% da lavagem é para a confecção de marca própria (lavagem “para dentro”), mas ainda opera com lavagens “para fora”. A empresa tem passado por transformações, como relatado acima, no sentido de introduzir novos beneficiamentos, que agreguem valor à peça, principalmente a “de dentro”. A importância da lavanderia no incremento de valor dentro da cadeia produtiva do *jeans* é elevada: *“hoje uma peça chega na lavanderia confeccionada no valor de 20 reais, pronta. É o valor dela lá de tecido, linha, mão de obra. Se for bem trabalhada, sai da lavanderia custando 80 reais, 100 reais”* (Gestor 05).

Para atingir tamanho valor agregado e possibilitar a penetração das peças de marca própria em mercados mais rentáveis, o investimento em beneficiamentos têm priorizado os efeitos diferenciados, que são aqueles aplicados manual ou mecanicamente, ainda muito intensivos em trabalho. Durante a nossa visita às instalações da fábrica, percebemos que a empresa vem priorizando a mecanização das etapas do processo produtivo, principalmente na fase de aplicação dos efeitos diferenciados, como veremos mais à frente, com a introdução da máquina a *laser* para substituir a aplicação manual do efeito bigode.

Ao adentrarmos à fábrica, percebemos de imediato a pujança da unidade produtiva, que funciona em amplo galpão, iluminado, com saídas de ventilação, placas de sinalização, numa estrutura física adequada ao espaço fabril. As etapas do processo produtivo são comuns ao setor de lavanderia das fábricas apresentadas nas seções anteriores, com pequenas diferenciações que chamaremos a atenção. A primeira delas é a existência de um setor de “recepção/expedição” circunscrito por um balcão onde as peças chegam, majoritariamente da confecção própria, e também “de fora” para serem lavadas. Um recepcionista recebe o cliente, confere a quantidade de peças, mesmo as peças “de dentro” e separa por tipo e tonalidade. Amontoadas em lotes, são colocadas etiquetas plásticas de fácil visualização contendo o tipo da lavagem e o nome do cliente. A Figura 17 apresenta uma visão geral da fábrica e a Foto 18 uma visão da frente do setor de recepção, com um lote de peças e as etiquetas afixadas.

Figura 17 – Foto visão geral da lavanderia



Fonte - Material empírico, 2014.

Figura 18 - Foto - Setor de recepção



Fonte - Material empírico, 2014

Legenda - Na foto, é possível identificar que as peças “cruas” são separadas por tipo, identificadas com etiquetas e amontoadas para posterior encaminhamento para a lavagem.

A recepção é o local da fábrica onde estão afixados num quadro, bem à mostra, os diversos documentos e licenças que atestam a situação regular da empresa (*e.g* inscrição na Junta Comercial e Receita Federal, licenças ambientais, Parecer do Corpo de Bombeiros, da Polícia Federal). Esta foi uma adequação às medidas do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado no ano de 2012.

Após separadas por lote, auxiliares de lavanderia transportam as peças em carrinhos para o setor de produção úmida onde foi possível localizarmos as máquinas básicas de qualquer lavanderia, nas seguintes quantidades: 11 lavadoras, 6 secadores, 3 centrífugas. Duas lavadoras frontais, de aproximadamente 2 kg, são acionadas pelo encarregado de lavanderia, responsável por fazer os testes de lavagem nas peças piloto e apresentar ao gerente para aprovação e posterior entrada na linha de produção. Os lavados simples, especialmente o amaciado, são direcionados para lavadoras frontais de menor porte. Ainda no setor de produção úmida, a fábrica possui máquina de ozônio para melhoria da qualidade com efeitos exclusivos na peça *jeans*, ganho de produtividade e redução de insumos.

Figura 19 - Fotos do Setor de produção úmida/setor de lavanderia



Foto 01



Foto 02

Fonte - Material empírico, 2014.

Legenda - Na Foto 01 é possível identificar duas lavadoras e uma centrífuga. Trata-se de uma centrífuga que funciona com sistema de amortecedor de vibração por tripé nas laterais. Na Foto 02, duas lavadoras frontais para teste à direita.

Conforme detalhamos no início do capítulo, as especificações das lavagens e os efeitos diferenciados a serem aplicados é que ditarão o caminho que a peça vai percorrer dentro da linha de produção. Na fábrica em estudo, a ênfase é voltada para os efeitos manuais, ou seja, para a etapa do “diferenciado”. Máquina a *laser*, no valor de 200 mil reais, é introduzida para aumentar os ganhos de produtividade e a qualidade, substituindo o trabalho manual com a lixa. Desenhos também podem ser aplicados nas peças. Na Figura 20, a seguir, aparecem o lixado executado manualmente e com uso do *laser* para fazer os bigodes - riscos horizontais na peça.

Figura 20 – Diferenciados Manuais e Diferenciados com máquina *laser*.



Foto 01- Efeito bigode com uso de lixa



Foto 02 - Máquina a *laser*



Foto 03 - Efeito “bigode” com uso do *laser*

Fonte - Material empírico, 2014.

A máquina a *laser* é acionada pelo operador que se ocupa em selecionar os desenhos pré-definidos criados em programa de computador, muitas vezes com uso do *Photoshop* e *CorelDraw*, e imprimir os traçados na peça.

Os efeitos diferenciados na fábrica pesquisada não se limitam ao uso do *laser*, pudemos ver “*in loco*” trabalhadores aplicando resinas com auxílio de prensas térmicas. O Gestor explica o processo, que pode ser visualizado na Figura 21 abaixo:

Ontem, aqui na lavanderia, eu fiz o desenvolvimento. Hoje eu pedi apenas para ele fazer esse amassadinho aqui. É um tipo de beneficiamento na peça do *jeans* mais sofisticado. Agrega mais valor. É naquela máquina onde se colocam os pinos. Vai pra prensa térmica, aplica uma resina na parte interna, no avesso dela. Essa aqui eu faço o amassadinho aqui e preno a uma temperatura de 180° em 15 segundos. Aí com a temperatura a resina plastifica e dá esse efeito sanfonado aqui (Gestor 05, entrevista em 13.07.14).

Figura 21 - Fotos de Efeito manual com uso de resina



Foto 01



Foto 02

Fonte - Material empírico, 2014.

Legenda: a Foto 01 ilustra a aplicação manual de resina na peça. Na Foto 02 a peça já está pronta, depois da lavagem para fixação do efeito manual.

Outra máquina usada na etapa do diferenciado é a cabine de *used*. Nesta, as peças de roupas, especialmente calças, *shorts*, bermudas são colocadas em pernas mecânicas presas no teto da cabine. Aciona-se alavanca para inflar as pernas. Com as peças “vestidas” e com uso de pistola, aplica-se o jateamento com permanganato. O produto é introduzido para marcar as áreas que serão desbotadas, proporcionando o clareamento localizado. Na sequência, a peça é mergulhada em neutralizador para retirar a cor roxa do permanganato e ajudar na fixação do efeito na etapa seguinte, que é a lavagem. O cloro também pode ser aplicado para se obter um maior clareamento (SINDILAV, 2013). A Figura 22, a seguir, ilustra um pouco a nossa descrição.

Figura 22 - Processo de aplicação do efeito *used*



Foto 01



Foto02



Foto 03

Fonte - Material empírico, 2014.

Legenda: a Foto 01 ilustra a cabine (em vermelho) para aplicação do jateamento com permanganato. Na Foto 02, as peças com o permanganato serão lavadas novamente para efetuar o clareamento. Na Foto 03, a peça está pronta com o *efeito Used*, atrelado ao conceito de envelhecimento.

Esta é umas das atividades que também exige produtividade do trabalhador. A divisão do trabalho entre os pistoladores confere mais agilidade ao processo: um pistolador veste a peça, nas pernas mecânicas, e outros dois pistoladores aplicam o permanganato nas roupas. A peça é retirada e se coloca outra. Depois, eles se revezam. Esta é a sequência para dar ritmo e cadência ao trabalho de modo a garantir os ganhos de produtividade. Ao fundo da cabine, cortinas d'água são acionadas para reduzir a inalação do produto químico. As máscaras de carvão ativado e as luvas disponibilizadas pela empresa podem minimizar os impactos da atividade para os trabalhadores.

Podemos perceber, a partir do que foi esmiuçado até o momento que, neste Perfil, a ênfase do beneficiamento do *jeans* está no trabalho “artesanal” da peça de marca própria e que não prescinde da etapa de produção úmida com as lavagens sucessivas. Em ambos processos, o uso dos produtos químicos ganha centralidade, assim como a parceria com diversos fornecedores desses produtos, que auxiliam os trabalhadores nas diversas receitas de lavagem e nos possíveis efeitos. Na lavanderia pesquisada, observamos que o beneficiamento das peças está centralizado na figura do gestor-proprietário, que testa as receitas nas lavadoras piloto, com base nas orientações dos fornecedores de químicos e na sua própria *expertise*, adquirida com a vasta experiência no trabalho com o diferenciado em outras lavanderias da região, na participação em feiras de tecnologia para a indústria têxtil e de confecções (e.g. FEBRATEx¹¹⁹), em feiras de moda e em contato frequente com um dos maiores fabricantes de produtos químicos e equipamentos para lavanderias de *jeans* do país (Cf. Hi Tech).

Em outra passagem ele afirma que se conecta ao circuito nacional de fornecedores de máquinas e equipamentos (equipamentos comprados em São Paulo e em feiras de máquinas e equipamentos para lavanderia), bem como de produtos químicos, tais como Maxlav e Hi Tech, além de participar das feiras promovidas pelo SEBRAE/ITEP.

Inclusive, no momento da visita às dependências da lavanderia observamos alguns trabalhadores usando equipamentos de proteção individual e nos deparamos com técnico em segurança do trabalho que fazia a inspeção periódica da fábrica naquele momento. Após a inspeção, laudos técnicos são emitidos, em cumprimento às NR's, conforme TAC pactuado entre os proprietários da lavanderia e o Ministério Público em 2012.

No final do processo produtivo, as roupas saídas das máquinas, conforme especificações de tempo, temperatura e tipo de lavado, são colocadas em centrífugas, depois nas secadoras e encaminhadas para o setor de passadoria. De lá, as peças são conferidas, segundo a ordem de serviço emitida na recepção do pedido. Como podemos observar, existe um controle de entrada e saída de mercadoria, aspecto que destoa da organização do processo produtivo em outras unidades produtivas que citaremos mais à frente.

Convém lembrar que ao fundo do chão de fábrica, na área externa, encontram-se a estação de tratamento de efluentes e a caldeira. A empresa visitada segue as prerrogativas da CPRH quanto ao padrão de tratamento dos efluentes e quase 90% da água tratada retorna ao processo produtivo. Do mesmo modo, a caldeira é alimentada por algaroba, madeira

¹¹⁹ Feira Brasileira para a Indústria Têxtil, que acontece anualmente em Santa Catarina. Já está na 14ª edição. A edição de 2014 focou na inovação tecnológica em todos os segmentos da cadeia têxtil-confecção, incluindo as lavanderias de beneficiamento (FEBRATEx, 2016).

certificada e permitida pelo código florestal. Nestes setores trabalham 2 operadores de caldeira e 1 operador de tratamento de efluentes.

5.4. PERFIL EMPRESARIAL HÍBRIDO

A principal ferramenta dentro de um processo de produção que valoriza a peça é a lavanderia. A lavanderia é o salão de beleza que vai trabalhar a noiva. Imagine uma noiva ir para o casamento sem passar pelo salão de beleza. Aí vai fazer a maquiagem, vai cuidar do cabelo e vai dar o trato, que vai dar o toque, amaciar, passar o cheiro e ainda vai passar e entregar tudo prontinho (Gestor 04, entrevista em 29.08.12).

A lavanderia pesquisada está localizada na zona urbana de Caruaru, no bairro do Salgado, com inúmeras unidades produtivas do mesmo segmento e fabricos de confecções, de bordado, assim como comércio de aviamento e de tecido. Em Caruaru, a maior concentração de lavanderias está situada no bairro (das 80 existentes, 50% funcionam no local). Em 1995, o negócio teve início, sem firma constituída, em uma casa adquirida no bairro do Salgado, por iniciativa do proprietário e da esposa.

A ideia de montar a lavanderia foi surgindo pouco a pouco e o seu amadurecimento ocorreu, principalmente, após visita a uma outra unidade em Toritama, em que o proprietário começa a se inteirar sobre o funcionamento deste tipo de unidade produtiva. Porém, não possuía o capital inicial para o negócio (aproximadamente 60 mil reais) que exige um maior aporte e tecnologia quando comparamos com o fabrico de confecção do *jeans*, que também impõe maior capitalização em relação aos fabricos cuja matéria prima é a malha ou o brim, por exemplo (informação verbal)¹²⁰. Naquele ano, surgiu a oportunidade de baratear a aquisição das máquinas e equipamentos industriais e foram compradas máquinas básicas e usadas para se iniciar o negócio: uma lavadora, um secador e uma centrífuga. Não existia caldeira na lavanderia, mas um aquecedor ligado à energia elétrica que gerava o vapor para as máquinas de lavar e os ferros industriais de passar roupa, conforme apontado na pesquisa de Silva (2012). O casal se dividia nas atividades administrativas e de conferência das roupas lavadas entregues aos clientes. Ao mesmo tempo, o dono gerenciava o negócio de forma improvisada e intuitiva, sem domínio completo dos processos organizacionais (finanças, marketing, suprimentos, gestão de pessoas etc.)

¹²⁰ Informação obtida durante conversas informais com donos de fabricos de confecção no local.

Em 1999, o negócio foi constituído como firma e se ampliou. No decorrer dos anos, terrenos nas laterais da empresa foram comprados, pois havia um problema de espaço em virtude da lavanderia funcionar na zona urbana em área residencial. A pesquisa de Silva (2012) detalha a ampliação da lavanderia no início dos anos 2000:

Comprou uma caldeira maior e que funcionava a gás, com isso o custo era muito alto. Com a mudança, já possuía 2 máquinas de 100 kg e 2 secadores e 1 centrífuga de 50 kg. Neste mesmo período foi a São Paulo e lá adquiriu mais 2 máquinas de lavar de 200 kg, mais dois secadores e 1 centrífuga. Nessa época, o serviço era apenas na lavagem do *jeans*, e seu beneficiamento com os processos de lavagens como pistolado e esponjado, eram feitos em uma casa vizinha. Com o avanço da demanda na região, houve a necessidade de ampliar ainda mais os processos de lavagens e inovar nos negócios. No ano de 2002, houve uma ampliação no prédio para se colocar o setor onde passaria a ser o de beneficiamento do *jeans*. No mesmo ano, surgiu uma oportunidade de lavar o PT (tecido pronto para tingir) fazendo tingimentos com pequenas quantidades de peças, sendo hoje uma forte característica nos processos de lavagens (SILVA, 2012, p. 27).

Podemos observar que, no início dos anos 2000, houve aumento significativo da quantidade de máquinas e equipamentos passando a 4 máquinas de lavar (duas de 100 kg e duas de 200 kg), 4 secadores, 2 centrífugas, uma caldeira, em substituição ao aquecedor, além de pistolas para aplicação do permanganato de potássio no *jeans* e das esponjas para os efeitos diferenciados. Nota-se que este momento demarcou inovações tecnológicas¹²¹ importantes em produto e processo, com a introdução de um novo serviço, o tingimento em PT¹²², juntamente com a ampliação da capacidade produtiva e eficiência no beneficiamento do *jeans* e nos efeitos manuais diferenciados. Neste momento, já tem início o primeiro contato com fornecedores de máquinas e equipamentos em São Paulo, que vai se tornando mais constante com o tempo, como veremos, principalmente durante as missões empresariais promovidas pelo SEBRAE.

Na visita recente à lavanderia notamos que a estrutura física foi novamente ampliada e a estação de tratamento de efluentes foi incorporada ao negócio em 2007, por ocasião da

¹²¹ Na tese, a inovação tecnológica será entendida como “toda novidade implantada pelo setor produtivo por meio de pesquisas ou investimentos, que aumenta a eficiência do processo produtivo ou que implica em um novo ou aprimorado produto, de acordo com o manual de Oslo, elaborado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005).

¹²² Tecido de algodão cru, na tonalidade da fibra (cor bege claro) que não passou por beneficiamento na indústria têxtil e já vem quase “pronto pra tingir”. Segundo a entrevistada: “PT porque ele vem sem a goma, porque quando o tecido sai da indústria, a maioria vem com uma goma. E aí ele é PT porque já vem meio pronto, a gente só faz um ensaboamento e lava” (Trabalhadora 07, entrevista em 31.03.16).

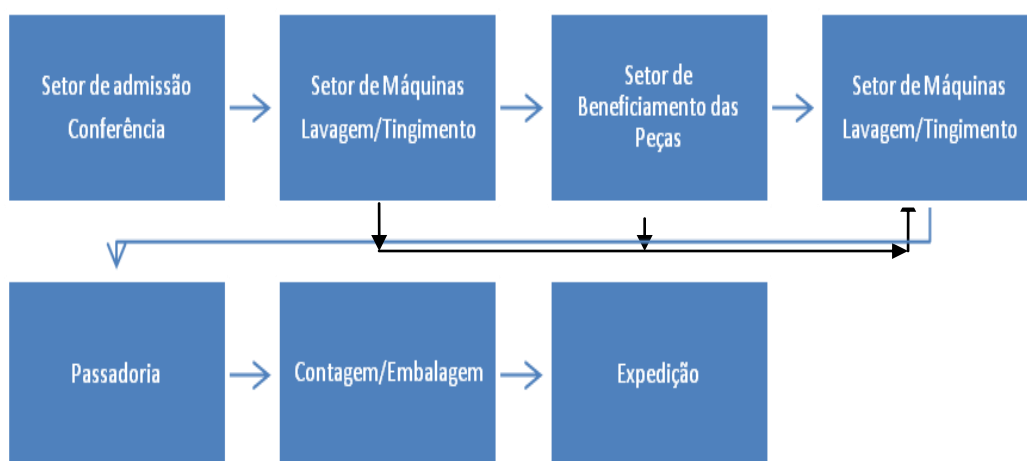
assinatura do TAC em Toritama que gerou um efeito multiplicador na região e alguns proprietários de lavanderias em Caruaru se anteciparam à fiscalização¹²³.

Até 2012, a empresa contava com 45 trabalhadores e a produção mensal alcançou 280 mil peças, entre o *jeans* e o PT. As lavagens seguiam a moda local e os clientes da lavanderia, na sua maioria, comercializavam o produto nas feiras de sulanca da região (SILVA, 2012).

A ampliação da estrutura física da lavanderia foi ajudando no ordenamento dos espaços e criação de uma organização racional nos respectivos setores, mesmo que ainda percebamos, andando pela fábrica, os vestígios do aumento gradual. Nas observações de campo, é possível identificar também placas de sinalização com o mapeamento dos riscos físicos, químicos e biológicos da atividade industrial, executados a partir da orientação de técnico de segurança do trabalho que presta serviço para a empresa.

A fábrica tem como atividade econômica principal a lavanderia e atividade secundária a tinturaria, segundo cadastro na JUCEPE. Atua na prestação de lavagens em *jeans* e tingimentos em PT (tecido pronto para tingir) para fábricas, fabricos e facções de confecção de roupas de Caruaru e circunvizinhança. A organização do processo produtivo se divide nos setores de conferência; lavagem/tingimento, beneficiamento; passadoria; conferência e expedição, conforme Figura 23, a seguir:

Figura 23 - Processo produtivo de fluxo específico (B)



Fonte - Adaptado de Silva, 2012, p. 34.

¹²³ Segundo relatório de atividades da CPRH, referente ao ano de 2008, 25 vistorias foram realizadas em empreendimentos, em atendimento a demandas do Ministério Público. Estamos inferindo que estas vistorias ocorreram em lavanderias de *jeans*, em virtude da ação intensa desses órgãos na região a partir de 2004.

As peças cruas em PT (pronto para tingir) e em *jeans* chegam no setor de conferência da fábrica - um espaço pequeno, anexo ao prédio principal, com bancos/tamboretas e balança - onde trabalham três conferentes, que vão juntar as peças de acordo com o tecido (se PT ou *jeans*), fazer os volumes por quilo e preencher uma nota com a contagem das peças que será entregue para conferência no momento da expedição da peça. Na recepção, é anexada uma espécie de crachá com o tipo da lavagem ou tingimento. Nesta descrição, encontramos duas diferenças para as lavanderias anteriores: a base de cálculo do preço da lavagem é o quilo, e não a unidade, pois a compra do produto químico, que entra na composição dos custos, é também feita por quilo. E a empresa oferece o serviço de tingimento do PT, sendo o carro-chefe da produção (70% PT e 30% *jeans*), sendo que nas fábricas anteriores, a lavagem do *jeans* é central. Quase 80% das peças de roupa lavadas na fábrica são shorts, saias, calças infantis. Os lavados predominantes no jeans são o *destroyed* (estonagem) e o pistolado (aplicação de permanganato na peça).

Se for um processo de lavagem ou tingimento que já esteja cadastrado no sistema, os 4 lavadores apanham os produtos químicos com o dosador, que já recebe impressa a quantidade de produtos/tipo e despacha para eles. O cadastro no sistema pela técnica em desenvolvimento¹²⁴ é facilitado por catálogos entregues pelos fornecedores de produtos químicos onde constam as dosagens/produto. Caso seja uma lavagem não padronizada, os clientes se dirigem diretamente à técnica em desenvolvimento. Vejamos a primeira situação, da lavagem já cadastrada no sistema, com base nos catálogos dos fornecedores:

[...]. Muitas vezes, vinham uns catálogos assim pra ler. Quando vem o produto, sempre vem o catálogo, direitinho. Se for o tingimento, **vem lá a imagem, aí vem os corantes que a gente vai usar e vem o processo [...]** “Olha, fulana, vai botar 90°, aí vai dar dois enxagues.” Então, sempre tem isso. **Tudo que eles trazem explicam também os processos.** Então a gente tem um arquivo, um papel que fica aqui com o rapaz que pesa todos os nossos produtos. Os meninos, os lavadores já vêm aqui, pegam tudo que vão usar, todo produto (Trabalhadora 07, entrevista em 31.03.16. Grifo nosso).

Observamos que os fornecedores de produtos químicos dão orientações técnicas que vão incidir diretamente na padronização do processo de lavagem no chão da fábrica. Em certa medida, eles auxiliam no “treinamento in *company*” dos trabalhadores para o uso dos produtos químicos nas receitas de lavagem e na aplicação do diferenciado.

¹²⁴ A técnica em desenvolvimento elabora os lavados em máquinas piloto, com base nas solicitações dos clientes, cartelas especificadas por fornecedores de produtos químicos e em pesquisas de tendências de moda em *sites* especializados

Para as lavagens não catalogadas, a técnica em desenvolvimento é procurada pelos clientes que, na maioria das vezes, levam peças para serem copiadas na íntegra ou adaptadas. Nota-se que a cópia das roupas que é uma prática disseminada na região se espalha para as lavanderias, direcionada aos lavados.

A introdução do beneficiamento do *jeans* na linha de produção é uma inovação dos últimos 4 anos. O serviço de tingimento do PT correspondia a 50% do volume total das peças lavadas até 2012 (atualmente, responde por 70%). Estas peças são vendidas prioritariamente na Feira da Sulanca em Caruaru e também em Toritama. O proprietário, atento às tendências do mercado local, foi modificando o foco do negócio para ampliar a lavagem do *jeans* com agregação de valor à peça.

Percebemos que o negócio começou com maquinários básicos, com gerenciamento improvisado e vai ganhando contornos mais próprios de uma empresa moderna, capitalista, de busca por lucratividade, inclusive na decisão do Proprietário em ampliar o beneficiamento do *jeans*. No entanto, os lavados de maior agregado não conseguem deslançar e boa parte dos clientes solicita os de menor custo, como o amaciado e o *destroyed*, correspondendo a 60% dos pedidos, ao preço de R\$70,00 a R\$400,00/quilo (0,70 a 4,00 a unidade). Na carteira de clientes, de um total de 200, apenas 4 procuram as inovações, o “fazer diferente”.

Para os novos beneficiamentos, a técnica faz os testes das lavagens em lavadoras de 5, 10 e 15kg, destinadas às peças piloto que serão apresentadas aos clientes para aprovação. O cliente é atendido em sala climatizada, com computador, que foi organizada recentemente depois que o Proprietário comprou a casa de um dos trabalhadores, situada ao lado do prédio da fábrica. Nesta ocasião, aproveitando o novo espaço, também construiu o almoxarifado de produtos químicos.

Todas as peças da fábrica adentram o setor de lavanderia, cujo maquinário é constituído por 13 lavadoras (sendo, 3 menores para teste), 8 secadores e 4 centrífugas. Dois lavadores se dividem nas tarefas de monitoramento das máquinas, seguindo as receitas das lavagens e tingimentos, e seis auxiliares de lavanderia no carregamento e descarregamento das máquinas nas sucessivas lavagens. Todas as peças que entram na fábrica passam pela fase da lavagem. O volume total mensal alcança as 200 mil unidades.

Algumas peças recebem os efeitos manuais e seguem para o “setor de diferenciado”, que está localizado nos 2º e 3º andares do prédio da fábrica. Por dificuldade em se expandir horizontalmente, a ampliação da empresa se deu com a construção de 1º, 2º e 3º andares. Essa etapa do processo produtivo tem recebido, desde 2004, os maiores investimentos em maquinário visando ao aumento da produtividade e redução de custos. Em contato com

forneecedores de máquinas e equipamentos para lavanderias foram comprados alguns equipamentos: um ozônio, uma estufa e uma cabine com 3 manequins para aplicação da pistola com permanganato. Neste equipamento, tem uma cortina d' água para a exaustão do produto químico. Este último equipamento é semelhante às lavanderias de Perfil Empresarial Integrado I e Empresarial Parcial. Além destes, uma máquina para fixação de pinos nas peças, 2 máquinas para fazer o efeito bigode e 01 para *pathwork* (coloca uns tampões na peça por trás do “rasgo” para não ficar mostrando a pele). Algumas máquinas estão reunidas na Figura 24, a seguir.

Figura 24 – Máquinas do Diferenciado



Fonte - Material empírico, 2016

Legenda: na 1ª linha, podemos ver a estufa para fixação do resinado (efeito amassado) e à direita (ao fundo), a cabine para jateamento do permanganato. Na 2ª linha, a máquina para fixar pinos nas peças e à esquerda, as máquinas para aplicação do bigode e, ao fundo, a máquina de aplicação do pathwork.

Além das máquinas citadas, adquiriu-se uma de ozônio comprada em feira de equipamentos para o segmento de lavanderia, no Sul do país, com a finalidade de reduzir os custos com a água, principal insumo da fábrica e escasso na região. Este é um problema grave para o processo produtivo, mesmo com a solução já dada pelo proprietário, que foi a aquisição de dois caminhões-pipa, que são direcionados para o apanhe da água diretamente nas fontes (por dia, são em média, 5 caminhões usados). Outros pontos considerados na aquisição foram o percentual reduzido do reuso da água (60%), mesmo passando pela ETE, e o alto custo com produto químico para o tratamento dos efluentes, em função do foco da lavagem ser no tingimento (em torno de R\$4.000,00).

Apesar do grande benefício que a máquina poderia trazer para a redução de insumo no processo produtivo a sua operação foi descontinuada e a máquina foi vendida para outro proprietário de lavanderia (este ponto será retomado na seção 6.2). Mais precisamente, não se encaixava bem no serviço de maior volume prestado pela lavanderia - o tingimento do PT - cuja diversidade de tecidos, vindos dos fabricos e facções, inviabilizou os testes em máquina piloto específica. Neste caso, outra máquina de ozônio e que a empresa não possuía. Soluções técnicas foram buscadas junto ao fornecedor do equipamento, mas que esbarraram nas características do tecido.

Na empresa, a aquisição de máquinas e equipamentos acontece nos contatos com os fornecedores durante as feiras tecnológicas, porém, cada vez mais se instalam, na região, representantes que viabilizam as compras do maquinário básico, que são as lavadoras, secadores, centrífugas e caldeiras. Para o diferenciado, há lojas que comercializam alguns produtos, como a pistola, os manequins, mas nem sempre com pronta entrega. Os compradores têm acesso aos mostruários para fazer as encomendas (Trabalhadora 07). Mesmo com esta proximidade com os fornecedores, percebemos que as soluções para os problemas de processo no cotidiano fabril são dadas por engenheiros mecânicos, eletricitas e mecânicos locais, acionados para este fim.

Finalizando o processo produtivo, após a mercadoria passar por sucessivas lavagens e efeitos diferenciado, segue para a passadoria - um salão amplo onde 15 passadores de ferro industrial a vapor, posicionados em bancadas enfileiradas executam a atividade do acabamento final na peça. Esta é a etapa final, de acabamento da peça, cuja energia também é alimentada pela caldeira.

Saindo do prédio da fábrica, em terreno próximo, tivemos acesso a um galpão coberto, com portas abertas e circulando alguma ventilação, onde estão posicionadas as caldeiras. No total de duas, funcionam com madeira certificada pelo IBAMA, a algaroba e também o

briquete (bagaço da cana de açúcar). Observamos que o trabalho na caldeira envolve um operador e o ajudante no monitoramento da máquina e na colocação e reposição da madeira.

Em terreno situado também próximo à caldeira e em frente ao prédio da fábrica, fomos conduzidos até a estação de tratamento de efluentes, construída seguindo os parâmetros legais, cujo projeto foi desenvolvido na parceria com o ITEP. Este é o local que recebe periodicamente inspeções da CPRH para conferir se o tratamento - eliminação de substâncias particuladas e metais pesados - está no nível do esperado. Neste sentido, o proprietário tem enfrentado o desafio de se manter na regularidade, mesmo com o lavado voltado para os tingimentos, que requer um volume maior de produtos químicos para tratar os rejeitos do processo produtivo (o excesso de corante, por exemplo).

A última etapa do processo produtivo é a expedição das roupas lavadas. As peças já prontas são organizadas pelos conferentes, que checam a quantidade e o tipo do lavado com a anotação feita pelos trabalhadores do setor de recepção. Este é um serviço na lavanderia que funciona como controle de qualidade antes da entrega das peças aos clientes. Estando tudo em conformidade, as peças são separadas por cliente e amontoadas até a sua liberação. Caso haja alguma divergência na quantidade, procura-se localizar a falha e corrigi-la. Durante a visita nos foi relatado que, após a introdução do formulário com as especificações (quantidade e tipo de lavado) na chegada das peças, as irregularidades vêm diminuindo no final do processo, que á entrega das roupas lavadas para os clientes.

Outro ponto que observamos foi que a maioria dos clientes da lavanderia acompanha a história do negócio e já tem um laço de proximidade com o dono. Durante o momento em que estivemos nas dependências da lavanderia, alguns clientes chegaram e conversaram sobre a família, os negócios e também os pagamentos. O pagamento à vista e a consulta ao Serasa ficam restritos aos clientes novos e desconhecidos. Os antigos têm crédito e pagam com cheques que, em muitos casos, sem saldo em conta bancária, são devolvidos. Problema enfrentado também por outros donos de lavanderia, que descreveremos na sequência, e por fábricas, fabricos e facções da região.

5.5. PERFIL INFORMAL INTEGRADO

Eu e meus familiares começamos na feira. A gente começou com minha irmã, que era sócia do meu cunhado. E começou na feira vendendo, até na época a gente não tinha ponto, de início a gente vendia ou em um balaio, literalmente colocava uns ganchinhos no balaio e prendia na cintura e tinha, às vezes, um espaçozinho, que se chamava invasão, que era na calçada, que chamava de rapa e os fiscais passavam rapando toda a mercadoria. Com o tempo, a gente comprou um ponto [...] (Gestor 08, entrevista em 29.03.16).

O negócio no segmento de lavanderia está atravessado pela trajetória do proprietário, mergulhada nos contatos intensos com o núcleo familiar no ramo de confecção. As primeiras aproximações com a confecção de roupas se deram por essa via, nos anos 1990, precisamente em 1993. A produção do fabrico, junto com a irmã e o cunhado, era vendida na calçada, junto da feira, à margem da legalização e do ordenamento público. Não tinham ponto fixo, o chamado “banco de feira”, e a mercadoria era anunciada como num comércio ambulante. Com o tempo, conseguiram comprar um ponto e decidiram se dividir na produção e cada um foi crescendo separadamente.

No início, a confecção funcionava na garagem da casa do proprietário. As peças de roupas eram produzidas sem padronização, como confecção genérica, com uso de etiquetas avulsas para identificação da mercadoria. Quatro anos depois, em 1997, o fabrico se transforma em microempresa, após cadastro na receita federal. Naquele momento, já existia um nome para a marca das confecções, embora sem registro formal junto ao INPI. Os trabalhadores se mantiveram ainda sem carteira assinada durante 2 anos, após a firma constituída. Em 1999 é que teve início o processo de formalização dos vínculos de trabalho.

Nesta nova fase do negócio, um pouco mais à frente, nos anos 2000, a lavanderia é integrada à fábrica de confecção, considerando algumas vantagens que nos foram elencadas minuciosamente, muitas referidas a um cálculo mais econômico, racional: a primeira, a redução no custo da lavagem, pois a lavagem seria “para dentro”, somada aos ganhos com a prestação do serviço para terceiros, ou seja, com a lavagem “para fora”. Outros motivos foram a maior garantia da qualidade dos lavados e o menor tempo para a devolução das peças, sem estar vulnerável à entrega por parte de lavanderias terceirizadas, apesar de que este último aspecto foi o que menor peso teve na decisão, já que lavava as roupas com um parente e não enfrentava o problema dos atrasos (Gestor 08).

Esta é uma iniciativa que muitas fábricas e fabricos da região têm assumido, pois, como já dissemos, é recorrente o atraso na entrega das roupas lavadas, sobretudo do *jeans*, por lavanderias terceirizadas. Outra alternativa adotada pelos confeccionistas e que observamos

em alguns relatos dos sujeitos da nossa pesquisa foi a distribuição das peças entre várias lavanderias. Algumas confecções chegam a direcionar a lavagem das peças para 10 unidades produtivas de forma a minimizar os riscos, além de sempre barganhar redução de preço (Gestor 01; Gestor 02; Gestor 05).

Para montar a lavanderia, as três máquinas básicas, como vimos nas unidades anteriores, foram suficientes e executavam todo o processo de lavagem, e também os ferros de passar. Na época, 1 lavador e 1 auxiliar de lavanderia ocupavam os postos de trabalho na lavanderia. Das máquinas, o secador e a centrífuga, tidas como industriais pelo entrevistado, foram compradas em São Paulo. A máquina de lavar foi feita na região com redução de 50% nos custos frente a uma nova, sendo o maquinário muito próximo daquele fabricado por empresas especializadas. As máquinas, segundo o proprietário, *“são feitas por mecânicos, que copiam o projeto, vêem a máquina e desenvolvem a mesma coisa”* (Gestor 08). Não foi comprada a caldeira para gerar o vapor para as máquinas, e sim feito um aquecedor. Com o tempo, o proprietário percebeu que o aquecedor não deixava a água com temperatura suficiente para garantir bons resultados na lavagem. A uma temperatura de 100°, por exemplo, o equipamento baixava para 60° rapidamente em contato com a peça fria, o que se desdobrou na compra da caldeira um pouco depois.

Nessa época, a fabricação de roupas se concentrava em calças e bermudas masculinas e a lavagem estava voltada “para dentro”. O volume de produção era pequeno, chegando a 600 peças por semana, mas, depois, o negócio foi crescendo e começou a prestar serviços de lavagem. Segundo o proprietário, este período *“não foi difícil porque a gente foi fazendo gradativamente, aos poucos e não encontrou muita dificuldade. A lavanderia também não é tão grande, mas dá pra lavar uma quantidade razoável de peças, dependendo do que se lava”* (Gestor 08). Neste momento, é implantada a caldeira para dar maior eficiência ao processo produtivo e poder aumentar o serviço de tingimento de roupas, que estava deslanchando.

Na confecção, diferentemente do maquinário da lavanderia, as máquinas de costura, foram compradas em grande fornecedor local, a Makital, com lojas situadas em Santa Cruz e Caruaru. Com o tempo, melhorias nos processos e nos insumos para a confecção própria também foram sendo introduzidos, como botões, rebites, tecidos melhores (mais resistentes aos processos mecânicos, químicos e físicos de lavagem), além da diversificação dos lavados; tudo isto, para agregar valor à peça e atingir outros nichos de mercado.

Atualmente, a unidade produtiva produz 2000 peças mensalmente¹²⁵, que são vendidas para clientes (sacoleiras, atacadistas) de estados do Nordeste, tais como: Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Piauí, Sertão de Pernambuco. As vendas acontecem na Feira da Sulanca de Caruaru e são realizadas pelo próprio dono do negócio. O histórico das vendas é fundamental e determinante para a definição das mercadorias que estarão na linha de produção.

Na chegada à fábrica, construída em terreno de sua propriedade, localizada no bairro residencial do Salgado, a fachada de casa com dois andares e bem cuidada, com portão eletrônico em alumínio, interfone e câmera de segurança, contrastam com a rua sem calçamento, em meio a prédios antigos, sem pintura na frente e nas laterais. Passando pela porta de entrada, nos deparamos com fábrica organizada em galpão medindo 550 m², em que confecção e lavanderia funcionam de forma integrada.

Antes de entrarmos no salão amplo cujos postos de trabalho estão ocupados com 10 costureiras e 1 auxiliar, vimos afixadas as principais certidões de regularização do negócio (*i.e* junta comercial, corpo de bombeiros, CPRH, polícia federal etc.) e um pequeno quadro para preenchimento do total da produção semanal. Ao lado, um relógio de ponto para controle da frequência dos trabalhadores.

A organização do processo produtivo abrange as fases de modelagem, passando pela lavanderia, até a expedição, como veremos, guardando similaridades com as fábricas integradas que descrevemos, porém, com pontos de diferenciações. O primeiro deles reside na definição dos modelos. O planejamento da produção é feito mensalmente, sem muita antecedência e a empresa não fabrica seguindo coleções, mas modelos. O termômetro para saber a permanência dos modelos na linha de produção é o movimento no comércio, o que tem mais venda vai sendo fabricado. Em geral, o mesmo se repete 3 ou 4 vezes. Um dos trabalhadores nos esclarece: *“a gente vê essa questão. Por exemplo: carnaval não se usa muita calça, a gente faz mais bermuda, depende do movimento do comércio. O que está saindo mais a gente vai fazendo”* (Trabalhador 02, entrevista em 29.03.16).

A definição dos modelos é centralizada na figura do dono auxiliado por um prestador de serviço em criação e modelagem. A modelagem, em regime de subcontratação, é entregue à fábrica em formulário específico gerado pelo *software* Audaces Vestuário contendo o aproveitamento acima de 85% dos encaixes do tecido, de forma a otimizar o corte e reduzir o

¹²⁵ Durante a entrevista, nos foi relatado que o volume de produção, no mês da pesquisa, estava em torno de 1200 peças, significando uma retração atribuída à crise econômica e política que o país atravessava e atravessa. Uma queda, segundo o entrevistado, desde 2014/2015 e que vem se aprofundando (Gestor 08).

desperdício de tecido. Também são entregues os desenhos das peças impressos sobre papel medindo 1,50 a 2 m. De posse da folha de papel com os riscos, um cortador a encaixa no carretel na base da mesa e faz os cortes nos tecidos com base nesse molde. A maior parte do tecido é comprada diretamente dos grandes fabricantes nacionais ou por meio de representantes locais. A Figura 25, a seguir, ilustra um pouco o setor de corte.

Figura 25 - Visão do setor de corte



Fonte - Material empírico, 2016.

Legenda - À esquerda, os rolos de tecidos e à direita da mesa de corte, desenhos das peças impressos em papel madeira segurados por ganchos na parede.

Nesta fase inicial do processo produtivo nos chamou a atenção a externalização da etapa de modelagem com a subcontratação de prestadores de serviços. Esta estratégia da empresa resolve uma defasagem tecnológica e reduz custos, pois a aquisição do *software* Audaces com sistema de impressão dos moldes em *plotter* significa, aproximadamente, o dispêndio de R\$20.000,00 acrescidos do valor do *plotter*. Desta forma, percebemos que há evidências de flexibilização do processo produtivo, por meio da externalização de uma das etapas do processo, que é a modelagem e, portanto, contato com as práticas disseminadas em larga escala no país a partir dos anos 1990 (ANTUNES, 2006; DRUCK, 1999; 2011).

Chegando ao setor de corte, observamos que foi feita adaptação para infestar o tecido. O proprietário criou uma “engenhoca” e com o auxílio de mecânicos locais uma roda foi acoplada ao carretel da mesa e percorre todo o tecido para deixá-lo uniforme e pronto para o corte. O rolo dos tecidos têm, em média, 35 a 40 kg. Esta solução inventada para dar maior eficiência ao processo é explicada pelo auxiliar administrativo da fábrica: “antes era só o

rolo, passava por cima daqui desse mesão (mesa de corte). Aquela engenhoca botou rodinha e ficou mais fácil para carregar” (Trabalhador 02).

No setor de costura, que funciona num salão amplo, os postos de trabalho são ocupados por dez costureiras e dois auxiliares que ajudam nas tarefas de apoio. As diversas máquinas de costura possuem medidores de produção acoplados, como vimos também no Perfil Empresarial Integrado I. Na fase da costura também se subcontratam facções para a montagem da peça e o aprontamento (tirar ponta de linha e embalar) que, segundo nosso informante, chegou a um total de 5, produzindo juntas 1.200 a 1.500 peças por semana. O bordado manual também entra no rol das subcontratações.

Chegando ao setor de lavanderia (produção úmida), as lavagens se concentram nas peças de confecção própria e na prestação de serviços para terceiros, sendo a maior parte lavagem “para fora”. Atualmente, são 3 trabalhadores nesta área, mas nem sempre foi assim. Quando a lavanderia era menor, o proprietário trabalhava nas ausências dos trabalhadores. Vejamos seu relato: *“eu acabava trabalhando. O funcionário não vinha, tinha a necessidade. Às vezes, um domingo, aí eu ia e fazia o serviço”* (Gestor 08).

No setor de lavanderia (produção úmida), as peças de terceiros e da confecção própria adentram ao chão da fábrica, conforme desenvolvimento a ser aplicado na sua superfície. Já vimos que as peças de marca própria seguem modelos específicos, mas sem a incorporação do conceito de coleção. Um lavador separa os produtos químicos, conforme o tipo do lavado, coloca-os nas 4 máquinas de lavar de 100 kg e fica acompanhando o tempo da lavagem. Dois auxiliares de lavanderia ficam no apoio, carregando e descarregando as máquinas de lavar e ajudando no transporte de mercadorias entre os diversos setores.

Na centrífuga e nos secadores encontramos outras duas “engenhocas” inventadas pelo proprietário. A primeira, referida à centrífuga, é uma trava de segurança adaptada para evitar acidentes, que é acionada assim que a tampa da centrífuga fecha e o tambor interno começa a girar, de modo que o trabalhador não seja puxado para dentro da máquina. Um dos trabalhadores explica: *“isso aqui não pode nunca ser rodado aberto. Se você perceber, ele vai pegando velocidade, se tiver roupa dentro e você colocar a mão aqui e a roupa pegar, você vai junto [...]”. Já teve acidente em outros lugares por causa disso”* (Trabalhador 02). Outra invenção foi uma espécie de pistola presa por uma haste e posicionada em frente à secadora para aplicação do amaciante no final do processo de lavagem. A Figura 26 abaixo ilustram as adaptações no maquinário:

Figura 26 – Foto de “Engenhocas” no setor de lavanderia



Fonte - Material Empírico, 2016.

Legenda - à esquerda, a trava de segurança na centrífuga (seta vermelha) e à direita, a pistola improvisada para aplicação do “cheirinho” nas peças.

Nem todas as peças que saem do secador seguem para a passadoria. Numa primeira lavagem, as peças que não estão amaciadas, seguem para o setor de efeitos diferenciados onde trabalham 2 pistoladores em cabines de diferenciado, como já vimos nas seções anteriores, aplicando jateamento de permanganato nas peças. Depois que a peça retorna do diferenciado, lavagens sucessivas são feitas para dar efeitos variados na peça, a maioria de envelhecimento. Depois de passar pelo secador, segue para a máquina de ozônio e o processo é finalizado na área de produção úmida podendo seguir para a fase de acabamento, que é a passadoria, onde trabalham 4 passadores em trabalho intensivo, por produtividade. Após esta etapa, as peças são amontoadas para o apanhe dos clientes. Caso seja peça de marca própria são conferidas e separadas em sala para a venda direta aos atacadistas e sacoleiros na Feira da Sulanca.

Pudemos perceber que no plantel de maquinário encontramos uma máquina de ozônio adquirida recentemente para uniformizar a cor na lavagem das peças e operar com redução de insumos (produtos químicos¹²⁶ e água). A nossa pesquisa identificou que esta máquina tem sido cada vez mais incorporada ao processo produtivo, com a finalidade de redução de custos e aumento da eficiência na lavagem. A máquina foi comprada junto a fornecedor localizado no Paraná. A Figura 27 destaca a máquina de ozônio.

¹²⁶ Os custos dos produtos químicos são elevados, chegando 1 kg de corante para tingimento custar em torno de R\$500,00 (Trabalhador 02).

Figura 27 – Foto da Máquina de ozônio



Fonte - Material Empírico, 2016.

Na fábrica, mais de 70% dos lavados do *jeans* é simples, do tipo amaciado, e a empresa também faz tingimento em PT. As novas tendências em lavagens e efeitos diferenciados são trazidos por representantes de produtos químicos, como vimos nas lavanderias anteriores, que não possuem trabalhador na área de desenvolvimento. A partir do teste e do aceite do cliente, é feita uma ficha técnica com o detalhamento do processo para deixar arquivado na fábrica. Esta é uma parte sensível do processo produtivo, pois as receitas de lavagens detalham o processo e os insumos aplicados na lavagem. Desvios milimétricos da quantidade de produtos químicos provocam manchas nas peças, rasgos, assim como distrações no tempo calculado para a lavagem. Não pode ser nem mais, nem menos.

Anexo ao setor de lavanderia, trabalham 2 encarregados, em sala climatizada, com mesa, cadeiras e computador, para atendimento ao cliente que vem de fora procurando os serviços da lavanderia. Os trabalhadores se ocupam com o atendimento aos clientes, apresentando-lhes mostruário organizado em cabides com diversas peças lavadas, inclusive algumas trazidas por clientes diversos e outras desenvolvidas por fornecedores de produtos químicos. O tipo de lavado e a quantidade de peças são anotados num formulário e servirá para orientar os lavadores quanto à especificação do lavado e para a conferência das peças no momento da expedição. A Figura 28 a seguir, ilustra um pouco este espaço.

Figura 28 - Foto da Sala de atendimento ao cliente



Fonte - Material Empírico, 2016.

O momento da expedição da roupa de terceiros é delicado nas unidades produtivas locais, devido à alta inadimplência nos pagamentos. A modalidade predominante nas unidades menores ainda se baseia no “fiado” e no cheque de terceiros; poucos são os que pagam em dinheiro. Este problema também é enfrentado na unidade produtiva em destaque, que busca alternativas para reduzir a incidência. Para os clientes novatos é feita uma rápida sondagem da experiência com outras lavanderias para se ter uma ideia da sua reputação. Mas, esta análise ainda muito subjetiva de “*se era um bom cliente, a gente lava; senão, a gente dispensa*” (Trabalhador 02) não tem surtido muito resultado, pois é grande a quantidade de clientes que prometem pagar depois, que recebem a peça pronta e não retornam.

Anexo ao setor de lavanderia, estão, em local que se conecta à parte externa da fábrica, a caldeira e, ao lado, a estação de tratamento de efluentes. Dois operadores de caldeira também executam a atividade de tratar os efluentes, cujo reuso da água chega a 90%, mesmo com o tingimento em PT. Neste caso, a água atende à desengomagem e ao enxague de outras peças, não sendo usada no tingimento. A caldeira, como já dissemos, é alimentada por lenha de algaroba, que é o combustível para aquecer a água e gerar o vapor que segue pelas tubulações até as máquinas (*i.e* lavadoras, secadores, ferros).

Os operadores de caldeira operam a máquina que foi adquirida recentemente e tem maior capacidade para gerar o fluxo de vapor para as máquinas, além de conter dispositivo para regular o nível da água e disparar automaticamente a bomba que vai puxar a água para enchê-la novamente, aquecer e liberar vapor para as máquinas no chão da fábrica. Um engenheiro mecânico local faz a vistoria da caldeira anualmente e emite um laudo. Na

ocasião, são trocadas válvulas ou outras peças e se anotam as tarefas num formulário de inspeção (Trabalhador 02). Esta inovação tecnológica deu mais eficiência ao processo produtivo (quanto maior o vapor, menor o tempo que as peças ficam na linha de produção)

No espaço próximo à ETE e caldeira, encontramos local destinado à separação dos resíduos sólidos, de acordo com as exigências da CPRH. O lodo é coletado por intermédio da associação, como dissemos em outras lavanderias. Na Figura 29 temos a ilustração desse espaço.

Figura 29 – Foto do espaço anexo à fábrica



Fonte - Material Empírico, 2016.

Legenda - Na primeira linha, podemos visualizar as lenhas em algaroba e a caldeira. Na segunda linha, o tanque de decantação da ETE, o tanque de depósito do lodo e, ao final, o mini depósito dos resíduos sólidos, classe II (i.e cinzas, lodo têxtil, fibras dos secadores, sucatas).

A fiscalização da CPRH, como evidenciado no Capítulo 4, é intermitente e se torna frequente quando existe denúncia por parte da população ou alguma determinação do MP-PE ou em período de renovação da licença de operação. Nesta situação, após a lavanderia dar

entrada no protocolo da entidade em Recife é que a fiscalização se dirige até a fábrica. A exigência, nestes casos, se volta, principalmente, para o sistema de tratamento de efluentes. Um dos entrevistados informa a irregularidade na fiscalização: *“não tem assiduidade deles virem aqui não, é mais quando tem denúncia de alguma coisa”* (Trabalhador 02).

5.6. PERFIL INFORMAL PARCIAL

A minha família trabalhava com confecções, eu ajudava em casa, mas não queria confecção, não gostava, tinha raiva. Em casa tinha o trabalho com minhas irmãs que ia até as 11, até 12h da noite, tinha que ir a noite para o banco na feira, eu tinha sono e isso me incomodava. Criei uma barreira com a confecção e decidi ir pra outro ramo. Decidi aprender e me interessar por marcenaria. Tinha 16 anos e virei um marceneiro profissional (Gestor 09, entrevista em 30.03.16).

A unidade produtiva em estudo se trata de uma das pioneiras no segmento e iniciou o funcionamento também no início dos anos 1990, mesmo período do *boom* das lavanderias no município de Toritama, e que se espalhou por Caruaru. Assim como nas demais fábricas estudadas, as conexões do proprietário com o ramo de confecção foi o ponto central a partir do qual se puxou o fio para introduzir a lavanderia ao negócio.

Na sua história laboral, trabalhou durante 7 anos como marceneiro, comprou um galpão e montou uma fábrica de móveis (armários embutidos para quarto, cozinha, móvel de escritório) até que, com a chegada de um parente próximo, no início dos anos 1990, as coisas mudaram. Em ajuda a um primo que tinha um ponto na feira, ganhou uma gorda comissão pela venda das mercadorias. Como ele explica: *“para se ter uma ideia, a comissão que recebia numa feira, algo hoje como uns 3 mil reais, era o que eu ganhava num mês com minha fábrica de móveis. Então mudei da água pro vinho, quebrei essa barreira que eu tinha com confecções, vi como era o negócio”* (Gestor 09).

A mudança se deu rapidamente. Comprou o banco na feira (ponto de venda) do primo, concluiu e entregou as encomendas de móveis que tinha. Manteve o galpão e o dinheiro da venda das máquinas da marcenaria, hoje algo em torno de 10 mil reais, reverteu na compra do pequeno maquinário da confecção. Começou o fabrico de shorts e saias *jeans* com duas máquinas de costura reta comuns. *“Comecei comprando tecido fiado (pois minhas irmãs tinham crédito) na loja de Jordão Moraes em Santa Cruz. Na medida em que você vai entrando, trabalhando, vai ganhando conhecimento e o mercado vai se abrindo”* (Gestor 09). A esposa, na época que ainda eram namorados, aprendeu a costurar com as suas irmãs e trabalhou por um tempo em uma fábrica da região ganhando aí uma experiência. Com o

casamento “*começamos a trabalhar juntos, começamos a vender, começamos a ganhar dinheiro*”.

Como se tratava de um fabrico de *jeans* havia a necessidade, já em meados dos anos 1990, da lavagem com o efeito *stone washed*, que era feito numa lavanderia de um amigo situada em Caruaru. O atraso na devolução das peças lavadas e a percepção de que montar uma lavanderia poderia ser ainda mais lucrativo desembocou na abertura do negócio. Decisão novamente afinada com o cálculo econômico, racional, de acumulação de capital.

As primeiras máquinas, uma lavadora e um aquecedor inox, foram feitos por mecânico local. Um secador a gás foi comprado de segunda mão. Tratava-se de uma pequena lavanderia que se iniciava, com uma produção média de 2.500 a 3 mil peças por semana (sua atual produção diária). Os produtos químicos eram comprados em uma loja fornecedora, em Caruaru, que também vendia para as lavanderias de Toritama. Nesse início do negócio lavava peças *jeans* de sua própria fabricação, e também as produzidas por suas irmãs. Como reconhece: “*foi aí que comecei a crescer, pois o lucro era bom e minhas peças ficavam de graça*” se referindo à diminuição nos custos de produção com a lavagem. No entanto, atribui como fundamental a “lavagem para fora”, prestando serviços para outros fabricos de *jeans* da região, como a virada de seu negócio, que lhe possibilitou o crescimento. Durante quase uma década funcionou sem registro como empresa.

Depois, a firma foi registrada. Mas, na virada dos anos 1990 para a década de 2000, já sob o contexto das mudanças vivenciadas no Polo de Confecções, e mais especificamente, com as ações de “modernização” sobre o segmento de lavanderias, nosso entrevistado, um dos pioneiros nesse ramo, assistiu antigos donos de lavanderia a enricarem, e outros a quebraram e saírem do mercado. Essa própria lavanderia que estamos descrevendo sofreu os impactos das medidas de fiscalização de diversos órgãos, tendo de se adequar às novas exigências, após ser interditado o seu funcionamento por 6 meses. Os moradores do entorno dessa unidade, situada também no bairro do Salgado (Caruaru), incomodados com a fumaça das chaminés das caldeiras e do barulho causado pela atividade, bem como das irregularidades ambientais constatadas pelas autoridades fizeram a denúncia. Apesar das pressões e do prejuízo do não funcionamento, voltou a funcionar 6 meses depois. O ITEP foi contratado, na época, para fazer o projeto da ETE que custou 3 mil reais.

Uma das mudanças trazidas pela regularização do segmento, além daquelas já apontadas, especialmente para a unidade em análise, foi a redução no quantitativo de clientes e, portanto, diminuição no volume das mercadorias, em função do tempo que ficou fora do mercado, acirrada pela crise econômica mais recente, sentida a partir de 2015. O dono do

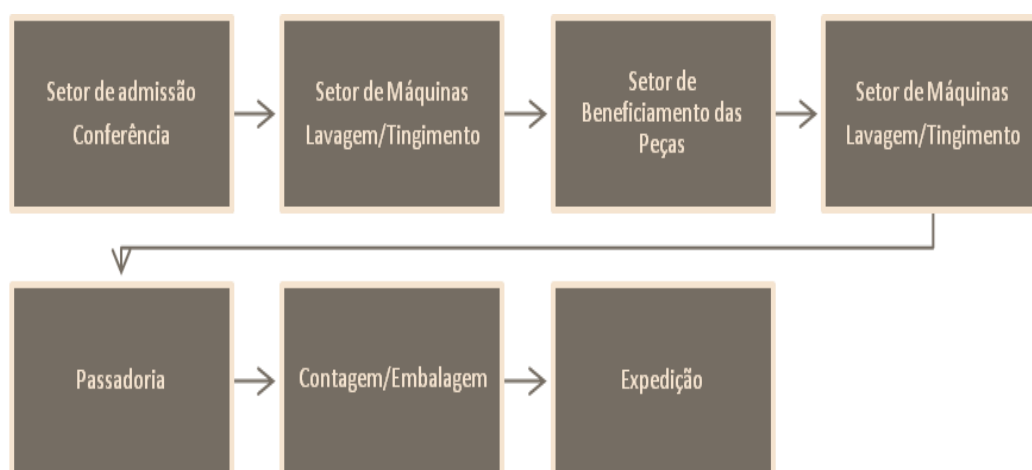
negócio aponta que tem estrutura instalada para lavar 100 mil peças por mês, mas está com a produção de 60 mil/mês.

A lavagem predominante é “para fora”. A família mantém, em unidade separada, o fabrico de short e saia *jeans* com 15 máquinas, gerenciado pela esposa do proprietário cuja maior produção tem sido feita em facção, totalizando 4 mil peças por mês. Volume que representa apenas 15% do total de peças lavadas.

O canal de vendas para a confecção própria é, predominantemente, a feira da sulanca em Caruaru, além de clientes que comprem no atacado direto na fábrica, e alguns revendedores (intermediários) que comprem a mercadoria e vendem em Santa Cruz. Não possuem loja da fábrica. A maior parte das vendas é feita em dinheiro e o pagamento em cheque vai até o limite de 5 mil reais.

A organização do processo produtivo, assim como nas lavanderias autônomas anteriores, compreende as fases de recepção da peça, produção úmida, efeitos diferenciados, passadoria e expedição/conferência, conforme retratado na Figura 30 abaixo. No nosso relato, procuraremos destacar os elementos que diferenciam esta unidade produtiva frente às demais.

Figura 30 - Etapas do processo produtivo do Perfil Informal Parcial



Fonte: Adaptado de Silva, 2012.

Ao adentrarmos na unidade produtiva, observamos de início um pequeno escritório localizado do lado esquerdo do portão de entrada onde se encontram o proprietário e os dois filhos. Neste local, é feito o controle da entrada de mercadoria diretamente pelo filho do dono. E está em fase de implantação uma ficha com o detalhamento da quantidade, do tipo de

lavado e do nome do cliente, com vistas ao acompanhamento sistemático nas etapas de recepção/expedição das peças.

Próximo ao portão de entrada, entrando um pouco na fábrica, visualizamos dois vestiários para troca de roupa dos trabalhadores e, ao lado, uma sala tamanho cubículo armazena os produtos químicos usados nas lavagens, que tem se concentrado em marmorizado, delavê e amaciado, sendo este último o de maior procura e que representa mais de 70% dos lavados.

Caminhando pela fábrica, uma área coberta de 420 m², observamos que ainda guarda muitos traços de improviso na estrutura física, com um conjunto de “puxadinhos”, indicando a completa adaptação na ampliação, além da desorganização no espaço interno. Não obstante, a fachada pintada, com pé direito alto e placa de sinalização com o nome da empresa. A Figura 31 revela um pouco a situação descrita:

Figura 31 - Foto do Espaço físico da Lavanderia



Fonte - Material Empírico, 2016.

Legenda - À esquerda, trabalhadores sem uniforme, usando sandália, descendo a escada com um amontoado de peças saídas da pistola. À direita, percebemos a bicicleta parada ao lado da ETE, cuja mangueira está segurada por um pedaço de madeira.

Um outro elemento também que revela o improviso no negócio e destoa das unidades produtivas anteriores é a presença de trabalhadores sem uniforme, usando sandálias rasteiras, sem uso de EPI's, que se misturam a outros parcialmente uniformizados (e.g usam a camisa do uniforme, mas com sandálias).

Em relação aos trabalhadores e maquinário, a empresa possui as máquinas e equipamentos básicos para o desenvolvimento das lavagens e dos efeitos diferenciados, a saber: 6 lavadoras, 2 centrífugas e 2 secadores, operados por 4 auxiliares de lavanderia e 1 lavador (setor de produção úmida); 3 manequins infláveis e 2 pistolas para 8 trabalhadores (pistola, lixa e esponja). Na passadoria, 6 “ferreiros”¹²⁷ com produção mensal de 10 mil peças cada um. 01 operador de caldeira e 01 de tratamento de efluentes. São 22 trabalhadores dentro da fábrica e 04 subcontratados para o diferenciado.

A empresa vem acompanhando as mudanças no mercado, pela incorporação das novidades de lavagens, que têm se dado através dos fornecedores de produtos químicos que orientam no desenvolvimento das diversas receitas de lavagens. Atualmente, a compra desses insumos se dá junto a fornecedor em Caruaru, e nos fornecedores de Recife. Recentemente, um trabalhador com experiência na área de lavagem (lavador) tinha sido contratado de modo a *“desenvolver e adaptar, fazer do modo da gente”*. No que se refere ao perfil dos clientes (fabricos e fábricas de *jeans*) da lavanderia, ou seja, dos vínculos que essa unidade guarda com o complexo da produção de *jeans* do Polo, os entrevistados afirmaram a predominância daqueles que fabricam para vender na feira, grupo esse que se bifurca, entre aqueles que trabalham com a sulanca, como uma calça azul tradicional com um amaciado básico, e aqueles que têm melhorado o produto e investido em lavados mais caros, com efeitos mais ajustados com as tendências de mercado. É o que reconhece o dono do negócio: *“hoje a mercadoria da feira mudou muito, eles (os fabricantes) estão tentando se diferenciar com algo inovador, com qualidade, copiando realmente o que está nas lojas, o que está na moda”* (Gestor 09).

No processo produtivo são comuns defeitos que acontecem nas peças no processo de lavagem. Peças rasgadas devido a máquinas com problemas de manutenção, falta de atenção do trabalhador na aplicação dos produtos químicos, erro na porcentagem, tudo isso acaba por produzir um resultado que não está de acordo com os efeitos e tonalidade de cores esperados. Mas, esta situação não é constante, pois *“num lote de 15 mil peças pode acontecer de se ter umas 30 peças com defeito”* (Gestor 09).

Podemos observar que a lavanderia em destaque se diferencia das demais pela predominância do padrão informal na organização do processo produtivo, mesmo se tratando de empresa legalmente constituída, o maquinário apresenta defasagem tecnológica em relação a algumas máquinas e equipamentos citados nas outras unidades produtivas (*e.g* ozônio,

¹²⁷ Neste Perfil de unidade produtiva, encontramos durante as entrevistas uma outra nomenclatura para os “passadores” de ferro, que foi “ferreiros”.

máquina a *laser*, cabines de diferenciado). Outro elemento específico é a presença de subcontratação de facções de diferenciado (muito comum em Caruaru e em Toritama). Desta forma, estabelece profundo contato com os fabricos e facções de confecções de pequeno porte situados na região.

5.7. PERFIL “CLANDESTINO”

Estas são lavanderias ilegais, sem registro como empresa, funcionando à margem da regulação do estado, em cubículos, com instalações precárias, improvisadas, mantendo trabalhadores sem registro na carteira, sob condições ainda mais insalubres do que as habituais.

A lavanderia “clandestina” que pesquisamos não funciona integrada à confecção. O nosso acesso foi possível por intermédio de um informante, que nos levou rapidamente ao local, em rua sem asfalto, com esgoto a céu aberto em Toritama. Segundo ele, esta é uma das inúmeras lavanderias fundo de quintal, que se localizam em Toritama, principalmente em bairros mais distantes, algumas, inclusive, em sítios, vilarejos perto da cidade. O fato de Toritama ter a atividade econômica voltada à produção e comercialização de roupas em *jeans* favorece sobremaneira a abertura de serviços de lavagem, porém este tipo de negócio exige uma maior capitalização em função do maquinário, como dissemos, quando comparado a um fabrico ou facção de *jeans*. Em muitas lavanderias pequenas, os custos são minimizados pela aquisição de máquinas usadas ou fabricadas por mecânicos locais.

A unidade produtiva a que tivemos acesso se encontrava de portas abertas, como as facções e fabricos que ocupam, muitas vezes, as calçadas das casas em Toritama. Como uma espécie de comércio de feira, as peças de *jeans* estavam jogadas na calçada, em frente à unidade produtiva e alguns trabalhadores se dividiam na operação de 02 lavadoras, 01 turbina¹²⁸, 01 secador e 02 ferros. Ainda identificamos 01 caldeira na parte superior da unidade e um espaço para a aplicação do esponjado do outro lado da rua, pertencente também à lavanderia. À primeira vista, não vimos a estação de tratamento de efluentes, que julgamos não constar ali.

As instalações físicas estavam mal conservadas, apesar do salão da passadoria apresentar as paredes pintadas. A área coberta media aproximadamente 80m² e os trabalhadores usavam sandálias rasteiras, abertas e roupas comuns, sem padronização. Não

¹²⁸ Nome local para as centrífugas nas lavanderias menores.

identificamos qualquer tipo de equipamento de proteção em uso ou à mão dos trabalhadores. Em meio à divisão improvisada do trabalho, um líquido de cor azul se espalhava no chão do ambiente, se misturando com os produtos químicos que caíam do chão e alimentavam as lavagens. A Figura 32, abaixo, retrata um pouco o que descrevemos:

Figura 32 - Fotos da Lavanderia “Clandestina”



Fonte - Material Empírico, 2016.

Alguns comentários parecem ser pertinentes sobre a unidade em análise, apesar de certos aspectos estarem no nível da conjectura, pois não tivemos oportunidade de conversar com os trabalhadores ou mesmo o proprietário. O primeiro deles é que a unidade produtiva apesar de precária e sem firma constituída apresentava uma placa de sinalização com a identificação do nome, o que a tornava passível de fiscalização e regulação pelo poder público. Outro aspecto é que estava aberta, em funcionamento com 2 trabalhadores ocupados no setor de passadoria e 01 no esponjado. Havia um carro estacionado dentro da lavanderia, que poderia ser do proprietário, de cliente ou de algum trabalhador, indicando qualquer tipo de rendimento ou capital mínimo circulando no negócio.

Na unidade, vimos que constam, além das máquinas básicas de funcionamento de uma lavanderia, o serviço de diferenciado com o uso da esponja. Serviço mais comum nas lavanderias menos estruturadas, mas compunha a lavanderia em análise. No salão, as máquinas estavam posicionadas e separadas, indicando um *layout* mínimo que acompanhava o fluxo produtivo da mercadoria. Este tem início na recepção das peças e posterior encaminhamento para o setor de produção úmida (lavadora), diferenciado (esponjado), finalizando a lavagem com a turbina e o secador. Na sequência, segue para o acabamento com o ferro a vapor.

A partir desses aspectos podemos afirmar que possivelmente a lavanderia presta serviço para facções e fabricos de *jeans*. O número total de trabalhadores pode chegar a 12 e o nº de peças lavadas a 20 mil por mês, estimativa baseada nos perfis anteriores. O setor de diferenciado pode prestar serviço para outras lavanderias do local e/ou facções e fabricos. Os produtos químicos são comprados em lojas locais, sem conexões com os fabricantes do circuito nacional. A lavanderia, pelo que vimos, não tem sido impactada pelas exigências do MP-PE quanto aos danos ambientais e as medidas de saúde e segurança do trabalho.

Diante da caracterização das unidades dos perfis propostos, chegamos a dois quadros síntese (Quadros 04 e 05), que ilustram comparativamente alguns componentes destas unidades:

Quadro 04 - Síntese comparativa dos perfis da estrutura das Unidades Produtivas pesquisadas

ITEM / PERFIL	Perfil Empresarial Integrado I	Perfil Empresarial Integrado II	Perfil Empresarial Parcial	Perfil Empresarial Híbrido	Perfil Informal Integrado	Perfil Informal Parcial	Perfil Clandestino
Espaço físico das instalações (área coberta)	3.725 m ²	800 m ²	1.500 m ²	1.520 m ²	550 m ²	420 m ²	80 m ²
Quant. de Máquinas Básicas* no setor molhado da Lavanderia	12	08	20	25	09	10	05
Quant. de Equipamentos nos setores diferenciado e passadoria	12	12	14	17	7	11	3
Máquinas de Inovação Tecnológica	02 cabines de aplicação, 01 máquina a laser	01 máquina a laser em vias de aquisição	01 estufa fixadora, 01 cabine de aplicação, 01 máquina a laser	01 estufa fixadora, 01 cabine de aplicação	01 máquina de ozônio, 01 cabine de aplicação	--	--
Nº Total de Trabalhadores da Lavanderia	24	20	35	44	18	18	12
Produção Mensal (nº de peças lavadas)	35 mil	22 mil	100 mil	200 mil	30 mil	60 mil	20 mil

Fonte: Autoria própria, 2016.

*Compreende-se por *Máquinas Básicas* ao funcionamento da Lavanderia aquelas que são indispensáveis para a produção de lavados mais comuns e de custos mais baratos predominantes em mercadorias populares. São as máquinas lavadoras, centrifugas e secadoras. Além dessas são necessários outros equipamentos, como a caldeira e a estação de tratamento de efluentes e reuso da água, a pistola industrial de clareamento, manequins infláveis e ferro a vapor. Já as *Máquinas de Inovação Tecnológica* são aquelas usadas na melhoria da qualidade com efeitos exclusivos na peça jeans, ganho de produtividade e redução de insumos. São equipamentos como a máquina de ozônio, cabine de aplicação de permanganato e pigmento com manequins, estufa fixadora de resina e máquina a laser.

Quadro 05. Valores aproximados das Máquinas, Equipamentos e Ferramentas empregadas no funcionamento da Lavanderia.

	Descrição	Valor R\$
Básico Setor Molhado	Máquina Lavadora horizontal ou frontal (50 a 200 Kg)	11 ~ 16 mil
	Máquina Centrífuga tripé (30 a 100 Kg)	6 ~ 12 mil
	Máquina Secadora Rotativa à vapor (20 a 80 Kg)	7 ~ 15 mil
	Caldeira geradora de vapor com fornalha alimentada à lenha (300 a 600 kgv/h)	15 ~30 mil
	Estação de Tratamento de Efluentes e reuso de água	50 mil
Básico Diferenciado	Pistola Industrial de Clareamento Localizado	5 mil
	Manequim inflável para espatulado duplo	500 reais
Básico Passadoria	Ferro Industrial de Passar a vapor	400 ~500 reais

Equipamento de inovação tecnológica melhoria da qualidade com efeitos exclusivos na peça jeans, ganho de produtividade e redução de insumos		
Setor Molhado	Máquina Gerador e Aplicador de Ozônio	90 mil
Setor Diferenciado	Cabine de aplicação de permanganato e pigmentos. com três manequins	48 mil
	Estufa fixadora de resina	33 mil
	Máquina Laser (efeito de desenhos programáveis)	200 ~350 mil
	Máquina Laser 3D (efeito de desenhos programáveis)	750 ~ 900 mil
Setor de Criação	Software de Design, Modelagem e Automação de Corte	12 ~ 22 mil

* Para efeito de nossa pesquisa consideramos os valores aproximados das máquinas, os praticados no mercado, segundo informações de nossos informantes em campo. São comuns as marcas Zuzuki, Fujimoto, Mamute, Trinox, Sitec, Hi-Tech, Deox, Automak, além, de máquinas adaptadas ou montadas por eletromecânicos e engenheiros locais. Considerando, a história e o grande número ainda presente de pequenas lavanderias informais (e ilegais) na região, para o preço do equipamento básico tomamos por referência o mercado de usados. Já para o equipamento de incorporação tecnológica nos baseamos nos preços de equipamentos novos fornecidos ao Polo por empresas do Centro-Sul.

Fonte: Autoria própria, 2016.

Conforme visto nos quadros e nas descrições feitas da organização do processo produtivo, percebemos que elementos de várias dimensões (social, econômica, cultural, contextual) se intercambiam entre a entrada da matéria-prima na fábrica e a saída da peça confeccionada e lavada. Mesmo com as diversas nuances da organização do processo produtivo nas unidades pesquisadas, juntas conformam um arranjo articulado cujo resultado é uma re-configuração sócio-produtiva. Neste sentido, a confecção e a lavagem da peça *jeans*, mesmo sendo atividades nitidamente de caráter econômico se encontram entranhadas na dinâmica social e produtiva do Polo de Confeccões de Pernambuco.

Um primeiro ponto a destacar é que as lavanderias surgem conectadas ao complexo de produção das peças *jeans*, mas possuem diferenciações em relação aos fabricos e facções de confecções. Uma delas é o maior dispêndio de capital para montar o negócio e a possibilidade de maiores ganhos de produtividade quando a unidade está em funcionamento pela via da incorporação de tecnologia.

A inovação tecnológica foi outro elemento que permeou todas as unidades produtivas, em maior ou menor grau, e trouxe como uma das consequências a melhora na qualidade do produto final, diversificando a mercadoria em *jeans* que é comercializada na Feira da Sulanca e nas lojas nos centros comerciais, contribuindo para reduzir, em certa medida, a associação da sulanca à roupa de baixa qualidade.

Outro aspecto de destaque é o abandono gradual das referências locais para a aquisição de insumos para o processo produtivo e percebemos interações, cada vez maiores, com os mercados regionais e nacionais, incluindo a busca de soluções para problemas, entraves no processo produtivo.

Estes aspectos que, ao nosso ver, conectam as unidades produtivas, aos mercados mais capitalizados, movimento também reforçado pelas ações dos agentes públicos e privados de modernização/regularização, seguem em paralelo com a centralidade dos laços de proximidade e parentesco entre proprietários e trabalhadores; proprietários e confeccionistas; proprietários e fornecedores que vão dando forma a uma nova maneira de articulação entre o formal e o informal.

CAPÍTULO 6. DINÂMICA FORMAL-INFORMAL NAS RECONFIGURAÇÕES DAS LAVANDERIAS

Neste capítulo, intencionamos responder a uma questão de fundo: Como a informalidade permanece na configuração sócio-produtiva das lavanderias? Tomando como base a tipologia construída e apresentada no Capítulo 5, procuramos captar em cada perfil organizacional como os gerentes/proprietários vêm tentando recompor os negócios na direção da modernização/regulização e formalidade e de que forma a informalidade se mantém como elemento constitutivo nesse processo.

O capítulo está dividido em 3 seções. Na 6.1 trataremos da dinâmica formal-informal nas unidades produtivas denominadas empresariais cujos gerentes/proprietários vêm assumindo uma inclinação para o padrão moderno, formal na gestão do negócio. Na 6.2, enfatizaremos o perfil empresarial híbrido cujas tensões entre o formal e o informal se intensificam. Na 6.3, entram em cena as unidades produtivas cujo peso maior é da informalidade. Nas três seções, o nosso eixo de análise é a dinâmica formal-informal chamando a atenção para a noção de *informalidade multidimensional*.

6.1. DINÂMICA FORMAL-INFORMAL NOS PERFIS EMPRESARIAIS

Como vimos na seção 5.1, a unidade produtiva do **Perfil Empresarial Integrado I** transformou-se, ao longo do tempo, em empresa, constituindo-se como firma cadastrada na JUCEPE em 1986, o que significa que saiu da informalidade na dimensão jurídico-institucional. Até aquele momento seguia como pequeno empreendimento, não somente no aspecto da legalidade do negócio, mas na dimensão sócio-econômica, referida à organização da produção e do trabalho, em confluência com as atividades informais pouco capitalizadas e de baixa tecnologia, apontadas nos achados de outros estudos sobre a informalidade, como os realizados pela OIT (1972) e Cacciamali (1982). No entanto, o apoio dessas abordagens (dualista e intersticial) e das suas dimensões de realce são insuficientes para analisarmos a dinâmica formal-informal nas lavanderias de *jeans*, visto que outras dimensões se associam a estas, como veremos.

O *padrão informal* predominante no início do negócio e situado nas brechas do processo mais amplo de acumulação de capital derivava da experiência sócio-econômica e cultural do proprietário com o comércio de feira, usado como ponto de venda para a confecção produzida no âmbito familiar, especificamente no sítio onde residia com os seus

país, antes de se determinar para o negócio próprio no segmento do *jeanswear*. A partir destes relatos nos contatos de campo, percebemos a introjeção de fatores locais (*i.e* laços de proximidade), endógenos à experiência do *Polo* e inscritas em sua trajetória laboral, que vão dando forma a uma *maneira de fazer as coisas* (OIT, 1972), pautada por uma lógica específica de produção e comercialização, nos termos alertados por Hart (1973), própria das atividades informais, e que, naquele momento, destoava do padrão moderno, formal. Deste modo, vem à tona as dimensões sócio-cultural (vínculos familiares e sociais) e a contextual.

Estas, uma vez integradas, nos permitem também afirmar que o negócio era informal e se constituía num meio de vida para o proprietário, e a informalidade se colocava em múltiplas dimensões (jurídico-institucional, sócio-econômica, sócio-cultural e contextual) como a contraface da formalidade. Podemos dizer ainda que a situação relatada se constituiu em um dos vastos exemplos das atividades informais, que surgiram no país associadas à busca por sobrevivência das populações mais pobres, sobretudo no Nordeste brasileiro (CAVALCANTI, 1974; THEODORO, 2004). No entanto, mesmo se alinhando com estes estudos no sentido de confirmar a predominância daquelas atividades e das interpretações (dicotômicas) sobre a informalidade que se sucederam, referidas a um certo momento histórico, convidamos para o debate a noção de *informalidade multidimensional*, de forma a lançarmos luz sobre as mudanças recentes na direção da “modernização” das lavanderias.

No ano de 1986, a empresa se constitui como tal e, neste mesmo período, os países centrais estavam vivenciando o desmonte da sociedade salarial e do padrão taylorista-fordista de produção (CASTEL, 2010). No Brasil, proliferavam as estratégias de flexibilização com suas repercussões para a base produtiva e tecnológica das empresas (DRUCK, 1999; ANTUNES, 2004); mudanças estas que vão, aos poucos, espalhando-se no cenário nacional-regional e vão adentrando nas lavanderias. Na unidade produtiva em questão, a formalização do negócio pela via do cadastro do CNPJ foi um destes nexos com o padrão mais moderno, capitalista. Mas, esta não foi a única conexão. Nesta época, com a intenção de associar a confecção a uma marca própria, mesmo com a sua comercialização na Feira da Sulanca, toma-se a iniciativa da criação da marca. No entanto, não foi uma decisão que, naquele momento, segundo relato do proprietário, surtiu o efeito de agregar valor à peça e suas repercussões de marca e preço junto ao mercado consumidor: “*registrei a empresa com um nome que era parecido com o meu nome de batismo (riso) e também ficou para a marca das nossas peças. Um dia um colega me disse que não era muito atrativo pra chamar cliente e resolvi mudar*” (Gestor 08, entrevista em 29.03.16). Neste ponto, podemos observar que a criação/alteração da marca do produto, rotina atinente ao *marketing* em empresas que seguem

os cânones da gestão moderna, é realizada pelo proprietário de maneira improvisada, sem obediência ao conhecimento daquela área especializada, acionando a própria criatividade e as redes de relacionamento construídas ao longo da experiência no negócio.

Esta é uma situação concreta em que podemos evidenciar a dimensão sócio-cultural da informalidade se articulando à face formal da dimensão sócio-econômica, que é a iniciativa de criação de uma marca própria. O resultado desta tentativa de reposicionamento do produto é a imbricação entre o moderno e o tradicional, um hibridismo, já apontado por outros estudos sobre a região Agreste de Pernambuco e que frisaram as características sócio-produtivas locais (SÁ, 2015; SANTOS, 2016). Também podemos nos referir a uma simbiose de contrários (OLIVEIRA, 2008) entre o formal e o informal (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011b, ARAÚJO, 2011), na medida em que o elemento informal (sócio-cultural) é acionado e passa a compor o núcleo do processo de mudança na gestão do produto.

Mais de uma década depois, em 1999, o proprietário modifica a marca da confecção da empresa. Esta iniciativa se torna necessária para que os produtos penetrem, cada vez mais, em outros circuitos de comercialização, alcançando mercados mais competitivos e lucrativos. Mudança que se articula às primeiras iniciativas de “modernização” das atividades de produção, comércio e serviços no Agreste Pernambucano, que perpassam os anos seguintes e podem ser traduzidas como um movimento de *formalização* sem precedentes na região, conforme detalhado no Capítulo 4.

Esse movimento, inscrito nos resquícios da dicotomia formal-informal de oposição entre tais atividades, segue na linha de interpretação dos estudos pioneiros sobre o *setor informal*, coordenados pela OIT (1972), e busca sanar a informalidade nas lavanderias locais. O foco se dá no cumprimento à legislação ambiental, às normas de segurança do trabalho e os seus desdobramentos nas dimensões jurídico-institucional (registro da firma, carteira assinada dos trabalhadores) e sócio-econômica (profissionalização da gestão, qualificação dos trabalhadores, aumento do incremento tecnológico e de capital, padronização dos processos¹²⁹), que conectam a empresa a um padrão moderno na direção da formalidade.

A adesão ao processo de “modernização” em curso também vem melhorando a qualidade do produto final, propiciando mudanças na base tecnológica nos processos de *design* e modelagem, por meio de acesso a informações especializadas no mercado da moda nacional e internacional. Segundo o proprietário, esta postura só vem trazendo vantagens para

¹²⁹ Os desdobramentos a que nos referimos têm se dado combinando o formal ao informal, numa reelaboração do padrão informal da região. A exceção fica por conta do registro formal do negócio, que vem ocorrendo seguindo as prerrogativas legais, mas que também não se encontra isento de artifícios jurídicos nos casos de fechamento de empresas por endividamento.

o negócio: “*eu que comecei com sulanca, tenho viajado para feiras internacionais e também participo da Rodada de Negócios, espaço onde testo a aceitação das minhas peças [...] Antes, não entendia a importância da criação para dar o diferencial na peça, mas fui melhorando. Na nossa equipe temos pessoal capacitado*” (Gestor 08).

Neste depoimento podemos destacar alguns elementos para compor a nossa análise: um deles é a estreita relação do entrevistado com os agentes modernizantes privados, notadamente o SEBRAE e a ACIC para participação na Rodada de Negócios - espaço restrito às empresas locais que atendem a um certo patamar de qualidade nas confecções, capacidade produtiva e que adotam rotinas administrativas e fiscais (Cf. emissão de nota fiscal, uso de etiquetas padronizadas nos produtos etc.).

Outro elemento é que ao se perceber como “ex-produtor de sulanca”, que resistia inicialmente às novidades trazidas pelo setor de criação, acaba por assumir a posição de “empreendedor”, abandonando a de “sulanqueiro”. Uma aderência aparentemente natural ao discurso de modernização trazido para o “Território da Sulanca” nos anos 2001-2002 (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013; PEREIRA NETO, 2013; VÉRAS DE OLIVEIRA; BRAGA, 2014). No entanto, a autodenominação “empreendedor”, mesmo pautada numa construção discursiva traz, no seu bojo, tensões junto à forma habitual de gerir o negócio, impondo o abandono de práticas informais em diversas dimensões ou indicando metamorfoses entre o informal e o formal, como veremos na sequência.

Na citação anterior, no trecho “*antes, não entendia a importância da criação para dar o diferencial na peça*”, o entrevistado sinaliza a sua resistência inicial à incorporação da “modinha” ao mix de produtos da fábrica. O fato da empresa manter a produção de peças básicas em paralelo com a coleção indica resquícios da resistência à mudança relatada anteriormente. Durante conversa informal nos foi dito que o dono resiste em pôr em produção o que se chama de “modinha” (roupas femininas sintonizadas com as tendências de moda), gerando ruídos com as trabalhadoras da criação, que dizem ser este o foco da produção, enquanto ele (o proprietário) puxa para as peças básicas, alegando que são peças de giro rápido (de venda e capital) (Informação verbal)¹³⁰.

Apesar da racionalidade econômica vir à tona na justificativa do dono em manter as peças básicas como o “carro chefe” da produção, sinalizando o posicionamento da empresa no mercado, ainda não totalmente imersa na produção de confecção no circuito da moda, é possível também percebermos a dimensão sócio-cultural traduzida no dilema frente à

¹³⁰ Informação obtida durante conversa informal com trabalhador de uma das lojas da fábrica em novembro de 2015.

mudança, que não diz respeito apenas à organização do processo produtivo (tensões entre a produção taylorizada, com ganhos de escala e a produção flexível em pequenos lotes e sob encomenda), mas também a uma possível mudança na sua postura enquanto gestor, muito informada pela centralização, o que dificultaria a migração para um modelo mais participativo, compatível com o padrão flexível de produção.

Na situação concreta que relatamos acima, a dimensão contextual da informalidade também vem à tona, ao relacionar formas de produção nos moldes flexíveis (modelos que estão em curso desde a crise do fordismo e que penetraram no Centro-Sul do Brasil com maior pujança) e a produção taylorizada presente na indústria têxtil-confecção e em algumas empresas mais estruturadas do *Polo*¹³¹ com ganhos de escala e produção padronizada em larga escala.

Quanto à dimensão sócio-cultural a que nos referimos, chamamos a atenção nesta parte da análise para a centralização da gestão; porém, mais do que isso, para os vínculos sociais diretos entre o dono do negócio e o corpo gerencial da empresa, composto por parentes: uma filha trabalha no setor financeiro; a outra está sendo preparada para assumir a gerência da fábrica; a sobrinha atua como gerente comercial. Além destas, os dois encarregados (da confecção e lavanderia) trabalham há mais de 20 anos com o proprietário. Desta forma, percebe-se a permanência do caráter familiar da empresa e da preferência por “pessoas de confiança”, perfil que segue em paralelo com a formação escolar universitária exigida para ocupar cargos técnicos, como o de estilista e modelista, mas, não sendo este o critério predominante, e sim aquele das relações pessoalizadas. Vale salientar que os gerentes e encarregados estão posicionados em setores-chaves da empresa, o que garante o controle do negócio nas mãos do proprietário, em virtude da relação de proximidade com esses sujeitos.

A situação concreta relatada merece destaque e nos apoiaremos no pensamento de Portes (2013) para analisá-lo. O autor coloca que a manutenção dos vínculos de parentesco e de proximidade é fundamental para o funcionamento da empresa na direção da lógica de mercado (como vimos no parágrafo anterior). Deste modo, a atividade informal segue nos parâmetros de uma economia de crescimento, situação em que se torna, cada vez mais, dependente dos vínculos sociais, ou seja, os laços de solidariedade se tornam centrais para a acumulação de capital, funcionando para reduzir os riscos nas transações. Notemos que esta situação concreta é diferente daquela relatada nos estudos de Hart (1973), em que os vínculos sociais são acionados pelos sujeitos como forma primordial de transitar pela atividade

¹³¹ Temos como exemplo a empresa local Rota do Mar, conforme citado no estudo de Pereira Neto (2013).

informal, anulando as barreiras de entrada. Estamos diante de vínculos mais próximos com a dinâmica capitalista em que o informal, nesse caso representado, principalmente, pelas suas dimensões sócio-cultural e sócio-econômica é acionado, torna-se funcional à acumulação de capital e passa a compor, de forma central, as estratégias empresariais nessa direção.

Os estudos da *nova informalidade* citados anteriormente (CACCIAMALI, 2000, 2001; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011b; ARAÚJO, 2011) já haviam sinalizado para o deslocamento do informal na direção do núcleo capitalista e esta é uma situação concreta onde temos novamente o entrecruzamento entre duas dinâmicas: a formal e a informal, onde ambas se direcionam para o centro da acumulação de capital.

A tendência à acumulação de capital, que sugere a adesão à gestão moderna, pressiona para o reposicionamento do dono do negócio inclinando-o para assumir as atividades de concepção e não mais de execução, ou seja, deve-se voltar para o planejamento estratégico de longo prazo (*i.e* definição da visão, missão, dos valores, objetivos e metas, análise de SWOT) e os seus desdobramentos na padronização dos processos operacionais de marketing, finanças, cadeia de suprimentos, logística, gestão de pessoas e gestão ambiental. Neste sentido, relatos obtidos em campo evidenciaram que a empresa já acionou o serviço de consultorias em gestão, fruto das negociações junto aos agentes locais, sobretudo o SEBRAE (*i.e* SIGEOR), para a elaboração do planejamento estratégico. As capacitações gerenciais também vêm habilitando o gestor a compreender o planejamento estratégico como central para aumentar a competitividade do negócio, porém ele próprio nos revelou rapidamente que a visão, a missão e os valores da empresa são informações de acesso restrito, não se disseminando para o conjunto dos trabalhadores.

Este é um ponto sensível para a implantação da gestão moderna, pois, como sabemos, é necessário que o planejamento avance do nível estratégico até o operacional, de forma a se materializar nas tarefas do dia-a-dia. Neste sentido, as gerências intermediárias são fundamentais, pois funcionam como elo de ligação entre o dono da empresa e o chão da fábrica no percurso da cadeia de comando. O nosso entrevistado tem estado atento a este ponto e, como citamos, a coordenação dos principais processos da empresa está a cargo dos gerentes de recursos humanos, finanças, comercial e dos encarregados de produção e de lavanderia. Isto dá indícios da existência de uma estrutura organizacional formalizada por meio de uma departamentalização mais de tipo funcional. Esta nossa hipótese pode-se confirmar a partir da observação que fizemos no espaço da empresa, onde constatamos um arranjo físico orientado pela demarcação das áreas operacionais e as de apoio operacionais.

O esforço de padronização dos processos, outro indício da gestão moderna, também foi evidenciado *in loco*, pois identificamos formulários que acompanham as peças durante as etapas do processo produtivo e circulam entre os diversos setores operacionais fornecendo informações detalhadas sobre as matérias-primas e os procedimentos operacionais, de forma a orientar os trabalhadores na execução das tarefas. Esta mudança, que destoa do *padrão informal* de produção, ainda predominante no *Polo*, tem como foco a gestão da produção na medida em que busca a racionalização e otimização dos processos, com vistas a reduzir o desperdício de insumos e evitar o retrabalho por falhas na produção; o cumprimento de normas de segurança do trabalho; o aumento da produtividade e a inovação tecnológica, dentre outros¹³². A segurança do trabalho é mantida com a disponibilidade de EPI's para uso nas atividades de confecção e lavanderia, assim como a contratação de técnico de segurança para acompanhamento das normas de segurança e organização de palestras sobre o uso dos equipamentos.

Os ganhos de produtividade também se revelam na padronização das receitas de lavagens, principalmente para as peças da coleção, como dissemos na seção 5.1, derivadas dos intercâmbios de informações e produtos químicos com empresas deste ramo do Centro-Sul. A padronização desse processo, com redução no uso do insumo e aumento da eficiência são as principais vantagens apontadas pelo proprietário para a adesão a esta linha de produtos químicos com custo mais elevado.

Neste esforço de adesão ao padrão capitalista, formal um dos aspectos eleitos como prioritários para o proprietário diz respeito às modificações na base tecnológica. No final da década de 1990 foi adquirida máquina a *laser* para os desenhos dos diferenciados nas peças e uma máquina para pregar bolso. Estas máquinas chegaram para substituir o trabalho manual.

Segundo nosso entrevistado: “*eu fui chamado de louco por alguns colegas. A máquina a laser custava muito e eu fui buscar fora do país. Hoje não me arrependo. Depois da máquina tive redução de 30% no número de funcionários*” (Gestor 08). Notamos durante a entrevista que a inovação tecnológica aparece como solução para “*o problema da falta de mão de obra qualificada*” frente à exigência de qualidade para os produtos combinada à eficiência do processo produtivo. O trabalho manual em algumas tarefas, segundo o proprietário, acaba gerando alguns gargalos na produção e insegurança quanto à qualidade do acabamento. Estes são motivos para a aquisição de máquinas e equipamentos, mas também

¹³² Estas modificações atinentes à gestão da produção são derivadas das consultorias sistêmicas de produção coordenadas pelo SENAI, que têm como focos principais a gestão da produção e a gestão de design de moda, ambas voltadas para a racionalização dos processos e aumento da competitividade do negócio (PEREIRA NETO, 2013).

para a externalização da etapa final de retirada da linha e pêlo nas peças. A principal vantagem está nos ganhos de produtividade. Nesta mesma linha, no plantel da fábrica, algumas máquinas de costura possuem medidores de produtividade, dispositivos que auxiliam na manutenção do ritmo de trabalho com base nas metas pré-estabelecidas.

As mudanças na base tecnológica, pela via dos sistemas integrados e computadorizados, estão presentes no modo flexível de produção, largamente divulgadas, a partir da década de 1990, no país, e relatadas por vasta bibliografia, como os estudos de Antunes (2004), Druck (1999), Santana (2005), dentre outros, com implicações nas relações de trabalho, como veremos no capítulo seguinte.

Na fábrica em análise, a efetiva incorporação de tecnologia (*i.e* Audaces para criação e modelagem; sistema CAD/CAM; máquina a *laser*; cabines de aplicação de permanganato) é sintomática da estreita relação que o proprietário estabelece com o SEBRAE e a ACIC por meio da participação nas missões empresariais promovidas por esses agentes, que incluem a visita a feiras nacionais de máquinas e equipamentos para o segmento de confecção e lavanderia. O seu envolvimento também é presente na ALC, onde compõe a diretoria, e nos projetos encabeçados pelo SEBRAE/ITEP, que orbitaram em torno da questão ambiental. A empresa está no rol das que seguem as determinações do Ministério Público, como a emissão de laudos técnicos, licenças ambientais, cumprimento às normas de segurança do trabalho, dentre outros já citados. Este é um elemento importante e que integra as dimensões sócio-econômica e jurídico-institucional, incorporando a legalidade ao funcionamento do negócio.

De outro lado, a dimensão sócio-cultural da informalidade se torna imprescindível para entendermos a persistência do padrão informal na região e o seu caráter estruturante. Como vimos na seção 5.1, a padronização de rotinas atinentes aos cânones da gestão moderna não tem sido implantada na sua amplitude, aproximando a gestão da unidade produtiva de um modo híbrido que combina o moderno e o tradicional, o formal e o informal (OLIVEIRA, 2008). Um dos pontos explicativos pode derivar da centralização do negócio nas mãos do proprietário, chegando a aproximar o negócio das atividades informais de pequeno porte. No momento da visita às instalações nos foi relatado que o encarregado de lavanderia, responsável pelos lavados, estava afastado das atividades laborais, com atestado médico, pois havia se acidentado no dia anterior. O interessante foi o depoimento da gerente de recursos humanos sobre o assunto:

“Um funcionário, responsável pelo setor de lavagem, recentemente sofreu um acidente e está afastado há uma semana. É ele que tem o entendimento, que sabe todos os tipos de produtos para lavagem.

Então isso atrasou, ficamos assoberbados de serviço. O que aconteceu foi que o proprietário teve que vir para poder fazer o serviço”

Pelo relato acima observamos que, mesmo em dada empresa com muitas rotinas padronizadas e com conexões junto ao circuito mais propriamente capitalista, o processo de lavagem está centralizado em um único trabalhador. A presença do proprietário no processo produtivo não é indicio do que Cacciamali (1982) afirma:

Firmas pequenas e médias, face às restrições que lhes impõem suas características tecnológicas de efetivo de pessoal, têm possibilidades mais restritas de estabelecerem extensa divisão do trabalho. Logo, não possuem uma subdivisão de postos de trabalho nem em cadeia, nem em níveis hierárquicos. A organização interna de trabalho nestas firmas é, portanto, bem menos complexa que aquela levada a cabo pelas grandes empresas. Em firmas pequenas, [...] a organização do trabalho abrange, os níveis de comando e execução. Os trabalhadores são responsáveis por todas as tarefas de execução e o proprietário, neste caso, não delega autoridade e é responsável pela gestão do negócio, isto é, organização, preparo e controle do trabalho, contato com a clientela, fornecedores, banco, fisco, etc. (CACCIAMALI, 1982, p. 48).

Há de se destacar que a empresa não está situada nas brechas do processo de acumulação de capital e, portanto, não se trata da ausência de divisão técnica do trabalho que se desdobra no acúmulo de atividades nas mãos do proprietário para reduzir custos e garantir a sobrevivência do negócio. Pelo contrário, esta presença se deu por um vínculo, um laço de proximidade entre o dono e o encarregado de lavanderia. Associado a isto podemos dizer que a centralização da gestão nesta atividade-chave pode estar pautada por uma escolha racional no sentido de salvaguardar uma espécie de “segredo industrial” na fase de acabamento do produto. Esta pode ser uma estratégia empresarial que chama para o núcleo a informalidade, na linha dos estudos da nova informalidade (CACCIAMALI, 2000, 2001; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011b; ARAÚJO, 2011) e combinando simultaneamente as dimensões sócio-econômica (relativa ao processo produtivo), a sócio-cultural (vínculo de proximidade entre o encarregado de lavanderia e o proprietário), o contextual (a atitude de ir para o chão da fábrica - cabe no contexto do polo - e das unidades produtivas intensivas em trabalho da cadeia têxtil-confeção).

A dinâmica formal-informal também se revela no conceito de moda que se tem buscado incorporar à peça produzida e que é necessário problematizar. Algo, a princípio, sintonizado com o circuito moderno, capitalista, formal, recebe adaptações e se conecta com a informalidade na dimensão sócio-econômica, materializado na cópia dos modelos. Nesta situação, percebemos a introdução de elementos da cultura local gerando um modo específico de produzir, mas que na fábrica em realce é tensionado pelo conhecimento especializado das

designers, estilista e modelista.. Entre estes dois pontos está a forma com que a empresa coleta o grau de satisfação dos clientes com o produto. Esta informação interfere no lançamento das coleções e na forma com que a criação é produzida. O imprevisto neste processo, que se baseia no *feedback* informal dos gerentes de loja, é outra evidência de como a informalidade persiste, especificamente na gestão dos processos do negócio. Deste modo, podemos afirmar quão frágil é considerarmos a dimensão jurídico-institucional, que nos remete ao registro formal do negócio, como definidora da informalidade/formalidade.

A unidade produtiva do **Perfil Empresarial Integrado II** se confunde com a trajetória laboral do proprietário. Como vimos na seção 5.2, ele atua no ramo de confecção há 30 anos e tal qual o gestor da unidade produtiva anteriormente citada, iniciou na atividade atravessado pelos vínculos pessoais, porém, no seu caso, especificamente os laços de amizade tiveram uma centralidade maior do que os familiares para dar o pontapé inicial no sentido de montar a sua primeira fábrica de confecção com firma constituída.

Ele (o amigo) entrou com o crédito e eu com a experiência de comprar e vender mercadoria. Para você ter uma ideia eu pegava confecção aqui, juntava mil peças e viajava para a Bahia. Passava uma semana [...]. Pegava o ônibus da Itapemirim, deixava as roupas guardadas na transportadora da Itapemirim. Não tinha muita clientela formada, procurava as lojas e vendia para os lojistas. [...]. Me dei bem. Vendi tudo em dois dias (Gestor 06, entrevista em 13.07.14).

Nesta situação concreta já percebemos o enraizamento social da atividade econômica, nos termos de Portes (2013), que nos permite integrar as dimensões sócio-econômica e a sócio-cultural da nossa formulação sobre a informalidade e que permearam a origem da atividade de confecção agrestina e se perpetuam no seu desenvolvimento. Porém, vale destacar que o vínculo social não direcionou o entrevistado para a atividade informal, e sim provocou o efeito de lançá-lo para a formalidade na dimensão jurídico-institucional. No nosso ponto de vista, isto reforça a dialética na relação formal-informal e evidencia que a formalidade também não prescinde dos vínculos sociais para se estabelecer (PORTES, 2013), principalmente quando a atividade econômica vai saindo da condição de ser uma alternativa de sobrevivência, um meio de vida e vai produzindo algum excedente, que se conecta paulatinamente ao circuito da acumulação de capital (CAVALCANTI, 1987). Na situação que estamos realçando, não podemos afirmar que a pequena produção se colocava funcional ao capital, mas já produzia os primeiros sinais do que viria mais à frente, trazendo em si os germens das suas contradições.

O desenrolar do negócio, como vimos na seção 5.2, seguiu como empresa, mas informal nos seus processos, na forma de gerir o negócio, na ausência de trabalho regulado e presença de familiares na execução das atividades, situação esta complexa que integra dialeticamente a formalidade na dimensão jurídico-institucional à informalidade na mesma dimensão (trabalhadores sem carteira assinada) e na dimensão sócio-econômica (falta de padronização dos processos, profissionalização da gestão, dentre outros) e sócio-cultural (presença de vínculos familiares na execução do trabalho).

No entanto, o resquício de formalidade pela via do registro da firma se dissolveu após crise financeira atravessada pelo proprietário e que culminou na “quebra” do negócio. Neste momento, volta-se para o patamar da sobrevivência nos moldes de uma pequena produção de *jeans* em fundo de quintal, pouco capitalizada, com predomínio do trabalho familiar, sem subdivisão dos postos de trabalho em níveis hierárquicos. Cacciamali (1982) nos ajuda a caracterizar este pequeno negócio:

Em firmas pequenas, [...] a organização do trabalho abrange, os níveis de comando e execução. Os trabalhadores são responsáveis por todas as tarefas de execução e o proprietário, neste caso, não delega autoridade e é responsável pela gestão do negócio, isto é, organização, preparo e controle do trabalho, contato com a clientela, fornecedores, banco, fisco, etc. (CACCIAMALI, 1982, p. 48).

Este é um ponto interessante, que estamos chamando a atenção, pois o retorno à informalidade do ponto de vista jurídico-institucional (registro do negócio), somada às outras dimensões da informalidade (já citadas no parágrafo anterior), conecta-se à história laboral do proprietário, no segmento de confecção, atravessada por uma dinâmica de formalidade e informalidade nas discontinuidades nos negócios, com forte ênfase para a combinação firma registrada, trabalhadores não registrados e gestão não profissionalizada.

Nesta situação relatada não podemos nos referir à concepção de informalidade afeita aos dualismos, como já dissemos, que tratam o formal e o informal como desconectados (Cf. OIT, 1972; HART, 1973; CAVALCANTI, 1974), uma espécie de característica desviante dos países subdesenvolvidos, como protótipo do atraso, passível de ajustes por meio de políticas de crescimento econômico de forma a equacionar a oferta de emprego e a demanda de trabalhadores. Nem tampouco, reduzir a informalidade a uma noção direcionada à ausência dos vínculos de trabalho assalariado e do registro do negócio. A situação concreta relatada acima e que estamos analisando, imersa na experiência sócio-produtiva do *Polo*, envolve uma composição complexa entre o formal e o informal, porém, com a predominância da

informalidade em suas múltiplas dimensões (sócio-cultural, sócio-econômica, jurídico-institucional, contextual), como estamos destacando na nossa formulação.

Essa dinâmica formal-informal na unidade produtiva em análise vai se tornar ainda mais complexa quando o proprietário cadastra a unidade como empresa e inicia um conjunto de ações de modernização para alavancar o negócio e posicioná-lo em mercados mais lucrativos e conectados ao circuito do capital, que vão caminhando em paralelo com a manutenção de traços arraigados da informalidade. O encontro entre estas dinâmicas vai provocando tensões na gestão do negócio, um hibridismo entre o moderno e o tradicional.

Um ponto de inflexão no negócio acontece com a incorporação da lavanderia, no início dos anos 2000, como vimos, e isto se deu por alguns motivos que gostaríamos de retomar para analisá-los: o primeiro foi a percepção da grande procura dos serviços de lavagem de *jeans* por parte dos confeccionistas, o que viria a ser uma oportunidade de aumentar os ganhos mediante a lavagem para terceiros. O segundo, a expectativa de fechamento das lavanderias concorrentes em função da fiscalização pela CPRH que se inicia na região naquele momento. Ele afirmou retrospectivamente: *“a lavanderia é um negócio que pode dar dinheiro. Vai dar dinheiro e muitas vão fechar porque estão em desacordo com a legislação e vai sobrar mercado para mim”* (Gestor 06, entrevista em 13.07.14). No entanto, uma condição se colocava como fundamental para o êxito do negócio, sendo esta a terceira motivação: a aquisição de máquinas e equipamentos novos vindos dos fabricantes nacionais, de forma a se diferenciar do maquinário predominante nas lavanderias menos capitalizadas, com uso maciço de máquinas fabricadas por mecânicos locais.

Nos pontos citados acima podemos identificar alguns elementos na dinâmica formal-informal e que vão perpassar a unidade produtiva em análise, especialmente a gestão do negócio. Um deles é que mesmo diante da sua trajetória marcada pela informalidade do negócio, o proprietário não titubeou em adquirir equipamentos novos para abrir a lavanderia por meio de linha de crédito que pôde acionar por já estar com a firma novamente registrada. Percebemos aí uma mudança que vai aproximando-o cada vez mais da modernização, pois a escolha por maquinário vindo de fábrica se impôs, mesmo com os custos relativos a esta decisão, frente à possibilidade de adaptação. Esta foi uma escolha racional, dentro de uma lógica econômica, de busca por excedente. O outro elemento de destaque é a acirrada competitividade frente a outros donos de lavanderias, em que a regularização do negócio se torna elemento de diferenciação, visto que garante a permanência da empresa no mercado. Notamos, neste exemplo, o direcionamento do negócio para o circuito de acumulação de capital, modificando-se frente à atividade informal vinculada à sobrevivência do proprietário.

Cavalcanti (1987) nos ajuda a entender este direcionamento para o circuito do capital ao dizer que: “a atividade econômica informal pode exercer função de dar lucro (máximo) sendo uma atividade moderna associada ao setor formal ou cumprir a função de ser meio de vida por meio de atividade de pequeno porte”

Esta tendência de contato com os mercados capitalistas se aprofunda quando o proprietário passa por uma crise de superprodução (1.000 calções *jeans*/dia), pois a venda direta a atacadistas e a varejistas, sem a intermediação de representantes, começou a ser insuficiente para escoar a sua produção. “*Fui crescendo, crescendo, crescendo demais a empresa. E vou vender mais para onde?*” (Gestor 06). Este momento do negócio se conectava, de alguma forma, com o declínio do fordismo, que teve como um dos elementos desencadeadores da sua crise a superprodução em massa e o desenvolvimento da produção em moldes flexíveis. Mas, de que forma podemos visualizar nexos entre a experiência que ocorreu nos países centrais e o Nordeste brasileiro, especialmente com o Polo de Confeções do Agreste Pernambucano, representado aqui pela unidade produtiva em questão? Acreditamos que o ponto de mediação nesse contato está no Centro-Sul dinâmico - espaço de disseminação da produção flexível no Brasil, combinado, muitas vezes, ao fordismo periférico, com repercussões prioritárias nas indústrias capital intensivas, tais como a automobilística, a química, a petroquímica, a siderurgia (LEITE, 2011), mas com implicações nas indústrias tradicionais como a de confecção e calçados, tendo a terceirização e subcontratação como expressões nucleares do processo de acumulação flexível (HARVEY, 2010). Veremos, a seguir, que a saída encontrada pelo proprietário para o problema da superprodução enveredou por um contato mais intenso com o núcleo da dinâmica de acumulação de capital recente.

Na busca de solucionar a questão apontada, o proprietário tomou a iniciativa de acionar os vínculos sociais e de amizade construídos em São Paulo, ao longo do tempo, junto a comerciantes e fornecedores de insumos para confecção do *jeans* (tecido denim, botões etc.). A informação de alguns comerciantes o levou até a empresa contratante em São Paulo. Este foi um processo longo entre as primeiras negociações e a assinatura do contrato de exclusividade. O proprietário nos relata:

Passei um tempo negociando no escritório de São Paulo, depois mais outro para ajustar as modelagens à parte da costura. Eu fazia os testes, entregava, eles conferiam. Esta foi a parte mais demorada porque envolveu ajustar a confecção à modelagem deles [...]. Chegou a vir engenheiro de produção aqui na minha fábrica [...] Um amigo de São Paulo que também tinha passado por contrato desse tipo foi quem me ajudou também nessa fase. Precisei comprar algumas máquinas para dar conta das exigências de qualidade da peça, entrega no prazo e na quantidade certa (Gestor 06, entrevista em 13.07.14).

No depoimento, podemos observar o imbricamento entre o formal e o informal, com o esmaecimento das suas fronteiras, nos dizeres de Vêras de Oliveira (2011b), que se tornam quase imperceptíveis, mas apontam na direção do mercado capitalista nacional-global. Os laços de proximidade, para além da relação comercial¹³³, do proprietário com comerciantes situados em São Paulo, culminaram no acesso ao varejista no segmento de confecção. No entanto, essa *dimensão sócio-cultural da informalidade* viabilizou o contato do proprietário com a empresa, mas não foi suficiente no sentido de afrouxar as regras para o seu ingresso como terceirizada por se tratar de transação regida pelo padrão racional, moderno, baseado na garantia jurídico-institucional e na impessoalidade do contrato.

Note-se que o processo para o fechamento do contrato, como vimos na citação acima, durou alguns meses e resultou na transferência de conhecimento e informação tecnológica para a confecção chegar ao padrão de qualidade determinado pela contratante. O rígido controle exigia a supervisão direta dos trabalhadores dentro do espaço fabril, ponto este que inibiu a subcontratação de facções na etapa da costura, indo de encontro a uma prática habitual na região, de expressão da *informalidade nas suas dimensões contextual* (a subcontratação como elemento endógeno ao *Polo* e que se articula ao segmento de confecção nacional-global), *jurídico-institucional* (ausência de contrato entre confeccionista e facção; costureiras sem carteira assinada nas facções), *sócio-econômica* (relação de não assalariamento na pequena produção) e *sócio-cultural* (vínculos sociais entre o confeccionista e as facções), e também a um modo informal que predominava no negócio, como dissemos anteriormente.

Deste modo, o contrato em curso impôs a adoção de práticas modernas de gestão da produção, que pudemos ver *in loco*, como a organização racional do *layout* fabril, a padronização das rotinas no chão da fábrica com uso de formulários e ordens de serviço durante o processo produtivo, a busca por produtividade e redução dos custos de fabricação e os seus desdobramentos nos contatos com fornecedores, mediante a adoção de critérios racionais. Esta mudança, no entanto, não foi isenta de tensões entre o (novo) padrão moderno, capitalista, e a gestão improvisada e intuitiva que sempre acompanhou o negócio. Neste dilema, soluções foram criadas pelo proprietário, no nosso modo de ver, para se adaptar a esta nova configuração organizacional que se apresentava, dando corpo a uma dinâmica formal-informal com contornos próprios, mas que se estabelecia, cada vez mais, em contato com a

¹³³ Acreditamos que a construção dos laços de solidariedade recebeu influência da reputação do proprietário durante a relação comercial, sendo determinante para o vínculo de confiança e solidariedade que foi se constituindo.

dinâmica de acumulação de capital pela sua inserção na cadeia produtiva na condição de terceirizada.

Este foi um aspecto salientado por Cacciamali (2000, 2001) ao frisar que o processo de informalidade no contexto da globalização enseja conexões cada vez mais próximas com a dinâmica de acumulação de capital, que provoca modificações no negócio, que vai se inclinando para um padrão moderno, racional de gestão. No entanto, como dissemos, este processo foi permeado por disputas entre o (velho) padrão informal e o novo informal.

Uma primeira questão que convém citar neste processo foi a inovação tecnológica por meio da aquisição de máquinas e equipamento com vistas a automatizar algumas atividades manuais. Decisão esta que se assemelhou àquela tomada pelo proprietário da unidade produtiva de Perfil Empresarial Integrado I na direção da redução de custos e ganhos de produtividade. Temos a máquina a *laser* para os efeitos diferenciados. Agora, vejamos o exemplo da compra da máquina eletrônica de pregar bolso traseiro: *“essa é a parte mais demorada na fabricação de uma calça. A produção ficou em 2 mil bolsos por dia e até a regulagem da linha é feita por computador. Consegui substituir sete costureiras”* (Gestor 06). Podemos perceber que a solução encontrada pelo proprietário para possíveis gargalos na produção foi a mudança na base tecnológica, que implicou na redução de trabalhadores na linha de produção.

Como já dissemos, o desemprego estrutural atingiu o país a partir dos anos 1990 (ANTUNES, 2004), com repercussões também nos segmentos industriais tradicionalmente intensivos em mão de obra, como o de confecção, mesmo não sendo um processo homogêneo na cadeia têxtil-confecção e no setor industrial como um todo.

Outras soluções também seguiram na direção dos ganhos de produtividade e da redução de custos, mas para a execução de alguns projetos concebidos pelo proprietário, trabalhadores por conta própria (pedreiros, mecânicos) da região e de sua confiança foram acionados, a exemplo do projeto para as cabines de diferenciado, que não envolveu a compra direta da máquina junto aos fabricantes. O proprietário nos relata: *“chamei o pedreiro e disse a ele como queria, ele foi fazendo e eu fui acompanhando. O projeto foi meu. Demorei um pouco pra chegar nele, fui a São Paulo, vi umas cabines de amigos e de concorrentes. Achei tudo muito caro e eu queria economizar, sem perder a utilidade da coisa toda e me adequar às normas”* (Gestor 06).

Nesta situação, igualmente rica para analisarmos o imbricamento formal-informal na “modernização adaptada”, percebemos que o contato com o pedreiro foi fundamental para executar o projeto “inspirado” na cabine de *used* comercializada por fornecedores do Centro-

Sul e presente na unidade produtiva do Perfil Empresarial Integrado I e em outras que veremos adiante. A “invenção” melhorada do proprietário garantiu o barateamento dos custos, se comparada à máquina vinda diretamente da fábrica e também a adequação às NR’s de segurança do trabalho, conforme exigência no TAC.

Outro elemento que podemos extrair a partir do depoimento que acabamos de recuperar é o protagonismo do dono do negócio, a autopercepção da iniciativa própria, que o aproxima do perfil do empreendedor divulgado pelo SEBRAE, uma espécie de aderência discursiva à ideologia da modernização encabeçada por esse agente. Ainda que essa aproximação seja notada, não chega a se completar, na medida em que percebemos, a partir de seus relatos, uma posição reticente e distanciada aos intercâmbios com o SEBRAE:

A minha esposa sempre me pergunta porque não dou valor ao SEBRAE. A questão é que eu nunca precisei deles. Eles nunca me ajudaram em nada. Quando eu tentei contato com eles pra fazer alguma coisa, eles vinham com as novidades e eu já sabia. Se é pra conversar besteira, eu nem vou lá. Eu vou atrás de quê? Registrei a minha marca no INPI e fiz tudo sozinho. Entrei em contato com eles no Rio de Janeiro e fui acompanhando pelo sistema. Não precisei de SEBRAE (Gestor 06)

Fica nítida a postura pragmática do proprietário ao identificar que o SEBRAE não o ajuda a resolver, a dar solução as suas demandas, além de não visualizar a entidade como ofertante de inovação. Na mesma direção, quando indagado sobre o ITEP, ele afirma: “não tive apoio do *ITEP na elaboração dos projetos do diferenciado e da estação de tratamento de efluentes automática. Eles vêm aqui olhar, mas a ideia foi minha*” (Gestor 06). Acreditamos que a situação relatada atesta uma resistência à ação dos agentes modernizantes, mas não propriamente de rejeição à modernização em si, à conexão que esta estabelece com uma dinâmica mais propriamente capitalista. Mas, à forma de atuar desses agentes a partir de uma lógica moderna, racional que prescinde da informalidade, entendida nessa situação como sinônimo de atraso e atravessada, portanto, por uma compreensão dual, dicotômica.

Em nosso entendimento, aqui residiria, uma das fragilidades da atuação destes agentes junto aos proprietários de lavanderias do *Polo*, ou seja, uma dificuldade em dialogar e incorporar a experiência e o conhecimento prático locais.

A iniciativa individual do proprietário pode ser vista na sua atuação centralizadora e que concentra rotinas de apoio operacional atinentes aos setores de marketing (desenvolvimento de produto, gestão do contrato de exclusividade), suprimentos (compra, catalogação e controle de estoque das peças de reposição; compra de insumos e maquinário), finanças (fluxo de caixa), dentre outros. Esta posição o diferencia daquela que vimos na unidade produtiva do Perfil Empresarial Integrado I, cuja departamentalização funcional, sob

a coordenação das chefias intermediárias, indica uma menor centralização das atividades nas mãos do dono, apesar deste elemento se fazer presente. Esta centralização indica um descompasso frente à gestão moderna, pois reduz o fluxo de informação dentro da empresa, deixando de ser elemento de competitividade. De outro lado, as iniciativas seguem na direção do contato, cada vez maior, com o circuito hegemônico do capital, mais precisamente, o mercado dinâmico de São Paulo; no entanto, faz isto sob o signo da informalidade.

Para além dos contatos com fornecedores situados em São Paulo para a compra de insumos da confecção (*Cf.* denim, botões), como vimos na seção 5.2, de forma a obter menores preços e garantir a padronização da peça (principalmente o tecido), não podemos deixar de citar o intercâmbio que vem se estabelecendo, ao longo de 10 anos, com o serviço especializado de estilista, que lhe apresenta os lançamentos do mercado internacional da moda, ao passo em que traduz o conceito para a sua peça de marca própria¹³⁴. Esta condição de subcontratar o estilista no sentido de baratear o serviço conecta o proprietário à informalidade, mas na lógica do capitalismo flexível, no sentido de flexibilizar por satelização, externalizando essa atividade e reduzindo postos de trabalho¹³⁵ (HARVEY, 2005). Mas, observar esta situação sob este ângulo é insuficiente, pois, em alguma medida, estaríamos caindo na chave da funcionalização da informalidade (OLIVEIRA, 2008; CACCIAMALI, 2000, 2001). A próxima situação ilustra este argumento.

Novamente, o circuito das fábricas de projeção nacional foi acionado para a busca de inovação dos lavados. Observemos o seu relato:

Eu queria inovar. Peguei meu funcionário e fui pra São Paulo. Lá, fiz contato com o pessoal da lavanderia de um grande fabricante de jeans. Na época, me cobraram 30 mil reais para entrar, fazer um curso lá dentro e trazer coisas novas. Isto há 8 anos atrás. Como eu não tinha condição, o valor era muito alto, eu liguei e consegui falar com um pernambucano lá. Aí falei com esse pernambucano e consegui trazer para cá a equipe principal. Paguei a eles e passaram trinta dias aqui comigo. Então, tudo isso (no momento, nos mostrava algumas peças *jeans* beneficiadas) eu trouxe de lá (Gestor 06, entrevista em 13.07.14).

Como vimos, o contato intenso com o mercado paulista também dá o tom para as lavagens, o que destoa, do ponto de vista operacional, de outras lavanderias, cujas receitas de lavagens são repassadas por representantes de produtos químicos, que estabelecem parcerias, para além da venda dos produtos, como vimos na unidade produtiva de Perfil Empresarial

¹³⁴ Estas informações também se cruzam com as tendências de moda que vêm a partir das modelagens e dos beneficiamentos trazidos pela empresa contratante e que são aplicados às peças de marca própria.

¹³⁵ Neste sentido, percebemos uma diferenciação frente à empresa do Perfil Empresarial Integrado I e que mantem postos de trabalho ocupados por profissionais qualificados, tais como a *designer*, as estilistas e a modelista.

Integrado I e outras citadas no capítulo anterior. Porém, mais do que observar as receitas de lavagens, nos interessa como se deu o contato com a equipe da lavanderia paulista. Novamente, pela via da prestação de serviços, com redução de custos, centrada na iniciativa do proprietário nos seus laços de proximidade com o “conterrâneo”. Nesta situação, observamos também a presença do que estamos chamando de *informalidade multidimensional*, cujas dimensões se articulam e se expressam nos vínculos pessoais entre o proprietário e o prestador de serviço; na busca por redução de custos; na ausência de contrato formal na transação.

Nessa experiência, as dimensões se associam a um outro fator, que é a história laboral do proprietário, que iniciou como conta própria, espécie de ambulante, vendendo passarinho na feira. Trajetória esta marcada pela iniciativa, pelo “faça você mesmo”, que, ao nosso ver, vem resultando numa proximidade a um padrão propriamente capitalista, mas que traz no seu bojo as tensões da informalidade traduzida nas relações pessoalizadas, nos vínculos de amizade, que não estão completamente subsumidos à lógica de mercado.

Uma ilustração do que acabamos de afirmar, da iniciativa do proprietário, pode ser visualizada num problema que ocorreu na fábrica há alguns anos: uma das máquinas usadas na confecção quebrou, a produção ficou parada e havia um pedido para entregar. O proprietário complementa:

Liguei para **meu mecânico de muitos anos**, ele ficou aqui tentando consertar, mas precisava de uma peça. **Liguei para São Paulo**, para uma loja de peças de reposição e **o dono, muito amigo meu**, informou que tinha a peça. O vendedor até perguntou se eu queria que mandasse por sedex, mas eu preferi ir buscar a peça. [...]. Isso eram 4 horas da tarde. Comprei a passagem no mesmo dia e 11 horas da manhã já estava em São Paulo. Fui direto pro Bom Retiro. Peguei a peça e no final da tarde já estava em Caruaru. [...]. Liguei pro mecânico. Ele nem acreditou que eu já tinha arrumado. Desse dia pra cá, eu fui comprando as peças e tenho as principais de todas as máquinas. Tenho um estoque grande, tudo eu vou botando no sistema. Esses negocinhos aqui são parafusos que às vezes as máquinas precisam. Vão desgastando, eu vou trocando. Eu tenho um motor de uma máquina, caríssimo esse motor. No dia que quebrar, um, eu tenho outro. **Meu cunhado diz que eu sou doido** (Gestor 06. Grifo nosso).

No depoimento acima, percebemos os laços de proximidade permeando a atividade econômica, como nos sinalizou Hart (1973) e Portes (2013), e contribuindo para reduzir as barreiras na compra da peça. Neste caso, aquisição urgente em virtude da paralisação da produção, apesar do alto custo com a logística assumido pelo proprietário. Mesmo pressionado pela não interrupção do processo produtivo em função do contrato de

exclusividade em curso,¹³⁶ a sua decisão de manter numeroso estoque das peças de reposição não se encontra totalmente alinhada ao moderno gerenciamento de estoque, pois mantém cada peça em quantidades superiores ao estoque de segurança, o que imobiliza maior capital. A decisão, portanto, não esta perpassada totalmente por uma lógica estritamente racional, econômica, capitalista. Inclusive, confeccionistas próximos, os que são considerados amigos, recorrem às peças de reposição quando as suas máquinas quebram. Aparece aí, novamente, a força dos laços de solidariedade, para além da competitividade.

Nesta tese, como dissemos, não estamos partindo da relação dicotômica entre o formal e o informal. Logo, o fato do nosso entrevistado não aderir ao projeto encabeçado pelos agentes privados modernizantes¹³⁷, assim como a existência de conflitos durante a intervenção dos órgãos estatais de regularização do segmento¹³⁸, não o colocam distante do circuito moderno, capitalista, formal, nem tampouco o faz abandonar o circuito tradicional, informal. Não obstante os conflitos e as tensões citados, o proprietário vem se adaptando aos requisitos legais, pressão que vem também à reboque do contrato de exclusividade, que exige situação regular junto a vários órgãos de regulação da atividade (e.g Junta Comercial, Receita Federal, Ministério do Trabalho, CPRH, Polícia Federal, Corpo de Bombeiros).

São duas forças exógenas que se reforçam mutuamente e restringem as brechas. Mas, a relação formal-informal enseja uma dinâmica em que as forças estão em disputa, como nos alertou Vêras de Oliveira (2011b). Nas situações empíricas relatadas, o proprietário atende à regularização, ao tempo em que inclui uma inovação no processo (e.g ETE automática, cabine de used), mas fazendo isso a seu modo, dando forma a uma simbiose de contrários. No entanto, o informal vem se aproximando cada vez mais do padrão moderno, capitalista (CACCIAMALI, 2000, 2001; ARAÚJO, 2011).

A unidade produtiva do **Perfil Empresarial Parcial** possui lavanderia independente, funcionando em amplo galpão arrendado, desde 2011, como dissemos na seção 5.3. Esta condição especial de ocupar o espaço físico onde já funcionou uma lavanderia cooperativa,

¹³⁶ Outro ponto relacionado às precauções para evitar interrupção na produção diz respeito às invenções e adaptações no maquinário. São ferramentas feitas para evitar que o trabalhador manipule demais a peça e possa quebrá-la. Neste sentido, comprou um regulador de pressão na pistola das cabines de *used*. [...]. Ninguém mais mexe. Regulou, regulou (Gestor 06).

¹³⁷ O entrevistado revelou que participa da associação de lavanderias, mas comparece às reuniões esporadicamente, sem maiores vínculos e contatos com os donos das outras lavanderias. As informações das reuniões chegam por meio de advogado que dá assessoria ao proprietário e o mantém atualizado.

¹³⁸ O proprietário nos relatou uma situação tensa envolvendo o parecer técnico de um engenheiro (da sua confiança) sobre o funcionamento da caldeira e a posição do fiscal da CPRH, que indicava a interdição da caldeira, o que implicaria na paralisação das atividades da lavanderia.

construída com recursos dos cooperados na ordem de um milhão, já inseriu a unidade num padrão moderno, formal do ponto de vista da organização da produção e do trabalho. O contrato de arrendamento, por sua vez, enseja a formalidade na dimensão jurídico-institucional referente ao registro da firma e também aos vínculos de trabalho (trabalhadores com carteira assinada). Caso tivéssemos seguido a linha dos estudos quantitativos sobre a informalidade (OIT, 2014, 2015) e/ou nos apoiado nos critérios jurídico-institucionais e sócio-econômicos, predominantes nas abordagens, conforme destacam Filgueiras, Druck e Amaral (2004), não enxergaríamos a informalidade na lavanderia em análise.

Não obstante a presença dos pontos citados, que atestam a constituição da unidade produtiva como formal, procuraremos explorar a informalidade nas suas múltiplas dimensões, considerando que existem brechas na experiência concreta em destaque.

O primeiro ponto a realçar é uma constituição societária e o direcionamento de um dos sócios para gerenciar a lavanderia, a quem tivemos acesso na entrevista. A experiência do sócio-gerente como trabalhador em lavanderias anteriores¹³⁹, atuando especificamente no desenvolvimento, ou seja, nas receitas de lavagens e nos efeitos diferenciados, dava-lhe a *expertise* para posicionar a lavanderia no mercado priorizando a lavagem “para dentro” e agregando valor à confecção de marca própria. A proposta feita seguiu na direção dele entrar com o trabalho¹⁴⁰, ou seja, ficar à frente do negócio, e o sócio com o capital.

Mas, não foi apenas este elemento mais objetivo, de qualificação do gestor e da sua contrapartida com o trabalho que culminou na sociedade. Esta ocorreu também atravessada por laços de amizade que foram se constituindo quando o confeccionista (o sócio) lavava as peças na lavanderia onde o gestor trabalhava. A sua atuação como bom desenvolvedor em máquinas de teste e no diferenciado foi “pegando fama” em Toritama e Caruaru no circuito das lavanderias de *jeans*. Esta fama foi disseminada depois de seis meses de estágio, no Rio de Janeiro, em indústria de produtos químicos para lavanderia. Os representantes da fábrica, que atuam junto às lavanderias do Polo ajudaram a divulgar o seu nome na região. Ele afirma que “*todo mundo me conhece aqui. Sempre trabalhei bem*” (Gestor 05).

A sua experiência no segmento não se esgotou no desenvolvimento, pois também atuou no setor comercial de algumas lavanderias conseguindo alavancar o volume de peças lavadas.

¹³⁹ As lavanderias onde trabalhou durante 3 anos foram apontadas como lavanderias “top” na região, por fazerem o beneficiamento da peça com foco no diferenciado. A maioria das lavanderias se localizava em Toritama e prestava serviços de lavagem para confeccionistas que vendiam suas peças em lojas de marca própria e também participavam da rodada de negócios e feiras de moda.

¹⁴⁰ O acerto incluía pagar um salário ao sócio-gerente mais uma comissão pela quantidade de peças lavadas.

Depois, foi convidado pelo atual sócio para trabalhar na fábrica de confecção (a que citamos na seção 5.3) do mesmo grupo familiar, após ter passado um ano atuando no beneficiamento de *jeans* no Polo de Confecções de Jaraguá, em Goiás. O sócio, naquele momento como chefe, conheceu mais de perto o seu trabalho no beneficiamento do *jeans* e nas vendas junto às lavanderias terceirizadas. Este contato mais de perto na relação patrão-empregado e o vínculo de amizade que haviam construído, culminaram no convite para a sociedade, que se constituiu com CNPJ próprio, desvinculado da confecção.

Nesta reconstituição que fizemos do início do negócio, já percebemos a dinâmica formal-informal se revelando no encontro da dimensão sócio-cultural da informalidade como passaporte para ingressar na atividade produtiva da lavanderia (dimensão sócio-econômica), devidamente formalizada do ponto de vista jurídico-institucional. O critério da pessoalidade, que funciona como barreira de entrada à atividade informal e que permeia as atividades sócio-produtivas locais, foi atendido e o gestor pôde circular à vontade no complexo das atividades produtivas do *Polo* agrestino.

Este ponto foi visto também nas pesquisas de campo de Hart (1973), na África, e Machado da Silva (1971), no Brasil, ao identificarem que as atividades informais estão imersas numa lógica própria, destoante do padrão moderno, capitalista, e que isto se constitui como barreira de entrada. Isto significa que mesmo com o domínio do “saber fazer” que o habilitava a atuar na lavanderia, a indicação de terceiros e os laços de amizade e de confiança com o sócio foram preponderantes na atividade econômica (PORTES, 2013).

O foco de atuação do gestor seguia na direção de: “*reduzir o volume de roupa, ter maior controle, agregar valor à peça, aumentar a qualidade, trabalhar menos, lucrar mais*” (Gestor 05, entrevista em 12.07.14). Este conjunto de objetivos traçados e que nos foi colocado durante a entrevista desdobrou-se em estratégias adotadas na gestão do negócio com ênfase numa atuação mais próxima do circuito superior da economia, ou seja, do moderno, racional, capitalista, nos termos de Santos (2004). Para este feito, o re-posicionamento do negócio precisava atentar para as características dos mercados mais capitalizados (SANTOS, 2004), que significava encontrar alternativas e (novas) composições para a tendência à formalidade da gestão e a informalidade generalizada e prevalecente na região.

Uma primeira questão nos remete ao processo produtivo, logo, à dimensão sócio-econômica da formalidade/informalidade e diz respeito à redução do volume de roupa lavada. Nesta situação concreta, a posição do gestor é focalizar na agregação de valor à marca própria e reduzir deliberadamente o volume de serviços para terceiros, principalmente se o lavado requerido for básico (*e.g* amaciado que custa 1,50 por peça), pois “*não dá dinheiro para a*

lavanderia”. Ele nos disse que a lavanderia, então, não vai direcionar o beneficiamento para as peças “de sulanca”, pois não cobre o custo do lavado. A sua intenção é maximizar os beneficiamentos que atingem 10 reais por peça, pois agregam valor ao produto final e atraem os confeccionistas que querem pagar o preço para fazer moda.

Esta posição cria imediatamente uma tensão com os confeccionistas que produzem sulanca (a maioria, segundo relatório do SEBRAE publicado em 2013) e segue na contramão de boa parte das lavanderias da região, inclusive algumas pesquisadas, que mantêm a lavagem para terceiros como forma de pagar os custos operacionais. Esta prática é generalizada no *Polo* e se dá, principalmente, em lavanderias com grande plantel de máquinas, por vezes ocioso diante do volume pequeno da confecção própria direcionada à lavagem, e também das brechas na sequência do processo produtivo que vão deixando máquinas ociosas.

A proposta do gestor, deveras arrojada para o contexto local, concentra-se, como vimos, na focalização da produção em pequenos lotes, destoando da produção em escala. Esta decisão, aparentemente de dimensão estritamente técnica, conecta-se diretamente ao período recente de reorganização empresarial em escala global com repercussões na disseminação de novos métodos de organização da produção e do trabalho em moldes flexíveis, diferentemente da rigidez do taylorismo-fordismo (DRUCK, 1999; ANTUNES, 2004; HARVEY, 2010; SANTANA, 2005). Este nexos com o contexto nacional-global precisava entrar no negócio e imprimir um conjunto de ferramentas de gestão que enfatizasse os ganhos de produtividade, a redução de custos, a inovação tecnológica, o aumento da qualidade em processo e produto.

Estes jargões empresariais, todos acionados pelo gestor durante a entrevista, já indicavam um alinhamento discursivo ao modo de atuação do SEBRAE pautado no Gerenciamento Estratégico Orientado por Resultados¹⁴¹ (SEBRAE, 2006), que foi ganhando expressão na interação com a entidade durante sua participação em *workshops* promovidos por esse agente e a ACIC, nas feiras nacionais de máquinas e equipamentos para lavanderias e também nos projetos coordenados em parceria com o ITEP¹⁴² (*Cf.* Selo Verde). Além destes elementos, um outro é o fato do nosso entrevistado compor a diretoria da associação, a ALC, ocupando a pasta de *marketing*.

Muito embora os pontos citados atestem o seu engajamento com uma dinâmica mais moderna, estes, por si só são insuficientes, pois estamos ainda no campo das ideias. Outras conexões são necessárias para dar materialidade, objetividade aos discursos dentro da fábrica.

¹⁴¹ Trata-se do GEOR, conforme detalhamos no Capítulo 4.

¹⁴² Vale salientar que tivemos acesso às dependências da lavanderia e conversa com o gerente por intermédio de coordenador do ITEP.

A aquisição de produtos químicos de alta performance (*e.g* Hi Tech) para os lavados e a incorporação de tecnologia a *laser*, ambos visando aos ganhos de produtividade, ao aumento da qualidade e à redução de custos formam um todo coerente que aponta para um mesmo ponto de chegada: o contato mais intenso com a dinâmica de acumulação de capital.

A mudança da base tecnológica com a introdução da máquina a *laser*, como vimos na seção 5.3, possibilitou o salto de qualidade nos efeitos diferenciados nas peças, combinadamente à redução dos custos pela diminuição de trabalhadores:

A gente investiu em máquinas, que é melhor, e botou menos colaboradores [...]. Chegou a ter 50 e produzia essa mesa quantidade de roupa. Comprei mais maquinário e reduzi os trabalhadores do diferenciado [...]. (Gestor 05, entrevista em 13.07.14).

Esta tem sido uma prática adotada pelos proprietários das unidades produtivas anteriores, em que a inovação tecnológica tem atingido o setor de diferenciado (onde a peça agrega mais valor) e menos o de produção úmida. Neste setor, a fábrica em análise apresenta uma peculiaridade frente às anteriores, que é o fato do gerente-proprietário assumir a tarefa do desenvolvimento no chão da fábrica, que significa criar e testar lavados novos (não cadastrados, não habituais) e efeitos diferenciados nas peças piloto antes da entrada na linha de produção¹⁴³. Em lavanderias de porte compatível ao desta, a tarefa cabe a um trabalhador do operacional, a maioria com qualificação tácita.

Nesta situação relatada, o que nos interessa principalmente é realçar que a dinâmica formal-informal se revela nessa dupla ocupação em que o gerente (patrão) se assume como trabalhador. Mas, esta “coincidência”, apesar de derivar de acordo informal com o sócio, não pode ser entendida nos mesmos termos do acúmulo de função nos pequenos negócios, de baixa capitalização, que alguns estudos chamaram a atenção (SOUZA, 1980; CACCIAMALI, 1982). Esta sobreposição não é fortuita, pois se dá justamente no setor de criação dos lavados e diferenciados. Porém, só é possível agregar valor à peça com conhecimento especializado e, como já vimos, a vasta experiência do gestor com o uso de tecnologia (*Cf.* produtos químicos) em lavanderias locais e em Jaraguá¹⁴⁴ lhe conferia a condição de profissional qualificado para elaborar o beneficiamento das peças num grau de qualidade técnica compatível com o

¹⁴³ Na unidade produtiva de Perfil Empresarial Integrado I, o dono detém o conhecimento do processo de lavagem, mas esta tarefa está concentrada nas mãos do encarregado de lavanderia.

¹⁴⁴ O Polo de Confecções de Jaraguá com foco na confecção e lavagem do *jeans* se desenvolveu com base na pirataria de roupas, ou seja, falsificação exata da confecção e lavagem de calças *jeans* de griffes famosas, como a Zoomp, M.Officer, Calvin Klein etc. Isto significa que não existe o pagamento dos direitos de propriedade industrial da marca às empresas. Não obstante este fato, fica nítido o refinamento na qualidade do produto, principalmente na sua dimensão tecnológica.

mercado da moda. Este perfil profissional está totalmente alinhado com o reposicionamento do negócio.

Neste sentido, a ênfase maior da atuação se volta, então, para as fases de identificar a tendência de moda, ver o tipo de tecido, o modelo da peça, montar a receita de lavagem, desenvolver os efeitos manuais nas peças, orientar o encarregado de lavanderia após testes das peças piloto. Na sua percepção, aí reside certa originalidade, que destoa da cópia e impulsiona o negócio para mercados mais lucrativos. Então, a proposta está centrada em “*desenvolver uma coisa diferente, que agregue valor à peça. Aqui na região a maioria copia*”. (Gestor 05). Novamente, vêm à tona o assunto da cópia, um ponto sensível na linha de produção e que os proprietários têm buscado sanar, de alguma forma, como vimos anteriormente, seja na criação do setor de *design* com a contratação de profissionais qualificados na fase da criação e modelagem, com implicações diretas na lavanderia; seja na contratação informal de prestadores de serviços com conhecimento nos lavados.

Na lavanderia em análise, as criações sofrem grande influência dos fornecedores de produtos químicos: “*eles criam no laboratório e passam para os clientes. Pegam a moda na Espanha e traduzem para a realidade brasileira*” (Gestor 05). Parece-nos que o gestor está discursivamente inclinado a rejeitar as cópias, que podem ser entendidas, na nossa formulação, compondo a dimensão sócio-econômica da informalidade, mas também sócio-cultural e contextual visto se tratar de uma prática social local, disseminada nos vínculos de proximidade entre os sujeitos. No entanto, ele revela que faz adaptações nas receitas de lavagens para reduzir custos, o que significa que não estamos falando em cópias, mas em adaptações às recomendações do fabricante. Vemos novamente a dinâmica formal-informal se revelando, entre o receituário/o prescrito e o praticado/o adaptado.

Hoje, além da folha, o produto químico é custo muito alto na lavanderia. É o segredo. Se eu trabalho numa empresa de produto químico eu digo: ó “Fulano” para fazer essa cor, você usa 10% do produto. Dilui com água, na relação de 1 para 10. 1 kg de roupa, 10 litros de água. Aqui eu vou dar meus pulos pra reduzir custo e vou sempre melhorar, aumentar a qualidade. Não vou deixar cair não. **Tem sempre esse diferencial em cada pessoa aqui.** Tem a máquina de teste. Eu crio, vou testando. Se ele manda usar 0,5, eu uso 0,4 e vejo se dá certo. Boto menos água e assim vai, sem deixar cair a qualidade (Gestor 05, entrevista em 13.07.14. Grifo nosso).

A adaptação no uso do produto químico, no relato citado, não dispensa o conhecimento técnico para “ver se dá certo”. A manipulação com os químicos é atividade minuciosa, com alto grau de suscetibilidade a erros, que podem comprometer um lote completo de até 120 peças - capacidade de uma máquina de lavar industrial (SINDILAV, 2013). Então, o imprevisto a que nos referimos é algo que envolve um risco calculado e tem

subjacente a lógica econômica, racional de redução de custos. A quantidade de produto químico usado nas lavagens tem ainda outro desdobramento, que é o custo para o tratamento físico-químico dos efluentes e o reuso da água, seguindo os parâmetros da CPRH para as lavanderias de *jeans*, conforme TAC's pactuados com o Ministério Público (MP-PE, 2012).

Este é um ponto de conflito com outros proprietários de lavanderias, denominado por nosso entrevistado como “*concorrência desleal*”, que significa não tratar a água descartada, reduzindo os custos com os produtos químicos para tal finalidade e, por conseguinte, reduz-se o valor dos lavados cobrados aos clientes. Ele detalha o ocorrido: “*algumas lavanderias cobram o lavado a 0,60 (o gestor cobra 1,50), mas não pagam o produto para tratar a água, não pagam INSS, FGTS. Gasto 2 toneladas e meia para tratar a água. Em torno de 5 mil reais por mês. Mas, o reaproveitamento da água é de 100% e descarto tratada no rio*” (Gestor 05). Nesta situação, percebemos o questionamento do gestor à *informalidade na dimensão jurídico-institucional* (burla às exigências legais por parte de alguns proprietários) e, dialeticamente, a cobrança por um certo vínculo de solidariedade nos negócios (*informalidade na dimensão sócio-cultural*), traduzida num preço médio de mercado para as lavagens.

Em outra situação, os vetores de força se invertem e os laços de solidariedade pela via da associação imprimem uma força maior na relação com os donos de lavanderia, principalmente nas de pequeno porte, configurando-se, grosso modo, em apologia a uma legislação mais flexível, quando o assunto são as adequações à CPRH e ao MP, cujas ações nem sempre são vistas com bons olhos: “*estamos nos fortalecendo porque a realidade de dono de lavanderia é totalmente diferente do que a promotoria pensa. A promotoria pensa que é tudo infrator. Cobra muitas exigências. Algumas lavanderias têm dificuldade de se adequar. É a mesma exigência para uma lavanderia de pequeno porte e de maior porte [...]*” (Gestor 05).

A segmentação das lavanderias em estratos vem se aprofundando no Polo e a regularização do segmento pelos agentes estatais contribui nesse sentido, pois vem aumentando os custos para os donos das lavanderias (vide leque de exigências no Capítulo 4). A formalidade na dimensão jurídico-institucional (registro da firma), como já vimos, não se desdobra em formalidade da gestão, principalmente nos pequenos negócios com presença vasta da informalidade nas suas múltiplas dimensões. Na perspectiva do nosso entrevistado:

Os donos de lavanderias em Caruaru estão numa situação bastante precária. Não está fácil. Também falta estudo, falta investir, falta buscar orientação. [...]. A turma não

faz custo aqui na peça. Não sabe o valor de cada lavado. Muitas vezes acha que apurado é lucro. A maioria não sabe. São poucos (Gestor 05).

Os pontos citados têm sido focalizados pelo SEBRAE, mas a sua formação como Técnico em Administração¹⁴⁵ o inclina para a gestão moderna, afastando-se do improvisado da feira. Neste sentido, vem se aproximando da gestão moderna, como dissemos, principalmente na área operacional, por meio de: a) controle de entrada e saída de mercadoria (*i.e* emissão de ordens de serviços com o detalhamento dos lavados/cliente e respectivos valores de venda; impressão de etiquetas com o tipo do lavado e as quantidades de peças para cada lote que entra e sai da lavanderia); b) padronização das receitas das lavagens em formulários com informações específicas (*i.e* passo-a-passo do procedimento, quantidade de produto químico, tempo e temperatura da lavagem); c) padronização dos efeitos diferenciados; d) elaboração de planilha para cálculo do custo da peça lavada, dentre outras.

Por outro lado, como vimos nas unidades produtivas anteriores, ainda persiste a concentração das atividades nas mãos do gerente/dono/proprietário, uma espécie de “faz tudo” (*“aqui tudo é comigo, eu coordeno, eu organizo”*) quando o assunto são as atividades das áreas de apoio operacional, como finanças, marketing, gestão de pessoas, suprimentos, dentre outros, sem divisão da empresa em áreas funcionais. Este é um elemento que conecta esta situação à informalidade nas suas dimensões sócio-econômica (gestão do negócio), mas também sócio-cultural (gestão centralizada) em paralelo com a padronização das rotinas. Nos termos de Oliveira (2008), tem-se aí uma organicidade entre o formal e o informal.

Esta simbiose de contrários aponta para a dinâmica de acumulação de capital, moderna, formal, porém não nos mesmos termos que a unidade produtiva anterior. Na unidade de Perfil Empresarial Integrado II, os elos de ligação com os mercados capitalistas ocorrem “por fora”, principalmente na contratação informal de profissionais com conhecimento especializado, na cópia das modelagens etc. Na lavanderia em análise, a dinâmica está “por dentro” do negócio, com a contratação de fornecedores de produtos químicos e compra de máquinas e equipamentos dentro do núcleo dinâmico.

Em paralelo, o gestor trouxe para a empresa a rede de contato informal construída na sua experiência laboral, traduzida na (o) (1) ampliação de clientes cujo relacionamento derivou da sua vivência no setor comercial em outras lavanderias; (2) conhecimento especializado para criação dos lavados conectada ao *design* de moda, além da redução de

¹⁴⁵ Esta formação escolar é diferenciada se compararmos com a maioria dos proprietários de lavanderias com o nível fundamental, muitas vezes, incompleto. O curso ocorreu na Faculdade de Administração da Universidade de Pernambuco (UPE), em Recife, quando ainda morava em Camaragibe, sua cidade natal, localizada na Região Metropolitana, antes da sua migração para o Agreste do estado.

custos para o negócio pelo fato de acumular as funções de gerente e desenvolvedor, resolvendo, assim, um problema de não ter um profissional capacitado para ocupar este posto de trabalho qualificado.

6.2. DINÂMICA FORMAL-INFORMAL NO PERFIL EMPRESARIAL HÍBRIDO

Esta unidade produtiva se relaciona às demais¹⁴⁶ pelas conexões que o proprietário teve com a Feira da Sulanca, onde vendia confecção, no início da sua trajetória laboral aos 18 anos. A oportunidade de montar a lavanderia e prestar serviço tem influência dos vínculos sociais que foram se estabelecendo com os fabricos e facções de *jeans* ali naquele espaço.

Os laços de proximidade com os confeccionistas locais, ao longo do tempo, vêm conformando um modo informal de gerir o negócio, próximo daquele improvisado, sem padrão de organização, citado por Cacciamali (1982) ao referir-se às pequenas produções de cunho familiar. No entanto, esta combinação das *dimensões sócio-econômica e sócio-cultural da informalidade* têm sofrido tensões durante as inúmeras pressões de que o proprietário da unidade produtiva tem sido alvo, fazendo-o se conectar, cada vez mais, com uma dinâmica propriamente capitalista.

É importante, no entanto, recuperarmos que o negócio tem início sem cadastro como pessoa jurídica, sendo esta uma tendência da região, logo de natureza contextual e sócio-cultural, como descrevemos na seção 5.4 e nas unidades produtivas anteriores, cujos proprietários estão atravessados pela experiência com a sulanca. Mas, longe de ser apenas um aspecto local, as unidades produtivas de fundo de quintal, organizadas nos domicílios dos proprietários vêm persistindo no tempo e acompanhando a produção de confecção (GORINI, 2000; COSTA; ROCHA, 2009) e dos outros elos da cadeia produtiva, como é o caso das lavanderias de *jeans*.

Após a lavanderia ser registrada como firma e começar a expandir a sua estrutura física, notamos que, de imediato, isto não repercute no sentido de formalizar a estrutura organizacional à maneira de uma departamentalização para as atividades de apoio operacional. Em 2004, cinco anos depois, na área administrativa, o “organograma” da empresa era “o dono, a dona” e um assistente administrativo, que começou a trabalhar na empresa em virtude dos laços de amizade com o proprietário (informação verbal)¹⁴⁷. Nesta

¹⁴⁶ A exceção cabe ao gestor da unidade de Perfil Empresarial Parcial cujo início da trajetória laboral não foi marcado pelo contato direto com a Feira da Sulanca, mas indiretamente na condição de motorista de Toyota.

¹⁴⁷ Informação obtida durante conversa com trabalhador que, na época, atuou como assistente administrativo na lavanderia e, naquele momento, cursava o ensino superior em Administração.

situação, a dinâmica formal-informal vista a partir da nossa formulação se traduz pela articulação dialética da *formalidade na dimensão jurídico-institucional* à *informalidade nas dimensões sócio-cultural e sócio-econômica*, esta última traduzida pela ausência de conhecimento especializado que repercutisse na divisão de responsabilidade em áreas funcionais (*e.g* marketing, finanças, gestão de pessoas, suprimentos etc.) próprios de uma empresa moderna, racionalizada. Podemos identificar os resquícios do imprevisto na gestão, ainda operando nos moldes da feira, conforme detalhado em Sá (2011), como um elemento que entrecruza as unidades produtivas analisadas, sendo observado, em menor grau, na unidade de Perfil Empresarial Parcial.

O descompasso entre o registro da firma e o imprevisto na gestão coloca a empresa num hibridismo moderno-tradicional que dá margem à ação dos agentes estratégicos locais com a finalidade de sanar a presença do elemento informal; neste caso, visto como um inibidor para o crescimento da firma. Este viés economicista da informalidade acompanhou algumas abordagens (OIT, 1972; CAVALCANTI, 1974), que a viam como sinônimo de atraso, a ser resolvido com políticas mais gerais de crescimento econômico que abarcassem a população pobre nos países periféricos. De outro modo, os próprios agentes defendiam o protagonismo dos pequenos empreendimentos, aproximando-se do entendimento da informalidade sob uma perspectiva liberal, baseada na iniciativa própria, sem intervenção estatal (*e.g* DE SOTO).

A ação dos agentes estratégicos junto à unidade produtiva em análise se intensificou a partir do final dos anos 2000, principalmente após a assinatura do TAC. No nosso entendimento, esta intervenção do Estado não só tem inibido a *informalidade na sua dimensão jurídico-institucional*, referente ao descumprimento de legislações específicas para o funcionamento do negócio, atravessadas pelo mote ambiental, mas tem aberto o caminho para a ação do SEBRAE e ITEP, compondo um todo, nem sempre articulado, que impulsiona o negócio para a modernização.

No conjunto das repercussões e, portanto, de uma mudança no arranjo da dinâmica formal-informal, a partir de 2012, o *layout* fabril sofre alterações, como dissemos na seção 5.4., principalmente, com a chegada de novo maquinário, não mais comprado de segunda mão, mas adquirido no núcleo capitalista dinâmico de São Paulo. Isto significa que a empresa também estava incorporando inovação tecnológica ao negócio, tensionando o padrão anterior, próprio das atividades informais com uso de tecnologia adaptada (MACHADO DA SILVA, 1971; CACCIAMALI, 1982; CAVALCANTI, 1974, 1987).

Inovação que se materializa em processo, mas principalmente em produto, pois a intenção é manter os tingimentos, mas ampliar o beneficiamento do *jeans*, investindo nos efeitos diferenciados. Segundo o proprietário:

Nosso trabalho é mais ou menos com cinquenta por cento *jeans* e cinquenta por cento brim. [...]. A nossa lavanderia tem uma característica diferente das demais. No geral, as lavanderias quase que 90%, 100% é *jeans*. Eu optei muito em fazer roupas tingidas. Nós decidimos e foi uma escolha lucrativa por um período porque a lavanderia não pode só lavar *jeans*. [...]. Hoje em dia a gente tem visto o mercado puxando muito pra questão do beneficiamento que é realmente onde se está ganhando mais dinheiro porque o *jeans* é um tipo de tecido que dá condições de criar, de você inovar. As pessoas querem o novo ou o velho com outra roupagem. Mas, como a gente já tem uma cartela, uma gama razoável de cliente trabalhando essa parte de tingimento, nós mantemos (Gestor 04, entrevista em 29.08.12).

No momento da entrevista, percebemos que o proprietário havia contratado trabalhadora qualificada para a área de desenvolvimento nesse movimento de migração para os lavados com o *jeans* e investido fortemente em máquinas e equipamentos. Sabemos que uma mudança desta monta (focalizar em outra linha de produto e, portanto, em outros consumidores próximos dos mercados mais capitalizados) não se efetiva somente com a incorporação de novo maquinário, nem tampouco com a inserção de trabalhador com formação técnica no chão da fábrica. É necessário dar a esse processo um caráter sistêmico dentro do negócio. No nosso ponto de vista, aí residem, na unidade produtiva em análise, as dificuldades na implantação de um padrão organizacional mais afim à gestão moderna, racionalizada.

Verificamos, durante o contato com o proprietário, algumas situações, que realçaremos agora, em que o processo de “modernização” em curso, na região, não penetrou totalmente na unidade produtiva. Poderíamos nos referir a uma “modernidade truncada”, termo recuperado por alguns estudos (Cf. ZANATTA, 2014) ao citarem o SEBRAE na sua radiografia sobre a persistência da informalidade no *Polo*. Porém, como temos acompanhado aqui nesta tese, trata-se de uma dinâmica não atravessada por isolamento entre o formal e o informal, nem na preponderância de um frente ao outro, mas do imbricamento entre os fios de um mesmo processo, sempre disputado (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011b), mas que informa um contato, cada vez mais próximo, com a dinâmica formal, capitalista (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013).

Nestes termos, o contato com os mercados de maior dinamismo se concentra em dois direcionamentos, todos referentes à inovação e que se entrecruzam: o primeiro é o de base tecnológica, com a migração para o beneficiamento do *jeans*. Isto impulsionou o proprietário para a aquisição de insumos químicos para os processos de lavagem, além de máquinas e

equipamentos (e.g cabines de aplicação do permanganato, máquina de ozônio, máquinas para efeitos diferenciados). Ele afirma que: *“o equipamento é fundamental e eu fui buscar umas máquinas fora. Com o equipamento dá pra fazer mais com menos. [...]. É preciso fazer diferente e ir comprando equipamentos que trazem inovação”* (Gestor 04. Grifo nosso).

O contato com os respectivos fornecedores do circuito nacional foi viabilizado durante participação do proprietário em missões empresariais (e.g visitas a lavanderias em outros Polos de *jeans*, como os de Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Fortaleza) e feiras de equipamentos organizados pelo SEBRAE, na sua condição de diretor da associação de lavanderias e também dono do negócio. A técnica em desenvolvimento nos relatou que: *“eu já fui com ele para Fortaleza, conhecemos lavanderias, já traz ideia. Aí a gente vê que o secador lá é desse e desse jeito! Vê que o processo é desse. Então, já tenta colocar em prática algumas coisas que a gente vê”* (Trabalhadora 07, entrevista em 31.03.16).

A adesão ao discurso de modernização do SEBRAE pautado na redução de custos e aumento de produtividade, foi criando alternativas tecnológicas para as adequações à lavagem do *jeans*. Na nossa análise, o que seria, a princípio, um fator de alavancagem do negócio, transformou-se em gargalo na produção.

A compra das máquinas e equipamentos por si só não trazem inovação (na contramão da percepção do proprietário, colocada acima) e a primeira dificuldade se referiu ao descompasso entre a tecnologia e as especificidades do produto. Um ponto de tensão se refere ao uso da cabine para aplicação do permanganato. A tecnologia adquirida com a intenção de ganhar produtividade está limitada porque mais de 70% das peças lavadas são para o público infantil e os 3 manequins da cabine foram projetados para peças tamanho adulto. As pequenas não encaixam no manequim, tornando necessário o uso da bancada pelos trabalhadores, com a aplicação do produto químico por meio de esponjas (Trabalhadora 07).

O tipo de peça lavada na unidade produtiva também impôs limitações, melhor dizendo, inviabilizou o uso da máquina de ozônio, como dissemos na seção 5.4. No depoimento abaixo, podemos observar a visão técnica (da técnica em desenvolvimento) sobre a implantação do ozônio no chão de fábrica:

Eu tinha o ozônio, que possibilita fazer um processo com redução de água, só que a gente não conseguiu fazer na fábrica. Primeiro porque eu tenho trabalhado com vários clientes, com vários tecidos. O ozônio pega todo tipo de tecido, só que eu tenho o banho onde estão vários tipos de tecidos e cada um tem o seu tempo. Se eu tenho um tecido mais leve, o ozônio vai ser menos tempo. Então, eu tinha essa grande dificuldade [...].O fornecedor da máquina ensinou receitas pra fazer, mas eu tinha que testar na máquina pequena pra fazer na grande, mas eu não tinha aqui. E também tinha uma insegurança do meu patrão de usar aquele equipamento porque

qualquer erro podia comprometer a produção (Trabalhadora 07, entrevista em 31.03.16).

Esta é outra situação onde fica explícita a dinâmica formal-informal manifesta no relacionamento com os produtos da sulanca. A inovação em formato padrão, não flexível, para um tipo específico de produto e processo, não se aplica à toda a linha de produção da lavanderia. Nas duas situações que evidenciamos, a inovação tecnológica não tem sido desencadeadora de um efeito sistêmico de modificação de produto e processo dentro da lavanderia, ou seja, não foi capaz de reposicionar a empresa no mercado no sentido de ofertar serviços de lavagem majoritariamente em peças *jeans*, com maior valor agregado.

Este é outro problema enfrentado pela unidade produtiva: a baixa adesão dos clientes a lavados com maior valor agregado e a proliferação das cópias das lavagens. Os clientes chegam a levar a peça e pedir para fazer uma cópia, muitas vezes do lavado visto no outro banco da feira. Muitas vezes, são recortes de revistas. Poucos são os clientes (alguns têm participado da Rodada de Negócios) que têm aderido à proposta da empresa, mesmo que uma cartela de opções de lavados seja apresentada. Deste modo, percebemos que o conhecimento técnico sobre o beneficiamento, aprendido na formação profissional (*e.g* SENAI Caruaru) e mais afeito ao circuito da moda, nacional e internacional, não consegue impor uma prática que confronte com essa manifestação do padrão informal local. Este achado dialoga com a pesquisa de Pereira Neto (2013), que apontou a dissonância entre a formação profissional ofertada pelo SENAI-Caruaru e a efetiva aplicação do conhecimento técnico nas fábricas locais de confecção de roupas, especialmente no critério objetivo de “dar produtividade”, exigido na contratação de costureiras.

De outro lado, os desacertos evidenciam a força do padrão informal e improvisado da gestão, que também foi observado em fabricos e facções da região na pesquisa de Sá (2015). Podemos observar, a partir dos relatos acima que a atuação do SEBRAE não alcança a dimensão do gerenciamento do pequeno negócio de lavanderia, mesmo sendo uma entidade de serviço voltada para o “micro e pequeno empreendedor”. Os projetos dirigidos ao *Polo* e às lavanderias, como vimos no início deste capítulo, alcançam o negócio mais formalizado e estruturado. A inovação tecnológica é apresentada a todos os proprietários de lavanderias nas missões empresariais, mas não se efetiva, não funciona nas unidades produtivas que mantêm traços mais tradicionais de gerenciamento e, portanto, nítidos contatos com o padrão informal predominante nos negócios do *Polo*.

6.3. DINÂMICA FORMAL-INFORMAL NOS PERFIS INFORMAIS

Na seção 5.5, detalhamos a unidade produtiva do **Perfil Informal Integrado**, cuja origem remonta à experiência sócio-econômica e cultural do proprietário e de seus familiares com a confecção na Feira da Sulanca de Caruaru. O negócio, então, inicialmente, participava do que Santos (2004) denominou de circuito inferior da economia. Neste sentido, os insumos, a produção e a comercialização estavam orientados por uma *maneira de fazer as coisas* (OIT, 1972), pertinente ao *setor informal*, porém, mais profundos do que a atividade econômica em si eram os vínculos familiares, que a viabilizavam e possibilitavam o seu enraizamento social, mas também o seu crescimento ao longo do tempo (PORTES, 2013).

O proprietário vendia as roupas na feira sem ponto fixo, como um ambulante. Produzia em pequena produção, dependente da força de trabalho própria e da família, possuindo pouca capitalização e baixa qualificação. Estas características o aproximaram do *trabalhador por conta própria*, sendo o seu próprio patrão e seu próprio empregado, conforme tratamos nos estudos de Prandi (1978). Nestes termos, abandonando a chave da funcionalização da atividade informal à dinâmica do capital, podemos nos referir à *informalidade multidimensional* na situação relatada, que integra as dimensões sócio-econômica (trata-se de pequena produção e da relação de não assalariamento), jurídico-institucional (como vimos na seção 5.5, vendia roupa na calçada, à margem da legalidade e do ordenamento público), sócio-cultural (vínculos familiares na produção e de proximidade com os clientes), contextual (atravessado pela experiência histórica da confecção na região e suas conexões mais amplas com a indústria tradicional de confecção no nível nacional-global).

Em 1997, foi feito o registro da firma, ou seja, abandona-se a *informalidade na dimensão jurídico-institucional* e a unidade produtiva é cadastrada na junta comercial, mesmo com toda a dificuldade de pagar os impostos exigidos, conforme o proprietário nos relata: “*a gente começa informalizado, sem padrão de etiqueta nas roupas, sem marca própria porque no início era mais difícil abrir uma empresa, as pessoas ficavam até com medo, os custos eram muito altos. [...] Depois que foi melhorando, foi simplificando.*” (Gestor 07, entrevista em 29.03.16). O interessante neste processo é que a padronização da marca é anterior ao registro do negócio e impulsionou esta dimensão da formalidade. O mesmo, porém, não acontece para os trabalhadores, pois a *formalidade na dimensão jurídico-institucional* se combina dialeticamente à informalidade na mesma dimensão representada pela permanência dos trabalhadores sem carteira assinada. Como vimos, este é um elemento que se repete na maioria das unidades produtivas, que é o descompasso entre o registro do negócio e o dos

vínculos de trabalho, com a postergação da formalidade deste último (este ponto será melhor explorado no próximo capítulo).

Podemos afirmar que esse é um traço característico dos negócios informais, baseados no trabalho domiciliar e familiar, como apontado em diversos estudos (Cf. MACHADO DA SILVA, 1971; HART, 1973; CAVALCANTI, 1974, 1987; CACCIAMALI, 1982; THEODORO, 2004), e atravessados pela busca de alternativas para reduzir os custos devido à baixa capitalização. Na unidade produtiva em análise, a geração de algum excedente de capital foi sendo reinvestido no negócio orientado por um processo gradual de organização interna, que podemos denominar de “modernização” da gestão em vários aspectos, que vão estabelecendo contatos mais próximos com a dinâmica de acumulação de capital.

Isto aconteceu a partir de 1999 e nas suas palavras esse momento de organização interna foi um divisor de águas e demarcou uma nova fase no negócio. Ele afirma que “*o negócio começou a decolar mesmo com uns 5, 6 anos quando registramos os funcionários, a marca [...] Começou a decolar quando a gente se organizou mais*” (Gestor 07). Segundo ele, esta mudança cabe ao dono do negócio fazer e envolve iniciativa, muita criatividade e um perfil específico para atuar no segmento de confecção:

A gente vê a dificuldade de criatividade que as pessoas têm dentro do trabalho [...]. Então, tem que ter, às vezes, jeito para poder trabalhar com o ramo de confecção, no contato com o cliente, ser bastante criativo, ter algo de diferente para oferecer porque ficam copiando muito um do outro, aí você vai vender um produto que a pessoa já tem e não procura dar uma qualidade melhor ao produto, e aí não vai fidelizar o cliente. Foi a partir daí que decidimos melhorar (Gestor 07).

Notamos que na visão do proprietário, a empresa organizada cresce, é mais rentável, consegue posicionar melhor o produto no mercado, ofertar maior qualidade ao cliente e até fidelizá-lo. Pelo discurso acionado no momento da entrevista fica aparente a sua proximidade com o cálculo econômico, racional, porém, mais do que isto, com o jargão empresarial aplicado na gestão moderna, de realce da importância da padronização em processos e em produtos. Esta posição o coloca em diálogo direto com os agentes estratégicos locais, num momento histórico em que o agreste das confecções estava recebendo as primeiras influências do processo de “modernização” em curso, que teve ação direta do SEBRAE, sobretudo no âmbito da gestão das unidades produtivas mais formalizadas (LIMA, 2013; PEREIRA NETO, 2013).

Mas, ao que parece, esta inclinação para a formalidade do negócio em múltiplas dimensões (jurídico-institucional, com os vínculos de trabalho e o registro do negócio; e

sócio-econômica, por meio das iniciativas de implantar processos mercadológicos de gestão do produto) não prescinde da informalidade nas dimensões sócio-cultural (vínculos sociais e de parentesco) e também sócio-econômica (presença de adaptações, em larga escala, na organização do processo produtivo, como vimos na seção 5.5). Na dimensão contextual, o formal e o informal se fundem, pois resultam da combinação dialética de elementos endógenos ao local que conformam uma gestão mais próxima do improvisado e da adaptação, ao mesmo tempo em que é pressionada pela tendência nacional-global de modernização nos moldes flexíveis. Este movimento, complexifica a dinâmica formal-informal na unidade em análise, como veremos, tornando sutis as suas fronteiras, nos termos de Araújo (2011) e Vêras de Oliveira (2011b), ao tempo em que aponta, como nas demais unidades produtivas, para um contato mais intenso com os mercados capitalistas nacionais-globais.

Um primeiro ponto a destacar é aquele referente à organização interna do negócio, com vistas a maior agregação de valor para a confecção própria. Neste sentido, o proprietário priorizou a melhoria nos processos e nos insumos para a confecção própria - aquisição de botões, rebites, tecidos melhores (mais resistentes aos processos mecânicos, químicos e físicos de lavagem) - e investiu na diversificação dos lavados. O contato do proprietário com a gestão moderna pode nos fazer associar, de imediato, essas mudanças aos serviços de consultores organizacionais, contratados para este fim, inclusive com a intermediação do SEBRAE¹⁴⁸.

Nesta situação, não se trata de conhecimento especializado trazido por meio da intervenção de terceiros, mas, de cópia das boas práticas dos concorrentes e que acontece da seguinte maneira, segundo a experiência do dono do negócio: *“a gente vai trabalhando e vai vendo também o concorrente, a forma como ele trabalha. São vários e a gente está arrodeado deles. E, muitas vezes, se vê que o concorrente vende melhor porque tem a coisa organizada, padronizada, os botões, os rebites, lavagem de roupa, tecidos melhores”* (Gestor 07). Esta modalidade informal de *benchmarking*, que conecta o formal ao informal tem o espaço da Feira da Sulanca e das lojas do entorno como vitrines para o exame visual detalhado que o dono faz das mercadorias dos concorrentes, pois é ele pessoalmente quem vende as peças de fabricação própria.

Desta forma, a feira se constitui como espaço ativo de atualização das tendências do mercado e, muitas vezes, redirecionamento da produção e definição dos modelos a serem confeccionados, que também são programados a partir do histórico de consumo. Neste ponto,

¹⁴⁸ Quanto à atuação do ITEP, na visão do proprietário, esta entidade colabora com a oferta de cursos, um deles foi o de formação de operador de caldeira.

podemos dizer que o negócio se conecta às flutuações da “moda da feira” e não segue um planejamento sistemático da produção de médio e longo prazos, próprio das atividades econômicas situadas no circuito superior da economia, nos dizeres de Santos (2004). Neste aspecto, longe de percebermos resquícios da dualidade moderno-atrasado, estamos diante da imbricação do padrão informal local na gestão da produção, devido à centralidade da comercialização no espaço da feira.

A integração da lavanderia à fábrica foi um ponto de inflexão no negócio e que vem ampliando a conexão com os mercados mais capitalizados, principalmente nos contatos com os fornecedores de produtos químicos, que fornecem inovação tecnológica com ganhos de produtividade nas receitas de lavagem, mas principalmente, pela possibilidade de acesso ao mercado internacional da moda, além da padronização dos lavados, com redução dos custos. O proprietário aponta as vantagens:

Os lavados são feitos pelas empresas que vendem esses produtos. Eles trazem muita ideia pra gente porque a tendência da moda vem tudo da Europa e quando vem de lá pra cá, eles sempre estão conectados. A maioria dessas empresas é de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Eles vêm informatizados e a tendência do mercado de São Paulo acaba trazendo pra cá, o que está na Europa também (Gestor 07, entrevista em 29.03.16).

Podemos observar que, de modo geral, os fornecedores de produtos químicos têm contribuído para disseminar e incutir junto aos proprietários a busca pela redução de custos, centrado nos ganhos de produtividade pela via da inovação tecnológica. Movimento que se acopla à introdução dos sistemas de tecnologia da informação e automação no processo produtivo após os anos 1990 em escala mundial (ANTUNES, 2004; SANTANA, 2005). Fazendo a tradução para o contexto brasileiro, este processo não foi isento de metamorfoses ao encontrar um fordismo periférico (LIPIETZ, 1989), como já dissemos, e quando nos dirigimos para a experiência sócio-produtiva do Polo de Confecções, mergulhada na informalidade em suas múltiplas dimensões aquele vetor de força ganha novos contornos.

No encontro entre os fatores exógenos e endógenos à experiência do *Polo*, um dos pontos que gostaríamos de realçar na re-configuração da dinâmica formal-informal, tomando como exemplo a unidade produtiva em análise, é que a compra do “pacote de produtos químicos” inclui a aquisição do insumo e a assessoria técnica dos fornecedores sobre as receitas das lavagens baseadas na atualização para o Brasil das últimas tendências mundiais no mercado da moda. Esta via de contato com os mercados mais capitalizados e relacionados à *formalidade na sua dimensão sócio-econômica* se conecta dialeticamente à informalidade na mesma dimensão, pois a presença do profissional qualificado e o uso eficiente do produto

químico suprem, em alguma medida, a ausência de conhecimento especializado sobre a criação de lavados dentro dos quadros de trabalhadores das lavanderias. Esta é uma maneira de reduzir custos, mas também de adaptação, de busca por soluções em virtude da lacuna de conhecimento sobre os lavados.

Na lavanderia, este não é o único exemplo de adaptação, visto que a criatividade e a inventividade vêm acompanhando o dono do negócio no decorrer do tempo e, de certa forma, pautam a sua atuação na gestão da unidade produtiva em análise. Estes são elementos da sua trajetória laboral, marcada pela atuação inicial como conta própria, e que conforma um conjunto de iniciativas individuais de “modernização” do negócio, e que estabelecem pontos de contato com o discurso do SEBRAE.

Esta entidade já foi acionada pelo proprietário no início do negócio, mas na sua avaliação a assistência oferecida é insuficiente, na medida em que é reduzida e se distancia do pequeno negócio, daquele que está iniciando, por não conseguir implementar a ideia. O proprietário rememora uma situação concreta, nesse sentido: *“já tive consultoria na área de produção. As ideias são boas, só que a gente implanta o sistema e aquela pessoa que acompanhou, que aprendeu, daqui a pouco sai e, às vezes, a gente não treinou outra pessoa. Aí pronto, desmanchou tudo”* (Gestor 07). Como vimos na lavanderia de Perfil Empresarial Híbrido, porém, por outras vias, a continuidade da rotina teve o impedimento atrelado às dificuldades de organização interna do negócio que evidencia, nesta situação, o afastamento ao padrão moderno e racional de gerenciamento e a persistência de elementos do improvisado na gestão, próximos daqueles vivenciados pelos pequenos negócios informais (CAVALCANTI, 1974; MACHADO DA SILVA, 1971).

Por outro lado, as ações de inovação tecnológica são fartamente acionadas pelo proprietário e, no nosso entendimento, configuram-se como simbólico da dinâmica formal-informal e do esmaecimento entre as suas fronteiras, em que a adaptação, o improvisado passa a compor o núcleo do processo de inovação. Durante a seção 5.5, tivemos a oportunidade de acompanhar as invenções, denominadas pelo proprietário de *engenhocas*, nos setores de corte e lavanderia. Outro ponto importante é o improvisado servindo à regularização do negócio, a exemplo da trava de segurança colocada na centrífuga em cumprimento às determinações do Ministério Público no assunto da segurança do trabalho. O proprietário cumpre a exigência, porém com uso de tecnologia adaptada, cuja concepção é desenvolvida por ele e executada por mecânicos e eletricitas locais.

Podemos perceber que este é um ponto de contato com o proprietário da unidade produtiva de Perfil Empresarial Integrado II, que começou a sua vida laboral como “vendedor

de passarinho”, porém a iniciativa própria sempre o impulsionou para os mercados de maior capitalização com os de São Paulo, mesmo com forte intercâmbio com mecânicos locais para a execução dos projetos. Outra diferença é que na unidade que estamos analisando proliferam as cópias também do maquinário, apesar da aquisição de máquinas modernas (e.g ozônio, caldeira), porém de segunda mão. Indício também de uma menor capitalização no negócio frente à unidade citada de Perfil Empresarial.

Outro aspecto que nos chamou a atenção na unidade produtiva em análise é a farta subcontratação. Facções são envolvidas nas fases da montagem e aprontamento das peças, além de modelista que desenha a peça sob a orientação do dono do negócio. Nesta situação concreta, novamente observamos o aprofundamento das conexões formal-informal sob as bases da flexibilização da produção com externalização de etapas do processo produtivo (CACCIAMALI, 2000, 2001), aproximando-se do que Harvey (2005, 2010) tem chamado de acumulação por espoliação, em que elementos pretéritos (neste caso, o trabalho a domicílio) se posicionam no núcleo do processo de acumulação recente.

As nuances da dinâmica formal-informal na unidade produtiva ainda incluem os fortes laços de parentesco que permeiam o negócio, a exemplo da influência da família no incentivo à abertura da lavanderia, mas, principalmente, na colocação da lavagem para terceiros. Esta passagem o proprietário nos relata: *“eu lavava minhas peças que eram poucas. Depois, foram aparecendo algumas pessoas da família, que fabricavam. Como a minha família é um pouco grande e a maioria trabalha nesse ramo, a lavanderia foi enchendo de peça. Aí foram aparecendo outras pessoas também querendo o serviço”* (Gestor 07).

Seguindo na linha de Hart (1973) e Portes (2013) percebemos que os vínculos de proximidade foram fundamentais para o surgimento do negócio, ainda como atividade informal. Mas, ainda hoje, vêm compondo, cada vez mais, a estratégia de crescimento do negócio, como é o caso do crédito concedido aos clientes, o chamado “fiado”, atrelado a uma certa condescendência do dono em compreender os motivos do não pagamento, como ele mesmo relata: *a gente teve dificuldade com alguns clientes, devido à crise do comércio, às vezes recebe de um, não recebe de outro, essa inadimplência [...] Isso também vai de acordo com o movimento do comércio, que às vezes está bom e às vezes está ruim. Às vezes, a pessoa não tem condição nenhuma mesmo ”* (Gestor 07).

Dar crédito ao cliente também significa garantir mercado, numa praça em que esta é a moeda corrente. Mas, apoiados no pensamento de Santos (2004), compreendemos que a concessão do crédito não é feita por intermédio de papéis, característicos da organização burocrática, mas é de outra natureza, com a predominância do crédito pessoal direto. Dito de

outra maneira, a situação relatada está atravessada pelo laço social (“ser conhecido”), próprio das atividades informais, como citado nos estudos de Cacciamali (1982) em que o cálculo econômico, racional é minimizado frente ao predomínio das relações pessoalizadas. E mais do que isto, seguindo na linha de Portes (2013), essas relações são ainda mais necessárias para dar sustentação ao negócio na fase de crescimento.

Neste momento, a análise da dinâmica formal-informal se volta para a unidade produtiva de **Perfil Informal Parcial**, que relatamos na seção 5.6. Esta unidade se transformou em empresa no final dos anos 1990, após 10 anos de funcionamento sob o signo da informalidade na dimensão jurídico-institucional (sem registro da firma e dos vínculos de trabalho) e também sócio-econômica, referente à organização da produção e do trabalho. Até este momento, a lavanderia se constituía como unidade produtiva de pequeno porte, informal, atravessada pelos elementos do imprevisto na gestão e com tecnologia básica, em sintonia com as características das atividades informais apontadas em diversos estudos (HART, 1973; CAVALCANTI, 1974; CACCIAMALI, 1982)

Já, neste momento, podemos afirmar que a atividade informal de lavanderia, no contexto do Agreste Pernambucano apresentava um caráter institucionalizado, nos termos de Machado da Silva (1971), se compararmos com as atividades de cunho formal igualmente institucionalizadas. A informalidade, então, desdobrava-se em múltiplas dimensões, para além da sócio-econômica e jurídico-institucional e compunha uma espécie de arranjo articulado para os negócios locais cujos elos de ligação se davam na informalidade em suas dimensões sócio-cultural (a dos vínculos sociais e de familiaridade) e contextual, sendo centrais e se constituindo como cimento social para a atividade econômica, como veremos.

A introdução da lavanderia no negócio, em locais separados, foi relatada pelo proprietário como oportunidade de obter maior lucratividade com a prestação de serviços para terceiros e reduzir custos de lavagem para a confecção própria. Este momento foi quando aconteceu “a virada do negócio” e a expectativa de ganho se confirmou no tempo em paralelo com o funcionamento em moldes informais. O negócio seguia com alta capitalização e competitivo no segmento em que atuava, voltado aos lavados básicos para confecções vendidas na Feira da Sulanca. Notamos, nessa situação, uma proximidade com os estudos de Hart (1973), em Gana-África, que identificaram o informal como segmento rentável, não restrito à população pobre dos países periféricos, indo de encontro aos estudos sob os marcos da OIT (1972).

Este processo de acumulação de capital se ampliou no momento em que decidiu registrar a firma com a intenção de

Ganhar mais mercado, mais crédito. Ter a empresa, um CNPJ significa que se tem mais facilidade porque compro o permanganato direto da fábrica [...]. Registre a firma, fiz o cadastro nas empresas de produto químico de Recife e comecei a comprar por lá, para baratear. Um produto que lá eu comprava por 10 reais aqui é 25. Mesmo considerando os custos da firma, com os impostos, essas coisas, o meu ganho, na época, foi maior de que quando era clandestino. Só com isso cheguei a economizar 15 mil por mês. [...] Foi uma época boa, ganhei muito dinheiro (Gestor 09, entrevista em 30.03.16).

Neste relato observamos o efeito multiplicador que a formalidade na dimensão jurídico-institucional provocou no negócio, principalmente no barateamento dos insumos químicos, que até hoje representam o segundo maior custo na lavanderia, ficando atrás, apenas, da folha de pagamento nas unidades com trabalhadores em regime CLT. Esta era uma outra forma de obter crédito junto aos fornecedores, diferente daquela de natureza informal na sua dimensão sócio-cultural, a partir do vínculo de conhecimento da família (*e.g.* contato das irmãs com o grupo Jordão Moraes), que foi acionado no momento de comprar tecido para o então fabrico de confecção.

A legalidade do negócio, por outro lado, não foi capaz de se antever às exigências também legais, porém de ordem ambiental. Como dissemos na seção 5.6, a unidade produtiva foi interdita pelo Ministério Público após denúncias de poluição atmosférica por parte da população local. No momento da entrevista nos foi relatado que durante esse período que ficou sem ter como funcionar a sua lavanderia, o proprietário contou com a ajuda de um amigo (também dono de lavanderia) que lhe emprestou algumas máquinas para que ele não ficasse parado. Eis aqui mais uma evidência do que já mencionamos: um forte elo de cooperação proporcionado pela proximidade e familiaridade expressa nas redes de contato pessoal estabelecidas por aqueles agentes e que permeiam a atividade econômica (PORTES, 2013).

À reboque do cumprimento à legislação ambiental, custos adicionais não previstos foram introduzidos, impactando no negócio:

Antigamente, a gente tinha mais oportunidade. As coisas acocharam e dificultou muito. Temos sofrido fiscalização constante do IBAMA, CPRH, Polícia Federal, Ministério do Trabalho. Isso trouxe muitos custos para sobrevivência da lavanderia. A escassez muito grande de água também tem aumentado o custo. Já cavei um poço, mas não deu nada [...] Hoje, se cobro 3 reais, o custo de um lavado desse é 2,50 [...]. Hoje eu pago licença de funcionamento, 3 mil e poucos a CPRH, mais 1.400 reais à polícia federal e por aí vai (Gestor 09).

O que, à primeira vista, poderia ser uma intervenção técnica foi criando tensões na gestão improvisada e intuitiva que sempre dominou o segmento e, gerando novas articulações para a dinâmica formal-informal no interior da fábrica. Esses nexos apontavam para o cumprimento da legislação combinadamente à busca por possibilidades de adaptações e de brechas próprias das atividades informais (CACCIAMALI, 1982) e já vivenciadas pelo proprietário.

Como vimos nas unidades produtivas anteriores, a incorporação maciça de tecnologia com ganhos de produtividade e redução de insumos têm sido acionadas por unidades de perfil empresarial mais capitalizadas (e.g. ozônio, máquina a *laser*, uso de produtos químicos de alta concentração). Na unidade produtiva em análise, o foco se voltou para a contratação recente de trabalhador para desenvolver lavados com maior valor agregado e com a subcontratação de 4 trabalhadores sem vínculos de trabalho para complementar os serviços no setor de diferenciado. Segundo o entrevistado: *“barateou os custos com a folha e aumentou a produção”* (Gestor 09). Observamos que as unidades produtivas de Perfil Informal, menos capitalizadas, têm externalizado mais etapas do processo produtivo frente às de Perfil Empresarial.

Observamos que a redução dos custos pela via da informalidade dos vínculos de trabalho é uma prática antiga na região, que se conecta à cadeia têxtil-confecção brasileira (GORINI, 2000) e às estratégias de flexibilização recente dos vínculos de trabalho (CACCIAMALI, 200, 2001) e se apresenta como alternativa adotada pela gestão para manutenção do negócio. Neste exemplo, podemos ver explícita a dimensão da informalidade jurídico-institucional (ausência de vínculo de trabalho) associada dialeticamente à formalidade nesta mesma dimensão (registro do negócio), atravessadas por fatores econômicos, culturais e contextuais.

Estas foram soluções dadas pelo proprietário sem propriamente aderir à proposta de gestão moderna, nos termos do GEOR do SEBRAE (SEBRAE, 2006). O contato com os projetos da entidade coordenados em conjunto com o ITEP se dá por ocasião da sua participação na associação (ALC), apesar de comparecer pouco às reuniões por perceber que as pautas giram em torno dos mesmos assuntos (e.g. coleta do lodo, curso para operador de caldeira etc.). Ele comenta: *“eu fui na primeira reunião, na segunda, na terceira e vi a coisa muito repetida, batendo numa tecla só”* (Gestor 09). O seu desinteresse também decorre de perceber falta de cooperação e lealdade entre os donos das lavanderias, principalmente quando se trata de dar crédito a clientes que estão inadimplentes: *“já peguei cliente aqui*

devendo pra mim e ele vai lavar em outra lavanderia que faz parte da associação e ganha crédito, mesmo o proprietário tendo conhecimento da situação”(Gestor 09).

Como vimos na unidade produtiva de Perfil Informal Integrado, a inadimplência é uma questão sensível, não somente na experiência sócio-produtiva do *Polo*, mas nas atividades informais retratadas em outras pesquisas (HART, 1973; CAVALCANTI, 1987; PORTES, 2013) em que o crédito funciona na base da confiança, atravessada pelos vínculos de proximidade e laços de solidariedade, muitas vezes construído em momentos de dificuldade. O proprietário nos diz que: *“já tive altos e baixos, tive muita dificuldade e recebi apoio. Já vendi muito a prazo, no cheque para os conhecidos, mas também no geral [...] Hoje o medo é grande de vender no cheque. Dos poucos clientes que confiamos em vender a prazo só pegamos cheque de 5 mil reais abaixo”* (Gestor 09). Ele ainda relatou que os prejuízos com cheque devolvido alcançaram a cifra de 250 mil reais. *“Um dinheiro perdido”*, nas suas palavras.

O prejuízo com os cheques devolvidos se somam às perdas financeiras decorrentes da falta de rotina padronizada para controle da entrada e saída de mercadoria da lavanderia, como frisamos na seção 5.6. A ausência desse acompanhamento vem sendo objeto da ação dos filhos do proprietário com formação universitária, um deles na área de Administração. Durante a nossa visita à lavanderia, quando passamos pelo escritório da empresa, ele comentou a respeito: *“temos uma ficha onde se anota o nome do cliente, a quantidade, o peso, o tipo de lavado, a data de entrada. Fiz isso pra gente ter um certo controle. O cliente deve assinar essa ficha, mas, muitas vezes ele está com pressa para deixar as peças e já ir embora, não espera fazer a ficha. Isso ainda não está funcionando bem. Mas a ideia era que fosse assim”*.

No relato acima percebemos a dialética na dinâmica formal-informal traduzida no confronto entre a gestão moderna, burocrática, ou seja, a formalidade que tenta se fazer presente na implantação da rotina administrativa na relação prestador de serviço-cliente e a informalidade expressa na rejeição da rotina racionalizada e permanência de um modo de relação baseado na confiança mútua. Novamente, percebemos a força dos laços de proximidade reduzindo o risco nas transações comerciais (PORTES, 2013) e dispensando os mecanismos de controle racionais e institucionais.

A situação relatada acima não é única que vem tensionando a informalidade na sua dimensão sócio-econômica relacionada à organização da empresa, neste caso, especificamente referida às rotinas das áreas de apoio operacional. A ausência de padronização e controle nos

processos já havia sido apontado, sob outro ponto de vista. Segundo o depoimento de um trabalhador do setor administrativo que, na mesma ocasião, estagiava no SEBRAE:

Quando cheguei para assumir o trabalho em janeiro de 2013, o escritório estava parado há mais de 2 anos. Não tinha uma folha de imposto, você não tinha a parte burocrática, administrativa, trabalhista, fiscal, financeira. Tudo parado [...]. E comecei a tentar aplicar o que via no estágio no Sebrae: plano de marketing, identificar a demanda do ambiente, fazer um orçamento, **uma folha de entrada de serviço onde se identifique o cliente, a forma de pagamento, a especificação do tipo de lavado.** Nada disso existia. Havia muitas falhas, duplicidade de informações, **clientes que não pagavam e clientes que pagavam o mesmo serviço duas vezes. Então passei a gerar os pedidos no computador com a visão de que aquilo ali podia ser melhorado** (Trabalhador 01, entrevista em 13.07.14. Grifo nosso).

Cabe observarmos que o contato como estagiário do SEBRAE impulsionou a tentativa de organizar a empresa na direção da implantação de alguns procedimentos administrativos. A ideia do uso de formulários eletrônicos, mesmo não sendo um *software* específico de gerenciamento de lavanderia, desdobrou-se, mais à frente na implantação de outro formulário para lançamento da produção dos trabalhadores no chão da fábrica. Nestas diversas situações relatadas, fica nítida a dificuldade do proprietário, que concentra a administração da empresa, desvencilhar-se da informalidade constitutiva do negócio e expressa nas suas múltiplas dimensões. Ele mesmo afirma: *“estou tendo muita dificuldade, eu tenho apanhado muito com a parte do escritório. Me atrapalho com a papelada junto aos órgãos. É muito alvará de renovação das licenças e, às vezes, esqueço dos prazos”* (Gestor 09).

Outra evidência do imprevisto da gestão, neste caso mais diretamente relacionado à produção, acontece nos defeitos nas lavagens das peças por erros nas dosagens e ausência de controle de qualidade por falta de orientação dos trabalhadores e mesmo pela ausência de encarregado na lavanderia ou mesmo um gerente, que supervisione os lavados, como constatado nas unidades produtivas anteriores.

Ao analisarmos a unidade produtiva em questão podemos afirmar que o *padrão informal* predominante no início do negócio vem prevalecendo, mesmo com a existência do registro da firma que tem colocado a empresa no circuito regional de aquisição de insumos próprio dos mercados mais capitalizados e propiciado redução de custos, pautado numa lógica mais econômica, racional. A alta capitalização do negócio e a sua competitividade na prestação de serviços de lavanderia no local não a caracterizam como unidade produtiva sem excedente de capital, nem marginal ao processo de acumulação de capital.

No entanto, neste sentido de ser funcional à dinâmica capitalista (SOUZA, 1980; CAVALCANTI, 1987), a alta rentabilidade do negócio e a atuação em mercados

consumidores de peças populares, mas competitivas, não têm sido suficientes para emplacar uma aderência discursiva ao processo de “modernização” em curso junto ao segmento e que se converta em implementação de rotinas atinentes à gestão moderna. Podemos afirmar que se trata de negócio cuja dinâmica formal-informal tem apresentado nítido contato com os traços históricos da informalidade constitutiva do *Polo*, o que reforça a nossa proposição de pensar a *informalidade como noção multidimensional*, para além da formalidade na dimensão jurídico-institucional, restrito ao cumprimento dos requisitos legais.

A unidade produtiva de **Perfil Clandestino**, descrita na seção 5.7, é a que se apresenta como protótipo da informalidade nas suas múltiplas dimensões. É o negócio que começou ilegal do ponto de vista jurídico-institucional, sem registro na junta comercial ou mesmo cadastro na receita federal. Na região, denominam-se “clandestinas” pelos donos das lavanderias, agentes e trabalhadores, por estarem à margem da legalidade e se manterem nesta posição, fugindo da regularização do segmento e, em alguns casos, praticando concorrência desleal por reduzir muito o preço dos lavados e desestabilizar o mercado consumidor para as lavanderias de menor porte.

Trata-se, nos termos de Cacciamali (1982), de pequena produção, possivelmente de cunho familiar, com baixa capitalização, tecnologia adaptada. O maquinário é muitas vezes comprado nos contatos com as lavanderias maiores quando estas vão se estruturando e se desfazendo das máquinas de menor capacidade. Outra opção também bastante usual é mandar fazer as máquinas básicas com mecânico local, como já vimos. Na primeira situação, um dos pioneiros do segmento em Toritama relata que após ter estruturado a lavanderia, “*vendia as máquinas mais velhas e abria para aqueles de fundo de quintal porque tem muita lavanderia (de fundo de quintal)*” (Gestor 03, entrevista em 29.08.12).

Esta defasagem tecnológica é uma característica central neste tipo de unidade produtiva e que limita as chances de um contato com mercados fornecedores e consumidores mais capitalizados. De outro lado, isto não impede a existência de uma certa organização racional do processo produtivo, como vimos na seção 5.7, ao observarmos o arranjo físico do local, o que, em alguma medida, configura uma certa dinâmica formal-informal, mas com tendência a operar no circuito inferior da economia, menos capitalizado (SANTOS, 2004).

Apesar do informante (o que nos levou até a lavanderia) ter comentado sobre a existência das “lavanderias de fundo de quintal ou clandestinas” em grande número, este é um assunto “nebuloso” no *Polo*, apesar de termos verificado em campo que todas as lavanderias

citadas nas seções anteriores iniciaram suas atividades sem registro no CNPJ, e atuavam como negócio informal.

A opinião dos proprietários das outras lavanderias sobre as “clandestinas” se divide. Alguns, quando indagados, informam quase categoricamente que “*não existem mais lavanderias clandestinas na região*” (Agente 01, Gestor 02).¹⁴⁹ Assumindo posição diferente, um deles afirmou: “*se você brincar tem mais lavanderia clandestina do que legalizada.*” (Gestor 07, entrevista em 29.03.16). E como os gestores/agentes reagem às unidades produtivas clandestinas? Este é também outro tema que divide opiniões. Alguns (os menores, com a maioria dos lavados do tipo básico) se sentem prejudicados pela concorrência desleal deste tipo de lavanderia: “*se eu cobro 3 reais numa lavagem simples, eles cobram 1 real e não estão tendo os gastos (se refere aos impostos). Gasta só com produtos químicos. [...]. É uma concorrência desleal*” (Gestor 07).

Os proprietários, em geral, apontam que a fiscalização é mais severa para as unidades produtivas legalizadas. No entanto, quando a denúncia acontece, apontam fragilidade numa ação mais célere dos órgãos públicos junto às clandestinas. Um deles comenta: “*e as denúncias? “Vamos denunciar! Eu conheço uma, você duas ou três, a gente sai pegando o nome dessas lavanderias e os endereços. Vamos denunciar! Se a promotoria não resolver, a gente vai pra imprensa*” (Gestor 07). Os membros da associação também entram no debate: “*ainda tem muita lavanderia clandestina. A promotoria fecha, mas eles abrem de novo. Ela diz: onde vocês verem, faça a denuncia. Mas, e quem vai fazer? A gente fica com medo de represália desses caras. O mundo do jeito que está [...] E alguns disseram que já fizeram denúncia e não resolveu muito.* (Agente 04, entrevista em 31.03.16). Em outra direção, um dos proprietários rebate: “*é porque os coitados também precisam ganhar [...] Eles também precisam sobreviver*” (Gestor 09).

Neste sentido, percebemos, como apontado na unidade produtiva da seção anterior, a tensão entre os laços de solidariedade e uma lógica mais competitiva, atestando como a dinâmica formal-informal se articula quando o assunto são as lavanderias “clandestinas”, com a presença novamente da informalidade na sua dimensão sócio-cultural baseada nos vínculos sociais entre os sujeitos.

Outro aspecto que merece evidência é que a existência deste tipo de unidade produtiva, nas condições em que observamos, mostra a fragilidade na fiscalização da CPRH,

¹⁴⁹ Neste caso, é bom observarmos a posição social de quem fala. Dos entrevistados citados, um deles ocupava o cargo de coordenação no ITEP e o outro, gerente de lavanderia, no momento da entrevista, ocupava a direção do Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil e Confecções de Pernambuco. Ambos, agentes de modernização do segmento, levantando bandeiras de combate aos negócios clandestinos.

bem como do Ministério do Trabalho local e reforça o escopo específico de atuação do Sebrae, justamente por não alcançar os pequenos negócios. A nossa percepção encontra ressonância nos achados de outra pesquisa, cujo técnico da CPRH revelou que as fiscalizações nas lavanderias são inconstantes e realizadas de forma aleatória (LAVOISIANE, 2013).

Após analisarmos a dinâmica formal-informal nas unidades produtivas, pretendemos retomar alguns pontos que nos ajudam a dar visibilidade a nossa formulação, que é a *informalidade como noção multidimensional*.

O primeiro deles diz respeito ao processo de modernização/regularização em curso na região do *Polo* com direcionamentos específicos para o segmento de lavanderia. Na nossa análise, a regularização existe, mas suficientemente flexível no que se refere à imposição das normas (NR's), de maneira a dar brechas para o dono ir introduzindo as adaptações, que são a expressão da informalidade acoplada ao processo produtivo (a dimensão sócio-econômica) associado ao *modo de fazer informal* (a dimensão sócio-cultural).

Mesmo este processo pressionando, em alguma medida, para a modernização da gestão, não se torna suficiente para descentralizar as várias atribuições das áreas de apoio operacional e, em alguns casos das áreas operacionais, das mãos do proprietário. Logo, a concentração do negócio se mantém nas mãos do dono, que acumula cargos e as respectivas atribuições. Uma espécie de “faz tudo”. Em uma empresa moderna, capitalista, as “engenhocas” pensadas pelos proprietários seriam, possivelmente, da alçada de engenheiros do setor de manutenção ou similares.

O gerenciamento ainda no improviso também deriva dos contatos sócio-produtivos com os fabricos e as facções de confecções. Qualquer mudança na rotina no sentido de modernizá-la pode ser o primeiro sinal do fracasso do negócio. De um lado, existem as pressões do MP-PE e as ações dos agentes de empreendedorismo. De outro, a história de mais de 30 anos de contatos comerciais pessoalizados entre os donos das lavanderias e os fabricos, as facções e fábricas locais.

As dinâmicas formal-informal analisadas conformam um arranjo que combina a formalidade do registro do negócio, alguma formalidade dos vínculos de trabalho no quesito “carteira assinada”, com burla de alguns direitos e a permanência de trabalhadores sem carteira assinada (como veremos no próximo capítulo); contratação de prestadores de serviços sem contrato formal; a farta informalidade na dimensão sócio-cultural com a existência de vínculos sociais e de solidariedade entre o proprietário e os fornecedores, os clientes e também os trabalhadores; a informalidade presente principalmente na gestão do negócio - falta de padronização das rotinas, ausência de contratos e ordens de serviços na relação com

os clientes, centralização de atividades de áreas funcionais que exigem conhecimento especializado nas mãos do proprietário. Estas situações concretas atestam a *informalidade como noção multidimensional*.

Mesmo nas unidades produtivas mais formalizadas há elementos de informalidade porque o elemento informal é subjacente ao *Polo*, sendo constitutivo desta experiência sócio-produtiva e que se espalhou para a atividade de lavanderia. Porém, a persistência da informalidade não acontece nos mesmos termos, na medida em que esta experiência vem estabelecendo contato com a dinâmica capitalista recente. Vimos as conexões dos proprietários das unidades com mercados mais capitalizados, que incluem o circuito da moda nacional-internacional, as feiras de máquinas e equipamentos para lavanderias, as participações em missões empresariais, os contatos intensos com os fornecedores de produtos químicos de alta tecnologia, ao tempo em que, como dissemos, as adaptações tecnológicas têm sido vastas, acopladas ao elemento da iniciativa, da criatividade do dono do negócio, uma maneira própria de se “modernizar”.

Na experiência sócio-produtiva do Agreste das confecções, a lavanderia é uma nova síntese repleta de contradições onde o velho e o novo estão se combinando. Uma síntese de nova ordem porque não é a reprodução mecânica da velha informalidade, como também não é, tão somente, a expressão das estratégias de flexibilização. E onde reside a maior das contradições? No nosso modo de ver, está na esfera do trabalho. E como esta síntese de uma nova ordem contraditória se expressa nas relações de trabalho? Este é o foco do próximo capítulo.

CAPÍTULO 7. IMPLICAÇÕES DA DINÂMICA FORMAL-INFORMAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Neste capítulo, intencionamos responder a uma questão de fundo: como a dinâmica formal-informal tem redefinido as relações de trabalho nas lavanderias e quais as consequências deste processo para os trabalhadores? Tomando como base a dinâmica formal-informal na re-configuração sócio-produtiva das lavanderias, tratada no Capítulo 6, procuramos, agora, enfatizar o trabalho na visão dos gestores/proprietários, do fiscal do trabalho e, principalmente, dos trabalhadores sobre as suas condições nas lavanderias. O nosso olhar se direciona para as relações de trabalho, chamando a atenção para a *noção de informalidade multidimensional*.

A nossa formulação, como já dissemos, procura integrar dimensões antes isoladas, buscando se diferenciar de outros estudos. Caso tivéssemos seguido esse caminho poderíamos invisibilizar as diversas situações de trabalho onde a informalidade se manifesta na região e nas lavanderias de *jeans*. Tomemos como exemplo do que não seguimos os dados da Tabela 04, que apresenta um panorama do mercado de trabalho local nos anos de 2000 e 2010:

TABELA 04. Condição de Ocupação no Trabalho (Formal e Informal) no Polo de Confecções de Pernambuco - Dados de 2000-2010.

ESPACIAL IDADE	INDICADOR									
	% Empregados com Carteira de Trabalho (18 anos ou mais)		% Empregados sem Carteira de Trabalho (18 anos ou mais)		% Trabalhador Por Conta Própria (18 anos ou mais)		Taxa de Desocupação (18 anos ou mais)		% Empregadores (18 anos ou mais)	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Sta Cruz	7,35	16,48	45,99	38,04	32,74	39,68	4,19	2,09	5,07	2,84
Toritama	8,46	14,01	60,86	55,52	24,06	24,45	1,72	2,60	2,48	3,25
Caruaru	24,41	34,62	26,97	23,00	37,27	34,29	11,21	6,70	3,55	2,01
Recife	45,06	51,19	19,20	17,74	23,35	19,97	20,37	12,11	3,96	2,78
Pernambuco	30,19	37,16	24,27	24,54	26,24	23,33	17,29	10,93	2,33	1,53
Brasil	38,02	46,47	22,40	19,33	24,48	21,73	13,82	7,29	3,09	2,05

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

Fazendo uma análise dos dados, nas linhas em destaque na tabela, observamos que os percentuais de trabalhadores com carteira assinada não chegam a 10% em Santa Cruz e

Toritama, sendo um pouco maior (24,41) em Caruaru. Estes índices destoam dos valores no contexto regional, nacional e na capital pernambucana. Inversamente, encontramos os percentuais acima de 45% para os trabalhadores sem carteira assinada, sendo menor em Caruaru (26,97%) e maior em Toritama (60,86%), indicando elevada informalidade sob critérios jurídico-institucionais, principalmente se acrescentarmos o percentual dos trabalhadores por conta própria. Como podemos ver, a taxa de desocupação (desempregados) é baixa nos três municípios, sendo pífia em Toritama (1,72%) indicando que a maioria da População Economicamente Ativa se encontra trabalhando.

Observamos que a tabela oferece instrumental para analisarmos a informalidade nas dimensões jurídico-institucional (*e.g* vínculo de trabalho), sócio-econômica (*e.g* trabalhadores por conta própria e pequenos produtores não submetidos à relação de assalariamento). A nosso ver, esta radiografia da informalidade é parcial e, no caso específico das lavanderias, limita a análise, pois com a tendência (mesmo limitada) ao assalariamento com o registro em carteira dos trabalhadores nesse segmento, poderíamos chegar à conclusão precipitada da inexistência da informalidade e isto a nossa pesquisa de campo procura rebater, como veremos na sequência.

Neste capítulo que corresponde ao objetivo específico 3, consideramos o conjunto das experiências laborais dos trabalhadores que estavam em atividade no momento da pesquisa ou que, sendo trabalhadores inativos da parte operacional, relataram seu cotidiano de trabalho nas lavanderias. O capítulo está dividido nas seções 7.1, 7.2 e 7.3, que retratarão as relações de trabalho nos perfis empresariais, no perfil empresarial híbrido e nos perfis informais, respectivamente¹⁵⁰.

7.1 RELAÇÕES DE TRABALHO NOS PERFIS EMPRESARIAIS

O trabalho na lavanderia da unidade produtiva de **Perfil Empresarial Integrado I** é executado por 24 trabalhadores e se encontra integrado à confecção, o que significa que as políticas adotadas pela gerência de recursos humanos da empresa também se direcionam e tem impacto junto aos trabalhadores do setor de lavanderia.

A existência da área funcional de recursos humanos, como dissemos na seção 6.1, atinente à gestão moderna e a um padrão formal dos processos organizacionais, não chega a

¹⁵⁰ Neste capítulo usaremos alguns termos nativos para nos referir aos vínculos de trabalho. O trabalho clandestino (sem carteira assinada), o trabalho fichado (com carteira assinada), o trabalho puxado (trabalho pesado e/ou com ritmo intenso). Desdobrado das entrevistas, criamos o trabalho ligado, que é aquele pautado na máxima atenção no controle do maquinário.

modificar a modalidade de contratação adotada pela empresa para os trabalhadores do chão da fábrica, que se aproxima daquelas acionadas pelos pequenos negócios, como descreveu Cacciamali (1982) nos seus estudos. Nesta situação salta à vista a *informalidade na sua dimensão contextual* expressa na combinação de fatores endógenos (influência da experiência local de contratação no segmento de confecção) e exógenos (semelhança com práticas adotadas em outros polos de confecção do país¹⁵¹).

Deste modo, constatamos que, no momento da contratação daqueles trabalhadores, o nível de escolaridade e a formação profissional não são exigidos. A baixa escolaridade da população local ocupada, que circula em torno do fundamental incompleto¹⁵² influencia na ausência daqueles requisitos. Nas unidades produtivas que integram confecção e lavanderia, como é este o caso, as exigências do saber fazer e a destreza na operação das máquinas direcionadas às costureiras se espriam para o restante do chão da fábrica compondo os requisitos mínimos. Um dos trabalhadores afirma que “já entrou na lavanderia sabendo”. Vejamos como ele adquire a qualificação tácita:

No bairro onde eu moro sempre teve muita lavanderia, eu pedi ao dono de uma pra ficar observando o serviço. Ele disse que não tinha vaga, mas que eu podia pegar umas dicas. Até liberou um menino pra fazer os testes em algumas peças pra eu ir aprendendo. De segunda a sexta eu trabalhava num fabrico de jeans. No sábado e domingo eu ia pra aprender (Trabalhador 06).

Esta é uma situação interessante para a análise, pois evidencia o entranhamento social da atividade produtiva e a sua manifestação na relação de proximidade, no fácil acesso do “candidato a trabalhador” ao dono do negócio e, mais do que isso, na liberação por parte deste da permanência no chão da fábrica para um “treinamento” com trabalhador experiente. Hart (1973) chama a nossa atenção para a existência das barreiras de entrada nas atividades informais e o trabalhador por ser da vizinhança e atuar num fabrico de confecções tinha as credenciais para adentrar à unidade. Acreditamos que se tratava de período de movimento

¹⁵¹ Em pesquisa realizada por Vilasboas (2015) sobre o Polo de Confecções de Jaraguá, a autora constatou o baixo nível de escolaridade e formação profissional dos trabalhadores nas lavanderias locais e o exercício da atividade baseado em qualificação tácita.

¹⁵² Segundo pesquisa divulgada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano, do total da população ocupada nos municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz, 53,84%, 34,28% e 39,22% , respectivamente, possuíam ensino fundamental completo no ano de 2010. Se partirmos para os trabalhadores em ocupação informal com ensino fundamental incompleto, estes percentuais variam e os resultados apontam para 45,17%, 63,39% e 57,64%, respectivamente. Observamos que os percentuais aumentaram significativamente em Toritama e Santa Cruz, revelando que a maior parte da população envolvida na produção e comercialização de confecção e serviços possui o fundamental incompleto.

menor na fábrica, afetado pela sazonalidade, em que o dono do negócio vai, indiretamente, numa situação destas, construindo o seu cadastro de reserva de trabalhadores.

A destreza também se aplicam no trabalho manual dos 4 passadores, 4 pistoladores e 4 lixadores, postos onde o trabalhador precisa “dar produção” (ser ágil), senão não fica. No entanto, estes critérios de qualificação tácita não são praticados em todas as ocupações operacionais e são dispensados quando se trata dos trabalhadores que vão operar com as máquinas de lavar, secadores e centrífugas, recaindo no requisito mínimo de saber ler e escrever, aplicado para todos os trabalhadores das áreas operacionais. A gerente comenta sobre este ponto:

Vai da questão do RH da empresa porque o funcionário vai assinar o contracheque ele não está entendendo o contracheque, vai assinar a demissão e a admissão. [...]. Então, pra gente recrutar, a gente precisa que tenha alguma experiência (na costura, uma certa agilidade), e também precisa que saiba ler, entender. Pelo menos alfabetizado, que saiba assinar o nome direitinho (Gerente de Recursos Humanos).

A exceção cabe a alguns trabalhadores que precisam além de saber ler e escrever, dominar conhecimentos básicos em operações matemáticas, como o dosador de produtos químicos, ou estar com o curso técnico como o operador de caldeira. Para este trabalhador se exige o ensino médio e o curso técnico em operador de caldeira, que estava sendo ofertado pelo ITEP¹⁵³. Esta qualificação exigida para o operador de caldeira é um desdobramento das ações de regularização em curso encabeçadas pelo Ministério Público (MP-PE, 2012), que também impuseram a inclusão do posto de trabalho ocupado pelo operador de tratamento de efluentes, após a implantação da ETE nas lavanderias.

Mesmo com o cumprimento de alguns requisitos ou a ausência destes para ocupar o posto de trabalho, sabemos que os vínculos sociais vêm sendo efetivos na inserção do trabalhador no mercado de trabalho. E, sobretudo, na experiência sócio-produtiva que estamos relatando, os laços de proximidade, de parentesco têm influenciado nesse processo e também estão presentes nas lavanderias de *jeans*, e vêm sendo fartamente incorporados na fase de

¹⁵³ **Curso de Operador de Caldeira** é regido pela NR-13 (Norma Regulamentadora 13 do Ministério do Trabalho) e orienta os procedimentos de operação e normas de segurança do trabalho de caldeiras que produzem vapor. A NR-13 estabelece como requisitos básicos que o trabalhador tenha escolaridade comprovada de ensino fundamental, e que esse curso tenha, no mínimo, 77h/a totais (33h de conteúdo teórico, mais estágio prático, de no mínimo, 40h). Tem sido geralmente oferecidos, tanto no espaço da própria empresa, sob orientação e certificação pelo engenheiro responsável técnico pela caldeira, como por escolas de formação profissional, como o SENAI, nesse com carga horária que variam das mínimas exigidas, ou seja, das 77h até cursos com 330h/a. Como se vê, trata-se de um curso de curta duração. Em nossa pesquisa de campo, foram comuns os relatos que esse curso obrigatório tem sido ministrado pelos engenheiros que prestam serviços às lavanderias do Polo de Confecções de Pernambuco.

crescimento do negócio (PORTES, 2013), de modo a compor a dinâmica propriamente capitalista, formal, para a qual o negócio vem se inclinando, conforme relatamos na seção 6.1. Um antigo trabalhador comenta sobre esse ponto

Eu comecei no ramo de confecção quando estava com 16 anos, num fabrico de *jeans* de um conhecido. Ganhava pouco, sem carteira e comecei a me interessar por lavanderia vendo quanto um amigo ganhava trabalhando lá. Ai, decidi me especializar nesse ramo. Comecei a ficar ligado e um deles me indicou a vaga de esponjador.. Fiquei trabalhando lá uns 5 anos. Assinaram logo minha carteira. Depois saí (Trabalhador 06).

Como já vimos, nos outros capítulos, a lavanderia é um espaço de reprodução da *informalidade em suas múltiplas dimensões e a sua dimensão sócio-cultural* novamente vem à tona, no relato do trabalhador e se integra à formalidade dos vínculos de trabalho. Isto evidencia, mais uma vez, a fragilidade do registro em carteira como impulso para a formalidade do negócio, em suas múltiplas dimensões, assim como a limitação dessa dimensão jurídico-institucional para captar a problemática da informalidade, como enfatizado em algumas pesquisas de cunho legalista (e.g DE SOTO). O que se vê é a imbricação do formal com o informal (ARAÚJO, 2011; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011b), gerando uma composição singular nas lavanderias, que torna mais complexa a informalidade constitutiva da experiência sócio-produtiva local.

Outro ponto que podemos extrair dessa passagem é a chance que o trabalhador percebe de estar com a carteira assinada, em meio à persistência do trabalho clandestino no *Polo* como um todo, conforme apontado em estudos (SEBRAE, 2003, 2013), incluindo o segmento de lavanderias, como veremos mais adiante. Na unidade produtiva em análise, no entanto, o contrato formal tem predominado para os trabalhadores, conforme relato de alguns deles e da gestora de Recursos Humanos. A jornada de trabalho semanal segue o padrão CLT de 44 horas distribuídas de segunda à sexta-feira, das 7 às 17 h, sendo o sábado utilizado para hora extra excepcionalmente (em caso de acidentes de trabalho, sendo necessário estender a produção). Outro ponto desta fábrica e que destoa das demais é o fato de possuir um refeitório anexo ao prédio da fábrica. Os trabalhadores podem levar a sua refeição ou pagar metade do almoço que é pedido junto a fornecedor de marmita.

Os salários no setor de lavanderia são mais atrativos do que na costura¹⁵⁴ e seguem a convenção coletiva da categoria, estando acima do salário mínimo¹⁵⁵. Em acesso aos

¹⁵⁴ O salário da costureira, no momento da pesquisa, estava fixado em R\$835,00 - 10% de bonificação. Esta bonificação significa um cartão para compras em farmácia, supermercados, segundo informações da gerente de recursos humanos da fábrica.

documentos do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Caruaru (Sinditêxtil Caruaru e região), a convenção do período 01/02/2015-31/01/16 estabelece o piso salarial para as categorias de lavador e operador de caldeira em R\$910,00 mensais. Para os demais empregados das lavanderias industriais, o valor de R\$810,00¹⁵⁶. O salário é fixo e os trabalhadores recebem adicional por insalubridade e um bônus por produção.

As bonificações variam de acordo com a produção e não existe uma meta explícita a ser cumprida. Mas, a pressão por aumentar a produção está colocada nos quadros murais afixados no chão da fábrica onde se registra a produção diária em cada setor operacional. A gerente explica: *“a gente sabe a produção que vai sair no dia e vai identificar o funcionário que teve a produção maior. O que passou de 50% vai receber, se não teve falta, se foi um funcionário exemplar, a gente dá a bonificação. Tudo isso vai ser verificado”* (gerente de recursos humanos). Neste caso, o RH pressiona no incultimento de um comportamento a ser seguido dentro da empresa combinando a adesão do trabalhador ao ritmo intenso do trabalho, à disciplina e ao confinamento fabris. Outro aspecto de reforço é a proposição do RH de ter um papel de assistência emocional junto aos trabalhadores, de motivá-los por meio da oferta de cursos em parceria com o SEBRAE¹⁵⁷. Em ambas situações, a prática do RH assume um caráter ideológico de encobrir as dinâmicas de exploração do trabalho no chão da fábrica. Por isto, é preciso se dirigir para a produção, de forma a desvelar o que acontece, como nos alertou Marx (2013):

[...] Acompanhem os possuidores de dinheiro e de força de trabalho até o terreno oculto da produção, em cuja entrada se lê: *No admittance except on business* [Entrada permitida apenas para tratar de negócios]. Aqui se revelará não só como o capital produz, mas como ele mesmo, o capital, é produzido. O segredo da criação de mais-valor tem, enfim, de ser revelado (MARX, 2013, p. 322).

No chão de fábrica, o apito das lavadoras, dos secadores e da centrífuga orienta o trabalho repetitivo dos 2 lavadores, sendo um deles o encarregado, e de 4 auxiliares de lavanderia. É preciso estar de prontidão e ligado no tempo das máquinas. Inegável a aproximação teórico-prática de um processo histórico mais amplo, aquele no qual inicialmente a criação da máquina pelo homem para ser a potencialização da sua força, extensão da sua capacidade técnica se inverte na fábrica moderna. Ali, o produtor direto se torna uma extensão, um apêndice da máquina, em que dele se requer a operação mais simples,

¹⁵⁵ Valor do salário mínimo: R\$788,00 (Referência: janeiro/2015). R\$880,00 - Valores de janeiro/2016.

¹⁵⁶ Os salários atualizados dos auxiliares de lavanderia, segundo um dos trabalhadores entrevistados que atua como auxiliar administrativo em outra lavanderia é R\$902,00 (Trabalhador 02).

¹⁵⁷ O SEBRAE novamente aparece como um parceiro que não age somente no âmbito da gestão, mas de formação profissional dos trabalhadores, com vistas a uma maior adequação, adaptação ao regime fabril.

mais monótona e mais fácil de aprender cujo ponto de chegada é a diminuição do custo de produção, de um lado, e o caráter enfadonho do trabalho, de outro (MARX; ENGELS, 2002).

As câmeras de vigilância espalhadas no espaçoso galpão completam o controle e a vigilância dos trabalhadores, mas paradoxalmente se tornam o testemunho da extração diária do mais-valor relativo e absoluto. O uso das luvas é abandonado frente à necessidade de dar cadência ao processo produtivo para evitar os gargalos. Peças molhadas são retiradas de uma máquina para outra com o registro das mãos completamente azuladas do índigo da peça *jeans*. Um dos trabalhadores que entrevistamos relata a sua experiência como ajudante de lavanderia:

Quem cansa mais é o ajudante em relação ao lavador porque ali você carrega a máquina de lavar, você está forçando seu corpo demais. A máquina é grande e a gente tinha que entrar pra tirar a roupa lá do canto porque tinha vez que a gente botava o braço e não chegava. Aí a gente entrava. É grande, parece um tanque de carro-pipa. Então ficam duas portinhas e a roupa se espalha ali dentro, não tem como não se espalhar. A gente pega a roupa e ela vem molhada, vem pesada. A gente saía molhado, ficava azul! Saía todo azul, aí já pegava outra carga, jogava dentro [...] A roupa ficava molhada, mas ia trabalhar assim mesmo [...] (Trabalhador 06).

O trabalho manual e pesado do auxiliar de lavanderia, como se vê, é marcado pelo imprevisto e pela ausência de ferramentas ofertadas pela gestão que evitem o risco à saúde no contato direto com os produtos químicos liberados junto com a água das lavagens das peças, aumentando a exploração do trabalhador pela via da desproteção ensejando condições de trabalho ainda mais precárias. A circulação de profissionais de segurança do trabalho nesta fábrica não tem sido capaz de formar uma massa crítica no sentido da prevenção de ocorrências, como a relatada acima, no ambiente fabril¹⁵⁸, nem mesmo as advertências constantes aplicadas pela área de gestão de RH. Nesta situação, podemos perceber a imbricação da informalidade na dimensão sócio-econômica, referente ao imprevisto na execução do trabalho na fábrica, à formalidade na mesma dimensão, no tocante à relação de exploração do trabalhador e a sua subordinação aos sistemas de controle da produção determinados pela gestão.

O auxiliar de lavanderia é o trabalhador com menor remuneração na fábrica e com trabalho mais pesado, expressão da extração do mais-valor absoluto dentro da unidade, que

¹⁵⁸ Em pesquisa realizada, em 2013, junto a 271 trabalhadores de lavanderias de *jeans* da cidade de Caruaru visando identificar o conhecimento daqueles trabalhadores sobre a prevenção de acidentes de trabalho, verificou-se, através da aplicação de questionário, que há uma predominância do sexo masculino (92%), com ensino fundamental incompleto (28%). Observou-se que 76% conheciam a definição de equipamento de proteção individual e 23% o conceito de equipamento de proteção coletiva. 71% dos participantes desconheciam as classificações dos riscos, apenas 29% identificaram algum tipo de risco ocupacional em sua atividade (ARAÚJO, 2015).

vai se aprofundando na medida em que as suas atividades se diversificam, ao abandonar a posição de auxiliar no setor de produção úmida e se dirigir também para o auxílio ao operador de caldeira no carregamento da lenha:

Tinha vez que o lavado demorava aí a gente ia se movimentando em outra coisa. Chegava tecido pra descarregar lá no galpão, aí ia lá descarregar. Sempre tinha uma coisa ou outra. Era movimentado. Aí ia ajeitar a lenha, que a lenha sempre estava espalhada, acabando lenha, aí transportava a lenha do terreno pra perto da caldeira, não parava não. **Só carregando peso.** E ainda tinha o caminhão com a lenha pra descarregar. Quando chegava o caminhão se a gente estivesse parado, já mandava fazer esse serviço. Aí pronto, a gente ía carregar lenha. Às vezes passava dois, três dias, pra botar a lenha pra dentro. É lenha! Chegava um caminhão daquele assim por cima. Na hora de carregar furava a mão, tinha espinho. Botava luva, mas tinha espinho, ultrapassava a luva e furava. **Sempre machucava e às vezes, caía alguma tora no seu pé. Dava pra fazer aquele curativo ali, enrolava e voltava de novo.** A gente reclamava, mas fazer o quê? Era “mãos a obra”. **Mas, isso não era direto, todo dia, aí dava pra aguentar** (Trabalhador 06. Grifo nosso).

Na voz do trabalhador fica visível a precariedade das suas condições de trabalho, situação que vem se agravando na unidade produtiva, em análise, com a intensificação do trabalho em paralelo com a incorporação de tecnologia ao processo produtivo nas atividades com maiores ganhos de produtividade. Esta prática acompanha a tendência de mudança na base tecnológica que vem se disseminando no país desde os anos 1990 e que foi retratada por vários estudos (Cf. DRUCK, 1999; ANTUNES, 2004; LEITE, 2011). Nesta dinâmica de acumulação flexível de capital, é necessário que haja a combinação nova de elementos antigos (HARVEY, 2005, 2010), a extração do mais-valor absoluto acoplado à noção de multitarefa ou polivalência para o trabalho manual do auxiliar de lavanderia.

No entanto, uma outra questão salta à vista no relato do trabalhador. No trecho “*mas, isso não era direto, todo dia, aí dava pra aguentar*” significa que a organização do trabalho na lavanderia comporta momentos de “parada” no serviço pesado e isto, de alguma maneira, disfarça as condições precárias de trabalho. Outro aspecto que se soma a este é a sazonalidade da atividade de confecção com as flutuações de produção e com consequências para o volume de roupas na lavanderia, que também contribui para deixar cinzenta a percepção do trabalhador sobre as suas condições. Estes fatores são endógenos à produção de confecção e atingem a lavanderia, cujo processo não utiliza toda a capacidade produtiva do maquinário, gerando intervalos ociosos.

Na perspectiva da inovação tecnológica, como vimos nas seções 5.1 e 6.1, a empresa tem aumentado os ganhos de produtividade e a extração do mais-valor relativo, com as

máquinas e equipamentos do setor de diferenciado¹⁵⁹, com destaque para a máquina a *laser*. Esta máquina é a que propicia maiores ganhos de produtividade e a operação no *laser* vem sendo realizada por três operadores, em revezamento de 3 turnos, durante 24 horas. Para este posto de trabalho é necessário treinamento básico de informática para acionar o computador para a impressão do *laser* nas peças. Porém, mais do que isto, é preciso agilidade para atingir o número de quinhentas calças *jeans* por turno (1 minuto para cada peça na máquina). O ar condicionado da sala não reduz o ritmo cadenciado do trabalho para a elevação da produtividade, tratando-se também de um trabalho de tipo manual.

Outra forma de elevar a produtividade no setor de lavanderia e que reflete a busca por modernização da gestão tem sido os contatos intensos com os fornecedores de produtos químicos de alta tecnologia, como vimos na seção 6.1. A mudança da lavagem com a padronização das receitas vem afetando diretamente o trabalho do encarregado de lavanderia¹⁶⁰. A criação das receitas de lavagens vindas dos fornecedores de produtos químicos é traduzida pelo setor de *design* da empresa e repassada para o encarregado. Neste sentido, a presença do conhecimento especializado em produto químico e em criação vem limitando a sua capacidade criativa para inventar os lavados, restringindo o seu trabalho a uma categoria manual, aumentando as segmentações entre os mais qualificados e os menos qualificados dentro da empresa. O encarregado de lavanderia continua centralizando o conhecimento técnico para produzir os lavados, mas houve um rebaixamento do seu potencial criativo com vistas a se adequar às receitas já pré-estabelecidas.

A padronização das diversas rotinas na unidade produtiva em análise, como vimos na seção 6.1, atinentes a um padrão moderno de gestão, caminha lado a lado com a *dimensão sócio-cultural da informalidade* na relação pessoalizada e de confiança entre o dono do negócio e alguns trabalhadores com muitos anos de firma, como o encarregado de lavanderia, que trabalha na empresa há mais de 15 anos¹⁶¹, e o operador de caldeira, que recebe percentual de 30% de periculosidade mais bonificação fixa por tempo de serviço e vínculo junto ao dono, em virtude dos seus familiares trabalharem na fazenda do dono. Novamente Portes (2013) pode nos ajudar a entender a relação de confiança permeando as atividades econômicas no seu estágio de crescimento. Posição esta que também se afasta da dicotomia

¹⁵⁹ Neste setor, o percentual de homens trabalhando é maior, assim como em toda a lavanderia, contrastando com o setor de costura. Mas, as mulheres estão ocupando postos de trabalho no setor de diferenciado, fazendo os lixados, os rasgados nas peças e operando a máquina a *laser*.

¹⁶⁰ Este posto de trabalho é ocupado, na maioria das unidades pesquisadas, por lavadores experientes, sendo esta a situação.

¹⁶¹ Vide relato na seção 6.1

moderno-atrasado, formal-informal, corroborando com a nossa formulação sobre a informalidade.

No entanto, mesmo com os laços de proximidade com alguns, a relação capital-trabalho nos moldes capitalistas se evidencia nas diversas situações de trabalho enfatizadas, atestando a exploração e o controle sobre o trabalhador. Outras evidências, para além das que relatamos acima, são o relógio de ponto eletrônico¹⁶² implantado e em funcionamento na unidade fabril e a demissão de 30 trabalhadores em toda a fábrica justificada pela queda de 20% da produção (destes, 2 eram auxiliares de lavanderia).

O contexto de crise aliado às demissões, que consideraram o tempo de casa, (os demitidos eram recém-contratados) e a avaliação de desempenho de cada trabalhador estavam servindo como elemento disciplinador e de maior controle da força de trabalho para o conjunto dos trabalhadores.

Na unidade produtiva de **Perfil Empresarial Integrado II**, a informalidade das relações de trabalho sempre foi uma tônica no negócio, sobretudo, na dimensão jurídico-institucional (ausência de carteira de trabalho), não obstante a existência de relação de assalariamento (*formalidade na dimensão sócio-econômica*). Este traço conservava os resquícios da origem da atividade informal, ainda ligada às estratégias de sobrevivência do dono (CAVALCANTI, 1974; 1987).

Os anos se passaram e o contrato de exclusividade para a produção de confecção junto à varejista de renome nacional, como explicitamos na seção 6.2, tensionou o padrão informal prevalecente no negócio com repercussões nas relações de trabalho. A implicação direta foi a formalidade dos vínculos de trabalho com o registro dos trabalhadores de toda a fábrica e o pagamento dos direitos que acompanham a carteira assinada. Nas inspeções que a contratante faz à unidade, periodicamente, é observado o combate ao trabalho análogo a escravo dentro da fábrica. Neste quesito, um dos itens de maior atenção é a limitação das horas extras diárias, evitando extrapolação excessiva da jornada. Em caso de não observância, multas vultosas podem ser aplicadas junto à empresa contratante¹⁶³. Em contato com a Gerência Regional do Trabalho, foi-nos diagnosticado que o trabalho na região do *Polo* não chega a ser classificado

¹⁶² Em geral, o registro do ponto manual ou mecanicamente tem sido observado em outras unidades. Em 2015, o Sinditextil normatizou procedimentos para o controle das horas extras e do uso do banco de horas. Acreditamos que a adoção do registro de ponto pode ter decorrido deste acompanhamento por parte do sindicato.

¹⁶³ No momento da entrevista, o proprietário revelou que a empresa contratante estava pagando multa de dois milhões de reais por irregularidades em uma das contratadas. As irregularidades são identificadas em auditorias inesperadas junto às contratadas.

como análogo a escravo, como a situação dos Bolivianos no Brás-São Paulo ou uma outra em que houvesse “*um capanga na porta dos fabricos, das facções e das lavanderias ou algum tipo de servidão por dívida. Aqui não tem isso*” (Agente 06, entrevista em 31.03.16). O entrevistado complementa: “*o que se vê, em geral, na região é uma jornada de trabalho extrapolada aliada ao esforço físico*”, caracterizando o que Dal Rosso (2011, 2013) denominou de intensificação do trabalho. Porém, nas lavanderias há um aspecto a mais que é a insalubridade do ambiente com a exposição do trabalhador a substâncias de alta toxicidade, como vimos na seção anterior. Um dos trabalhadores da empresa do setor de diferenciado comenta sobre o assunto:

O trabalho aqui é bem complicado, porque o cabra tem que ter muito cuidado, porque tem muito produto tóxico. Tudo que tem dentro da lavanderia é químico, são vários produtos, um pior que o outro, inclusive tem uns, que se juntar um com o outro, ele pega fogo. Você chega na lavanderia e já sente. Só produto pesado. Eu mesmo já notei uns probleminhas de saúde que apareceram comigo, mas não sei se foi problema de lavanderia. Sinto muitas dores nas costas todo dia. Pra dormir é uma agonia. Perguntei ao médico e ele não disse do que é que foi (Trabalhador 08, entrevista em 31.03.16).

A regularização do segmento e a assinatura do TAC pelo proprietário da lavanderia (MP-PE, 2012) impôs o uso regular de EPI's como forma de minimizar o contato dos trabalhadores com os agentes tóxicos. A visita constante de técnicos de segurança do trabalho para emissão de laudos técnicos é outro fator de pressão junto ao proprietário no sentido de disciplinar o cumprimento da exigência. O contrato de terceirização segue também nessa obrigatoriedade para todo o chão da fábrica, incluindo os 20 trabalhadores da lavanderia, ao tempo em que também exige o cumprimento dos prazos.

A supervisão constante por parte do contratante ainda que não seja diária - tarefa que cabe ao gerente ou proprietário da fábrica - produz um efeito dentro do espaço fabril com a amplificação da pressão e de um duplo controle no sentido do cumprimento dos prazos para a entrega das remessas e da qualidade exigida.

Sabemos que o contrato a que estamos nos referindo faz parte do amplo processo de reorganização empresarial, em escala global, cujo elemento central é a terceirização, que é a expressão central da flexibilidade externa, nos termos de Castel (2010). Este processo vem trazendo consequências desastrosas para os trabalhadores das firmas terceirizadas, tais como: intensificação da jornada, maior controle e disciplinamento do trabalho, rebaixamento dos salários, insegurança no vínculo, dentre outros, acarretando numa maior precariedade e desproteção dos trabalhadores (DRUCK, 2011; LEITE, 2011).

Neste sentido, o uso regular dos EPI's não tem combinado com tamanha exigência de produtividade e, no setor de diferenciado, a não observância do EPI é ainda mais dramática pelo contato dos trabalhadores com o permanganato, por meio da esponja ou da pistola. Vejamos o relato do trabalhador:

Na lavanderia eu mexia também com o esponjado. Eu botava a bacia com o produto químico e ia misturando o pó na água e molhando a bucha, um pedaço de esponja dessas que se usa em estofado. **Usava a luva, mas a gente trabalhava mais com a mão mesmo. Sem a luva dá mais produção. Ela atrapalha** (Trabalhador 08. Grifo nosso).

Hoje é um líquido (permanganato). Pra trabalhar com isso tem que ser com luva, calça comprida, bota e máscara. A gente tenta usar. A máscara é pior porque esquenta. Eu tiro um pouco pra descansar e andar mais ligeiro. A gente trabalha aqui, tem o manequim ali e aí tem um exaustor pra puxar e jogar pra fora. Nunca vem tudo pra cima da pessoa, não. Mas, vem que quando é de noite e a gente vai tomar banho, passa a mão no cabelo, chega a sair aquela água rosa do produto, que pega no cabelo. Quer dizer que está todo em cima da gente, né? A gente tira pela roupa, que fica com aquelas manchas pretas. Não tem outra coisa e a pessoa precisa (Trabalhador 08).

Podemos observar no relato do trabalhador, como vimos na seção 7.1, que a *informalidade na dimensão sócio-econômica*, pela via do imprevisto na execução da tarefa se reverte em perigo constante à saúde, potencializado pelo aumento da produção que se atrela ao salário. Esta possibilidade de ganhar mais com alta produtividade para os 4 esponjadores, 2 pistoladores e 5 passadores se torna um atrativo para eles, mesmo submetidos aos altos riscos.

Agora o pior é quando chega o tempo de aperto. Quando, assim, é antes do Carnaval, de Dezembro. Chega muita peça pra gente fazer o pistolado. É muito cansativo. Chego em casa morto, e quando vejo já é hora de acordar e ir de novo. Tem dia que chego de meia noite em casa. A mulher fica preocupada porque chego tarde e aqui perto de casa é meio perigoso. Nesses dias assim de muita produção pego de 7 da manhã. Mas, quando tem “cerão” eles deixam chegar mais tarde um pouco. Agora o bom de tudo isso é que ele paga certinho, nunca atrasou. Aí a pessoa pode se programar. Pode contar com aquele dinheiro ali no final do mês. E com o “cerão”, com as horas extras que a gente sempre faz, aí dá pra tirar uns 1.600 reais por mês. Onde que eu, com essa idade, ia tirar um valor desses trabalhando de empregado? (Trabalhador 08).

Um fator que salta à vista no relato do trabalhador são as chances de aumento de ganho que o trabalho na lavanderia propicia, inclusive maiores do que na costura e com menores exigências para o posto de trabalho, conforme detalhado no perfil anterior. Estas vantagens encobrem a precariedade das condições de trabalho no serviço do diferenciado. No seu caso, a indicação de um amigo foi fundamental para a mudança da atividade agrícola para a industrial na cidade:

Eu era agricultor na Paraíba, tinha um sitiozinho, mas as coisas ficaram muito difíceis por causa da seca. Fiquei sem dinheiro e parei. Aí tinha um amigo que estava por aqui, trabalhando com essa coisa de lavanderia. Vim embora com a família¹⁶⁴ e aí comecei a trabalhar com ele. Ele tinha um salão com uns 10 trabalhando lá pra ele. Não era uma lavanderia, só fazia o diferenciado, pegava as peças do freguês [lavanderia] e a gente fazia o lixado, depois ficou fraco, e todo mundo passou a usar o esponjado, e depois a pistola. Eu não sabia de nada disso, mas foi fácil demais aprender, peguei rápido. Eu ficava vendo e fui fazendo. E em pouco tempo fui trabalhando, trabalhando, e quando vi já estava dando produção. Nesse tempo eu não era fichado e ganhava por peça feita. Não era bom não porque tinha dia que chegavam muitas peças pra fazer, mais que a conta e a gente entrava pela noite, mas tinha dia que ficava até meio dia lá e não aparecia nada. Eu só ganhava se tivesse produção (Trabalhador 08).

Novamente, percebemos os vínculos sociais (*informalidade na dimensão sócio-cultural*) sendo determinante para o trabalhador adquirir o aprendizado prático de uma tarefa pouco qualificada no local de trabalho (uma facção prestadora de serviços de diferenciado). Esta experiência o possibilita a assumir o posto de trabalho na unidade produtiva em análise. Outro ponto a comentar a partir do depoimento é a instabilidade do ganho por produção aliado à ausência de carteira de trabalho assinada. Esta é uma característica dos trabalhadores das lavanderias - o trânsito entre o trabalho clandestino e o trabalho fichado durante a sua trajetória laboral. Nesta situação de “clandestino” temos a condição de assalariamento disfarçado, com a informalidade no vínculo de trabalho associada à formalidade na dimensão sócio-econômica, na relação de assalariamento e, portanto, de exploração e subordinação frente ao patrão. Mesmo o assalariamento disfarçado sendo foco dos estudos mais recentes sobre a informalidade (Cf. CACCIAMALI, 2000, 2001; OIT, 2014, 2015), esta situação de trabalho, por si só, não é suficiente para analisarmos a relação capital-trabalho nas lavanderias.

Nas lavanderias, as tensões nas relações de trabalho também se revelam quando o trabalhador percebe a chance de ter seus direitos reconhecidos como trabalhador “fichado”, ao

¹⁶⁴ “Quando eu cheguei aqui trouxe logo minha família. Minha mulher aprendeu a costurar, trouxe uma filha, e depois outras duas. Hoje elas estão aqui do lado, com uma facçãozinha, compraram umas seis máquinas e estão aí trabalhando, trabalhando. Memos nessa crise sempre tem umas pecinhas pra se fazer. Eu não fui pra esse lado da costura porque tenho medo da máquina. Já tentei várias vezes, mas minha mão fica tremendo quando o pano vai chegando perto da agulha. Aí pronto, o que eu aprendi mesmo foi esse negócio de diferenciado pra lavanderia” (Trabalhador 08). É notável como as relações de trabalho informal, sobretudo ancoradas no espírito de se pôr um negócio próprio na região do Polo vai sendo reproduzido, mesmo por aqueles que são recém chegados e que passam a sobreviver e ali compartilhar de dadas condições. Também acentua-se, nesse caso específico, como a rede de proximidade, seja por ação dos conhecidos e amigos, seja de membros da família, se presta a auxílios mútuos para composição da renda. Muito comum, segundo relatos dos nossos entrevistados, se ter numa família de dois, três ou quatro filhos, todos trabalhando no segmento de confecções, seja de produção, seja de comercialização.

tempo em que o contrato com carteira assinada pode se tornar um entrave no momento da sua aposentadoria:

Passei uns três anos assim, trabalhando nesses clandestinos, sem ser fichado. Aí comecei em outra, nessa que eu estou agora. Já faz quatro anos. Nessa, não tem conversa, logo que o cabra entra pega logo a carteira. E isso por um lado é bom né, porque a pessoa vai ter seus direitos, vai ter o FGTS, coisa que nunca tive, vai ser mais respeitado. Graças a Deus já to me organizando, já tenho minha moto, meu carrinho aí seminovo [...] Mas, na época, se eles não tivessem fichado pra mim era melhor, pra me aposentar um dia ficava bem mais fácil. Eu tenho mais de trinta anos de Sindicato Rural. Então se eu nunca tivesse fichado a carteira pra me aposentar como agricultor era mais fácil [...] Pelo meu gosto não tinha fichado, mas era obrigado (Trabalhador 08).

Na pesquisa de campo identificamos outros trabalhadores em situação semelhante, oriundos da zona rural e com contribuição previdenciária como agricultores. Este é um elemento que favorece a persistência da informalidade nos vínculos de trabalho - um elemento constitutivo da experiência sócio-produtiva do *Polo* e das lavanderias locais. Nestas situações, muitas vezes, são feitos acordos implícitos entre trabalhadores e patrões para a burla na carteira de trabalho; negociação que não se concretiza quando o assunto é a adequação do trabalhador ao regime fabril.

Como já dissemos, o contrato de exclusividade vem implicando no aumento da pressão sobre os trabalhadores, não apenas na intensificação do trabalho (aumento da jornada e do ritmo do trabalho), mas também no controle e disciplinamento da força de trabalho no sentido de sua adaptação ao ambiente confinado da fábrica, a cumprir os horários e estar preparado para as horas extras (“vestir a camisa da empresa”, no jargão empresarial). O trabalhador nos revelou:

Tem umas lavanderias que trabalhei que você tem liberdade mesmo tendo serviço pra fazer, o empregado pode ir no banco, na lotérica pagar umas contas, pode resolver um problema em casa e voltar. Não tem, assim, um controle forte não. Eu gostava desse tempo. Mas, nessa que estou trabalhando agora, não tem conversa. Entra, bate o cartão e fecha o portão. Aí só sai pra ir embora, quando der aquela hora, mesmo que fique até aquela hora sem fazer nada. Quem trabalha na produção, como eu, não pode sair pra nada. Tem umas câmeras lá, tem sempre um cabra olhando, que é muito amigo do patrão e diz tudo que se passa. Outro dia reclamaram porque tinha desaparecido um saquinho com a marca da roupa. Nesse dia deu problema e quase que tinha gente botada pra fora. Eles disseram que nenhuma embalagem, nenhuma etiqueta da empresa de São Paulo podia sumir porque era tudo numerado (Trabalhador 08).

Lá é como uma gaiola. A pessoa fica o dia todo, meio assim abafado, no calor, com aquelas máscaras, luva. E ainda tem reclamação, fica pegando no pé pra dá produção. Antes era até melhor, quando era só o coroa, o dono, que sempre ficava lá na firma. Agora é ele e tem outro que, me parece, vem do Recife e outro de São

Paulo que fica se metendo no trabalho da gente, dizendo que está errado isso e está errado aquilo. Eu acho estranho isso. Já perguntei ao encarregado se esses que vem são da firma. E ele disse que é do contrato que a firma tem. Eles querem as mercadorias todas certinhas demais (Trabalhador 08).

Podemos perceber que, não obstante a empresa manter uma forma de gerenciamento que mescla elementos modernos e tradicionais, como vimos na seção 6.2, o seu contato com a dinâmica mais propriamente capitalista pela via do contrato de exclusividade vai dando vida à relação capital-trabalho que rejeita os improvisos, os riscos, que podem acarretar interrupções no processo produtivo. Esta nova conformação, vale dizer, também tensiona a trajetória laboral do proprietário ainda marcada pelo início como conta própria (PRANDI, 1978).

Tamanha pressão tem uma contra face, que é a busca pelo envolvimento e pela adesão do trabalhador ao ritmo de trabalho e aos interesses do patrão. Neste sentido, as maneiras utilizadas para este fim não se limitam ao pagamento das horas extras, mas também ao afrouxamento do controle no chão da fábrica. Um dos exemplos é a liberação no uso das máscaras para os trabalhadores do setor de diferenciado, após a reforma que está sendo feita no setor. O proprietário explica: *“quando o trabalhador acionar a pistola e o jato bater na cortina d’água já neutralizou o produto químico. **Vai trabalhar sem máscara. Teremos a máscara para efeito da fiscalização, mas não vai precisar trabalhar com máscara**”* (Gestor 06. Grifo nosso). O proprietário diminuindo o controle do trabalho no uso do EPI, destoando da posição assumida pela gerente de RH na seção 6.1 e de outros proprietários no enfrentamento da dificuldade para o trabalhador usar com regularidade o EPI. Nesta situação, percebemos a imbricação entre o formal e o informal no aumento dos ganhos de produtividade acoplados à liberação no uso do EPI, com a nítida funcionalização da quebra da rotina (não usar o EPI) à lógica de acumulação de capital.

Reduzir o controle significa também deixar o trabalhador mais à vontade para aumentar o ritmo do trabalho e, portanto, intensificar o trabalho. De outro lado, o proprietário tem criado diversas alternativas (tecnológicas e administrativas), como vimos na seção 6.2 e iremos recuperar brevemente, com repercussões para o trabalhador. O controle do trabalho sob a alegação de evitar o gasto futuro e o manuseio do trabalhador se materializa também nas precauções para evitar interrupções no processo produtivo e na redução dos custos. O dono do negócio explica as inovações com a criação do depósito de produtos químicos e a introdução de sistema de regulação da pistola do diferenciado:

(1) “No depósito (de produtos químicos), vai ser guardado e distribuído para a lavanderia o que o lavador vai usar durante o dia. O rapaz pesa, dosa e entrega já a quantidade correta. Fecha a porta e não usa mais” (Gestor 06)

(2) “o funcionário fica regulando a agulha. Ele mexe, mexe, empena a agulha, a agulha é cara, custa 300 reais. Então, tudo o que você faz é para proteger a ferramenta do funcionário porque ele começa a mexer se a sua autorização. O regulador de pressão que eu comprei é para evitar que ele fique mexendo [...]” (Gestor 06).

Como podemos ver, o controle do trabalho vem se intensificando. No entanto, segundo o proprietário, “*todo funcionário quando entra aqui não quer mais sair. Eu não tenho rotatividade alta*”. (Gestor 06). Na lavanderia havia 37 trabalhadores quando a empresa lavava “para fora”, prestava serviço. Atualmente, são 20 trabalhadores, sendo 2 operadores de caldeira com formação certificada, com jornada de 6 às 14 h e de 14 às 22 h, de segunda à sábado; 02 lavadores e 04 auxiliares de lavanderia (01 lavador com 02 auxiliares pela manhã e outro lavador com mais 02 auxiliares à tarde). No setor de diferenciado trabalham 04 esponjadores e 02 pistoladores; na estação de tratamento de efluentes, 01 operador. No setor de passadoria são 05 trabalhadores. O horário é controlado por relógio de ponto. O salário por produção é pago nos setores de passadoria e diferenciado. Nos demais, o salário fixo, conforme convenção da categoria (vide unidade do Perfil Empresarial Integrado I).

A unidade produtiva como está com a produção de confecção voltada para o contrato, o horário de funcionamento da fábrica e a jornada de trabalho não acompanham a dinâmica da Feira da Sulanca, como veremos mais adiante.

A unidade produtiva de **Perfil Empresarial Parcial** está situada em ambiente fabril separado da confecção, sendo a mais intensiva em tecnologia, conforme vimos na seção 6.3, quando comparamos com as demais unidades que não estão integradas. O foco nos lavados de maior valor agregado para atender à confecção de marca própria, posicionada nos mercados regional e nacional, favoreceu o investimento em tecnologia, sobretudo a aquisição de máquina a *laser*. A compra desta máquina somada às demais do setor de diferenciado (vide seção 5.3) sob a intenção dos ganhos de produtividade e redução de custos, salientados pelos fornecedores em feiras de máquinas e equipamentos, tiveram implicações para os trabalhadores.

A primeira delas foi a redução do quadro com a demissão de 8 trabalhadores. Segundo o sócio-gerente: *“eram 11 trabalhadores aqui atrás. Depois da máquina a laser, eu só tenho 3 e dão conta. Hoje, são 35 no total. Chegou a ter 50 e produzia essa mesma quantidade. Comprei mais maquinário e reduzi os trabalhadores. Hoje a turma está investindo muito em máquina”* (Gestor 05). Na sua perspectiva, ter um grande contingente de trabalhadores significa defasagem tecnológica da lavanderia. Esta situação dialoga com o chamado desemprego estrutural, citado nos estudos (Cf. ANTUNES, 2004; DRUCK, 1999) para retratar a redução do contingente de trabalhadores nas indústrias brasileiras (e.g indústria química, automobilística, siderurgia, dentre outras) localizadas no núcleo dinâmico, a partir do final dos anos 1990.

Na lavanderia, no entanto, vale frisar que não se trata de automação do processo produtivo, mesmo a inovação tecnológica se direcionando para uma das etapas mais intensivas em trabalho, que envolve a aplicação manual dos efeitos nas peças (Cf. lixados, puídos). A máquina a *laser* vem poupando trabalho e gerando excedente pela via da mais-valia relativa, mas não pode prescindir do trabalho vivo.

Na operação da máquina a *laser* pode-se imaginar que se trata de trabalho criativo e não manual, mas alguns segundos de observação são suficientes para percebermos a destreza do trabalhador no manuseio da máquina, de modo a dar produtividade. Não se imagine que o uso desse maquinário represente, como já dissemos, algum tipo de automação ou signifique a eliminação da força de trabalho. Trata-se de trabalho que comporta algumas etapas: (1) posicionar as peças na bancada; (2) dirigir-se até o computador para selecionar o traçado a ser “impresso” na peça; (3) acionar botão para liberar impressão; (4) interromper a impressão; (5) virar o lado de cada peça para imprimir atrás; (6) repetir a atividade nº 3; (6) repetir a atividade nº 4; (6) retirar a peça com o efeito e posicionar novas peças; (7) repetir todas as atividades anteriores. Outro efeito também muito comum com uso da máquina a *laser* é o puído em que se regula a potência da máquina para rasgar a peça.

Como se vê, o trabalho do operador da máquina a *laser* segue o padrão repetitivo de todo o trabalho operacional na fábrica-lavanderia e ainda tem um outro agravante, no nosso modo de ver: o trabalhador fica confinado em uma sala (mesmo com ar condicionado diferente do calor e do barulho das máquinas do setor de produção úmida) e isolado, afastado do contato com os outros trabalhadores no chão de fábrica e pressionado pelos ganhos de produtividade associados à agilidade na operação homem-máquina.

A introdução da máquina a *laser* não eliminou o trabalho manual no diferenciado. Ainda neste setor, chegamos ao local de maior exposição do trabalhador aos produtos

químicos tóxicos, que são as cabines de aplicação do jateamento com o permanganato. A aquisição da cabine com manequins e pistolas novamente trouxe redução de trabalhadores, frente ao trabalho manual com a esponja. Como vimos nas seções anteriores, este é o trabalho que envolve maiores riscos à saúde do trabalhador. As cortinas d'água que se localizam na parte posterior da cabine não são suficientes para barrar completamente a inalação do produto. O uso de máscaras com filtro de carvão ativado é obrigatório, assim como de luvas. Mas, como aliar tamanha exigência de produtividade à saúde e segurança do trabalhador? O risco se repete como destacado pelo trabalhador da unidade de Perfil Empresarial Integrado II.

Percorrendo o setor de diferenciado, 3 trabalhadores se ocupam com a aplicação de pinos e também de resinas nas peças *jeans* para dar o efeito amassadinho (vide seção 5.3). Poderíamos nos referir a um trabalho de tipo artesanal, devido à minúcia da atividade, se não estivesse atravessado pela divisão técnica do trabalho num ambiente fabril e a imposição de um ritmo na execução da tarefa. Este tipo de trabalho tem sido a “menina dos olhos” dos proprietários, devido à agregação de valor à peça e aumento no preço final cobrado pelo lavado. Ali é possível maximizar a extração do mais-valor pela intensificação do trabalho (DAL ROSSO, 2011, 2013).

Porém, para dar produção é preciso ter a destreza para o exercício da tarefa e todo o treinamento dos trabalhadores têm se voltado para a aplicação dos efeitos manuais nas peças. O gerente pela sua vasta experiência de trabalho no setor do diferenciado tem feito diretamente o treinamento dos trabalhadores. Ele comenta: *“fiz o treinamento da equipe assim que cheguei aqui. Era direto: de 7:30 da manhã às 10 da noite. Hoje, estou com a equipe formada [...]. Aqui em Caruaru a mão de obra é muito precária. Queria funcionar 24 horas, mas não tem mão de obra. A gente investiu em máquinas, que é melhor, e botou menos colaboradores”* (Gestor 05). Nesta situação empírica, podemos ver a *formalidade na dimensão jurídico-institucional* (registro em carteira dos trabalhadores) e na *dimensão sócio-econômica* (relação de assalariamento) se combinando com a *informalidade na dimensão sócio-econômica* (qualificação tácita, no saber fazer, adquirido em treinamento informal, sem passar por escolas ou cursos técnicos de formação).

No momento do arrendamento da fábrica, *“todos os funcionários da cooperativa ficaram, depois eu fui selecionando”* (Gestor 05). Atualmente, dos 30 trabalhadores, 10 já estavam na antiga unidade, nos setores de passadoria (4), caldeira(1), tratamento de efluentes(1) e setor de produção úmida (4) e permanecem na lavanderia, em regime de carteira assinada, juntamente com os demais. No total, estão assim distribuídos: 10 passadores e 1 conferente, 6 auxiliares de lavanderia no setor de produção úmida e 2 lavadores; 5

auxiliares no diferenciado, 01 operador da máquina a *laser*, 2 operadores de caldeira, 01 dosador de produtos químicos, 01 operador de tratamento de efluentes, 01 auxiliar na expedição. O critério para contratação dos novatos variou conforme o posto de trabalho, acompanhando a unidade produtiva de Perfil Empresarial Integrado I.

Em alguns postos de trabalho, mesmo com a ausência de requisito para o trabalhador, as tarefas a desempenhar pressionam na direção do conhecimento prévio. Isto se aplica diretamente aos trabalhadores da recepção/expedição das peças de roupas, principalmente nas lavanderias não integradas à confecção, impondo saber ler, escrever e realizar operações matemáticas básicas para conferir a quantidade de peças na entrada e saída, conforme apontou o coordenador do ITEP: *“o que está recebendo as roupas, ele precisa ter, pelo menos, o primeiro grau para lidar com o cliente, para escrever numa planilha, para mexer um pouco no computador, caso tenha um sistema informatizado interno, precisa mexer”* (Agente 01). O mesmo se aplica ao dosador/pesador em relação às operações básicas de matemática, como já dissemos.

Um posto de trabalho que exige experiência é o de passador, principalmente nas lavanderias com elevada produção mensal, como é o caso desta unidade produtiva com 100 mil unidades de peças lavadas por mês. Um gerente de outra lavanderia com perfil semelhante a esta comentou: *“a passadoria é um setor que eu já tenho de pegar a pessoa pronta. Ele não pode estar aprendendo ali porque ele tem que passar bem a roupa. Ali é o toque final e eu não posso pegar um aprendiz. Tem que ser uma pessoa pronta, diferente do operador da máquina de lavar que pode aprender”* (Gestor 01).

Não obstante a existência de alguns requisitos mínimos (a maioria, aprendidos na prática), os vínculos sociais perpassam a contratação do trabalhador para alguns postos de trabalho, pois a forma de contratação, segundo o sócio-gerente, funciona muito *“na base da camaradagem. Um é primo de um, um é primo de outro”* (Gestor 05). E foi desta forma que os trabalhadores foram chegando, pouco a pouco, na lavanderia. Segundo ele: *“o mais novo tem 4 meses. Ele trabalhou comigo antes em outra lavanderia”* (Gestor 05). Podemos observar que os laços de proximidade continuam centrais nas lavanderias, na linha do que acontece no *Polo* em geral, mesmo para o contrato com carteira assinada. Deste modo, funciona como barreira de entrada, similar às atividades informais apontadas por Hart (1973), e que salta à vista *a informalidade na dimensão sócio-cultural* na nossa formulação.

No entanto, é importante se notar que, no momento em que o sócio-gerente traz um trabalhador conhecido para a firma, ali se expressa uma relação de paternalismo no sentido do trabalhador perceber ali uma chance, uma oportunidade de crescimento. Desta forma, a

percepção da sua condição atravessada por uma relação de subordinação e exploração junto ao patrão se coloca numa zona de indefinição, numa zona cinzenta nos termos de Azais (2012) com consequências danosas para a sua identidade política.

Na mesma fábrica, o sócio-gerente assume a atividade operacional de desenvolver as receitas de lavagem e os efeitos diferenciados nas peças piloto, como dissemos na seção 6.3. Deste modo, ele adentra ao chão da fábrica e executa o trabalho mais qualificado que, em outras lavanderias, tem sido realizado pelo lavador. Logo, destitui do lavador a chance de alguma mobilidade dentro da lavanderia para os postos de encarregado ou supervisor, sendo estes os trabalhadores que detém o conhecimento para desenvolver os lavados e os efeitos diferenciados e que, um dia, já foram lavadores.

Em virtude do sócio-gerente fazer o desenvolvimento, mas não está propriamente na linha de produção, mantém-se a assimetria entre o trabalho manual, operacional e as funções de concepção, próprias da gerência, desempenhadas na sala com ar condicionado no primeiro andar da fábrica. Nesta situação, percebemos um elemento de maior impessoalidade, maior formalidade que se imbrica aos vínculos sociais, às memórias de convivência com os trabalhadores em outras lavanderias.

No entanto, a firma segue e o sócio-gerente, cada vez mais, se inclina para uma dinâmica mais propriamente de acumulação de capital, que não evita os vínculos de proximidade, como nos alertou Portes (2013), e também cobra desempenho dos trabalhadores. Ele nos diz que: *“em época de festa eu me viro em mil. Faço horas extras, motivo eles, dou bonificação”*¹⁶⁵ (Gestor 05). Neste relato, o que resta ao trabalhador numa empresa que apresenta esta configuração de relação de trabalho, senão o trabalho mais pesado, repetitivo, mais intenso, mais controlado? Isto torna frágil a situação de alguns trabalhadores dentro da empresa, principalmente daqueles de maior idade. Vejamos o relato do conferente que já trabalhou como passador:

Quando trabalhava no ferro dava muita produção, a maioria dos meus amigos aqui da firma não aguentava muito não. Porque o trabalho é muito puxado, e se você quer ganhar um dinheiro, assim, pra sobreviver tem que trabalhar. Mas, tinha sempre muita reclamação entre a gente, eu sempre chegava em casa cansado, com as costas doendo, meus braços nem podiam levantar e ainda voltava pra casa de bicicleta. Mas, como se diz, não podia reclamar, porque aqui foi que eu consegui fichar minha carteira. Antes sempre foi trabalho clandestino, quando saia não tinha direito a nada (Trabalhador 04).

¹⁶⁵ O salário nesta unidade segue o que foi explicitado no Perfil Empresarial Integrado II.

Com o tempo fui ficando meio cansado e quando a firma passou para essa turma que está hoje conversei com ele e pedi pra me botar na parte de conferência e controle da produção do pessoal dos ferros [...] Minha função é anotar num papel o que cada um consegue passar no dia. Aí tem bem menos esforço pra mim e estou achando bom, por esse lado. Mas, assim, eu fico meio incomodado no fundo de está fazendo uma tarefa assim de controle sobre meus colegas. Tem muita gente nova que dá produção, mas tem também gente assim que vai perdendo o gás, como eu (Trabalhador 04).

Como podemos ver, a adequação ao regime fabril impõe a intensificação do trabalho e nem todos os trabalhadores conseguem “negociar” com o patrão a mobilidade interna, como vivenciado pelo trabalhador acima. Neste sentido, a intensificação do trabalho vem implicando em rotatividade, vista pelo patrão com maus olhos: *“hoje, a turma quer trabalhar um ano e cair fora, receber o seguro, ir para outra lavanderia. Sabe que a turma não ficha, aí recebe o seguro e ganha. A mentalidade dos caras está muito assim”* (Gestor 05). Na visão do trabalhador, muitas vezes, é percebida como alternativa para sair da condição precária a que está submetido.

7.2 RELAÇÕES DE TRABALHO NO PERFIL EMPRESARIAL HÍBRIDO

Na unidade produtiva em análise, assim como na maioria das anteriores (exceto a de Perfil Empresarial Parcial), a formalidade na dimensão jurídico-institucional (vínculos de trabalho) não acompanhou a formalidade na mesma dimensão referida ao registro do negócio (esta é uma questão que retomaremos adiante). Atualmente, a empresa conta com a força de trabalho de 44 trabalhadores e todos estão com a carteira assinada, segundo nossos contatos de campo com trabalhadores.

Alguns chegaram a passar pela empresa na condição de temporários, “contratados” por 3 meses, em virtude da sazonalidade da confecção, cuja produção se acelera nos meses de maio a julho; outubro a janeiro com repercussões em toda a cadeia produtiva. Na empresa em análise, já houve ocorrência de trabalhador temporário sem carteira, mesmo com a regulação pública deste tipo de trabalho, no rol das medidas de flexibilização da CLT nos anos 1990 (ANTUNES, 2004; SANTANA, 2005; AZEVEDO; TONELLI, 2014).

A dinâmica da produção da mercadoria na lavanderia é diretamente influenciada pelas conexões das fábricas, fabricos e facções com o fluxo das vendas nos mercados locais e nacionais. Na nossa pesquisa, a exceção talvez caiba à unidade produtiva de Perfil Empresarial Integrado I que produz coleções, mas a lavanderia ao ofertar serviços também “para fora” sofre os impactos da dinâmica das confecções locais. Neste sentido, o horário de funcionamento da lavanderia, assim como a jornada de trabalho, são definidos recebendo

novamente influência da sazonalidade na produção e comercialização de confecções na Feira da Sulanca.

Esta é a situação da lavanderia em análise, que funciona de terça a sábado, cujos clientes comercializam as roupas na Feira da Sulanca, que ocorre em Caruaru na madrugada de domingo para segunda-feira. Os trabalhadores cumprem jornada de 44 horas semanais distribuídas das 7 às 17 h diariamente. A segunda-feira é destinada para serviços de manutenção de máquina, realizados por prestadores de serviços. Como podemos perceber, a jornada de trabalho, juridicamente amparada, é impactada por fatores contextuais, relativos à experiência sócio-produtiva local, o que indica o imbricamento formal-informal neste exemplo.

Na lavanderia não é apenas a jornada de trabalho que segue a dinâmica da feira. Outros elementos vêm atravessando o negócio com implicações nas relações de trabalho e que se assemelham ao improviso, à adaptação, mesmo com a modernização a que as feiras locais têm passado, conforme salientado pelo estudo de Sá (2011), e que também vem pressionando a unidade produtiva nessa direção, conforme vimos nas seções 5.4 e 6.4.

O primeiro ponto que queremos salientar é a forma de pagamento dos trabalhadores. Apesar dos salários seguirem a convenção coletiva e estarem dentro da *formalidade na dimensão jurídico-institucional*, seja para os salários fixos (para a maior parte dos trabalhadores), seja para os que recebem por produção¹⁶⁶ (são os passadores cujo rendimento não pode ser inferior ao piso da categoria), e também na *dimensão sócio-econômica* por se constituir numa relação de assalariamento (envolve exploração e subordinação), o pagamento é feito em espécie e semanalmente. Um dos agentes, conhecendo esta situação, comenta: “*toda semana o dinheiro deles está lá. A feira do bairro é no final de semana e eles preferem receber na sexta [...] Eles têm que receber por semana porque se não receberem eles não trabalham*” (Agente 01).

Não há relatos de atrasos e isso é visto pelos empregados como uma vantagem, um diferencial dessa lavanderia em relação às demais empresas, em que se paga por mês e, em muitos casos, com atraso. Novamente, percebemos a presença da dimensão contextual da informalidade, associada à sócio-cultural (relação de proximidade entre patrão e empregado), saltando à vista o imbricamento formal-informal também presente nas relações de trabalho. No entanto, apesar dos vínculos sociais, fica nítida a posição assimétrica entre patrão e

¹⁶⁶ No diferenciado o salário também é fixo. Este é um aspecto que destoa das unidades anteriores em virtude da lavanderia lavar mais o PT do que o *jeans*, demandando pouco serviço para o setor de diferenciado, nos postos de trabalho que habitualmente ganham por produção (pistolado e esponjado).

empregado, ao mesmo tempo em que aparece o elemento político, de organização coletiva frente a um possível descumprimento do acordo por parte do patrão.

A situação acima é evidência de que a lavanderia ainda mantém rotinas próximas às pequenas unidades produtivas, de caráter informal, salientada nos vastos estudos sobre a problemática da informalidade no país (CACCIAMALI, 1982, MACHADO DA SILVA, 1971, CAVALCANTI, 1974, 1987) e também referidos à dinâmica da organização produtiva das facções e fabricos do polo de confecções (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2013; ZANATTA, 2014).

Um segundo ponto a destacar é que a maior parte dos trabalhadores reside no bairro e isso gera, em certa medida, também um laço de proximidade com o patrão, aliado às indicações no momento da contratação por parte de outros proprietários com unidades no mesmo bairro. Segundo relato do dono do negócio, a produção de confecção contribuiu para redução do índice de violência no bairro, criando novos postos de trabalho que inseriram grande contingente da população. As pessoas deixaram de “perambular” nas ruas e consumir drogas (Gestor 04).

No entanto, o empresário enfrenta um problema que é o alto nível de absenteísmo, resultante ainda do consumo de álcool pelos trabalhadores, que são, na sua maioria, homens e jovens moradores do bairro (Gestor 04). Os atrasos também acontecem. Há trabalhadores que chegam 20 minutos atrasados, ou mesmo, faltam um turno. Segundo relatos, isso tem sido tolerado pelo patrão, “sem maiores problemas”. Um dos entrevistados ao se referir a essa questão comenta: “***ele é bonzinho, facilita as coisas, não tem esse negócio de muita pressão não. Ele conversa e a gente paga, compensa o horário atrasado***” (Trabalhador 03. Grifo nosso).

Outro exemplo disto que acabamos de tratar nos é dado pela técnica em desenvolvimento. Esta trabalhadora está há 5 anos na empresa e, diferentemente dos demais trabalhadores nascidos na região, é natural de Jaboatão dos Guararapes (Região Metropolitana de Recife) e mudou-se com a família para Caruaru. Na lavanderia é a única trabalhadora com formação profissional, tendo feito dois cursos técnicos no SENAI nas áreas de *design* de moda e confecção do vestuário e, atualmente, cursa graduação em *Design*. Quando estava terminando o curso técnico em gestão de lavanderias (ITEP) entrou na lavanderia como estagiária por indicação de um colega de curso que, na época, ocupava a posição de gerente (Trabalhadora 07). Em seu relato, a seguir, fica nítida a flexibilidade de horários, ou seja, a não rigidez no controle dos horários de trabalho:

Comecei aqui como estagiária e fazia de tudo pra organizar a empresa, na parte de escritório, na parte de produção. Foi quando eu falei com o patrão e passei por várias etapas do processo de lavagem, ficando junto com o encarregado, com o lavador, me dedicando mais a essa parte de desenvolvimento. No meu caso uni duas coisas que aprendi nos cursos técnicos com a prática no chão de fábrica. Antes do curso e dessa minha experiência aqui na empresa eu nunca tinha entrado numa lavanderia, e quando percebi que o jeans é uma coisa crua e eu posso transformar e fui gostando. Aí eu olhei, eu perguntei, eu busquei e eu aprendi todo esse processo. E eu ganhei pouco no início, mas eu sabia que estava estagiando e aprendendo. Mas, quando terminei os cursos, fiz um acordo com o patrão, negocieei meu preço, já que ele estava vendo que eu sempre estava trazendo coisas novas pra lavanderia. Naquele tempo eu tinha passado numa seleção pra outro emprego e estava iniciando o curso de graduação em *design* na UFPE e meus horários estavam malucos. Ele ficou meio assim, apreensivo, disse “a gente tem que conversar: não se preocupe, veja seu horário, e venha em meio período, vou aumentar, vou pagar um salário e meio pra você, aí você trabalha só as 4 horas”. Aí beleza, eu gostei, melhorou (Trabalhadora 07, entrevista em 31.03.17).

Vejamos que o aumento do salário da técnica em desenvolvimento aconteceu em paralelo com a redução da jornada de trabalho. Na sua visão, uma forma de reconhecimento do patrão pelo trabalho desempenhado até aquele momento, uma espécie de troca de favores.

Nestes exemplos já começamos a perceber os traços do paternalismo na relação capital-trabalho na lavanderia citada. Trata-se de um mecanismo ideológico de busca da adesão e do envolvimento do trabalhador, que dissimula a relação de exploração e, desta forma, encobre a visibilidade de posições objetivas dentro do processo produtivo. Com isso, adiciona-se uma camada de dificuldade para se enxergar mais claramente os que detém privadamente os meios de produção, e os que não tendo nada além de sua força de trabalho para vender, se submetem, por necessidade material, a esta relação desigual. No entanto, isto não é tudo na relação capital-trabalho na lavanderia pesquisada, pois há espaços para brechas, disputas. Trata-se também de relações atravessadas pelo tempo, por vínculos de solidariedade e de confiança mútuos, em que o trabalhador, de alguma forma, se beneficia da situação, como veremos.

Este é outro ponto mencionado que denota o reforço das relações de proximidade, de pessoalização no trato com os empregados, são os recorrentes empréstimos realizados pelos trabalhadores junto ao patrão:

Nós temos a facilidade de pegar um dinheiro emprestado com ele sempre que estamos no aperto ou com a necessidade de fazer uma compra mais alta no comércio. Eu mesmo tive que trocar minha moto e ele me ajudou. Ele sempre nos ajuda muito nesse lado, e a gente sabe que nem todo patrão faz isso pelo empregado. E ainda tem gente aqui que não gosta muito de trabalhar, fica reclamando que trabalha muito. Mas eu acho que isso é gente preguiçosa mesmo, que não percebe a chance que a vida dá (Trabalhador 03).

Como já dissemos, seguindo na linha das ideias de Portes (2013), os vínculos de proximidade se tornam centrais na medida em que a atividade econômica vai se inclinando para uma estratégia de crescimento e, portanto, de contato mais intenso com uma dinâmica de acumulação de capital. Na situação descrita acima, percebemos mais uma evidência empírica da nossa formulação, na combinação dialética das múltiplas dimensões da informalidade - a *formalidade na dimensão jurídico-institucional* (dos vínculos de trabalho, do registro do negócio); a *formalidade na dimensão sócio-econômica* (relação de assalariamento); a *informalidade na dimensão sócio-cultural* (pessoalização, paternalismo); *informalidade na dimensão contextual* (padrão informal local influenciando na relação capital-trabalho que se conecta a uma relação não propriamente capitalista identificada nos pequenos negócios no segmento de confecções em âmbito nacional).

Apesar dos fortes laços de proximidade que vão se firmando por meio da concessão de empréstimos, da não punição aos atrasos e da flexibilidade de horários, é nítida a assimetria de posições, de recursos entre patrão e empregado, principalmente quando adentramos ao chão da fábrica. O ambiente de trabalho é muito quente - tanto em função da infraestrutura do prédio, que foi sendo ao longo dos anos ampliada, por sucessivas reformas improvisadas, tanto pelo fato da circulação de vapor pelos dutos que recortam as instalações, vapor esse produzido nas caldeiras e que alimentam os instrumentos (ferros a vapor) e máquinas (lavadora e secadora). Esses dois fatores combinados, aos olhos de um observador atento, amplifica as condições precárias inerentes aos trabalhos repetitivos e intensivos.

Um dos trabalhadores, há 11 anos na fábrica e 40 anos de idade, nos relatou que entrou na empresa indicado por um amigo da sua tia, que trabalhava como motorista na lavanderia. Mesmo sendo natural de Caruaru, não tinha contato com o segmento de confecção e a sua experiência laboral estava referida à atuação como entregador de material de construção. Na lavanderia, entrou por essa indicação e trabalhou primeiro como auxiliar de lavanderia e depois como lavador, posto que ocupa há 5 anos. A carteira de trabalho foi assinada com 6 meses de firma. Como podemos analisar, a experiência laboral não circunscrita à formação profissional na área de lavanderia, implica num aprendizado prático adquirido com o tempo, conformando num “saber fazer”, conforme relatado pelo lavador:

Aqui eu sempre me virei nos trinta¹⁶⁷. Quando era ajudante, fazia essa parte mais pesada, a pessoa descarrega mercadoria, põe nas máquinas as peças, pega peça molhada de uma máquina pra outra. Aí fui aprendendo, fui vendo, com contato com

¹⁶⁷ Na lavanderia, como a maioria dos lavados é tingimento, as horas extras são feitas geralmente no setor molhado, pelos lavadores e auxiliares.

os fornecedores das empresas químicas aprendi as receitas, eles explicavam e dava pra pegar o modo de usar cada tipo de produto químico, o amaciante, o processo todo, a temperatura certa, a quantidade de enxague na máquina. Assim, depois de um tempo, me tornei um lavador. Tive essa chance, desse jeito (Trabalhador 03).

As trocas de conhecimento com fornecedores de produtos químicos vêm contribuindo para a “modernização” dos lavados na unidade e se desdobram em alternativas de mobilidade interna para os trabalhadores, como relatado acima, pela via de um treinamento informal que vai sendo incorporado ao “saber fazer”. Esta reorganização do trabalho no chão da fábrica, pressionado por um agente exógeno à empresa, traz no seu bojo os ganhos de produtividade e o uso racional dos recursos. De outro lado, a pressão é também endógena na medida em que a técnica em desenvolvimento vai também criando os lavados e preenchendo as fichas técnicas com as especificações a partir da sua formação e também contatos com os fornecedores de produtos químicos.

Este é um trabalho de tipo mais criativo, mas que vem tendo o seu potencial solapado pela persistência das cópias nas modelagens, desdobradas em cópias nas lavagens, conforme explicitamos na seção 6.4, aliado a um posicionamento da empresa no mercado de tingimento e não de lavados para o *jeans*.

Atualmente só faço o trabalho de desenvolvimento. Como a maioria dos clientes aqui da lavanderia são fabricos que vendem na feira da sulanca, eu no início tive muito problema pra me adaptar as demandas deles. Em geral chegam aqui com uma peça e pedem pra fazer igual, ou seja, é uma cópia [...] O que faço é sugerir, é oferecer uma alternativa, onde tento, nem que seja um pouquinho, diferenciar a peça a partir das noções que tenho de moda. Mas, o trabalho mesmo de design de moda tem que ter tempo para uma pesquisa, tempo pra montar uma coleção, isso não dá pra fazer. E outra: muitas vezes a gente não tem as tecnologias necessárias aqui na lavanderia. Eu não tenho *laser*, que pode facilitar a vida. Não temos a máquina de ozônio, enfim. Minha rotina é bem atribulada devido ao ritmo da produção (Trabalhadora 07).

No relato acima, observamos as limitações na execução do trabalho pela técnica em desenvolvimento¹⁶⁸, mas também fica evidenciado o contraste com o tipo de trabalho mais manual, intensificado e degradado ao qual estão submetidos os que compõem a base das atividades do setor de lavagem, como os auxiliares e lavadores, ou os que estão na parte manual de efeitos diferenciados, tarefas que demandam força, atividade mecânica de atrito com o tecido, além do contato com produtos tóxicos, que fazem mal à saúde humana. No caso específico das funções de criação, seus desafios são de outra ordem, ainda que também

¹⁶⁸ Esta experiência é diferente daquela que acontece com o setor de *design* na unidade produtiva de Perfil Empresarial Integrado I, em que é feito um *design* de lavanderia com o desenvolvimento de lavados que procuram seguir a moda.

submetidos ao controle, a um ritmo de trabalho intenso, porque massificado, empobrecido nas capacidades criativas (já que predominantemente restrito a “criação de cópias”).

A presença da técnica em desenvolvimento combinadamente ao contato intenso com os fornecedores de produtos químicos vêm modificando a rotina dos trabalhadores da linha de produção, no setor de produção úmida, habituados a um modo improvisado e intuitivo de manipulação com os produtos químicos, gerando alguns entraves no processo produtivo, principalmente, para os trabalhadores sem domínio de leitura. Este exemplo mostra a tensão entre o formal e o informal e as suas implicações para os trabalhadores (os de chão da fábrica e a técnica em desenvolvimento). Vejamos a situação relatada por uma das trabalhadoras sobre os trabalhadores do chão da fábrica:

No último mês tivemos uma confusão com as peças de um cliente, ele trouxe toda a produção de volta, as peças apresentaram uns pingos e manchas que não deveriam, um erro da parte dos lavadores. Foi muito ruim, foram quase mil peças. Isso mostra que temos processos de lavagem que têm que ter muito cuidado, se demora muito na máquina de lavar, se fica muito exposto ao cloro, tudo isso pode inclusive rasgar a peça. Desses casos sempre temos uma perda entre 40 e 50 peças por lote de lavagem (Trabalhadora 07).

Na lavanderia, diferentemente da unidade de Perfil Empresarial Integrado I, a exigência de saber ler e escrever não é um requisito e alguns lavadores e a maioria dos auxiliares não sabe ler ou contar. Como citado acima, isso tem acarretado alguns problemas no processo de produção, como erros na leitura das etiquetas dos lotes que entram na linha de lavagem, onde constam as especificações detalhadas dos processos a serem realizados (cor, efeito, tipo de produto químico, temperatura, máquinas a serem usadas e as sequências realizadas). Há relatos de erros básicos que trouxeram a perda de lotes de produtos, na escala de milhares de peças. O erro do trabalhador na operação significa prejuízo para empresa, pois a lavanderia assume o reembolso completo do valor total da peça pronta, não sendo mais possível recuperar o lote para venda como mercadoria.

Como podemos perceber, a situação realça a *informalidade na dimensão sócio-econômica* referente ao improviso no controle do processo produtivo, na qualificação dos trabalhadores, na lavanderia em análise, próprios dos pequenos negócios, que se acopla à formalidade do negócio e dos vínculos de trabalho. A leitura da informalidade nas relações de trabalho a partir do isolamento das dimensões, baseado apenas nos vínculos de trabalho e registro do negócio (OIT, 1972), assim como nas relações de assalariamento (CACCIAMALI, 1982) não tornaria possível essa leitura.

Na situação relatada acima, de falhas no processo produtivo, o prejuízo tem sido assumido pelo patrão. Segundo uma das trabalhadoras: “*ele não passa para os funcionários. Ele é tão bonzinho que não sabe cobrar das pessoas. Já a patroa é mais severa. E já alertou que se fizer coisa errada vai ser cobrado*” (Trabalhadora 07). Notamos novamente o paternalismo mesclado com o vínculo de proximidade entre o patrão e o trabalhador, em que este é o espelho da origem social do patrão.

De outro lado, como este não é um movimento unidirecional, a *formalidade na dimensão jurídico-institucional* (contrato de trabalho) não significa que não haja burla por parte do patrão. Nos contatos informais com os trabalhadores no chão da fábrica, percebemos que o remanejamento de trabalhadores de um setor para outro e a mudança nas tarefas-funções desempenhadas não tem sido acompanhada das respectivas adequações no preenchimento da carteira de trabalho. A carteira de trabalho pode ser assinada como “auxiliar de lavanderia”, em virtude desta ocupação ter o menor salário base e prever legalmente uma série variada de atribuições, dando margem às ilegalidades. Nesta situação, podemos perceber as brechas que vão surgindo e integrando dialeticamente a *formalidade-informalidade na dimensão jurídico-institucional*.

Outra evidência da relação capital-trabalho propriamente capitalista vem acontecendo com as demissões recentes, decorrentes da crise no Polo com implicações para as lavanderias. No momento da pesquisa de campo, havia um total de 44 trabalhadores e cinco haviam sido demitidos, alguns bem antigos, com 15 anos de empresa. O motivo alegado, além do corte de despesas pela diminuição da escala de produção, foi os que apresentavam problemas de adequação ao ritmo da fábrica. Segundo uma das trabalhadoras, “*foram botados pra fora os da produção, da parte de lavagem que estavam no comodismo há muitos anos, que não cumpriam o que era pedido e ficavam empurrando com a barriga suas tarefas*” (Trabalhadora 07).

De outro lado, a rotatividade é considerada baixa e a maioria dos trabalhadores tem mais de 3 anos de empresa. Segundo o contato de campo, apenas 8 empregados tinham sido contratados há menos de 1 ano. Além desses, os mais antigos estão desde os primeiros anos de funcionamento da lavanderia.

7.3 RELAÇÕES DE TRABALHO NOS PERFIS INFORMAIS

A unidade produtiva de **Perfil Informal Integrado**, como já dissemos, é marcada pela existência de adaptações/cópias diversificadas no processo produtivo, que denominamos anteriormente de “engenhocas” e que conformam uma maneira de gerir o negócio pautada no improviso e na redução de custos, como vimos na seção 6.5. Estas adaptações também alcançam os trabalhadores com repercussões nas relações de trabalho no sentido de aproximá-las, cada vez mais, de um padrão propriamente capitalista.

Um primeiro ponto que queremos destacar é a redução de custos, aspecto que vai atravessar as várias situações de trabalho em que o dono do negócio cria as adaptações frente às imposições de regularização do negócio. Este posicionamento, conforme já dissemos, é próprio das atividades informais, pouco capitalizadas e vastamente abordadas pelos estudos de Cacciamali (1982), Cavalcanti (1974), dentre outros.

Dentre os 18 trabalhadores¹⁶⁹ da lavanderia divididos nos setores de passadoria (04), diferenciado (06), produção úmida (03 auxiliares de lavanderia, 02 lavadores, 02 encarregados de produção), caldeira e estação de tratamento de efluentes (01 trabalhador) já podemos observar algumas diferenças frente às unidades produtivas anteriores. As diferenças residem na redução de postos de trabalho, mesmo que isto implique no não cumprimento das exigências legais. O posto de trabalho ocupado pelo dosador/pesador, quem despacha os produtos químicos para os lavadores, pistoladores e esponjadores, seguindo as receitas de lavagens, foi suprimido, mesmo com a existência do almoxarifado de produtos químicos, conforme norma de regulamentação. O auxiliar de lavanderia, como nesta lavanderia informal também é um “faz tudo”, assume “informalmente” esta tarefa quando não está ocupado.

No entanto, uma medida como esta traz repercussões para o exercício desta atividade pelos lavadores e pistoladores, que, sem o devido uso dos EPI's, encontram-se expostos, não somente ao contato, mas à manipulação com os vasilhames, que contém as substâncias químicas tóxicas usadas nas lavagens e no diferenciado, e à inalação destes materiais.

Uma outra “burla” por parte do patrão é o acúmulo de ocupações (como vimos na seção 7.2) nas mãos de um único trabalhador. Os dois postos de trabalho mais diretamente atingidos com as medidas de regularização do segmento pelo Ministério Público, que são o de operador de caldeira e operador de estação de tratamento de efluentes estão sendo ocupados

¹⁶⁹ Um ponto que conecta a unidade produtiva a uma dinâmica de acumulação de capital mais flexível é a vasta presença de subcontratados na etapa da confecção (as facções de modelagem e etapas da costura) com barateamento da força de trabalho.

pelo mesmo trabalhador. Não por acaso, a caldeira e a estação de tratamento de efluentes estão localizadas lado a lado na área externa da fábrica.

Nestas situações percebemos nitidamente a imbricação da *formalidade na dimensão jurídico-institucional* com a informalidade na mesma dimensão, pois nos foi relatado que todos os trabalhadores estão com a carteira assinada, apesar do proprietário ter revelado que os altos custos foram determinantes para a não formalização da unidade e do trabalho no início do negócio (Gestor 08), o que veio a acontecer mais à frente, como relatamos na seção 6.5. Durante a nossa observação direta, identificamos que os trabalhadores estavam vestindo camisas com o nome da empresa, usando bermudas e botas, o que indicava a ausência de trabalho “clandestino”.

A acumulação de cargos para o operador de caldeira e de tratamento de efluentes está atravessada pelo risco em virtude das possibilidades de explosão da caldeira. A atividade exige estar ligado e acompanhando o nível de água dentro da caldeira. Se a água diminui não será gerado vapor suficiente para as máquinas no setor de produção úmida e, além disto, o baixo nível de água pode causar explosões da caldeira que se alastram por um quarteirão (Trabalhador 02). Para prevenir possíveis falhas, tem-se exigido formação qualificada para o operador de caldeira. Chegamos a outro ponto em que as adaptações acontecem no âmbito desta unidade e a *informalidade na dimensão sócio-cultural* (vínculos sociais entre o proprietário e o instrutor) favoreceu a “contratação” de engenheiro mecânico para ministrar o curso no local de trabalho. Um dos trabalhadores relata a sua chegada na lavanderia até o momento em que fez o curso de operador de caldeira:

Sou de Passira e logo quando eu completei 18 anos, vim trabalhar aqui em Caruaru nessa lavanderia por indicação do marido da minha tia que trabalhava aqui como lavador. Estava precisando na época, ele me chamou, aí eu vim. Estou aqui há 4 anos. Comecei como auxiliar de lavanderia¹⁷⁰. No período de um ano eu comecei a trabalhar em mais dois lugares (funções): operador de caldeira e também tirei as férias do lavador (Trabalhador 02).

Para o operador de caldeira precisei fazer o curso. O curso foi feito aqui mesmo na empresa com um rapaz, um engenheiro mecânico, não sei se ele mora aqui ou fora. **O curso era em torno de seis meses, mas como eu estava aqui todo dia durou três semanas.** Ele deu o certificado [...]. Você aprende a parte mecânica e como vai gerar o calor, se alguma coisa der errado, o que você vai fazer, o que não fazer porque é uma das máquinas mais perigosas aqui (Trabalhador 02. Grifo nosso).

¹⁷⁰ Ele complementa: “minhas tarefas aqui era tirar as peças de jeans, descarregar o carro dos clientes, descarregar a máquina depois do processo, botar pra secar, auxiliar o operador de caldeira” No momento, o trabalhador está cursando a graduação em Administração e trabalhava como auxiliar administrativo na lavanderia (Trabalhador 02).

Diga-se, é o único trabalhador da lavanderia para quem há a exigência obrigatória de curso para poder atuar, porém os cursos ofertados muitas vezes de forma intensiva, sem o devido cumprimento da carga horária podem gerar prejuízos incalculáveis. Vejamos a posição da Gerência Regional do Trabalho sobre o assunto:

Uma caldeira para funcionar precisa de um protocolo, de um pessoal atento e capacitado porque de vez em quando ocorre a explosão da caldeira. Vitimas fatais porque, muitas vezes, o operador não está preparado ou porque o equipamento não sofreu a manutenção adequada, então a própria caldeira ela tem um prontuário como se fosse um paciente, desde o nascimento, com a rotina da operação dela, tem que ser assinada pelo engenheiro especializado. Mas, **a gente nota nessas lavanderias uma absoluta precariedade das condições de trabalho, o treinamento de pessoal que passa também pela informalidade, pessoas que não tem registro em carteira** (Agente 06. Grifo nosso).

Nesta situação, o risco na atividade se associa à total degradação do trabalho, na unidade produtiva em análise, em virtude da troca dos turnos de trabalho para o operador de caldeira. Um dos trabalhadores comenta:

Na caldeira, o trabalho é mais pesado, é mais puxado, até porque também tem aquele setor de troca de turno, de trabalhar uma semana de dia e outra a noite, aí a semana que você trabalha a noite é complicada, porque, como geralmente se diz, “a noite é pra dormir”, né? Aí você não consegue dar o seu máximo. Aí sempre me sentia cansado e com sono. Só que, como você está se movimentando dá pra aguentar. O segredo é não ficar parado. Se você ficar parado, vai dar sono e você vai dar uns cochilos. Agora, é aquela questão: nas primeiras semanas o seu corpo não está adaptado, aí você consegue trabalhar normal, quando o corpo adaptar aquele sistema de trabalho é geralmente o contrário. Era pro seu corpo se adaptar e ficar mais tranquilo, mas você não fica, porque de dia você não consegue dormir. Esse é um tipo de trabalho que deixa você ligado. Também tem uma coisa: é repetitivo. Se a pessoa é auxiliar de lavagem aí carrega, descarrega; quem trabalha na caldeira também carrega a caldeira de lenha, analisa o nível de água, tratamento, sempre esse ciclo, sempre dessa maneira (Trabalhador 02. Grifo nosso).

E esta percepção sobre as condições de trabalho é percebida e compartilhada com outros trabalhadores do setor de produção úmida:

Essa coisa do trabalho puxado, principalmente devido ao noturno é comentado com todos lá na lavagem. Até sugerimos uma maneira de trocar de turno, uma coisa desse tipo. Mas, assim, fica difícil, não teve acordo com o patrão que disse que sempre foi assim, e quem tá entrando tem que se adequar, porque ele tem um acordo com a Celpe (Companhia de Energia) e a partir das 21h, eu acho, que o gasto de energia é reduzido. Aí como se visa muito reduzir os custos, e tal, aí foi implantada essa questão aí. Também tem a questão do tempo já de empresa, os anos vão passando, e às vezes você se sente um pouco cansado. É estressante, porque todo dia fazendo a mesma coisa, tem que dar produção. Todo ano a gente tem férias no período de Carnaval, férias coletivas, fecha tudo. Aí são sempre esperadas essas férias no Carnaval, todo mundo fica ansioso (Trabalhador 02).

A partir do relato do trabalhador, podemos perceber o que Harvey (2005) denominou de acumulação por espoliação em que formas pretéritas de acumulação retornam sob novas vestes e aprofundam a exploração do trabalhador. Este momento histórico gera novos sentidos para os trabalhadores em várias direções, dentre estas, a maior produtividade do trabalho pela via do acúmulo de tarefas, da polivalência, da multitarefa, do melhor desempenho, aliado à insegurança no vínculo, à intensificação da jornada, dentre outros.

Estas situações empíricas nos conectam também aos argumentos de Dal Rosso (2011), que sustenta a intensificação do trabalho como uma estratégia do capital de seguir na sua intenção de crescimento voraz. Não é o empregado que decide sobre “ritmo, velocidade”, mas o patrão por meio de alongamento da jornada (32,6%), da acumulação de tarefas (34,1%), da maior cobrança por resultado (56,9%) e mais ritmo e velocidade (57%). Nesta composição, o ritmo e a velocidade, junto com a cobrança por resultado são centrais para intensificar o trabalho.

A cobrança por resultado é o que não falta nas relações de trabalho que estamos analisando e que já foi salientado nos diversos postos de trabalho. Na dinâmica de contato da empresa com os mercados mais capitalizados, vimos que tem sido central o intercâmbio de informações com os fornecedores de produtos químicos. Segundo o dono, para que as receitas de lavagens funcionem é preciso “*seguir à risca, pois a lavagem sempre obedece um receituário, não pode sair daquilo*” (Gestor 08). Mas, diante de tamanho controle, só resta aos auxiliares de lavanderia, de baixa escolaridade, e com dificuldade na leitura de recomendações infundáveis para as receitas de lavagens, a negligência por meio de falhas no processo produtivo. Esta situação pode ser entendida como micro resistência no chão da fábrica diante do trabalho precário, conforme Druck (1999) nos alertou. Porém, em se tratando de ocorrência no Polo de Confecções do Agreste, cujo modo improvisado e intuitivo sempre dominou as primeiras tentativas de lavagem das peças *jeans*, podemos nos referir à *informalidade nas dimensões sócio-econômica, sócio-cultural e contextual* pressionando a formalidade na dimensão sócio-econômica expressa na padronização das lavagens. Dito de outra forma, percebemos a imbricação da informalidade constitutiva da região sendo desafiada pela formalidade no contato com os mercados mais capitalizados na cadeia produtiva do *jeans*.

O controle no espaço fabril segue nas mais diversas direções com a finalidade de aumentar a disciplina do ritmo de trabalho e também padronizar os intervalos. Esta rotina é quase natural para o trabalhador com quem tivemos contato e que, atualmente, ocupa a

posição de auxiliar administrativo na empresa. Ele explica o funcionamento da sirene na fábrica: *“a gente toca a sirene também pelo horário. 7 h é o início, aí tem 9h que é a hora do lanche, meio dia, almoço. 13:30h que é a hora de voltar. Pessoal da lavanderia volta 13h, o pessoal da confecção volta 13:30h. Toca no final às 17:30h”* (Trabalhador 02).

Na mesma direção, os trabalhadores registram o ponto em relógio eletrônico e tem havido mais atenção por parte do dono em relação aos atrasos, no sentido de aplicar advertência verbal e por escrito, pois antes não havia tanto rigor. Na percepção do proprietário isto estava dando problema e os atrasos estavam envolvendo os trabalhadores com mais tempo de firma. Ele tem uma explicação para esta situação: *“às vezes, quando se tem muito tempo, o relacionamento não fica muito bom, de funcionário-patrão, começa a relaxar”* (Gestor 08).

Neste momento, percebemos a rejeição por parte do patrão de uma dimensão da informalidade, que é a sócio-cultural, relacionada aos vínculos de proximidade. No entanto, a informalidade nas suas dimensões contextual e jurídico-institucional são acionadas para barrar as faltas dos trabalhadores. Segundo o proprietário, *“eu tenho um incentivo para eles não faltarem. Quando eles não faltam eu não desconto o INSS. Então, já é uma ajuda boa. Aí, eles para não perderem esse incentivo, eles não faltam”* (Gestor 08). No relato, o patrão se aproveita de uma dinâmica local referida ao aumento dos ganhos pela via do não pagamento de impostos e economiza no desconto do INSS junto ao trabalhador. O que é um atentado aos direitos do trabalhador é visto como benesse do patrão em não fazer o desconto.

Em outra situação, a relação de exploração e de subordinação é invisibilizada pela chance que se tem em continuar no emprego em tempos de crise. Um dos trabalhadores comenta:

Na segunda da semana passada foi feriado e foi feita uma reunião com os funcionários pra comemorar o dia da lavanderia e o dia do costureiro. Já na terça quando voltou teve café da manhã pra todo mundo. Assim a gente se sente diferente, importante pra empresa, porque a gente pensa que a empresa também depende do colaborador, é um ciclo. Teve até uma funcionária que levantou e agradeceu, assim pra os donos, pelo fato de nessa crise que está no país, a empresa está segurando os funcionários como está segurando, porque está sendo difícil. No final do ano, foram demitidos 9 funcionários (Trabalhador 02).

Podemos identificar no relato do trabalhador acima uma adesão maciça dos trabalhadores às tecnologias gerenciais implantadas no país a partir do anos 1990 de convencimento dos trabalhadores, ligado à ideologia da área de recursos humanos.

Na unidade produtiva, o pagamento de salário¹⁷¹ é fixo para a maioria das funções da Lavanderia. Os relatos de campo indicam que todos os trabalhadores recebem o salário mínimo estipulado em lei, com pequenas variações (adicionais que chegam até 25 %) para a função de encarregado, caldeireiro e lavador. É pago adicional noturno para os que trabalham nessa escala. Não há metas estipuladas de produção, mas há um adicional por produção especificamente para os trabalhadores da passadoria e do esponjado-pistolado (diferenciado) que estão sempre em disputa entre si. Daí a existência e incentivo, por parte da empresa, para essa categoria de muitas horas extras, especialmente, nos meses de maior produção. Os que conseguem um maior salário são justamente esses atingindo o valor máximo de dois salários mínimos (valor variável em função de sua disposição para uma maior produtividade diária, mas também variável em função do número de peças que entra na lavanderia). Como a unidade produtiva sofre variações sazonais de produção em função das demandas dos fabricos, há meses em que não há peças suficientes, e o rendimento dessas duas categorias de trabalhadores volta ao patamar do salário mínimo.

Em geral, a jornada de trabalho segue o padrão CLT com jornadas semanais de 44 horas. Os auxiliares de lavanderia, em número de 2, trabalham de 14 às 22 h para desligar o secador e retirar a carga das máquinas de lavar. Na lavanderia, a rotatividade foi apontada como pequena, se comparada à confecção e o posto de trabalho com maior número de saídas é o de auxiliar de lavanderia. Quanto à rotatividade, na lavanderia, o dono nos informou que é pequena, se comparado à confecção: *“não há placa dizendo: precisa-se de lavador, precisa-se de passador”*. Segundo ele, a oferta menor de postos de trabalho para estes trabalhadores, aliado a um salário maior do que na costura provoca a permanência deles nos quadros da empresa.

Na unidade produtiva de **Perfil Informal Parcial**, as condições de trabalho são as mais precárias (como vimos na seção 5.6) para os 18 trabalhadores distribuídos em 06 ferreiros, 04 auxiliares de lavanderia, 01 lavador, 01 conferente-motorista, 01 caldeireiro, 01 na estação, 04 no diferenciado (lixo, esponja). Destes, a maior parte tem registro formal em carteira, mas na observação direta identificamos alguns trabalhadores sem uniformes, usando

¹⁷¹ Os salários atualizados, segundo um dos trabalhadores entrevistados que atua como auxiliar administrativo, são: R\$902,00 para o posto de trabalho ocupado por auxiliares de lavanderia. O operador de caldeira, que é o trabalhador para quem se exige a maior qualificação, o salário está fixado em R\$1.013,00 com o adicional de insalubridade, mais o acréscimo do adicional noturno (Trabalhador 02).

sandálias, bonés, o que sinaliza para a existência de “clandestinos”¹⁷². Nossa constatação segue na linha da intervenção da Gerência Regional do Trabalho que tem diagnosticado uma informalidade “imensa” nas lavanderias.

Os auditores do trabalho têm a confirmação da existência de trabalhadores sem carteira assinada em muitas lavanderias, mesmo aquelas que estão legalizadas. Das 50 aproximadamente situadas em Caruaru, o quadro mais recente é que “*sempre tem gente sem carteira assinada. Mesmo as empresas formais têm muitos casos de empregado sem registro em carteira. Do universo das lavanderias se encontrarmos 5 a 10% com todos os empregados como manda a lei estaremos numa estimativa positiva. Só registram quando a fiscalização bate em cima*” (Agente 06). Percebemos que o depoimento acima tem conexão com os relatos de uma das nossas entrevistadas que começou a trabalhar na lavanderia sem a carteira assinada.

“Fiquei um ano sem carteira. Também foi a experiência, eu fui aprendendo, aprendendo e quando ele viu: olha, vale a pena. Porque também ninguém vai ficar sujando a carteira porque você sabe que tem muito processo (na justiça)” (Trabalhadora 05).

Trata-se de trabalhadora migrante, natural do Maranhão com experiência como cozinheira no segmento de restaurante. Na lavanderia pediu o trabalho pela proximidade, pois o tio do ex-marido é o proprietário da lavanderia. Começou como passadora, depois conferente e hoje trabalha como operadora de tratamento de efluentes. A carteira foi assinada como passadora depois de um 1 ano de firma. Está cursando o 1º ano do ensino médio (Trabalhadora 05). Observamos que no relato acima, como em outros que veremos, a demora no registro em carteira não é entendido como afronta a um direito do trabalhador, que também não se reconhece como sujeito político ou mesmo se percebe explorado dentro da fábrica. Para a trabalhadora, assinar a carteira significa uma benesse do patrão pelo reconhecimento ao seu esforço.

As lavanderias participam da história do *Polo*, desde os anos 1980, e, mesmo sendo um agente mais recente, acompanham uma *certa maneira de fazer as coisas* (OIT, 1972) pautada ainda no improviso, na adaptação e, em alguns casos, na ilegalidade. Alguns estudos, como os do SEBRAE (2013) revelaram que o atual *Polo* cresceu se apoiando na burla de

¹⁷² Há indícios de burla da legislação trabalhista - em consulta ao Ministério do Trabalho de Pernambuco foi constatado diversos processos contra a empresa – reclamações trabalhistas. Outra evidência, a partir da entrevista com o proprietário foi a existência de trabalho temporário nos meses de maior movimento e a posterior demissão, o que deixa claro que o trabalho com duração de 3 meses também é desprotegido.

impostos. Na nossa posição, o que está em análise não é a dicotomia ilegal-legal, mas sim entender como uma experiência sócio-produtiva desta envergadura centrada na informalidade vem se metamorfoseando nos últimos anos.

Podemos perceber nas situações de trabalho retratadas até o momento, que na unidade em análise existe uma combinação dialética entre a *informalidade e a formalidade na sua dimensão jurídico-institucional*, mesmo com a presença da relação de assalariamento, com prejuízos para o trabalhador no sentido de está desassistido dos direitos, principalmente num ambiente de trabalho com riscos ocupacionais como é a lavanderia.

Outra situação em relação à carteira assinada e que citamos na seção 7.1 é a vinda para a região de agricultores, acima dos 45 anos, e que negociam com o patrão para não serem fichados, com a expectativa de se aposentarem como agricultores.

A gente tem um senhor lá que está perto de se aposentar. Ele faz manutenção das máquinas. Mas, esse homem aí ele não é fichado porque não quer, porque ele vai receber a aposentadoria como agricultor. Ele foi agricultor e hoje voltou para a empresa (Trabalhador 01).

A inexperiência do ambiente fabril favorece a ausência de um critério racional no momento da contratação, ao tempo em que a oferta abundante de mão de obra funciona como regulador do preço da força de trabalho para os que estão na ativa. Na lavanderia em análise, a forma de contratação tem se dado de uma forma tradicional, como sempre tem sido feito, desde que o negócio iniciou, indicação de algum conhecido ou parente de alguém. *“Trabalhador com curso de qualificação não é uma necessidade extrema. Procuramos desenvolver o nosso padrão. Não ficamos à espera de um trabalhador que chegue com um conhecimento. Cada empresa tem o seu padrão de lavado”* (Gestor 09).

No aspecto do assalariamento disfarçado (CACCIAMALI, 2000, 2001), a empresa subcontrata o trabalho de 4 trabalhadores no serviço do diferenciado. Um deles se trata de trabalhador que pediu as contas na lavanderia e virou subcontratado sem registro em carteira para o antigo patrão, prestando o serviço fora da lavanderia, mas também, em algumas situações, dentro do espaço fabril. De antemão, porém, considerando a assimetria nessa relação de trabalho cujos meios de produção são da posse do patrão, visualizamos que existem conexões de dada situação com a *nova informalidade*, em que formas pretéritas, como é o caso da subcontratação remetendo ao trabalho domiciliar, fundo de quintal, retornam ao centro da acumulação de capital. Não se trata mais de estratégia para a sobrevivência do pequeno negócio, mas de externalizar para “ganhar mais dinheiro”.

Harvey (2010, p. 145) nos ajuda a clarificar tal posicionamento: “a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (“padrinhos”) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo.”

Uma questão dramática envolvendo os trabalhadores, que percebemos nas unidades produtivas pesquisadas e também nesta, é o aumento do controle e da disciplina fabris decorrentes das demissões recentes no mercado de trabalho na região e da ameaça do desemprego. Segundo o proprietário, *“eles sabem que se sair daqui vai ser difícil pra arrumar emprego. Todo dia bate gente aí na porta pedindo emprego. Por isso que ninguém falta, ninguém se atrasa. Perder o emprego o cabra fica complicado”* (Gestor 09).

No que se refere aos rendimentos, o salário é pago por quinzena, e varia de acordo com as diferentes funções: operadores da caldeira, operadores da estação de tratamento, e os empregados nas funções de lavagem ganham salário fixo; os operadores do ferro de passar e os trabalhadores do diferenciado ganham por produção (quanto mais roupa na lavanderia mais chance de aumentar o salário – agora com o movimento fraco – estão ganhando apenas o salário mínimo. Os ferreiros já chegaram a ganhar 1.500 reais por mês). O trabalhador com maior qualificação tácita e experiência, ao que tudo indica é o lavador recém contratado (trabalhava em uma empresa de produtos químicos angariando um conhecimento prático no desenvolvimento das receitas e efeitos diferenciados), em substituição ao antigo lavador que ocupava a função já há 15 anos na empresa.

A forma de pagamento é quinzenal e em dinheiro, assim como na lavanderia de Perfil Empresarial Híbrido. Este foi um acordo feito entre os trabalhadores e o patrão e que precisa ser cumprido sob pena de paralisações na linha de produção, principalmente para aqueles trabalhadores que ganham por produção: *“passou da data do pagamento há uma cobrança individual: ‘eu quero minha produção!’ Geralmente são só os ferreiros, mas quando passou a data, todo mundo se junta, todo mundo diz: o acordo foi esse: se não fizer, a gente vai parar”* (Trabalhador 01).

Outro aspecto que indica que a empresa está orientada pelo comércio da feira é o horário de funcionamento, que segue de terça a sábado, das 7 às 17 h acompanhando outras lavanderias cujos lavados estão direcionados também pela feira.

No chão da fábrica, o trabalho puxado e o trabalho ligado seguem o seu fluxo, como já dissemos nas unidades anteriores. Um dos trabalhadores comenta sobre o serviço de lavanderia: *“a mão de obra pra lavanderia que é um serviço pesado, um serviço insalubre,*

um serviço que demanda um certo tipo de esforço pra parte operacional, física e MUITAS vezes até psicológico da pessoa porque sofre uma PRESSÃO muito grande. É muita cobrança, os pedidos tem que estar prontos” (Trabalhador 01).

Na estação de tratamento de efluentes, é preciso estar perto dos tanques onde a água que saiu das máquinas é depositada para reuso. O produto químico para reduzir os metais pesados, ácidos, corantes decorrentes das lavagens precisa ser exato. Para alguns trabalhadores, o trabalho “puxado” se associa ao trabalho “ligado: *“porque aqui não tem assim: ela (a bomba de água) está trabalhando e eu estou parada. **Aí tem que ficar de olho, não pode sair porque** qualquer distração que você dá aqui, derrama água, é aquela coisa. Um trabalhão. Ai você tem que sempre ficar de olho”* (Trabalhadora 05, operadora da estação de efluentes).

Apesar do trabalho precário na linha de produção, encontramos formas de naturalização da dinâmica de exploração pelo paternalismo. O proprietário nos relatou, em tom de reserva, que houve problemas com a justiça do trabalho e trabalhadores exigiram seus direitos mediante a justiça. Aqui salta aos olhos a visão paternalista do entrevistado. Direito, favores e conduta moral se misturam cujo resultado é esse:

eles são um pouco injustos porque estão exigindo o que a lei permite, e com isso prejudica a empresa. Agora mesmo acabo de receber a intimação da Justiça do Trabalho, de um empregado que ajudei bastante, trabalhou aqui 5 meses, comprei uma moto parcelada pra ele, e agora o que recebo é isso daí. Isso é uma pessoa cheia de problema, que quer se salvar, que tem dívida e aí é a única chance dele. Às vezes nem quer, mas pela necessidade desesperadora, se submete a uma coisa como essa. Mas, você não pode ter tempo pra tá se estressando com isso não. O tempo tem que está dedicado com a melhoria, com o que pode ser enxugado (Gestor 09).

Notamos que a visão paternalista acima é contrária ao exercício dos direitos por parte dos trabalhadores. Há uma expectativa de reciprocidade e até de “esquecimento” dos problemas durante o tempo em que se trabalhou na empresa. Esta é uma postura nociva, que torna nebulosa a relação capital-trabalho encobrendo a exploração. De outro lado, e de forma mais profunda, o paternalismo é desmobilizador da organização política dos trabalhadores. Harvey (2010, p. 145-146) nos ajuda a entender o que ele denomina de *sistema paternalista de trabalho familiar* e as consequências negativas para os trabalhadores:

Uma das grandes vantagens do uso dessas formas antigas de processo de trabalho e de produção pequeno-capitalista é o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes. **Nelas, a consciência de classe já não deriva da clara relação de classe entre capital e trabalho [...].** A luta contra a exploração capitalista na fábrica é bem diferente da luta contra um pai ou tio que organiza o trabalho familiar num esquema de exploração altamente disciplinado (HARVEY, 2010, p.145-146. Grifo nosso).

Na unidade produtiva de **Perfil Clandestino**, pudemos observar que os trabalhadores estão submetidos às condições as mais precárias, pois a informalidade do registro do negócio, da organização do processo produtivo e da falta de profissionalização da gestão dão o substrato para a potencialização da informalidade nas relações de trabalho.

A informalidade dos vínculos de trabalho, com a total desproteção dos trabalhadores em caso de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais, constituem o assalariamento disfarçado e nesta unidade é possível também a presença de trabalhadores por conta própria (subcontratados do diferenciado) com salários ainda mais rebaixados, realizando o trabalho em locais improvisados, submetidos a contato intenso com substâncias tóxicas sem a devida proteção.

Nas unidades de Perfil Clandestino também conjecturamos que a relação de paternalismo é ainda mais nociva no sentido de manter o trabalhador enredado nos laços de proximidade, mas também de parentesco. As alternativas de mobilidade são pequenas, nesta situação, em função da possibilidade de auferir renda, mesmo com o baixo grau de escolaridade e a ausência de formação profissional, sendo este o horizonte de melhora para o trabalhador.

Após a análise dos perfis de unidades produtivas, chegamos a algumas considerações sobre as relações de trabalho nas lavanderias. A partir do material empírico, podemos afirmar que a dinâmica formal-informal encabeçada pela formalidade com o registro do negócio vem repercutindo na direção de uma maior formalização dos vínculos de trabalho no conjunto das unidades, mas principalmente nas de Perfil Empresarial. Porém, na linha do que foi apontado pela Gerência Regional do Trabalho, a carteira assinada parece não atingir a totalidade dos trabalhadores. Aqueles com os quais tivemos contato na experiência de campo, afirmaram que estavam “fichados”, inclusive destacando este ponto como vantajoso em relação ao trabalho nos fabricos e nas facções. Então, no conjunto das unidades sócio-produtivas do *Polo*, percebemos que a lavanderia vem, em alguma medida, adotando o contrato formal, mas a regularização do segmento tem tido importância para pressionar neste sentido, mesmo não sendo este o intuito diretamente (a exceção cabe à Gerência Regional do Trabalho). Notamos também que os proprietários têm usado do assalariamento disfarçado com a presença visível de trabalhadores sem carteira assinada transitando pelas fábricas e de “contratos” flexíveis via subcontratação. Em todas as unidades tem havido externalização de etapas do processo produtivo nas unidades produtivas pesquisadas, seja por meio da subcontratação de costureiras na fase do acabamento - colocação de botões (unidade do Perfil Empresarial

Integrado II), facções de aprontamento e bordado manual (unidade do Perfil Empresarial Integrado I), seja na subcontratação de trabalhadores para a fase de diferenciado (Perfil Informal Parcial) e subcontratação da parte de modelagem da confecção e aprontamento (Perfil Informal Integrado). Como vemos, este é um elemento forte de contato com as estratégias flexibilizadoras do capital apontando no sentido da acumulação flexível.

Marx (2013) nos ajuda a entender este processo ao afirmar que este tipo de trabalho artesanal, em larga escala e feito por costureiras, nos domicílios, remete ao período da manufatura, de transição para o capitalismo. São estratégias antigas, acionadas e que se integram ao núcleo do processo de acumulação de capital. Não nos mesmos termos, mas com a finalidade de ampliação da taxa de mais-valor, compondo o que Harvey (2005) denominou de acumulação por espoliação, que trouxe para o centro do processo de acumulação formas pretéritas de trabalho.

De outro lado, as unidades em geral, mesmo aquelas de Perfil Empresarial, não adotam critérios de contratação que considerem a formação escolar e profissional dos trabalhadores, o que impulsionaria o negócio na direção de uma formalização nos processos, pois já sentimos em campo a diferença na postura de alguns trabalhadores com curso técnico e superior (principalmente, na área de Administração e ocupando o posto de auxiliar administrativo) no sentido da incorporação de um jargão mais empresarial, naturalizando, em alguma medida, o trabalho “puxado” na fábrica. Então, no momento da contratação predominam os vínculos sociais, de parentesco em todas as unidades. Alguma destreza (o “saber fazer”) e o nível escolar básico para a unidade de Perfil Empresarial com área de RH constituída.

No entanto, nesta tendência cabem pontos de inflexão, que foram as ações de modernização/regularização do segmento que trouxeram a exigência do curso técnico em operador de caldeira e introduziram os postos de trabalho ocupados pelo operador de tratamento de efluentes e o dosador de produtos químicos (cumprimento à NR 20 sobre a manipulação de produtos químicos e inflamáveis), destoando das primeiras ocupações nas lavanderias. A introdução destes trabalhadores não vem repercutindo numa modificação no chão da fábrica, pois o trabalho na lavanderia ainda é muito intensivo em trabalho e nas lavanderias pesquisadas não observamos a presença de máquinas automatizadas que pudessem, pela via da tecnologia, de algum modo, promover uma reviravolta no chão da fábrica e a exigência de formação qualificada para os trabalhadores.

Os salários por produção e fixos definem os maiores rendimentos na lavanderia. Na de Perfil Empresarial Integrado I, aplica-se o bônus por produção mediante avaliação de

desempenho, próprio das ferramentas de recursos humanos conectadas com a busca pela produtividade dos trabalhadores. Na maioria das unidades sem a presença do RH, o proprietário é esta figura que estabelece relações de paternalismo, que extrapolam a relação capital-trabalho propriamente capitalista e se misturam com os vínculos sociais construídos no decorrer do tempo. O paternalismo, esse elemento tradicional, levado às últimas consequências, implica em docilização dos trabalhadores, em apagamento, em silenciamento da luta de classes e do conflito. Dito de outro modo, configura-se num enredamento aos ditames do patrão.

As jornadas de trabalho nas fábricas seguem o padrão de regulação da CLT, havendo extrapolação em função da sazonalidade na produção da confecção, algo explícito e aceito como “normal” pelos trabalhadores e proprietários, pois este é o período em que a renda aumenta e se consegue comprar “moto, perfume” etc. e participar, de alguma forma, do mercado consumidor local. Em algumas fábricas, a jornada é mais fortemente influenciada pela feira da sulanca, que também orienta o pagamento do salário em espécie, sendo esta também uma evidência de um *modo de fazer informal*.

Nas lavanderias, têm havido a incorporação de tecnologia ao processo produtivo e isto se deve também aos projetos encabeçados pelo SEBRAE e ITEP, no sentido de apresentar as vantagens da inovação tecnológica para os donos do negócio no sentido dos ganhos de produtividade e redução de custos com eliminação de postos de trabalho do tipo manual. Temos o exemplo do operador da máquina a *laser*, cuja máquina se desdobrou na substituição de parte do trabalho manual com a lixa. No entanto, esta inovação, assim como aquela trazida pelos fornecedores de produtos químicos de alta tecnologia não estão presentes em todas as lavanderias pesquisadas. Nas de Perfil Híbrido e Informal, a extração do mais-valor é pela via da polivalência e multitarefa no chão da fábrica. De todo modo, todas são intensivas em trabalho e os trabalhadores têm sido explorados, principalmente na intensificação da jornada.

A partir do que dissemos até o momento, em meio a tanta diversidade é possível falarmos em um padrão de relações de trabalho? É possível falarmos em diferentes situações de trabalho onde existem elementos comuns entre os trabalhadores, como o predomínio de uma remuneração baixa, longas jornadas de trabalho, submissão a condições precárias com risco à saúde, entretanto as relações de trabalho são diferentes, pois uma situação é ser um trabalhador assalariado, numa empresa formalizada, como vimos nos Perfis Empresariais, recebendo salário fixo e bonificação; outra é ser um trabalhador sem carteira assinada na lavanderia de Perfil Informal Parcial, outra ainda é ser um trabalhador subcontratado no serviço de diferenciado que trabalha no fundo de quintal e precisa dar produtividade, uma

outra é trabalhar na linha de produção como lavador, outra é trabalhar no serviço pesado e puxado do auxiliar de lavanderia e ter um salário fixo no final do mês, outra ainda é trabalhar no setor de diferenciado, com o manuseio da pistola, ganhar por produção e chegar em casa com vestígios do permanganato no corpo. Percebemos que as situações de trabalho são heterogêneas, mas existem elementos comuns, como dissemos.

Diante destas condições de trabalho tão precárias, o que resta ao trabalhador? Ele está subsumido ao capital? Vamos recuperar novamente o pensamento de Marx (2013). A extração de mais valor operada dentro do processo produtivo, como nos mostrou Marx (2013) é marcada pela inseparabilidade espacial e temporal entre trabalho necessário e trabalho excedente, daí o fato de tornarem-se obscuras as relações de exploração que se processam no espaço fabril. Logo, exatamente por essa invisibilidade, a relação capital-trabalho é um terreno pantanoso, que supõe coerção, disciplina e controle fabril, imposição de jornadas de trabalho, empobrecimento das qualificações pela separação entre trabalho manual (operacional) e trabalho gerencial (concepção e comando). Mas, também supõe conflitos e processos de construção social do consentimento entre trabalhadores e empresários; supõe a internalização e subjetivação (CASTRO; GUIMARÃES, 1991; OLIVEIRA, 2004). Como vimos em todas as situações empíricas aqui tratadas, a busca do compromisso para com o trabalho nas Lavanderias de Jeans no Polo de Confecções de Pernambuco em suas diversas “modalidades” de organização (da produção e do trabalho) assumiu diferentes formas, em função das configurações produtivas ali produzidas, umas de tipo mais afim à lógica formal, ainda que reelaborando o que tinha de seu passado informal e tradicional proveniente do contexto histórico local, outras, mais tendentes à reprodução de um velho padrão informal, já tensionado pela modernização que adentra o Polo. Evitando cair numa subsunção apriorística, nas determinações abstratas do capital que tende a homogeneizar a classe trabalhadora, vimos o quanto o *mundo fabril das lavanderias de jeans* não se restringe à mera instância da produção de coisas (sua dimensão econômica). Envolve dialeticamente a produção, reprodução e transformação de relações sociais, no que pese seus efeitos políticos e ideológicos, já que referida a múltiplas-dimensões.

CAPÍTULO 8.

CONTRIBUIÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL DA TESE: A INFORMALIDADE COMO NOÇÃO MULTIDIMENSIONAL

Retomando a nossa formulação, *a informalidade como noção multidimensional* integra, dialeticamente, as dimensões jurídico-institucional, sócio-econômica, sócio-cultural e contextual¹⁷³, que dizem respeito, respectivamente, aos vínculos de trabalho e registro do negócio; à relação de assalariamento (exploração e subordinação), organização do processo produtivo e gestão do trabalho; aos vínculos sociais entre os sujeitos, naturalização, pessoalização e paternalismo; aos processos endógenos à experiência produtiva local, ao longo do tempo, sendo histórico e atual, e suas conexões com os determinantes mais gerais (relação espacial local-global; regional-nacional).

Podemos dizer que, nas lavanderias pesquisadas, percebemos a evidência de situações de trabalho que transitam pela informalidade nas suas dimensões jurídico-institucional (trabalhadores sem carteira assinada, temporários sem carteira, burla no recolhimento dos benefícios em carteira, burla na assinatura da carteira quando o trabalhador muda de posto de trabalho com maior rendimento), sócio-econômica (subcontratados informais, improviso e adaptação na organização do trabalho, qualificação tácita dos trabalhadores, falta de profissionalização da gestão), sócio-cultural (vínculos sociais entre patrão e empregado que encobrem a exploração, vínculos de amizade e familiares influenciando na contratação dos trabalhadores, troca de favores e paternalismo entre patrão e trabalhador), contextual (influência da feira no horário de funcionamento das lavanderias, salário pago em espécie e quinzenalmente/semanalmente, sazonalidade da produção e comercialização de confecção influenciando no ritmo do trabalho na fábrica). Como já dissemos, estas dimensões se articulam, mesmo com o esforço que fizemos de caracterizar cada uma delas.

Deste modo, a nossa posição teórica se distancia dos dualismos moderno-tradicional, formal-informal propostos pelos estudos da “velha informalidade” de matriz *oiteana* (OIT, 1972), assim como do entendimento do informal subordinado e funcional ao processo de acumulação de capital, como salientaram alguns estudos de influência marxista (CACCIAMALI, 1982; PRANDI, 1978), bem como aqueles que o consideraram peso morto no processo de acumulação capitalista no país (baseados nas teses da marginalidade).

A concepção que estamos adotando dialoga diretamente com os estudos de Hart (1973) e Portes (2013) ao citarem a existência de vínculos sociais e de parentesco nas atividades informais que destoam do padrão moderno, capitalista, contribuindo para

¹⁷³ Conforme detalhado na sessão 3.2.1 do Cap. 3.

entendermos o enraizamento social da atividade econômica. De outro lado, Portes (2013) também afirma que as atividades informais ao se aproximarem do padrão moderno, racional, não podem prescindir das redes sociais e familiares para a acumulação de capital. Ponto este que também nos interessa no sentido de captarmos as conexões da informalidade com a dinâmica de acumulação flexível de capital.

Como vimos, a contribuição teórico-conceitual desta tese participa do debate da “velha informalidade” e da “nova informalidade”, cabendo recuperamos, neste ponto do texto, os pontos centrais deste debate de forma a reforçarmos a nossa posição, que se coloca também como a originalidade da tese (ponto salientado na seção 1.2 do Capítulo 1).

No debate que resgatamos, no Capítulo 3, procuramos evidenciar que as interpretações sobre o subdesenvolvimento/desenvolvimento na América Latina e no Brasil, a partir dos anos 1940, encabeçadas por pesquisadores tanto inclinados para as teses da modernização, quanto a sua crítica, feita pelas teses da dependência ou da marginalidade, ofereceram as chaves analíticas para as primeiras leituras da informalidade referidas às pesquisas empíricas na América Latina e no Brasil no início dos anos 1970.

As teses da modernização, da dependência e da marginalidade apresentaram diferenciações. As duas últimas travaram diálogo com o pensamento de Marx (2011, 2013), recuperando os conceitos de exército industrial de reserva e superpopulação relativa, em que saltava à vista a exploração do trabalho na dinâmica capitalista de acumulação, o antagonismo e a luta de classe (relação capital-trabalho). O desenvolvimento capitalista mesmo sendo estrutural, apontado como tendência, não se constituiu, nos países periféricos, como nos de capitalismo avançado, estes sempre tomados como referência. Estas experiências díspares deram o tom do debate sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento, que circulou, grosso modo, em torno das contradições entre o moderno (capitalista) e o tradicional (atrasado, pré-capitalista).

As teses da modernização seguiram pela polarização entre o moderno e o tradicional e foram alvo de críticas nas primeiras interpretações sobre o contingente de trabalhadores não integrados ao setor formal, moderno da economia. Os trabalhadores e as atividades produtivas, que estavam à margem do trabalho típico, regulado, padrão CLT, foram enquadrados no recém-denominado *setor informal*, sob os marcos da OIT (1972). Esta leitura esteve informada pelo processo de industrialização tardio nos países periféricos, que foi incapaz de prover postos de trabalho para o contingente de trabalhadores que chegava às zonas urbanas dando origem ao *setor informal*. A OIT, na condição de pioneira, inaugurou uma frente de estudos sobre esse setor e fomentou uma agenda institucional para discutir

sobre o tema, no sentido de combater a “anomalia” nos países periféricos. Estes dois pontos, na nossa perspectiva, sintetizam a contribuição dessa Organização para o debate sobre a informalidade, mas convêm algumas ponderações, que sinalizam os limites da abordagem. Uma delas se refere a tratar o *setor informal* como uma “anomalia”, desconsiderando os fatores endógenos às experiências produtivas nos países periféricos que influenciam a dinâmica do mercado de trabalho. Nesta visão reformista, segundo Barbosa (2011), a OIT escorrega num viés economicista (oferta de trabalho *versus* insuficiência de emprego) para explicar o surgimento do *setor informal* e o associa à pobreza, outro fator que limitou a análise, na visão de Portes (2013). A outra ponderação é que o *setor informal* é caracterizado em oposição ao formal, resvalando para o dualismo formal-informal, apesar das críticas às teses da modernização. Esta perspectiva ofusca da análise as relações, as combinações entre os dois setores na dinâmica de acumulação capitalista, apesar da OIT ter extrapolado a dimensão jurídico-institucional (presença ou ausência de carteira assinada), e a ocupação caracterizando o *setor informal* como um “*modo de fazer as coisas*”.

Quanto aos estudos paralelos à OIT, também situados na África, as pesquisas de Keith Hart seguiram na direção de entender o *setor informal* na sua dinâmica própria. Identificou que as atividades informais destoavam do padrão moderno, racional, capitalista e estavam mergulhadas numa lógica própria, informal, expressão do enraizamento social da atividade econômica (chave de pensamento também defendida por Karl Marx¹⁷⁴). No nosso modo de ver, nesta interpretação, Hart dá um salto à frente dos estudos da OIT, ao apontar que existe um elemento estruturante nas atividades informais e que não é de ordem econômica (centrada apenas no mercado, como diziam os economistas clássicos), mas, sobretudo, social. A racionalidade se revela nas relações de parentesco, de proximidade, nos vínculos sociais, que se constituem nas portas de acesso ao *setor informal*. Mesmo com este avanço, Hart ainda permanece na dualidade entre o formal e o informal, apesar de caracterizar as atividades informais como dinâmicas e de alto rendimento.

Na mesma década, no Brasil, os estudos teórico-empíricos pioneiros de Machado da Silva (1971) e Cavalcanti (1974) compuseram o debate. O contexto da época era de intensa industrialização e consequente tendência ao assalariamento (formalização) observada no mercado de trabalho, ao tempo em que persistiam amplos segmentos de trabalhadores

¹⁷⁴ Nos termos de Marx, as relações econômicas são primordialmente relações sociais. Esta assertiva ao parecer “natural” compreende que o mercado é conduzido por uma dinâmica autônoma, mecânica, por uma mão invisível. Aí reside o núcleo da crítica de Marx à Economia Clássica, por dar a entender mecanismos autoregulados. Para Marx, as relações econômicas que se processam no mercado são produto de uma estrutura social baseada no antagonismo de classes, constituído e transformado historicamente.

informais. As atividades informais são associadas à busca de meios de sobrevivência pelas camadas populares e destoam do setor formal, moderno por apresentarem pouco dinamismo e produtividade. Apesar desta constatação na linha dos estudos da OIT, Machado da Silva (1971) já havia avançado no debate ao identificar que o *setor informal*, em relação ao formal, também se encontrava institucionalizado, operando numa outra racionalidade (o que o autor chama de “atividade econômica personificada”), e com intercâmbio de trabalhadores junto ao setor formal. Os estudos de Cavalcanti (1974) caracterizam as atividades do *setor informal*, contribuindo para o debate ao relatar pesquisa empírica em capitais nordestinas, mas limita o entendimento do *setor informal* ao observá-lo como contraponto ao *setor formal* e passível de desaparecimento mediante ajustes no modelo de crescimento econômico, de modo a romper com este símbolo de “atraso”¹⁷⁵. Neste sentido, o autor “cai” na chave dualista formal-informal. Machado da Silva (1971), por outro lado, ao incluir trabalhadores por conta própria, na pesquisa de campo, sinaliza os contatos destes com o setor moderno, estruturado, e as relações capital-trabalho difusas, fora do aparato jurídico-institucional, mas também não aprofunda as conexões formal-informal.

Na direção de compreender as conexões entre o moderno e o tradicional, o formal e o informal, os estudos que dialogaram com o pensamento de Marx, pela via das teses da dependência e da marginalidade, avançaram na interpretação sobre o *setor informal*. Oliveira (2008) se engajou no debate à luz de Marx, apesar de não posicionar o foco da sua abordagem diretamente na questão da informalidade. No entanto, na interpretação singular que faz sobre a formação histórica do capitalismo brasileiro, como vimos, as *atividades informais*, o *trabalho informal*, o *setor informal* cumprem o papel de rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho urbana, o que significa que o informal é visto como articulado ao formal na dinâmica de acumulação capitalista, uma simbiose de contrários, rejeitando qualquer razão dualista. Esta conexão formal-informal é a força da contribuição do pensamento de Oliveira (2008)¹⁷⁶, que também se revela nos estudos de Prandi (1978) e Cacciamali (1982).

Cacciamali (1982), especificamente, na sua abordagem intersticial, situa o informal nas brechas da dinâmica capitalista, atuando subordinadamente nos espaços não ocupados pelo setor formal. Nesta situação, relações de trabalho não propriamente capitalistas (relações não assalariadas), são protagonizadas por trabalhadores autônomos, operando em pequenos negócios. Prandi (1978) também segue na direção da relação capital-trabalho não assalariada

¹⁷⁵ Neste sentido, Cavalcanti (1974), segue na direção do pensamento cepalino em que o setor atrasado se constituía em obstáculo ao desenvolvimento.

¹⁷⁶ Publicado originalmente em 1972.

envolvendo os trabalhadores por conta própria, que contribuem indiretamente (pela produção de excedente) à dinâmica de acumulação. O autor ainda aponta que os conta própria estão fadados ao desaparecimento (fato que não se confirmou décadas depois) e a sua persistência os situa também nas brechas da produção capitalista. Como vemos, estes autores participam do debate enfatizando a segmentação e heterogeneidade do mercado de trabalho, além da conexão formal-informal; no entanto, articulam subordinadamente o *setor informal* à dinâmica capitalista. As limitações nestas abordagens residem na ênfase da funcionalização do *setor informal* à dinâmica capitalista, inclusive no pensamento de Oliveira (2008) ao chamar a atenção da função das atividades de subsistência (onde se encaixam as informais) na acumulação de capital¹⁷⁷. Esta perspectiva de leitura, embora pautada na crítica marxista, deixa subsumida a experiência local à dinâmica capitalista, obscurecendo o entendimento da informalidade como “uma dinâmica social em construção composta por combinações (convergências) e tensões (disputas e conflitos)” (VÉRAS DE OLIVEIRA; BRAGA, 2014, p. 197).

Até o momento, apresentamos as contribuições e possíveis limitações do debate da “Velha Informalidade”. Nos anos 1980, a questão da informalidade ganha novo impulso com as mudanças ocorridas no padrão de desenvolvimento do capitalismo mundial e suas implicações para os países periféricos na década seguinte. Neste novo contexto, inquietações são lançadas à informalidade das relações de trabalho sob a dinâmica de acumulação de capital baseada na flexibilização e espoliação (HARVEY, 2005, 2010). No guarda-chuva de uma Informalidade Pós-fordista (NORONHA, 2003; FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004) perspectivas/abordagens passam a compor o debate, acionando as noções de *economia informal*, *processo de informalidade*, *nova informalidade* como alternativas explicativas que consigam expressar essas mudanças no mundo do trabalho e, especificamente, aprofundar as conexões entre o formal e o informal.

Quanto aos estudos da *economia informal*, vamos nos reportar às pesquisas de Castells e Portes (1989) e da OIT (2006, 2014, 2015). A contribuição dos primeiros reside na ênfase dada à vinculação da *economia informal* à formal por meio da descentralização da produção e da distribuição, pela via das redes de subcontratação nas cadeias produtivas globais. A noção anterior *setor informal* é abandonada, pois se associava exclusivamente à pobreza urbana, enfraquecendo a sua capacidade explicativa no processo de mundialização do capital, já que a informalidade penetra no núcleo estável, formal da produção capitalista. No entanto, as

¹⁷⁷ Clóvis Cavalcanti, em pesquisa divulgada em 1987, participa do debate onde discute, indaga sobre a função do *setor informal* na economia urbana.

dinâmicas diversificadas dos mercados de trabalho, que extrapolam a “uniformidade” do capitalismo global não são captadas por esses estudos, conforme nos alerta Barbosa (2011). Nas palavras deste autor, a *economia informal* não consegue captar a dinâmica do chamado informal tradicional, próprio das atividades baseadas no não-assalariamento e que são específicas das experiências do mercado de trabalho nos países periféricos.

A OIT (2006, 2014, 2015) rompe com o dualismo e passa a considerar os assalariados informais, para além das atividades informais, para caracterizar a *economia informal*. Este foi um esforço de pesquisa que buscou ressaltar as novas formas de degradação das condições de trabalho (precarização, flexibilização, terceirização) em países centrais e periféricos, extrapolando o “antigo” *setor informal* (BARBOSA, 2011). Compreendemos que os avanços apontados nos estudos encabeçados pela OIT, pela sua natureza institucional, ainda se mantém na linha de classificar a *economia informal* e formular um plano de ação para o trabalho decente do que propriamente aprofundar o debate teórico. Mesmo com a relevância que a orientação de políticas públicas e os seus desdobramentos trazem para as situações concretas de trabalho, a OIT abdica da tarefa de refletir sobre o estatuto da informalidade.

Cacciamali (2000, 2001) também atualiza o debate com a noção de *processo de informalidade* (a *nova informalidade* no dizer da autora) para expressar as mudanças estruturais que promovem a ruptura com a relação capital-trabalho padrão. Na evidência empírica da concepção, a autora amplia a abordagem anterior, *intersticial*, e passa a considerar as novas modalidades de contrato, os assalariados sem carteira e os de assalariamento disfarçado. Desta forma, é possível estarmos diante de um *continuum* de relações entre o setor formal e o informal, contudo, percebemos que a abordagem se mantém na chave da subordinação (do informal ao formal), mesmo considerando que os sujeitos (trabalhadores, pequenos produtores) podem adotar estratégias de sobrevivência ou se inserir na lógica da acumulação de capital.

Diferentemente das abordagens da “Velha Informalidade” em que, em geral, o *setor informal* foi visto como residual, nos países centrais e periféricos (nestes, em menor grau)¹⁷⁸, frente ao conjunto das atividades produtivas, a noção de *nova informalidade* vem alertar para o aparecimento de fenômenos inéditos, que reposicionam o informal, agora passando a compor o núcleo, o centro da acumulação flexível de capital. Araújo (2011) e Vêras de Oliveira (2011b) contribuem para a reflexão teórica no sentido de apontar para o

¹⁷⁸ Como vimos nas seções anteriores, 50% dos trabalhadores na formação do mercado de trabalho brasileiro, estiveram fora da regulação, do padrão CLT. Ou seja, a informalidade não foi residual na experiência brasileira.

esmaecimento das fronteiras entre o formal e o informal na dinâmica das relações de trabalho, tornando tênues as suas diferenciações. Os autores reconhecem que nesse atual processo de acumulação, a dinâmica formal-informal nas relações de trabalho se torna mais articulada, complexa e inclui situações de trabalho cada vez mais heterogêneas. Entendemos que este é um avanço no modo de interpretar a informalidade que não escorrega nas chaves estrutural-funcionalistas e passa a enxergar a relação formal-informal como um campo em disputa, mesmo com a força “quase irremediável” da expansão do capitalismo financeiro.

Os autores também não circunscrevem a *nova informalidade* a uma noção operacional captada pela presença de novos trabalhadores informais em velhas e novas atividades, como destacado por Filgueiras, Druck e Amaral (2004). Estes restringem o alcance do conceito de *nova informalidade* a partir do uso simultâneo dos critérios de ilegalidade (natureza jurídica da atividade econômica) e formas de produção e atividades não tipicamente capitalistas (modo de organizar a atividade econômica).

Apesar das contribuições da *nova informalidade*, o debate da informalidade, como um todo, tem sido alvo de alguns rebatimentos, e isto inclui essas abordagens mais recentes sobre a problemática. Questionamos as críticas colocadas (Cf. MACHADO DA SILVA, 2003; DRUCK, 2011, já citados na seção 3.2.1) porque os argumentos destes autores restringem o termo informalidade ao campo do mercado de trabalho, como noção empírica, delimitada pela forma de inserção (posição na ocupação) e de regulação do Estado (carteira de trabalho e previdência). Caso fosse vista por este ângulo poderíamos cogitar o esvaziamento da sua força analítica, mas seguimos na linha de reafirmar a pertinência da noção de informalidade para entender a configuração atual das relações de trabalho no país, chamando a atenção para o tratamento dado ao termo de forma que explique as situações de trabalho no plano teórico e empírico.

Neste debate, a *informalidade multidimensional* se apoia nos argumentos da *nova informalidade*, no entanto, mesmo considerando a imbricação entre o formal e o informal, na nossa formulação, procuramos estar atentos à relação de forças entre ambos, pois na experiência sócio produtiva que estamos investigando, a informalidade ainda se mantém de modo estruturante, embora com outros sentidos, e apesar das iniciativas de “modernização” que estão em curso.

A partir da noção de *informalidade multidimensional* conseguimos entender a complexidade e o movimento que envolve o *padrão informal*, com caráter estruturante, e o *novo informal*, que se acopla às estratégias de acumulação flexível do capital nas lavanderias

de *jeans*. Pontos estes que remetem diretamente ao nosso argumento de tese, que será retomado e desdobrado dos resultados do estudo.

O nosso argumento é que as lavanderias se inserem de um modo particular na cadeia produtiva de confecção do *jeans* ao engendrar relações de trabalho que conectam a informalidade - constitutiva da experiência histórica do *Polo* e com caráter estruturante - ao processo de modernização e flexibilização recentes nos níveis local e nacional/global.

Os resultados desta tese indicaram que a informalidade se constrói de maneira particular no Agreste Pernambucano. Há um elemento histórico de fundamental importância que conforma a informalidade como constitutiva da experiência sócio-produtiva agrestina. Compondo esse traço de singularidade, podemos apontar, dentre os mais importantes, a localização da região com poucos recursos naturais para a exploração agrícola e a ausência de uma tradição industrial, nos moldes que encontramos em centros industriais de grande escopo, como as do Centro Sul. Também se aponta a vocação que foi sendo construída naquelas cidades como entreposto comercial, os *déficits* de atuação (abandono) do Estado (com seu aparelhamento de serviços públicos), bem como o protagonismo da população local nas suas buscas por alternativas de sobrevivência, que ganharam importância nas atividades de produção de roupas, desde os primeiros retalhos de tecido vindos da capital na década de 1940-1950. Ali, costureiras nos sítios em máquinas de costura quase artesanais, que passaram a vender seus lotes de mercadorias na feira da sulanca, deram o tom da tradição, que foi se mantendo, incorporando novos elementos, metamorfoseando-se com o passar das décadas.

Mais recentemente, passou-se à denominação de Polo de Confecções, símbolo maior das mudanças mais contundentes que ali passaram a se observar. Parte essencial dessas mudanças pode ser observada pelas dinâmicas das relações de trabalho que se processam no âmbito das configurações sócio-produtivas das lavanderias, como mostramos em capítulos anteriores. Isso porque as lavanderias de *jeans* têm sido desafiadas, nos últimos vinte anos, a incorporar elementos modernizantes em suas práticas de gestão, em seus métodos, processos e rotinas de produção, ao mesmo tempo, em que podemos entendê-las, também como um espaço de irradiação dessas práticas modernizadoras para os outros negócios com quem mantém contato direto e indireto (fábrica, fabricos e facções).

De outro lado, a análise desse processo tomado a partir de dimensões isoladas, seja, pelo critério sócio-econômico (da existência ou não da relação de assalariamento), seja, a partir do critério jurídico-institucional (do vínculo de trabalho ou da legalização do negócio como empresa), convencionalmente sintetizados na literatura e em muitos estudos, numa chave dicotômica, em nosso entendimento, perderia de vista detalhes significativos das

relações de trabalho que se estruturam nas lavanderias de *jeans* do Polo de Confeccões de Pernambuco. Nesses espaços produtivos as relações de trabalho estão imbricadas numa tensão entre o tradicional e o moderno, o formal e o informal.

Os dados estatísticos que trouxemos¹⁷⁹, por exemplo, indicam uma discreta diminuição da informalidade nos negócios do *Polo*. Dadas as transformações em curso, tal fato poderia sugerir uma tendência de maior formalização das relações de trabalho. No entanto, note-se, o critério jurídico-institucional (carteira assinada ou negócio registrado) usado na produção dos dados, esbarra justamente na complexidade do fenômeno e nos provoca a ponderações. Como deve ter ficado claro, na análise que fizemos do material de campo, as lavanderias de *jeans* expressam justamente situações em que as dimensões sócio-culturais, contextual e sócio-econômica atravessam aquelas experiências. Talvez aí resida parte dos problemas que notamos na atuação de agentes modernizantes (aí incluímos os agentes públicos de regulação, como a CPRH e o Ministério Público), especialmente no que se refere as suas relações com os proprietários das lavanderias e ao modo como vem se traduzindo a tensão entre tradicional e moderno, formal e informal. Como foi demonstrado, nos relatos dos proprietários de lavanderia, esse processo vem sendo perpassado por conflitos e dificuldades exatamente na imposição de normas de adequação, um processo que vem se dando de maneira pouco negociada.

Quanto à profissionalização da gestão e seus desdobramentos na otimização dos processos produtivos, na melhoria do produto com agregação de valor e incorporação do conceito de moda, as agências do Sistema S, o ITEP, atuantes no *Polo*, acabam assumindo pressupostos modernos que tornam homogêneo um conjunto diversificado e heterogêneo de experiências, como vimos nos capítulos anteriores. Ainda que voltadas a atuar junto à micro e pequenas empresas, especificamente, as linhas de ação estratégica do SEBRAE não abarcam o conjunto das lavanderias, ao contrário, privilegiam as que já se encontram numa condição mais estruturada, criando, assim, e reforçando a segmentação no ramo. Uma expressão clara disto se dá nos eventos/atividades/projetos, nas missões empresariais, que criaram segmentações entre os mais capitalizados e os menos capitalizados; os mais afeitos às associações empresariais e os menos afeitos às parcerias; os que estão na mídia divulgando as consultorias de gestão e os que tentaram implantar as consultorias e não tiveram êxito (como os exemplos que demos nas unidades produtivas mais informais).

¹⁷⁹ Vide tabela no Capítulo 7.

Para os que advogam uma visão que se afina à lógica do mercado, não há problema em se pensar sobre isso. “Vencem os mais capazes, os que têm senso de oportunidade”. O mercado não é para todos, e sim para alguns, ainda que a dinâmica de acumulação de capital produza espaços de reserva, nichos de mercado ainda não explorados. No entanto, ao tratar das configurações produtivas das lavanderias, estamos salientando que as atividades de negócio e trabalho estão historicamente situadas e são construções sociais complexas, o que tornam as diferenciações e assimetrias, entre negócios e trabalho, dramático. Isto é, dramático para os sujeitos que estão ali envolvidos porque dessas relações sociais de produção, desse conflito de interesses de classe, é que se reproduzem socialmente, que ganham seus meios de vida e que acumulam excedentes privadamente.

Podemos dizer, mais precisamente que o SEBRAE nas relações que guarda com os proprietários das lavanderias, partem de uma posição dicotômica e simplificada, que enxerga a informalidade como ilegal, ineficiente, improdutiva, desorganizada, um problema de atraso, um resquício a ser superado, à medida que se disseminem e se incorporem nos negócios locais as novas práticas modernizadoras atinentes à dinâmica de mercado capitalista. Nesse ponto residem, como vimos, os descompassos, as incompatibilidades entre as demandas locais dos proprietários de lavanderias e as ideias e serviços ofertados por aquela agência. Com isso, desconsideram as singularidades endógenas, os aspectos importantes do contexto local, como a constituição história das atividades de confecções num lugar como aquele.

O resultado tem sido as dificuldades em se fazer dialogar com a falta de recursos por parte de algumas lavanderias para a adequação aos novos procedimentos, em fazer dialogar com as adaptações e reelaborações das práticas modernizantes no cotidiano fabril daqueles negócios com base no velho padrão informal dos proprietários de fazer e ganhar dinheiro. Ainda que muitos desses proprietários assumam uma certa consciência intuitiva, aprendida em sua própria experiência de trabalho, da necessidade de redução de custos, mesmo não tendo as noções elementares das técnicas contábeis ou de gestão, suas práticas cotidianas estão atravessadas por laços de proximidade, em negócios realizados na base da confiança e do crédito informal, em vínculos de pessoalização que marcam, em muitas lavanderias, a relação patrão e empregado.

Um mesmo “pacote de atuação” para todas as empresas que tem potencial de crescimento e destaque. Ao se amparar nos *cases de sucesso* para universalizar ideias particulares, e nisso anularem as especificidades e dificuldades de uma parte importante das lavanderias, perdem um nexos primordial da totalidade concreta. Tal descompasso não é fortuito, no nosso modo de ver, pois, em grande medida, também expressa um efeito

ideológico importante. Numa situação de exacerbação da competitividade nos ambientes de negócios (e vimos como isso se deu no país nos anos 1990 com a abertura comercial que impôs uma nova reestruturação) passou-se a uma amálgama de princípios excludentes, contraditoriamente articulados: por um lado, a exaltação e realce do agente econômico individual no mercado e, por outro, a necessidade de criação de laços que potencializem as oportunidades de negócios, maximizando a lucratividade, reduzindo custos.

Daí o corolário que “a maior vitória não é derrotar o concorrente, mas torná-lo parceiro”, uma forma de evitar o conflito e minimizar os dispêndios de recursos. Uma contradição lógica, pois coloca frente a frente o individualismo e o estímulo à parceria, a sinergia, a organização coletiva empresarial. Nesse ponto, aqui pesa toda sorte de dificuldades trazida pela noção de arranjo produtivo local que vem sendo propagada no Polo de Confeccões. Ao que tudo indica, os donos de lavanderia têm se colocado na retaguarda, imersos numa cultura do “se vire por conta própria” típica da ação autônoma e individual dos sujeitos locais, em nosso entendimento reforçada pela ausência do Estado e dos próprios agentes estratégicos que mais recentemente começaram a ali atuar.

Cabe salientar que durante a tessitura deste texto, chamamos os “donos” ou “proprietários” das lavanderias por estes termos, evitando cair nas denominações de “empreendedor” ou “empresário”, nomeações estas corriqueiras e naturalizadas na área empresarial, divulgadas fartamente pela literatura dos negócios, pelas consultorias do SEBRAE e que tentaram e vem tentando se acoplar à experiência sócio-produtiva surgida a partir da sulanca. As ações de “modernização” encabeçadas pelos agentes públicos e privados na região se imbuíram de estratégias também discursivas, como vimos, expressões ideológicas de uma forma de comportamento de empreendedor ou empresário, que deveria se conformar a partir daquele momento. O êxito parcial deste intento de “modernização” nos fez também colocar de forma deliberada em todo o texto o termo modernização entre aspas, pois se trata de uma “modernização” que não se efetivou, ao menos, nos termos requeridos pelos agentes estratégicos. Acreditamos que não se efetivou porque não houve adesão maciça dos proprietários das unidades produtivas e aqueles que “aderiram”, o fizeram a seu modo, destoando do *script* do que se espera das empresas modernas, mostrando a capacidade de reelaboração social, ao colocar em ação uma forma de funcionamento e gestão do negócio de um modo particular, imbricando elementos modernos e tradicionais, recompondo a dinâmica formal-informal.

Após discorrermos sobre as dinâmicas da “modernização”, cabe destacarmos **outro ponto de chegada do argumento de tese, que são os laços de proximidade entre**

proprietários e confeccionistas, patrões e empregados. Este é um ponto sutil, pois quando se manifesta nas relações comerciais tensiona diretamente os procedimentos da gestão moderna. Tomemos a situação, que apareceu em algumas lavanderias estudadas, das transações corriqueiras estabelecidas entre donos das lavanderias e seus clientes (fabricos e facções) na entrega de mercadorias para o beneficiamento. Em geral, essas operações são feitas na base de uma concessão de crédito informal, ou seja, “venda fiado”. Nos cânones da gestão esta é uma prática pouco recomendada, pois oferece elevado risco, ao se conceder crédito sem avaliar a capacidade efetiva de pagamento do cliente, sem analisar o seu histórico de transações comerciais. Aqui, risco sempre foi uma oportunidade para o crescimento dos negócios. Observamos que, muitas vezes, não se utilizam os instrumentos convencionais de crédito - cheque, cartão de crédito, ordem de pagamento etc.

Ainda no bojo do relacionamento com fábricas, fabricos e facções, a ordem de serviço, símbolo do controle e conferência dos lotes de peças cruas que adentram a lavanderia é substituído, pelo sonoro e tácito comando: “roupa de fulano”. Já se sabem quais os efeitos a serem realizados, as datas de entrega, a forma de pagamento. Nas entrelinhas, todas as marcas da proximidade e camaradagem são percebidas. Tanto este quanto o exemplo anterior mostram que os sujeitos desta relação comercial guardam entre si um histórico marcado pela pessoalidade, confiança e proximidade. Nas quais, dispensam os trâmites formais (documentos, contratos).

Situações como essas também podem ser vistas nas relações de trabalho. Aqui aparentemente as fronteiras formais entre patrão e empregado se tornam cinzentas. Tomemos como exemplo o caso do proprietário da unidade produtiva, que tratamos no capítulo anterior, que diante da iminência de quebra do fluxo de produção pela ausência de seu encarregado da lavanderia teve de assumir as tarefas no chão de fábrica. Num espaço fabril com 24 trabalhadores, a ausência justamente desse trabalhador peça-chave dentro da linha de produção úmida (pelo conhecimento e atribuições que detém na produção dos efeitos químicos a serem aplicados nas peças) acarretaria atrasos na entrega de pedidos e iminente prejuízos financeiros. Se tomássemos, *a priori*, as conclusões derivadas da chave da velha informalidade, diríamos que tal situação ilustraria as inúmeras situações inerentes aos negócios informais onde o patrão e empregados, sem demarcação rígida da relação de assalariamento, estão envolvidos na produção direta. No entanto, esta linha de análise esbarraria no fato de aqui se tratar de uma das lavanderias mais capitalizadas, registrada como firma e atuando no mercado há três décadas. Lá encontramos trabalhadores com carteira

assinada, cumprimento de parâmetros legais recentemente exigidos para as lavanderias, adoção de várias práticas de gestão moderna, próximas do padrão racional, formal.

O fato desse mesmo trabalhador (encarregado da lavanderia) ser um dos empregados mais antigos da fábrica e, em virtude do acidente, ter faltado as suas tarefas na linha de produção e, ainda assim, permanecer no quadro regular da empresa traz à tona a força dos vínculos sociais. Segundo as narrativas de nossos contatos de campo, podemos dizer que aqui pesaram os vínculos de confiança mútua, as trocas de favores construídas ao longo do tempo, da empatia do patrão ao rememorar os tempos difíceis, no início do negócio, onde o trabalhador estava ali e o apoiou. Nesta situação, se nós usássemos a construção de informalidade dual não se perceberiam os vínculos sociais que perpassam a relação patrão-empregado, referidas a outras dimensões que o entendimento multidimensional da informalidade proporciona.

A riqueza analítica dessa situação nos mostra o quanto os laços de proximidade vão sendo negociados socialmente, realimentados cotidianamente por vários mecanismos, deixando nubladas as separações entre execução e gerência, patrão-empregado, e desembocando em relações de trabalho atravessadas pelo paternalismo. Seus efeitos sutis, operando como mecanismo naturalizador da exploração direta do trabalho é ainda mais contundente.

Acreditamos que este seja um modo de envolvimento subjetivo mais sutil e ainda mais profundo do que aquele fixado pelos modelos flexíveis de produção, que preconizam a participação, polivalência, o exercício de criatividade na execução da tarefa. Em alguma medida, o trabalhador se vê enredado neste emaranhado de troca de favores. A ideia de autonomia, de ser patrão e trabalhador de si mesmo, para alguns, surge como a expectativa, o horizonte de saída das condições de trabalho precárias e subordinadas e, ao mesmo tempo, de se obter a mobilidade social, a chance de “melhorar de vida”. Tão logo se consiga uma poupança que subsidie os riscos do próprio negócio, comumente uma facção, já que os recursos para se tornar um concorrente direto de seu ex-patrão de lavanderia, é no mínimo improvável, lá estará reproduzindo idealmente as condições a que esteve submetido. Mais trabalho e as “virtudes” de um padrão de relação de trabalho marcado pela informalidade. No entanto, esta relação não é isenta de disputa e sempre supõe o consentimento ativo dos trabalhadores. Nas experiências de trabalho isso se configura nas trocas interessadas em que trabalhadores, na expectativa de suprir suas necessidades mais básicas de subsistência, bem como, as de consumo, negociam nos termos das referências ideológicas dominantes.

Neste sentido, parece haver uma aceitação tácita, silenciada das dinâmicas de exploração, cujos conflitos latentes tendem a se atenuar. Acrescente-se ainda um elemento de natureza conjuntural: a crise econômica que se abateu sobre o *Polo*, com diminuição das vendas e produção, trouxe a ameaça do desemprego. Seus efeitos políticos de adequação são notáveis na direção da manutenção do emprego, vista pelos entrevistados (patrões e trabalhadores) como uma benesse, uma troca de favores, no tom das relações pessoalizadas (paternalismo).

Trata-se, pois, das **dinâmicas de exploração do trabalho, o terceiro ponto de chegada do argumento de tese**. Como sabemos, o ambiente fabril tem sido historicamente o espaço no qual se estruturam por excelência as relações de classe, essencialmente assimétricas e submetidas à disciplina e ao controle. Mas, nem somente pressão, nem sempre controle. É necessário um consentimento ativo dos sujeitos. Ali nos espaços das lavanderias do Polo de Confecções a intensificação do trabalho é sentida no corpo cansado, pelo trabalho dobrado, pelo extrapolar a jornada. É no “trabalho puxado”, sobretudo, no mecanismo do ganho por produção, desdobrado em maior complementação de salário para o trabalhador, que observamos a maior dissimulação das reais condições de trabalho que se inserem.

De outro lado, a sazonalidade da produção, com períodos de baixa produção, e períodos de extrapolação da jornada, às vezes com mais de 12h diárias, acaba produzindo o efeito de amortecimento dos conflitos, a percepção, nos depoimentos dos trabalhadores, que suas condições são “normais”. Não bastasse, a mobilidade horizontal de tarefas na linha de produção da lavanderia tem sido percebida como chance, oportunidade dada pelo patrão, para que ele, por si só, busque se “desenrolar”, busque adquirir tamanha destreza e habilidade que seja capaz de aumentar os seus recordes diários de produção. Assim, não raro, trabalhadores de certas lavanderias fiquem depois do expediente para “ir pegando o jeito de fazer” de outra tarefa.

Os relatos dos entrevistados fornecem exemplos de trabalhadores que tinham sua carteira de trabalho assinada como auxiliar de lavanderia, estando efetivamente trabalhando como passadores de ferro. O que para a legislação trabalhista pode se configurar como desvio de função, ali é mais uma situação entrecruzada pelas relações de trocas de favores. Objetivamente, no entanto, esse movimento, com todas as suas contradições, nos parece clara em duas direções complementares: significam, ao nível aparente, a burla do direito do trabalho (dimensão jurídico-institucional), e no nível mais profundo, a redução nas despesas da folha de pagamento para o patrão (dimensão sócio-econômica).

Uma última nota, ainda nos parece necessária sobre as dinâmicas de exploração do trabalho. Elas têm se processado sob o signo do trabalho precário, ou seja, esse conjunto de atividades laborais que encontramos nas lavanderias de *jeans* estudadas expressam condições de trabalho marcadas por ambientes insalubres, em que os trabalhadores confinados estão submetidos a altas temperaturas, ruídos, fortes odores, e partículas suspensas no ar, fatores esses que se associam a outros riscos à saúde humana pela exposição a produtos químicos de alta toxicidade. Acrescente-se que aqui se tratam de condições de trabalho em que há uso descontinuado dos EPI's que deveriam justamente atuar na prevenção a acidentes de trabalho. Além disso, essas atividades são, em sua maioria, de tipo manual, pouco qualificadas, que exigem baixa escolaridade dos trabalhadores, mas que deles demandam tarefas repetitivas, horas de trabalho em pé, muitos carregando peso e sob controle e pressão no cumprimento de metas diárias de alta produção. Para além dessas características, adiciona-se a burla do direito trabalhista, em casos relatados de assalariamento disfarçado com trabalhadores vinculados sem carteira assinada, o que significa, que tem seus direitos sociais comprometidos.

CAPÍTULO 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, procuramos estudar as relações de trabalho nas lavanderias de *jeans* do Agreste Pernambucano e poderíamos ter trilhado vários caminhos até chegarmos a esse objeto. O nosso percurso foi escolhido em diálogo com as formulações de Marx (1982, 2011, 2013), Marx e Engels (2007) e buscou pôr em suspenso a chave de leitura que toma como a *priori* (teoricismo) a dedução de experiências locais como produzidas pelo capitalismo ou postas em função da dinâmica de acumulação. Nesta crítica adotamos como pressuposto (implícito) que mesmo diante da força e pressão das estruturas econômicas capitalistas, que tendem a se hegemonizar, a história contemporânea indica que esta dinâmica não é capaz de subsumir todas as experiências sociais.

Há experiências sócio-culturais, sócio-produtivas que foram originadas e que se desenvolveram à margem dos padrões reconhecidamente modernos e símbolos do capitalismo. Muitas dessas se constituindo e lutando, resistindo na preservação de modos de vida tradicionais (estudos de sociedades tradicionais, marisqueiras, populações ribeirinhas, quilombolas, tribos indígenas, comunidades que vivem do trabalho artesanal, dentre outros). Outras, colocam-se como germen de contraponto político do próprio modo de produção capitalista (experiências da economia solidária). A experiência do *Polo* e das lavanderias não se enquadra nas situações descritas, mas guarda com elas a semelhança de não ser um produto de um processo deliberado¹⁸⁰ de industrialização do Nordeste brasileiro.

A experiência se constituiu à margem e em paralelo com esse processo, como já dissemos, e vem estabelecendo contato mais intenso com a dinâmica capitalista, por meio da intervenção do Estado em obras de infraestrutura e regulação da atividade, nos contatos com fornecedores e clientes em mercados mais capitalizados (nacional/global) e na ação de agentes de empreendedorismo que vem tensionando a informalidade constitutiva da experiência histórica do *Polo*. Neste movimento de “modernização”, que não é isento de tensões e de contradições, o nosso olhar se direcionou para as lavanderias de *jeans*, espaço sócio-produtivo que surgiu na cena do *Polo*, a partir dos anos 1980 e que tem sido impactado por esses vetores de força.

Nas lavanderias de *jeans* nos debruçamos sobre as relações de trabalho por entender que nessa dinâmica social reside combinadamente a informalidade constitutiva da experiência

¹⁸⁰ Planejamento e execução de políticas públicas do Estado, isenções fiscais, presença de grandes plantas fabris, infraestrutura pública.

do *Polo* e com caráter estruturante e a que deriva do processo de modernização/regularização recente. Para entendermos este movimento dialético fizemos um esforço de seguirmos pela via da informalidade enquanto noção multidimensional buscando uma nova forma para tratar uma velha questão, que é a informalidade. Nesta formulação, nós nos afastamos dos estudos que entendem a informalidade numa chave dicotômica, aqueles de matriz oiteana, e os de influência dos estudos marxistas estrutural-funcionalistas que subordinam a informalidade à dinâmica de acumulação de capital. A nossa contribuição teórico-conceitual é entender as dimensões nas suas articulações e imbricações.

Amparados neste posicionamento teórico-metodológico e no arcabouço teórico-conceitual, com forte influência dos estudos da *nova informalidade*, que apontam para o imbricamento entre o formal e o informal (ARAÚJO, 2011) e o esmaecimento das suas fronteiras (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011b), seguimos considerando três objetivos específicos da nossa pesquisa: o primeiro deles buscou caracterizar a re-configuração sócio-produtiva das lavanderias, o segundo, a dinâmica formal-informal decorrente deste processo, o terceiro, as implicações desta dinâmica formal-informal nas relações de trabalho.

Os achados da pesquisa identificaram que as lavanderias têm passado por transformações nos últimos 20 anos e vem se re-configurando na relação que estabelece com os fabricos, fábricas e facções da região. Neste sentido, a partir das investigações de campo caracterizamos sete perfis organizacionais resultantes deste processo, que apresentam segmentações que vão de um tipo mais empresarial e integrado à confecção até o informal que funciona em unidade separada da confecção e ainda o clandestino. Juntos conformam uma re-configuração sócio-produtiva que apresenta algumas características.

Uma delas é que todas as unidades produtivas estabelecem contatos com os fabricantes de confecções (fabricos e fábricas). As conexões se aprofundam nas unidades produtivas que prestam serviços e atendem na modalidade de lavagem “para fora” onde ficaram evidentes os laços sociais e de parentesco mediando os contatos de negócios. A outra característica é o contato com fornecedores de máquinas e equipamentos, em que percebemos a visível segmentação entre as unidades mais e as menos capitalizadas, as que incorporam tecnologia com ganhos de produtividade (e.g Perfil Empresarial) e as que procuram fazer adaptações no maquinário com menores custos (e.g Perfil Informal). Nas unidades de Perfil Empresarial Integrado e Parcial este fator se aglutina às diferenciações nos lavados, de maior valor agregado, com uso de produtos químicos de alta tecnologia comprados de fabricantes nacionais. No entanto, os fornecedores de produtos químicos são diversificados e alguns operam no circuito inferior da economia, atendendo às lavanderias clandestinas e informais

sem gerar repercussões na organização do processo produtivo. Mas, de todo modo, os produtos químicos mais básicos também vêm contribuindo para a inovação do *jeans*, melhorando a qualidade das peças vendidas nas feiras da região.

A dinâmica formal-informal que se configura nas unidades produtivas é marcada pela presença da informalidade na gestão do negócio, na maior parte das unidades, com a não observância de rotinas padronizadas nas diversas áreas de apoio operacional. Um exemplo é o frágil controle na entrada e saída das mercadorias, muitas vezes anotada num papel avulso, sendo indicativo de quão marcadas e entranhadas estão no padrão informal do Polo. À exceção do controle interno de chegada e saída de mercadoria da unidade de Perfil Empresarial Integrado I, em virtude da organização do processo produtivo estar mais alinhada com os requisitos da gestão moderna (controle de entrada e saída, uso de códigos e etiquetas para identificar as mercadorias)

No aspecto das ações dos agentes de fomento ao empreendedorismo, especificamente o SEBRAE e o ITEP, naquelas que se voltam para a qualificação dos trabalhadores e profissionalização da gestão, tem sido pequeno o engajamento dos donos das lavanderias nos projetos voltados a este segmento. Do grupo pesquisado, dois proprietários (das unidades de Perfil Empresarial Integrado I e Empresarial Parcial) conseguiram uma maior interação com o SEBRAE e comentaram sobre “planilhas de custos,” “cadastro de clientes”, “controle de estoque”. Mas, observamos que o efeito das orientações do GEOR do SEBRAE se dilui e a maioria dos proprietários reforça a iniciativa individual. Os agentes estratégicos têm dialogado pouco com a experiência dos proprietários das lavanderias e o pacote de ações posto apresenta um viés baseado em pressupostos modernos, conforme dissemos no capítulo anterior.

A presença do Estado no *Polo* e as ações junto às lavanderias vêm pressionando os proprietários das unidades produtivas no sentido de adequações à legislação ambiental e de saúde e segurança do trabalho. O ITEP deu o apoio na elaboração dos projetos das ETE's e todas as lavanderias visitadas, exceto a clandestina, estão com as documentações à mostra. É visível o efeito da regularização do MP-PE nas lavanderias - separação e coleta de resíduos sólidos, implantação de ETE's com reuso da água, laudos de chaminés, caldeiras, curso obrigatório de operador de caldeira, dentre outros. No suporte ao cumprimento das medidas, os proprietários têm se organizado em torno das associações, que centralizam algumas atividades, como vimos. Mas, mesmo em meio à regularização, alternativas são buscadas para reduzir custos e viabilizar a adequação. Na fábrica de Perfil Empresarial Informal, as “engenhocas” se multiplicam e uma delas é a trava para a centrífuga, feita por mecânicos

locais. Esta é outra “novidade” trazida pelas ações de modernização das lavanderias: a proliferação de prestadores de serviços, com qualificação profissional ou tácita.

Do conjunto dos agentes, entendemos que junto com o MP-PE, a associação de lavanderias, o SEBRAE/ITEP, mesmo com o arrefecimento das ações pós-2015, e os fornecedores de produtos químicos, cada um a seu modo, vêm tensionando o *padrão informal* da experiência histórica da região, dentro das lavanderias, mas longe de representar a incorporação de um padrão moderno frente ao outro, o que vemos é uma combinação com vastos exemplos de improviso. Neste processo, as cópias também se proliferam nas lavanderias, que são as cópias das lavagens, trazendo para o segmento uma prática local referida à confecção.

Com base nos achados de campo podemos perceber que existe um arranjo que articula as múltiplas dimensões da nossa formulação, se revelando na formalidade do negócio, na permanência ainda da informalidade nos vínculos de trabalho, na informalidade na dimensão sócio-cultural expressa pelos laços de solidariedade, que dizem respeito a uma dinâmica própria que também se articula a fatores exógenos (globais) no segmento de lavanderia em outros Polos de *jeans*, como é o exemplo de Jaraguá.

Na análise das relações de trabalho, observamos as tensões entre o *padrão informal* e o *novo informal*, nas condições de ausência e presença do registro em carteira e nas zonas cinzentas, fronteiriças entre o trabalho “fichado” e o “clandestino”. Trabalhadores temporários são contratados sem carteira, trabalhadores de facções de diferenciados são subcontratados após a demissão do quadro efetivo ou trabalham dentro da firma sem registro em carteira. Observamos que os laços pessoais favorecem a informalidade dos vínculos de trabalho, mais especificamente nas situações de subcontratação, apontando conexões com a lógica mais geral capitalista de externalização de força de trabalho, sendo um elemento de modernização que tensiona o *padrão informal* nas relações de trabalho em lavanderias.

No exame das situações de trabalho, percebemos a heterogeneidade das ocupações, embora o vínculo formal esteja acompanhado de condições de trabalho precárias além da intensificação da jornada, que se apoiam nas diferenciações dos postos de trabalho com a contratação de auxiliares de lavanderia, de esponjadores mantendo os trabalhadores que ganham por peça no ritmo acelerado da produção. Esta condição acompanha uma prática do ramo de confecção em que auxiliares trabalham no salão da costura de fábricas, fabricos e facções, transportando peças de uma máquina para outra evitando tempo morto de trabalho da costureira. Este auxiliar funciona como uma “esteira rolante humana” fazendo chegar os

insumos nas mãos da costureira. Do mesmo modo, podemos entender os auxiliares nas lavanderias.

Nas lavanderias, o trabalho é insalubre e inseguro para o conjunto de trabalhadores que manipulam com a peça/mercadoria, especialmente os esponjadores e pistoladores atingindo as lavanderias em todos os perfis, sejam de pequeno e médio porte, maior ou menor capitalizadas, com padrão de organização do trabalho mais ou menos empresarial. A disciplina e o controle, por outro lado, varia de um maior confinamento no espaço fabril, com uso de câmeras de vigilância, nas unidades de Perfil Empresarial Integrado para possibilidades de interrupções da jornada nas de Perfil Informal Parcial, sem o rigor no controle de entrada e saída.

Os vínculos sociais estão presentes nas relações de trabalho e se desdobram em relações paternalistas, tais como: empréstimo de dinheiro; concessão pelo patrão do uso do cartão de crédito para compra de objetos pessoais do trabalhador; trabalhadores prestando favores pessoais ao patrão. O rendimento é variado em conformidade com a tarefa exercida havendo postos de trabalho mais “disputados” em função dos ganhos mais ampliados, a exemplo das atividades de passadoria e diferenciado. Especialmente para aqueles que desempenham trabalho de tipo manual com maior dispêndio de força física (referidos ao chão de fábrica), seja na parte seca ou molhada da lavagem, no diferenciado ou na passadoria.

Nas relações de trabalho observamos duas forças que se entrecruzam: de um lado os laços de solidariedade e de outro a relação de paternalismo entre trabalhador e patrão, configurando-se numa dinâmica de exploração do trabalho. A partir da formulação que propomos, a formalidade do negócio se integra à informalidade dos vínculos de trabalho e vai estabelecendo contatos mais nítidos com a dinâmica de acumulação flexível. Este contato acontece por várias vias (na burla do contrato, no assalariamento disfarçado, no paternalismo, na intensificação do trabalho na fábrica) e está em curso; portanto, está sendo disputado entre trabalhadores e patrões, apesar da tendência ao aprofundamento da exploração dos trabalhadores.

Os avanços da tese frente a outros estudos dizem respeito à elaboração de uma tipologia realçando a inserção da lavanderia no complexo da peça *jeans*; a entrada no chão da fábrica para observar as condições e relações de trabalho ali postas e a construção da *informalidade multidimensional* no sentido de dar visibilidade a situações sócio- produtivas como as das lavanderias do Polo. Esta tese também possibilita entendimento, por contraste ou aproximação, de situações semelhantes em outros Polos de Confecções de *jeans* no país e fora

dele (*e.g* México), com os quais, inclusive, dialogamos durante a nossa recuperação histórica sobre o surgimento das lavanderias de *jeans* no Brasil.

Esta investigação tem o potencial para ser desdobrada em linha de pesquisa sobre a “Informalidade no Agreste” de forma a compor uma agenda mais ampla de estudo que comporte a elaboração de projetos de pesquisa, a orientação de trabalhos de conclusão de curso sobre o tema, nas suas interfaces entre a administração e a sociologia do trabalho, privilegiando a interdisciplinaridade, de modo a dar maior sustentação teórico-metodológica que nos possibilite ler os objetos.

Na linha da extensão, temos a intenção de realizar seminários locais na cidade de Caruaru e entorno para debate dos temas da agenda de pesquisa, no âmbito da nossa atuação como docente na UFPE, assim como promover encontros com a participação de equipe multidisciplinar na direção da cidadania, dos direitos sociais convidando trabalhadores, gestores públicos, pesquisadores de outras instituições e de grupos de pesquisa interessados sobre a problemática do trabalho (*e.g* TDEPP).

Outras possibilidades são a realização de encontros envolvendo diretamente os estudantes do curso de Administração sobre alternativas de gestão baseadas na experiência sócio-produtiva do Agreste onde seja colocada uma questão de fundo: como pensar num tipo de intervenção na área de gestão, junto aos negócios locais, que considere a experiência sócio-produtiva local? Outra possibilidade com a pesquisa é ofertar disciplinas eletivas com ênfase das relações de trabalho ou incorporar a discussão a disciplinas da grade curricular do curso de Administração na referida universidade.

Esta pesquisa também objetiva contribuir para a prática reflexiva dos atores que estão direta ou indiretamente relacionados à discussão do trabalho na experiência do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, sobretudo o Ministério do Trabalho pelo escritório da Gerência Regional do Trabalho na região e os gestores públicos estaduais envolvidos nas ações de regularização do segmento. Como vimos durante o texto, a atuação limitada dos fiscais do trabalho nas lavanderias, seja por meio de restrição de pessoal ou orçamentária, tem deixando campo livre para o aprofundamento das condições de trabalho precárias nas lavanderias. Neste sentido, os achados desta tese ofertam amplo material para dar subsídio à proposição de políticas públicas, que assegurem condições de trabalho decente ou, ao menos, minimizem o atual cenário de precariedade.

REFERÊNCIAS

- ABIT-CNI. **Têxtil e Confecção**: Inovar, Desenvolver e Sustentar. Brasília: Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - Confederação Nacional da Indústria, 2012.
- ALMEIDA, Ana Márcia Batista. Roupas Sujas se Lavam em Casa: A Seca no Agreste Pernambucano e a Gestão Ambiental na Lavanderia Água Limpa. **Administração Pública e Gestão Social**, 5(3), jul./set., 2013, p. 139-142.
- ALVES, Giovanni. A experiência da precarização do trabalho e a redundância salarial. Notas teórico-críticas. In: FIGARI, C; ALVES, G.(org.). **La precarización del trabajo en América latina**: perspectivas del capitalismo global. Londrina: Práxis, 2009.
- _____. **Neodesenvolvimentismo e Precarização do Trabalho no Brasil** (Boitempo). Disponível em: <<<https://blogdaboitempo.com.br/neodesenvolvimentismo-e-precariozacao-do-trabalho>>> Acesso em 24 de setembro de 2013.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDDSZNAJER, Fernando. **Os métodos nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Thompson, 1999.
- ALVES, Rosiane Pereira. Moda e desenvolvimento local: reconversões culturais na criação e confecção do jeans em Toritama-Pernambuco. **Dissertação** (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local)-Universidade Rural de Pernambuco, Recife, 2009, 100 p.
- ALVES, Hayda; ESCOREL, Sarah. Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria. **Physis Revista de saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, V. 22, n., 2012, p. 99-115.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Ed. Cortez, 2004.
- _____. **Trabalho. Enciclopédia Latinoamericana** (Boitempo). Disponível em: <<<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/t/trabalho>>>. Acesso em 20 de janeiro de 2016.
- ANTUNES, Antunes (org) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.Vol. I**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- ANDRADE, Márcia Carvalho; TONELLI, Maria José. Os diferentes contratos de trabalho entre trabalhadores qualificados brasileiros. **Revista de Administração Mackenzie** (RAM), São Paulo, v.15, n.3, mai/jun, 2004, p. 191-220.
- ANDRADE, Tabira de Souza. A estrutura institucional do APL de Confecções do Agreste Pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e a inovação: o caso do município de Toritama. **Dissertação** (Mestrado em Economia), Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Nordeste, Nordestes: que Nordeste?** In: Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. O Trabalho flexível e a informalidade reconfigurada. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (org). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

ARAÚJO Evanísia Assis Goes; Et. al. (Des)Conhecimento dos trabalhadores de lavanderias sobre prevenção de acidentes de trabalho. Feupi - Revista de Enfermagem (UFPI), 4(4):35-40, Teresina, 2015.

ACIC. **Terra de Oportunidades**. Caruaru: Associação Comercial e Empresarial de Caruaru, 2010.

AUDACES: **A Tecnologia da Moda**. Disponível em: <<<http://www.audaces.com.br>>>. Acesso em 25 set. 2016.

AZEVEDO, Márcia Carvalho de; TONELLI, Maria José. Os diferentes contratos de trabalho entre trabalhadores qualificados brasileiros. **RAM**, Revista Administração Mackenzie (online), São Paulo, v.15, n. 3, mai./jun., 2014, p. 191-220. Disponível em: <<<http://dx.doi.org/10.15348/1678-6971/administracao.>>>. Acesso em: 02 jul. 2015.

AZAÏS, Christian. As zonas cinzentas no assalariamento: proposta de leitura do emprego e trabalho. In: AZAÏS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva (org.). **Ilegalismos, cidade e política**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

BALTAR et al. **Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira**. Global Labour University Working Papers, nº09, Berlim, maio de 2010.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora com a água do banho In.: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. **Evolução e composição do emprego no Brasil: período 1996-2009**. Mercado de trabalho: conjuntura e análise. Nota Técnica 50. Brasília: Ipea-MTE, 2012.

BHASKAR, Roy. **Teoria do Conhecimento**. In: BOTTOMORE, Tom (editor). Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: _____. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BURNETT, Annahid. A “Saga” dos Retalheiros: um estudo sobre a instituição da Feira da Sulanca no Agreste Pernambucano. Século XXI, **Revista de Ciências Sociais**, v.3, n. 2, p.09-40, jul./dez. 2013.

CABRAL, Romilson Marques Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais: estudos de casos no Polo de confecções do agreste pernambucano. **Tese** (Doutorado em Administração), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, 311p.

_____. Organizações e meio ambiente. In: ALBUQUERQUE, José de Lima (org.). **Gestão ambiental e responsabilidade social**. São Paulo: Atlas, 2009.

CACCIAMALI, Maria C. Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção. **Tese** (Doutorado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia e Administração, 1982, 163 p.

_____. **Globalização e processo de informalidade.** Economia e Sociedade, (Unicamp) Campinas, nº 14, jun. 2000.

_____. **Padrão de Acumulação e Processo de Informalidade na América Latina Contemporânea: Brasil e México.** Pesquisa & Debate, São Paulo, volume 12, n. 1(19), 2001.

CAMPOS, Jaime. El concepto de marginalidad social en América Latina. **Revista de la Integración.** Santiago, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique. Comentário sobre os Conceitos de Superpopulação Relativa e Marginalidade. **Estudos Cebrap**, n. 1, São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1971a.

_____. Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência? **Estudos Cebrap**, n. 1, São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1971b.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes: 2010.

CASTELLS, Manuel.; PORTES, Alejandro. World underneath: the origins, dynamics, and effects of the informal economy. In: PORTES A.; Castells, M.; BENTON, L. (org). **The Informal Economy:** Studies in Advanced and LessDeveloped Countries. Baltimore: The Johns Hopkins University Press,1989.

CASTRO, Nadya Araújo de (org.) **A máquina e o equilibrista.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CASTRO, Nadya Araújo; GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Além de Braverman, depois de Burawoy:** vertentes analíticas na sociologia do trabalho. Revista Brasileira de Ciências Sociais. (Anpocs), ano 6, nº 17, p. 44-52, out. 1991.

CAVALCANTI, Clóvis. Some Reflections for a Study on Labor Underutilization. **World Development**, v. 2, n. 4-5, April-May, 1974, pp. 29-34.

_____. O mercado do pequeno e a síndrome da informalidade: atividades informais e população de baixa renda no Nordeste. **Caderno de Estudos Sociais**, Recife, v.3, n. 1, jan./jul., p. 65- 74, 1987

CEPAL. **Estudo econômico da América Latina e do Caribe 2015:** desafios para impulsionar o ciclo de investimento com vistas a reativar o crescimento. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/38716/1500455_pt.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2016.

CLEGG, Stewart; HARDY, Cinthya; NORD, Walter R. (orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**, v.1 São Paulo: Atlas, 2007.

CORDEIRO, Manuela Casali; HOFFMANN, Jaqueline de Freitas. **A História do Jeans.** Site Portaisdamoda. Disponível em: <http://www.portaisdamoda.com.br>. Acesso em 05 de julho de 2012.

CORLEY, Kervin G.; GIOIA, Dennis A. Building theory about theory building: what constitutes a theoretical contribution? **Academy of Management Review**, v. 36, n. 1, january, 2011, p. 12-32

COSTA, Márcia da Silva Reestruturação produtiva, sindicatos e a flexibilização das relações do trabalho no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, RAE Eletrônica, v.2, n.2, 2003, p. 1-16.

_____. O sistema de relações de trabalho no Brasil. Alguns traços históricos e sua precarização atual. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 111-170, 2005.

_____. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, jan./abr. 2010.

COSTA, Ana Cristina Rodrigues da; ROCHA, Érico Rial Pinto da. Panorama da cadeia têxtil e de confecções e a questão da inovação. **BNDES Setorial**: setor têxtil e de confecções, Rio de Janeiro, n. 29, p. 159-202, mar. 2009.

CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos). **Diagnóstico ambiental das lavanderias de Toritama**. CPRH: Recife, 2005.

CRESWELL, J.W. **Qualitative Inquiry & Research Design**: choose among five approaches. 3. ed. Thousand Oaks (California): Sage, 2013.

DAL ROSSO, Sadi. Ondas de intensificação do labor e crises. **Perspectivas**, São Paulo, v. 39, p. 133-154, jan./jun., 2011.

_____. Jornadas excessivas de trabalho. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.34, n.124, p.73-91, jan./jun., 2013.

DIEESE. **Diagnóstico do setor têxtil e de confecções de Caruaru e região**. Recife: Observatório do Trabalho de Pernambuco, 2010.

_____. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2014**. 7. ed. São Paulo: DIEESE/SEBRAE, 2015.

DORE, Elisabeth. Teoria da dependência. In: BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização (des)fordizando a fábrica**. São Paulo: Boitempo; Salvador: Edufba, 1999.

_____. Precarização e Informalidade: algumas especificidades do caso Brasileiro In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (org). **Marchas e Contramarchas da Informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

FARIA, José H. **Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil**: o estado da arte. Cadernos EBAPE, v. 7, n. 1, p. 509-515, 2009.

FARIA, José H.; KREMER, Antonio. Reestruturação produtiva e o mundo do trabalho: o mundo do trabalho em transformação. **REAd**, edição 41, v. 10. N. 5, set./out., 2004, p. 1-26.

FEBRATEX. **Apresentação da Feira**. Disponível: <<<http://www.febratex.com.br/inforoes/apreseira>>> Acesso em 25 de març. 2016

FERNANDES, Florestan. **O estudo sociológico do subdesenvolvimento**. In: _____. **Sociedade de classes e Subdesenvolvimento**. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Maria da Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**. Salvador, v. 17, nº 41, p. 211-229, 2004.

FINKEL, Lucila; PARRA, Pilar; BAER, Alejandro. La entrevista abierta em investigación social: trayectorias profesionales de ex deportistas de elite. In: LÓPEZ, Á.J.G.; PASCUAL, A.S. **Estrategias Y Prácticas Cualitativas de Investigación Social**. Madrid: Pearson, 2008

FRANK, André Gunder. El desarrollo del subdesarrollo. Pensamiento Crítico, Habana, n. 7, agosto de 1967, p. 159-172. Disponível em: <<<http://www.filosofia.org/rev/pch/1967/n07p159.htm>>>. Acesso em: 24 mai. 2016.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GORINI, Ana Paula Fontenelle. Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas. **BNDES Setorial**: setor têxtil, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50, set. 2000.

GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HARDMAN, Foot; LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

HART, Keith. Informal income opportunities and urban development in Ghana. In: **The Journal of Modern African Studies**, v. II, n. 1, março, 1973.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2010.

HELENO, Edilane do Amaral. Configurações do trabalho a domicílio nas confecções de roupas de *jeans* no município de Toritama- PE. **Tese** (Doutorado em Sociologia), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

HIMES, Joseph. **Verificação**. In: SILVA, Benedicto (coord.) **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Ed FGV, 1986.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Guia básico de marcas. Disponível em: <<<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/marcas>>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

ITEP. **Relatório de execução físico-financeira referente ao ano 2014**. Recife: Instituto Tecnológico de Pernambuco (OS), 2015a.

_____. Projetos do CT da Moda-Caruaru. Disponível em: <<<http://www.itep.br/ct-moda-caruaru>>>. Acesso em 25 mar. 2015b.

_____. Lavanderia experimental no CT da Moda-Caruaru. Disponível em:>><http://www.itep.br/index.php/692-itep-inaugura-lavan>>> Acesso em 26 mar. 2016.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Plano de desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local do vestuário de Cianorte/Maringá-Paraná**. Curitiba, 2006.

KELLER, Paulo Fernandes. **Globalização e mudanças na cadeia têxtil brasileira**. São Luís: Edufma, 2010.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

KREIN, José Dari. **As tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. Tese (Economia Social e do Trabalho), Instituto de Economia da Universidade de Campinas. Campinas, 2007.

KREIN, José Dari; SANTOS, Anselmo Luis dos; NUNES, Bartira Tardelli. **Trabalho no Governo Lula: avanços e contradições**. Texto para Discussão, Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, nº 201, fevereiro de 2012.

LASTRES, Helena M. M.; CASSIOLATO, José E. Glossário de Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. 2003. Disponível em: << www.ie.ufrj/redesist >>. Acesso em 25 jun. 2016.

LEITE, Marcia de P. **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Editora Página Aberta, 1994.

_____. O trabalho no Brasil nos anos 2000: duas faces de um mesmo processo. In: Vêras de Oliveira, Roberto; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan. **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

LIMA, Angela Maria de Sousa. As fases da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadoras e trabalhadores da confecção de roupas de Cianorte e região. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas, 2009. 357 p.

LIMA, Jacob; SOARES, Maria José B.. Trabalho flexível e o novo informal. **Caderno do CRH**, Salvador, nº 37, 2002.

LIMA, Alexandre Santos. “Empreendendo” a *Sulanca*: o SEBRAE e o Polo de Confeccões do Agreste de Pernambuco. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013, p. 395-422.

LIMA, Hilário Siqueira. As lavanderias de jeans de Toritama: uma contribuição para a gestão das águas. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

LIPIETZ, Alain. Fordismo, Fordismo Periférico e metropolização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, nº 10, vol. 2, p.303-335, 1989.

LIRA, Sonia. Muito **Além da Feira da Sulanca**: a produção de confecções no Agreste-PE. Recife: EdUFPE, 2011.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Sociedade Industrial no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia, 1971.

LOPES, Edmar Aparecido de Barra e. **Informalidade: um Debate sobre seus Distintos Usos e Significados**. BIB, São Paulo, n ° 65 p.49-70, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A. Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1971, 142 p.

_____. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho. **Cadernos CRH**, n. 37, p. 81-109, jul./dez., 2002.

_____. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs.) **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARSDEN, Richard; TOWNLEY, Barbara. In: A coruja de minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In: CLEGG, Stewart; HARDY, Cinthya; NORD, **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARX, Karl. **Prefácio à obra Para a crítica da economia política (1859)**. In: MARX, Karl. Para a crítica da economia política. [Col. Os Economistas]. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O Capital (Vol. III - Tomo II)**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

_____. **O método da Economia Política (1857-1858)**. In: MARX, Karl. Grundrisse. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845-1846. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo, 2002.

MATOS, Fátima Regina N. O tecido empreendedor e o capital social costurando o desenvolvimento local: o estudo em um aglomerado de confecção no Agreste Pernambucano. **Tese** (Doutorado em Administração), Universidade Federal de Pernambuco, 2008, 224p.

MERRIAM, S.B. **Qualitative Research**: a guide to design and interpretation. San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

MP-PE. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Diário Oficial do Poder Judiciário, nº 169, publicado em 13 set. 2012. Disponível em: >> <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/40506844/mp9-2012-pg-15>>> Acesso em: 12 out. 2016.

MP-PE. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Notícias: Caruaru: lavanderias devem se adequar a legislação ambiental. Disponível em:>> <http://www.mppe.mp.br/mppe/index.php/develegislacao-amntal>>> Acesso em: 25 out. 2015.

NORONHA, Eduardo G. “Informal”, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, outubro 2003.

NORONHA, Eduardo; TURCHI, Lenita. O pulo do gato da pequena indústria precária. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 01, 2007.

NÚCLEO GESTOR DA CADEIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES EM PERNAMBUCO (NTCPE). Home. Disponível em: <<<http://www.ntcpe.org.br/>>> Acesso em: 15 set. 2016.

Nun, Jose. superoblación relativa, ejercito industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, Santiago, v. 5, n. 2, p.180-225, 1969.

_____. The end of work and the “Marginal Mass” thesis. *Latin American Perspectives*, v.27, n.1, p.6-32, 2000.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Manual de Oslo**: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3.ed. Brasília: FINEP-Ministério da Ciência e Tecnologia, 2005. Disponível em:<< <http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/inovacao-tecnologica>>> Acesso em: 18 de out. 2016.

OIT. **Employment, incomes and equality**: a strategy for increasing productive employment in Kenya. Genova: OIT, 1972.

OIT. **A OIT e a economia informal**. Lisboa: Organização Internacional do Trabalho, 2006.

OIT. **A economia informal e o trabalho digno**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2014.

OIT. **Emprego informal em micro e pequenas empresas na América Latina chega a 60%**. Organização Internacional do Trabalho, Escritório Brasil. Disponível em: <<<http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-emprego-informal>>> Acesso em 11 nov. 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, [1972] 2008.

_____. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. **Estudos Cebrap**, São Paulo, Brasiliense, 1976, p. 6-25.

_____. Um Prefácio Dialogal. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Caminhos Cruzados: Estratégias de Empresas e Trajetórias de Trabalhadores**. São Paulo: Editora 34, 2004.

OLTRAMARI, Andrea P.; PICCININI, Valmíria C. A Reestruturação produtiva e formas de flexibilização do trabalho. **Organização & Sociedade**, v.13, n. 36, jan./mar., 2006, p. 85-106.

PAES DE PAULA, A. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thompson, 2008.

PAIVA JÚNIOR, Fernando Gomes de; LEÃO, André Luiz M. de S.; MELLO, Sérgio Carvalho B. de. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em Administração. *Revista de Ciências da Administração*, v. 13, n. 31, mai./ago., 2011, p. 190-209. Disponível em: <<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273522105009>>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

PAOLI, Maria Célia. **Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso**. São Paulo: Pioneira, 1974.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PASTORE, José. **Flexibilização dos Mercados de Trabalho e Contratação Coletiva**. São Paulo: Editora LTR, 1994.

PAULO, Luiz Vicente de. Aprendizagem organizacional e a aquisição de competências frente às exigências dos órgãos de regulação ambiental: um estudo de múltiplos casos de lavanderias de jeans em Toritama-PE. **Dissertação** (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

PEDROSA, Célia Maria. Limites e potencialidades do desenvolvimento local: a indústria da confecção de Divinópolis. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais), Pontífica Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005, 182 p.

PEREIRA NETO, Eugenio. **Qualificação e informalidade: os modos de atuação do SENAI no Polo de Confecções de Pernambuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. Dinâmicas territoriais no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza: um olhar orientado pelo processo de industrialização. In: COSTA, Maria Clélia Lustosa; PEQUENO, Renato. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. Observatório das metrópoles, série estudos comparativos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

PÉREZ-SÁINZ, Juan Pablo (1995). **Globalización y neoinformalidad em América Latina**. In: Nueva Sociedad, nº135 Enero-febrero, 1995.

PICCININI, Valmíria et al. Formal, flexível ou informal? Reflexões sobre o trabalho no Brasil. Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Brasília, XXIX EnANPAD, **anais...**2005, p. 1-16.

_____, Valmíria et al. Setor têxtil-vestuário do Rio Grande do Sul: Impactos da inovação e flexibilização do trabalho. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 355-376, out. 2006.

_____, Valmíria et al. Novos arranjos, Antigos Questionamentos: Flexibilização do Trabalho e Controle em Redes de Empresas. Reflexões sobre o trabalho no Brasil. Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Rio de Janeiro, XXXI EnANPAD, **anais...**2007.

PINHEIRO, Ivan Antônio. A externalização de atividades: fundamentos e experiências no setor de autopeças gaúcho. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 3, n. 2, mai./ago., 1999, p. 137-165.

PIOVANI, Juan Ignacio. La entrevista em profundidad. In: MARRADI, Alberto. Et al. **Metodología de las ciencias sociales**. Buenos Aires: Emece Editores, 2007.

PORTES, Alejandro. La economia informal. In: PORTES, Alejandro. *Sociologia econômica: uma investigação sistemática*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 2013.

POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jena-Pierre; GROULX, Lionel. Et al. **A Pesquisa Qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: Avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

PRANDI, Reginaldo. **O trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

QUIJANO, Aníbal. “Polo marginal” y “mano de obra marginal”. In: QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014, p. 125-170.

SÁ, Márcio. **Feirantes**: quem são e como administram seus negócios. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

SÁ, Márcio Gomes de. Os filhos das feiras e o campo de negócios agreste. **Tese** (Doutorado em Sociologia), Universidade do Minho, 2015, 271p.

SANTANA, Marco Aurélio. O mundo do trabalho em mutação: as reconfigurações e seus impactos. **Cadernos IHU Ideias**, Unisinos, Ano 3, n. 34, p. 1-22, 2005.

SANTOS, Ester Oliveira. Caracterização, biodegradabilidade e tratabilidade do efluente de uma lavanderia industrial. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia Civil), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora Universitária da USP, 2004.

SANTOS, V. L. et al. Avaliação do processo fenton solar no tratamento de efluente gerado por lavanderia de jeans de Pernambuco. In: XIX Congresso Brasileiro de Engenharia Química. **Anais Eletrônicos...**Búzios, RJ: COBEQ, 2012, p. 12375-12382.

SEFAZ-PE. Governo do estado isenta ICMS de lavanderias do agreste. Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de Pernambuco. Disponível em:>> <https://www.sefaz.pe.gov.br/Noticias/PaginaasdoAgreste.aspx>>> Acesso em: 14 dez. 2015.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Estudo econômico do Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste Pernambucano**. Recife: FADE-UFPE, 2003.

_____. **Gestão estratégica orientada para resultados: avaliação e desafios**. Brasília: SEBRAE, Unidade de Gestão Estratégica, 2006.

_____. **Cadeia produtiva têxtil e de confecções: cenários econômicos e estudos setoriais**. Recife: SEBRAE, 2008.

_____. **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano**, 2012. Recife: SEBRAE-PE, 2013

SECRETARIA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO (SECTEC). Governo de Pernambuco. **Programa de produção e difusão de inovações para a competitividade de APL's do estado de Pernambuco (Pro-APL)**, Recife, 2009.

_____. **Regulamento Operacional: Programa de produção e difusão de inovações para a competitividade de APL's do estado de Pernambuco (Pro-APL)**, Recife, 2013.

SILVA, Sandra Roberta Alves. A juventude na “*Sulanca*”: Os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte - PE. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2009.

SILVA, Adriano José da. **Endomarketing na gestão de pessoas em lavanderia industrial do pólo de confecções do agreste pernambucano: um estudo de caso**. Monografia (especialização em Gestão de Pessoas), Universidade de Pernambuco, Caruaru, 2012.

SILVA FILHO, Antônio Romão Alves da. Desenvolvimento de sistema simplificado de gestão ambiental aplicado à micro e pequenas empresas de beneficiamento de jeans. **Tese** (Doutorado em Engenharia Civil), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

SILVA, Amanda R.S. da; GOMES, Cícera M. S. O rio azul: os impactos da produção de jeans nas águas do Rio Capibaribe em Toritama-PE. In: XXXIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS). **Anais eletrônicos...**Recife: ALAS, 2011.

SINDICATO INTERMUNICIPAL DE LAVANDERIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO (SINDILAV). Lavanderia industrial: jeans, São Paulo, nº 173, mar./abr 2013. Disponível em:<<www.sindilav.com.br>> Acesso em: 16.10.16.

SOARES, Laiza Aparecida da S. M; NEDER, Mônica de Queiroz Fernandes A. Projeto de design em lavanderia industrial. 8. ed. Coletânea BITEC 2008-2010. Brasília: IEL/NC, 2010

SOUZA, Paulo Renato. **Emprego, Salários e Pobreza**. São Paulo: Hucitec; Editora Unicamp, 1980.

STAKE, R. E. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: RAMALHO, Jether; ARROCHELLAS, Maria Helena. **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOKMANN, Victor E. Informal-formal sector interrelationships. **Revista Cepal Review**, United Nations, Economic Commissions for Latin America, Santiago, Chile, first half 1978, p. 99-134.

_____. Las relaciones entre los sectores formal e informal. Una exploración sobre su naturaliza. Economía - **Revista del Departamento de Economía da Pontificia Universidad Católica del Perú**, volumen XXIV, n. 48, diciembre, 2001, p. 17-73.

TUTILLO, José Alexander Benavides. Análise dos Indicadores de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* nas lavanderias de jeans da cidade de Toritama no Polo Têxtil do Agreste Pernambucano. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. O Polo de Confecções do Agreste Pernambucano: ensaiando uma perspectiva de abordagem. In: ARAÚJO, Angela Maria C.; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. **Formas de trabalho no capitalismo atual: condição precária e possibilidades de reinvenção**. São Paulo: Annablume, 2011a.

_____. Para discutir os termos da nova informalidade: sobre sua validade enquanto categoria de análise na era da flexibilização. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011b.

_____. O Polo de confecções do Agreste de Pernambuco: elementos para uma visão panorâmica. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). **Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil**. Editora da UFPB: João Pessoa, 2013.

_____. Sindicalismo e terceirização no Brasil: pontos para reflexão. **Caderno CRH (UFBA)**, v. 28, n. 75, p. 545-567, 2015.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; BRAGA, Bruno Mota. Território comercial de Toritama: persistência e metamorfoses da informalidade. **Política & Trabalho**, Revista de Ciências Sociais, João Pessoa, n. 41, out. 2014, p. 193-225.

VERÍSSIMO, Suzana. **Mundo Jeans**. Revista Superinteressante. Edição 5, São Paulo: Editora Abril, Fevereiro de 1988. Disponível em: <http://super.abril.com.br/superarquivo>. Acesso em 04 de julho de 2015.

VILASBOAS, Jaqueline Pereira de Oliveira. A capital goiana do jeans: flexibilidade, subcontratação e gênero no setor de confecção do município de Jaraguá. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais), Unicamp. Campinas, 2015, 288 p.

ZANATTA, Mariana S. O polo de confecções do Agreste Pernambucano: origens e transformações. **Revista CIENTEC**, Recife, IFPE-PE,

APENDICE A - Fase Exploratória - Roteiro de Entrevista não estruturada

- 1 Você pode nos relatar como iniciou na atividade de confecção/lavanderia?
- 2 Pode decidiu montar esse negócio?
- 3 Com que tipo e quantidade de máquinas?
- 4 Qual era a escala de produção? Quanto produzia por semana?
- 5 Você pode nos explicar as fases do processo de produção?
- 6 Quantos trabalhadores? Desses, quantos eram seus familiares, amigos?
- 7 Como é a relação com os trabalhadores?

Objetivos:

- Elaborar a problemática da tese.
- Manter um primeiro contato com o campo, identificando alguns sujeitos da pesquisa, e abrir possibilidades para contatos futuros.
- Compreender a cadeia produtiva de confecção de jeans do *Polo* e as etapas do processo produtivo em lavanderias de *jeans*.
- Identificar, preliminarmente, aspectos das relações de trabalho.

APÊNDICE B - Fases da Observação

- **SELEÇÃO DO AMBIENTE** - Chão de fábrica das Lavanderias de *jeans*
- **SELEÇÃO DO FOCO DA OBSERVAÇÃO** - a organização da produção e do trabalho dentro da fábrica no momento em que os trabalhadores executam as atividades ou estão em intervalo (momentos de trabalho e não trabalho)
- **OBSERVAÇÕES DESCRITIVAS** - fornecer uma visão geral da fábrica: espaço, *layout*, nº de máquinas e tipos, etapas do processo produtivo, postos de trabalho/atividades, sequência das atividades ao longo do tempo.
- **OBSERVAÇÕES FOCAIS** - ambiente de trabalho, iluminação e segurança nos postos de trabalho, nº de trabalhadores/função, uso de fardamentos e Equipamentos de Proteção Individual (EPI's)
- **OBSERVAÇÕES SELETIVAS** - jornada de trabalho, intensificação do trabalho, trabalho infantil, trabalhadores temporários
- **FIM DA OBSERVAÇÃO** - o fim da observação se deu em função da duração das visitas às fábricas. O ponto de saturação teórica decorreu das sucessivas observações.

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada (Gestores)

Questões para o Dono/Proprietário de Lavanderia

1. Quais as principais mudanças no negócio ao longo de tempo?

- Você pode contar como iniciou no ramo de lavanderia? Quais as transformações ocorridas no negócio?
- Quando começou a funcionar como empresa registrada? Como foi essa mudança?
- Como está organizada a produção atualmente? Quantas máquinas?
- Qual a produção por semana? Quantos trabalhadores atualmente?
- Quais os critérios usados para contratar um trabalhador para lavanderia?
- Quem são os seus clientes? Presta serviço (lava pra fora) ? Ou lava só para as necessidades da fábrica de confecções própria? (interação com os elos da cadeia produtiva do Polo de Confecções)
- Quem administra atualmente? Há parentes que auxiliam? Há sócios ou gerentes?
- Tem adotado rotinas e técnicas de gestão? (configuração organizacional)

2. Quais os principais desafios que tem enfrentado no funcionamento da lavanderia?

- Como tem sido sua relação com outras lavanderias? Com as maiores e com as menores? (cooperação ou concorrência, trocas e rivalidades)
- Como tem sido sua relação com o Sebrae, a Associação de Lavanderias, o ITEP, o SENAI?
- Como tem se dado a adequação exigida por órgãos como a CPHR, o Ministério Público de Caruaru e Toritama, e a fiscalização do Ministério do Trabalho?
- Como tem feito para acompanhar as mudanças no mercado de lavanderias? Tem contratado trabalhadores qualificados? Técnicos? Tem viajado a eventos?
- Quais as formas que tem adotado para melhorar (modernizar) os equipamentos e as técnicas de lavagem?
- Quais as principais dificuldades que enfrenta com os trabalhadores atualmente?
- Em sua opinião, como está atualmente o mercado de lavanderia aqui no Polo de Confecções? Por que?

APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada (Trabalhadores)

Questões para os Trabalhadores da Lavanderia

1. Você pode contar como começou a trabalhar em lavanderias?

- Qual a sua origem? Onde nasceu? Sempre morou aqui na cidade?
- Estudou? Até que série na escola? Quando começou a trabalhar?
- Quais foram os trabalhos que você já desempenhou, antes de começar a trabalhar na lavanderia?
- Esses trabalhos eram com carteira de trabalho assinada ou sem carteira?
- Você já trabalhou no comércio da feira da sulanca? Já trabalhou em algum fabrico?
- Já trabalhou em outra lavanderia além dessa?
- Para você como era as condições desses trabalhos? Eram cansativos? Como eram os ganhos? (supria as necessidades básicas);
- Por que decidiu trabalhar numa lavanderia? Como conseguiu o trabalho?

2. Você pode contar como é o seu trabalho dentro da Lavanderia?

- Há quanto tempo trabalha nessa lavanderia?
- Quais são exatamente as suas tarefas?
- Sempre fez esse trabalho ou mudou de ocupação ao longo de tempo?
- Como esta organizada a produção na lavanderia? Quantos trabalhadores no geral? Quantos desempenham as mesmas tarefas que você?
- Você fez algum curso profissionalizante nesse período que tem trabalho na lavanderia?
- Que horas começa e que horas termina a jornada de trabalho do dia?
- Como se sente após o dia de trabalho? Acha que desempenha um trabalho pesado?
- Quais são as regras que você precisa cumprir no dia a dia de trabalho?
- Como é sua relação com os demais trabalhadores na lavanderia? Tem conhecimento do sindicato?
- Já houve reclamações ou conflitos em relação ao trabalho as condições de trabalho?
- Quem é o seu chefe? Tem algum gerente ou encarregado? Como tem sido sua relação com eles?
- Está contratado com carteira de trabalho assinada ou sem carteira atualmente? Já trabalhou nessa lavanderia sem carteira? E seus colegas? Você tem conhecimento?
- Para você quais as vantagens e desvantagens de ter a carteira de trabalho assinada? Isso é uma coisa importante para você? Por que?
- Como tem sido o pagamento do salário?
- Para você quais as principais dificuldades em se trabalhar numa lavanderia? Qual a principal vantagem?
- Por que não procura outro trabalho?

APÊNDICE E - Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada - Agentes

Questões para Servidor da Justiça do Trabalho

01. Há quanto o Sr. está na Gerência do Trabalho? E qual a sua atuação?
02. Em suas visitas às empresas, o que o Sr tem observado junto ao segmento de Lavanderias aqui na região?
03. Nos casos em que se identificam irregularidades trabalhistas, qual o papel da Gerência Regional do Trabalho?
04. Quais as dificuldades encontradas para atuar nesse segmento?
05. Como tem sido a relação da Gerência do Trabalho com os empresários do segmento de lavanderias?
06. Em relação ao cumprimento de jornada de trabalho, pagamento de salários e benefício, previdência social, etc. o que o Sr tem encontrado?
07. Como o Sr. Classificaria as condições de trabalho nas lavanderias?
08. Como tem sido a relação da Gerência do Trabalho junto ao sindicato da região que atua junto as lavanderias?
09. Com sua experiência o Sr tem observado alguma mudança, ao longo dos últimos 15 ano, no segmento de lavanderias? (em relação aos temas que conversamos)

Questões para Agente do Sebrae e ITEP

01. E qual a sua atuação? E qual a atuação do (Sebrae/Itep) para o segmento de lavanderias?
02. Quais foram as principais iniciativas e os projetos já realizados voltadas para as lavanderias? E existe algum projeto futuro para esse segmento?
03. Em seus contatos com as empresas, o que o Sr tem observado junto aos empresários de Lavanderias aqui na região?
04. Quais as dificuldades encontradas para atuar nesse segmento?

APÊNDICE F - Definições de índigo e denim

Índigo é um corante de tonalidade azul-anil usado para tingir tecidos. Sobre a origem do terno encontram-se referências em línguas clássicas, como o latim (*indicum*) e o grego (*indikón*) para designar a tinta vinda da Índia (HOUAISSE, 2002). Conhecido e extraído, desde a Antiguidade, especialmente na Índia, por uma variedade de plantas (tais como o *Indigofera anil*), o índigo, ao se tornar extensamente empregado na Europa, e dado suas propriedades (substância em pó tóxico insolúvel em água e álcool), apresentou dificuldades de manipulação. Na virada do séc. XIX para XX em meio às demandas do setor industrial seu composto químico sintetizado. Entre outros usos popularizou-se pelo tingimento do *denim*, o tecido empregado na confecção de calças jeans (GORINI, 1999).

Denim é a matéria prima para confecção do jeans. É um tipo de tecido plano resistente e muito durável, uma sarja (fios diagonais) de algodão composta por uma trama (fios brancos transversais) e urdume (fios longitudinais) tingido de índigo, corante de pigmentação azul anil. Por sua característica esse corante adere apenas à superfície gerando um tecido que mantém o núcleo branco e, que, ao ser submetido ao impacto do atrito, perderá sua tonalidade gradativamente. É classificado por seu peso em onças/jarda² (Oz/jd²), percebido em sua espessura e caimento, sendo os de 14 onças os mais empregados em confecções de calças, e os de 5 onças) utilizados em camisas, aí sendo conhecidos como *chambray*. Acredita-se que o denim que conhecemos hoje tenha se originado de um tecido muito rústico, de cor marrom clara, parecido com uma lona, fabricado na região de Nîmes, na França, no século XVII, donde passou a ser chamado *serge de Nîmes*, posteriormente abreviado no uso corrente para *denim* (GORINI, 1999). Esse tecido, ainda sem a coloração azul, foi exportado a partir do séc. XIX para Califórnia, nos Estados Unidos, quando da expansão americana para o Oeste. Levi Strauss, em 1853, fundador da atual empresa Levi's *Jeansware* foi um dos principais responsáveis pelo emprego desse tecido na confecção de roupas de trabalho: calças compridas rústicas, batizadas de jeans, que passaram a ser usadas largamente pelos mineiros, operários e trabalhadores em geral (CORDEIRO; HOFFMANN, 2012). A famosa calça jeans modelo 501 Levi's, após melhoramentos de modelagem e estilo (pela incorporação dos botões de metal, costuras duplas com linhas na cor laranja, etiqueta de couro presa ao cóis da calça, bolsos traseiros, e atual e conhecida coloração azul, introduzida por volta de 1890) seguida da expiração de sua patente registrada, ganhou o mundo e atravessou o século XX. Até os anos 1980, como afirmam Cordeiro e Hoffmann (2012) o jeans ainda era muito desconfortável, pois chegava ao consumidor sem nenhuma lavagem e engomado, algo que só melhorava depois de algumas lavagens domésticas. Foi nessa época que surgiram as *lavanderias de beneficiamento de jeans*, que passaram a ser uma unidade produtiva diretamente relacionada ao setor de produção e criação das fábricas de confecções, responsável por desengomar e amaciar o jeans proporcionando-lhe um toque diferenciado. Com a criação do *stone wash*, nome conferido ao uso de pedras no processo, as calças passaram a ter um efeito envelhecido, permitindo assim criar vários tons de azul. Atualmente, o jeans fabricado em denim – calças compridas, macacões, jaquetas, saias, bermudas, shorts – configuram ao mesmo tempo, um produto de consumo em massa e, item de moda, de grifes, e, portanto, de diferenciação, de distinção social (CORDEIRO; HOFFMANN, 2012; GORINI, 1999).

ANEXO A - Classificação dos estabelecimentos, segundo o porte

Porte	Indústria (1)	Comércio e Serviços
Microempresa	até 19 pessoas ocupadas	até 9 pessoas ocupadas
Pequena empresa	de 20 a 99 pessoas ocupadas	de 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	de 100 a 499 pessoas ocupadas	de 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande empresa	500 pessoas ocupadas ou mais	100 pessoas ocupadas ou mais

Fonte: DIEESE/SEBRAE, 2015, p. 17

ANEXO B - Algumas exigências do TAC (MP-PE, 2012)

Em 30 dias:

- Colocar placa de identificação da lavanderia.
- Apresentar testado de regularidade do Corpo de Bombeiros.
- Apresentar laudo de inspeção da caldeira emitido por profissional habilitado.
- Dar entrada no processo de licenciamento junto à CPRH.

Exigências da CPRH:

- Não usar instrumentos que gerem ruídos sonoros acima do permitido e poluição atmosférica, causando perturbação da população, principalmente a do entorno.
- Utilizar o sistema de tratamento de efluentes líquidos para o lançamento dos rejeitos no meio ambiente e manter a sua eficiência, removendo parcialmente a cor e os materiais flutuantes.
- Não utilizar o espaço público para acondicionamento de madeira e de quaisquer outros materiais.
- Não utilizar o lodo como matriz energética.
- Dar acesso livre aos órgãos fiscalizadores.
- Apresentar trimestralmente: nota fiscal de aquisição de produto químico, nota fiscal de aquisição de lenha, comprovante de destinação do lodo têxtil por empresa licenciada.

Em 120 dias:

- Apresentar cópia da entrada junto à CPRH e o deferimento ou indeferimento do órgão.

Em 9 meses:

- Apresentar projetos para instalação da lavanderia no Distrito Industrial (Caruaru) contendo: licenciamento prévio, sistema de tratamento secundário (biológico) de efluentes, sistema de reaproveitamento da água, contrato com empresa licenciada para destinação dos resíduos sólidos industriais, sistema de controle de fumaça, sistema de controle de pó gerado pelas secadoras, projetos hidráulico e elétrico.

Em 18 meses:

- Encerrar as atividades da lavanderia em bairro residencial e instalar no Distrito Industrial.

Penalidades:

- A não observância dos itens anteriores implicará em multa diária de hum mil reais. Em relação à instalação da fábrica no Distrito Industrial, a não observância implicará em multa diária de 5 mil reais.
- O não cumprimento da apresentação dos projetos para o Distrito Industrial implicará em interdição da lavanderia e a não adequação, no prazo de 60 dias, em fechamento do estabelecimento.
- O representante da lavanderia que se mantiver no local de origem e não apresentar o sistema de tratamento de efluentes secundários e as licenças ambientais (Licença de Instalação, Licença Prévia e Licença de Operação) terá o estabelecimento interditado.